FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL dos SANTOS

DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA



1950-2011 Evolução e Perspectivas

Direcção

Mário Leston Bandeira

Alda Botelho Azevedo

Cristina Sousa Gomes

Lídia Patrícia Tomé

Maria Filomena Mendes

Maria Isabel Baptista

Maria João Guardado Moreira

Prefácio

Manuel Villaverde Cabral

ESTUDOS DA FUNDAÇÃO

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL dos SANTOS

Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 8.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
Dezembro de 2014

Director de Publicações: António Araújo

Título: Dinâmicas demográficas e envelhecimento
da população portuguesa (1950-2011):
evolução e perspectivas

Autores: Mário Leston Bandeira (direcção)
Alda Botelho Azevedo
Cristina Sousa Gomes
Lídia Patrícia Tomé
Maria Filomena Mendes
Maria Isabel Baptista
Maria João Guardado Moreira

Manuel Villaverde Cabral (prefácio)

Revisão do texto: Helder Guégués

Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

Impressão e acabamentos: Guide – Artes Gráficas, Lda.

ISBN: 978-989-8662-50-7
Dep. Legal: 385467/14

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade
dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos.
Os autores desta publicação não adoptaram o novo Acordo Ortográfico.
A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra
deve ser solicitada aos autores e ao editor.

DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA (1950-2011):

Evolução e Perspectivas

Equipa de Investigação
Mário Leston Bandeira
(Direcção)
Alda Botelho Azevedo
Cristina Sousa Gomes
Lídia Patrícia Tomé
Maria Filomena Mendes
Maria Isabel Baptista
Maria João Guardado Moreira

Prefácio
Manuel Villaverde Cabral

DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA (1950-2011):

Evolução e Perspectivas

ÍNDICE

Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas

13 Prefácio

17 Introdução
17 Objecto da investigação
17 O conceito de envelhecimento demográfico
19 Fontes: reconstrução da base de dados
22 Antecedentes pré-modernos da população portuguesa
22 Restrições ao casamento e emigração
24 Transição demográfica e mudanças do paradigma de Antigo Regime
26 Relatório final
28 **Bibliografia**

Capítulo I
29 **Evolução da população portuguesa**
29 1. População residente e crescimento
36 2. Envelhecimento e evolução das estruturas demográficas
36 2.1. Estruturas nacionais e regionais
55 2.2. Comparações europeias
64 2.3. *Clusters* e padrões nacionais e regionais do envelhecimento demográfico
82 3. Evolução das subpopulações
83 3.1. Níveis de instrução
89 3.2. Actividade e emprego
96 3.3. Estado civil
99 3.4. Unidades domésticas
108 **Bibliografia**

Capítulo II
111 **Dinâmicas demográficas do envelhecimento: análise retrospectiva e questões actuais**
114 1. Dinâmicas do crescimento demográfico no país
121 2. Dinâmicas do crescimento demográfico regional
138 3. Efeitos das dinâmicas, natural e migratória nas estruturas populacionais
152 4. Análise do impacto nas estruturas da população das dinâmicas naturais e migratórias
163 **Bibliografia**

167 Anexos

Capítulo III

169 **Natalidade, Nupcialidade e Divorcialidade em Portugal**

169 1. Breve análise descritiva da evolução da natalidade e da alteração dos padrões de fecundidade em Portugal

172 1.1. Padrões de fecundidade em Portugal

173 1.2. Transformações nos indicadores de fecundidade em Portugal

180 1.3. A evolução da fecundidade em Portugal de acordo com a idade da mãe

182 1.4. A evolução da fecundidade nas diferentes regiões de Portugal (NUTS II e NUTS III)

192 1.5. A evolução da fecundidade portuguesa no contexto da Europa

195 1.6. A situação de «muito baixa» fecundidade da sociedade portuguesa em 2012

200 2. Evolução da nupcialidade e divorcialidade em Portugal

200 2.1. Evolução do número de casamentos celebrados, taxas de nupcialidade e de divorcialidade e de interrupção por morte

203 2.2. Evolução dos quocientes de nupcialidade e idade média ao casamento

210 2.3. Evolução dos índices de divorcialidade segundo a duração do casamento

216 2.4. Evolução da nupcialidade e da divorcialidade ao nível regional, entre 1995 e 2011

221 2.5. Evolução da nupcialidade e divorcialidade de Portugal no contexto europeu

222 2.6. Contributos para a análise da influência da nupcialidade e divorcialidade na evolução da natalidade e fecundidade em Portugal

225 **Bibliografia**

Capítulo IV

227 **A Mortalidade em Portugal, 1950-2011**

227 1. A mortalidade em Portugal, análise nacional, 1950-2011

227 1.1. Análise global da mortalidade

229 1.2. Análise da duração média de vida e da mortalidade infantil

238 1.3. A diferente esperança de vida entre homens e mulheres

247 2. Análise regional da mortalidade em Portugal, 1950-2011

247 2.1. Análise global da mortalidade por NUTS II

252 2.2. Evolução da duração média de vida e da mortalidade infantil por NUTS II e III

308 3. Causas da Mortalidade em Portugal, 1981-2011
311 3.1. Causas de mortalidade por sexo e grupo etário
314 3.2. Causas de mortalidade na senioridade
318 3.3. Impacto da eliminação de cada uma das principais causas de morte na esperança de vida por sexos
325 4. Estado de saúde dos seniores
332 5. Novas perspectivas sobre duração de vida e envelhecimento
339 Bibliografia

343 Anexos
343 1. Taxas brutas de mortalidade (‰), Portugal, NUTS II, NUTS III e municípios, 1950-2011
352 2. Taxas comparativas de mortalidade (‰), sexos reunidos, NUTS II, NUTS III e Municípios, 1950-2011
360 3. Taxas comparativas de mortalidade (‰), por sexo, NUTS II, NUTS III e Municípios, 1981-2011
369 4. Taxas de mortalidade infantil (‰), Portugal, NUTS II, NUTS III e municípios, 1950-2011
378 5. Notas metodológicas relativas à construção das tábuas de mortalidade
379 5.1. Tábuas de mortalidade não construídas
379 5.2. Estimação dos sobreviventes nas idades mais avançadas
380 5.3. Comparação entre a esperança de vida ao nascimento calculada pela equipa de investigação e os dados da Human Mortality Database, Portugal, 1950-2011
380 5.4. Exemplo da metodologia aplicada na construção das tábuas de mortalidade, Portugal, sexo masculino, 1981
381 5.5. Séries da tábua de mortalidade
381 6. Esperança de vida à nascença, sexos reunidos (1950-1970) e por sexo (1981-2011), Portugal, NUTS II e NUTS III
383 7. Taxas específicas e quocientes de mortalidade (entre a idade x e x+n) e esperança de vida (à idade x), Portugal e NUTS II, sexos reunidos, 1950-1970
386 8. Taxas específicas e quocientes de mortalidade (entre a idade x e x+n) e esperança de vida (à idade x), Portugal e NUTS II, sexos reunidos, 1981-2011
392 9. Taxas específicas e quocientes de mortalidade (entre a idade x e x+n) e esperança de vida (à idade x), Portugal e NUTS II, sexo masculino, 1981-2011

397 10. Taxas específicas e quocientes de mortalidade (entre a idade x e x+n) e esperança de vida (à idade x), Portugal e NUTS II, sexo feminino, 1981-2011

Capítulo V

403 **Síntese retrospectiva e questões actuais acerca do processo de envelhecimento da população de Portugal**
403 1. Envelhecimento e alterações das estruturas etárias a partir de 1950: perdas e ganhos
405 Leitura cronológica das mudanças
409 2. Causas do envelhecimento
409 Papel da emigração nas transformações que conduziram ao início do processo de envelhecimento
411 Efeitos da revolução contraceptiva
415 Relação entre recuo da mortalidade e envelhecimento
418 3. Envelhecimento, velhice e longevidade
420 Representações sociais da velhice
423 4. Trabalhar até mais tarde?
426 5. Projecções: objectivos
428 **Bibliografia**

Capítulo VI

429 **Projecções: Teoria e Métodos**
429 1. Contextualização
433 2. Definição de cenários
440 3. Projecções de população
442 3.1. Projecção por coortes e componentes
445 3.2. Projecção de agregados familiares e famílias
446 3.3. Projecções «derivadas»
449 **Bibliografia**

Capítulo VII

451 **Projecções: Resultados e Interpretação**
451 1. Que futuro podemos esperar para a população portuguesa?
452 1.1. Análise global dos cenários de projecções
473 1.2. Cenários extremos de população
477 1.3. Envelhecimento *vs* rejuvenescimento – a relação entre fecundidade e esperança de vida
479 1.4. A população jovem do Tâmega e a população envelhecida do Pinhal Interior Sul.
487 2. Agregados familiares e projecções derivadas
488 2.1. Agregados familiares
490 2.2. Projecções derivadas

Anexo A
496 Cenários Base

Anexo B
515 Cenários com componente de migrações

Anexo C
528 Cenários com a estrutura populacional de duas regiões portuguesas

Anexo D
541 Projecções derivadas

Reflexões finais
549 Que futuro para a população de Portugal?
549 Demografia e previsões
550 Hipóteses, cenários e racionalidade económica e social
553 Crescimento e envelhecimento
556 Crescimento, fecundidade e gerações
556 Retrato futuro e provável do português enquanto sénior

Prefácio

A questão do envelhecimento sociodemográfico da população portuguesa – para pensarmos em termos clássicos – é recente em relação ao fenómeno concreto, mas impôs-se muito rapidamente ao conjunto da nossa sociedade, em grande parte devido aos anos de crise financeira e recessão económica em que temos vivido. Com efeito, Portugal figura actualmente entre os cinco ou seis países com o índice de envelhecimento mais alto do mundo, ou seja, com a maior percentagem de pessoas com 65 ou mais anos de idade relativamente às crianças e jovens até aos 15 anos. E as perspectivas de evolução a curto e médio prazo são de aumento certo; a longo prazo, provavelmente também, mas a este respeito o cientista social hesita perante perspectivas de décadas, pois é a própria evolução da sociedade que se torna virtualmente impossível de prever. É útil, todavia, saber onde nos podemos encontrar daqui a meio século se os parâmetros actuais não se alterarem radicalmente.

Neste contexto, é de recordar que a Fundação Calouste Gulbenkian foi das primeiras instituições nacionais a debruçar-se de forma sistemática sobre a questão do envelhecimento, ao mesmo tempo que lhe dava uma visibilidade que ela estava longe de possuir então fora do círculo dos demógrafos de profissão. Foi no quadro do Fórum Gulbenkian de Saúde que a Fundação entendeu começar a fomentar o seu estudo com o lançamento de uma série de conferências internacionais destinada a abarcar o conjunto das dimensões do fenómeno do envelhecimento, iniciada em Maio de 2008 e concluída em Setembro de 2009. Este Fórum Gulbenkian de Saúde sobre o Envelhecimento foi então comissariado pelo Professor João Lobo Antunes e culminou na publicação de um precioso volume colectivo intitulado «O Tempo da Vida» (Principia, 2009).

No seguimento desse fórum, a FCG entendeu por bem dotar a Universidade de Lisboa dos recursos necessários para criar as bases de uma unidade de investigação em ciências sociais, a qual veio a tomar a forma do Instituto do Envelhecimento, que fui então convidado a coordenar. Nessa altura, fazia já perto de 30 anos – exactamente desde 1982 – que o índice sintético de fecundidade das mulheres residentes em Portugal se situava abaixo da taxa de reposição da população (2,1 por mulher fértil) e que esta última estava, portanto, ameaçada de decréscimo natural, isto é, votada à diminuição

dos habitantes do país fora do contributo potencial da imigração de pessoas oriundas de países estrangeiros.

Ora, no espaço de tempo que mediou entre o convite da Fundação Gulbenkian e a assinatura do protocolo de criação do Instituto do Envelhecimento da Universidade de Lisboa em Abril de 2010, entendi imediatamente abordar o meu amigo e antigo colega do Instituto de Ciências Sociais da mesma universidade, o Doutor António Barreto, que acabara de assumir pouco tempo antes a presidência da recém-criada Fundação Francisco Manuel dos Santos, a fim de lhe submeter a possibilidade de a novel fundação contribuir também para o estudo sobre as modalidades do envelhecimento na sociedade portuguesa.

Apresentei-lhe então o projecto sobre os «Processos de Envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida», projecto esse que a FFMS avaliou e generosamente decidiu apoiar, estando o estudo já disponível há cerca de um ano (impresso e *online*). Na mesma altura, foi o Doutor António Barreto quem, pelo seu lado, tomou a iniciativa de nos propor a realização de um outro estudo, a saber, uma investigação retrospectiva e prospectiva sobre o envelhecimento demográfico em Portugal. Considerei a proposta do maior interesse e, dada a especialização do tema, solicitei ao Professor Mário Leston Bandeira que apresentasse à FFMS, em nome do Instituto do Envelhecimento, um projecto condizente com a sugestão do Doutor António Barreto, o qual veio a ter a aprovação da Fundação.

Assim se tornou a FFMS parceira do protocolo assinado em 2010 pela Fundação Calouste Gulbenkian e a Universidade de Lisboa, e assim chega hoje ao público o enorme conjunto de resultados obtidos pela equipa de demógrafos coordenada pelo Professor Leston Bandeira. Nada fazia mais sentido, com efeito. Pequena unidade de investigação e de sensibilização pública inserida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, não podia o Instituto do Envelhecimento ignorar a importância decisiva da demografia na contextualização – a montante como a jusante – do envelhecimento da sociedade portuguesa e das formas segundo as quais as sucessivas gerações e os próprios indivíduos, de acordo com os seus atributos sociológicos, experimentam aquilo a que o professor João Lobo Antunes chamara «o tempo da vida» e, concretamente, os desafios e os riscos para as grandes idades.

Ora, graças à promoção combinada da FCG e da FFMS, estamos neste momento na posse de uma revisão actualizada das dimensões retrospectiva e prospectiva do envelhecimento demográfico na nossa sociedade. Além de exprimir o reconhecimento de todos os cientistas sociais ao Prof. Leston Bandeira e à sua equipa por este vasto documento destinado a enquadrar as nossas pesquisas sobre o envelhecimento por bastante tempo, não me compete

entrar nos méritos dos eventos passados e os cenários futuros apresentados pelos autores desta obra. Assinalarei apenas alguns elementos que me parecem mais importantes para a nossa imediata reflexão, seja ela retrospectiva ou prospectiva, já que ambas dificilmente podem deixar de estar ligadas.

No que diz respeito ao passado, e que se projecta no futuro com o peso incontornável dos factos demográficos, os autores demonstram à saciedade o impacto da grande vaga emigratória dos anos 60 e do início dos anos 70 do século passado (basicamente até ao choque petrolífero de 1973) sobre o envelhecimento a prazo da população portuguesa, o qual terá ainda sido algo contrariado pelo chamado movimento dos «retornados» das antigas colónias após o 25 de Abril.

Por pouco tempo, todavia, pois alguns anos após a democratização do sistema político começou a actuar na nossa sociedade uma baixa acentuada do índice de fecundidade para um nível inferior à taxa de reposição populacional, seja como resultado da «revolução contraceptiva» convocada pelos autores, seja de uma mudança de atitudes e comportamentos sociais mais vasto e de que aquela «revolução» faria parte, nomeadamente a crescente instabilidade das uniões conjugais e, porventura, aquela «revolução feminina» que Georg Simmel foi o primeiro grande cientista social a prever desde o início do século XX.

A referida dimensão da baixa da fecundidade em Portugal tem vindo a ganhar enorme visibilidade nos últimos tempos, o que acontece devido sem dúvida àquela que os economistas já designam como «a grande recessão», desde 2007 até hoje, durante a qual o índice de fecundidade caiu em Portugal para níveis inéditos abaixo de 1,3 em 2013, sem dúvida um dos mais baixos do mundo. Todos os cenários concebidos pelos autores deste estudo apontam, pois, para uma redução maior ou menor – e em alguns cenários, muito grande – da população residente em Portugal nas próximas décadas, o que constitui uma perspectiva suplementar para enquadrar as reflexões futuras sobre o envelhecimento em Portugal, seja em que domínio for, incluindo algumas das próprias dimensões biomédicas desse processo.

Para concluir, evitarei abrir nesta apresentação a discussão sobre os modelos societais que de um modo ou de outro sairão da presente «grande recessão». Limitar-me-ei a assinalar a necessidade de articular, nos nossos futuros estudos, o envelhecimento sociodemográfico com a dimensão do crescimento económico. Com efeito, é preciso conhecer melhor a forma como o baixo crescimento histórico da economia portuguesa desde o 25 de Abril – que na última década e meia já estancara, antes mesmo da actual recessão, a nossa capacidade de atracção de imigrantes e assim contrariar a baixa natalidade – está relacionado com a quebra gradual mas permanente do índice de fecundidade das mulheres portuguesas e com o próprio modelo de produção e consumo de

bens revelado pela recente retrospectiva da integração de Portugal na União Europeia promovida pela FFMS e realizada pelo Professor Augusto Mateus e os seus colaboradores.

Se é provável que crescimento e fecundidade sejam processos interligados, só munidos de estudos articulados ficaremos a compreender melhor ambos os fenómenos e, porventura, actuar sobre eles enquanto sociedade. É pois de saudar vivamente a investigação que estamos a receber, neste momento, dos seus autores e dos seus promotores, já que ela abre uma porta nova para ver mais longe e mais fundo nesses processos de envelhecimento que arriscam tornar-se os mais importantes e, quem sabe, mais constrangedores do nosso futuro como sociedade.

Já havíamos concluído esta breve nota de apresentação quando deparámos com a notícia profundamente infeliz do falecimento do Professor Mário Leston Bandeira, cuja memória saudamos pois de forma muito especial neste momento em que nos aprestamos a colocar junto do público os resultados de mais um dos seus notáveis contributos para o estudo da demografia em Portugal.

Manuel Villaverde Cabral

Introdução*

* Mário Leston Bandeira

Objecto da investigação

A investigação, de que agora apresentamos o relatório final, foi encomendada ao Instituto do Envelhecimento da Universidade de Lisboa pela Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Ficou estabelecido que o seu objecto seria o de descrever e analisar a evolução das estruturas etárias da população portuguesa entre 1950 e 2011, interpretar as causas demográficas das mudanças dessas estruturas assim como da população portuguesa e formular perspectivas e calcular projecções quanto à respectiva evolução no futuro.

Ficou também determinado que deveria ser uma análise de fenómenos demográficos, construída a partir da observação dos dados estatísticos do estado e do movimento da população portuguesa.

O conceito de envelhecimento demográfico

O conceito de envelhecimento demográfico designa, no essencial, a progressiva diminuição do peso das gerações mais jovens a favor das gerações mais velhas. O início dessa mudança coincide em geral com a descida da natalidade, que, porque substitui gerações mais plenas por gerações mais vazias, provoca a redução da base masculina e feminina da pirâmide e o consequente alargamento do peso das gerações mais velhas no topo.

Além do envelhecimento na base, provocado pela baixa da natalidade e do envelhecimento no topo, em consequência principalmente do aumento da duração média de vida a partir dos 60 anos, pode-se também falar de envelhecimento com origem em alterações das estruturas etárias intermédias, devidas à emigração de adultos activos.

O envelhecimento da população portuguesa começou na década de 1960 – época em que a natalidade se mantinha ainda relativamente elevada – sob o efeito de dois tipos de emigração: movimentos externos para países europeus e movimentos internos para o litoral urbano. Esses movimentos desequilibraram

principalmente, e de maneira durável, as estruturas das populações em idade activa nas regiões onde o êxodo demográfico foi mais intenso.

Na hipótese de a natalidade baixar e de, ao mesmo tempo, o risco de a mortalidade diminuir de maneira uniforme em todas as idades, o envelhecimento será sempre automático, porque os sobreviventes nas idades mais elevadas pertencem a gerações mais plenas e passam, por isso, a ser mais numerosos em proporção relativamente aos mais jovens.

Contudo, os desequilíbrios estruturais entre gerações juniores, gerações em idade activa e gerações seniores tenderão a acentuar-se à medida que o aumento das probabilidades de sobrevivência beneficie principalmente as idades pós-activas, acentuando a rectangularização da curva de sobrevivência e o envelhecimento do topo da pirâmide demográfica.

A influência da descida da natalidade no envelhecimento demográfico sempre foi inquestionável. Quanto ao papel do recuo da mortalidade nesse processo, ele é mais complexo e tem suscitado diferentes interpretações.

Em oposição a Notestein (1945), autor da teoria da transição demográfica que pela primeira vez equacionou a hipótese de um envelhecimento das populações devido à baixa fecundidade, alguns demógrafos insistiram na importância do papel do recuo da mortalidade enquanto factor que ampliava os efeitos de envelhecimento. Para esses demógrafos, o envelhecimento resultava não apenas da baixa da natalidade, mas também da baixa da mortalidade.

Mas esta interpretação foi contestada, por exemplo, por Alfred Sauvy (1954) que, em 1954, afirmou que, na medida em que «os progressos da medicina e da higiene permitiram salvar mais jovens do que idosos», o recuo da mortalidade, não só não favorecia o envelhecimento, como funcionava como factor de rejuvenescimento por ajudar a fortalecer a base da pirâmide.

Qualquer que seja a causa primeira do envelhecimento demográfico, as mudanças do peso relativo de cada estrutura no conjunto da população são sempre condicionadas pelas dinâmicas demográficas. O envelhecimento ou o rejuvenescimento das populações dependem do «desempenho» da natalidade, da mortalidade e das migrações.

Na medida em que esse «desempenho» é também social, económico, político e cultural, o envelhecimento demográfico, além de demográfico, é também social. O que obriga a uma abertura do campo dos estudos demográficos do envelhecimento para lá da sua base metodológica fundamental que é a análise demográfica.

Actualmente, estando estabelecido que o avançado declínio de muitas populações fortemente envelhecidas e com baixíssimo potencial de substituição das gerações e de auto-reprodução é explicável principalmente pela muito baixa natalidade, a atenção da análise demográfica tenderá a concentrar-se

principalmente nos efeitos e consequências do aumento da esperança de vida depois dos 60 anos sobre o envelhecimento. A nossa investigação procurou esclarecer esta questão.

Em síntese, o objecto definido para o nosso estudo é o de investigar a influência de cada movimento natural ou migratório no processo de envelhecimento da população portuguesa e consequentemente analisar, em sequência, a relação entre a emigração, a baixa da natalidade e a baixa da mortalidade e o envelhecimento da população portuguesa, nas suas diferentes componentes territoriais.

Fontes: reconstrução da base de dados*

* Texto elaborado por Cristina Sousa Gomes e Maria João Guardado Moreira.

A primeira e longa tarefa da equipa de investigação consistiu em reconfigurar os dados dos recenseamentos e do movimento da população, a partir dos concelhos, com o objectivo de criar séries ininterruptas, segundo a idade e o sexo e por Nuts II e Nuts III. Foi, deste modo, construída uma nova base de dados.

As fontes e dados de suporte foram os *Recenseamentos da População Portuguesa* e as *Estatísticas Demográficas* de 1950 a 2011. No entanto, para o desenvolvimento do projecto, houve necessidade de reorganizar a informação e os dados demográficos. Ou seja, teve de se proceder à reestruturação dos dados, compatibilizando as mudanças da organização territorial e as alterações de organização dos dados demográficos, com vista a constituir séries/bases de dados relativas ao período temporal em análise. Foi, assim, possível uma releitura, contínua, das características e dinâmicas da população portuguesa.

Esta foi uma etapa exigente e morosa, uma vez que houve necessidade de recorrer aos dados das unidades de base, os municípios, para se reconstruírem as unidades territoriais, as NUTS, em vigor. Esta opção deve-se ao facto de o município ser o elo comum das duas distribuições territorialmente implantadas. Mas houve também necessidade de integrar os municípios que entretanto se constituíram: Amadora, Odivelas, Trofa, Vendas Novas, Vizela. Uma referência ainda para municípios que foram mudando de unidade territorial estatística como é o caso do Gavião.

A informação estatística até 1988, do ponto de vista regional, estava organizada por Distritos (22, dos quais 18 no continente, 3 na Região Autónoma dos Açores e 1 na Região Autónoma da Madeira) e Municípios. A criação das NUTS – Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos – (Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro) introduziu uma nova forma de organização territorial[1], fixando 3 níveis quanto à ordenação territorial: Nível I, com 3 unidades (continente e regiões autónomas); Nível II, com 7 unidades (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve Região Autónoma da Madeira

1. Que interrompeu a continuidade das séries estatísticas longas baseadas nos distritos.

e Açores); Nível III com 30 unidades (reunindo os 308 concelhos). Em 2002 (Decreto-Lei nº 244/2002) houve uma reconfiguração ao nível das NUTS II e III com as alterações da NUTS II Lisboa e Vale do Tejo, alterações que perduram e foram as consideradas no projecto de investigação[2].

[2.] Embora não se refiram, por não terem sido alvo de análise deste projecto pelo seu nível de desagregação, as freguesias mantiveram-se como unidade em qualquer dos critérios da organização territorial.

Quadro 0.1 Distribuição das Nuts I,II e III

NUTS I	NUTS II	NUTS III
Continente	Norte	Minho Lima
		Cávado
		Ave
		Grande Porto
		Tâmega
		Entre Douro e Vouga
		Douro
		Alto Trás-os-Montes
	Centro	Baixo Vouga
		Baixo Mondego
		Pinhal Litoral
		Pinhal Interior Norte
		Dão-Lafões
		Pinhal Interior Sul
		Serra da Estrela
		Beira Interior Norte
		Beira Interior Sul
		Cova da Beira
		Oeste
		Médio Tejo
	Lisboa	Grande Lisboa
		Península de Setúbal
	Alentejo	Alentejo Litoral
		Alto Alentejo
		Alentejo Central
		Baixo Alentejo
		Lezíria do Tejo
	Algarve	Algarve
Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores	Região Autónoma dos Açores
Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma da Madeira

Fonte Ine – http://smi.ine.pt/

O refazer dos dados demográficos segundo as várias NUTS com base na informação dos municípios até 1988 levantou alguns problemas, particularmente frequentes nas fontes mais antigas (Recenseamento e Estatísticas Demográficas), uma vez que os totais parciais obtidos acabaram frequentemente

por não coincidir com o total do país. Em vários documentos, por exemplo nos Recenseamentos, há indivíduos atribuídos ao distrito mas não afectos a um concelho, o que nos impossibilitou a sua ponderação e respectiva afectação a um concelho e à respectiva NUTS. Daqui resulta que, por vezes, como se referiu, o todo não é absolutamente coincidente com a soma das partes. Assim, optou-se por usar, na apresentação e análise dos dados, o total do país – Portugal como um todo, independente da soma das várias NUTS II ou III, entretanto reconstruídas. Mas, mesmo quanto aos dados do país, tiveram de se tomar algumas decisões para garantir a manutenção de um critério uniforme na sua agregação. Se nestas últimas décadas o INE distingue um total e do país, propriamente dito, nem sempre tal aconteceu, pelo que se procurou garantir que o total apresentado para Portugal era o que resultava, de facto, do que no país acontecia sem incluir, nomeadamente, informação relativa ao estrangeiro, valores ignorados ou mal definidos.

Ainda no âmbito da informação demográfica importa referir as mudanças relativas aos censos. 1950 constitui um ponto de viragem na apresentação e tratamento de dados populacionais uma vez que foi o último dos censos em que a população presente foi a analisada e não a residente. A partir do Censo de 1960 é a população residente que é desagregada segundo as várias dimensões.

Quanto aos dados das *Estatísticas Demográficas,* as principais dificuldades devem-se ao facto de os dados não serem apresentados sempre da mesma forma, o que obrigou a um trabalho de reconstrução de séries de dados, partindo do município, refazendo as novas unidades territoriais e de agregação de dados com vista a refazer séries tão completas quanto possível. Deve salientar-se que nem sempre se encontram séries contínuas de dados no período em análise, em alguns casos os dados não foram disponibilizados pelo próprio INE, noutros as modificações sociais políticas do país alteraram a forma de análise e, por isso, a classificação dos fenómenos.

A análise do projecto foi desenvolvida considerando: o país, NUTS II e III e quando pertinente serão apresentados dados relativos aos concelhos. A conjugação de várias escalas de análise permitem, por um lado, uma visão de conjunto do país, mas, por outro, permitem também apreender a diversidade regional subjacente à caracterização do envelhecimento e determinantes para a percepção das dinâmicas populacionais.

O desenvolvimento e conclusão da pesquisa foram condicionados pela publicação pelo INE dos dados definitivos do Recenseamento de 2011, a qual ocorreu em finais de Novembro de 2012.

Antecedentes pré-modernos da população portuguesa*

* Texto elaborado por Mário Leston Bandeira

Durante o século XIX, época em que, com a excepção da França, todas as populações europeias tinham natalidades muito elevadas, a natalidade portuguesa era relativamente moderada.

Comparando a demografia portuguesa com a demografia dos países do Norte e do Centro da Europa, o que sobressai é o facto de a natalidade ser nessa época mais baixa em Portugal do que nesses países. Como mostrou Livi-Bacci (1971), a taxa bruta de natalidade na maioria dos países europeus variava à volta de 40 nados-vivos por mil habitantes, enquanto em Portugal ela não ultrapassava os 33 nados-vivos.

Simultaneamente, a mortalidade continuava a descer muito lentamente. Desta conjugação entre uma natalidade moderadamente elevada e uma mortalidade em processo de lento recuo, resultou durante muito tempo um crescimento natural positivo, mas muito moderado.

Durante muito tempo, até ao início da transição demográfica na década de 1960, a população de Portugal manteve o perfil predominante desde a 2.ª metade do século XIX: natalidade moderadamente elevada, recuo lento da mortalidade, crescimento natural moderado, crescimento migratório negativo e configuração jovem das estruturas etárias.

Restrições ao casamento e emigração

O facto de, em média, nascerem menos 7 crianças por mil habitantes em Portugal do que em outros países europeus durante o século XIX não é explicável por uma muito improvável hipótese segundo a qual em Portugal se recorria mais do que em outros países a métodos artificiais de contracepção. A razão é outra. A nossa natalidade era condicionada pelo sistema de casamento que entre nós era praticado, desde pelo menos o início do século XIX, principalmente no Norte e no Centro, ou seja, nas regiões mais populosas. Este sistema restringia fortemente o acesso ao casamento, causando elevadas proporções de celibatários e casamentos tardios. Manteve-se em Portugal até à década de 1950.

John Hajnal teorizou em 1965 este «modelo europeu de casamento». Na sua opinião, ele era praticado desde o século XVII pelas populações europeias situadas a ocidente de uma linha imaginária que descia de S. Petersburgo para Trieste. Portugal foi um dos exemplos mais expressivos do modelo.

A auto-regulação da natalidade através do controlo do acesso ao casamento inscrevia-se numa estratégia de sobrevivência das famílias que maioritariamente angariavam o seu sustento exclusivamente a partir da terra,

explorando directamente as suas pequenas parcelas ou trabalhando à jorna para um patrão. Não eram assalariados, não tinham um rendimento assegurado, dependiam de uma economia de subsistência que impunha que quem não tivesse recursos próprios e suficientes, ou seja, um dote e uma casa, não se podia casar.

As alternativas para a maioria dos jovens rurais em idade de casar, não assalariados e sem recursos, eram ficar a trabalhar por conta dos pais ou de um irmão e, em último caso, emigrarem. Uma grande parte dessa população optava por emigrar para o estrangeiro.

Para muitas raparigas a solução estava em Lisboa, onde iam servir como criadas. Outras optavam pela prostituição. Paul Descamps (1935) explicou muito bem os tristes percursos de muitas dessas jovens nos anos 1930. E sublinhou que «a emigração, tal como é praticada no Norte de Portugal, parece provocar uma certa desorganização familiar».

Na década de 1950, Montalvão Machado (1956-1957) acusava a emigração de ser uma das causas do declínio da natalidade porque «os emigrantes eram principalmente constituídos por gente nova, mais apta à reprodução».

Uma parte importante do excedente de vidas era, pois, canalizado para a emigração. Sendo a emigração maioritariamente masculina, ela desequilibrava inevitavelmente o mercado matrimonial, porque a diminuição dos efectivos masculinos em idade de casar reduziam as probabilidades de casamento da população feminina.

A emigração masculina significava muitas vezes uma tremenda sangria no mercado matrimonial. O distrito de Viana do Castelo exemplifica bem esse facto. Neste distrito, por causa da emigração, havia apenas cerca de 60 homens em idade de casar para 100 mulheres. O resultado era inevitável: 30 % das mulheres nunca casavam e quando o faziam, estavam já próximo dos 30 anos, o que não lhes deixava muitas oportunidades para criarem uma descendência numerosa.

Se não houve revolução industrial em Portugal, isso não foi por culpa do fraco crescimento demográfico. Tínhamos um exército de reserva que seria relativamente modesto, é verdade, mas principalmente não tínhamos fábricas, não havia oferta de emprego industrial.

Até ao princípio da década de 1960, grande parte dos excedentes demográficos eram incorporados num exército de emigrantes principalmente comandado em direcção à imigração brasileira, a qual, como mostrou Miriam Halpern Pereira (1971), era uma imigração rural, imigração para as grandes roças, em muitos aspectos aparentada ao esclavagismo.

Apesar de o político republicano Afonso Costa (1911) ter escrito que a emigração portuguesa tinha um carácter de «quasi forçada expulsão» de uma

população agrícola «reduzida à mais cruciante miséria», na 1.ª República nada mudou, a emigração continuou a ser o destino inevitável de muitos nómadas transatlânticos. Assim como nada mudou durante o Estado Novo: continuámos a emigrar principalmente para o Brasil e para outros países da América do Sul.

Transição demográfica e mudanças do paradigma de Antigo Regime

Em Portugal, deu-se uma coincidência temporal entre a liberalização do casamento e o início da queda da natalidade. Tudo começou a acontecer no início da década de 1960. A partir da 2.ª metade da década seguinte, acelerou-se a passagem para um regime de baixa natalidade. Todas estas rápidas acelerações exprimiam a urgência de mudanças sociais que se impunham a uma sociedade que, durante demasiado tempo, se manteve isolada e reticente aos ventos da modernidade.

Na narrativa demográfica europeia, a modernização ou transição demográfica em Portugal é «original» por ter sido muito tardia. Em comparação com a generalidade das populações europeias, a queda da fecundidade iniciou-se com mais de oitenta anos de atraso.

Também o desfasamento temporal entre o recuo da mortalidade e o início da queda da natalidade foi mais longo do na generalidade dos países europeus.

É provável que o início da queda da mortalidade se tenha iniciado em Portugal por volta de finais do século XVIII. Mas, no início do século XX, a esperança de vida no nascimento em Portugal não ultrapassava os 40 anos e o valor da taxa de mortalidade infantil era superior a 150 óbitos por cada mil nados-vivos antes do 1.º aniversário.

Durante a República, as coisas não melhoraram, antes pelo contrário. Em 1917, a taxa bruta de mortalidade era de 22,3 ‰. Mas, no ano seguinte, o súbito surto de gripe espanhola provocou um aumento brutal para 41,4 ‰, o que representa uma sobremortalidade de mais 85,4 %[3]. Durante este ano fatídico de 1918, a esperança de vida desceu abaixo dos 20 anos e a taxa de mortalidade infantil subiu para 209,1 ‰.

Em todos os distritos, as mulheres perderam mais anos de vida do que os homens. Elas foram as principais vítimas.

Adicionando o total de óbitos atribuíveis à pneumónica em 1918, no continente e no distrito de Ponta Delgada (114 836 óbitos), e em 1919 no continente (20 421), pode-se estimar que a crise de mortalidade terá ocasionado, entre 1918 e 1919, uma sobremortalidade de mais 135 257 óbitos.

Entre o início do século XX e o final da República, a situação sanitária em Portugal continuou a ser deplorável. Foi um tempo perdido na luta contra as causas da elevada mortalidade, em particular as suas causas sociais, como

3. Valor que resulta da comparação entre a taxa de 1918 e a de 1917 (22,3 ‰). A sobremortalidade sobe para 93 %, se compararmos a taxa de 1918 com a taxa média do período entre 1915 e 1917, durante o qual a mortalidade estava mais próxima do valor médio de 20 ‰. As informações aqui apresentadas acerca da crise de mortalidade de 1918-1919 foram retiradas de Bandeira, 2009.

sejam a má alimentação, a insalubridade da habitação e dos locais de trabalho, a falta de assistência à maternidade e às crianças, a falta de um sistema universal de cuidados médicos, tudo causas que já tinham sido apontadas por Ricardo Jorge (1899).

Mas no final da década de 1920, a mortalidade iniciou uma fase de recuo ininterrupto que se manteve até hoje. Em 1930, a esperança de vida subiu para 47 anos, em 1950 ultrapassou os 50 anos e em 1970 as mulheres chegaram aos 70 anos. Passados mais 40 anos, em 2010 a duração média de vida das mulheres deverá chegar aos 83 anos (82,27 anos em 2008) e a dos homens aproximar-se-á dos 77 (76,06 em 2008). Quanto à taxa de mortalidade infantil, que há 70 anos era praticamente idêntica à de 1900 (146,8 ‰ em 1941), ela atingiu em 2009 o valor extraordinário de 3,6 por mil.

Os primeiros sinais de descida da natalidade só começaram a manifestar-se em finais dos anos 1920, mas esses primeiros sinais não tiveram continuidade imediata.

É que a evolução da natalidade, entre o final dos anos 20 e o início dos anos 60, foi fundamentalmente condicionada pelas oscilações da nupcialidade. Assim, do mesmo modo que o primeiro movimento de queda da natalidade (entre 1927 e 1941) pode ter resultado da descida da nupcialidade – ocorrida *grosso modo* durante a grande crise da economia mundial dos anos 30 – também a subida da nupcialidade, a partir do início dos anos 40, pode explicar a subida da natalidade entre 1941 e 1962.

O recuo estrutural da natalidade – recuo que se repercutiu até à actual situação de declínio demográfico – foi sem dúvida bem mais tardio do que costuma ser admitido. E essa constatação acentua a dimensão excepcional do desfasamento temporal português entre o início da queda da mortalidade e o início da baixa da natalidade.

A partir dos anos 60, a progressiva afirmação da autonomia da nupcialidade em relação à natalidade confirma que a demografia portuguesa começou finalmente a entrar na era moderna.

A liberalização do mercado matrimonial, com um substancial aumento da nupcialidade, parece ter sido, em grande parte, resultado da vaga emigratória das décadas de 1960/70. De um ponto de vista teórico, a forte emigração deste período, acrescida da guerra colonial, devia ter funcionado como factor de perturbação do mercado matrimonial, impedindo ou adiando um número importante de casamentos. Tal não aconteceu. O movimento migratório foi protagonizado por gerações que, graças à emigração para países europeus economicamente e socialmente mais avançados, ganharam liberdade e capacidade para constituírem famílias de um novo tipo, famílias inspiradas pela racionalidade moderna da mobilidade social e do valor da educação dos descendentes.

No novo quadro social e familiar assim criado, as restrições no acesso ao casamento perderam a sua função auto-reguladora, deixaram de fazer sentido.

Em consequência destas mudanças, até 1975, ao mesmo tempo que o número de casamentos cresce em espiral, a natalidade vai baixando irreversivelmente.

A emigração portuguesa das décadas de 1960 e de 1970 foi a principal causa do início do processo de envelhecimento da nossa população, não apenas porque provocou um forte défice de população adulta activa, mas também porque influenciou decisivamente o início da revolução contraceptiva e da queda da natalidade, que serão os factores decisivos da progressão do envelhecimento.

Relatório final

Passados quase três anos, apresentamos os resultados da nossa investigação. Houve dificuldades e atrasos, mas nunca perdemos o rumo das nossas responsabilidades.

As principais dificuldades colocadas ao trabalho que tínhamos de desenvolver foram suscitadas pela inevitável obrigação de se proceder à prévia e minuciosa reconstrução de uma base de dados baseada nas novas unidades estatísticas impostas a partir de 1989. Foi uma tarefa muito exigente em paciência e tempo.

O calendário de publicação dos dados definitivos do recenseamento de 2011 também condicionou o evoluir da investigação, provocando atrasos que não estavam previstos.

Foi uma investigação aparentada a uma maratona com obstáculos, é deste modo que me atrevo a qualificá-la. Exigiu muita resistência, elasticidade não apenas atlética mas também mental e muita perseverança e solidariedade e bom entendimento de toda a equipa de investigação.

A nossa análise e reflexão não são obviamente perfeitas nem definitivas, mas sabemos que elas assentam em alicerces firmes. Outros julgarão acerca do seu valor, do seu contributo para o conhecimento demográfico, acerca das suas falhas e limitações.

Saudamos, na pessoa do Prof. António Barreto, o excepcional mecenato científico da Fundação Francisco Manuel dos Santos, que se dignou abrir-nos as portas e designar-nos como felizes eleitos para a criação e a partilha de novos conhecimentos numa área científica raramente escolhida. Temos esperança, e a concretizar-se ela seria a nossa principal recompensa, que os resultados que apresentamos neste relatório possam corresponder às expectativas da Fundação e do Prof. António Barreto.

Saúdo e agradeço ao meu amigo Manuel Villaverde Cabral, Director do Instituto do Envelhecimento da Universidade de Lisboa, ter-me convidado para dirigir esta investigação e de nunca nos ter faltado com o seu estímulo e apoio.

Cumprimento efusivamente Patrick Festy, Júlio Perez Diaz, Gustavo De Santis e David Reher, e agradeço-lhes a disponibilidade para participarem com a nossa equipa de investigação num seminário que nos reuniu a todos, em Lisboa, nos dias 23 e 24 de Julho de 2012. Dois dias de perfeita comunicação e de debate em clima de agradável convivência e de extrema cooperação. Dois dias que não esqueceremos.

Agradecimento final e testemunho de reconhecimento para cada uma das Investigadoras que participaram nesta maratona de três anos, que souberam e foram capazes de lhe dar o melhor de si próprias quer em empenhamento pessoal, quer em seriedade, esforço e qualidade no trabalho científico, quer nas relações humanas. Verdadeira lição de vida, eu vos agradeço o meu orgulho de também ter participado.

Bibliografia

Bandeira, Mário Leston, 1996. *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Bandeira, Mário Leston, 2009. «A sobremortalidade de 1918: análise demográfica», José Manuel Sobral et al., *A Pandemia Esquecida. Olhares comparados sobre a pneumónica 1918-1919*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 131-154.

Costa, Afonso, 1911. *Estudos de Economia Nacional. I – O Problema da Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Descamps, Paul, 1935. *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Paris, Firmin-Didot Éditeurs.

Hajnal, John, 1965. «European Marriage Patterns in Perspective», D. V. Glass and D. E. C. Eversley (ed.), *Population in History*, Edward Arnold, Londres: 101-143.

Jorge, Ricardo, 1899. *Demografia e Hygiene da Cidade do Porto*, Porto.

Livi-Bacci, Massimo, 1971. *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton, Princeton University Press.

Machado, J. T. Montalvão, 1956-1957. «Alguns aspectos da natalidade», *Revista do Centro de Estudos Demográficos do INE*, n.º 10, pp. 97-149.

Notestein, Frank W., 1945. «Population, the Long View», E. Schulz (org.), *Food for the World*, Chicago, University of Chicago Press, pp. 36-56.

Pereira, Miriam Halpern, 1971. «Demografia e desenvolvimento de Portugal na segunda metade do século xix», *Análise Social*, vol. VII (25-26): 85-117.

Sauvy, Alfred, 1954. «Le vieillisement des populations et l'allongement de la vie», *Population*, 4, pp. 675-682.

Capítulo I

Evolução da população portuguesa*

* Maria João Guardado Moreira e Cristina Sousa Gomes

1. População residente e crescimento

A análise da evolução da população entre 1950 e 2011 compreende um período extenso, de sessenta anos, marcado pela profunda rutura e viragem da passagem do crescimento demográfico para o envelhecimento, tal como Lutz e Sanderson referem (2004, p. 1): «while the 20th century was the century of population growth [...] the 21st century is likely to see the end of Population growth and became the century of Population ageing». Aliás, já em meados do século passado Alfred Sauvy referia que o século XXI iria ser o século do envelhecimento (Sauvy cit. por Nazareth, 2009).

Estes sessenta anos foram marcados por uma alteração de paradigma quanto à evolução da população, além de profundas mudanças sociais, económicas e políticas que ocorreram na Europa e também em Portugal. São sessenta anos igualmente marcados pelos progressos científicos e técnicos que, na população, se refletiram em transformações profundas na sua dinâmica, com aumentos progressivos ao nível da esperança de vida, mas com um decréscimo continuado da fecundidade.

Jacques Légaré relativamente ao processo de envelhecimento refere que durante o século XXI será crescente o aumento do número de idosos, mas que, simultaneamente, se assiste a uma «democratização da velhice» uma vez que esta fase da vida se alarga e não está apenas reservada a alguns (2001, p. 118).

Para Lutz, Sanderson e Scherbov, «embora o envelhecimento seja em primeira instância um fenómeno demográfico as suas consequências vão muito além da demografia» (2009, p. 76).

Quadro 1.1 População residente em Portugal

Recenseamento	Total da população	Variação percentual (%)	Taxa de crescimento anual médio (%)
1950	8 441 312		
1960	8 889 392	5,3	0,52
1970	8 663 252	-2,5	-0,26
1981	9 833 014	13,5	1,24
1991	9 867 147	0,3	0,03
2001	10 356 117	5,0	0,49
2011	10 562 178	2,0	0,20

Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa

Ao longo dos vários momentos censitários, registou-se um aumento da população portuguesa, com excepção do período entre 1960/70, em que o volume da população diminuiu. Foi entre 1970 e 1981 que o crescimento populacional foi mais intenso, em média mais de 1 residente por cada 100 por cada ano, o que globalmente, nos dez anos, corresponde a mais de cerca de 14 pessoas por cada 100. Aumento este que se relaciona com o período particular que Portugal viveu decorrente do regresso de milhares de cidadãos provenientes das ex-colónias, além de algum retorno de emigrantes. Entre os vários momentos censitários de 1950 a 2011 nota-se que a seguir aos períodos de maior crescimento sucedem-se fases de menor dinâmica. Relativamente ao último recenseamento realizado em Portugal, em 2011, observa-se uma perda da dinâmica populacional, tendo sido o crescimento populacional na ordem dos 0,20 %.

Quadro 1.2 População residente nas NUTS II

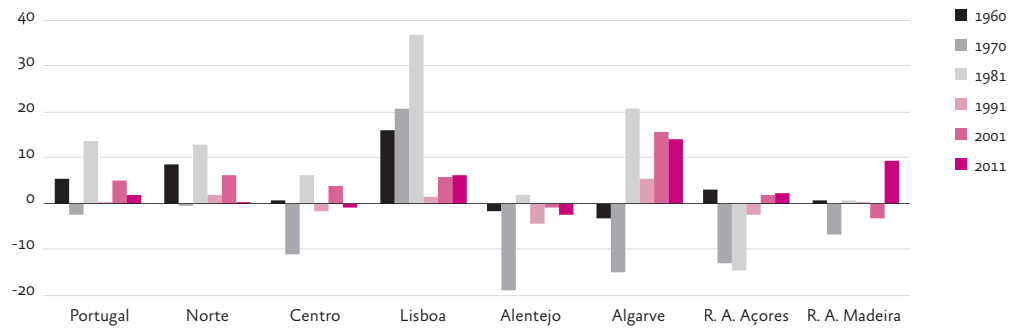
NUTS II	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Norte	2 802 631	3 040 516	3 019 970	3 410 099	3 472 715	3 687 293	3 689 682
Centro	2 416 093	2 434 934	2 165 815	2 301 514	2 258 768	2 348 397	2 327 755
Lisboa	1 298 986	1 505 982	1 815 290	2 482 276	2 520 708	2 661 850	2 821 876
Alentejo	1 011 513	996 227	805 960	819 337	782 331	776 585	757 302
Algarve	325 301	314 841	268 040	323 534	341 404	395 218	451 006
Região Autónoma dos Açores	317 277	327 476	285 015	243 410	237 795	241 763	246 772
Região Autónoma da Madeira	266 990	268 937	251 135	252 844	253 426	245 011	267 785
Portugal	8 441 312	8 889 392	8 663 252	9 833 014	9 867 147	10 356 117	10 562 178

Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa

Considerando as NUTS II, é no Norte que reside um maior volume de população. O Centro até 1981 era a segunda região com maior volume de população residente, tendo alterado a sua posição com Lisboa. Ou seja, a partir de 1981 a NUTS II de Lisboa constitui a segunda região com mais habitantes, seguida pelo Centro. O Alentejo e o Algarve correspondem às quarta e quinta regiões quanto ao volume da população residente. O recenseamento de 1981 marca igualmente uma alteração nas duas regiões autónomas, uma vez que até esta data são os Açores que têm um maior número de residentes e desde esse momento esse lugar é ocupado pela Madeira.

Importa ainda salientar que apenas na NUTS II Lisboa o volume populacional aumentou em todos os momentos censitários. Na NUTS II do Norte verifica-se uma diminuição de 1960 para 1970, recuperada em 1981. Na NUTS II do Algarve, há uma perda de população em 1960, relativamente a 1950, prolongando-se em 1970 e 1981, sendo que a partir de 1991 se verifica um aumento contínuo da população residente. No Centro, o volume populacional regista um decréscimo no Censo de 1970. Depois, apesar das oscilações, com aumentos em 1981 e 2001, a população desta NUTS II não voltou a registar o mesmo número de residentes de 1960. A NUTS II do Alentejo vê a sua população diminuir ao longo de todos os períodos censitários. Na NUTS II dos Açores, embora não seja contínuo, o decréscimo populacional manifesta-se em 1970, um pouco na sequência do que aconteceu nas NUTS do continente. No entanto, apesar do aumento do número de habitantes em 2001 e 2011, o total de residentes da região autónoma fica aquém do registado em 1960. Na Madeira, o volume de população em 2011 é inferior ao registado em 1960 e 1970, porém, superior ao de 1950. As perdas de habitantes foram mais significativas em 1981 e 2001.

Gráfico 1.1 Variação percentual da população residente em Portugal e NUTS II (%)



Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa

De 1950 para 1960, a dispersão da variação populacional é bastante ampla desde os 16,02 %, em Lisboa, para -3,22 % no Algarve. Apenas em duas NUTS se registam perdas populacionais (Alentejo -1,51 % e Algarve -3,22 %). Os crescimentos mais intensos, além do verificado em Lisboa, são os registados no Norte, 8,49 %, e nos Açores, 3,22 %.

De 1960 para 1970, a dispersão da variação populacional é ainda mais intensa. Lisboa continua a registar a variação de crescimento populacional mais forte de 20,45 %, sendo a única NUTS II que regista crescimento populacional, as restantes registam perdas de -0,68 %, no Norte, -11,05 % no Centro, -12,97 % nos Açores e -19,10 % no Alentejo.

De 1970 para 1981, apenas a Região Autónoma dos Açores apresenta perdas populacionais (-14,60 %). No continente e Região Autónoma da Madeira o crescimento é global, mas mais significativo em Lisboa com 36,74 %, registando o crescimento mais intenso de todos os momentos censitários. Na NUTS II do Norte, o crescimento é de 12,92 %, no Centro de 6,27 %, no Alentejo de 1,66 % e no Algarve de 20,70 %.

De 1981 para 1991, de uma maneira geral o crescimento é menor que na década anterior, aumentando o número de NUTS que registam perdas populacionais. Ou seja, o Centro vê a sua população diminuir em -1,86 %, o Alentejo em -4,52 % e a Região Autónoma dos Açores em -2,31 %. Neste período, contrariamente aos anteriores, já não é em Lisboa que se regista o maior crescimento, mas no Algarve com 5,52 %. No Norte, o crescimento foi de 1,84 %, em Lisboa de 1,55 % e na Madeira de 0,23 %.

De 1991 para 2001, o Algarve regista, novamente, o maior crescimento populacional, 15,76 %, seguido pelo Norte com 6,18 %, Lisboa com 5,60 %, o Centro com 3,97 %, e os Açores com 1,67 %. Perdem população o Alentejo (-0,73 %) e a Madeira (-3,32 %).

De 2001 para 2011, o Algarve regista um crescimento populacional intenso de 14,12 %, comparativamente às restantes NUTS II. Na Madeira, verifica-se uma inversão relativamente à década anterior, apresentando o segundo crescimento mais expressivo do país (9,30 %), a que se segue Lisboa e os Açores (6,01 % e 2,07 %, respectivamente). No Norte, o acréscimo populacional é muito ténue, próximo de zero, e no Centro e Alentejo regista-se uma perda populacional.

Da análise da variação percentual da população residente ressalta a diferente capacidade das NUTS II quanto aos efeitos da atracção e repulsão da população. Assim, até 1981, Lisboa é a NUTS II que tem maior capacidade de atracção, enquanto o Algarve é a região com maior capacidade de atracção em 2001 e 2011. Registe-se, ainda, 1991 como a década em que a intensidade da variação é menor e mais uniforme, além de que se altera a tendência de evolução em várias regiões, caso do Centro, do Alentejo ou dos Açores.

Quadro 1.3 Variação percentual da população residente entre 1960 e 2011 Portugal e NUTS III (%)

NUTS III	1950-60	1960-70	1970-81	1981-91	1991-2001	2001-2011
Portugal	5,3	-2,5	13,5	0,4	5,0	2,0
Minho Lima	1,2	-9,8	2,5	-2,6	0,1	-2,2
Cávado	7,8	2,1	18,9	7,4	11,3	4,4
Ave	16,3	3,5	16,8	7,9	9,4	0,4
Grande Porto	13,4	11,1	20,4	4,5	8,0	2,1
Tâmega	7,4	2,6	11,5	1,1	8,3	-0,1
Entre Douro e Vouga	14,0	11,7	12,5	6,5	9,7	-0,7
Douro	-2,1	-17,7	1,1	-8,7	-7,1	-7,2
Alto Trás-os-Montes	5,7	-23,0	-0,4	-13,7	-5,1	-8,5
Baixo Vouga	7,0	-2,2	16,6	4,1	10,1	1,3
Baixo Mondego	4,1	-3,8	12,3	-0,3	3,5	-2,4
Pinhal Litoral	7,6	-3,6	12,9	4,0	11,9	4,0
Pinhal Interior Norte	-6,7	-18,5	1,1	-8,3	-0,6	-5,1
Dão-Lafões	-0,4	-13,4	5,1	-4,3	1,4	-3,2
Pinhal Interior Sul	-3,3	-18,7	-15,2	-16,1	-11,8	-9,2
Serra da Estrela	-6,7	-17,5	0,5	-5,2	-7,7	-12,3
Beira Interior Norte	-7,9	-27,4	-4,4	-8,9	-2,7	-9,5
Beira Interior Sul	-4,1	-20,5	-8,4	-6,0	-3,6	-4,0
Cova da Beira	1,7	-19,6	-4,2	-6,7	0,5	-6,1
Oeste	3,3	-6,5	11,0	1,2	7,7	7,0
Médio Tejo	2,3	-7,2	4,1	-2,7	2,1	-2,4
Grande Lisboa	14,2	16,3	34,4	-0,9	3,6	4,9
Península de Setúbal	24,0	38,3	45,1	9,6	11,6	9,1
Alentejo Litoral	-1,3	-23,0	3,3	-4,5	1,5	-2,1
Alto Alentejo	-3,8	-22,7	-1,9	-5,7	-5,6	-6,8
Alentejo Central	-0,3	-18,9	1,1	-4,0	0,3	-3,9
Baixo Alentejo	-4,5	-26,5	-7,2	-10,0	-5,5	-6,2
Lezíria do Tejo	2,5	-6,4	11,0	-0,5	3,4	2,8
Algarve	-3,2	-14,9	20,7	5,5	15,8	14,1
Região Autónoma dos Açores	3,2	-13,0	-14,6	-2,3	1,7	2,1
Região Autónoma da Madeira	0,7	-6,6	0,7	0,2	-3,3	9,3

Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa

A desagregação por NUTS III permite confirmar as tendências observadas anteriormente, embora agora de forma mais fina, permitindo apreender os efeitos regionais que se diluíam numa agregação mais ampla como a das NUTS II. Efeitos significativos como os que decorrem das perdas populacionais, que em todo o período considerado afectaram particularmente as regiões do interior (Pinhal Interior Sul, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Alto Trás-os-Montes, embora só depois de 1960).

Ou os efeitos contrários que advêm da capacidade de atracção de população, como se verificou no Grande Porto e na Grande Lisboa, até 1981, que se traduz em valores elevados da variação da sua população (crescimento); movimento que depois perde dinâmica a favor das regiões circundantes. Já a Península de Setúbal mantém-se uma das regiões com valores percentuais mais elevados, revelador da sua dinâmica, a que devemos juntar o Algarve a partir de 1981.

Quadro 1.4 Taxa de crescimento anual médio em Portugal e NUTS II (%)

	1950/1960	1960/1970	1970/1981	1981/1991	1991/2001	2001/2011
Portugal	0,52	-0,26	1,24	0,03	0,49	0,20
Norte	0,82	-0,07	1,19	0,18	0,61	0,01
Centro	0,08	-1,16	0,59	-0,19	0,39	-0,09
Lisboa	1,49	1,89	3,10	0,15	0,55	0,59
Alentejo	-0,15	-2,10	0,16	-0,46	-0,07	-0,25
Algarve	-0,33	-1,60	1,85	0,53	1,49	1,33
Região Autónoma dos Açores	0,32	-1,38	-1,53	-0,23	0,17	0,21
Região Autónoma da Madeira	0,07	-0,68	0,07	0,02	-0,34	0,89

Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa

Se considerarmos a taxa de crescimento anual médio, indicador que nos dá a dimensão do ritmo e intensidade do crescimento anual em cada região, percepcionamos com mais rigor as tendências de cada década. Veja-se a década de 1960, período de forte mobilidade interna e para o exterior que penaliza quase todas as regiões, mas em especial as do interior, sendo que algumas não tornam a recuperar população, como se pode verificar no registo contínuo de taxas negativas (Quadro 1.5). Esta evolução delineia de forma clara a dicotomia litoral/interior que caracteriza a distribuição da população pelo território, tendência que se tem vindo a acentuar.

Quadro 1.5 Taxa de crescimento anual médio, NUTS III (%)

NUTS III	1950/1960	1960/1970	1970/1981	1981/1991	1991/2001	2001/2011
Minho Lima	0,12	-1,03	0,24	-0,26	0,01	-0,22
Cávado	0,76	0,20	1,71	0,71	1,08	0,43
Ave	1,52	0,34	1,52	0,76	0,91	0,03
Grande Porto	1,27	1,06	1,83	0,43	0,77	0,21
Tâmega	0,71	0,25	1,06	0,11	0,80	-0,01
Entre Douro e Vouga	1,32	1,12	1,16	0,63	0,94	-0,07
Douro	-0,21	-1,93	0,11	-0,90	-0,73	-0,74
Alto Trás-os-Montes	0,56	-2,58	-0,04	-1,45	-0,52	-0,88

NUTS III	1950/1960	1960/1970	1970/1981	1981/1991	1991/2001	2001/2011
Baixo Vouga	0,68	-0,22	1,51	0,40	0,97	0,13
Baixo Mondego	0,40	-0,39	1,14	-0,03	0,35	-0,24
Pinhal Litoral	0,73	-0,37	1,19	0,38	1,14	0,39
Pinhal Interior Norte	-0,69	-2,02	0,10	-0,86	-0,06	-0,52
Dão-Lafões	-0,04	-1,43	0,49	-0,43	0,14	-0,32
Pinhal Interior Sul	-0,33	-2,04	-1,59	-1,72	-1,26	-0,95
Serra da Estrela	-0,69	-1,90	0,05	-0,53	-0,80	-1,31
Beira Interior Norte	-0,82	-3,15	-0,44	-0,92	-0,27	-0,99
Beira Interior Sul	-0,42	-2,27	-0,85	-0,61	-0,37	-0,40
Cova da Beira	0,17	-2,16	-0,42	-0,69	0,05	-0,63
Oeste	0,33	-0,67	1,03	0,11	0,75	0,68
Médio Tejo	0,23	-0,75	0,40	-0,27	0,21	-0,24
Grande Lisboa	1,33	1,52	2,92	-0,09	0,35	0,48
Península de Setúbal	2,18	3,29	3,70	0,91	1,11	0,87
Alentejo Litoral	-0,13	-2,58	0,32	-0,45	0,15	-0,21
Alto Alentejo	-0,39	-2,54	-0,19	-0,58	-0,58	-0,70
Alentejo Central	-0,03	-2,08	0,11	-0,41	0,02	-0,40
Baixo Alentejo	-0,45	-3,03	-0,72	-1,04	-0,57	-0,64
Lezíria do Tejo	0,25	-0,66	1,02	-0,05	0,34	0,27
Algarve	-0,33	-1,60	1,85	0,53	1,49	1,33
Região Autónoma dos Açores	0,32	-1,38	-1,53	-0,23	0,17	0,21
Região Autónoma da Madeira	0,07	-0,68	0,07	0,02	-0,34	0,89

Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa

Em síntese, quando analisamos o ritmo e a intensidade da evolução da população entre 1950 e 2011, observamos que, embora a população portuguesa tenha aumentado entre 1950 e 2011, com a excepção da década 1960/70, em que todas as regiões perderam população, a NUTS II Lisboa é a única que registou um aumento populacional em todos os momentos censitários. Por outro lado, o Norte, Lisboa, Algarve e a Madeira, embora de forma menos significativa do que nas outras regiões, em 2011 apresentam um maior volume populacional do que o registado em 1950. Já no Alentejo, 1950 é o período em que se observa um volume mais significativo da sua população. Em 1970/81, a Região Autónoma dos Açores é a única NUTS II onde o crescimento anual médio é negativo, contrariando a tendência de crescimento das outras regiões.

Em quatro NUTS III, Cávado, Ave, Grande Porto e Península de Setúbal, registaram-se aumentos populacionais em todos os momentos censitários, o Tâmega e Entre Douro e Vouga perderam população apenas em 2011, o que parece indiciar o alastrar das características do interior (fraca capacidade atractiva) para regiões mais próximas do litoral. Complementarmente pode

referir-se que cinco NUTS III registaram sempre perdas de população, três no Centro (Pinhal Interior Sul, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul) e duas do Alentejo (Alto Alentejo e Baixo Alentejo). Na NUTS III Alto Trás-os-Montes verifica-se uma perda de população contínua desde 1960, ou seja, o volume de população apenas aumentou de 1950 para 1960, decrescendo desde então. Outras três NUTS III (Douro, Pinhal Interior Norte e Serra da Estrela) viram a sua população diminuir continuamente desde 1981. Observa-se, portanto, que o interior vai registando perdas de dinamismo em relação às NUTS do litoral.

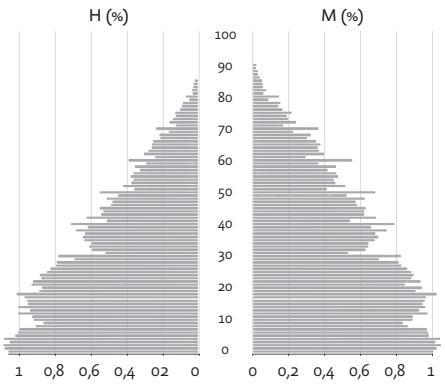
2. Envelhecimento e evolução das estruturas demográficas

2.1. Estruturas nacionais e regionais

A evolução da população portuguesa reflecte a progressiva alteração da sua composição e estruturação, como se pode ver da evolução das pirâmides populacionais.

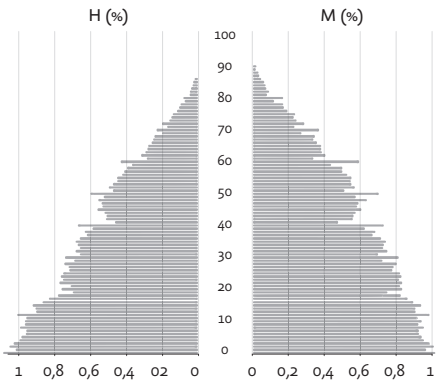
Ao longo dos sessenta anos, de 1950 a 2011, verifica-se um contínuo duplo envelhecimento da população em resultado da conjugação de diferentes dinâmicas e circunstâncias. É evidente a alteração da forma das pirâmides: de acento circunflexo, em 1950, para uma configuração em urna em 2011, espelhando, assim, a transformação das características da população portuguesa que de jovem se torna envelhecida. Assiste-se ao que Chesnais (1995) designou por inversão da pirâmide de idades.

Pirâmide 1 População Portuguesa em 1950



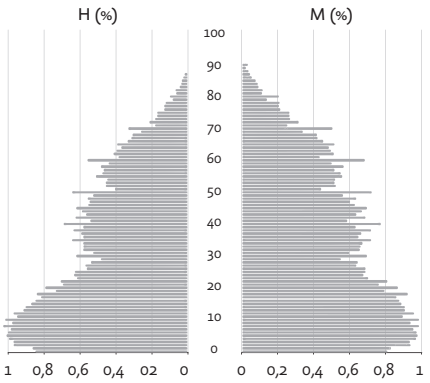
Fonte: INE. (1950). Recenseamento da população – População presente

Pirâmide 2 População Portuguesa em 1960



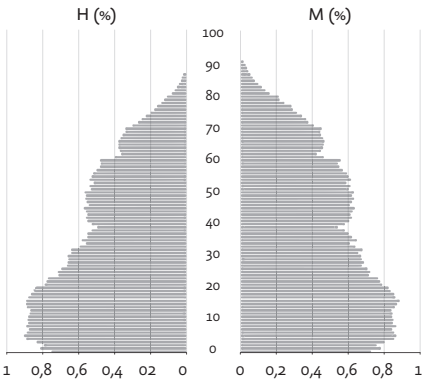
Fonte: INE. (1960). Recenseamento da população

Pirâmide 3 População Portuguesa em 1970



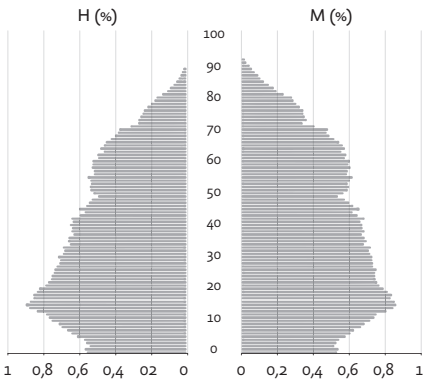
Fonte: INE. (1970). Recenseamento da população

Pirâmide 4 População Portuguesa em 1981



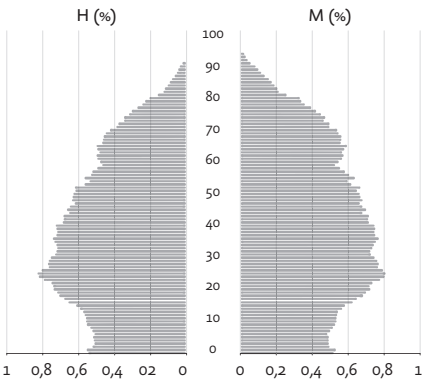
Fonte: INE. (1981). Recenseamento da população

Pirâmide 5 População Portuguesa em 1991



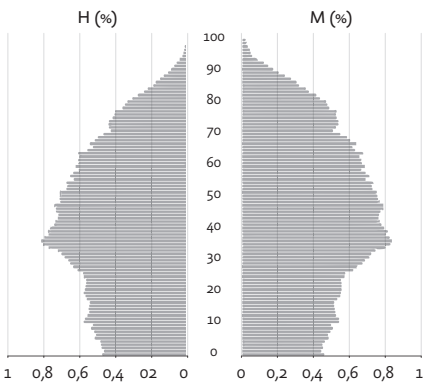
Fonte: INE. (1991). Recenseamento da população

Pirâmide 6 População Portuguesa em 2001



Fonte: INE. (2001). Recenseamento da população

Pirâmide 7 População Portuguesa em 2011



Fonte: INE. (2011). Recenseamento da população

As melhorias das condições de vida, de bem-estar, bem como das condições de saúde, médicas e assistenciais reflectem-se na diminuição da mortalidade e, consequentemente, no alongamento da esperança de vida. Estes efeitos são visíveis no alargamento do topo da pirâmide relativo ao aumento progressivo da população com mais anos.

Por outro lado, a diminuição da base traduz os efeitos, ao nível da dinâmica da população, da diminuição da fecundidade. Estes resultados integram o processo de transição demográfica que tem sido particularmente discutido, sobretudo em contextos de muito baixa fecundidade (Reher, 2004 e 2007).

A forma como este processo decorreu e se ajustou à diminuição da mortalidade e fecundidade reflecte e explica as mudanças nas estruturas populacionais que se devem, no entanto, conjugar com os efeitos das migrações (emigração e imigração). Porém, «as transformações da repartição por idades estão ligadas à variação dos efectivos por gerações e ao peso que representam no conjunto da população, têm grandes repercussões no domínio social» como referem Gauthier *et al.* (1997, p. 256). São estas mudanças e características que importa apreender para melhor caracterizar e compreender os contornos do processo de envelhecimento em Portugal.

Quadro 1.6 População portuguesa segundo os grupos de idades entre 1950 e 2011

Recenseamentos	0-14	15-24	25-64	15-64	65e mais anos	75 e mais anos	Total país
1950	2 488 085	1 572 667	3 791 045	5 363 712	589 515	688 910	8 441 312
1960	2 591 955	1 452 429	4 136 439	5 588 868	708 569	238 121	8 889 392
1970	2 451 850	1 358 940	3 967 575	5 326 515	832 760	272 720	8 611 125
1981	2 508 673	1 628 059	4 570 824	6 198 883	1 125 458	384 812	9 833 014
1991	1 972 403	1 610 836	4 941 164	6 552 000	1 342 744	527 948	9 867 147
2001	1 656 602	1 479 587	5 526 435	7 006 022	1 693 493	701 366	10 356 117
2011	1 572 329	1 147 315	5 832 470	6 979 785	2 010 064	961 925	10 562 178

Fonte INE. Recenseamentos da população Portuguesa

* População presente

Embora globalmente entre 1950 e 2011 a população portuguesa tenha aumentado, a população jovem diminui. Entre os indivíduos dos 0 aos 14 anos verificou-se um decréscimo na ordem dos 37 %. Por outro lado, se se considerar a população em idade activa jovem, entre os 15 e os 24 anos, também se verifica um decréscimo, embora menor, de cerca de 27 %. A população em idade activa, dos 15-64 anos, registou um acréscimo de 30 %, porém, este aumento é mais significativo nos 25-64 anos, na ordem dos 54 %. Foi no grupo dos idosos, dos maiores de 65 anos, que o acréscimo populacional foi mais intenso, rondando

os 241 %. Quanto aos mais idosos, indivíduos com idade superior aos 75 anos, o aumento foi de quase 40 %.

Quadro 1.7 Grupos funcionais entre 1950 e 2011 (%)

	0-14	15-64	65+
1950	29,5	63,5	7,0
1960	29,2	62,9	8,0
1970	28, 5	61, 9	9, 7
1981	25,5	63,0	11,4
1991	20,0	66,4	13,6
2001	16,0	67,7	16,4
2011	14,9	66,1	19,0

Fonte INE. Recenseamentos da População Portuguesa

Assim, de 1950 para 2011, a proporção de jovens na população portuguesa diminui progressivamente dos quase 30 % para os 15 %. Ou seja, na população portuguesa, em 1950, havia cerca de 30 indivíduos, entre os 0 e os 14 anos, por cada 100 residentes, enquanto em 2011 se regista metade desse número, cerca de 15 indivíduos entre o 0 e os 14 anos por cada 100 residentes.

A população com 65 e mais anos regista, neste período, também um aumento, passando dos cerca de 7 % para 19 %. Este aumento expressa um acréscimo entre 1950 e 2011, dos 7 indivíduos, com 65 e mais anos, para cerca de 19 por cada 100 residentes. Não deixa de ser interessante mencionar o acréscimo da população com 75 e mais e 80 e mais anos. Assim, em 1950 por cada 100 habitantes havia cerca de dois com mais de 75 e anos e um com mais de 80. Em 2011, são 9 os indivíduos com 75 e mais anos e 5 os de mais de 80 anos.

A população em idade activa, entre os 15 e os 64 anos, vai apresentando flutuações: decresce em 1960 e 1970, comparativamente a 1950, mas regista aumentos percentuais em 1981, 1991, 2001, voltando a apresentar um decréscimo em 2011. Na evolução deste grupo de idades transparecem diversos efeitos: os das migrações intensas dos anos 60 e 70, os aumentos populacionais das décadas seguintes, 81, 91, 2001 bem como os efeitos do processo de envelhecimento ou do retomar da emigração em 2011.

De facto, quando se compara a distribuição da população por sexo, nota-se que as diferenças mais expressivas coincidem com as décadas em que a emigração foi mais intensa em Portugal, décadas de 1960 e 1970, e ressurgem em 2011, como se pode ver no quadro que se segue. Ou seja, a percentagem de homens no total da população, em 60 e 70, regista valores inferiores a 48 %, enquanto as mulheres apresentam um ligeiro aumento, ultrapassando os 52 %, o que se repete em 2011.

Assim, apesar de o crescimento registado no último Censo se dever, em grande parte (91 %), ao crescimento migratório, de acordo com os dados do INE (2012, p. 1), o facto é que se verifica um padrão de distribuição que leva a supor que seja coincidente com os efeitos da emigração.

Quadro 1.8 População portuguesa segundo o sexo

Recenseamentos	HM	H	M	H (%)	M (%)
1950	8 441 312	4 060 266	4 381 046	48,1	51,9
1960	8 889 392	4 254 416	4 634 976	47,9	52,1
1970	8 663 252	4 109 360	4 553 892	47,4	52,6
1981	9 833 014	4 737 715	5 095 299	48,2	51,8
1991	9 867 147	4 756 775	5 110 372	48,2	51,8
2001	10 356 117	5 000 141	5 355 976	48,3	51,7
2011	10 562 178	5 046 600	5 515 578	47,8	52,2

Fonte INE. Recenseamentos da População Portuguesa

Da evolução dos diferentes rácios obtém-se uma perspectiva complementar do impacto nas estruturas populacionais do processo de envelhecimento. A redução de jovens levou a uma diminuição do seu índice de dependência, que passa dos cerca de 46 jovens por cada 100 indivíduos em idade activa em 1950, para os quase 23 jovens em 2011. Paralelamente, o índice de dependência de idosos aumentou dos 11 % em 1950 para os quase 29 % em 2011. Assim, o índice de dependência total foi diminuindo até 2001, apresentando um aumento em 2011, com cerca de 51 jovens e idosos por cada 100 residentes em idade activa.

Deste duplo processo de envelhecimento resultou num aumento significativo do índice de envelhecimento, que passa dos cerca de 24 idosos por cada 100 jovens, em 1950, para 128 em 2011. Progressivamente, o índice de longevidade foi também apresentando ligeiros acréscimos, espelhando o aumento das gerações mais idosas, isto é, o aumento crescente da população com mais de 75 anos relativamente aos maiores de 65 anos.

Quadro 1.9 Índices de dependência, índice de envelhecimento e índice de longevidade em Portugal 1950-2011

Recenseamentos	Índice de dependência de jovens (%)	Índice de dependência de idosos (%)	Índice de dependência total (%)	Índice de envelhecimento (%)	Índice de longevidade (%)
1950	46,4	11,0	57,4	23,7	32,4
1960	46,4	12,7	59,1	27,3	33,6
1970	46,0	15,6	61,7	34,0	32,7
1981	40,5	18,2	58,6	44,9	34,2
1991	30,1	20,5	50,6	68,1	39,3
2001	23,6	24,2	47,8	102,2	41,4
2011	22,5	28,8	51,3	127,8	47,9

Fonte INE. Recenseamentos da População Portuguesa

Embora o processo de envelhecimento abranja o país como um todo, verificam-se diferenças e especificidades regionais que expressam as variações e características das dinâmicas regionais.

Considerando as NUTS II, relativamente aos jovens, apesar de ser comum a sua diminuição, pode referir-se uma dicotomia norte/sul, em termos do continente, correspondendo a um norte com percentagens de jovens mais elevadas, em comparação com as regiões do Sul, com menores proporções de jovens. As regiões autónomas, pelas suas características relativamente a este grupo etário, apresentam-se como as regiões mais rejuvenescidas na base ao longo das várias décadas, de 1950 a 2011. Em 1950, era na Região Autónoma da Madeira, Norte, Região Autónoma dos Açores e Centro onde se encontravam as proporções de jovens mais elevadas comparativamente à média nacional. Em 1960, o padrão manteve-se, com excepção do Centro, que apresenta uma proporção de jovens inferior à do país. Em 1970, as regiões com proporções de jovens mais elevadas são as mesmas de 1960. Em 1981, ainda que sejam as mesmas regiões das duas décadas anteriores que apresentam proporções de jovens mais elevadas, a sua distribuição altera-se, são as duas regiões autónomas as que registam proporções de jovens mais elevadas. Situação que se vai manter em 1991, 2001 e 2011, embora com a troca de posição entre as duas regiões, ou seja, é na Região Autónoma dos Açores onde se observa um maior volume da população mais jovens na base.

Quanto às regiões mais envelhecidas na base, vão-se notando algumas variações. Em 1950 e 1960, Lisboa era a NUTS II com a menor proporção de jovens, a que se seguia o Algarve. Em 1970, a situação altera-se e é o Algarve que apresenta a menor percentagem de jovens, a que se segue o Alentejo, situação que permanece inalterável em 1981. Em 1991 e 2001, a posição destas

duas NUTS II inverte-se, sendo o Alentejo a região mais envelhecida na base e assim permanecendo em 2011.

Em 2011, da distribuição de jovens pelas NUTS II emerge uma realidade com contornos diferentes, embora se mantenham duas grandes tendências que se vinham afirmando: a maior presença de jovens encontra-se entre a população das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira e o maior envelhecimento na base encontra-se no Alentejo. No entanto, Lisboa surge com uma proporção de jovens superior à média do país, logo a seguir à das regiões autónomas, percentagem superior à da região norte, que durante todas as décadas anteriores se afigurava, no continente, como a região mais jovem na base. Por outro lado, assiste-se também a uma alteração do posicionamento do Centro e do Algarve. O Centro em 2011 surge como a segunda região mais envelhecida na base, pouco se distinguindo do Alentejo (13,7 % e 13,6 % respectivamente), enquanto o Algarve dá sinais de rejuvenescimento da composição da sua população, pelo aumento, ainda que ligeiro, da sua população jovem.

Quadro 1.10 Proporção de jovens no país e NUTS II de 1950 a 2011

Portugal/NUTS II	1950 (%)	1960 (%)	1970 (%)	1981 (%)	1991 (%)	2001 (%)	2011 (%)
Portugal	29,5	29,2	28, 5	25,5	20,0	16,0	14,9
Norte	33,0	34,3	33,9	28,9	22,1	17,5	15,1
Centro	30,0	28,8	26,9	23,9	18,9	15,0	13,7
Lisboa	21,4	21,3	23,3	23,5	18,0	14,9	15,5
Alentejo	28,3	25,3	22,5	21,1	17,5	13,7	13,6
Algarve	25,8	23,5	21,1	21,1	17,9	14,6	14,8
Região Autónoma dos Açores	30,8	33,1	32,9	29,7	26,4	21,4	17,9
Região Autónoma da Madeira	34,4	34,7	36,4	30,8	24,5	19,1	16,4

Fonte INE. Recenseamentos da População Portuguesa

Se em todas as NUTS II é comum a diminuição da proporção de jovens, também o é o aumento da proporção de idosos. No entanto, as trajectórias regionais vão sendo intervaladas. O maior envelhecimento no topo encontra-se no Algarve até 1981, sendo posteriormente, em 1991, 2001 e 2011, o Alentejo a NUTS II com maior proporção de idosos. O Centro, que se apresentava como a segunda região mais envelhecida em 1950 e 1960, retoma essa posição em 2001 e 2011.

Quanto às NUTS II menos envelhecidas, verificam-se também oscilações. De 1950 a 1970, a Madeira apresenta-se como a NUTS II mais jovem no topo, mas em 1981 cede o lugar a Lisboa; em 1991, ao Norte e em 2001 e 2011

aos Açores. Mesmo quando não apresenta os indicadores mais expressivos a Região Autónoma da Madeira dispõe de uma população menos envelhecida no contexto nacional, o mesmo não se pode afirmar relativamente à Região Autónoma dos Açores. A região Norte surge apenas em 1991 como a menos envelhecida no topo. Estas flutuações se, por um lado, resultam da evolução e trajectórias populacionais, por outro, ressaltam os efeitos ao nível das estruturas dos fluxos migratórios, o que é perceptível complementarmente com a distribuição da população em idade activa.

Quadro 1.11 Proporção de idosos no país e NUTS II de 1950 a 2011

Portugal/NUTS II	1950 (%)	1960 (%)	1970 (%)	1981 (%)	1991 (%)	2001 (%)	2011 (%)
Portugal	7,0	8,0	9, 7	11,4	13,6	16,4	19,0
Norte	6,3	6,9	8,2	9,8	11,4	14,0	17,1
Centro	8,0	9,2	11,6	13,8	16,5	19,4	22,4
Lisboa	6,6	7,9	8,7	9,7	12,3	15,4	18,2
Alentejo	6,8	8,2	11,7	15,4	18,6	22,3	24,2
Algarve	8,7	10,5	13,9	15,8	17,3	18,6	19,5
Região Autónoma dos Açores	6,7	6,7	8,8	11,3	12,5	13,0	13,1
Região Autónoma da Madeira	5,7	6,5	8,2	10,5	11,6	13,7	14,9

Fonte INE. Recenseamentos da População Portuguesa

A NUTS II Lisboa é a que reúne entre 1950 e 2001 a maior proporção de população em idade activa. De 1950 a 1981, pode referir-se que as percentagens de população em idade activa mais significativas no país se encontram no continente e a sul de Lisboa. De facto, é entre as NUTS II Lisboa, Algarve e Alentejo que se encontram as percentagens de população em idade activa mais elevadas: em 1950, Lisboa, Algarve, Alentejo; de 1960 a 1981 Lisboa, Alentejo, Algarve. Paradoxalmente, em 2001 e em 2011 o Alentejo surge como a NUTS II com menor proporção de população em idade activa, a que se segue a região Centro. Importa mencionar que, exactamente nestes períodos, estas NUTS II eram as que apresentavam o maior envelhecimento no topo.

Em 2011, as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, o Norte e Lisboa são as NUTS II que apresentam as proporções de população em idade activa mais elevadas, coincidindo com as regiões que, no mesmo período, também apresentam estruturas populacionais mais jovens na base.

Quadro 1.12 Proporção de população em idade activa no país e NUTS II de 1950 a 2011

Portugal/NUTS II	1950 (%)	1960 (%)	1970 (%)	1981 (%)	1991 (%)	2001 (%)	2011 (%)
Portugal	63,5	62,9	61, 9	63,0	66,4	67,7	66,1
Norte	60,7	58,8	57,9	61,3	66,5	68,5	67,8
Centro	62,0	62,0	61,5	62,3	64,6	65,5	63,9
Lisboa	72,0	70,8	68,0	66,8	69,7	69,7	66,3
Alentejo	64,9	66,5	65,9	63,6	63,9	63,9	62,3
Algarve	65,5	66,0	64,9	63,1	64,8	66,8	65,7
Região Autónoma dos Açores	62,5	60,2	58,3	59,0	61,1	65,6	69,0
Região Autónoma da Madeira	59,9	58,8	55,4	58,7	63,9	67,2	68,7

Fonte INE. Recenseamentos da População Portuguesa

A evolução do índice de envelhecimento mostra uma tendência num sentido crescente, ao longo dos vários momentos censitários. Ainda que com oscilações, entre as várias décadas pode, no entanto, referir-se que este indicador regista os valores mais baixos entre as NUTS II do Norte e as NUTS das regiões autónomas e, em contrapartida, os mais elevados nas NUTS II Algarve, Alentejo, Centro e Lisboa.

De 1950 a 1981, é no Algarve que este indicador apresenta o maior número de idosos por cada cem jovens. Nas duas primeiras décadas, 1950 e 1960, Lisboa é a segunda das NUTS com uma maior relação de idosos por cada 100 jovens, em 1970 e 1981 a situação altera-se e é o Alentejo que apresenta níveis mais elevados a seguir ao Algarve. Em 1991, verifica-se uma inversão e o Alentejo torna-se a NUTS com mais idosos por cada 100 jovens, sendo mesmo a primeira região em que o rácio regista um valor superior a 100 (107 por cada 100), quando em Portugal este indicador rondava os 68 idosos por cada 100 jovens. Com excepção de 1960, entre 1950 e 1991, é no Centro que se regista o terceiro valor mais elevado do índice de envelhecimento. Nas duas décadas de 2001 e 2011 o Alentejo e o Centro apresentam os rácios mais elevados do país, cerca de 163 e 130 idosos por cada 100 jovens e 178 e 163 respectivamente. As regiões que registam um menor nível de envelhecimento, nestas duas últimas décadas, são o Norte, a Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores. Quanto a 2001, estas três NUTS II são as únicas em que o índice de envelhecimento não ultrapassa os 100 jovens, mas em 2011 só nas regiões autónomas se verifica esta situação.

Quadro 1.13 Índice de envelhecimento no país e NUTS II de 1950 a 2011

%	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Portugal	23,7	27,3	34	44,9	68,1	102,2	127,8
Norte	19,1	20,2	24,2	33,9	51,7	79,8	113,3
Centro	26,6	32,0	42,9	57,9	87,0	129,6	163,4
Lisboa	30,9	37,0	37,4	41,4	68,1	103,5	117,3
Alentejo	23,9	32,6	51,9	72,9	106,6	162,7	178
Algarve	33,6	44,7	66,1	75,2	96,9	127,5	131
Região Autónoma dos Açores	21,9	20,2	26,7	38,0	47,2	60,5	73,3
Região Autónoma da Madeira	16,6	18,8	22,5	34,0	47,4	71,6	90,7

Fonte INE. Recenseamentos da População Portuguesa

Progressivamente, o aumento da população mais idosa vai-se repercutindo em novos equilíbrios, sendo perceptível a maior expressão dos maiores de 75 anos entre a população com mais de 65 anos. É principalmente depois de 1991 que este indicador ganha expressão, sobretudo nas NUTS II mais envelhecidas no topo: Alentejo, Centro e Algarve. Apenas uma referência para o valor deste indicador no Alentejo em 2011, que ronda os 52 %, significando que entre os idosos residentes nesta NUTS II mais de metade terá uma idade superior a 75 anos.

Quadro 1.14 Índice de longevidade no país e NUTS II de 1950 a 2011

Portugal/NUTS II	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Portugal	32,4	33,6	32,7	34,2	39,3	41,4	47,9
Norte	30,8	32,6	31,3	33,8	38,7	40,4	46,7
Centro	33,7	34,8	34,8	34,9	40,3	43,3	49,9
Lisboa	32,5	32,5	32,5	33,8	38,1	39,7	45,7
Alentejo	31,0	33,0	31,7	33,9	40,5	42,7	51,9
Algarve	33,8	36,1	33,8	34,9	41,1	43,9	48,8
Região Autónoma dos Açores	34,3	35,6	32,3	33,3	38,5	42,0	46,8
Região Autónoma da Madeira	35,0	33,9	30,9	34,9	39,9	39,2	46,6

Fonte INE. Recenseamentos da População Portuguesa

De 1950 a 1970, verifica-se um aumento global do índice de dependência total, para diminuir até 2001, e voltar a apresentar um ligeiro acréscimo em 2011. Até 1981, o índice de dependência total apresentava valores mais elevados nas NUTS II com estruturas populacionais mais jovens. Depois de

2001, mas de forma mais clara em 2011, o indicador tende a manifestar maior intensidade nas NUTS II mais envelhecidas.

Quadro 1.15 Índice de dependência total no país e NUTS II de 1950 a 2011

Portugal/NUTS II	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Portugal	57,4	59,1	61,7	58,6	50,6	47,8	51,3
Norte	64,8	70,1	72,7	63,1	50,4	45,9	47,5
Centro	61,4	61,4	62,6	60,5	54,9	52,6	56,6
Lisboa	38,8	41,2	47,0	49,7	43,5	43,5	50,9
Alentejo	54,0	50,3	51,8	57,3	56,5	56,4	60,6
Algarve	52,6	51,5	54,0	58,4	54,2	49,8	52,2
Região Autónoma dos Açores	60,1	66,0	71,5	69,4	63,7	52,4	45,0
Região Autónoma da Madeira	66,9	70,1	80,4	70,3	56,4	48,9	45,6

Fonte INE. Recenseamentos da população Portuguesa

A leitura dos indicadores ao nível das NUTS III permite distinguir diferenças e contrastes regionais relativamente às tendências apresentadas, distinguindo os seus efeitos e dinâmicas a nível local.

De 1950 a 2001, as NUTS III com proporções de jovens mais elevadas são as NUTS do Norte (nomeadamente Ave, Cávado, Entre Douro e Vouga, Tâmega) e a Região Autónoma da Madeira; depois de 1981 também a Região Autónoma dos Açores figura entre as mais jovens na base. As NUTS III com menos jovens são em 1950 e 1960 a Grande Lisboa e o Algarve; em 1970 o Algarve e a Beira Interior Sul; em 1981 a Beira Interior Sul e o Alto Alentejo, em 1991 e 2001 a Beira Interior Sul e o Pinhal Interior Sul. Em 2011, as NUTS III com mais jovens, mantendo tendências das décadas anteriores, são as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, o Tâmega e Cávado. As NUTS III com menos jovens são as NUTS III do Interior Centro (Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte) a que se junta Alto Trás-os-Montes.

Embora haja uma diminuição da população jovem em algumas NUTS III, encontram-se tendências contrastantes: na Grande Lisboa a proporção de jovens, apesar de não ser elevada, vai aumentando em todos os momentos censitários até 1991; no Cávado, Tâmega, e Região Autónoma da Madeira a proporção de jovens aumenta em 1960 e 1970, comparativamente a 1950; no Grande Porto, Entre Douro e Vouga, Douro, Alto Trás-os-Montes, Baixo Vouga e Região Autónoma dos Açores a proporção de jovens aumenta de 1950 para 1960. No Oeste, apesar de não aumentar, regista uma percentagem próxima da observada em 2001. Assim, verificando-se no Portugal de 2011 proporções de jovens muito baixas, é importante salientar que as NUTS III Grande Lisboa,

Península de Setúbal, Lezíria do Tejo e Algarve registaram ligeiros acréscimos da percentagem de jovens o que, por um lado, revela alguma tendência de dinamismo demográfico e, por outro, o facto de estas NUTS III não integrarem as regiões onde tradicionalmente a população era mais jovem.

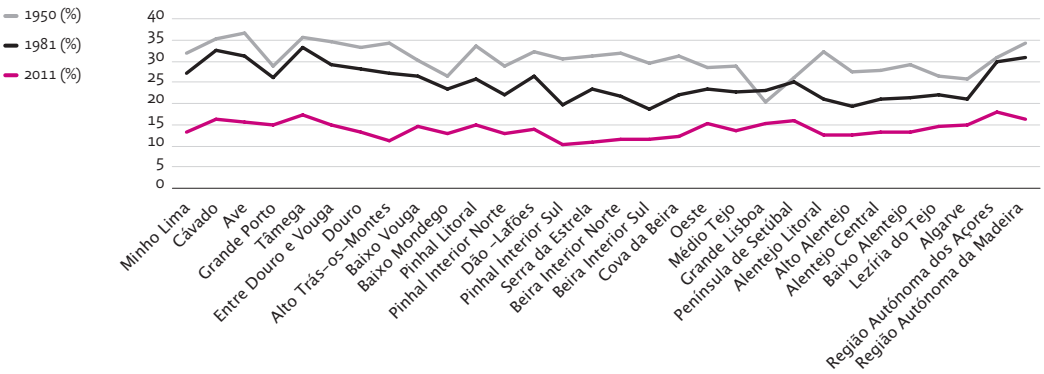
Quadro 1.16 Proporção de jovens no país e por NUTS III de 1950 a 2011

Portugal e NUTS III	1950 (%)	1960 (%)	1970 (%)	1981 (%)	1991 (%)	2001 (%)	2011 (%)
Portugal	29,5	29,2	28, 5	25,5	20,0	16,0	14,9
Minho Lima	32,0	32,1	30,8	27,0	20,6	15,1	13,3
Cávado	35,2	36,9	37,4	32,4	24,9	19,4	16,4
Ave	36,5	38,2	37,1	31,1	24,0	18,9	15,5
Grande Porto	28,8	30,8	30,5	26,2	20,0	16,3	14,9
Tâmega	35,7	37,3	38,5	33,1	25,3	20,7	17,2
Entre Douro e Vouga	34,6	35,5	34,6	29,0	22,1	17,8	15,0
Douro	33,1	33,2	32,8	28,2	21,4	15,6	13,2
Alto Trás-os-Montes	34,1	34,6	33,0	27,0	20,0	13,8	11,2
Baixo Vouga	30,3	30,8	30,2	26,4	20,6	16,5	14,7
Baixo Mondego	26,4	26,1	24,9	23,3	17,9	13,8	12,8
Pinhal Litoral	33,6	32,2	30,6	25,9	20,2	16,3	14,9
Pinhal Interior Norte	28,8	26,7	24,6	21,9	17,6	14,5	12,9
Dão-Lafões	32,2	31,4	29,7	26,4	21,1	15,7	13,8
Pinhal Interior Sul	30,5	28,6	24,4	19,7	15,5	12,1	10,3
Serra da Estrela	31,1	29,8	27,0	23,3	18,9	13,6	11,0
Beira Interior Norte	32,0	30,0	27,2	21,8	17,6	13,5	11,5
Beira Interior Sul	29,4	26,0	21,5	18,5	15,0	12,0	11,5
Cova da Beira	31,2	29,5	25,5	22,1	18,1	13,9	12,1
Oeste	28,6	26,8	25,1	23,5	18,9	15,5	15,2
Médio Tejo	28,7	27,7	26,2	22,6	18,0	14,6	13,7
Grande Lisboa	20,3	20,4	22,8	23,0	17,6	14,7	15,4
Península de Setúbal	26,2	25,0	24,8	25,2	19,3	15,3	15,9
Alentejo Litoral	32,3	27,8	22,0	20,9	18,4	13,1	12,7
Alto Alentejo	27,4	24,1	21,6	19,5	16,5	13,3	12,7
Alentejo Central	27,9	24,5	22,1	20,9	17,5	13,9	13,3
Baixo Alentejo	29,0	26,6	24,2	21,4	17,6	13,6	13,3
Lezíria do Tejo	26,5	24,1	22,2	22,0	17,6	14,1	14,7
Algarve	25,8	23,5	21,1	21,1	17,9	14,6	14,8
Região Autónoma dos Açores	30,8	33,1	32,9	29,7	26,4	21,4	17,9
Região Autónoma da Madeira	34,4	34,7	36,4	30,8	24,5	19,1	16,4

Fonte INE. Recenseamentos da População Portuguesa

O gráfico, mesmo não sendo a forma mais correcta de representação dos dados, permite uma visão de conjunto das várias NUTS III no que à proporção de jovens respeita: por um lado, a diminuição deste grupo etário, por outro, as mudanças na sua distribuição.

Gráfico 1.2 Proporção de jovens por NUTS III em 1950, 1981 e 2011



Fonte INE. Recenseamentos da População Portuguesa

Ao nível das NUTS III, a evolução da proporção de idosos foi sempre crescente de 1950 a 2011. Porém, a sua análise permite estabelecer alguns pormenores e clarificações importantes para a percepção actual da configuração do envelhecimento da estrutura da população portuguesa. Embora relativamente às NUTS II, em 1950, fosse no Algarve que a proporção de idosos tinha maior expressão, quando se consideram as NUTS III são o Pinhal Interior Norte, o Pinhal Interior Sul, a Serra da Estrela, o Algarve, Dão-Lafões, o Minho Lima, o Baixo Vouga, o Baixo Mondego, o Médio Tejo e a Beira Interior Sul as que apresentam as percentagens de idosos mais elevadas. Ou seja, são as NUTS do Interior Centro as que registam o envelhecimento mais intenso, a que se segue o Algarve, o Minho Lima e NUTS do Centro, duas das quais litorais (Baixo Vouga e Baixo Mondego) e o Médio Tejo (da NUTS II Alentejo). Uma nota apenas quanto ao Minho Lima, embora localizado no Norte litoral as suas características e dinâmicas aproxima esta NUT III das do interior.

Em 1960, é novamente no Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela e Algarve onde se registam as proporções mais elevadas de idosos, a que se seguem as NUTS da Beira Interior Sul, Médio Tejo, Minho Lima, Dão-Lafões, Alto Alentejo e Lezíria do Tejo. Ou seja, continua a ser entre as NUTS do Centro que o envelhecimento no topo é mais pronunciado, começando nesta década a surgir o Alto Alentejo entre os mais envelhecidos, bem como o Minho Lima, a norte.

Em 1970, com ligeiras alterações, o Pinhal Interior Norte permanece a NUTS III mais envelhecida, a que se seguem outras duas NUTS III do Centro Interior: Beira Interior Sul e Pinhal Interior Sul. Só depois o Algarve, a Beira Interior Norte, Alto Alentejo, Serra da Estrela, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo.

Em 1981, a maior expressão da população mais velha observa-se no Centro Interior, Alentejo e Algarve, compreendendo as seguintes NUTS III: Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul, Pinhal Interior Norte, Alto Alentejo, Beira Interior Norte, Baixo Alentejo, Serra da Estrela, Algarve, Cova da Beira, Alentejo Central.

Em 1991 e em 2001, as NUTS mais envelhecidas estão no Interior Centro e Alentejo: Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul, Alto Alentejo. Em 1991, é igualmente de mencionar, pelo seu nível, a proporção de idosos na Beira Interior Norte, Pinhal Interior Norte, Baixo Alentejo, Serra da Estrela, Alentejo Central, Cova da Beira e Médio Tejo. Em 2001, o alastrar do processo de envelhecimento no interior do país faz emergir Alto Trás-os-Montes entre as NUTS mais envelhecidas.

Em 2011, há uma consolidação do envelhecimento. O Pinhal Interior Sul permanece, tal como tinha acontecido ao longo das últimas décadas, a NUTS III com maior proporção de idosos, seguido pela Serra da Estrela, Beira Interior Sul, Beira Interior Norte, Alto Trás-os-Montes, Alto Alentejo, Pinhal Interior Norte, Cova da Beira, Baixo Alentejo e Alentejo Central.

Quanto às NUTS III que registam menor envelhecimento, são coincidentes em 1950 e 1960: Ave, Alentejo Litoral e Península de Setúbal. Em 1970, destas NUTS III, mantêm-se a Península de Setúbal e o Ave, mas surge o Cávado. Estas três NUTS conservam a estrutura menos envelhecida no topo em 1981. Em 1991, 2001 e 2011, permanecem com estas características, sendo neste último recenseamento a Região Autónoma dos Açores a menos envelhecida no topo.

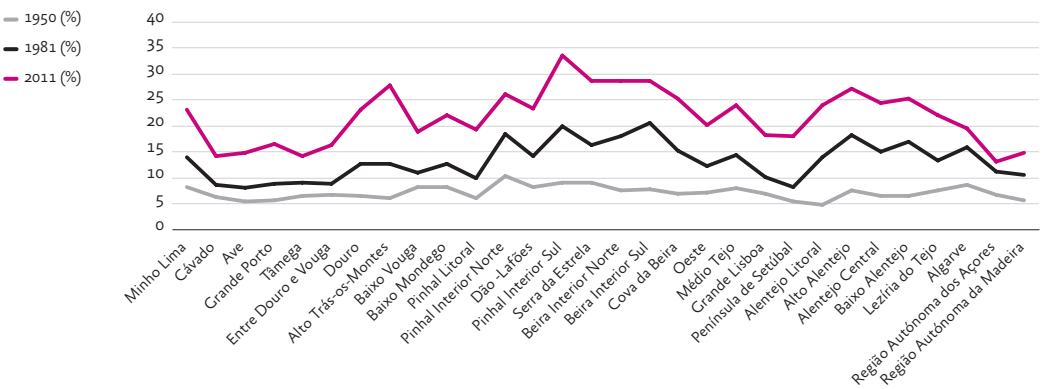
Quadro 1.17 Proporção de idosos no país e NUTS III de 1950 a 2011

Portugal e NUTS III	1950 (%)	1960 (%)	1970 (%)	1981 (%)	1991 (%)	2001 (%)	2011 (%)
Portugal	7,0	8,0	9, 7	11,4	13,6	16,4	19,0
Minho Lima	8,2	9,6	11,3	14,0	16,7	20,0	23,1
Cávado	6,4	7,0	7,5	8,7	9,8	11,8	14,3
Ave	5,4	5,7	6,9	8,1	9,1	11,4	14,8
Grande Porto	5,7	6,5	7,6	8,9	10,6	13,1	16,6
Tâmega	6,5	7,1	7,7	9,0	10,0	11,8	14,1
Entre Douro e Vouga	6,8	7,0	7,6	8,8	10,3	12,6	16,4
Douro	6,6	7,4	9,9	12,6	15,6	20,0	23,2

Portugal e NUTS III	1950 (%)	1960 (%)	1970 (%)	1981 (%)	1991 (%)	2001 (%)	2011 (%)
Alto Trás-os-Montes	6,1	6,4	9,5	12,8	17,3	22,7	27,9
Baixo Vouga	8,2	8,6	9,7	11,1	12,9	15,6	18,8
Baixo Mondego	8,2	9,1	11,0	12,8	15,2	18,7	22,1
Pinhal Litoral	6,0	6,9	8,1	10,0	12,8	15,9	19,3
Pinhal Interior Norte	10,4	12,5	15,9	18,5	21,5	23,6	26,1
Dão-Lafões	8,3	9,4	11,6	14,1	16,7	19,7	23,3
Pinhal Interior Sul	9,1	11,1	14,9	20,0	25,6	31,0	33,6
Serra da Estrela	9,1	10,6	13,2	16,4	19,8	23,9	28,8
Beira Interior Norte	7,5	9,1	13,6	18,1	21,7	25,4	28,6
Beira Interior Sul	7,7	10,0	15,4	20,5	24,0	27,5	28,7
Cova da Beira	6,9	8,0	11,5	15,3	18,0	21,4	25,2
Oeste	7,1	8,4	10,3	12,2	15,0	17,9	20,1
Médio Tejo	8,1	9,7	12,0	14,5	17,4	20,9	23,9
Grande Lisboa	6,9	8,3	9,2	10,2	12,8	15,8	18,3
Península de Setúbal	5,4	6,2	6,8	8,2	10,9	14,3	18,0
Alentejo Litoral	4,8	6,2	9,9	14,0	16,8	21,6	23,9
Alto Alentejo	7,5	9,4	13,3	18,3	21,9	26,0	27,3
Alentejo Central	6,6	7,8	11,0	15,0	18,4	22,4	24,4
Baixo Alentejo	6,6	7,8	12,0	16,9	20,3	24,0	25,2
Lezíria do Tejo	7,6	9,3	11,7	13,4	16,7	19,8	22,0
Algarve	8,7	10,5	13,9	15,8	17,3	18,6	19,5
Região Autónoma dos Açores	6,7	6,7	8,8	11,3	12,5	13,0	13,1
Região Autónoma da Madeira	5,7	6,5	8,2	10,5	11,6	13,7	14,9

Fonte INE. Recenseamentos da População Portuguesa

Gráfico 1.3 Proporção de idosos por NUTS III em 1950, 1981 e 2011



Fonte INE. Recenseamentos da População Portuguesa

O gráfico ilustra bem a trajectória do aumento da proporção de idosos, quer no seu aumento global, quer pela sua maior incidência e expressão nas NUTS do interior e pelas alterações regionais que se podem ir relevando, como acontece com Alto Trás-os-Montes ou o Alentejo Litoral.

Quanto à evolução e distribuição da proporção de população em idade activa, verificam-se muitas alterações e flutuações que naturalmente reflectem a interferência de diferentes factores quer das migrações, conjugando a emigração, migrações internas e imigração, quer da evolução geracional.

De 1950 para 1960, dezasseis NUTS III perderam população em idade activa. As NUTS III que registaram acréscimos foram o Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Oeste, Península de Setúbal, todas as NUTS III que integram o Alentejo (Alentejo Litoral Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo), o Algarve e Região Autónoma da Madeira.

De 1960 para 1970, o número de NUTS III que regista perdas de população em idade activa aumenta para vinte e quatro. Apenas não se registaram perdas em Entre Douro e Vouga; Pinhal Litoral, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Cova da Beira e Alentejo Litoral.

De 1970 para 1981, é menor o número de NUTS III que perdem população em idade activa, cerca de treze, mas apresentam maior contiguidade. Ou seja, perdem população em idade activa todas as NUTS III integradas nas NUTS II do Sul do continente: Lisboa (Grande Lisboa e Península de Setúbal), Alentejo (Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo) e Algarve, a que se juntam o Baixo Mondego, Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul, Cova da Beira e Oeste.

De 1981 para 1991, em apenas quatro NUTS III a população em idade activa não aumentou, na continuidade do que já se tinha verificado em décadas anteriores: Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul, Alentejo Litoral e Alto Alentejo.

De 1991 para 2001, embora os acréscimos não sejam tão intensos como na década precedente, seis NUTS III perdem população em idade activa: Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul, Médio Tejo e Grande Lisboa, Alto Alentejo e Alentejo Central.

Em 2011, volta a registar-se uma diminuição da população em idade activa num maior número de NUTS III (vinte cinco), complementarmente só não vêem a sua população dos 15 aos 64 anos diminuir as regiões autónomas, o que aliás já acontecia desde 1981, e o Tâmega, o Cávado e o Ave.

Relativamente ao último recenseamento, sem dúvida que tem importância na sustentação do crescimento da população dos 15-64 anos o facto de este aumento ocorrer em populações que dispuseram, e dispõem, de percentagens de jovens significativas. Já relativamente às décadas de 1960 e 1970, é inegável

o efeito quer da emigração, quer da migração interna, que se mantém a níveis diferentes em 1981, 1991 e 2001. A atracção da população, e respectiva deslocação, respondeu a estímulos e procura de melhores condições socioeconómicas e, em Portugal, o maior dinamismo económico centra-se no litoral. Importa também salientar o efeito de atracção urbana, que levou à deslocação de residentes de meios mais rurais, ou mais afastados, para uma procura da centralidade urbana.

Quadro 1.18 Proporção de população em idade activa no país e NUTS III de 1950 a 2011

Portugal e NUTS III	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Portugal	63,5	62,9	61,9	63,0	66,4	67,7	66,1
Minho Lima	59,8	58,3	57,9	59,0	62,7	65,0	63,6
Cávado	58,5	56,0	55,1	58,8	65,3	68,8	69,3
Ave	58,0	56,1	55,9	60,7	66,9	69,7	69,7
Grande Porto	65,4	62,7	61,9	64,8	69,4	70,5	68,5
Tâmega	57,8	55,6	53,8	58,0	64,7	67,5	68,7
Entre Douro e Vouga	58,5	57,4	57,7	62,2	67,6	69,6	68,6
Douro	60,3	59,4	57,3	59,2	63,0	64,4	63,6
Alto Trás-os-Montes	59,9	59,0	57,5	60,2	62,7	63,5	60,9
Baixo Vouga	61,6	60,6	60,1	62,5	66,4	67,9	66,5
Baixo Mondego	65,4	64,8	64,1	63,8	66,9	67,6	65,1
Pinhal Litoral	60,4	60,9	61,2	64,1	67,0	67,8	65,8
Pinhal Interior Norte	60,8	60,9	59,5	59,6	60,9	61,9	61,0
Dão-Lafões	59,5	59,3	58,8	59,5	62,2	64,6	62,9
Pinhal Interior Sul	60,3	60,3	60,6	60,2	58,9	56,9	56,1
Serra da Estrela	59,8	59,6	59,7	60,2	61,3	62,5	60,2
Beira Interior Norte	60,5	60,9	59,2	60,1	60,7	61,2	59,9
Beira Interior Sul	62,9	64,0	63,1	61,1	60,9	60,5	59,8
Cova da Beira	61,9	62,5	63,0	62,7	63,9	64,7	62,7
Oeste	64,2	64,9	64,6	64,3	66,1	66,6	64,7
Médio Tejo	63,2	62,6	61,8	63,0	64,6	64,5	62,4
Grande Lisboa	72,9	71,3	67,9	66,9	69,6	69,5	66,3
Península de Setúbal	68,4	68,8	68,4	66,6	69,8	70,3	66,1
Alentejo Litoral	62,9	66,0	68,1	65,2	64,9	65,3	63,4
Alto Alentejo	65,2	66,5	65,1	62,2	61,6	60,8	60,0
Alentejo Central	65,4	67,8	66,9	64,1	64,1	63,7	62,3
Baixo Alentejo	64,5	65,5	63,8	61,7	62,1	62,4	61,5
Lezíria do Tejo	65,9	66,6	66,1	64,6	65,8	66,1	63,3
Algarve	65,5	66,0	64,9	63,1	64,8	66,8	65,7
Região Autónoma dos Açores	62,5	60,2	58,3	59,0	61,1	65,6	69,0
Região Autónoma da Madeira	59,9	58,8	55,4	58,7	63,9	67,2	68,7

Fonte INE. Recenseamentos da População Portuguesa

Independentemente das variações que foram ocorrendo, verifica-se um predomínio das maiores percentagens de população em idade activa na Grande Lisboa, Península de Setúbal de 1950 a 2001, a que se junta o Grande Porto em 1991 e 2001. No entanto, podemos referir a expressão significativa deste grupo noutras NUTS III, nomeadamente na Lezíria do Tejo ou no Algarve. Em 2011, pode distinguir-se que as maiores percentagens de população em idade activa se encontram no Ave, Cávado, Tâmega e regiões autónomas do Açores e Madeira e, de maneira geral, nas NUTS III do litoral, enquanto as menores percentagens se encontram nas NUTS do interior Centro e Alentejo.

Em resultado do processo de envelhecimento, a relação idosos/jovens foi-se alterando de tal forma que em 2011 em apenas cinco NUTS III o rácio não ultrapassa os 100 jovens: Região Autónoma da Madeira, Região Autónoma dos Açores, Tâmega, Ave e Cávado. De salientar que estas NUTS estão entre as que apresentam um menor índice de envelhecimento entre 1950 e 2011. No entanto, em 1950 o Alentejo Litoral era a NUTS III com o índice mais baixo e, em 1960, o Alto Trás-os-Montes apresentava também valores dos mais baixos. Contudo, nestas duas NUTS verificou-se uma progressiva inversão, estando actualmente entre as mais envelhecidas. As NUTS Ave, Cávado, Tâmega, Entre Douro e Vouga, a Região Autónoma da Madeira e a Região Autónoma dos Açores são globalmente as que têm uma relação idosos/jovens menos pronunciada.

O Pinhal Interior Norte, em 1950 e 1960, era a NUTS III com mais idosos por cada 100 jovens, cerca de 36 e 47, respectivamente, a que se seguiam a Grande Lisboa e Algarve. Em 1970, começa a definir-se o padrão de grande envelhecimento no Interior Centro e Alentejo, permanecendo ainda o peso do Algarve, pelo que as NUTS que apresentam um maior número de idosos por cada 100 jovens são Beira Interior Sul, Algarve, Pinhal Interior Norte, Alto Alentejo, Pinhal Interior Sul, Lezíria do Tejo e Beira Interior Norte.

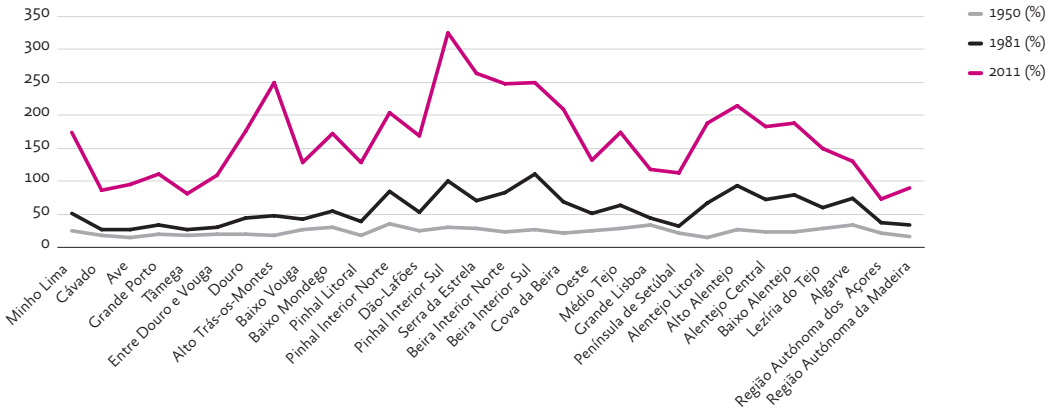
Em 1981, nota-se a consolidação desta tendência de envelhecimento pronunciado entre as NUTS III pelo que até 2001, com ligeiras oscilações relativas, são sempre as mesmas NUTS que têm níveis mais acentuados de envelhecimento das estruturas populacionais: Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul, Alto Alentejo, Pinhal Interior Norte, Beira Interior Norte e Baixo Alentejo. Em 2011, a tendência mantém-se, intensifica-se e alastra em termos das NUTS do interior. Assim, no Pinhal Interior Sul, por cada 100 jovens há cerca de 325 idosos, na Serra da Estrela cerca de 263, na Beira Interior Sul e Alto Trás-os-Montes cerca de 250, na Beira Interior Norte 249, no Alto Alentejo 215, na Cova da Beira 209 e no Pinhal Interior Norte cerca de 203. Ou seja, entre as NUTS III mais envelhecidas a proporção de idosos é superior ao dobro dos jovens, chegando mesmo a triplicar.

Quadro 1.19 Índice de envelhecimento no país e NUTS III de 1950 a 2011

Portugal e NUTS III	1950 (%)	1960 (%)	1970 (%)	1981 (%)	1991 (%)	2001 (%)	2011 (%)
Portugal	23,7	27,3	34,0	44,9	68,1	102,2	127,8
Minho Lima	25,7	29,8	36,9	51,7	80,7	132,4	174,2
Cávado	18,1	19,1	20,1	27,0	39,5	60,7	87,0
Ave	14,9	14,9	18,6	26,1	37,9	60,3	95,1
Grande Porto	19,9	21,2	24,8	34,1	52,8	80,5	111,4
Tâmega	18,1	19,1	20,1	27,2	39,5	56,7	81,5
Entre Douro e Vouga	19,8	19,7	22,0	30,4	46,7	70,9	109,4
Douro	20,1	22,3	30,2	44,7	73,1	128,0	175,5
Alto Trás-os-Montes	17,8	18,4	29,0	47,6	86,7	165,4	249,2
Baixo Vouga	27,0	28,0	32,2	42,0	62,7	94,3	128,2
Baixo Mondego	31,1	34,8	44,1	54,9	84,7	135,6	173,0
Pinhal Litoral	17,9	21,4	26,6	38,7	63,4	97,1	129,3
Pinhal Interior Norte	36,0	46,8	64,6	84,5	121,8	163,0	203,4
Dão-Lafões	25,9	29,8	38,9	53,2	79,0	125,1	169,5
Pinhal Interior Sul	29,9	38,9	61,2	101,4	164,5	257,1	325,2
Serra da Estrela	29,3	35,4	49,0	70,5	104,5	175,4	263,1
Beira Interior Norte	23,5	30,3	50,0	83,2	123,4	188,7	248,9
Beira Interior Sul	26,4	38,7	71,4	110,9	160,1	229,0	249,6
Cova da Beira	22,2	27,2	45,1	69,1	99,7	153,4	209,0
Oeste	25,0	31,3	41,0	51,9	79,0	115,0	132,6
Médio Tejo	28,1	35,1	45,5	64,1	96,9	142,8	174,1
Grande Lisboa	33,8	40,6	40,4	44,3	72,5	107,3	119,0
Península de Setúbal	20,8	24,8	27,6	32,7	56,5	93,4	113,2
Alentejo Litoral	14,9	22,3	44,8	66,9	91,5	165,0	188,9
Alto Alentejo	27,3	39,0	61,8	93,4	132,4	195,8	215,4
Alentejo Central	23,8	31,7	49,7	71,8	105,3	160,5	183,7
Baixo Alentejo	22,8	29,3	49,5	79,1	115,6	175,9	188,8
Lezíria do Tejo	28,7	38,5	52,5	61,1	94,7	139,8	150,4
Algarve	33,6	44,7	66,1	75,2	96,9	127,5	131,0
Região Autónoma dos Açores	21,9	20,2	26,7	38,0	47,2	60,5	73,3
Região Autónoma da Madeira	16,6	18,8	22,5	34,0	47,4	71,6	90,7

Fonte INE. Recenseamentos da População Portuguesa

Gráfico 1.4 Índice de envelhecimento por NUTS III em 1950, 1981 e 2011



Fonte INE. Recenseamentos da População Portuguesa

2.2. Comparações europeias

A principal tendência da evolução demográfica dos países que integram a União Europeia, entre 1950 e 2011, é a diminuição do crescimento e consequente envelhecimento demográfico (Monnier, 2006).

Deu-se uma mudança de regime demográfico que conjugou uma série de efeitos: por um lado, a diminuição do crescimento natural, por outro, o acréscimo progressivo da dinâmica migratória, cujos impactos graduais no crescimento populacional dos países é diferenciado.

Desta transformação resultou o envelhecimento acentuado da população que Monnier considera intenso, rápido e sem precedentes: «un vieillissement aussi rapide d'un ensemble humain de cette importance est inédit dans l'histoire de l'humanité. La croissance démographique repose de plus en plus sur celle de la population âgée, le nombre de jeunes diminuant constamment» (Monnier, 2006, pp. 165-167).

O processo de envelhecimento na Europa dos 27 conheceu nas últimas décadas um forte impulso, revelando uma progressiva homogeneização desde 1950 até 2011. Também graças ao efeito do decréscimo da mortalidade e aumento da esperança de vida, a população idosa sofreu uma dupla transformação, não só há cada vez mais indivíduos a chegar à idade da reforma, como este período de inactividade se alonga (Adveev *et al.,* 2011).

Se actualmente o envelhecimento é uma característica comum a todos os países da UE, em 1950 ainda existem contrastes significativos entre os vários países quanto à estrutura por idades. No que diz respeito ao peso da população com 65 e mais anos, oito países têm um peso de idosos igual ou superior a 10 por cada 100 habitantes (Bélgica, Estónia, Irlanda, França, Letónia, Áustria,

Suécia e Reino Unido), enquanto três (Malta, Roménia e Polónia) não chegam aos 6 por cada 100. Portugal encontra-se no grupo dos países com menor envelhecimento no topo (Quadro 1.21). Saliente-se o caso da Irlanda, que revela uma realidade diferente da dos outros países referidos, uma vez que regista uma elevada percentagem de jovens no contexto europeu da época (Quadro 1.20). Também Portugal se encontra entre os países mais jovens na base, é mesmo o terceiro com maior proporção dos menores de 15 anos[4].

[4] Para 1950 utilizamos dados da ONU uma vez que o EUROSTAT só disponibiliza informação a partir de 1960.

Quadro 1.20 Percentagem da população entre os 0-14 anos de 1950 a 2011

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
União Europeia (27 países) (European Union, 27 countries)		:	:	:	19,3	17,0	15,6
Área do euro (17 países) (Euro área 17 countries)		:	:	:	18,2	16,3	15,4
Bélgica (Belgium)	20,9	23,4	23,6	19,9	18,1	17,6	17,0
Bulgária (Bulgaria)	26,8	26,2	22,9	22,1	20,1	15,5	13,2
República Checa (Czech Republic)	24,0	25,6	21,4	23,5	21,1	16,2	14,5
Dinamarca (Denmark)	26,3	25,5	23,4	20,6	17,0	18,6	17,9
Alemanha (Germany, including former GDR from 1991)	23,2	21,1	23,2	17,8	16,2	15,5	13,4
Alemanha (incluindo a antiga RDA) (Germany, including former RDA)		21,0	23,3	18,2	16,2	15,5	13,4
Estónia (Estonia)	25,6	:	22,0	21,7	22,2	17,7	15,3
Irlanda (Ireland)	28,6	30,9	31,2	30,3	26,8	21,6	21,3
Grécia (Greece)	28,7	24,8	24,2	22,5	19,2	15,1	14,4
Espanha (Spain)	26,5	27,4	27,7	25,7	19,5	14,7	15,1
França (France)	22,7	26,2	24,9	22,3	20,1	18,8	18,4
Itália (Italy)	26,7	24,7	24,6	22,0	16,3	14,3	14,0
Chipre (Cyprus)		:	:	:	25,8	22,3	16,8
Letónia (Latvia)	25,3	:	21,7	20,6	21,5	17,3	14,2
Lituânia (Lithuania)	27,3	:	27,2	23,5	22,5	19,7	14,9
Luxemburgo (Luxembourg)	19,9	21,4	22,1	18,6	17,5	18,9	17,6
Hungria (Hungary)	24,9	25,4	21,1	22,0	19,9	16,6	14,6
Malta	34,9	:	:	24,3	23,3	19,8	15,3
Países Baixos (Netherlands)	29,2	30,0	27,4	22,1	18,2	18,6	17,5
Áustria (Austria)	22,8	21,8	24,4	20,2	17,5	16,9	14,7
Polónia (Poland)	29,4	33,2	27,2	:	24,9	19,1	15,2
Portugal	29,6	29,4	29,0	25,5	20,0	16,0	14,9
Roménia (Romania)	28,4	:	26,0	26,8	23,3	18,0	15,1
Eslovénia (Slovenia)	27,5	:	:	:	20,6	15,7	14,2
Eslováquia (Slovakia)	28,8	31,5	27,5	26,1	25,1	19,2	15,4
Finlândia (Finland)	30,0	30,7	24,9	20,2	19,3	18,1	16,5
Suécia (Sweden)	23,4	22,7	20,9	19,4	18,0	18,4	16,6
Reino Unido (United Kingdom)	22,5	23,2	24,1	20,8	19,1	18,9	17,5

Fonte: Eurostat e ONU

Quadro 1.21 Percentagem da população com 65 e mais anos de 1950 a 2011

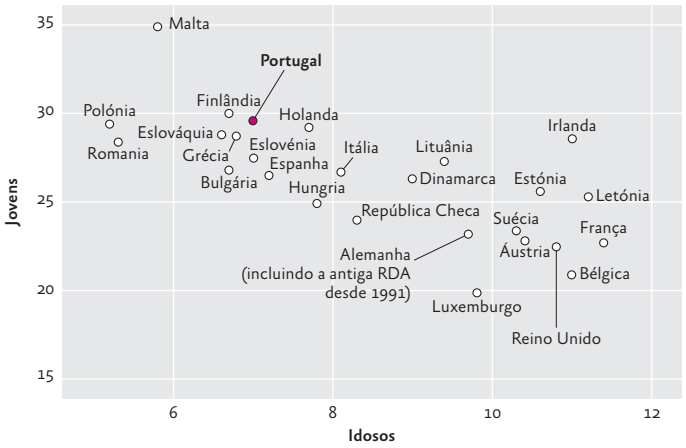
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
União Europeia (27 países) (European Union, 27 countries)		:	:	:	13,9	15,8	17,5
Área do euro (17 países) (Euro área 17 countries)		:	:	:	14,3	16,5	18,4
Bélgica (Belgium)	11,0	12,0	13,3	14,2	15,0	16,9	17,1
Bulgária (Bulgaria)	6,7	7,4	9,4	12,0	13,4	16,3	18,5
República Checa (Czech Republic)	8,3	9,5	11,9	13,3	12,6	13,9	15,6
Dinamarca (Denmark)	9,0	10,5	12,2	14,5	15,6	14,8	16,8
Alemanha (Germany, including former GDR from 1991)	9,7	10,8	13,0	15,5	14,9	16,6	20,6
Alemanha (incluindo a antiga RDA) (Germany, including former RDA)		11,5	13,5	15,5	14,9	16,6	20,6
Estónia (Estonia)	10,6	:	11,7	12,4	11,7	15,2	17,0
Irlanda (Ireland)	11,0	11,1	11,1	10,7	11,4	11,2	11,5
Grécia (Greece)	6,8	9,4	11,1	13,2	13,8	16,8	19,3
Espanha (Spain)	7,2	8,2	9,5	11,2	13,8	16,9	17,1
França (France)	11,4	11,6	12,8	13,8	14,1	16,1	16,9
Itália (Italy)	8,1	9,3	10,8	13,2	15,1	18,4	20,3
Chipre (Cyprus)		:	:	:	10,9	11,3	12,7
Letónia (Latvia)	11,2	:	11,9	12,8	11,8	15,2	18,4
Lituânia (Lithuania)	9,4	:	10,0	11,1	11,0	14,1	17,9
Luxemburgo (Luxembourg)	9,8	10,8	12,5	13,6	13,4	13,9	13,9
Hungria (Hungary)	7,8	8,9	11,5	13,3	13,5	15,1	16,7
Malta	5,8	:	:	8,3	10,5	12,3	15,5
Países Baixos (Netherlands)	7,7	8,9	10,1	11,6	12,9	13,6	15,6
Áustria (Austria)	10,4	12,1	14,0	15,3	15,0	15,4	17,6
Polónia (Poland)	5,2	5,8	8,2	:	10,2	12,4	13,5
Portugal	7,0	7,8	9,2	11,4	13,6	16,4	19,1
Roménia (Romania)	5,3	:	8,5	10,2	10,6	13,5	14,9
Eslovénia (Slovenia)	7,0	:	:	:	10,8	14,1	16,5
Eslováquia (Slovakia)	6,6	6,8	9,1	10,4	10,4	11,4	12,6
Finlândia (Finland)	6,7	7,2	9,0	12,1	13,5	15,0	17,5
Suécia (Sweden)	10,3	11,7	13,6	16,4	17,8	17,2	18,5
Reino Unido (United Kingdom)	10,8	11,7	12,9	15,0	15,8	15,8	16,7

Fonte EUROSTAT e ONU

Como se pode observar no gráfico referente a 1950, há alguns países cujas estruturas por idades aparecem, utilizando a expressão de Peter Laslett e Paul Paillat, como «les moteurs du veillissement sur le continente» (1999, p. 273): Bélgica, França, Letónia, Áustria, Suécia e Reino Unido. Regista-se, no entanto, alguma diversidade de situações, veja-se os casos do Luxemburgo, que apresenta uma baixa percentagem de jovens e de idosos, da Alemanha,

que se aproxima dos países europeus mais ocidentais, ou da Finlândia e da Holanda, mais próximos da realidade meridional.

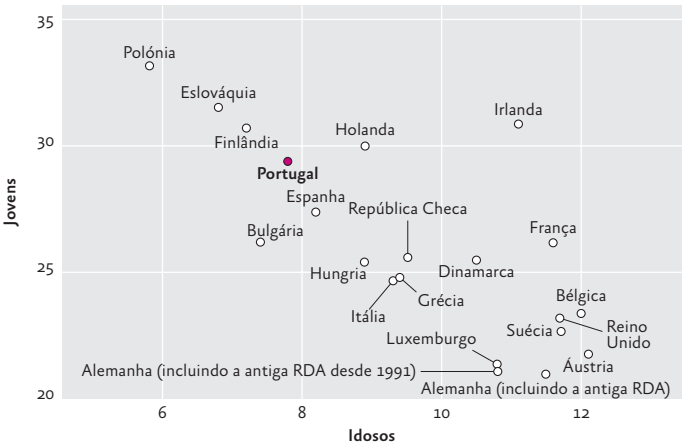
Gráfico 1.5 Percentagem de jovens e idosos em 1950



Fonte EUROSTAT e ONU

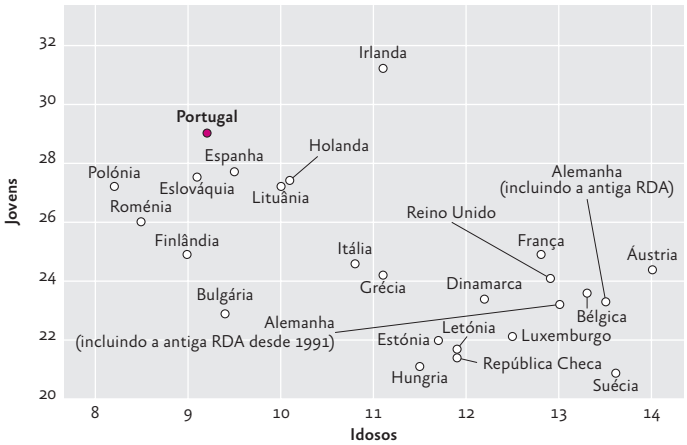
Em 1960, não há grandes alterações em relação à década anterior. Portugal mantém-se no grupo de países mais jovens, quer na base quer no topo. Todavia, tal como podemos notar no gráfico correspondente a esta década, há uma mais densa concentração de países no quadrante inferior direito, sendo já visível a integração da Alemanha nos países com menor peso de jovens e maior de idosos, contrastando com França, cuja proporção de jovens aumenta nesta década.

Gráfico 1.6 Percentagem de jovens e idosos em 1960



Fonte EUROSTAT e ONU

Gráfico 1.7 Percentagem de jovens e idosos em 1970



Fonte EUROSTAT e ONU

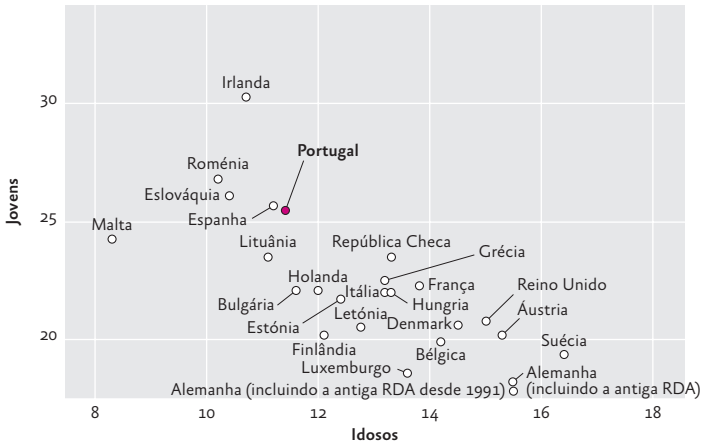
Na década de 1970, vai-se acentuando o processo do envelhecimento, visível no facto de serem dezoito os países que registam valores de indivíduos de 65 e mais anos acima dos 10 %. Portugal, depois da Irlanda, é o segundo país com maior peso percentual de jovens, sendo que a proporção de idosos não chega a 10 %, o que o situa no grupo de países com menor envelhecimento, tanto na base como no topo.

Assim, podemos comprovar o desenvolvimento do processo de envelhecimento, mas também uma progressiva homogeneização entre os países. Considerando a evolução entre 1950 e 1970, nota-se que os valores dos maiores de 65 anos são mais elevados, bem como se reduz ligeiramente a diferença entre os máximos e mínimos nacionais da proporção de idosos: em 1950, os países que registavam os valores máximo e mínimo eram a França (11,4 %) e a Polónia (5,2 %) e, em 1970, eram a Áustria (14 %) e a Polónia (8,2 %), respectivamente. Também no que diz respeito ao peso dos mais jovens é possível verificar uma progressiva diminuição da sua percentagem.

A partir de 1981, mas principalmente de 1991, há uma diminuição generalizada do peso dos menores de 15 anos concomitante ao aumento da população com 65 e mais anos. Na década de 1980, sobressaem a Irlanda, Roménia, Portugal, Espanha, Eslováquia e Malta como os países que conjugam um menor envelhecimento na base e no topo. Mantêm-se, por outro lado, a Bélgica, Áustria, Suécia, mas também o Reino Unido, a Alemanha, Dinamarca e o Luxemburgo como países onde se observa maior envelhecimento (Gráfico 1.8).

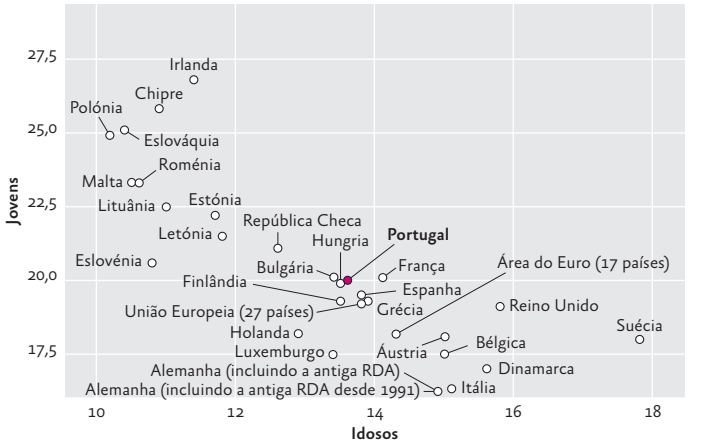
Em 1991, são seis os países (Chipre, Malta, Polónia, Eslovénia, Roménia e Eslováquia) que registam uma proporção de idosos inferior a 11 % e treze os países da UE27 que têm percentagens de jovens inferiores a 20 %.

Gráfico 1.8 Percentagem de jovens e idosos em 1981



Fonte EUROSTAT e ONU

Gráfico 1.9 Percentagem de jovens e idosos em 1991

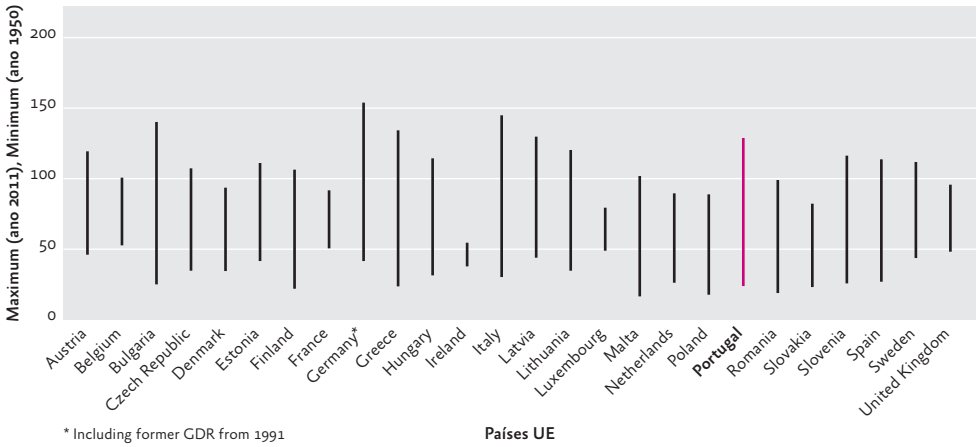


Fonte EUROSTAT e ONU

A evolução e generalização deste processo é também observável através do índice de envelhecimento (Quadro 1.10). Em 1991, na Suécia, Dinamarca, Itália e a Alemanha os valores deste índice já superavam os 90 idosos por cada 100 jovens. É de notar que houve um aumento expressivo deste indicador entre 1981 e 1991 na generalidade dos países (Quadro 1.22). Aumento que se acentua em 2001, reflectindo a intensificação do envelhecimento, de tal modo que em 2001 encontramos seis países onde o número de idosos já supera o dos jovens (Bulgária, Alemanha, Itália, Grécia, Espanha e Portugal). Saliente-se que a Bulgária e Portugal foram os países que neste período entre 1991 e

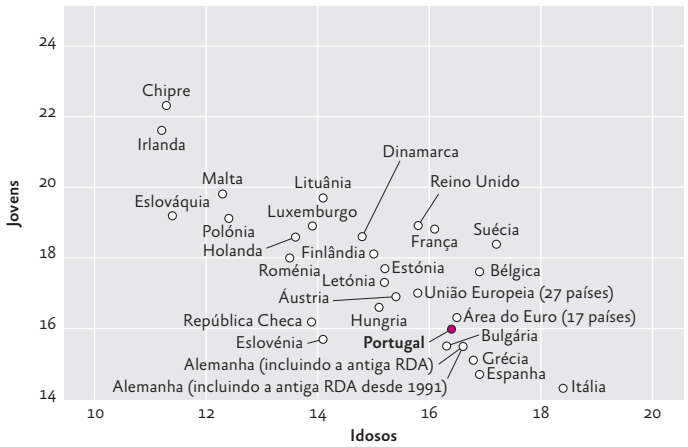
2001 mais viram aumentar o índice de envelhecimento, passando de cerca de 67,7 para 105,2, no caso da Bulgária, e de 68 para 102,5, em Portugal. Há, pois, um acentuar do envelhecimento no Sul da Europa, como se comprova pelos valores deste indicador.

Gráfico 1.10 Evolução do índice de envelhecimento na Europa dos 27 considerando 1950 e 2011



Fonte EUROSTAT e ONU

Gráfico 1.11 Percentagem de jovens e idosos em 2001

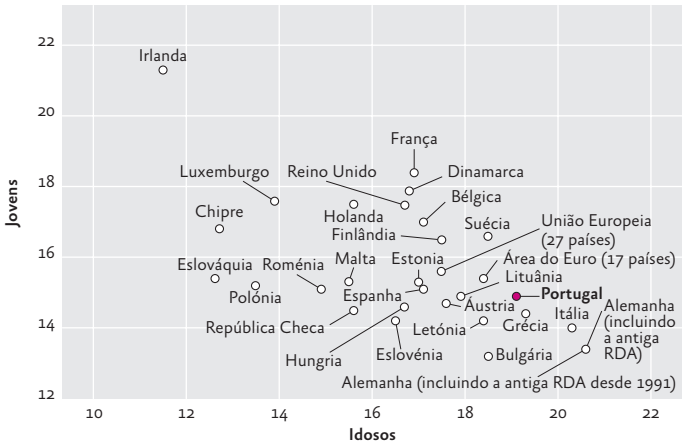


Fonte EUROSTAT e ONU

Em 2011, a homogeneização geográfica do envelhecimento já é evidente. Todos os países da Europa dos 27 envelheceram, embora com ritmos e intensidades diferentes, até porque o ponto de partida não foi igual. Caso de Portugal,

que, se nos anos de 1950 se caracterizava por uma estrutura etária jovem, a partir da primeira década do século XXI passa a integrar o grupo de países com maior peso de idosos e em 2011 é o sexto país da UE com o índice de envelhecimento mais elevado (depois da Alemanha, Itália, Bulgária, Grécia e Letónia).

Gráfico 1.12 Percentagem de jovens e idosos em 2011



Ao longo deste processo ocorreu uma alteração da distribuição do envelhecimento, consequência das variações da intensidade da fecundidade e da mortalidade e que se reflectiu em diferentes ritmos nacionais de evolução da população jovem e idosa (Adveev *et al.*, 2011).

Os países da Europa do Norte e Ocidental que envelheceram mais cedo tiveram uma evolução menos pronunciada, tanto na base como no topo das suas estruturas etárias, tal como se pode observar no gráfico de 2011; caso da Dinamarca, Bélgica, Suécia, Reino Unido, Luxemburgo. Já os países do Sul, entre os quais Portugal, conheceram uma forte progressão do processo de envelhecimento, sobretudo a partir dos anos de 1990, de tal modo que em 2011 registam valores baixos de jovens, inferiores à média europeia (Quadro 1.20), e elevados de idosos, o que os situa entre os países mais envelhecidos da Europa a 27 (Gráfico 1.12).

Se Monnier considera inédita a transformação demográfica e consequente evolução do envelhecimento em termos europeus, não deixa de ser importante realçar a velocidade e a intensidade deste processo em Portugal. A este propósito, Nazareth refere que «Portugal muda em meia dúzia de anos, o que não muda em décadas e no mesmo sentido em que outros demoraram dezenas de anos a fazê-lo» (Nazareth, 1991, p. 8).

O envelhecimento dos países europeus apresenta, pois, dinâmicas diferenciadas que decorrem das suas realidades nacionais e que resultam, nomeadamente, da evolução da fecundidade e da mortalidade.

Quadro 1.22 Índice de envelhecimento de 1950 a 2011

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
União Europeia (27 países)					72,0	92,9	112,2
Área do euro (17 países)					78,6	101,2	119,5
Bélgica	52,6	51,3	56,4	71,4	82,9	96,0	100,6
Bulgária	25,1	28,2	41,0	54,3	66,7	105,2	140,2
República Checa	34,4	37,1	55,6	56,6	59,7	85,8	107,6
Dinamarca	34,3	41,2	52,1	70,4	91,8	79,6	93,9
Alemanha (incluindo a antiga RDA desde 1991)	41,9	51,2	56,0	87,1	92,0	107,1	153,7
Alemanha (incluindo a antiga RDA)		54,8	57,9	85,2	92,0	107,1	153,7
Estónia	41,5		53,2	57,1	52,7	85,9	111,1
Irlanda	38,3	35,9	35,6	35,3	42,5	51,9	54,0
Grécia	23,7	37,9	45,9	58,7	71,9	111,3	134,0
Espanha	27,3	29,9	34,3	43,6	70,8	115,0	113,2
França	50,2	44,3	51,4	61,9	70,1	85,6	91,8
Itália	30,3	37,7	43,9	60,0	92,6	128,7	145,0
Chipre					42,2	50,7	75,6
Letónia	44,1		54,8	62,1	54,9	87,9	129,6
Lituânia	34,5		36,8	47,2	48,9	71,6	120,1
Luxemburgo	49,2	50,5	56,6	73,1	76,6	73,5	79,0
Hungria	31,3	35,0	54,5	60,5	67,8	91,0	114,4
Malta	16,5			34,2	45,1	62,1	101,3
Países Baixos	26,3	29,7	36,9	52,5	70,9	73,1	89,1
Áustria	45,8	55,5	57,4	75,7	85,7	91,1	119,7
Polónia	17,8	17,5	30,1		41,0	64,9	88,8
Portugal	23,7	26,5	31,7	44,7	68,0	102,5	128,2
Roménia	18,8		32,7	38,1	45,5	75,0	98,7
Eslovénia	25,5				52,4	89,8	116,2
Eslováquia	23,0	21,6	33,1	39,8	41,4	59,4	81,8
Finlândia	22,2	23,5	36,1	59,9	69,9	82,9	106,1
Suécia	43,7	51,5	65,1	84,5	98,9	93,5	111,4
Reino Unido	48,2	50,4	53,5	72,1	82,7	83,6	95,4

Fonte EUROSTAT e ONU

2.3. *Clusters* e padrões nacionais e regionais do envelhecimento demográfico

A primeira visão que podemos obter da cronologia/geografia do processo de envelhecimento decorre de uma análise mais clássica, por concelho/distrito, além das divisões territoriais agregativas em NUTS. Todavia, como as dinâmicas não estão circunscritas às divisões preestabelecidas, interessa fazer outro exercício: encontrar regiões homogéneas que agreguem características das estruturas etárias. Daqui poderá decorrer outra leitura: perceber a existência de outras agregações que este tipo de metodologia faça surgir, ou seja, até que ponto podemos definir novas regionalidades do envelhecimento que possam constituir novas unidades de análise das dinâmicas e do processo regional.

Frequentemente, os contrastes regionais são analisados em Portugal sob a perspectiva das dualidades norte/sul, litoral/interior, resultado de uma organização territorial cujas origens se podem encontrar nos primórdios da nacionalidade. Muitas vezes, cruzam-se aspectos da evolução histórica com determinadas unidades geográficas cujas concordâncias são significativas. Orlando Ribeiro (1991) distingue entre o Norte Atlântico, o Norte Interior, de influências continentais, e o Sul, de fisionomia mediterrânea, e José Mattoso (1985), quando se debruça sobre a identificação do Portugal medieval, retoma também este esquema de divisão regional, apontando diferenças na estrutura social entre o Norte senhorial e o Centro e Sul concelhios.

Em Portugal, o crescimento económico sempre privilegiou o litoral e o crescimento urbano tem sido aí mais intenso em virtude da extensão da área urbanizada, caso das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, como também conduziu ao desenvolvimento de espaços onde as características do rural se misturam com as do urbano. É verdade que estas tendências estruturais tendem a esbater-se, fruto do progressivo encurtar das distâncias, da uniformização dos padrões de consumo e dos estilos de vida e da progressiva urbanização e terciarização da sociedade. Os contrastes regionais parecem modificar-se. A identidade entre os centros urbanos do interior e do litoral, do Norte e do Sul, é agora mais evidente do que entre estes e as regiões onde se inserem, pelo que poderá ser mais apropriado falar-se em contrastes transregionais (Gaspar, 1987; Moreira, 2009).

Dada a diversidade da mudança das estruturas populacionais para caracterizar e sintetizar o envelhecimento populacional em Portugal, construíram-se *clusters* com vista a compreender o impacto, no território, deste processo e assim sintetizar a transformação progressiva das estruturas populacionais através da definição de conjuntos homogéneos relativamente às características populacionais.

Para o desenvolvimento deste exercício exploratório, partiu-se, relativamente a cada período censitário, da distribuição da população portuguesa, por concelho, sexos reunidos e por grupos quinquenais, mantendo-se, porém, um grupo final, aberto, relativo aos 75 e mais anos. Com esta opção procurou-se conservar uma estrutura de dados uniforme e constante, ao longo das várias décadas. Embora o principal interesse esteja centrado no envelhecimento, não é possível nos recenseamentos iniciais do período em estudo dispor da população segundo uma distribuição etária mais discriminada nas idades mais avançadas, pelo que foi necessário manter como limite máximo da desagregação os 75 e mais anos.

Para sintetizar a informação, desenvolveu-se primeiro uma análise de componentes principais (ACP) com vista à simplificação dos dados, removendo a colinearidade das variáveis, irregularidades e *outliers* dos dados. A capacidade explicativa dos três factores extraídos foi de 80,4 % em 1950, de 87,0 % em 1960, 79,6 % em 1970, 91,2 % em 1981, de 90,3 % em 1991, de 86,8 % em 2001 e 86,8 % em 2011.

Partindo dos dados assim trabalhados, foram então formados os *clusters* que se obtiveram através da ordenação hierárquica com o método ward. Método que maximiza a variância entre grupos e minimiza a variância entre membros do mesmo grupo, «pelo cálculo das distâncias, e os *clusters* são formados de modo a minimizar a soma dos quadrados dos erros (ou soma de quadrados dentro dos *clusters*» (Maroco, 2007, p. 427). Obtiveram-se assim conjuntos homogéneos quanto às características estruturais da população.

Com base nos dendogramas obtidos, fixaram-se seis *clusters* para 1950, 1960 e 1970, e sete a partir do recenseamento de 1981. Em 2011, poderiam ter-se definido oito *clusters,* no entanto, dado que a diferença entre o sétimo e o oitavo *cluster* correspondia a uma subdivisão de um dos *clusters,* optou-se pela sua agregação para assim reter as principais características diferenciadoras da população ao longo das várias décadas.

Da análise dos *clusters* ressalta, logo à partida, que de alguma forma o aumento do número de *clusters* acompanha a transformação das estruturas populacionais coincidindo com uma diversificação das características da população. Mas há uma leitura de continuidade da evolução da população que é profundamente contingente. Do ponto de vista demográfico, o critério jovem em 1950 é quantitativa e proporcionalmente diferente do de 2011. No entanto, procurou-se conjugar e manter na leitura dos *clusters* dos vários momentos censitários os critérios juventude/rejuvenescimento e velhice/ /envelhecimento subjacentes na agregação e desagregação dos vários concelhos quanto às suas características comuns.

Pretende-se, como se referiu, analisar o modo como evoluiu o processo do envelhecimento, não apenas em termos cronológicos, mas também na sua distribuição territorial, descendo à desagregação por concelho, o que conduziu a uma leitura muito mais fina deste processo. Ainda que sem perder de vista os períodos censitários, como base de análise, foi possível estabelecer fases quanto à evolução do processo de envelhecimento populacional, internamente marcados por ciclos diferentes. Para tal, partiu-se de uma identificação dos diferentes grupos homogéneos e dos seus traços característicos, ao longo das décadas em análise, o que permitiu perceber como progrediu o processo de transformação das estruturas etárias em Portugal na segunda metade do século XX e início do século XXI.

Deve-se, todavia, ressalvar que esta leitura deve ser relativizada, pois a intensidade e dimensão destas características têm de ser lidas no contexto de cada período. Assim, o grupo mais envelhecido em 1950 ou em 2011 pressupõe necessariamente intensidades diferentes. Veja-se que em 1950 o *cluster* que agrupava os concelhos que, em termos médios, apresentava a maior percentagem de idosos registava um valor de 9,9 % para os indivíduos com 65 e mais anos, enquanto em 2011 esse valor ascende a 40,8 %. Já no que diz respeito aos jovens a diferença entre os dois períodos é também evidente: em 1950, o valor médio mais elevado dos menores de 15 anos rondava os 35 % e em 2011 pouco ultrapassava os 17 %, como se pode ver no quadro que a seguir se apresenta.

Quadro 1.23 – Contrastes entre os *clusters,* 1950-2011

		Valores médios percentuais		
Censo	**Cluster**	**0-14**	**15-64**	**65+**
1950	Cluster A	34,6	59,1	6,3
	Cluster F	28,7	61,4	9,9
1960	Cluster G	28,9	60,3	10,8
	Cluster A	35,4	57,7	6,8
1970	Cluster G	23,8	60,4	15,8
	Cluster A	35,8	56,7	7,5
1981	Cluster A	31,8	59,0	9,2
	Cluster G	17,3	58,8	23,9
1991	Cluster B	24,4	60,7	14,9
	Cluster G	13,7	56,9	29,4
2001	Cluster A	20,3	65,6	14,1
	Cluster G	10,9	55,3	33,8
2011	Cluster A	17,2	68,1	14,8
	Cluster G	8,8	50,4	40,8

Por isso, importa na análise de *clusters* ter em conta não só os grandes grupos funcionais, de modo que se possa percepcionar as regionalidades que se vão desenhando, quanto ao evoluir do processo do envelhecimento, como também o peso relativo que os *clusters* revelam quanto às estruturas etárias do momento.

Para garantir uma continuidade de análise, procurou-se, na identificação dos *clusters,* realçar as características demográficas predominantes de cada um para assegurar que, ao longo dos vários momentos censitários, permaneciam referenciais comuns, ainda que com intensidades diferentes. Estes referenciais têm por base não só as características demográficas predominantes, mas também a conjugação das características globais das estruturas etárias e a forma como o seu peso se distribui.

Daí a opção por identificar os *clusters* por letras, constantes entre 1950 e 2011, correspondendo a essas características demográficas: A corresponde ao *cluster* mais jovem na base e G ao mais envelhecido no topo; D ao que tem maior percentagem média de activos; depois, com valores intercalares, surgem os *clusters* B e C, que apresentam ainda uma estrutura jovem, embora já com sinais de diminuição dessa percentagem; e o E e F que já apresentam estruturas envelhecidas. A importância da identificação destes grupos que reflectem mudanças graduais prende-se precisamente com as etapas do processo de envelhecimento por que vão passando as diferentes regiões.

Assim, desta análise pode-se começar por apontar a existência de três grandes fases quanto ao processo de envelhecimento.

A primeira (reunindo os censos de 1950-1960-1970) corresponde ao Portugal tradicional jovem; a segunda (incluindo apenas o recenseamento de 1981), constituiu uma fase de transição; e a terceira (agrupando 1991-2001-2011), marca o início e consolidação do Portugal envelhecido. Podem ainda assinalar-se diversos ciclos no âmbito de cada fase resultando da conjugação das dinâmicas demográficas que se traduziram nas variações do processo.

Assim, na primeira fase, sobressai um primeiro ciclo que corresponde ao ano/recenseamento de 1950, em que os valores dos jovens e idosos revelam estarmos em presença de uma estrutura etária jovem, apesar de os movimentos migratórios serem evidentes; depois um segundo ciclo, entre 1960 e 1970, em que se começam a desenhar os contornos do envelhecimento das estruturas etárias. De realçar que em algumas regiões o envelhecimento populacional desponta neste período, mais concretamente em 1960, permanecendo até à actualidade com uma intensificação progressiva.

A segunda fase, compreendendo apenas um ciclo, 1981, constitui um período de transição graças à descontinuidade dos movimentos demográficos em curso. Este ciclo caracteriza-se por um certo retardamento deste processo

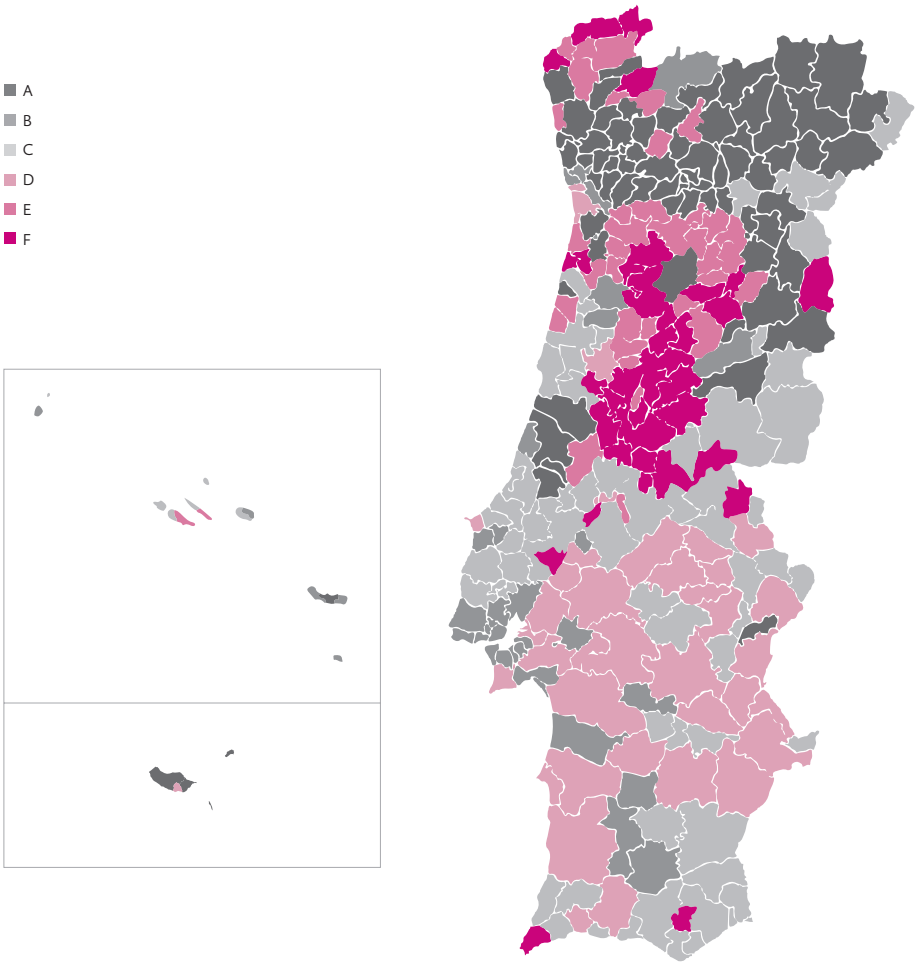
em algumas regiões, mas não para todas, fruto sobretudo do regresso de cerca de 700 mil portugueses das ex-colónias.

Finalmente, a terceira fase, 1991-2001-2011, em que o envelhecimento se torna a característica de base da população portuguesa, alastrando a todo o país, se bem que com contornos diferentes quanto à sua intensidade e expressão territorial.

As fases descritas, cuja identificação decorre de uma leitura diacrónica dos *clusters,* permitiu a identificação de homogeneidades no território, que se vão complexificando ao longo do período em observação e que depois prefiguram uma reconfiguração de novas homogeneidades.

2.3.1. Fase 1: 1950 a 1970 – emergência do processo de envelhecimento

Cartograma 1 *Clusters* de 1950



Em 1950, da agregação dos concelhos em *clusters* sobressaem três grandes áreas no continente. O Norte, onde se encontra a «mancha cinza escuro» mais compacta, que retrata uma estrutura populacional predominantemente jovem (é o *cluster* mais numeroso, com setenta e sete concelhos). De forma contrastante, ainda no Norte encontram-se sinais de envelhecimento de forma contínua e contígua nos concelhos do Minho Lima: Melgaço, Monção Valença, Caminha, Paredes do Coura, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e os concelhos adjacentes da NUTS III do Cávado: Terras do Bouro, Amares e Vieira do Minho.

O Centro, enquanto área que se alarga entre o Norte e Alentejo, mostra-se uma região de contrastes. Por um lado, prolonga-se do Alto Trás-os-Montes e Douro num eixo contínuo de concelhos com uma estrutura populacional predominantemente jovem a que se junta um pequeno conjunto compacto no litoral (Pombal, Leiria, Batalha, Porto de Mós). Por outro, no «centro» localiza-se também a mancha contínua que agrupa os concelhos com uma estrutura mais envelhecida. *Grosso modo,* verifica-se que as estruturas populacionais mais envelhecidas se localizam no Centro, muito embora se verifiquem situações pontuais (como as do Minho Lima, ou Vila do Bispo e São Brás de Alportel).

Também de salientar a cintura à volta de Lisboa, incluindo a capital, que junta um conjunto de concelhos[5] que reúne a segunda mais elevada percentagem de activos com valores relativamente baixos de jovens e valores baixos de idosos. É o *cluster* com a menor percentagem de indivíduos com 65 e mais anos, nesta década.

5. Cascais, Loures, Oeiras, Sintra Vila Franca, de Xira, Almada, Barreiro, Montijo, Moita, Seixal, Setúbal.

No Sul (Alentejo e Algarve) verifica-se uma presença significativa de população em idade activa, que constitui o traço dominante da caracterização dos *clusters* conjugadamente com a existência de uma presença não muito intensa de jovens.

Ou seja, no Centro os fluxos migratórios fizeram sobressair o envelhecimento no topo, enquanto no Sul a menor participação nos fluxos migratórios fez ressaltar a população em idade activa.

Na verdade, em 1950, a proporção de jovens em todos os *clusters* (registe-se que os valores dos jovens oscilam entre 40 % e 18,9 %) denotam um país com uma estrutura etária jovem, quer na base quer no topo (as percentagens de idosos variam entre 12 % e 4 %). Os *clusters* A e B (com maior percentagem de jovens) juntam cento e quinze concelhos, enquanto o grupo, que no contexto deste ano de recenseamento agrupa os concelhos com uma percentagem média de idosos mais elevada (cerca de 10 %), contabiliza quarenta e um, o que corrobora a verificação de um país jovem em grande parte do seu território. Por outro lado, é ainda um país tradicional, marcado pela assimetria Norte/Sul quanto à distribuição dos grupos de concelhos mais jovens, resultado de uma maior natalidade nas regiões a norte. Mais a sul observa-se uma mancha que

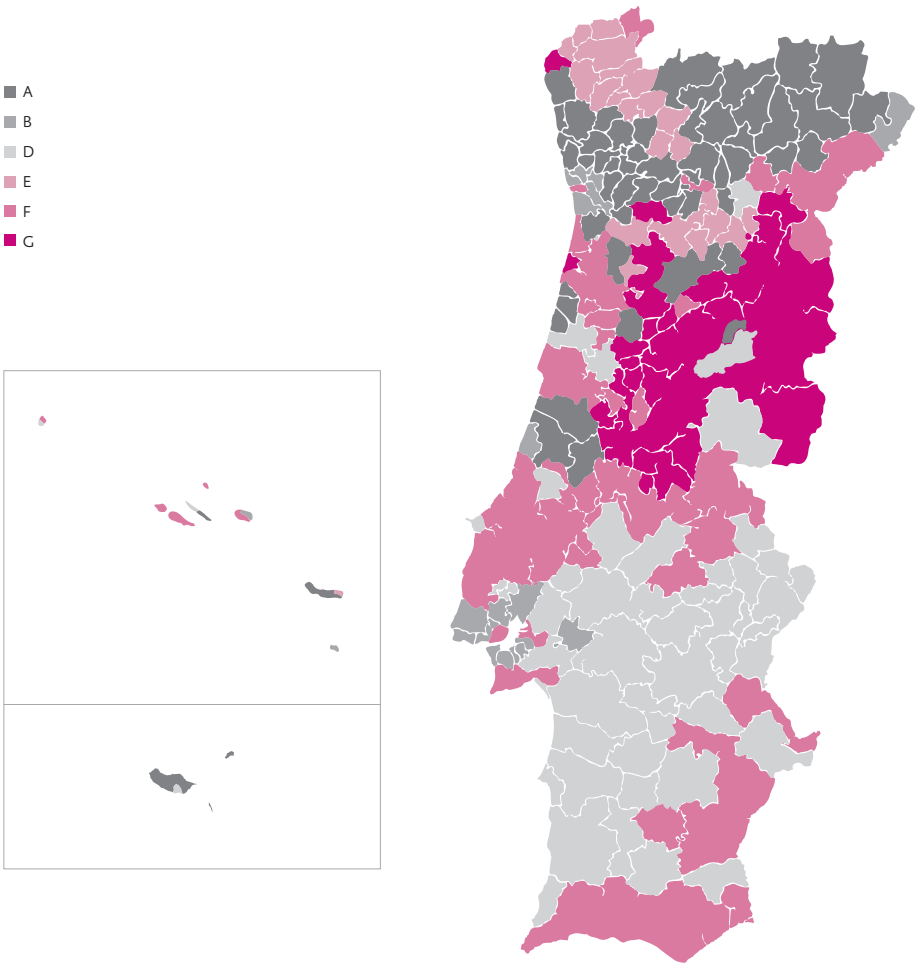
agrupa trinta e nove concelhos (*cluster* D) com a média da população activa mais elevada, embora já com sinais de envelhecimento na base.

O outro ciclo, 1960-70, constitui já uma viragem na dinâmica da população marcada pelos intensos movimentos migratórios, quer internos quer para outros países. Esta circunstância vai ter um impacto significativo nas estruturas etárias das regiões de origem, embora diferida no tempo. Assim, enquanto na década de 1960 são principalmente as regiões de saída para outros países aquelas cujas estruturas etárias se ressentem, caso das regiões que agrupam os concelhos dos *clusters* F e G, a década de 1970, além da continuidade dos movimentos de saída para o estrangeiro, conheceu uma mobilidade interna visível principalmente a sul. Veja-se que, sobretudo no Alentejo, o *cluster* predominante deixa de ser o D, que se caracteriza por ter maior percentagem média de activos. O peso dos idosos torna-se significativo, ganhando expressão os *clusters* F e G, unindo-se num contínuo às regiões do centro interior (com médias que rondam os 12 % a 16 % de população com 65 e mais anos). Simultaneamente, o peso dos menores de 15 anos é menor, no contexto desta década de 1970 (médias entre 23 % e 24 %), em contraste com o *cluster* com maior peso médio de jovens, 36 % (*cluster* A).

Em contrapartida, os concelhos à volta de Lisboa[6], que formam o *cluster* D, reflectem a sua condição de região atractiva e, por isso, de destino de migrantes internos. Os valores médios da população activa neste grupo oscilam entre 70 % e 65 %. Por outro lado, acresce o facto de este ser um *cluster* em que o envelhecimento no topo ainda se mostra reduzido, embora na base haja já alguns sinais de menor dinamismo.

6. Alenquer, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Entroncamento, Cascais, Loures, Mafra, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira, Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Palmela, Seixal, Setúbal, Sines, Vendas Novas, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Coruche, Salvaterra de Magos.

Cartograma 2 *Clusters* 1960

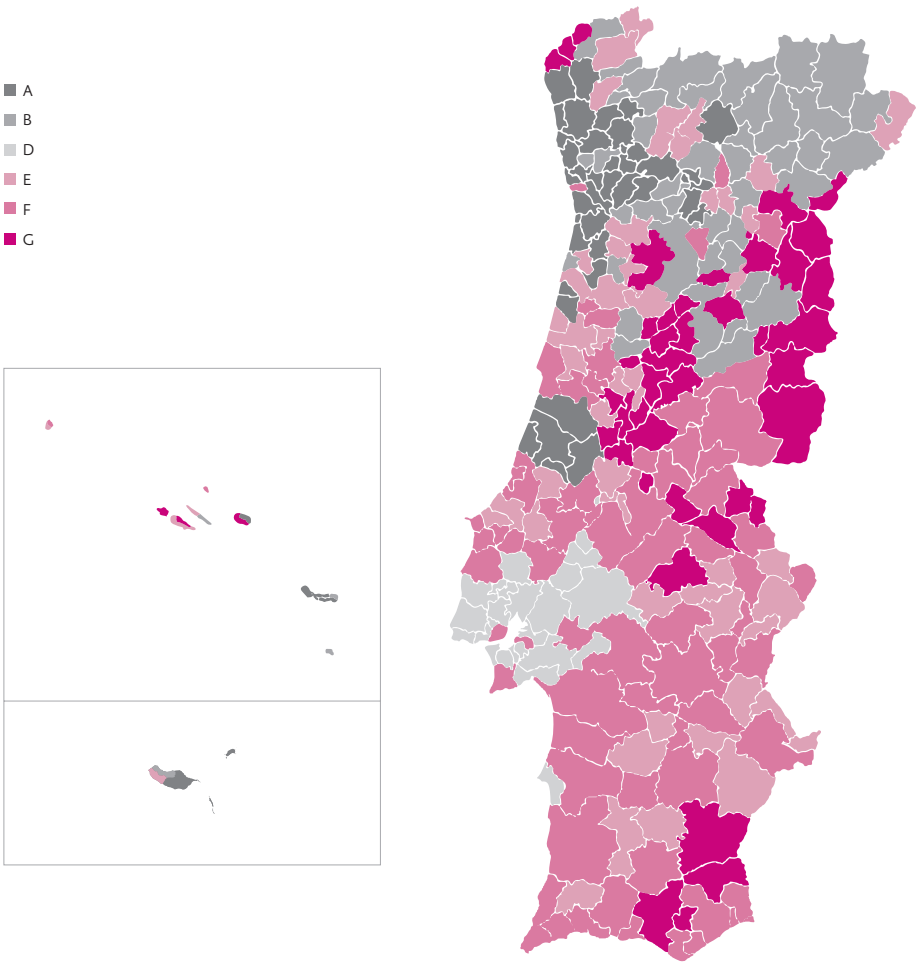


É no Norte e nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores que se mantêm as estruturas etárias mais jovens (*cluster* A), tanto em 1960, mas sobretudo em 1970, com valores médios de 35 % e 36 % de jovens, respectivamente. Todavia, em 1970 há um alargamento, a norte, da «mancha» identificadora dos grupos de concelhos com estruturas etárias mais jovens, quer na base quer no topo, e que junta cento e quatro concelhos. No entanto, o facto de estes mesmos dois *clusters* (A e B) registarem as mais baixas percentagens médias de activos neste período denota que estamos perante regiões onde o impacto da emigração é muito forte. Daí o efeito paralelo que faz sobressair a presença de jovens.

Neste ciclo é possível descortinar uma separação entre as regiões a norte, embora com algumas excepções no Centro, e no Centro/Sul quanto ao envelhecimento na base, circunstância particularmente visível em 1970. Em 1960,

demarcam-se no Centro litoral (Marinha Grande, Ílhavo, Sever do Vouga, Vagos, Mira, Leiria, Pombal) e na envolvente de Lisboa (Cascais, Loures, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Seixal), concelhos com um menor envelhecimento no topo, que além de elevadas percentagens de jovens, têm elevadas proporções de activos, principalmente entre os que rodeiam a capital. Esta característica, o peso dos activos, não se verifica nos concelhos que fazem parte do *cluster* A – Ílhavo, Sever do Vouga, Vagos, Mira, Leiria, Pombal –, o que pode indicar serem zonas de saída. Esta mancha de concelhos jovens na base e no topo, mas com poucos activos, prolonga-se para 1970, embora agora circunscrita a Albergaria-a-Velha, Ílhavo, Ovar, Vagos, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal, Ourém.

Cartograma 3 *Clusters* 1970



As regiões do Centro/Sul vão perdendo dinamismo, resultado dos movimentos migratórios, como referido atrás, o que se traduziu num maior envelhecimento em 1970, embora com percentagens médias de população activa relativamente elevadas no contexto deste período.

Registe-se, por outro lado, que o envelhecimento no topo é tendencialmente mais intenso no Centro, processo já visível em 1950 e que se mantém nas décadas de 1960/70, embora progressivamente se vá alargando a outras regiões, como se pode comprovar nos cartogramas.

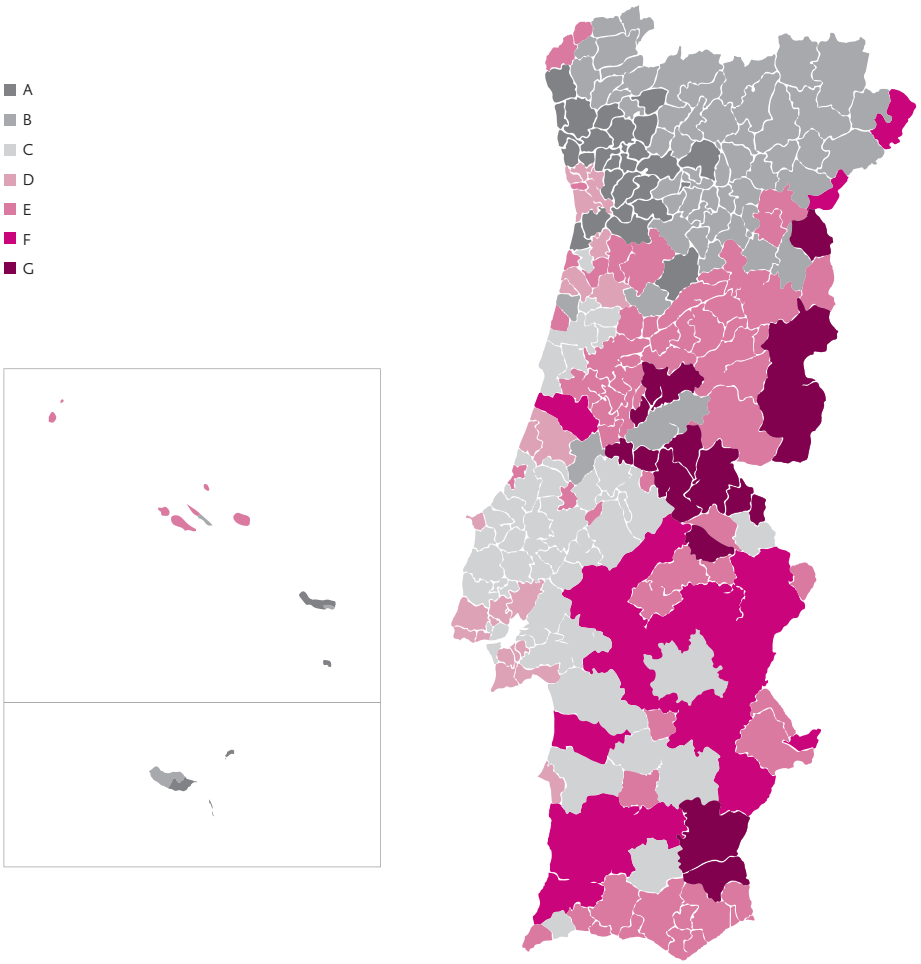
2.3.2. Fase 2: 1981 a transição

A fase de 1981 é, como se referiu acima, uma fase de transição entre um Portugal com estruturas etárias jovens, em que o peso dos idosos, embora lentamente em crescendo, ainda não supera a percentagem de jovens, e um Portugal onde já existe um grupo de dezanove concelhos[7] onde a média dos maiores de 65 anos já ultrapassa a dos jovens (*cluster* G). São concelhos que na generalidade já arrastam uma situação recessiva e de envelhecimento, marcada pela emigração da década de 1960, tendência da qual não se vão desviar até 2011. Por outro lado, os valores médios das percentagens dos mais jovens são tendencialmente mais baixos em todo o país, ao contrário dos valores dos mais idosos, que conhecem um aumento progressivo, quando cotejados com os períodos anteriores. Comparando com a década anterior, o *cluster* A (o mais jovem) juntava cinquenta e três concelhos, mas em 1981 chega apenas aos trinta e sete.

A chegada de mais de meio milhão de portugueses, em meados dos anos 70, veio dar uma nova dinâmica a algumas regiões, retardando o processo de envelhecimento das suas estruturas por idade. É o caso de uma cintura à volta de Lisboa, bem como de alguns concelhos do interior, sobretudo os das capitais de distrito, embora neste caso também se tenha de considerar o seu efeito polarizador face às regiões rurais envolventes. Estes concelhos constituem o *cluster* C, que regista a segunda percentagem média mais elevada de activos. A norte é igualmente visível este efeito, quer à volta do Porto, quer mais a noroeste. Globalmente, as regiões a norte do Douro, embora com prolongamentos para Vagos e mais para o interior, Viseu Tondela, Pinhel, Trancoso, juntam os *clusters* A e B, que apresentam as percentagens médias mais elevadas de menores de 15 anos e as menores de idosos, de que resulta uma mancha compacta de cinza no cartograma. A população em idade activa é pouco expressiva no *cluster* B, que agrupa maioritariamente concelhos do interior. Convém ressaltar que este *cluster* regista a percentagem mais baixa deste grupo funcional entre os *clusters* desta década.

7. Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Mação, Proença-a-Nova, Vila de Rei, Figueira de Castelo Rodrigo, Sabugal, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Ferreira do Zêzere, Alter do Chão, Castelo de Vide, Gavião, Marvão, Nisa, Mértola, Alcoutim.

Cartograma 4 *Clusters* 1981



Apesar de um certo retardamento do processo de envelhecimento que é possível notar em alguma regiões, a sua intensidade continua a aumentar sobremaneira naquelas cujo desenvolvimento já vem de períodos anteriores. Se em 1970 os *clusters* com maior peso de idosos (F e G) registavam valores médios de 12 % e 16 %, em 1981 esses valores sobem para 17 % e 24 %.

Significativo é o facto de o grupo que junta os vinte e cinco concelhos[8] com maior peso de população activa, conjugado com menor envelhecimento no topo, se localizar principalmente nas coroas de Lisboa e do Porto, a que se acrescenta a região de Aveiro, a de Leira e, mais a sul, Sines, o que aponta para um maior dinamismo económico que as torna regiões atractivas.

8. Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo, Vila Nova de Gaia, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Águeda, Aveiro, Ílhavo, Leiria, Marinha Grande, Peniche, Cascais, Loures, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira, Barreiro, Moita, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sines.

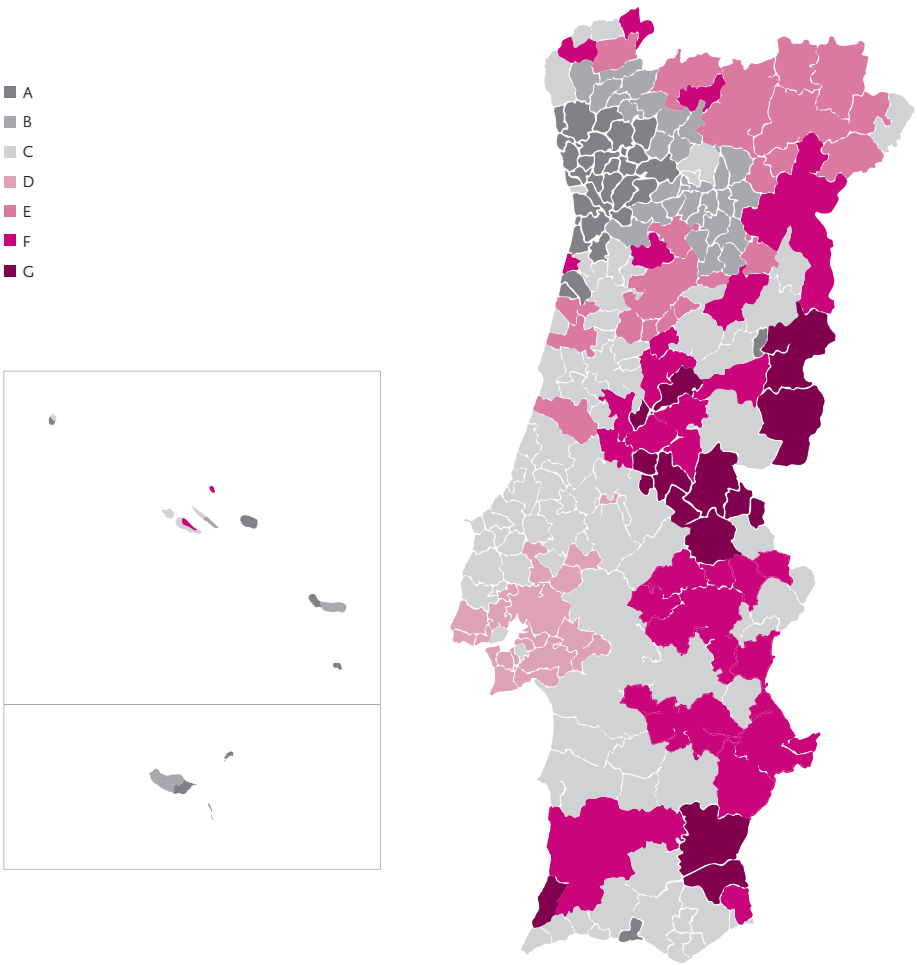
2.3.3. Fase 3: 1991 a 2011 consolidação do processo de envelhecimento

A terceira fase caracteriza-se pela ampliação e consolidação do processo do envelhecimento, bem patente em 2011.

Em 1991, é já visível o impacto da diminuição da fecundidade, mesmo a norte, onde se localizavam as regiões em que tradicionalmente esta variável era elevada.

Nesta década, os *clusters* que reúnem os concelhos mais envelhecidos (F e G) separam o interior de uma faixa litoral, que não é homogénea, onde se concentram os *clusters* menos envelhecidos. Destaque-se nesta faixa uma região à volta de Lisboa que agrega os concelhos com maiores percentagens de população activa (*cluster* D). Este núcleo que rodeia Lisboa é uma continuidade em relação à década anterior, embora com maior número de concelhos. O efeito do dinamismo exercido pela área metropolitana de Lisboa reflecte-se num menor envelhecimento no topo, a par de uma maior concentração de activos, apesar de na base já serem visíveis as consequências da tendência decrescente da fecundidade.

Cartograma 5 *Clusters* 1991

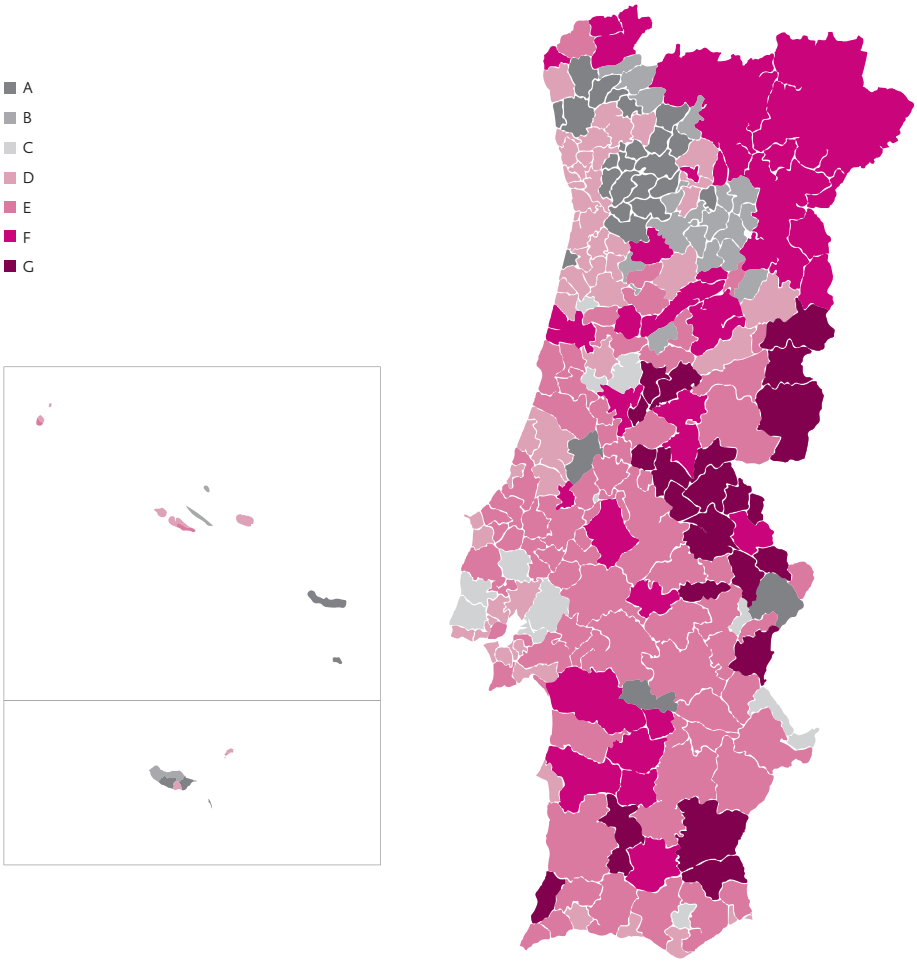


É a norte, rodeando o Porto, e nas regiões autónomas, que se encontra a maior implantação dos *clusters* A e B. Estes concelhos não só são os que apresentam menor envelhecimento na base e no topo, como têm também uma significativa representação da população em idade activa. Ponta Delgada é nesta década o concelho com o valor máximo de menores de 15 anos (27,6 %), mas também aqui se nota o impacto da descida da fecundidade. Veja-se que em 1981 o concelho com o valor mais elevado era Câmara de Lobos, com 40 %.

Quanto aos *clusters* mais envelhecidos, tanto na base como no topo, percorrem o interior centro/sul, mais junto à fronteira, embora não incluindo concelhos com cidades médias com funções administrativas (capitais de distrito), a que se juntam outras manchas que compreendem regiões que mantêm algum dinamismo, caso do eixo Covilhã-Guarda-Pinhel e mais a sul Borba-Vila Viçosa-Elvas-Campo Maior. Relativamente aos concelhos mais envelhecidos são sobretudo os que já arrastam de épocas anteriores as consequências dos movimentos de saída, com as mais baixas percentagens médias de população em idade activa, o que lhes retira dinamismo demográfico.

Este desenho vai-se esbatendo nas duas décadas seguintes, isto é, observa-se o alargamento do envelhecimento do interior para o litoral, prolongando-se os *clusters* mais envelhecidos (F e G). Por outro lado, o número de concelhos que integram o *cluster* A (mais jovem) diminui sucessivamente, quarenta e dois, em 1991, trinta e oito em 2001 e vinte e seis em 2011, ao contrário dos *clusters* mais envelhecidos (E, F, G), que aumentam em número. Resultado do progressivo acentuar do envelhecimento é o facto de em 2001 pela primeira vez, a nível nacional, a percentagem de idosos superar a de jovens.

Cartograma 6 *Clusters* 2001



De 1991 para 2001, é claro o avanço do processo de envelhecimento do país. Não só cresce o número de concelhos com estruturas etárias mais envelhecidas (*clusters* F e G, em 1991 compreendiam setenta e três concelhos e em 2001, oitenta e um), como aumenta significativamente os que estão a envelhecer (*cluster* E, que em 1991 incluía vinte e oito concelhos e em 2001, oitenta e um). Por outro lado, nas regiões onde este processo era já uma realidade em 1991, caso de Alto Trás-os-Montes, Minho Lima, Beiras, acentua-se nesta década. Os concelhos mais envelhecidos em 1991 são, na generalidade, os mesmos que registam valores mais elevados de idosos em 2001, acima dos 40 %: Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, na Beira Interior Sul, e Alcoutim, no Algarve. Portanto, não só aumenta o número de regiões envelhecidas como a intensidade desse envelhecimento cresce, tanto na base, como principalmente no topo. É na Região Autónoma dos Açores que se situam os concelhos que

mantêm as estruturas etárias mais jovens (Ponta Delgada, Vila do Porto, em 1991 e Ribeira Grande e Câmara de Lobos, em 2001).

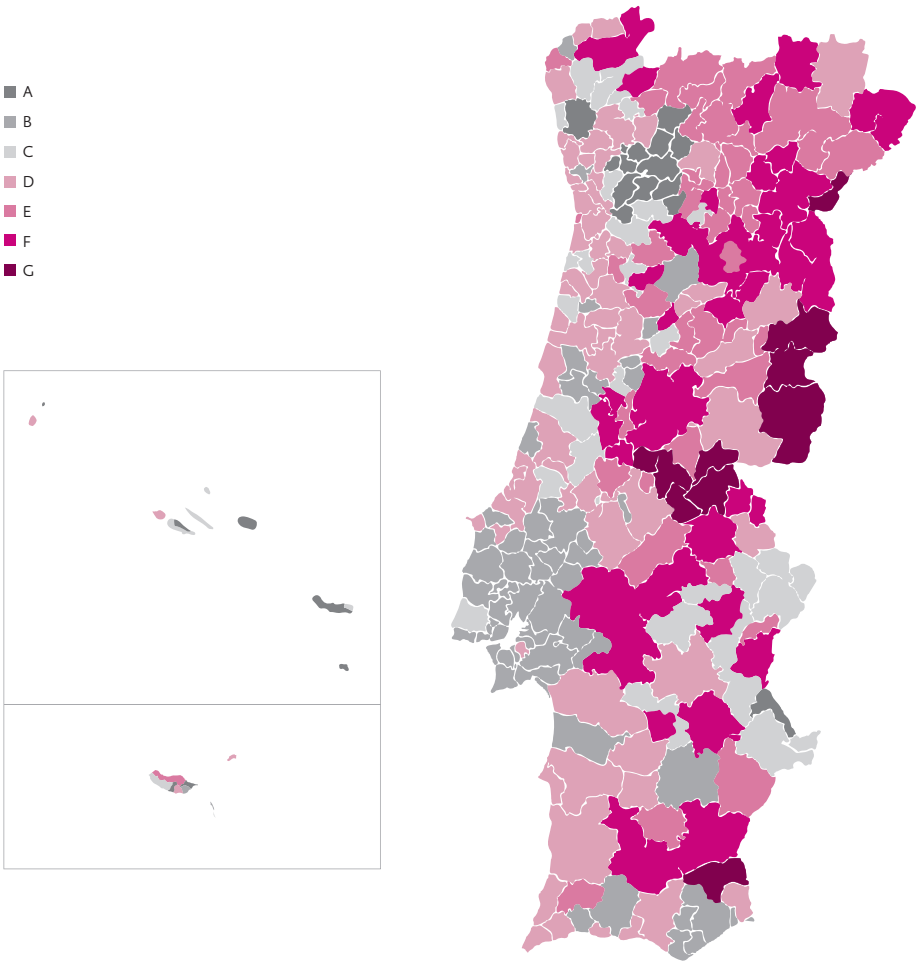
Também os concelhos do interior com cidades médias deixam de ser «ilhas» no que concerne à manutenção de estruturas relativamente mais jovens, no contexto de regiões já com elevadas percentagens de idosos.

Há um estilhaçar da dicotomia interior/litoral que ainda persistia em alguns casos em 1991. Os concelhos com percentagens mais elevadas de jovens (*cluster* A, com média de 20,3 %) estão sobretudo circunscritos a norte. Prolonga-se para o litoral o *cluster* E, traduzindo o avançar do envelhecimento do interior para o litoral. De facto, nestes concelhos a percentagem média de idosos ultrapassa já a de jovens. Aliás, nesta década só os *clusters* A e D ainda registam uma predominância de jovens (em média 20,3 % e 16,5 %, respectivamente) em comparação com os idosos (em média 14,1 % e 14,5 %, respectivamente). Há, pois, um movimento de expansão territorial do envelhecimento, revelador de um crescimento da intensidade do processo, ainda que existam gradações diferentes que decorrem da persistência de estruturas muito envelhecidas em alguns grupos de concelhos.

O *cluster* D caracteriza-se, por outro lado, por juntar os concelhos que têm um maior peso de população em idade activa (representando cerca de 69 % em termos médios) e em número superior ao que se tinha verificado na década anterior (sessenta e sete em 2011 e vinte e dois concelhos em 1991). São concelhos que se agrupam numa faixa, relativamente estreita, entre Viana do Castelo-Braga e Vagos, entre Vila Real, Viseu, Covilhã-Guarda, à volta de Coimbra e de Leiria e rodeando Lisboa, mas constituindo uma coroa menor quando comparada com a década anterior; no Algarve, são os concelhos com actividade turística mais intensa (Albufeira, Faro, Portimão e Vila Real de Santo António); de referir ainda, neste conjunto, alguns concelhos das regiões autónomas, nomeadamente Angra do Heroísmo e o Funchal.

As descontinuidades já visíveis em 2001 acentuam-se nesta última década de 2011, embora seja possível realçar algumas proximidades, nomeadamente no *cluster* D, que agrega concelhos da faixa litoral entre Viana do Castelo e as Caldas da Rainha, entre Alcácer do Sal e Vila do Bispo e, também, alguns do interior, sobretudo, aqueles que têm centros urbanos (caso de Bragança, Vila Real, Guarda, Castelo Branco, Covilhã, Portalegre, Évora). São concelhos envelhecidos principalmente na base e menos no topo, mas com uma percentagem elevada de população activa, correspondendo a áreas que pelas suas características funcionam como pólos de atracção.

Cartograma 7 *Clusters* 2011



Em 2011, encontra-se também uma mancha com continuidade que, *grosso modo*, corresponde à área metropolitana de Lisboa, a que se agregam mais alguns concelhos contíguos, e que resulta de um movimento de expansão associado ao desenvolvimento de redes viárias que permitem uma grande mobilidade entre a casa e o trabalho nestas regiões. São, por isso, regiões ainda relativamente jovens na base e no topo e que apresentam a terceira percentagem média mais elevada de população activa, no âmbito dos *clusters* estabelecidos. De ressaltar que nestas últimas décadas se nota uma dissociação entre envelhecimento na base e topo, juventude/rejuvenescimento. Assim, um *cluster* jovem na base não é necessariamente jovem no topo, caso do *cluster* B. Isto decorre da transformação e reequilíbrio dos valores dos escalões etários que, apesar de manterem as características dominantes, conhecem reajustamentos internos.

Em contraste, uma faixa no interior junta os concelhos mais fortemente envelhecidos[9] (*cluster* G), tendência cujos primórdios data dos anos 60. Aliás, juntamente, com os *clusters* F e E, agregam os concelhos que têm maior envelhecimento na base e no topo e menor percentagem média de população em idade activa. As regionalidades que sobressaem destes conjuntos revelam realidades locais com dinâmicas muito recessivas, decorrentes de percentagens de idosos que podem atingir cerca de 44 %, enquanto a de jovens pouco ultrapassa os 7 %. Embora estes sejam valores extremos, os valores médios apontam para percentagens de idosos que mais que correspondem ao dobro da de jovens em cento e dez concelhos.

Em 2011, o processo de envelhecimento está, portanto, consolidado em todo o território, ainda que persista um grupo de vinte e seis concelhos (*cluster* A), maioritariamente do norte e das regiões autónomas, onde os valores médios apontam para uma estrutura jovem, no contexto deste período (valores médios na ordem dos 17 % de jovens e 15 % de idosos), e uma elevada percentagem média de activos (66,1 %).

De salientar, portanto, que esta consolidação do processo de envelhecimento é visível não só em termos territoriais, mas também relativamente à sua crescente intensidade, quer quanto à perda de peso dos menores de 15 anos, quer ao aumento dos maiores de 65 anos. Daí, como se referiu atrás, a necessidade de contextualizar os grupos que resultaram da aplicação da análise de *clusters* a cada fase deste processo.

As características internas do processo de envelhecimento tornam-se ainda mais perceptíveis se se compararem os *clusters* mais jovens na base (A) e os mais envelhecidos no topo (F em 1950 e G em 2011), no princípio e no fim do período em análise.

Em 1950, o peso médio dos grupos mais jovens (0-4 anos e 5-9 anos) no *cluster* A, é mais do dobro dos valores médios em 2011: 12,6 % e 11,2 %, em 1950, 4,9 % e 5,7 %, em 2011. Por outro lado, o envelhecimento da população em idade activa é também uma realidade, já que em 1950 há um maior peso dos grupos entre os 15-19 e os 25-29 anos (valores médios entre 10,5 % e 7,4 %), sendo a partir dos 30-34 anos que se regista uma diminuição que se prolonga para os grupos seguintes. Já em 2011, há uma tendência inversa, ou seja, é a partir dos 30-34 anos até aos 45-49 anos que encontramos os grupos quinquenais com maior peso percentual (valores médios entre 7,3 % e 7,7 %), diminuindo depois para voltar a subir nos 75 e mais anos (7,1 %).

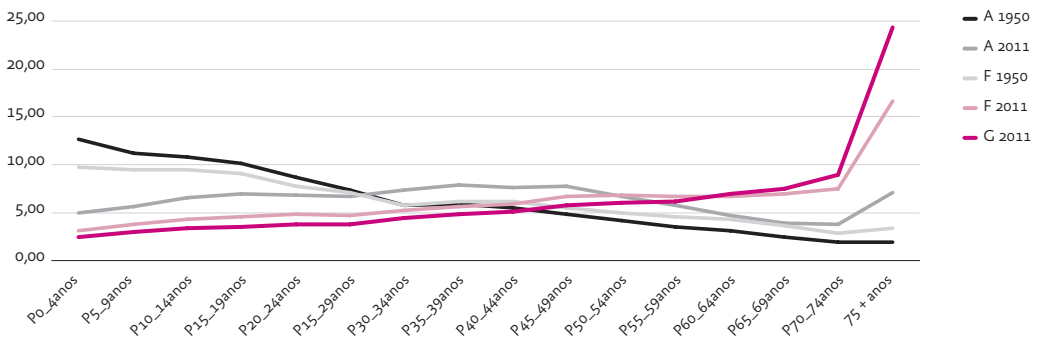
Se considerarmos os *clusters* que juntam os concelhos mais envelhecidos, a intensidade interna do envelhecimento acentua-se. Registe-se que em 1950, visto ainda se estar em presença de uma estrutura etária jovem, não se formou o *cluster* G, que corresponde a níveis elevados de envelhecimento na base e no topo.

9. Freixo de Espada à Cinta, Mação, Vila de Rei, Sabugal, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Gavião, Nisa, Alcoutim.

Assim, considerando o *cluster* F, para os dois períodos, e os grupos mais jovens, encontram-se valores médios que rondam os 9 % entre os 0-4 e os 15-19 anos, em 1950, e 3,1% – 4,6%, em 2011, valores ainda mais baixos no *cluster* G, 2,4% – 3,5%. Por outro lado, enquanto em 1950 há estabilidade de valores nestas idades, em 2011 são os dois primeiros grupos quinquenais os que registam as percentagens mais baixas, reflectindo a contínua quebra da natalidade dos últimos anos.

Quanto aos grupos de concelhos mais velhos, a amplitude ainda é mais intensa: em 1950, o peso percentual entre os 65-69 e os 75 e mais anos ronda em média os 3,6 %, 2,8 %, 3,4 % no último grupo; em 2011, no *cluster* F, 6,9 %, 7,4 %, aumentando para 16,7 %, e no *cluster* G, 7,5 %, 9,0 %, 24,4 %. Portanto, nesta última década, há um peso crescente dos grupos mais velhos, com claro realce para os 75 e mais anos, revelador do envelhecimento. No que diz respeito aos grupos potencialmente activos não há diferença significativa entre os dois períodos.

Gráfico 1.13 Comparação dos *clusters* mais e menos envelhecidos em 1950 e 2011



A análise das diferentes interações no tempo permitiu perceber o processo do envelhecimento, a sua expressão, a sua cadência, as suas variações, impactos regionais e locais, assim como a sua intercepção no território nacional.

Daqui ressaltam, além das divergências que se foram evidenciando, a verificação de permanências ao longo deste período de cerca de sessenta anos. É o caso da região de Lisboa, onde é possível observar a continuidade do dinamismo, ainda que com alguns períodos onde foi menos evidente. Por outro lado, as regiões com estruturas mais jovens permanecem no tempo e no território, no Norte e nas regiões autónomas, embora reduzindo-se progressivamente o número de concelhos que mantêm esta dinâmica.

Os primeiros sinais de envelhecimento datam das décadas de 1950 e 1960, no Centro Interior, pelo que os concelhos que envelhecem mais cedo são os que vão continuar a envelhecer atingindo valores elevados de população idosa, mas de um reduzido número de jovens. Já o Algarve revela um comportamento

inverso, começando por ser uma região com um peso significativo de população com mais de 65 anos, principalmente no contexto dos anos de 1960 e 1970, revertendo, depois, esta tendência, embora não de forma homogénea.

O interior junto à fronteira apresenta-se como a zona onde o envelhecimento, quer na base, quer no topo, se revela em extensão e intensidade. No entanto, é possível observar algumas diferenças entre o norte e o sul. Na verdade, a fronteira sul acaba por beneficiar de algum dinamismo das regiões espanholas de Badajoz e Huelva, visível no comportamento de alguns concelhos como Elvas ou Campo Maior (que também beneficia de uma dinâmica econômica própria), ou ainda Mourão, embora neste caso esteja mais relacionado com construção de Alqueva. Mais a norte, a tendência recessiva é mais profunda, até porque aqui as regiões do outro lado da fronteira não têm as mesmas características das da Estremadura e Andaluzia.

3. Evolução das subpopulações*

* Alda Botelho Azevedo, Maria Isabel Baptista.

Portugal chega a 2011 com uma estrutura populacional marcada por um processo de envelhecimento que se acentuou depois de 1991. Um processo caracterizado pelo aumento, na população, da proporção de pessoas com 65 e mais anos e pela gradual importância que aí assume o contributo das idades acima dos 75 anos. Aliás, é esta a tendência que se regista, de norte a sul, no continente europeu (Gaymu *et al.*, 2008).

A possibilidade de envelhecer foi uma grande conquista das sociedades humanas. Contudo, o aumento da duração média de vida para limites considerados inalcançáveis há algumas décadas (Oeppen e Vaupel, 2002) apresenta-se hoje associado à emergência de desequilíbrios nas estruturas populacionais que põem em causa o modo de funcionamento das sociedades modernas. Pelo que rapidamente se passou de uma história de sucesso a uma verdadeira «catástrofe».

Fortemente afecto à desaceleração do crescimento demográfico, o processo de envelhecimento da população tende a ser associado à fragilização da economia, à limitação da capacidade de empreender e inovar, ao agravamento dos custos indirectos do trabalho e ao agravamento das despesas com os cuidados de saúde (Rosa, 2012). Estas são algumas das grandes preocupações com que se debatem na actualidade os Estados e as comunidades científicas quando se confrontam com o fenómeno do denominado envelhecimento demográfico.

É verdade que não podemos contornar o facto de que a partir dos 75 anos de idade aumenta consideravelmente o risco de sofrer de problemas de saúde, tanto físicos como mentais, tornando-se indispensável a existência de um suporte em cuidados. Todavia, nesta continuidade, também é verdade que

as necessidades em cuidados dependem do estado de saúde dos indivíduos e assim também é para os mais idosos.

Ao que tudo indica, a maior capacidade para uma sobrevivência saudável varia segundo as características sociodemográficas dos indivíduos (Fernandes, 2007). É sabido que à medida que se avança na idade essa capacidade vai decaindo mas de forma diferencial. Para tal concorre o cruzamento da idade com outras variáveis tais como o sexo, a situação conjugal, o nível de instrução e o rendimento (Gaymu *et al.,* 2008). É neste sentido que seguem os objectivos propostos neste ponto do trabalho. Pretende-se uma caracterização da população sénior portuguesa em torno de algumas características sociodemográficas entendidas como pertinentes no âmbito de uma investigação que também procura abrir uma janela sobre os idosos que em breve seremos.

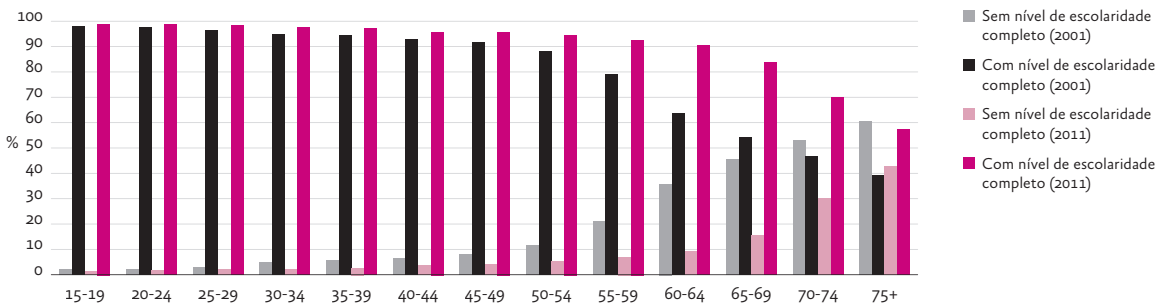
3.1. Níveis de instrução

Na população sénior, melhores níveis de instrução estão associados a melhores competências para gerir a sua saúde através de maior conhecimento e maior capacidade de resolução (Fernandes, 2007). E porque também se articula tendencialmente com um melhor estatuto socioeconómico, o nível de instrução mais elevado surge a par de um melhor acesso a cuidados de saúde ou a serviços de apoio médico e social.

Ora, a população portuguesa apresenta-se, no contexto europeu, com alguma desvantagem no que se refere aos seus níveis de instrução. Sobretudo no que envolve as gerações mais velhas, nas quais os fracos recursos escolares são persistentes (Fernandes, 2007; Festy e Rychtarikova, 2008).

De facto, em 2001 ainda se pode verificar o quanto a população depois dos 65 anos de idade se encontra marcada pela inexistência de um nível de escolaridade completo. Uma situação que, contudo, se altera favoravelmente na passagem para 2011 (Gráfico 1.14).

Gráfico 1.14 População com e sem nível de escolaridade completo (%), sexos reunidos, por grupo etário, Portugal, 2001 e 2011



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE.

Tanto em 2001 como em 2011, as proporções da população residente sem nível de escolaridade completo[10] crescem gradualmente a partir dos 15-19 anos, atingindo os valores mais altos no último grupo etário. Deste modo, são os 75 e mais anos que apresentam, tanto num momento como no outro, a maior proporção de indivíduos sem nível de escolaridade completo. Estes resultados remetem para os níveis de analfabetismo que ainda marcam a população sénior portuguesa. Todavia, de 2001 para 2011, as proporções de indivíduos sem nível de escolaridade completo decaem em todas as idades e, sobretudo, nas idades acima dos 55 anos.

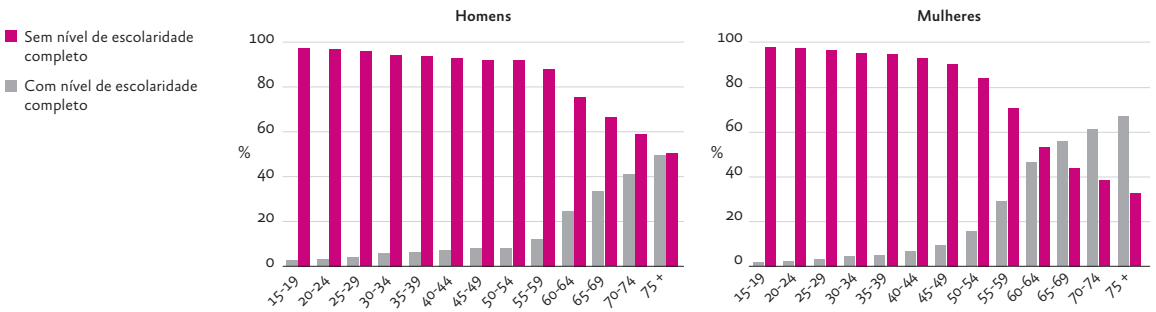
De notar que o peso relativo dos indivíduos com nível de escolaridade completo ultrapassa claramente em todas as classes etárias o dos sem nível de escolaridade completo, com a excepção, em 2001, nos grupos etários mais avançados (dos 70 aos 75 e mais anos). Nesta continuidade, pode concluir-se que o capital escolar dos portugueses evoluiu muito favoravelmente na última década. Não obstante, essa evolução ocorreu de forma diferencial segundo os sexos.

É sobretudo às mulheres que se deve, em 2001, a elevada proporção de indivíduos sem nível de escolaridade completo na população portuguesa acima dos 60 anos de idade (Gráfico 1.15).

No masculino, apesar de também se observar um acentuar dos modestos recursos escolares no último grupo etário (75 e mais anos), a proporção de indivíduos com nível de escolaridade completo mantém-se superior em 0,8 %.

10. As proporções ou taxas de 3.ª categoria aqui apresentadas correspondem à relação entre a população com/sem nível de escolaridade completo em determinado grupo etário e a população residente em Portugal no momento censitário desse mesmo grupo etário.

Gráfico 1.15 População com e sem nível de escolaridade completo (%), por sexo e grupo etário, Portugal, 2001



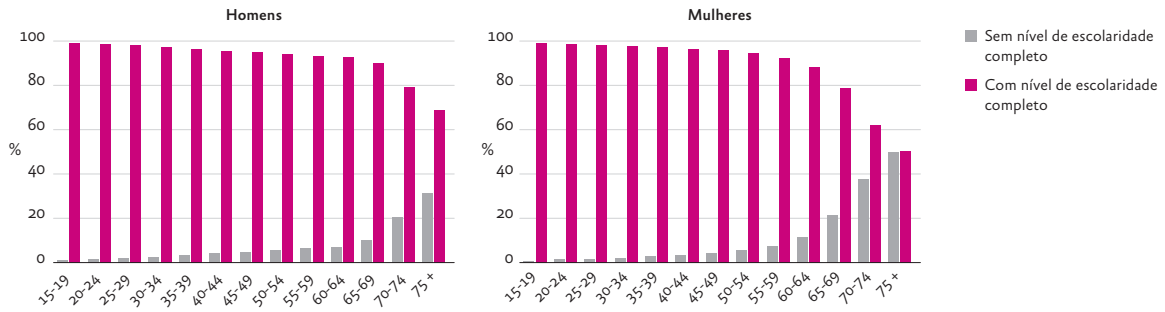
Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001), INE.

Na evolução positiva que a escolaridade dos portugueses conheceu de 2001 para 2011, os homens dão conta de um maior distanciamento entre as duas categorias numa clara vantagem para o nível de escolaridade completo (Gráfico 1.16). Assim também acontece nas mulheres, com a excepção do que

ocorre na última classe etária (75 e mais), onde os pesos de ambas as categorias ainda estão muito próximos.

De facto, por cada 100 mulheres nas idades dos 75 e mais anos, 49,8 não tem nível de escolaridade completo.

Gráfico 1.16 População com e sem nível de escolaridade completo (%), por sexo e grupo etário, Portugal, 2011



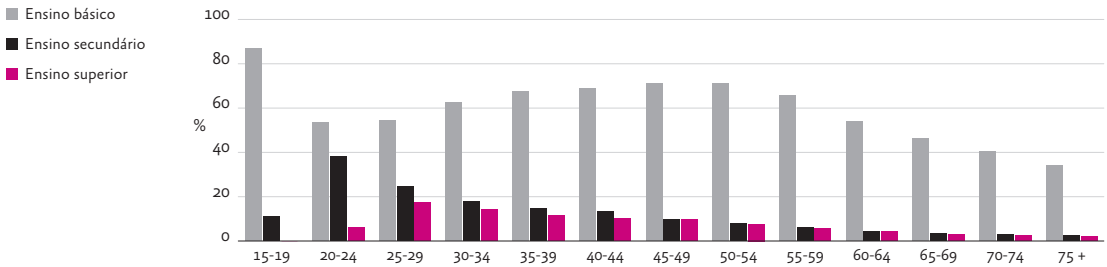
Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2011), INE.

Em suma, de 2001 para 2011, a escolaridade dos portugueses melhorou, inclusive nas idades a partir dos 65 anos, contudo, continua a ser nessas idades que se concentram os mais fracos recursos escolares, com especial incidência no feminino. Resta perceber de que recursos se trata e de que forma evoluíram na última década.

Em 2001, o ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) dominava fortemente o nível de escolaridade dos portugueses em todas as classes etárias (Gráfico 1.17). O ensino secundário (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade) surge como o segundo nível de escolaridade em todos os grupos etários, com excepção do dos 60-64 anos, em que o valor para o ensino superior (licenciatura, mestrado e doutoramento) é ligeiramente mais elevado (4,10 % para 4,07 %).

De notar que a prevalência do nível secundário sobre o superior se reduz claramente a partir dos 45 anos, aliás idade a partir da qual ambos os níveis de escolaridade acentuam um declínio no sentido dos valores mais reduzidos nas idades mais avançadas.

Gráfico 1.17 População por nível de escolaridade completo (%), sexos reunidos, por grupo etário, Portugal, 2001

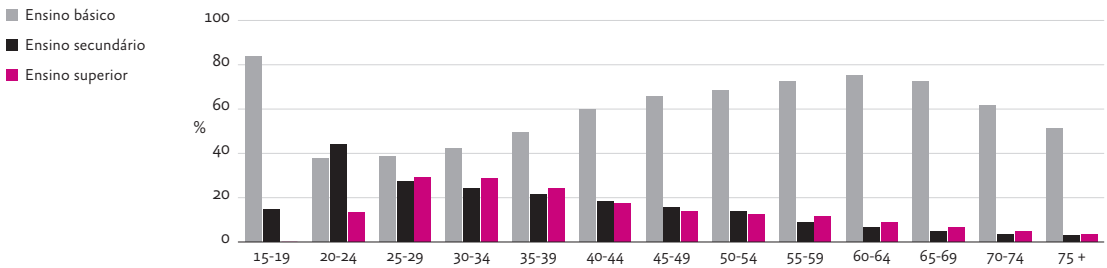


Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001), INE.

Em 2001, excluindo o grupo etário dos 15-19 anos por razões óbvias, o ensino básico apresenta a sua maior incidência nos 50-54 anos. Já o ensino secundário apresenta o valor mais alto no grupo dos 20-24 anos e o ensino superior no dos 25-29 anos (Gráfico 1.17). Esta situação nestes dois níveis de ensino não se altera em 2011, mas o mesmo não se aplica relativamente ao ensino básico.

De 2001 para 2011, apesar de o ensino básico continuar a dominar o panorama do nível de escolaridade dos portugueses, ocorrem duas alterações de registo (Gráfico 1.18). Primeiro, no grupo etário dos 20-24 anos o ensino secundário torna-se o nível de escolaridade mais representativo. Segundo, ocorre a deslocação do maior peso do ensino básico para idades mais avançadas paralelamente ao aumento significativo, nas idades mais jovens, dos valores relativos aos outros níveis de escolaridade (com maior acentuação no nível superior).

Gráfico 1.18 População por nível de escolaridade completo (%), sexos reunidos, por grupo etário, Portugal, 2011

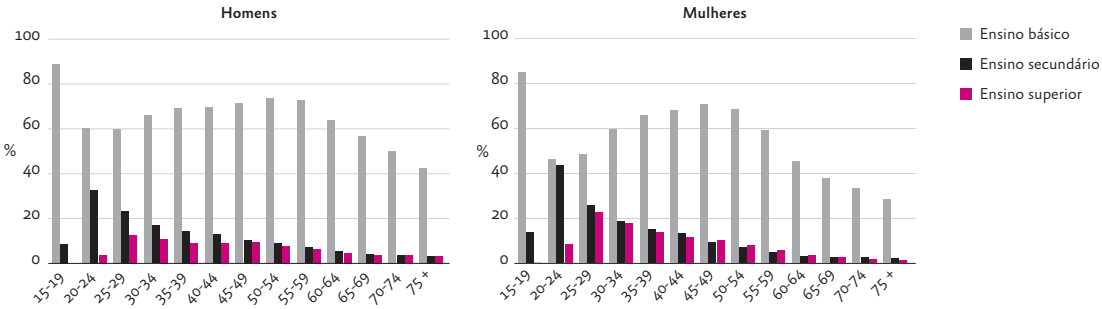


Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2011), INE.

Relativamente às idades seniores, todos os níveis de escolaridade conhecem uma evolução positiva de 2001 para 2011, mantendo-se o ensino básico claramente dominante. De qualquer modo, a partir daqui, interessa sobretudo saber como é que as tendências até agora identificadas se comportam segundo o sexo.

Em 2001, tanto nos homens como nas mulheres o ensino básico prevalece em todos os grupos etários. No entanto, este nível de escolaridade apresenta uma incidência maior no masculino do que no feminino (Gráfico 1.19). Relativamente aos outros níveis de escolaridade, estes seguem uma distribuição tendencialmente diferenciada segundo o sexo.

Gráfico 1.19 População por nível de escolaridade completo (%), por sexo e por grupo etário, Portugal, 2001

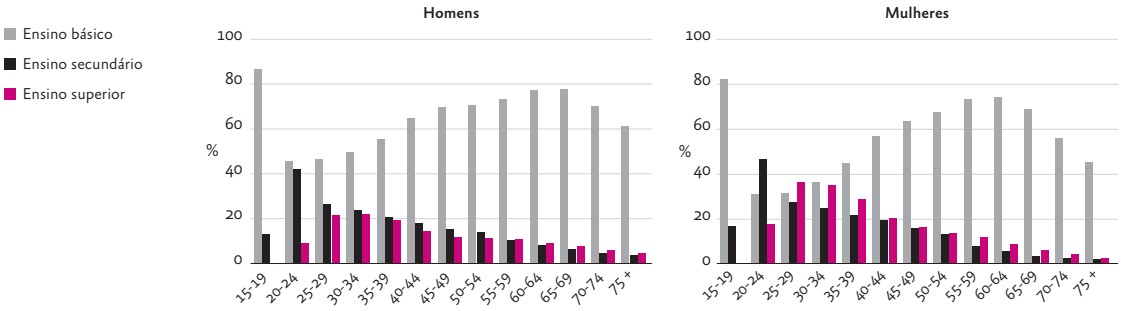


Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001), INE.

É no feminino que se encontram os maiores valores para o secundário, até aos 39 anos de idade, e para o superior, até aos 49 anos de idade. A partir destes grupos etários os valores dos homens são superiores aos das mulheres. Quer isto dizer que, em 2001, apesar de as mulheres serem mais escolarizadas nas idades mais jovens, os homens surgem, nas idades seniores, com uma frequência maior nos três níveis de escolaridade (Gráfico 1.19). Ora isto está de acordo com o facto de, nas gerações mais velhas, ser do lado das mulheres que se encontram os mais fracos recursos escolares. Esta é, contudo, uma regularidade que perde força na passagem para 2011 e que tenderá a desaparecer ou mesmo inverter-se, pois é resultante do efeito de geração que durante décadas privilegiou o acesso à escolarização por parte dos homens (Fernandes, Rodrigues e Henriques, 2008).

Com efeito, no grupo etário dos 60-64 anos, 8,87 % das mulheres têm como nível de escolaridade completo o ensino superior, enquanto o mesmo acontece a 8,68 % dos homens (Gráfico 1.20). Aliás, as mulheres apresentam valores superiores aos dos homens, em todas as classes etárias até aos 49 anos de idade, para o ensino secundário e, até aos 64 anos de idade, para o ensino superior.

Gráfico 1.20 População por nível de escolaridade completo (%), por sexo e por grupo etário, Portugal, 2011

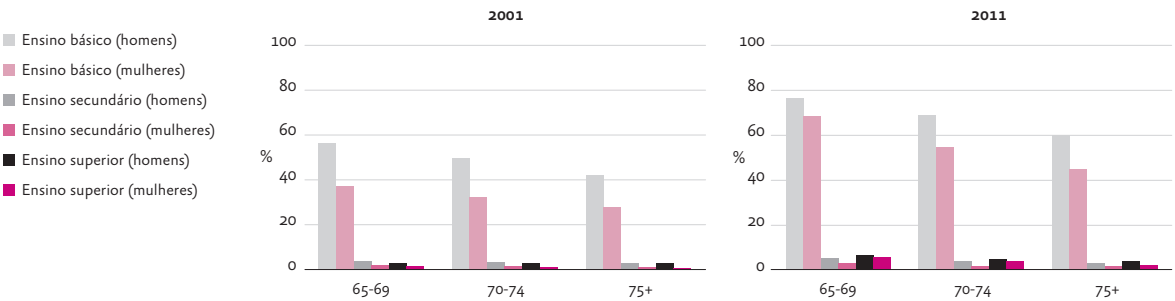


Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2011), INE.

Em 2011, tanto no masculino como no feminino, os elevados valores referidos ao ensino básico deslocam-se para as idades mais velhas. Mas se nos homens o ensino básico continua a ser o nível de escolaridade prevalecente em todos os grupos etários, nas mulheres assim já não acontece. Porquanto, no grupo etário dos 20-24 anos são as mulheres com o ensino secundário que assumem maior expressividade, o mesmo ocorre no grupo etário dos 25-29 anos, mas envolvendo as mulheres com o ensino superior (Gráfico 1.20).

Em suma, de 2001 para 2011, o nível de escolaridade, em ambos os sexos, evolui no sentido francamente positivo, contudo, a vantagem que as mulheres apresentam nas idades mais jovens, em comparação com os homens, não se verifica nos grupos etários mais avançados em virtude do efeito de geração. Deste modo, a partir dos 65 anos de idade os homens continuam a apresentar-se claramente em vantagem em relação às mulheres, em ambos os momentos de observação (Gráfico 1.21).

Gráfico 1.21 População por nível de escolaridade completo (%), por sexo e por grupo etário dos 65 aos 75 e mais anos, Portugal, 2001 e 2011



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE.

Apesar da evolução francamente positiva na última década, uma significativa parte da população sénior continua sem ter qualquer nível de escolaridade completo. A situação é particularmente relevante nas mulheres com 75 e mais anos de idade (49,80 % sem nível de escolaridade completo). Todavia, atendendo ao que ocorre não só nas idades mais jovens, mas também nas idades logo abaixo dos 65 anos, os seniores do futuro serão certamente muito mais escolarizados do que os contemporâneos, libertando-se gradualmente desta herança associada a gerações de homens e mulheres que viveram numa sociedade em que estudar era um privilégio muito maior do que é hoje (Fernandes, Rodrigues e Henriques, 2008).

3.2. Actividade e emprego

Num modelo de ciclo de vida ternário, no seguimento da formação vem a actividade e esta, por sua vez, pressupõe o seu fim numa idade em que se ganha o direito ao repouso (Guillemard, 1995).

Ora, com a segmentação nas idades de acesso à reforma (ou porque se antecipa ou porque se adia), vai-se diluindo a estreita associação que existia entre a idade da reforma e a entrada numa terceira fase da vida marcada pela condição de não trabalho ou de indisponibilidade para a vida activa. É neste sentido que, na actualidade, o conceito de envelhecer em actividade já se tornou um lugar-comum no âmbito de uma matriz da gestão pública da velhice dominada por fortes contradições. Porquanto, a necessidade de prolongar a actividade para equilibrar e sustentar o sistema de segurança social coexiste com um final da carreira activa marcado cada vez mais pela precariedade. Aliás, uma precariedade que é transversal a todo o percurso de vida activa, na medida em que este, ao nível individual, já é marcado pela presença constante dos períodos de não trabalho (Cardoso *et al.,* 2012).

De facto, de 2001 para 2011, a taxa global de emprego declinou e, complementarmente, a taxa global de desemprego sofreu um acentuado acréscimo. Os valores destes dois indicadores não traduzem apenas uma conjuntura de crise económica e uma consequente deterioração do mercado de trabalho, mas também uma vantagem clara dos homens em relação às mulheres. Isto porque se mantém uma taxa global de emprego maior nos homens e uma taxa global de desemprego maior nas mulheres (Quadro 1.1).

Quadro 1.1 Medidas globais de emprego (‰), total e por sexo, Portugal, 2001 e 2011

	2001			2011		
Medidas globais	**Total**	**Homens**	**Mulheres**	**Total**	**Homens**	**Mulheres**
Taxa global de emprego	930,90	946,87	911,53	866,37	871,93	860,44
Taxa global de desemprego	69,10	53,13	88,47	133,63	128,07	139,56

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE.

Paralelamente, as mulheres também experienciam uma vida activa mais curta do que a dos homens. Não obstante, de 2001 para 2011, a esperança de vida activa baixa no masculino, enquanto no feminino aumenta (Quadro 1.2).

Quadro 1.2 Esperança de vida activa (em anos), total e por sexo, Portugal, 2001 e 2011

	2001	**2011**
Total	39,32	38,38
Homens	41,95	40,18
Mulheres	36,07	36,71

Fonte: Bandeira (2006) e cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE.

Este comportamento da esperança de vida activa diferenciado segundo os sexos remete para a existência de uma diferenciação sexual ao nível da gestão da carreira activa, centrada, sobretudo, em torno dos momentos de entrada e de saída. Da observação das tábuas resumidas de actividade por sexos[11] percebemos, em ambos os momentos de observação, que os homens são mais precoces em disponibilizar-se para iniciar a vida activa e mais tardios para a finalizar (Quadro 1.3 e Quadro 1.4).

De qualquer modo, de 2001 para 2011 observa-se um adiamento na entrada da vida activa tanto no masculino como no feminino. O que está de acordo com o prolongamento do percurso escolar em ambos os sexos e com as dificuldades, cada vez maiores, de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Deste modo, também não será de estranhar que seja no intervalo etário dos 30-34 anos que se encontram mais activos, tanto em 2001 como em 2011, com uma intensidade em crescimento de 888 ‰ para 909 ‰ (Quadro 1.3 e Quadro 1.4). Nos homens é efectivamente no grupo etário dos 30-34 anos que há mais activos, em ambos os momentos de observação, contudo, a intensidade decresce de 942 ‰ para 929 ‰. As mulheres, que em 2001 eram mais precoces no momento em que protagonizavam a maior disponibilidade para a vida activa (intervalo etário dos 25-29 anos), em 2011 adiam esse momento

11. Para melhor percepcionar as transições entre actividade e inactividade da população ao longo do curso de vida, calcularam-se as tábuas resumidas, por sexo, para o ano de 2011 de acordo com a metodologia descrita em Bandeira (2006). Relativamente ao ano de 2001, utilizam-se os valores publicados pelo mesmo autor.

para o mesmo intervalo etário em que tal ocorre nos homens (30-34 anos). De notar que esta alteração no feminino é acompanhada por um aumento na intensidade da actividade (de 850 ‰ para 889 ‰).

Aliás, da observação das tábuas resumidas de actividade para ambos os sexos (Quadro 1.3 e Quadro 1.4) percebem-se algumas alterações no que se refere à actividade nas mulheres. Isto na medida em que elas apresentam um crescimento nos valores referidos aos intervalos etários compreendidos entre os 25 e os 64 anos. Ao que tudo indica, as mulheres estão mais disponíveis para a vida activa em 2011 do que em 2001. Facto que remete para os novos ajustes de que está a ser alvo o percurso de vida no feminino na articulação entre uma carreira escolar mais longa, uma carreira activa mais intensa e uma carreira familiar e reprodutiva mais tardia e menos fecunda (Bandeira, 2006).

Quadro 1.3 Tábuas resumidas de actividade, população activa total e por sexo, Portugal, 2001

Total			Homens			Mulheres		
Idade completa	Inactivos (Ix)	Activos (Ax)	Idade completa	Inactivos (Ix)	Activos (Ax)	Idade completa	Inactivos (Ix)	Activos (Ax)
14	1000	0	14	1000	0	14	1000	0
15-19	728	272	15-19	691	309	15-19	767	233
20-24	313	687	20-24	269	731	20-24	359	641
25-29	115	885	25-29	81	919	25-29	150	850
30-34	112	888	30-34	58	942	30-34	166	834
35-39	132	868	35-39	61	939	35-39	201	799
40-44	159	841	40-44	70	930	40-44	246	754
45-49	203	797	45-49	88	912	45-49	311	689
50-54	292	708	50-54	145	855	50-54	426	574
55-59	464	536	55-59	319	681	55-59	593	407
60-64	666	334	60-64	555	445	60-64	763	237
65-69	893	107	65-69	854	146	65-69	926	74
70-74	955	45	70-74	933	67	70-74	973	27
75+	982	18	75+	972	28	75+	989	11

Fonte: Bandeira (2006).

Quadro 1.4 Tábuas resumidas de actividade, população activa total e por sexo, Portugal, 2011

Total			Homens			Mulheres		
Idade completa	Inactivos (Ix)	Activos (Ax)	Idade completa	Inactivos (Ix)	Activos (Ax)	Idade completa	Inactivos (Ix)	Activos (Ax)
14	1000	0	14	1000	0	14	1000	0
15-19	870	130	15-19	856	144	15-19	884	116
20-24	385	615	20-24	364	636	20-24	407	593
25-29	121	879	25-29	114	886	25-29	128	872
30-34	91	909	30-34	71	929	30-34	111	889
35-39	102	898	35-39	72	928	35-39	130	870
40-44	126	874	40-44	83	917	40-44	166	834
45-49	159	841	45-49	101	899	45-49	213	787
50-54	223	777	50-54	146	854	50-54	294	706
55-59	396	604	55-59	298	702	55-59	486	514
60-64	673	327	60-64	608	392	60-64	730	270
65-69	918	82	65-69	887	113	65-69	944	56
70-74	969	31	70-74	951	49	70-74	984	16
75+	990	10	75+	981	19	75+	995	5

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE.

Nos homens é nos intervalos etários dos 50-54 anos e dos 55-59 anos que ocorre um crescimento nos valores de actividade na passagem para 2011. Um crescimento que traduz um aumento de activos masculinos em idades em que na actualidade já se equaciona de forma problemática a gestão do final de vida activa (Cardoso *et al.*, 2012).

Nesta continuidade e relativamente ao comportamento da actividade nas idades seniores, verifica-se que, de 2001 para 2011, a maior quebra da actividade nos homens é no intervalo etário dos 60-64 anos e nas mulheres é no dos 65-69 anos (Quadro 1.3 e Quadro 1.4). O que remete para a hipótese de os homens terem aderido, na última década, mais do que as mulheres aos regimes de reforma antecipada.

De qualquer modo, apesar de, em Portugal, tanto os homens como as mulheres se manterem disponíveis para a vida activa para lá dos 75 e mais anos, de 2001 para 2011, os valores da actividade decrescem em todas as classes etárias, depois dos 60 anos, no masculino, e, dos 65 anos, no feminino.

Em síntese, na década em observação, a intensidade da actividade decaiu, o que se deve mais ao comportamento da actividade masculina do que da feminina, na medida em que esta última cresce em todos os grupos etários dos 25 aos 64 anos. Ambos os sexos são coincidentes no forte declínio que os

valores da actividade conhecem nas idades de início e de final de vida activa. Relativamente ao final, assume especial destaque o que ocorre no grupo etário dos 65-69 anos, um comportamento ao qual não será estranho o facto de este grupo integrar a idade de direito à reforma.

Ser activo não implica que se esteja empregado (Bandeira, 2006), contudo, de 2001 para 2011, as maiores quebras na actividade são nas idades do início da vida activa, o que é coincidente com o facto de as maiores quebras no emprego também ocorrerem nessas mesmas idades (Quadro 1.5). O que remete para a hipótese de o adiamento na entrada da vida activa estar não só associado ao prolongamento da carreira escolar, mas também aos poucos incentivos que o mercado de emprego apresenta para que os jovens se disponibilizem mais cedo para ingressarem a população dos activos.

Da observação do Quadro 1.5, confirma-se, na década em análise, a tendência identificada ao nível das medidas globais no sentido do declínio do emprego e, consequentemente, do aumento do desemprego. Uma tendência que é transversal a todos os grupos etários, com excepção dos grupos relativos às idades dos 65 e mais anos.

Quadro 1.5 Distribuição de 1000 activos empregados e desempregados (‰), sexos reunidos, por grupo etário, Portugal, 2001 e 2011

2001			2011		
Idade completa	Empregados	Desempregados	Idade completa	Empregados	Desempregados
15-19	818	182	15-19	547	453
20-24	895	105	20-24	756	244
25-29	935	65	25-29	860	140
30-34	943	57	30-34	889	111
35-39	945	55	35-39	894	106
40-44	950	50	40-44	890	110
45-49	949	51	45-49	885	115
50-54	938	62	50-54	875	125
55-59	917	83	55-59	860	140
60-64	930	70	60-64	865	135
65-69	994	6	65-69	994	6
70-74	990	10	70-74	1000	0
75+	987	13	75+	1000	0

Fonte: Bandeira (2006) e cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2011), INE.

De notar que, na passagem para 2011, a seguir às quebras que ocorrem na frequência do emprego nas idades mais jovens, é nos intervalos etários

dos 50-54 anos e dos 60-64 anos que ocorrem as quebras mais expressivas de emprego. Estes resultados remetem para um agravamento considerável na precariedade que marca o final da carreira activa por via de um desemprego que atinge sobretudo os trabalhadores das idades mais tardias e acaba por se transformar num desemprego de longa duração que só termina com a entrada na reforma.

Estamos pois na presença dos denominados jovens idosos, categoria que inclui todos aqueles que são definidos simultaneamente como demasiado idosos para trabalhar e demasiado jovens para se reformar (Bandeira, 2006).

Relativamente ao comportamento do emprego por sexos, em 2001, confirma-se a clara desvantagem das mulheres em todos os grupos etários, com excepção do relativo aos 60-64 anos (Quadro 1.6). De facto, neste intervalo etário temos 933 ‰ nas mulheres e 929 ‰ nos homens.

Quadro 1.6 Distribuição de 1000 activos empregados e desempregados (‰), por sexo e grupo etário, Portugal, 2001

Homens 2001			Mulheres 2001		
Idade completa	Empregados	Desempregados	Idade completa	Empregados	Desempregados
15-19	853	147	15-19	770	230
20-24	916	84	20-24	871	129
25-29	952	48	25-29	915	85
30-34	961	39	30-34	923	77
35-39	964	36	35-39	922	78
40-44	966	34	40-44	931	69
45-49	964	36	45-49	929	71
50-54	951	49	50-54	920	80
55-59	921	79	55-59	912	88
60-64	929	71	60-64	933	67
65-69	996	4	65-69	991	9
70-74	995	5	70-74	982	18
75+	991	9	75+	981	19

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001), INE.

As mais fortes disparidades encontram-se nas idades do início da carreira nas quais se percebe que as mulheres ainda têm menos incentivos do que os homens, por parte do mercado de emprego, para se disponibilizarem, nas idades mais jovens, para a vida activa.

Também é de salientar a diferença que se regista no intervalo etário dos 35-39 anos, o que poderá remeter para a penalização que tem por alvo as

mulheres por motivos que se prendem com o seu maior envolvimento com a vida familiar e reprodutiva (Vicente, 2002).

É dos 40-44 anos que em ambos os sexos se registam os valores mais elevados no emprego (Quadro 1.6). Quanto ao grupo etário dos 45-49 anos, confirma-se como aquele em que se inicia a quebra no emprego, tanto nos homens como nas mulheres, e em que começa a tomar forma o desemprego de longa duração.

Em relação ao comportamento do emprego nas idades a partir do intervalo etário dos 65-69 anos, verifica-se que é nas mulheres que surgem os valores mais elevados de desemprego, o que remete para a hipótese da existência de maiores dificuldades por parte destas em se integrarem num qualquer regime de reforma. Dificuldades que poderão dever-se à associação mais duradoura, no feminino, ao trabalho precário ou mais mal pago ao longo da vida activa (Vicente, 2002). Aliás, é no intervalo etário dos 65-69 anos que a disparidade entre os sexos se agrava mais na passagem de 2001 para 2011 (Quadro 1.7).

Quadro 1.7 Distribuição de 1000 activos empregados e desempregados (‰), por sexo e grupo etário, Portugal, 2011

Homens			Mulheres		
Idade completa	Empregados	Desempregados	Idade completa	Empregados	Desempregados
15-19	572	428	15-19	516	484
20-24	768	232	20-24	743	257
25-29	864	136	25-29	855	145
30-34	898	102	30-34	880	120
35-39	904	96	35-39	884	116
40-44	898	102	40-44	882	118
45-49	890	110	45-49	880	120
50-54	879	121	50-54	870	130
55-59	860	140	55-59	861	139
60-64	860	140	60-64	872	128
65-69	996	4	65-69	989	11
70-74	1000	0	70-74	1000	0
75+	1000	0	75+	1000	0

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2011), INE.

Com efeito, o comportamento do emprego por sexos, em 2011, dá-nos conta de uma redução clara na desvantagem das mulheres relativamente aos homens. Isto em todos os intervalos etários, com excepção do referido às idades dos 65 aos 69 anos.

Paralelamente, o emprego decai fortemente em ambos os sexos e em todos os grupos etários, com excepção do mesmo grupo dos 65-69 anos. Ora, de 2001 para 2011, este grupo etário que envolve a idade da reforma, mantém o valor do emprego para os homens e reduz ligeiramente o valor do emprego para as mulheres (Quadro 1.6 e Quadro 1.7).

As maiores quebras no emprego, tanto para os homens como para as mulheres, ocorrem nas idades mais jovens e nas idades dos 40 aos 64 anos. Quanto às menores quebras, elas referem-se aos grupos etários dos 30-34 e dos 35-39 anos. Deste modo, damo-nos conta de um agravamento da precariedade que afecta a gestão do final de vida activa em Portugal, quer para homens quer para mulheres.

Contudo, e apesar de, em 2011, as desigualdades entre os sexos no âmbito do emprego assumirem uma tendência clara para se atenuar, as mulheres apresentam-se geralmente numa situação mais desfavorecida. No entanto, elas conseguem manter-se mais empregadas do que os homens, quer no intervalo etário dos 60-64 anos, em 2001, quer nos intervalos dos 55-59 anos e dos 60-64 anos, em 2011 (Quadro 1.6 e Quadro 1. 7). Situação que traduz, nessas idades, uma maior resistência por parte do emprego no feminino à conjuntura de crise que domina a contemporaneidade da sociedade portuguesa e europeia.

No jogo entre os empregadores e o Estado definem-se as regras que estruturam o modelo de transição da vida activa para a reforma. Regras que têm implicado o gradual afastamento do mercado de trabalho de um número crescente de homens e mulheres em idades activas. Homens e mulheres cujo final de vida activa é marcado por uma forte precariedade que se transfere inevitavelmente para o rendimento a que têm direito por reforma. Uma reforma que a redefinição de novas regras tem por objectivo adiar, quer através da institucionalização de uma nova idade da reforma mais tardia quer através da penalização de quem a antecipa (Cardoso *et al.,* 2012).

Deste modo, num mercado de trabalho afectado por uma forte crise económica, social e política, e em estreita competição com os mais jovens, os activos das idades mais tardias são vistos como um problema que remete para o problema mais geral do envelhecimento demográfico.

3.3. Estado civil

O estado matrimonial tem um forte impacto sobre múltiplos aspectos da vida dos indivíduos, acabando por ser especialmente decisivo nas idades mais avançadas. Isto porque se apresenta como determinante ao nível do modo de vida, da saúde (física e psíquica) e do rendimento (Festy e Rychtarikova, 2008). À medida que se vai atingindo idades mais elevadas, a capacidade com que se enfrenta a gradual necessidade de cuidados e de apoios vários depende, antes

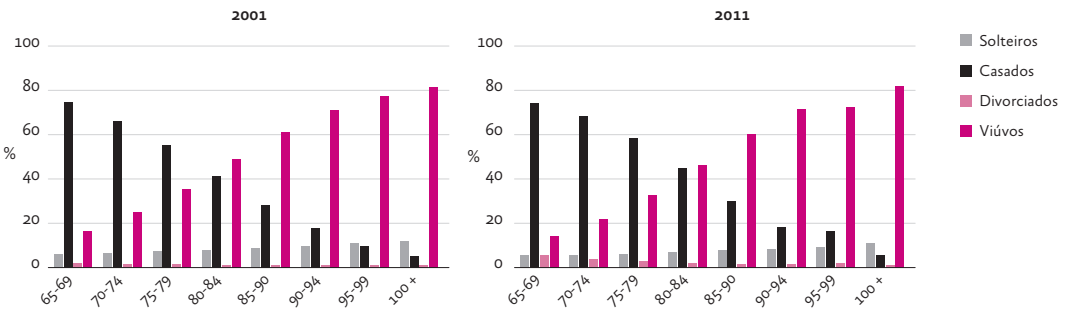
de mais, da rede familiar e é por aí que a situação conjugal acima dos 65 anos de idade ganha mais significado (Fernandes, 2007).

Em Portugal, se considerarmos apenas os grupos etários que compreendem as idades dos 65 e mais anos, verificamos que, tanto em 2001 como em 2011, são os casados que apresentam um maior peso relativo até ao grupo etário dos 75-79 anos, inclusive (Gráfico 1.22). Isto porque é nos 80-84 anos que a proporção dos viúvos passa a ser maior do que a dos casados, acentuando essa prevalência a partir dos 85-90 anos.

Outro aspecto interessante é o facto de a proporção dos solteiros competir com a proporção dos casados nos grupos etários referidos às idades mais seniores. Em 2001, o peso dos solteiros nas idades dos 95 aos 100 e mais anos é superior ao dos casados. Já em 2011 essa prevalência só ocorre no último grupo etário.

Quanto aos divorciados, apesar de ocorrer um aumento na sua proporção, na passagem de 2001 para 2011, em todos os grupos etários em análise, excepto nos 100 e mais anos, o seu peso na população sénior mantém-se aquém das outras categorias de estado civil aqui consideradas.

Gráfico 1.22 População dos 65 aos 100 e mais anos, sexos reunidos, por estado civil (%), Portugal, 2001 e 2011



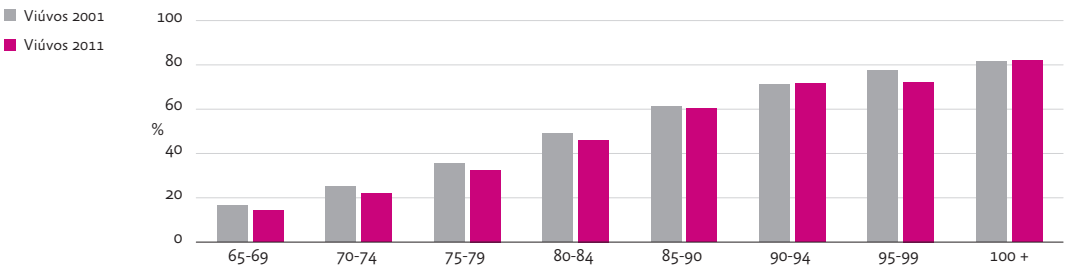
Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE.

Em síntese, em 2001 e 2011, a viuvez começa a dominar o estado civil nas idades seniores depois dos 80 anos de idade. Todavia, na passagem para 2011, o peso dos viúvos apresenta uma redução em todos os grupos etários, com excepção dos 90-94 e dos 100 e + anos (Gráfico 1.23). O que remete para o facto de, na actualidade, o estado de viuvez apresentar uma tendência para a redução da sua expressividade nas idades seniores (Festy e Rychtarikova, 2008). Uma tendência que se articula com os crescentes ganhos em anos de sobrevivência para ambos os sexos, com especial acentuação no masculino.

E se no período em análise a proporção de seniores casados aumenta em todos os grupos etários, com excepção dos 65-69 anos, em que sofre uma ligeira

redução, a proporção de solteiros decresce de forma generalizada (Gráfico 1.22). Deste modo, em Portugal, na população dos 65 aos 100 e mais anos, além dos viúvos, são os casados que estão mais fortemente representados. Contudo, esta representação varia segundo o sexo.

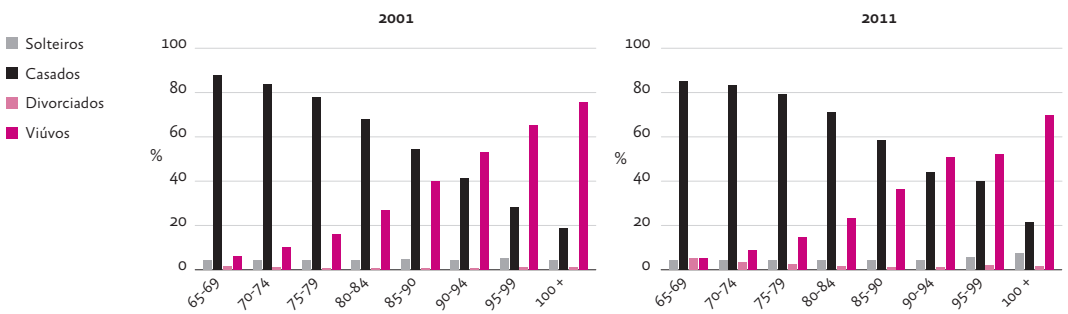
Gráfico 1.23 Proporção de viúvos dos 65 aos 100 e mais anos (%), sexos reunidos, Portugal, 2001 e 2011



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE.

Com efeito, nos homens, tanto em 2001 como em 2011, os viúvos só começam a prevalecer sobre os casados a partir do grupo dos 90-94 anos (Gráfico 1.24). Além de que a proporção de viúvos decresce, de 2001 para 2011, em todos os grupos etários em análise.

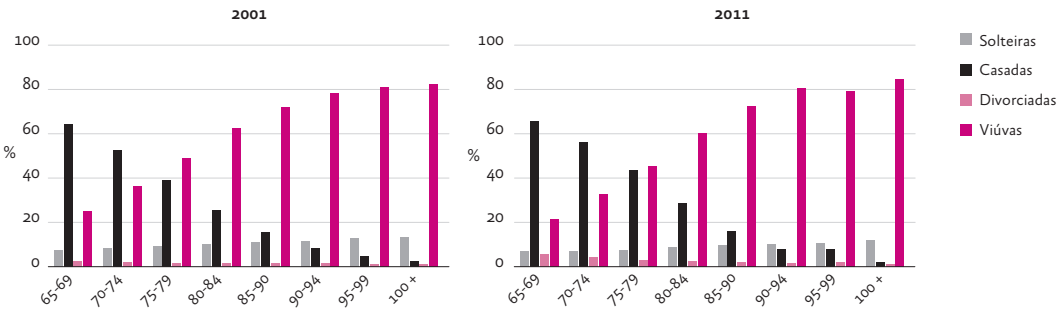
Gráfico 1.24 População dos 65 aos 100 e mais anos (%), homens, por estado civil, Portugal, 2001 e 2011



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE.

Já nas mulheres, não só as viúvas assumem um peso proporcional mais elevado do que nos homens, como o estado de viuvez começa a prevalecer mais cedo do que no masculino, isto tanto em 2001 como em 2011 (Gráfico 1.25). O que está de acordo com a diferente esperança de vida entre os sexos, favorável às mulheres.

Gráfico 1.25 População dos 65 aos 100 e mais anos (%), mulheres, por estado civil, Portugal, 2001 e 2011



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE.

Com efeito, a partir do grupo etário dos 75-79 anos a viuvez começa a marcar fortemente as mulheres das idades seniores. Por outro lado, outra das especificidades no feminino é a prevalência crescente das solteiras sobre as casadas a partir dos 90 anos de idade.

Em síntese, a distribuição da população sénior por estado civil segue um padrão diferenciado sexualmente. Os homens dos 65 aos 89 anos de idade são sobretudo casados e dos 90 aos 100 e mais anos são sobretudo viúvos. Já as mulheres diversificam mais o estado civil ao longo das idades seniores. Isto na medida em que são sobretudo casadas dos 65 anos aos 74 anos e são sobretudo viúvas dos 75 anos aos 100 e mais anos. No entanto, dos 90 aos 100 e mais anos as solteiras conseguem-se superiorizar às casadas. O mesmo é dizer que no patamar dos 90 e mais anos de idade as mulheres são sobretudo viúvas ou celibatárias.

Ao que tudo indica, as mulheres não só duram mais tempo do que os homens como possivelmente a sua longevidade, por via sobretudo do impacto da viuvez, é menos associada, do que a masculina, à vivência de uma situação em conjugalidade. Isto está de acordo com o facto de a maior parte das unidades domésticas constituídas por uma só pessoa serem femininas e também concorre para uma feminização da maior parte da população sénior institucionalizada. Isto porque o viver só é uma condição determinante para recorrer com mais frequência à institucionalização, sobretudo em idades mais tardias em que dependências várias se começam a manifestar (Gaymu, e*t al.* 2008).

3.4. Unidades domésticas

Relativamente à evolução da população institucionalizada[12] com 65 e mais anos, sabe-se que, em 2001, esse universo era de 61 096 indivíduos, enquanto, em 2011, perfaz um total de 84 647. O facto de estes números absolutos corresponderem a 3,61 % e 4,21 % da população residente em Portugal com essas

12. No âmbito desta análise consideram-se institucionalizados os indivíduos com mais de 65 anos a residir em estabelecimentos hoteleiros e similares, unidades de apoio social, educação, militares, religiosas, saúde, trabalho e outro tipo. Por conseguinte, excluem-se os indivíduos em estabelecimentos prisionais por constituírem uma institucionalização de natureza distinta.

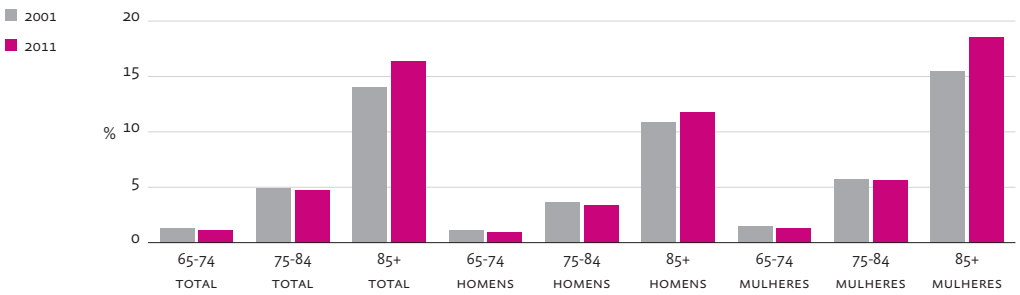
idades nos recenseamentos 2001 e 2011, respectivamente, não retira a pertinência da sua análise enquanto subpopulação de elevado interesse num estudo sobre o envelhecimento da população.

Em termos relativos e por grupo etário, de 2001 para 2011, verifica-se uma ligeira diminuição em ambos os sexos das proporções de institucionalizados nos grupos etários dos 65-74 anos e dos 75-84 anos (Gráfico 1.26). Assim, é no grupo dos 85 e mais anos que a proporção de indivíduos a viver em unidades institucionais sobe. Este crescimento é mais acentuado no sexo feminino, de 15,47 % para 18,58 %.

Estes resultados sugerem a ocorrência de melhorias no estado de saúde[13] da população sénior, permitindo o adiamento da institucionalização para idades mais avançadas.

13. Questão que será explorada no Capítulo IV.

Gráfico 1.26 Proporção de pessoas com 65 e mais anos a viver em famílias institucionais (%), total e por sexo, por grupo etário, Portugal, 2001 e 2011

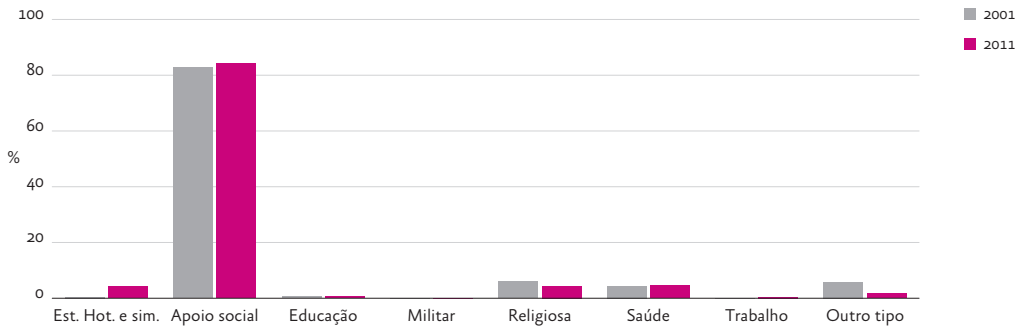


Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE.

Quanto ao tipo de alojamento colectivo, o apoio social é o que reúne a maior proporção de institucionalizados e ainda aquele em que de 2001 para 2011 a proporção mais sobe (de 82,83 % para 84,14 %) (Gráfico 1.27). Os alojamentos religiosos e de saúde têm também alguma expressividade, apesar de acolherem menos de 10 % dos institucionalizados.

De realçar que de 2001 para 2011 aumentou a proporção de indivíduos a viver em estabelecimentos hoteleiros e similares, o que sugere a existência de procura e oferta deste tipo de alojamento dirigido sobretudo a um segmento da população sénior economicamente mais privilegiado. Quase residuais são as proporções de indivíduos a viver em alojamentos colectivos de educação, militar e de trabalho.

Gráfico 1.27 Distribuição das pessoas com 65 e mais anos a viver em famílias institucionais (%), por tipo de alojamento colectivo, sexos reunidos, Portugal, 2001 e 2011



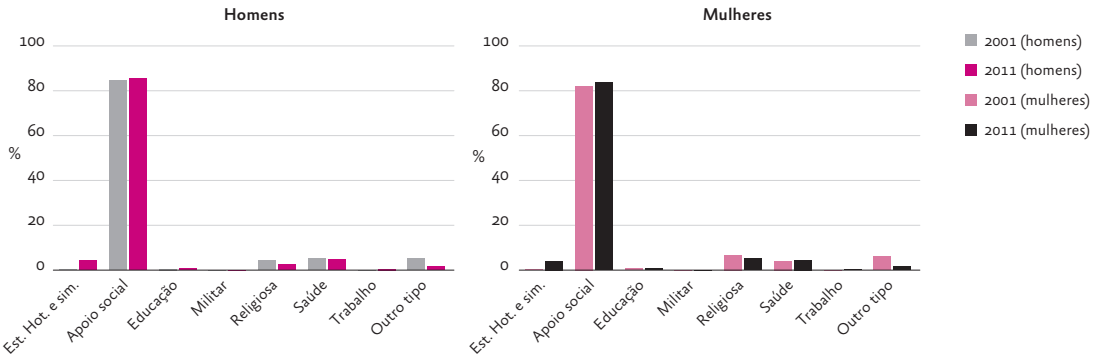
Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE.

Por sexo justificam-se apenas dois apontamentos (Gráfico 1.28). O primeiro é de que vivem mais mulheres em alojamentos de tipo religioso. Apesar de a frequência diminuir, de 2001 para 2011, em ambos os sexos, no masculino essa redução é superior (de 4,18 % para 2,53 %, enquanto no feminino é de 6,77 % para 5,10 %).

O segundo apontamento destina-se aos alojamentos de saúde. Enquanto diminui ligeiramente a proporção de homens que estando institucionalizados, vivem em alojamentos de saúde (de 5,06 % para 4,79 %), aumenta a proporção de mulheres (de 4,06 % para 4,55 %).

Não obstante, estas são pequenas variações que, mais do que representarem alterações de tendências, poderão apenas ser fruto do momento censitário.

Gráfico 1.28 Distribuição das pessoas com 65 e mais anos a viver em famílias institucionais (%), por tipo de alojamento colectivo, por sexo, Portugal, 2001 e 2011



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (2001-2011), INE.

Em síntese, confirma-se o facto de serem as mulheres a recorrer mais às famílias institucionais, o que remete para o facto de ser no feminino que mais se vive só nas idades acima dos 75 anos. Trata-se pois de um recurso que aumenta com a idade, indicando estar estreitamente associado sobretudo à perda de autonomia e ao agravamento do estado de saúde física e psíquica (Gaymu et al. 2008).

O recuo no número de institucionalizados, de 2001 para 2011, remete pois para a hipótese de uma melhoria no estado de saúde da população sénior, sobretudo nas idades abaixo dos 85 anos ou, ainda, para um maior protagonismo por parte das redes de apoio familiar.

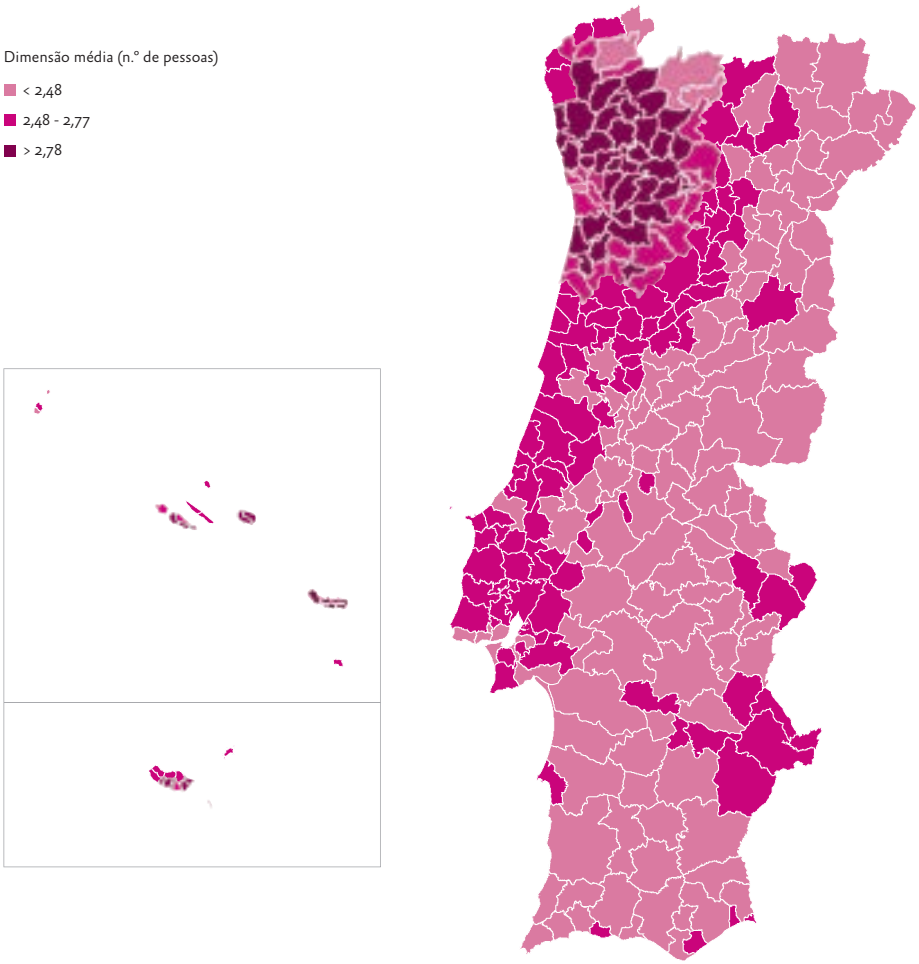
Em Portugal, a evolução das unidades domésticas entre 1960 e 2001 foi marcada por duas grandes tendências complementares: o aumento das unidades domésticas constituídas por uma só pessoa e a diminuição da dimensão média das famílias clássicas (Aboim, 2003). Estas tendências prolongam-se até 2011, momento em que as unidades domésticas constituídas por uma só pessoa com 65 e mais anos de idade representam 10,06 % sobre o total de unidades domésticas e a dimensão média é de 2,58 pessoas por alojamento.

Sobre a dimensão das unidades domésticas importa relembrar que, em 1960, estas tinham, em média, 3,8 pessoas (Aboim, 2003). Ora com uma taxa de variação de -32,11 %, entre 1960 e 2011, verifica-se que é nas regiões mais envelhecidas que, em 2011, a dimensão média é menor (Figura 1.1).

Assim, particularmente reduzida é a dimensão média das unidades domésticas, sobretudo em regiões do interior, como nas sub-regiões da Beira Interior Sul (2,30), Pinhal Interior Sul (2,35), Alentejo Litoral (2,37) Cova da Beira e Beira Interior Norte (2,40). Quanto aos municípios, é em Idanha-a-Nova (2,15), Pampilhosa da Serra e Vila Velha de Ródão (2,11), Penamacor e Alcoutim (2,09) que as famílias são, em média, mais pequenas.

No outro extremo, com dimensões médias de unidades domésticas francamente superiores ao cenário nacional, surge o Tâmega (2,99), a Região Autónoma dos Açores (2,98), o Cávado (2,96), o Ave (2,91), a Região Autónoma da Madeira (2,85) e o Entre Douro e Vouga (2,81). Quanto aos municípios, o protagonismo é claramente das ilhas: Ribeira Grande (3,56), Vila Franca do Campo (3,44), Câmara de Lobos (3,41) e Lagoa (R.A.A), com uma dimensão média de 3,28 pessoas por unidade doméstica.

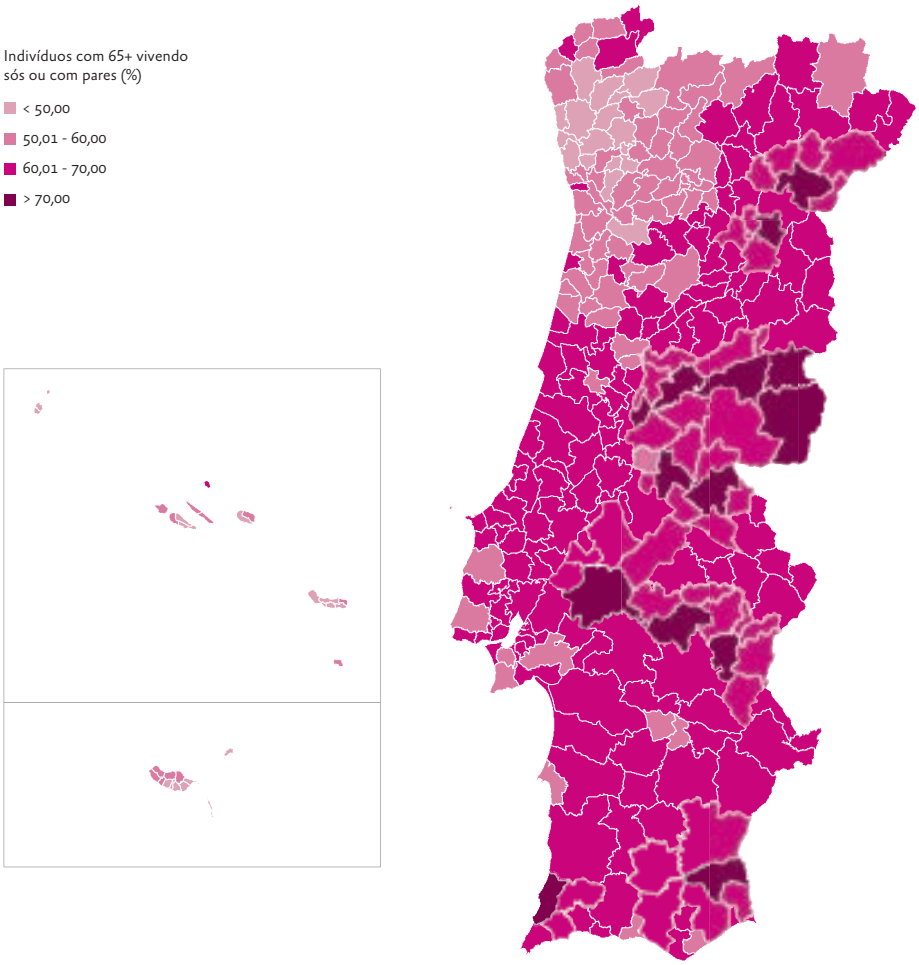
Figura 1.1 Dimensão média das unidades domésticas (n.º de pessoas), por município, 2011



Fonte: Recenseamento Geral da População 2011, INE.

Mais interessante do que a dimensão das unidades domésticas no estudo da população sénior é a proporção de indivíduos com 65 e mais anos vivendo sós ou com outros do mesmo grupo etário (Figura 1.2). Nesta continuidade podemos observar que são os municípios de Penamacor, Idanha-a-Nova, Coruche, Pampilhosa da Serra e Nisa que apresentam a proporção mais elevada de indivíduos com 65 e mais anos vivendo sós ou com outros do mesmo grupo etário (entre 78,52 % e 71,4 %). Facto que remete para uma relação estreita entre o declínio da dimensão média das unidades domésticas e o aumento dos núcleos domésticos seniores. É neste sentido que se entende o facto de a menor proporção de seniores isolados (com valores entre 38,88 % e 42,55 %) se encontrar nos municípios de Vila Franca do Campo, Câmara de Lobos, Santa Cruz, Barcelos e Ribeira Grande.

Figura 1.2 Proporção de indivíduos com 65 e mais anos vivendo sós ou com outros do mesmo grupo etário (%), sexos reunidos, Portugal, 2011



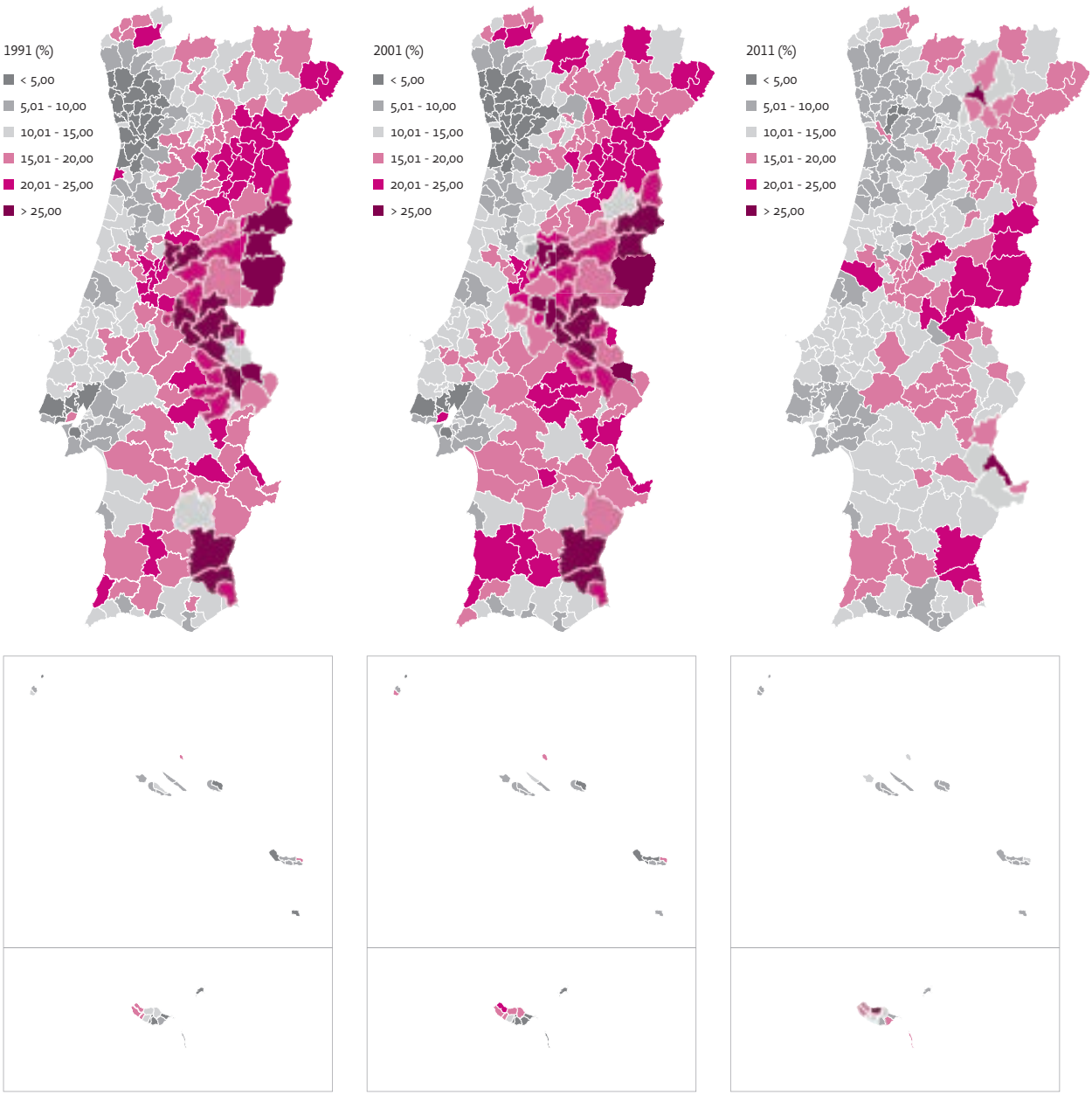
Fonte: Recenseamento Geral da População 2011, INE.

Relativamente à proporção de unidades domésticas constituídas por uma só pessoa com 65 e mais anos de idade, no total de residentes desse grupo etário, de 1991 para 2011, aumenta o número de municípios com valores acima dos 20 %. Trata-se de um processo que se vai consolidando no interior do país e se começa a estender ao litoral, principalmente no ano de 2011 (Figura 1.3) e que envolve sobretudo as mulheres (Guerreiro, 2003; Aboim, 2003).

Em alguns municípios do interior como Penacova, Oleiros, Gouveia e Gavião verifica-se uma redução desta proporção que, tendo em conta os índices de envelhecimento, poderá ser falaciosa. A conjugação de factores como a estagnação ou mesmo a diminuição do número de unidades domésticas, o aumento dos seniores institucionalizados e o efeito natural da mortalidade faz

com que a proporção de unidades domésticas constituídas por uma só pessoa com 65 e mais anos de idade diminua quando isso significa um agravamento do isolamento e não uma melhoria.

Figura 1.3 Proporção de unidades domésticas constituídas por uma só pessoa com 65 e mais anos (%) por município de residência, 1991-2011



Fonte: INE, Censos – Séries históricas

Em Portugal, a dimensão média das unidades domésticas tem vindo a reduzir paralelamente ao aumento das constituídas por uma só pessoa e, dentro destas, das constituídas por uma pessoa com 65 ou mais anos. Contudo, a distribuição destes casos no território português segue um padrão de interioridade e periferia. Existe por isso uma clara coincidência entre as regiões do país mais envelhecidas e as regiões onde se dá conta da existência de um maior peso de unidades domésticas formadas por pessoas sós com 65 e mais anos ou apenas por pessoas com 65 e mais anos. Estamos pois perante uma geografia do isolamento que envolve populações cada vez mais envelhecidas num país tendencialmente "voltado ao mar".

Em síntese, no que se refere à população sénior portuguesa, a tendência recente e actual aponta para uma melhoria clara dos seus recursos escolares paralelamente a um agravamento do nível dos seus rendimentos por via, sobretudo, de um final de vida activa cada vez mais precário. Por outro lado, com o recuo da viuvez, os seniores portugueses tendem a viver mais anos em conjugalidade ou na companhia de um cônjuge e a constituírem unidades domésticas de duas pessoas ou uma pessoa com 65 e mais anos, adiando o recurso às famílias institucionais.

Todavia, na caracterização da população sénior não se pode deixar de ter em conta, em particular, a forma como a idade e o sexo estruturam visíveis diferenças.

Com efeito, é nas idades mais avançadas e no feminino que mais persistem os fracos recursos escolares. As mulheres também são penalizadas com níveis de rendimento mais baixos do que os homens nas idades seniores. Isto, sobretudo, pela maior precariedade que marca a sua vida activa, algo que também remete para desigualdades na divisão sexual do trabalho mantida num persistente registo tradicional (Perísta, 2002). E é também no feminino que na senioridade mais tempo se vive só, o que está de acordo com o facto de serem as mulheres, em idades mais avançadas, que recorrem em maior número às famílias institucionais.

Em Portugal, depois dos 75 anos, temos uma clara feminização da população. Esta surge marcada por uma persistente iliteracia, por baixos rendimentos, pela solidão e, frequentemente, pelo isolamento. Consequentemente, qualquer análise que envolva a população sénior portuguesa deverá ter em conta o facto de esta se apresentar estruturada em torno de patamares etários associados a níveis diferenciados de carências e, por aí, de necessidades com os quais se cruza fortemente a variável sexo e a variável geográfica.

Algumas das questões aqui enunciadas a um nível mais descritivo serão examinadas nos capítulos seguintes. Contudo, fica aqui o ponto de partida para as projecções *derivadas* cujos resultados se apresentam no Capítulo VII.

E porque de futuro aqui também se trata, mesmo sabendo da precaridade que tende a marcar os seus recursos económicos, em Portugal, a população com mais de 65 anos de idade será gradualmente constituída por indivíduos detentores de maiores recursos escolares. Variável que determinará por certo os seus estilos de vida, o seu grau de autonomia e, por conseguinte, a sua capacidade de intervir socialmente.

Bibliografia

Aboim, S. (2003). Evolução das estruturas domésticas. *Sociologia, Problemas e Práticas*. 43, 13-30.

Adveev, E., T, Festy, P, Gaymu, J., Le Bouteillec, N., Springer, S. (2011). Populations et tendances démographiques des pays européens (1980-2010). *Population-F*, 66, 1, 9-133.

Bandeira, M. L. (2006). Demografia, Actividade e Emprego. Contributos para uma demografia do trabalho. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 52, 11-39.

Cardoso *et al*. (2012). Estado e políticas sociais sobre a velhice em Portugal (1990-2008). *Análise Social*, XLVII (204), 606-630.

Chesnais, J. C. (1995). *Le crépuscule de l'Occident. Démographie et Politique*. Paris: Robert Laffont.

Fernandes, A. A. (2007). Determinantes da mortalidade da longevidade: Portugal numa perspectiva europeia (EU-15, 1991-2001). *Análise Social*, XLII (183), 419-443.

Fernandes, A. A., Rodrigues, T. e Henriques, F. C. (2008). Future trends in education among older people. Gaymu, J., e*t al*. (orgs.). *Future Elderly Living Conditions in Europe*. Paris: INED.

Festy, P. & Rychtarikova, J. (2008). Living conditions for the elderly in the late XIX century. Gaymu, J., e*t al*. (orgs.). *Future Elderly Living Conditions in Europe*. Paris: INED.

Gaspar, J. (1987). *Portugal, os Próximos 20 anos. Ocupação e Organização do Território. Retrospectiva e Tendências*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gauthier, H., Duchesne, L., Jean, S., Laroche, D., Nobert, Y. (1997). *D'une generation à l'autre: evolution des conditions de vie.* Québec: Bureau Statistic du Québec.

Gaymu, J., e*t al*. (2008). From the sociodemographic characteristics of the elderly to their living conditions. Gaymu, J., e*t al*. (orgs.). *Future Elderly Living Conditions in Europe*. Paris: INED.

Gaymu, J., e*t al*. (orgs.). (2008). *Future Elderly Living Conditions in Europe*. Paris: INED.

Guerreiro, M. D. (2003). Pessoas sós: múltiplas realidades. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, 31-49.

Guillemard, A.M. (1995). Emploi, protection sociale et cycle de vie. Guillemard, A.M. (org.). *Entre Travail Retraite et Vieillesse*. Paris: L'Harmattan.

INE. (2012). *Destaque: Análise dos principais resultados;* http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=107624784&DESTAQUEStema=55466&DESTAQUESmodo=2.

Laslett, P, Paillat, P. (1999). Changements des structures : l'émergence du troisième âge. Bardet, J.P., Dupaquier, J. (coord.). *Histoire des populations de l'Europe, III. Les temps incertains 1914-1998*. Paris: Ed. Fayard.

Légaré, J. (2004). Conséquences économiques sociales et culturelles du vieillissement de la population. *Demographie: analyse et syntèse,* VI, Population et société. Paris: INED.

Lutz, W., Sanderson, W. Scherbov, C.(2004). *The End of World Population Growth in the 21st Century: New Challenges for Human Capital Formation & Sustainable Development*. Londres: Taylor & Francis.

Maroco, J. (2007). *Análise estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Martín, J.-F. (2005). Los factores definitorios de los grandes grupos de edad de la población: tipos, subgrupos y umbrales. *Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales.* Barcelona: Universidad de Barcelona, IX, 190. <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-190.htm.

Mattoso, J. (1985). *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*. Lisboa: Editorial Estampa, I.

Monnier, A. (2006). Démographie contemporaine de l'Europe. Evolution, tendances, défis. Paris: Armand Colin.

Moreira, M. J. G. (2009). As divisões do território: das grandes permanências à modernidade, Rodrigues, T., Lopes, J. T., Baptista, L., Moreira, M. J. G. (coord.), *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social*. Porto: Ed. Afrontamento, 11-27.

Nazareth, J. M. (1991). Demografia e Emprego. *Pessoal,* 47, 8-13.

Nazareth, J. M. (2009). *Crescer e envelhecer. Constrangimentos e oportunidades do envelhecimento demográfico*. Lisboa: Presença.

Oeppen, J. & Vaupel J. W. (2002). Demography: Broken limits to life expectancy. *Science*, 296 (5570), 1029-1031. doi: 10.1126/science.1069675.

Perísta, H. (2002). Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. *Análise Social*, XXXVII (163), 447-474.

Reher, D. (2004). The Demographic Transition Revisited as a Global Process. *Population Space and Place,* 10, 19-41.

Reher, D. (2007). Towards long term population decline: a discussion of relevant issues. *European Journal of Population,* 23, 189-207.

Ribeiro, O., Lautensach, H., Daveau, S. (1991). *Geografia de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, IV.

Rosa, M. J. V. (2012). *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Colecção Ensaios da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Settersten, R., A., Mayer, K. U. (1997). The Measurement of Age, Age Structuring, and the Life Course. *Annual Review of Sociology,* 23, 233-261.

Vicente, A. (2002). *Os Poderes das Mulheres, Os Poderes dos Homens*. Lisboa: Gótica.

Capítulo II

Dinâmicas demográficas do envelhecimento: análise retrospectiva e questões actuais*

* Cristina Sousa Gomes e Maria João Guardado Moreira.

A evolução da população resulta da conjugação das suas componentes: nascimentos, óbitos, emigração e imigração, ou seja, das dinâmicas naturais e migratórias. Mas, se, por um lado, as dinâmicas de população são responsáveis pelo crescimento ou decréscimo da população, por outro, são também afectadas pelas características da estrutura população, pela sua distribuição por sexo e idade.

Tal como ressalta Livi-Bacci (2006, p. 48), a análise do «balanço activo e passivo, migratório e natural permite realizar comparações interessantes» quer na caracterização da evolução da população, quer para avaliar a interferência dos dois tipos de dinâmica nesse desenvolvimento. Assim, tomando como metodologia de análise a equação de concordância

em que $_tP - _oP$= Saldo Natural + Saldo Migratório (Livi-Bacci, 2006,p. 47)

e sabendo que «nas populações com sistemas estatísticos evoluídos, [...] os nascimentos e óbitos estão registados com grande exactidão» Livi-Bacci (2006, p. 47), é possível estimar indirectamente, pela diferença, o saldo migratório:

Saldo Migratório= $_tP - (_oP$+ Saldo Natural), (Livi-Bacci, 2006, p. 47).

Foi com base na equação de concordância que se desenvolveu a análise das dinâmicas demográficas de 1950 a 2011, em Portugal e nas NUTS II e III que integram o país. Opção que decorre da necessidade em ultrapassar as lacunas de informações e a falta de dados, permitindo, assim, a obtenção de séries contínuas e sua leitura sequencial.

O saldo natural foi obtido, directamente, da diferença entre nascimentos e óbitos. O saldo migratório foi estimado, indirectamente, de acordo com a fórmula apresentada. No desenvolvimento da análise não se procedeu a correcções mensais, de nascimentos e óbitos, relativamente aos períodos intercensitários devido aos desfasamentos entre os recenseamentos sobretudo a partir de 1981. Nas primeiras décadas, essa correcção não era possível, mais recentemente nem sempre estavam completamente disponíveis todos os dados necessários (os nascimentos e óbitos por concelhos e por meses do ano).

Para permitir uma perspectiva complementar, com base nos saldos natural e migratório, calcularam-se também as taxas de crescimento natural, migratório e efectivo. Procurou-se assim tornar mais significativa a análise não a suportando apenas em dados absolutos (Shryock e Siegel, 1976, p. 218).

As limitações que decorrem da utilização do saldo migratório devem-se à impossibilidade em identificar o contributo das várias componentes que o compõem: emigração, imigração e migração interna. No entanto, constitui a única forma de avaliar, de forma contínua e ininterrupta, a mobilidade em Portugal e nas várias NUTS de forma que se apreendam os seus impactos na evolução populacional e no processo de envelhecimento.

A análise das dinâmicas migratórias é particularmente importante para compreender a evolução da população portuguesa sempre exposta e envolvida nestes movimentos (Baganha, 1996, 2007; Peixoto, 1993a, 2004; Rosa, 2003; Pinto, 1993; Rodrigues 2009, 2008). Na verdade, as migrações estiveram sempre presentes na dinâmica da população portuguesa e foi-lhes sendo conferida particular importância pelo seu impacto. Tal como refere Maria Luís Rocha Pinto, «num país tradicionalmente marcado pela emigração, esta parece ter sido a questão de âmbito demográfico que mais foi abordada antes de 1974. Era-o no entanto sem qualquer preocupação pelo entendimento da sua importância na evolução demográfica da população portuguesa» (1994, p. 296). O posterior aprofundamento dos fenómenos migratórios acompanhou também a sua diversificação e transformação, compreendendo diferentes fases da evolução social e económica do país, nomeadamente: o retorno de residentes das ex-colónias a emergência de movimentos de imigração

Desde pelo menos o século XIX que a emigração é uma variável constante da evolução da população. Não é, pois, de estranhar o número elevado de estudos que analisam o seu impacto demográfico e socioeconómico, entre os quais podemos destacar os produzidos por Joel Serrão, Maria Ioannis Baganha, Jorge Arroteia, João Peixoto, Jorge Malheiros. Os fluxos migratórios dos finais da década de 1960 e princípios da de 1970 foram os mais intensos do século XX. Maria Ioannis Baganha e José Marques calculam que entre 1964 e 1974 terão deixado o país, principalmente em direcção aos países europeus mais industrializados, 1 293 484 emigrantes e entre 1975-85, 294 423 (Baganha e Marques, 2001, p. 84-85; Marques, 2009, p. 27). Estava-se em pleno ciclo europeu, que sucede ao ciclo transatlântico que decorreu entre 1855 e meados dos anos 50 do século passado (Baganha e Marques, 2001, p. 43). Todavia, apesar da alteração, mantêm-se os destinos clássicos dos EUA, Canadá e Brasil que, no caso dos primeiros países, atraíam principalmente emigrantes provenientes das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

No final do século XX, o saldo migratório regista um saldo positivo (Quadro 2.1), mas não pelas razões de 1970/1981. Enquanto neste caso, se deve sobretudo ao retorno de portugueses emigrados em países europeus, por causa da crise económica que resultou do choque petrolífero de 1973/74, bem como do regresso de portugueses que viviam nas ex-colónias, em 1991/2001 e 2001/2011 assiste-se a uma nova realidade, a imigração estrangeira. Porém, ao contrário do que se pensava, Portugal não deixou de ser um país de emigração, apesar de estes movimentos de saída quase se tornarem invisíveis tanto nas estatísticas, como nos discursos mediáticos, políticos, ou mesmo nos estudos académicos.

Em meados dos anos 80 houve uma reanimação deste fenómeno, embora o seu enquadramento institucional e político se tenha modificado na sequência da adesão de Portugal à Comunidade Europeia (1986), o que proporcionou novas formas de mobilidade e o surgimento de outros destinos (Baganha, 1993; Peixoto, 1993a, 1993b, 2004, 2007, 2012; Marques, 2008, 2009; Malheiros, 2011). Aliás, a manutenção das duas componentes (emigração e imigração) dos movimentos migratórios, não deixa de constituir uma especificidade no contexto dos outros países da Europa meridional (Peixoto, 2007; Marques, 2008; Malheiros, 2011). Destinos como a Alemanha, Luxemburgo, Reino Unido, Suíça ou Espanha vêem crescer o número de portugueses consolidando-se como destinos emigratórios, tanto de trabalhadores temporários como permanentes.

A comparação entre as taxas de crescimento natural, migratório e efectivo entre 1950 e 2011 mostram a importância e o impacto que as migrações tiveram na evolução da população, de tal modo que, como referem Maria João Valente Rosa e Cláudia Vieira, "A emigração é um dado estrutural da população portuguesa" (2003, p. 48), a que nas últimas décadas devemos juntar a influência da imigração.

O crescimento natural registou valores elevados, e relativamente constantes, até à década de 60, pautando-se depois por um progressivo decréscimo, que se acentuou depois dos anos de 1980. Mesmo nestes períodos em que o crescimento natural se manteve elevado, podemos verificar (Quadro 2.1) que nem sempre foi suficiente para absorver o impacto dos fortes fluxos migratórios, nomeadamente os que se registaram nos anos de 1960. Nas décadas seguintes, à medida que o crescimento natural perde intensidade, as tendências e ritmos de crescimento da população portuguesa tornam-se cada vez mais dependentes do saldo migratório.

Quadro 2.1 Taxas de crescimento natural (TCN), migratório (TCM) e efectivo (TCE), em Portugal (%)

	TCN	TCM	TCE
1950-1960	12,6	-7,4	5,2
1960/1970	12,2	-14,8	-2,6
1970/1981	8,4	4,2	12,6
1981/1991	3,7	-3,3	0,3
1991/2001	0,9	4,0	4,8
2001/2011	0,2	1,8	2,0

Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas

No Censo de 2011, pela primeira vez, foi inquirida a residência no estrangeiro, permitindo, assim, avaliar o impacto da emigração na população portuguesa residente. Do apuramento de resultados depreende-se a importância da análise das dinâmicas migratórias uma vez que 1 839 269 indivíduos, cerca de 17 % da população residente, declararam ter estado no estrangeiro por um período superior a um ano. Da informação disponível verifica-se que os homens tendem a apresentar uma maior participação do que as mulheres nos processos migratórios e que a população portuguesa nunca deixou de emigrar. As variações, relativamente ao período de permanência no estrangeiro, de alguma forma leva a questionar as tipologias e diferenças existentes no modelo do fenómeno migratório. Convém salientar a contabilização dos residentes nas ex-colónias como residentes no estrangeiro o que explica, em parte, os 4,6 %, emigrantes, registados entre 1971 e 1981. Por outro lado, é interessante notar que, recentemente, entre 2001 e 2005 mais de dois indivíduos, por cada cem residentes, emigraram e de 2006 a 2011, cerca de três.

Os movimentos migratórios, e principalmente a emigração, são, portanto, uma temática ineludível para a compreensão das principais tendências da evolução da população portuguesa, ao longo do século XX e primeiras décadas do XXI. Embora não sendo esta uma análise sobre os processos e padrões migratórios, mas sim sobre a dinâmica da população, é inquestionável a necessidade de compreender os impactos do fenómeno migratório, conjugadamente com a dinâmica natural.

1. Dinâmicas do crescimento demográfico no país

A evolução crescimento da população portuguesa resulta de diferentes conjugações da dinâmica natural e migratória. Se, nas primeiras décadas em análise, o crescimento efectivo era determinado pelo crescimento natural da população,

a partir de 1991/2001 é o crescimento migratório que se torna determinante. Entre 1950 e 2011, registaram-se saldos migratórios negativos entre 1950/1960, 1960/1970 e 1981/1991, sendo que os dois primeiros compreendem os saldos mais intensos. Entre 1960/1970, o grande êxodo migratório para a Europa foi responsável pela diminuição do volume da população recenseada em 1970.

Quadro 2.2 – Saldo natural e migratório e taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo em Portugal entre os vários momentos censitários[14]

Períodos Censitários	Saldo Natural	Saldo Migratório	Taxa de Crescimento Natural (%)	Taxa de Crescimento Migratório (%)	Taxa de Crescimento Efectivo (%)
1950/1960	1 090 795	-642 715	12,6	-7,4	5,2
1960/1970	1 072 620	-1 298 760	12,2	-14,8	-2,6
1970/1981	780 194	389 568	8,4	4,2	12,6
1981/1991	360 526	-326 393	3,7	-3,3	0,3
1991/2001	89 255	399 715	0,9	4,0	4,8
2001/2011	21 985	184 076	0,2	1,8	2,0

Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas

14. TCN = [SN(0,t) / [(P(0) + P(t)/2]] * 10^n ; SM(0,t) – Saldo natural entre os momentos e t; P(0) – População no momento 0; P(t) – População no momento t. TCM = [SM(0,t) / [(P(0) + P(t)/2]] * 10^n ; SM(0,t) – Saldo migratório entre os momentos 0 e t; P(0) – População no momento 0; P(t) – População no momento t. TCE = [P(t) - P(0) / [(P(0)+P(t)/2]] * 10^n P(0) – População no momento 0; P(t) - População no momento t

Entre 1950/1960, o crescimento efectivo registado deve-se ao acentuado crescimento natural que compensou a taxa negativa de crescimento migratório. Já entre 1960/1970, a taxa crescimento natural manteve-se elevada, embora ligeiramente mais ténue do que a verificada no período anterior. No entanto, o acentuado crescimento migratório levou a que o crescimento efectivo fosse negativo. Deve salientar-se que foi nesta década que se registou um dos mais acentuados surtos emigratórios coincidentes com a «mudança de direcção da emigração portuguesa, que, a partir dos anos 60, se orienta principalmente para a Europa» (Moreira, 2006, p. 53). Comparativamente ao intervalo censitário anterior o saldo migratório, entre 1960/1970, duplica.

Entre 1970/1981, verifica-se uma inversão no comportamento migratório em consequência do efeito do retorno dos residentes nas ex-colónias. O crescimento efectivo foi na ordem dos 12,6 %, resultante da conjugação da taxa de crescimento natural (8,4 %) e da taxa de crescimento migratório (4,2 %). De realçar, no entanto, o peso do crescimento natural no crescimento efectivo, apesar de se situar a um nível inferior ao de décadas anteriores.

Entre 1981/1991, a taxa de crescimento efectivo diminui, sendo, no entanto, principalmente suportada pela dinâmica natural. A taxa de crescimento migratório volta a ser negativa, sobressaindo, por um lado, o reactivar da

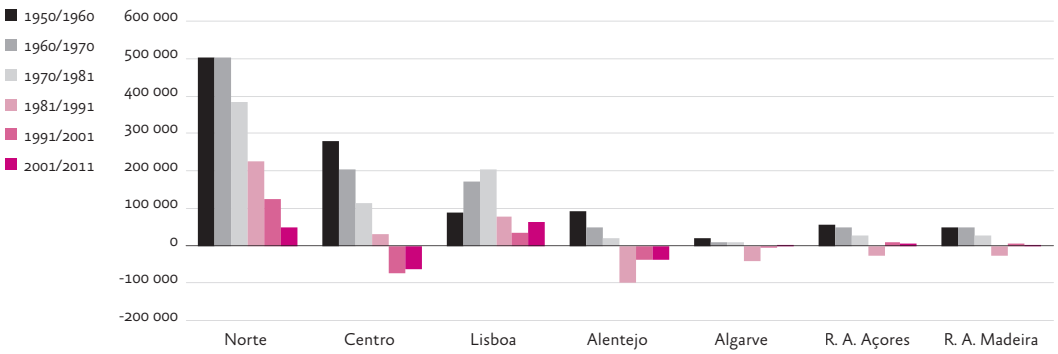
emigração e, por outro, a emergência de novas realidades migratórias, algumas impulsionadas pela adesão de Portugal na CE, como refere Baganha (2001). Importa, ainda, salientar que nesta década se verifica uma taxa de crescimento negativa na NUTS II do Alentejo.

Entre 1991/2001, observa-se uma inversão da tendência, por comparação com as décadas anteriores, passando o crescimento migratório a ser determinante para o crescimento efectivo da população. Entre 2001/2011, estas tendências mantêm-se embora a níveis mais ténues.

Relativamente às NUTS II, de 1950 para 2011, verifica-se, naturalmente, um acompanhamento das tendências registadas no país, embora com algumas especificidades regionais, particularmente evidentes quando analisadas ao nível das NUTS III.

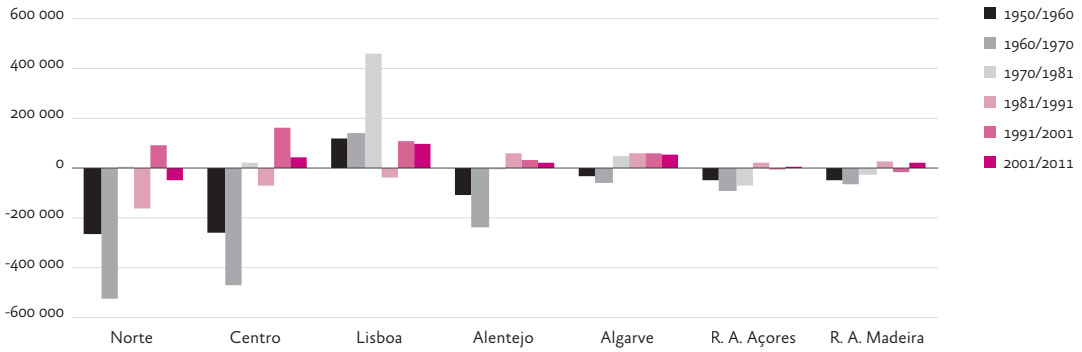
É comum a todas as NUTS II a diminuição do saldo natural entre os vários recenseamentos. Em quatro das NUTS II, Norte, Lisboa e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, verifica-se um saldo natural positivo entre todos os recenseamentos. No Alentejo o saldo natural é negativo desde 1981/1991, no Centro desde 1991/2001. O Algarve, apesar de registar saldos naturais negativos entre 1981/1991 e 1991/2001, em 2001/2011, na sequência do aumento da dinâmica natural, apresenta um saldo positivo.

Gráfico 2.1 Evolução do saldo natural segundo as NUTS II



Fonte: INE Recenseamentos da população e Estatísticas Demográficas

Gráfico 2.2 Evolução do saldo migratório segundo as NUTS II



Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas

O saldo migratório tende a apresentar algumas flutuações, reflectindo a conjugação de diferentes fluxos externos e internos (Peixoto, 1993[a]; Pinto, 1993; Rosa, 2003; Baganha 1993,1994, 2007; Marques 2009).

Se entre 1950/60 apenas na NUTS II Lisboa o saldo migratório era positivo, entre 2001/2011 apenas no Norte foi negativo. Até 1970, o saldo migratório foi negativo em todas as NUTS II, com excepção de Lisboa. Entre 1970/81, embora o saldo migratório no país tenha sido positivo, no Alentejo e nas regiões autónomas registam-se perdas populacionais. Entre 1981/1991, o saldo migratório é negativo no Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Regiões Autónomas, enquanto o Algarve atrai população. Entre 1991/2001, são as regiões autónomas que apresentam saldos migratórios negativos, em 2001/2011, com excepção do Norte, em todas as NUTS o saldo migratório é positivo, embora de forma mais significativa em Lisboa e no Algarve.

A taxa de crescimento efectivo, no Alentejo e Algarve, entre 1950 e 1960, foi negativa devido ao peso da taxa de crescimento migratório. No Norte, Centro, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira, embora a taxa de crescimento migratório fosse negativa, foi compensada pela taxa de crescimento natural. Em Lisboa regista-se a taxa de crescimento efectivo mais elevada que resulta do crescimento natural e do migratório positivos. Apesar de Lisboa registar a taxa de crescimento natural mais baixa, entre as várias NUTS II, a sua capacidade de atracção permitiu-lhe atingir a taxa de crescimento efectivo mais elevado.

Quadro 2.3 Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS II entre 1950/1960

NUTS II	Taxa de Crescimento Natural (%)	Taxa de Crescimento Migratório (%)	Taxa de Crescimento Efectivo (%)
Norte	17,2	-9,1	8,1
Centro	11,6	-10,8	0,8
Lisboa	6,4	8,4	14,8
Alentejo	9,1	-10,6	-1,5
Algarve	6,6	-9,9	-3,3
Região Autónoma dos Açores	17,7	-14,6	3,2
Região Autónoma da Madeira	18,3	-17,6	0,7

Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas

Entre 1960/1970, é de novo em Lisboa que se regista o crescimento efectivo mais elevado, resultante da conjugação do crescimento natural e do crescimento migratório. Em todas as outras NUTS II a taxa de crescimento migratório foi de tal forma intensa que a taxa de crescimento natural não conseguiu atenuar a perda de população, pelo que a taxa de crescimento efectivo foi negativa. A taxa de crescimento migratório foi mais intensa nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, no Alentejo e Centro. Ainda quanto às dinâmicas naturais, é de salientar a sua maior intensidade nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, no Norte e Lisboa comparativamente às outras NUTS II.

Quadro 2.4 Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS II entre 1960/1970

NUTS II	Taxa de Crescimento Natural (%)	Taxa de Crescimento Migratório (%)	Taxa de Crescimento Efectivo (%)
Norte	16,6	-17,3	-0,7
Centro	8,9	-20,6	-11,7
Lisboa	10,3	8,3	18,6
Alentejo	5,3	-26,4	-21,1
Algarve	3,8	-19,9	-16,1
Região Autónoma dos Açores	16,0	-29,8	-13,9
Região Autónoma da Madeira	18,2	-25,0	-6,8

Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas

Entre 1970/1981, apesar do crescimento intenso registado no país, em todas as NUTS II a taxa de crescimento natural diminui. Mesmo assim, a taxa de crescimento natural mantém-se mais intensa nas regiões autónomas e no Norte. Neste período, três NUTS apresentam uma taxa de crescimento migratório negativo: as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira e o Alentejo. Nas restantes NUTS, a taxa de crescimento migratório foi positiva, tendo sido mais intensa em Lisboa, o que se reflectiu no crescimento efectivo, que foi o mais elevado entre as NUTS II. Na Região Autónoma dos Açores o crescimento efectivo foi negativo em resultado da repulsão populacional, a taxa de crescimento migratório foi mais intensa que a do crescimento natural.

Quadro 2.5 Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS II entre 1970/1981

NUTS II	Taxa de Crescimento Natural (%)	Taxa de Crescimento Migratório (%)	Taxa de Crescimento Efectivo (%)
Norte	11,9	0,2	12,1
Centro	5,1	1,0	6,1
Lisboa	9,6	21,5	31,0
Alentejo	2,4	-0,8	1,6
Algarve	2,9	15,9	18,8
Região Autónoma dos Açores	10,8	-26,6	-15,7
Região Autónoma da Madeira	11,4	-10,7	0,7

Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas

Em 1981/1991, no Alentejo, o crescimento natural é negativo e só no Algarve o crescimento migratório é positivo. Assim, quanto ao crescimento efectivo da população em três NUTS, verificam-se perdas de população: no Alentejo pela perda do dinamismo natural conjugada com o crescimento migratório negativo, no Centro e na Região Autónoma dos Açores por causa do êxodo populacional. De ressaltar no Norte, Lisboa e Região Autónoma da Madeira o crescimento efectivo positivo, que se deve ao facto de o crescimento natural ter compensado o saldo migratório.

Quadro 2.6 Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS II entre 1981/1991

NUTS II	Taxa de Crescimento Natural (%)	Taxa de Crescimento Migratório (%)	Taxa de Crescimento Efectivo (%)
Norte	6,6	-4,8	1,8
Centro	1,3	-3,2	-1,9
Lisboa	3,2	-1,6	1,5
Alentejo	-1,0	-3,7	-4,6
Algarve	0,3	5,1	5,4
Região Autónoma dos Açores	7,5	-9,8	-2,3
Região Autónoma da Madeira	6,1	-5,8	0,2

Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas

Entre 1991/2001, em três NUTS II o crescimento natural é negativo: no Centro, Alentejo e Algarve. A taxa de crescimento migratório apresenta valores negativos nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Da conjugação destas duas componentes da dinâmica populacional resultou que em duas NUTS se registaram perdas de população: na Região Autónoma da Madeira por causa de a taxa de crescimento migratório ser superior à do crescimento natural. No Alentejo em consequência, pelo contrário, da perda de dinamismo natural apesar de ter atraído população. No Centro e Algarve as perdas registadas na taxa de crescimento natural foram compensadas pelo crescimento migratório. A taxa de crescimento migratório foi particularmente significativa no Algarve, que registou o crescimento efectivo mais intenso das várias NUTS II.

Quadro 2.7 Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS II entre 1991/2001

NUTS II	Taxa de Crescimento Natural (%)	Taxa de Crescimento Migratório (%)	Taxa de Crescimento Efectivo (%)
Norte	3,5	2,4	6,0
Centro	-3,2	7,1	3,9
Lisboa	1,4	4,1	5,5
Alentejo	-4,7	3,9	-0,7
Algarve	-1,7	16,3	14,6
Região Autónoma dos Açores	3,7	-2,0	1,7
Região Autónoma da Madeira	2,6	-6,0	-3,4

Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas

Entre 2001/2011, as regiões que apresentam uma taxa de crescimento natural negativa são também as que registam um crescimento efectivo negativo, nomeadamente o Centro e Alentejo. No Norte, o crescimento natural ainda compensou o crescimento migratório, tendo no entanto resultado um crescimento efectivo muito ténue comparativamente às restantes NUTS. O crescimento efectivo mais intenso é o que se verifica no Algarve, que resulta da conjugação de uma taxa de crescimento migratório elevada, a mais elevadas das sete NUTS II, e um crescimento natural positivo. O mesmo sucede na Região Autónoma da Madeira, no entanto, com níveis menos intensos, e com uma maior expressão do crescimento natural. Lisboa apresenta a taxa de crescimento natural mais intensa assim como uma das mais intensas taxas de crescimento migratório, pelo que o crescimento efectivo desta NUTS se situa entre os mais elevados.

Quadro 2.8 Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS II entre 2001/2011

NUTS II	Taxa de Crescimento Natural (%)	Taxa de Crescimento Migratório (%)	Taxa de Crescimento Efectivo (%)
Norte	1,4	-1,3	0,1
Centro	-2,6	1,7	-0,9
Lisboa	2,3	3,5	5,8
Alentejo	-5,0	2,5	-2,5
Algarve	0,1	13,0	13,2
Região Autónoma dos Açores	1,9	0,1	2,1
Região Autónoma da Madeira	0,8	8,0	8,9

Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas

2. Dinâmicas do crescimento demográfico regional

Analisando a evolução das dinâmicas demográficas ao nível das NUTS III, quanto ao saldo natural ressalta a diminuição do seu volume, que de alguma forma reflecte a evolução do processo da transição demográfica em Portugal, com mudança de equilíbrios entre natalidade/fecundidade e mortalidade que se repercutem no abrandamento do crescimento natural.

É a partir da década de 1970/1981 que se registam, ao nível das NUTS III (Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Beira Interior Norte e Beira Interior Sul), saldos naturais negativos que progressivamente foram alastrando pelas regiões contíguas. Assim, em 1981/1991, confirma-se o contraste entre

o litoral e o interior: um litoral com uma dinâmica natural mais acentuada *versus* um interior que perde essa dinâmica, compreendendo dez NUTS III com saldos negativos (Pinhal Interior Norte, Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Baixo Alentejo, Pinhal Interior Sul, Beira Interior Norte, Alentejo Central, Serra da Estrela, Alentejo Litoral e Cova da Beira).

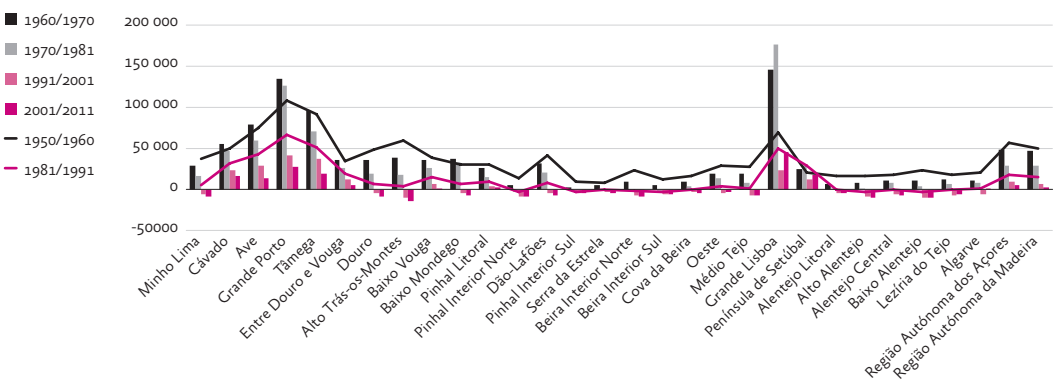
Esta tendência acentua-se na década seguinte, 1991/2001, em que dezanove NUTS III apresentam saldos naturais negativos. Por todo o interior do país a dinâmica natural diminuiu, tendência que se alarga a várias NUTS III que, embora no litoral, apresentam características do interior como acontece com o Minho Lima.

De 2001 para 2011, a perda da dinâmica natural afecta, também, NUTS III do litoral, espelhando o progressivo envelhecimento da população.

Mas da análise da intensidade do crescimento natural ressalta uma relativa permanência face às NUTS III que dispõem de uma dinâmica natural mais intensa e as que têm menor dinamismo. Por outro lado, concomitantemente, as regiões com menor dinamismo apresentam uma população mais envelhecida no topo.

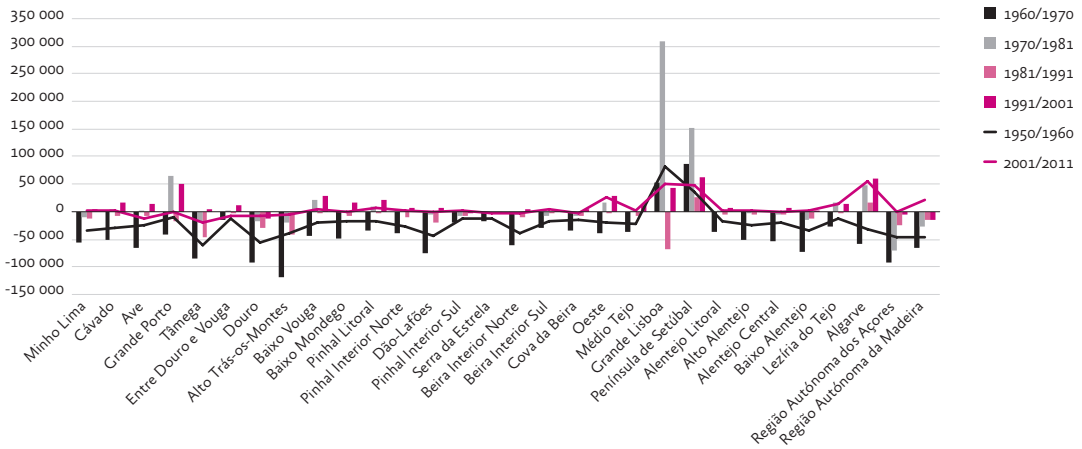
Neste período de sessenta anos ressalta quanto à evolução do saldo natural: a persistência de uma dinâmica natural intensa no Cávado, Ave e Tâmega e nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira; a constante dinâmica natural nas NUTS III que integram as maiores cidades do Pais, no Grande Porto e Grande Lisboa e Península de Setúbal; a inversão de comportamentos no Algarve.

Gráfico 2.3 Saldo natural por NUTS III 1950-2011 em valor absoluto



Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas

Gráfico 2.4 Saldo migratório por NUTS III 1950-2011 em valor absoluto



Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas

O saldo migratório apresenta uma evolução com várias oscilações. As décadas de 1950/1960 e 1960/1970 foram décadas marcadas por grandes fluxos emigratórios, pelo que, com excepção da Grande Lisboa e da Península de Setúbal, em todas as NUTS III se registam saldos migratórios negativos. Entre 1970/1981, em quinze NUTS III, o saldo migratório é positivo. Com excepção do Pinhal Interior Norte, são as NUTS III do litoral que registam saldos positivos (Cávado, Ave, Grande Porto, Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste, Médio Tejo, Grande Lisboa, Península de Setúbal, Alentejo Litoral, Lezíria do Tejo e Algarve). As restantes NUTS III do interior continuam com perdas populacionais. Em 1981/1991, verifica-se um recrudescer da emigração, porém regista-se um saldo migratório positivo na Península de Setúbal e Algarve.

De 1991/2001, verifica-se uma inflexão no saldo migratório coincidindo com a transformação dos contornos das migrações em Portugal em consequência da entrada de imigrantes. Os saldos são positivos em vinte e quatro das trinta NUTS III. No entanto, as regiões autónomas e as NUTS interiores (Douro, Alto Trás-os-Montes, Pinhal Interior Sul e Serra da Estrela) continuam a perder população.

Entre 2001 e 2011, a tendência da entrada de imigrantes mantém-se mas de forma menos acentuada. Veja-se que o número de NUTS com saldos migratórios negativos aumenta, abrangendo, sobretudo, o Norte e Centro: Ave, Grande Porto, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Douro, Alto Trás-os-Montes, Baixo Mondego, Dão-Lafões, Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Cova da Beira.

Da análise da evolução do saldo migratório, ao nível das NUTS III, depreende-se uma tendência de mobilidade/êxodo dos portugueses, que se intensifica em contextos socioeconómicos mais desfavoráveis. Este êxodo atingiu mais intensamente as regiões do interior do país e as regiões autónomas. De 1950/60 até 2001/2011, três NUTS III registaram sempre saldos negativos: Douro, Alto Trás-os-Montes e Serra da Estrela. Oito NUTS III apresentaram saldos negativos consecutivamente entre 1950/1960 e 1981/1991: Tâmega, Pinhal Interior Sul, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo. Algumas destas NUTS III retomam saldos negativos nas décadas seguintes.

Apenas na Península de Setúbal o saldo migratório foi sempre positivo e na Grande Lisboa, apenas entre 1981/1991 se regista um saldo migratório negativo.

Quadro 2.9 Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS III entre 1950/1960

Local de Residência		TCN (%)	TCM (%)	TCE (%)
Norte	Minho Lima	13,4	-12,2	1,2
	Cávado	19,0	-11,5	7,5
	Ave	22,7	-7,6	15,1
	Grande Porto	13,8	-1,3	12,6
	Tâmega	21,4	-14,2	7,1
	Entre Douro e Vouga	19,5	-6,4	13,1
	Douro	15,2	-17,3	-2,1
	Alto Trás-os-Montes	17,0	-11,5	5,6
Centro	Baixo Vouga	13,7	-6,9	6,8
	Baixo Mondego	1,0	-6,0	4,0
	Pinhal Litoral	16,1	-8,8	7,3
	Pinhal Interior Norte	7,4	-14,3	-6,9
	Dão-Lafões	12,9	-13,3	-0,4
	Pinhal Interior Sul	10,8	-14,1	-3,3
	Serra da Estrela	10,4	-17,3	-6,9
	Beira Interior Norte	12,1	-20,3	-8,3
	Beira Interior Sul	9,6	-13,8	-4,2
	Cova da Beira	13,1	-11,4	1,7
	Oeste	9,8	-6,5	3,2
	Médio Tejo	11,6	-9,3	2,3
Lisboa	Grande Lisboa	6,0	7,2	13,2
	Península de Setúbal	7,8	13,7	21,5

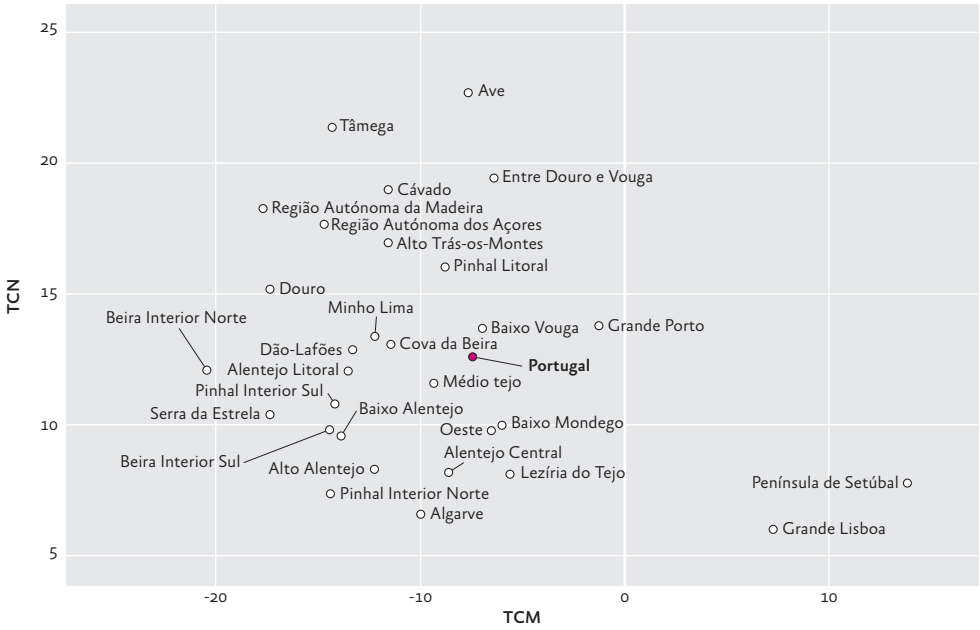
Local de Residência		TCN (%)	TCM (%)	TCE (%)
Alentejo	Alentejo Litoral	12,1	-13,5	-1,3
	Alto Alentejo	8,3	-12,2	-3,9
	Alentejo Central	8,2	-8,6	-0,3
	Baixo Alentejo	9,8	-14,4	-4,5
	Lezíria do Tejo	8,1	-5,6	2,5
Algarve	Algarve	6,6	-9,9	-3,3
R. A. Açores	Região Autónoma dos Açores	17,7	-14,6	3,2
R. A. Madeira	Região Autónoma da Madeira	18,3	-17,6	0,7

Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas

Durante a década 1950/1960, a taxa de crescimento migratório foi negativa em vinte e oito das trinta NUTS III, porém o crescimento efectivo foi positivo em dezoito NUTS III. Assim, excluindo a Grande Lisboa e Península de Setúbal, em que a taxa de crescimento natural e migratório foram positivas, em dezasseis NUTS III a taxa de crescimento natural compensou as perdas registadas originadas pela emigração. Pode referir-se que quer a Grande Lisboa, quer a Península de Setúbal não registavam taxas de crescimento natural elevadas, pelo contrário, podem considerar-se das menos intensas entre as várias NUTS III. No entanto, a capacidade de atracção populacional permitiu-lhes atingir das mais elevadas taxas de crescimento efectivo.

O crescimento efectivo negativo resulta das perdas devidas ao crescimento migratório e coincide com as NUTS III que registam taxas de crescimento natural menos intensas: Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Pinhal Interior Norte, Baixo Alentejo, Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Pinhal Interior Sul, Algarve, Douro, Alentejo Litoral, Dão-Lafões, Alentejo Central. De salientar que constituem uma mancha quase continua no interior, desenhando uma faixa que liga todo o interior entre o Douro e o Algarve.

Gráfico 2.5 1950/1960 – Taxa de crescimento natural e migratório (%)



Fonte: 1950-19609 Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS III entre 1950/1960

Assim, e como é visível no gráfico, o crescimento natural mais intenso encontra-se nas NUTS III do Norte (Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Cávado, Alto Trás-os-Montes e Grande Porto) e Regiões Autónomas da Madeira e Açores, a que se junta o Pinhal Litoral, do Centro. Já o crescimento natural mais ténue encontra-se no Centro Sul (Grande Lisboa, Algarve, Pinhal Interior Norte, Península de Setúbal, Lezíria do Tejo e Alentejo Central).

A taxa de crescimento migratório, ainda que com alguma dispersão registou os valores mais baixos nas regiões do interior do país e nas regiões autónomas (Beira Interior Norte, Região Autónoma da Madeira, Serra da Estrela, Douro, Região Autónoma dos Açores, Baixo Alentejo e Pinhal Interior Norte).

Quadro 2.10 Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS III entre 1960/1970

Local de Residência		TCN (%)	TCM (%)	TCE (%)
Norte	Minho Lima	11,1	-21,4	-10,3
	Cávado	20,3	-18,3	2,0
	Ave	21,7	-18,3	3,4
	Grande Porto	15,3	-4,8	10,5
	Tâmega	21,4	-18,8	2,5
	Entre Douro e Vouga	18,1	-7,0	11,1
	Douro	12,5	-31,9	-19,4
	Alto Trás-os-Montes	12,1	-38,1	-26,0
Centro	Baixo Vouga	12,4	-14,7	-2,3
	Baixo Mondego	12,2	-16,1	-3,9
	Pinhal Litoral	13,4	-17,1	-3,7
	Pinhal Interior Norte	2,9	-23,3	-20,4
	Dão-Lafões	10,4	-24,8	-14,4
	Pinhal Interior Sul	3,8	-24,4	-20,6
	Serra da Estrela	7,1	-26,3	-19,1
	Beira Interior Norte	5,7	-37,5	-31,8
	Beira Interior Sul	4,3	-27,1	-22,8
	Cova da Beira	8,1	-29,8	-21,8
	Oeste	6,7	-13,5	-6,8
	Médio Tejo	8,2	-15,8	-7,5
Lisboa	Grande Lisboa	11,1	3,9	15,1
	Península de Setúbal	7,2	24,9	32,1
Alentejo	Alentejo Litoral	5,3	-31,3	-26,0
	Alto Alentejo	4,7	-30,2	-25,6
	Alentejo Central	5,7	-26,6	-20,9
	Baixo Alentejo	5,2	-35,8	-30,5
	Lezíria do Tejo	5,5	-12,1	-6,6
Algarve	Algarve	5,3	-31,3	-26,0
R. A. Açores	Região Autónoma dos Açores	16	-29,8	-13,9
R. A. Madeira	Região Autónoma da Madeira	18,2	-25,0	-6,8

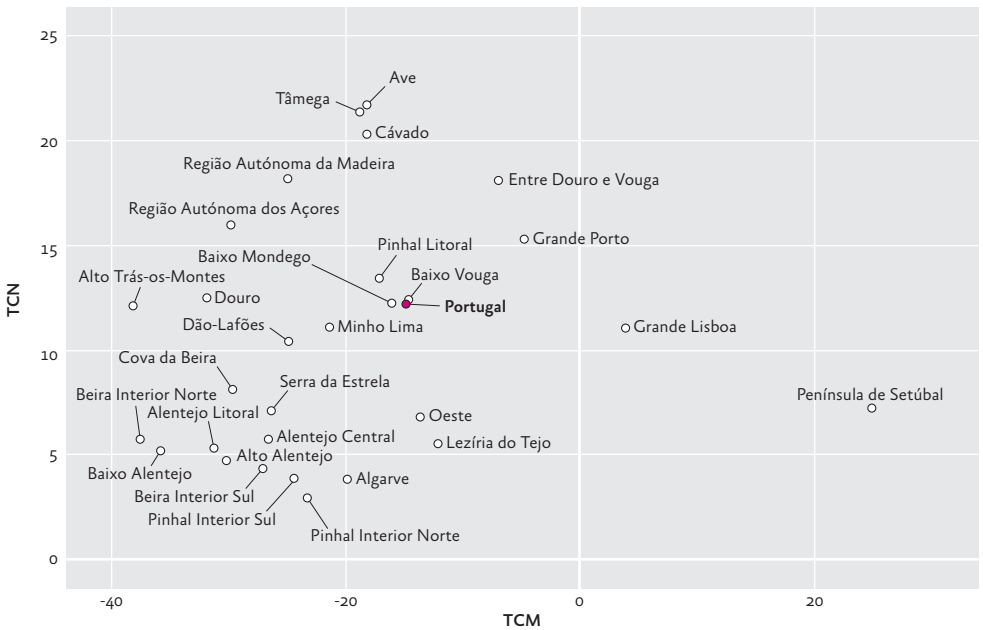
Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas

Entre 1960/1970, as principais características não diferem muito das da década anterior. As taxas de crescimento natural ainda que elevadas são ligeiramente mais ténues, mas para um grande número de NUTS III tornam-se insuficientes para compensar as taxas negativas do crescimento migratório. Assim, o crescimento efectivo mais intenso é, novamente, o da Península de

Setúbal e Grande Lisboa, resultante da conjugação de uma taxa de crescimento natural, que nas duas NUTS não é das mais elevadas, e das mais acentuadas taxas de crescimento migratório. Seguem-se Entre Douro e Vouga, Grande Porto, Ave, Tâmega e Cávado, sendo que nestas NUTS foi a intensidade da taxa de crescimento natural que permitiu que a população aumentasse. Por outro lado, estas NUTS, em conjunto com as regiões autónomas, apresentam as taxas de crescimento natural mais intensas da década.

As maiores perdas de população ocorrem na Beira Interior Norte, no Baixo Alentejo, no Alentejo Litoral, em Alto Trás-os-Montes, no Alto Alentejo, na Beira Interior Sul, na Cova da Beira, no Alentejo Central, no Pinhal Interior Sul e Pinhal Interior Norte. NUTS em que a taxa de crescimento migratório tendeu a ser mais elevada e a de crescimento natural mais ténue. Ou seja, as maiores perdas decorrem de um abrandamento da dinâmica natural conjugada com êxodo populacional.

Gráfico 2.6 1960/1970 – Taxa de crescimento natural e migratório (%)



Fonte: Quadro 2.10 Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS III entre 1960/1970

Relativamente ao período anterior, o quadrante esquerdo superior do gráfico encontra-se mais denso, entre os 0 e 10 %, agregando as NUTS III com as taxas de crescimento natural mais baixas e com as mais elevadas perdas populacionais devidas à emigração. No topo do gráfico encontram-se as regiões que apresentam as taxas de crescimento mais elevadas, mantendo a tendência da década anterior.

No limite direito do gráfico encontram-se as regiões com as taxas de crescimento migratório mais intenso (Grande Lisboa e Península de Setúbal).

De ressaltar a contiguidade, pela proximidade de comportamentos, entre as regiões do Centro interior, Alentejo, Algarve e a NUTS III do Minho Lima.

Quadro 2.11 Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS III entre 1970/1981

Local de Residência		TCN (%)	TCM (%)	TCE (%)
Norte	Minho Lima	6,6	-4,1	2,5
	Cávado	15,6	1,7	17,3
	Ave	14,9	0,5	15,5
	Grande Porto	12,3	6,2	18,5
	Tâmega	14,7	-3,9	10,8
	Entre Douro e Vouga	11,7	0,1	11,8
	Douro	7,4	-6,3	1,1
	Alto Trás-os-Montes	6,4	-6,8	-0,4
Centro	Baixo Vouga	8,3	7,0	15,3
	Baixo Mondego	10,6	1,0	11,6
	Pinhal Litoral	7,0	5,1	12,1
	Pinhal Interior Norte	-2,2	3,3	1,1
	Dão-Lafões	7,0	-2,0	5,0
	Pinhal Interior Sul	-4	-12,4	-16,4
	Serra da Estrela	2,2	-1,7	0,5
	Beira Interior Norte	-0,4	-4,1	-4,5
	Beira Interior Sul	-0,1	-8,6	-8,7
	Cova da Beira	3,1	-7,4	-4,3
	Oeste	4,8	5,7	10,4
	Médio Tejo	3,8	0,2	4,1
Lisboa	Grande Lisboa	10,7	18,7	29,3
	Península de Setúbal	5,9	30,9	36,8
Alentejo	Alentejo Litoral	0,6	2,7	3,2
	Alto Alentejo	0,7	-2,6	-1,9
	Alentejo Central	4,4	-3,3	1,1
	Baixo Alentejo	2,2	-9,6	-7,4
	Lezíria do Tejo	3,0	7,4	10,4
Algarve	Algarve	2,9	15,9	18,8
R. A. Açores	Região Autónoma dos Açores	10,8	-26,6	-15,7
R. A. Madeira	Região Autónoma da Madeira	11,4	-10,7	0,7

Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas

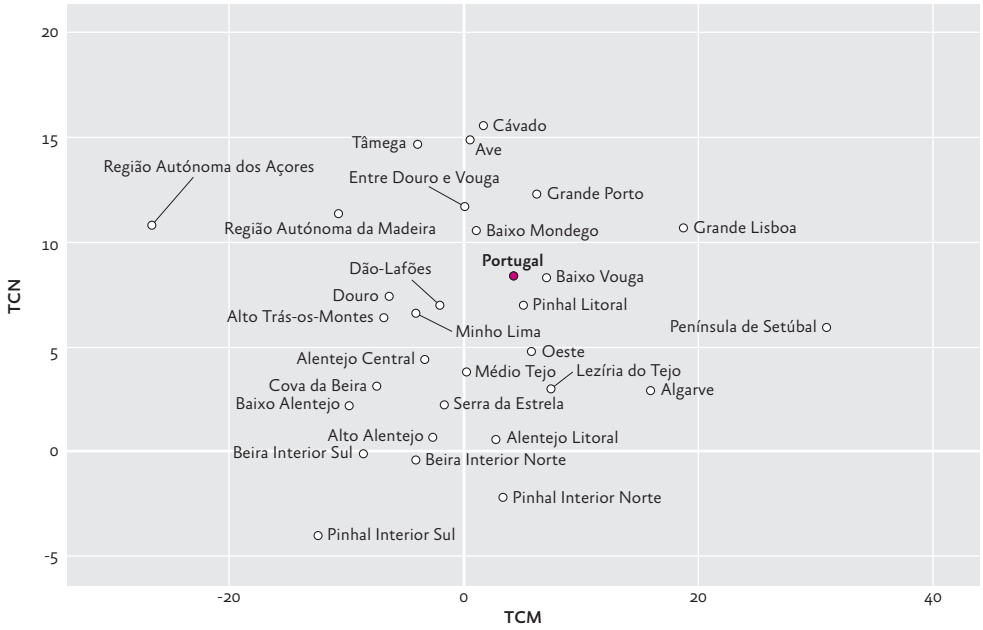
Entre 1970 e 1981, embora sendo um dos períodos de maior crescimento populacional em Portugal, em oito NUTS III registou-se um crescimento efectivo negativo: Pinhal Interior Sul, Região Autónoma dos Açores, Beira Interior Sul, Baixo Alentejo, Beira Interior Norte, Cova da Beira, Alto Alentejo e Alto Trás-os-Montes. São NUTS que conjugam perdas relativas ao crescimento migratório e débeis dinâmicas naturais. Em três destas NUTS (Pinhal Interior Sul, Beira Interior Norte e Beira Interior Sul), a dinâmica natural é mesmo negativa. A excepção a esta conjugação caracterizada por perdas populacionais, crescimento efectivo negativo, em resultado de fracas dinâmicas naturais e intensas dinâmicas migratórias, reside na Região Autónoma dos Açores. Nesta região, apesar de a taxa de crescimento natural se encontrar entre as mais elevadas, não foi suficiente para contrabalançar as perdas registadas em consequência das migrações.

De notar que também o Pinhal Interior Norte regista uma taxa de crescimento natural negativa, mas, neste caso, o crescimento migratório positivo permitiu um aumento populacional.

Os crescimentos mais intensos registam-se na Península de Setúbal, Grande Lisboa, Algarve e Grande Porto. No caso das três primeiras NUTS deve-se sobretudo ao intenso crescimento migratório, uma vez que estas NUTS, no conjunto do país, não apresentam taxas de crescimento natural muito elevadas. No Grande Porto, o crescimento efectivo pode, principalmente, atribuir-se à dinâmica natural, uma vez que apresenta um dos valores mais elevados deste indicador, embora a taxa de crescimento migratório também seja significativa.

De uma forma global, a dinâmica populacional é menos intensa nas NUTS do interior. Nas regiões autónomas, neste período observa-se uma dinâmica natural e migratória intensas.

Gráfico 2.7 1970/1981 – Taxa de crescimento natural e migratório (%)



Fonte: Quadro 2.11 Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo por NUTS III (%) entre 1970/1981

A partir do gráfico é possível verificar uma divisão entre o interior e o litoral do país. No quadrante esquerdo inferior encontram-se as NUTS III com menor crescimento natural e menor crescimento migratório. Em contrapartida, no canto direito superior encontram-se as NUTS III com as dinâmicas mais intensas.

Quadro 2.12 Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS III entre 1981/1991

Local de Residência		TCN (%)	TCM (%)	TCE (%)
	Minho Lima	1,9	-4,6	-2,7
	Cávado	9,4	-2,3	7,1
	Ave	9,5	-1,9	7,6
	Grande Porto	5,8	-1,5	4,4
	Tâmega	10,0	-8,9	1,1
	Entre Douro e Vouga	7,6	-1,3	6,3
	Douro	2,7	-11,9	-9,1
Norte	Alto Trás-os-Montes	1,6	-16,2	-14,7

Local de Residência		TCN (%)	TCM (%)	TCE (%)
	Baixo Vouga	4,2	-0,2	4,0
	Baixo Mondego	1,8	-2,1	-0,3
	Pinhal Litoral	4,4	-0,5	3,9
	Pinhal Interior Norte	-2,4	-6,2	-8,7
	Dão-Lafões	2,8	-7,2	-4,4
	Pinhal Interior Sul	-5,7	-11,8	-17,5
	Serra da Estrela	-0,5	-4,8	-5,3
	Beira Interior Norte	-1,7	-7,6	-9,3
	Beira Interior Sul	-4,2	-1,9	-6,1
	Cova da Beira	-0,1	-6,9	-7,0
	Oeste	1,4	-0,2	1,2
Centro	Médio Tejo	0,2	-2,9	-2,8
	Grande Lisboa	2,6	-3,6	-0,9
Lisboa	Península de Setúbal	4,7	4,4	9,1
	Alentejo Litoral	-0,2	-4,4	-4,6
	Alto Alentejo	-2,5	-3,3	-5,8
	Alentejo Central	-0,6	-3,5	-4,1
	Baixo Alentejo	-2,2	-8,4	-10,6
Alentejo	Lezíria do Tejo	0,1	-0,6	-0,5
Algarve	Algarve	0,3	5,1	5,4
R A Açores	Região Autónoma dos Açores	7,5	-9,8	-2,3
R A Madeira	Região Autónoma da Madeira	6,1	-5,8	0,2

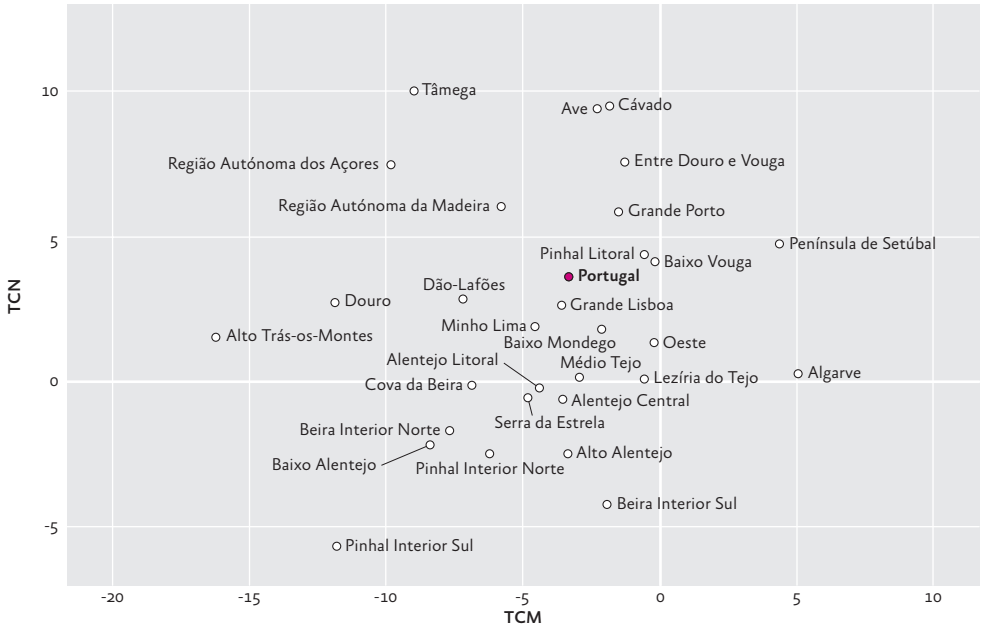
Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas

Em 1981/1991, cerca de dezanove NUTS III registaram uma taxa de crescimento efectivo negativo e destas, em cerca de dez (Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Pinhal Interior Norte, Baixo Alentejo, Beira Interior Norte, Alentejo Central, Serra da Estrela, Alentejo Litoral, Cova da Beira) as taxas de crescimento natural e migratório foram negativas.

Apenas duas NUTS III tiveram, neste período, uma taxa de crescimento migratório positiva: Algarve e Península de Setúbal.

Assim, ainda que a taxa de crescimento natural continue numa tendência decrescente, a dinâmica natural foi determinante para o crescimento efectivo de nove das NUTS III (Ave, Cávado, Entre Douro e Vouga, Grande Porto, Baixo Vouga, Pinhal Litoral, Oeste, Tâmega, Região Autónoma da Madeira)

Gráfico 2.8 1981/1991 – Taxa de crescimento natural e migratório (%)



Fonte: Quadro 2.12 Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS III entre 1981/1991

Ainda que de forma menos nítida, mantém-se a divisão interior/litoral, quanto às características das dinâmica das NUTS III. São as do interior, juntamente com o Alentejo Litoral, Minho Lima e regiões autónomas, as que apresentam menor dinamismo demográfico. Pelo contrário, o conjunto que integra o litoral apresenta uma taxa de crescimento natural globalmente mais elevada e um crescimento migratório mais intenso, ou com menos perdas populacionais.

Quadro 2.13 Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS III entre 1991/2001

Local de Residência		TCN (%)	TCM (%)	TCE (%)
Norte	Minho Lima	-2,2	2,3	0,1
	Cávado	6,3	4,4	10,7
	Ave	6,0	3,0	9,0
	Grande Porto	3,4	4,3	7,7
	Tâmega	7,0	1,0	7,9
	Entre Douro e Vouga	4,7	4,6	9,2
	Douro	-1,8	-5,6	-7,3
	Alto Trás-os-Montes	-4,3	-0,9	-5,2

Local de Residência		TCN (%)	TCM (%)	TCE (%)
Centro	Baixo Vouga	1,7	7,9	9,6
	Baixo Mondego	-1,2	4,6	3,4
	Pinhal Litoral	1,7	9,5	11,2
	Pinhal Interior Norte	-5,8	5,2	-0,6
	Dão-Lafões	-1,5	2,8	1,4
	Pinhal Interior Sul	-10,1	-2,5	-12,6
	Serra da Estrela	-5,9	-2,1	-8,0
	Beira Interior Norte	-5,8	3,1	-2,7
	Beira Interior Sul	-7,5	3,9	-3,6
	Cova da Beira	-3,9	4,5	0,5
	Oeste	-1,2	8,7	7,5
	Médio Tejo	-3,3	5,4	2,1
Lisboa	Grande Lisboa	1,2	2,3	3,5
	Península de Setúbal	1,8	9,2	10,9
Alentejo	Alentejo Litoral	-4,7	6,2	1,5
	Alto Alentejo	-6,2	0,4	-5,8
	Alentejo Central	-3,6	3,9	0,3
	Baixo Alentejo	-7,1	1,5	-5,7
	Lezíria do Tejo	-3,1	6,5	3,3
Algarve	Algarve	-1,7	16,3	14,6
R A Açores	Região Autónoma dos Açores	3,7	-2,0	1,7
R A Madeira	Região Autónoma da Madeira	2,6	-6,0	-3,4

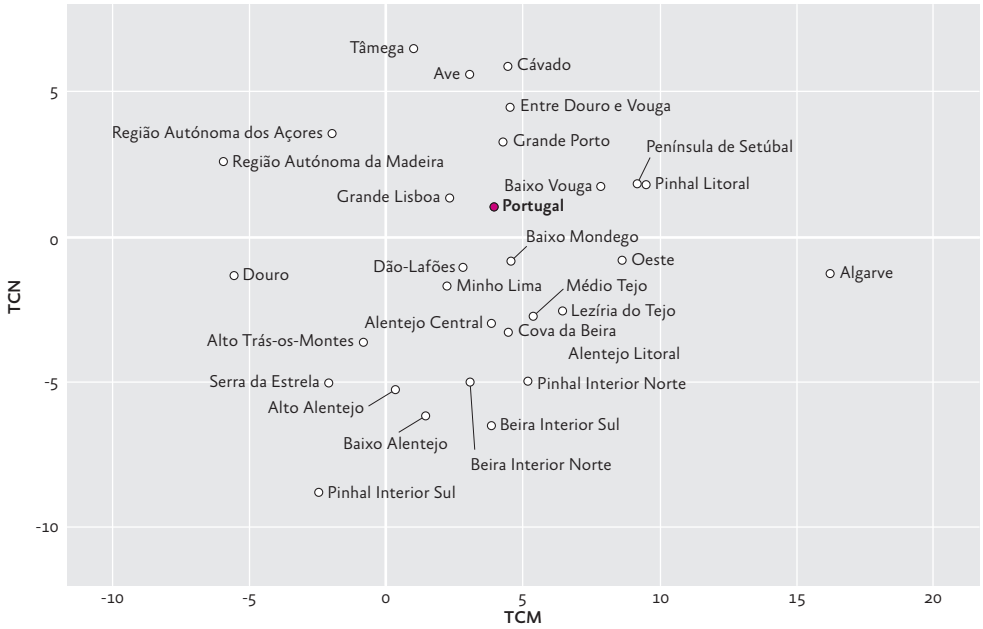
Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas

Entre 1991 e 2001, o crescimento efectivo foi negativo em dez NUTS III (Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Douro, Alto Alentejo, Baixo Alentejo, Alto Trás-os-Montes, Beira Interior Sul, Região Autónoma da Madeira, Beira Interior Norte e Pinhal Interior Norte); com excepção da Região Autónoma da Madeira, observa-se que as perdas de população afectam principalmente o interior do país. Nestas NUTS que perdem população, em cinco (Região Autónoma da Madeira, Douro, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela e Alto Trás-os-Montes) a taxa de crescimento migratório foi negativa e, com excepção da Região Autónoma da Madeira, em todas a taxa de crescimento natural também foi negativa. Nesta década são dezanove as NUTS III com taxas de crescimento natural negativo, o que significa que em cerca de dez é o crescimento migratório que suporta o crescimento populacional (Minho Lima, Baixo Mondego, Dão-Lafões, Cova da Beira, Oeste, Médio Tejo, Alentejo Litoral, Alentejo Central, Lezíria do Tejo e Algarve).

O crescimento efectivo mais intenso registou-se no Algarve, Pinhal Litoral e Península de Setúbal, NUTS que, simultaneamente, são as que têm as mais intensas taxas de crescimento migratório.

As NUTS que registam as taxas de crescimento natural mais elevadas são o Tâmega, Cávado, Ave e Entre Douro e Vouga que, embora com crescimento migratório positivo não se encontram entre os mais acentuados. Portanto, o seu significativo crescimento efectivo continua a dever-se, sobretudo, à dinâmica natural.

Gráfico 2.9 1991/2001 – Taxa de crescimento natural e migratório (%)



Fonte: Quadro 2.13 Taxa de Crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS III entre 1991/2001

Assim, o dinamismo do crescimento populacional vai afirmando a dicotomia litoral/interior, perdurando a perda de população no interior. O crescimento migratório mostrou-se nesta década importante para atenuar o decréscimo da dinâmica natural. No entanto, persiste um pequeno conjunto de NUTS (no Norte, Tâmega, Cávado, Ave e regiões autónomas) em que a dinâmica natural, no contexto nacional, continua elevada.

Quadro 2.14 Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS III entre 2001/2011

Local de Residência		TCN (%)	TCM (%)	TCE (%)
Norte	Minho Lima	-3,3	1,1	-2,2
	Cávado	3,9	0,4	4,3
	Ave	2,7	-2,3	0,4
	Grande Porto	2,1	-0,1	2,1
	Tâmega	3,5	-3,6	-0,1
	Entre Douro e Vouga	2,1	-2,8	-0,7
	Douro	-4,3	-3,2	-7,5
	Alto Trás-os-Montes	-6,5	-2,4	-8,9
Centro	Baixo Vouga	0,4	1,0	1,3
	Baixo Mondego	-2,3	0,0	-2,4
	Pinhal Litoral	0,8	3,1	3,9
	Pinhal Interior Norte	-6,5	1,3	-5,2
	Dão-Lafões	-2,8	-0,4	-3,2
	Pinhal Interior Sul	-12,1	2,5	-9,6
	Serra da Estrela	-9,4	-3,8	-13,2
	Beira Interior Norte	-7,9	-2,0	-9,9
	Beira Interior Sul	-8,5	4,5	-4,0
	Cova da Beira	-4,5	-1,8	-6,3
	Oeste	-1,0	7,8	6,8
	Médio Tejo	-3,5	1,1	-2,4
Lisboa	Grande Lisboa	2,3	2,5	4,8
	Península de Setúbal	2,4	6,3	8,7
Alentejo	Alentejo Litoral	-4,9	2,8	-2,1
	Alto Alentejo	-8,0	1,0	-7,0
	Alentejo Central	-4,4	0,4	-4,0
	Baixo Alentejo	-7,3	0,8	-6,4
	Lezíria do Tejo	-2,7	5,4	2,7
Algarve	Algarve	0,1	13,0	13,2
R. A. Açores	Região Autónoma dos Açores	1,9	0,1	2,1
R. A. Madeira	Região Autónoma da Madeira	0,8	8,0	8,9

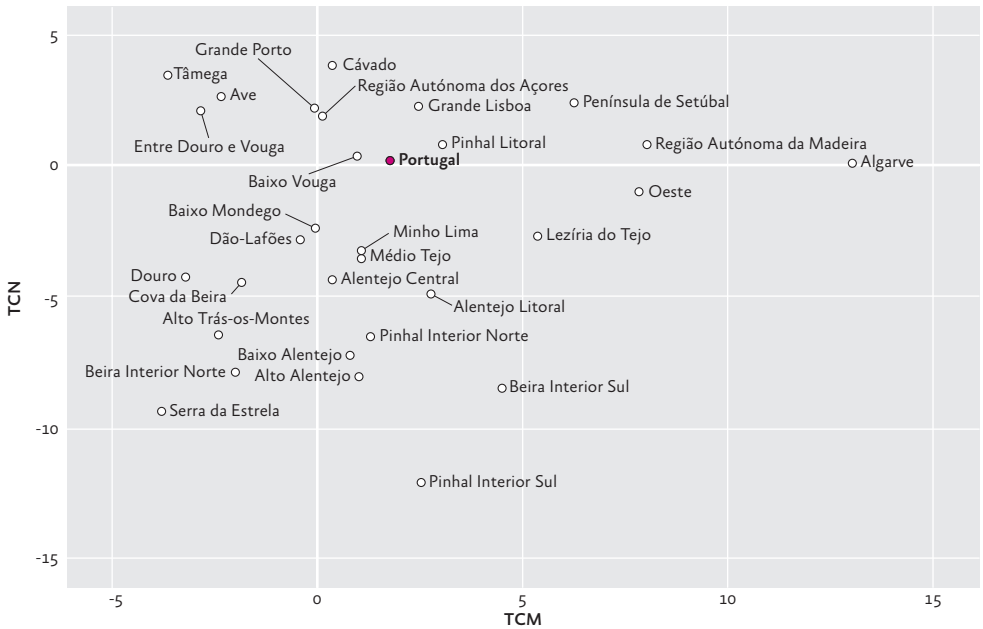
Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas

Em 2001/2011, dezoito NUTS III perderam população, em sete (Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Alto Trás-os-Montes, Douro, Cova da Beira, Dão-Lafões, Baixo Mondego), a diminuição populacional resulta da perda de dinâmica natural e migratória, em duas (Tâmega e Entre Douro e Vouga) devido às perdas causadas pelo crescimento migratório negativo e em nove,

em consequência da perda da dinâmica natural (Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Baixo Alentejo, Pinhal Interior Norte, Alentejo Litoral, Alentejo Central, Médio Tejo, Minho Lima).

De notar a taxa de crescimento natural negativa que se registou no Oeste e Lezíria do Tejo, ainda que largamente compensada pelo crescimento migratório positivo, de tal forma que estas NUTS se encontram entre as que têm um crescimento efectivo mais acentuado. As regiões com crescimento efectivo mais intenso foram o Algarve, a Região Autónoma da Madeira e a Península de Setúbal, NUTS que estão também entre as que registaram a taxa de crescimento migratório mais elevado (em conjunto com o Oeste) Assim, o crescimento destas regiões resulta da conjugação da dinâmica natural e migratória. Uma referência ainda às NUTS com dinâmica natural mais intensa, que persiste no Cávado, Tâmega e Ave a este conjunto vem-se juntar Península de Setúbal e Grande Lisboa, de alguma forma traduzindo, nestas últimas NUTS, uma alteração de padrões de comportamento.

Gráfico 2.10 2001/2011 – Taxa de crescimento natural e migratório (%)



Fonte: Quadro 2.14 Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS III entre 2001/2011

Entre 2001/2011 verifica-se uma continuidade das tendências das décadas anteriores. O dinamismo mais acentuado encontra-se nas NUTS III do litoral, em contrapartida o interior demonstra um desgaste continuado. O crescimento migratório revela-se um importante impulsionador da dinâmica populacional,

no entanto, em algumas NUTS III do interior teve o efeito oposto, contribuindo para acentuar as perdas populacionais, nomeadamente na Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Alto Trás-os-Montes, Cova da Beira, Douro, ou Dão-Lafões.

3. Efeitos das dinâmicas, natural e migratória nas estruturas populacionais

Considerando a evolução do saldo migratório, procurou-se, também, avaliar o seu impacto nas estruturas populacionais. De acordo com Venturini (2004, p. 176), isto é particularmente importante uma vez que «at the aggregate level, emigration does not seem to have a big impact in the population departure countries that usually have substantial population growth rates, but it does affect the structure of the population of the departure country and the size of age cohorts».

Foi com recurso a metodologias indirectas que se estimou a distribuição dos saldos migratórios, segundo os vários grupos de idades, de forma que se apreendessem as características das estruturas e os impactos na evolução da população. Para tal recorreu-se ao «Intercensal Cohort-Component Method», como o designam Edmonston e Michalowski (2004, p. 471). Partindo da população nos momentos censitários utilizaram-se as diferentes metodologias com base na «survival ratio method» ou «méthode de taux de survie» (Caselli e Valin, 2001, p. 255): 1.º *forward* em que se fez sobreviver a população até à data do segundo censo; 2.º o *reverse* em que se rejuvenesceu a população; 3.º a média dos resultados da aplicação das duas metodologias antes referidas. De facto, vários autores já referiram as limitações inerentes à aplicação destes métodos, dos riscos de sub ou sobrestimação. Nomeadamente, Nazareth salienta que «a lógica interna de cada um introduz um determinado tipo de erro que, sem ser muito grande, leva o método *forward* a subestimar o resultado e o *reverse* a sobrestimá-lo» (1976, p.325). Por isso a análise dos resultados, que de seguida se apresentam, recai nos resultados obtidos com a média dos dois métodos.

Quanto à aplicação, seguiram-se os procedimentos, como aliás se referiu, de Edmonston e Michalowski (2004).

Numa primeira análise, fez-se sobreviver a população, do censo inicial, até ao segundo censo. Isto é, aplicou-se a metodologia *forward*.

Assim a fórmula usada foi a proposta por Edmonston e Michalowski (2004, p. 472): «covering age (birth) cohorts other than those born during the intercensal period is»

$$(I_a - E_a) = P_a^{1} - sP^{o}_{a-t}$$

«where I_a and E_a represent immigrants and emigrants in a cohort defined by age *a* at the end of the period, P^1_a the population at this age in the second census; P^o_{a-t} the population t years younger at the first census, and *s* the survival rate for this age cohort for an intercensal period of *t* years» Edmonston e Michalowski (2004, p. 472).

Para as novas coortes nascidas no período intercensitários a fórmula será:

$$(I_a - E_a) = P^1_a - {}_sB$$

B representa os nascimentos que ocorreram no intervalo intercensitários. (Edmonston e Michalowski, 2004, p. 472).

Numa segunda abordagem, utilizou-se o procedimento inverso através do rejuvenescimento da população. A estimativa da população obtida parte do segundo momento censitário para o momento de partida «dividing [the population at a second census] it by the survival rate» (Edmonston e Michalowski, 2004, p. 472).

$$(I_a - E_a) = P^1_a/s - P^o_{a-t}$$

As probabilidades de sobrevivência utilizadas foram as disponíveis na Human Mortality Data Base, com excepção das de 2011, que foram usadas as calculadas pela equipa do projecto uma vez que só estão calculadas, na Human Mortality Data Base, até ao ano de 2009. Esta opção deve-se ao facto de por um lado não estarem disponíveis até 1981 tábuas por sexos separados, e, por outro, para se manter uma uniformidade de metodologia ao longo dos anos em análise.

Para cada período de cálculo as probabilidades de sobrevivência utilizadas resultam da média das probabilidades relativas aos anos dos censos.

Uma nota ainda quanto à forma de cálculo do último grupo o dos 85 e mais anos. A probabilidade de sobrevivência resultou do número de anos vividos a partir de uma idade x, T_x. A fórmula é a seguinte: $S_{85+=} T_{85}/T_{75.}$ No entanto, optou-se por não apresentar os dados obtidos para este grupo aberto porque, como grupo residual, concentra um volume excessivo e por isso um enviesamento da informação, decorrendo esta limitação do próprio método. Deve ressaltar-se, também, que para os últimos grupos 75-79 ou 80-84 os dados podem comportar algum enviesamento pela mesma limitação metodológica.

De referir que, para os vários cálculos, não se procedeu a acertos relativos a diferenças de meses entre os vários momentos censitários. Se relativamente aos primeiros recenseamentos, 1950, 1960 e 1970, todos se reportam a 15 de Dezembro, o mesmo não acontece em 1981, 1991, 2001 e 2011, pelo que se

optou por um procedimento comum ainda que possa haver alguns pequenos desajustes que, no entanto, não condicionam as tendências encontradas.

Quadro 2.15 Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1950/1960, de acordo com os métodos: Foward, Reverse e Média

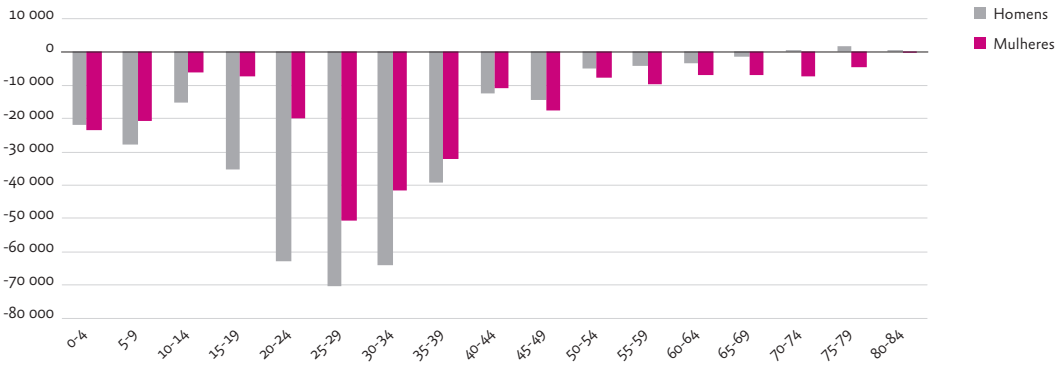
Homens	1950/1960			Mulheres	1950/1960		
	SM_Foward	SM_Reverse	Média		SM_Foward	SM_Reverse	Média
0-4	-20 568	-23 107	-21 838	0-4	-22 133	-24 526	-23 329
5-9	-25 672	-29 701	-27 686	5-9	-19 351	-22 021	-20 686
10-14	-14 849	-15 389	-15 119	10-14	-5 952	-6 144	-6 048
15-19	-34 972	-35 431	-35 201	15-19	-7 212	-7 286	-7 249
20-24	-62 075	-63 210	-62 643	20-24	-19 887	-20 155	-20 021
25-29	-69 448	-71 308	-70 378	25-29	-50 257	-51 204	-50 731
30-34	-63 016	-65 017	-64 016	30-34	-41 274	-42 187	-41 731
35-39	-38 396	-39 770	-39 083	35-39	-31 926	-32 698	-32 312
40-44	-12 156	-12 701	-12 429	40-44	-10 696	-10 994	-10 845
45-49	-14 149	-15 001	-14 575	45-49	-17 101	-17 693	-17 397
50-54	-4 600	-4 985	-4 792	50-54	-7 350	-7 689	-7 520
55-59	-3 812	-4 271	-4 042	55-59	-9 198	-9 801	-9 499
60-64	-3 150	-3 727	-3 438	60-64	-6 577	-7 239	-6 908
65-69	-1 186	-1 536	-1 361	65-69	-6 435	-7 515	-6 975
70-74	555	838	697	70-74	-6 299	-8 243	-7 271
75-79	1 067	2 077	1 572	75-79	-3 353	-5 389	-4 371
80-84	100	285	192	80-84	-58	-128	-93

Fonte: INE – Recenseamento da População e Human Mortality Data base

Entre 1950/1960, verifica-se uma saída generalizada de população, nos homens até aos 70-74 anos e nas mulheres até aos 80-84. O que leva a supor o acompanhamento, por parte de ascendentes, das famílias, dada a conjugação de perdas nos grupos mais jovens e activos. Importa, porém, ressaltar que as perdas populacionais são mais intensas entre os jovens activos: nos homens com início entre os 15-19 anos, mas, particularmente significativas, entre os 20-24 anos e os 35-39 anos e nas mulheres entre os 25-29 anos e os 35-39 anos. Porém, a partir dos 45-49 anos as mulheres tendem a registar perdas populacionais ligeiramente mais intensas do que os homens.

O saldo migratório global é negativo, mas se se considerarem os grupos em que se registaram perdas populacionais, terá havido uma diminuição de -649 587 indivíduos (-376 602 homens e -272 985 mulheres).

Gráfico 2.11 Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1950/1960 (Método – Média)



Fonte: INE – Recenseamento da População e Human Mortality Data base

Quadro 2.16 Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1960/1970, de acordo com os métodos: Foward, Reverse e Média

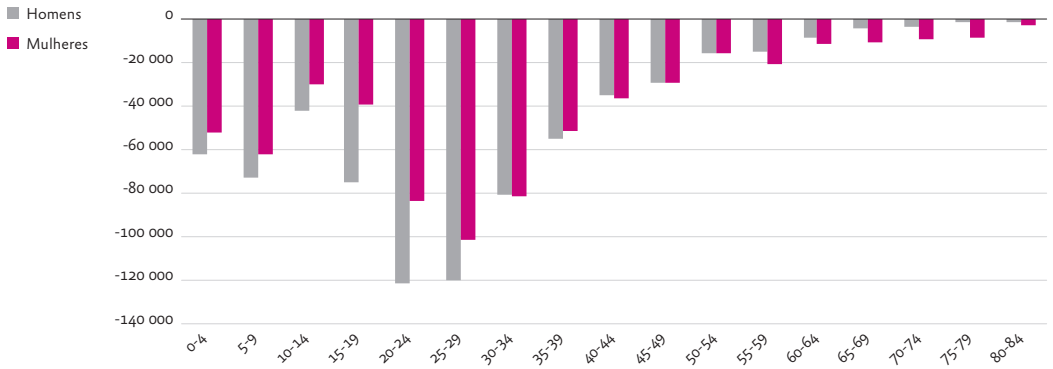
Homens	1960/1970			Mulheres	1960/1970		
	SM_Foward	SM_Reverse	SM_Média		SM_Foward	SM_Reverse	SM_Média
0-4	-59 466	-64 861	-62 163	0-4	-49 790	-53 653	-51 721
5-9	-68 896	-76 432	-72 664	5-9	-59 185	-64 724	-61 955
10-14	-41 419	-42 305	-41 862	10-14	-29 860	-30 395	-30 128
15-19	-74 513	-75 188	-74 851	15-19	-39 419	-39 649	-39 534
20-24	-120 446	-121 949	-121 198	20-24	-83 157	-83 667	-83 412
25-29	-118 741	-120 727	-119 734	25-29	-100 587	-101 423	-101 005
30-34	-79 842	-81 408	-80 625	30-34	-80 916	-81 801	-81 358
35-39	-53 973	-55 290	-54 631	35-39	-51 084	-51 777	-51 430
40-44	-34 457	-35 615	-35 036	40-44	-35 833	-36 475	-36 154
45-49	-28 812	-30 198	-29 505	45-49	-28 641	-29 353	-28 997
50-54	-14 840	-15 871	-15 356	50-54	-15 300	-15 855	-15 578
55-59	-13 993	-15 478	-14 736	55-59	-19 996	-21 070	-20 533
60-64	-7 599	-8 890	-8 244	60-64	-11 094	-12 030	-11 562
65-69	-3 831	-4 909	-4 370	65-69	-10 044	-11 497	-10 770
70-74	-2 996	-4 478	-3 737	70-74	-8 021	-10 254	-9 137
75-79	-1 047	-2 025	-1 536	75-79	-6 774	-10 683	-8 729
80-84	-691	-1 979	-1 335	80-84	-1 920	-4 214	-3 067

Fonte: INE – Recenseamento da População e Human Mortality Data base

Entre 1960 e 1970, as perdas populacionais foram mais acentuadas que as registadas no período anterior. Considerando apenas os grupos com perdas populacionais, as perdas terão rondado os -1 386 653 indivíduos (dos quais -745 583 homens e -645 070 mulheres). Ou seja, relativamente ao período

anterior praticamente o número de homens duplica e o das mulheres mais que duplica. As perdas de população abrangem todos os grupos etários. Todavia, são mais significativas entre os jovens e activos jovens. Também são mais intensas entre os homens, mas a partir dos 50-54 anos as mulheres tendem a apresentar perdas mais significativas. Portanto, quando se conjugam as perdas entre os mais novos (0-4 anos, 5-9 anos) e as idades mais avançadas, tudo leva a crer que continue a haver deslocamento de famílias e recomposição familiar no estrangeiro.

Gráfico 2.12 Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1960/1970 (Método – Média)



Fonte: INE – Recenseamento da População e Human Mortality Data base

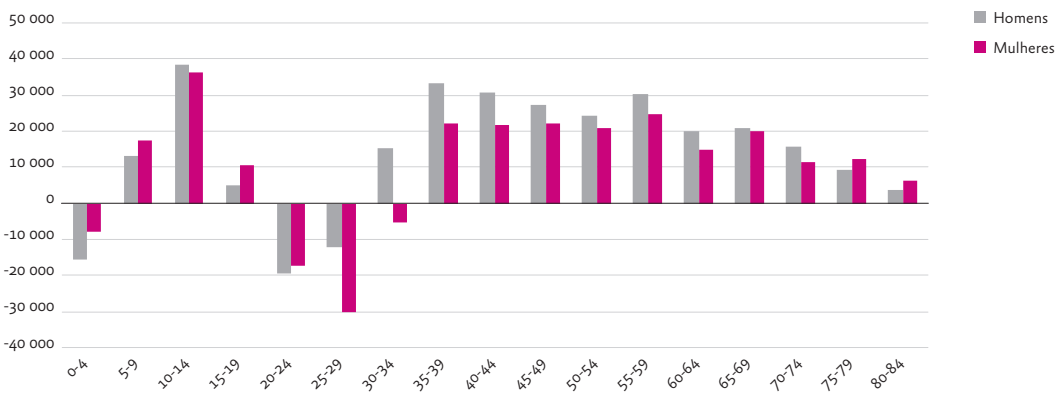
Entre 1970 e 1981, embora tenha sido um período de intenso crescimento, sobretudo impulsionado pelo retorno de população das ex-colónias, dos saldos migratórios intercensitários por grupos de idades pode perceber-se que, neste intervalo temporal, não deixa de haver emigração. Globalmente as perdas populacionais neste período terão sido na ordem dos -107 921 indivíduos dos quais -47 359 do sexo masculinos e -60 562 do sexo feminino. A emigração atinge as idades dos activos jovens, nos homens entre os 20-24 e 25-29, nas mulheres nos mesmos grupos com prolongamento aos 30-34, o que pode deixar antever continuidade de fluxos anteriores, sobretudo pela maior representatividade feminina. A perda de jovens entre 0-4 anos sugere, exactamente, essa saída familiar.

Quadro 2.17 Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1970/1981, de acordo com os métodos: Foward, Reverse e Média

Homens	1970/1981			Mulheres	1970/1981		
	SM_Foward	SM_Reverse	SM_Média		SM_Foward	SM_Reverse	SM_Média
0-4	-15 373	-16 176	-15 775	0-4	-7 794	-8 131	-7 962
5-9	12 642	13 422	13 032	5-9	16 786	17 639	17 212
10-14	38 033	38 516	38 274	10-14	35 946	36 289	36 118
15-19	4 940	4 983	4 962	15-19	10 658	10 707	10 682
20-24	-19 348	-19 621	-19 485	20-24	-17 168	-17 261	-17 215
25-29	-11 991	-12 208	-12 100	25-29	-30 087	-30 291	-30 189
30-34	15 199	15 486	15 342	30-34	-5 176	-5 218	-5 197
35-39	32 771	33 486	33 128	35-39	21 900	22 125	22 013
40-44	30 149	31 046	30 597	40-44	21 341	21 652	21 497
45-49	26 554	27 737	27 145	45-49	21 947	22 416	22 181
50-54	23 622	25 193	24 407	50-54	20 566	21 211	20 888
55-59	28 781	31 704	30 242	55-59	24 113	25 233	24 673
60-64	18 526	21 470	19 998	60-64	14 117	15 164	14 640
65-69	18 367	23 137	20 752	65-69	18 765	21 123	19 944
70-74	12 662	18 422	15 542	70-74	10 097	12 470	11 283
75-79	6 380	11 810	9 095	75-79	9 750	14 518	12 134
80-84	2 102	5 637	3 869	80-84	4 225	8 519	6 372

Fonte: INE – Recenseamento da População e Human Mortality Data base

Gráfico 2.13 Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1970/1981 (Método – Média)



Fonte: INE – Recenseamento da População e Human Mortality Data base

Entre 1981 e 1991, o recrudescer da emigração afectou novamente os jovens e activos, indivíduos dos 0-4 anos até aos 35-39 anos, nos dois sexos. Correspondeu a um período de reanimação da emigração, mas não deixa de

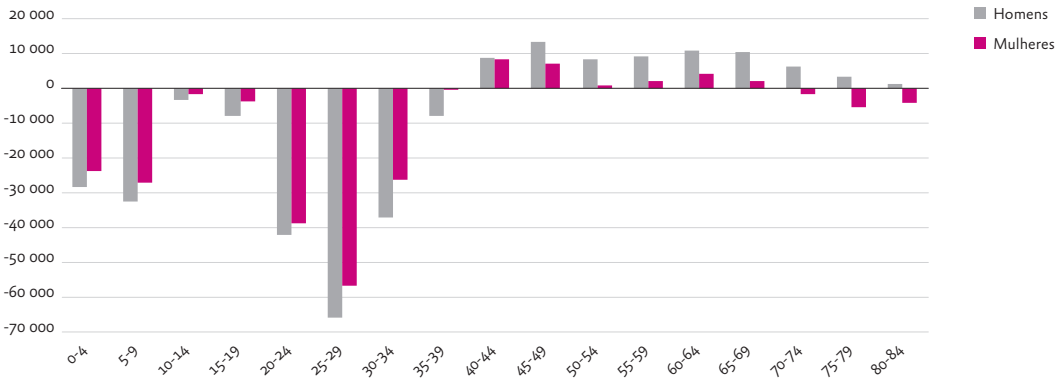
ser importante mencionar as saídas femininas entre os 70-74, 75-79 e 80-84 que podem levar a supor continuidade de fluxos anteriores envolvendo reagrupamento familiar, bem como movimentos familiares se conjugarmos os diferentes grupos envolvidos. Neste período, o saldo migratório foi negativo, mas contabilizando apenas os grupos que registam perdas populacionais, verifica-se um perda global de -415 945 indivíduos, dos quais -225 136 do sexo masculino e -190 809 do sexo feminino.

Quadro 2.18 Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1981/1991, de acordo com os métodos: Foward, Reverse e Média

Homens	1981/1991			Mulheres	1981/1991		
	SM_Foward	SM_Reverse	SM_Média		SM_Foward	SM_Reverse	SM_Média
0-4	-27 964	-28 521	-28 243	0-4	-23 738	-24 122	-23 930
5-9	-32 084	-32 857	-32 470	5-9	-27 028	-27 548	-27 288
10-14	-3 451	-3 474	-3 462	10-14	-1 807	-1 816	-1 811
15-19	-8 097	-8 161	-8 129	15-19	-3 611	-3 625	-3 618
20-24	-41 750	-42 410	-42 080	20-24	-38 897	-39 082	-38 989
25-29	-65 128	-66 504	-65 816	25-29	-56 650	-56 966	-56 808
30-34	-36 698	-37 487	-37 093	30-34	-26 339	-26 516	-26 428
35-39	-7 753	-7 933	-7 843	35-39	-566	-570	-568
40-44	8 582	8 828	8 705	40-44	8 461	8 564	8 512
45-49	13 093	13 619	13 356	45-49	6 908	7 036	6 972
50-54	7 939	8 419	8 179	50-54	956	982	969
55-59	8 571	9 356	8 963	55-59	2 093	2 179	2 136
60-64	10 204	11 656	10 930	60-64	4 058	4 314	4 186
65-69	9 320	11 458	10 389	65-69	1 804	1 989	1 896
70-74	5 169	7 145	6 157	70-74	-1 648	-1 949	-1 799
75-79	2 397	4 063	3 230	75-79	-4 566	-6 229	-5 398
80-84	790	1 864	1 327	80-84	-3 006	-5 338	-4 172

Fonte: INE – Recenseamento da População e Human Mortality Data base

Gráfico 2.14 Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1981/1991 (Método – Média)



Fonte: INE – Recenseamento da População e Human Mortality Data base

Em 1991/2001, apesar do crescimento e da inflexão ao nível das migrações, uma vez que Portugal se torna também um país de imigração, não deixa de se registar emigração (Peixoto, 2007; Marques, 2008; Malheiros, 2011). Emigração de homens e de mulheres entre os 25-29 anos e dos mais jovens dos 0-4 e 5-9 anos. Registou-se uma perda global de -68 384 residentes, sendo -39 568 do sexo masculino e -28 817 do sexo feminino. É sem dúvida o intervalo censitário com menor perda populacional causada pela emigração, mas não deixa de haver perda, ou seja, a emigração permanece mesmo que numa menor escala.

Quadro 2.19 Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1991/2001, de acordo com os métodos: Foward, Reverse e Média

Homens	1991/2001			Mulheres	1991/2001		
	SM_Foward	SM_Reverse	SM_Média	Idades	SM_Foward	SM_Reverse	SM_Média
0-4	-16 939	-17 111	-17 025	0-4	-11 036	-11 122	-11 079
5-9	-10 569	-10 704	-10 636	5-9	-7 591	-7 664	-7 627
10-14	18 951	19 036	18 993	10-14	18 357	18 412	18 385
15-19	21 908	22 029	21 969	15-19	23 281	23 343	23 312
20-24	5 985	6 053	6 019	20-24	8 855	8 886	8 870
25-29	-11 805	-12 007	-11 906	25-29	-10 088	-10 133	-10 111
30-34	353	360	357	30-34	5 585	5 616	5 600
35-39	27 483	28 128	27 806	35-39	27 603	27 805	27 704
40-44	25 860	26 586	26 223	40-44	21 047	21 268	21 157
45-49	23 076	23 929	23 502	45-49	18 898	19 206	19 052
50-54	16 872	17 739	17 306	50-54	13 829	14 161	13 995
55-59	16 267	17 493	16 880	55-59	14 389	14 878	14 634
60-64	18 384	20 535	19 460	60-64	15 242	16 017	15 630

Homens	1991/2001			Mulheres	1991/2001		
	SM_Foward	SM_Reverse	SM_Média	Idades	SM_Foward	SM_Reverse	SM_Média
65-69	22 602	26 848	24 725	65-69	17 661	19 099	18 380
70-74	9 697	12 718	11 207	70-74	5 266	6 020	5 643
75-79	7 566	11 805	9 685	75-79	3 468	4 449	3 959
80-84	3 811	7 876	5 844	80-84	3 333	5 325	4 329

Fonte: INE – Recenseamento da População e Human Mortality Data base

Gráfico 2.15 Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1991/2001 (Método – Média)



Fonte: INE – Recenseamento da População e Human Mortality Data base

Entre 2001 e 2011, há um acentuar da emigração comparativamente ao período censitário anterior. Genericamente, as perdas populacionais elevam-se para os cerca de -105 402 indivíduos. Comparativamente aos totais de outros períodos censitários, o volume do saldo aproxima-se do registado entre 1970/1981, com uma diferença importante relativamente à distribuição por sexos. Enquanto entre 70/81 havia uma maior incidência nas mulheres, o que se poderá atribuir à reunificação familiar decorrente da continuidade de fluxos anteriores, entre 2001/2011 a saída é predominantemente masculina (cerca de -75 069 indivíduos), correspondendo a mais do dobro das saídas femininas (-30 333). Esta situação parece prefigurar o retomar de circuitos migratórios, muito embora esta leitura tenha necessariamente de envolver algum cuidado. O contexto social, económico e político de 2001/2011 é completamente diferente do dos anos 1950/60 ou 1960/1970, quando ocorreram ciclos emigratórios mais intensos. A inserção na União Europeia promoveu uma intensa mobilidade, bem como a globalização tem levado a uma internacionalização das organizações/empresas portuguesas que ao deslocarem-se fazem deslocar também os trabalhadores portugueses. As perdas entre os mais jovens (0-4 anos e 5-9 anos) levam a pressupor que esta seja uma deslocação de famílias.

Mas, mesmo assim, nota-se uma diferença relativamente a ciclos anteriores uma vez que não se encontram, ainda, efeitos entre grupos etários mais velhos, que pressupunha a possibilidade de acompanhamento de ascendentes. A estas mudanças provavelmente não são indiferentes as transformações que ocorreram ao nível das famílias portuguesas, nomeadamente da sua redução em termos de dimensão média.

Por outro lado, importa salientar alguma apreensão quanto aos dados obtidos através das metodologias de análise (método *forward*, *reverse* e média). Se se relacionarem os efectivos mais jovens (entre os 0-4 anos e 5-anos) com as possíveis mães/mulheres que abandonaram o país, o rácio obtido é na ordem das 11,9 crianças por cada mulher, o que não parece enquadrável na realidade portuguesa. Portanto, tudo leva a supor que possa haver um erro de registo quanto aos mais novos no Censo de 2011, dados que estiveram na base desta metodologia de análise. Esta é uma realidade que, provavelmente, se arrasta do censo anterior, uma vez que ao fazer a mesma comparação, a relação entre os mais jovens que abandonaram o país e as mulheres que também saíram, esse rácio é na ordem dos 4.6, isto é, por cada mulher teriam saído entre 4 a 5 crianças.

Todavia, nos períodos anteriores, o rácio entre saída dos mais jovens/ /mulheres e os valores obtidos parecem mais exequíveis: 0,9 entre 1981/1991; 0,5 entre 1970/1981; 0,54 entre 1960/1970 (considerando as mulheres dos 20 aos 49 anos) e 0,65 entre 1950/1960 (considerando igualmente as mulheres dos 20 aos 49 anos).

Quadro 2.20 Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 2001/2011, de acordo com os métodos: foward, reverse e média

Homens	2001/2011			Mulheres	2001/2011		
	SM_Foward	SM_Reverse	SM_Média	Idades	SM_Foward	SM_Reverse	SM_Média
0-4	-15 437	-15 514	-15 475	0-4	-13 056	-13 107	-13 081
5-9	-17 983	-18 093	-18 038	5-9	-12 266	-12 325	-12 295
10-14	13 273	13 302	13 288	10-14	12 842	12 862	12 852
15-19	14 116	14 157	14 137	15-19	14 825	14 849	14 837
20-24	-1 536	-1 545	-1 541	20-24	6 522	6 538	6 530
25-29	-23 123	-23 353	-23 238	25-29	-4 948	-4 964	-4 956
30-34	-16 340	-16 547	-16 444	30-34	5 558	5 580	5 569
35-39	-331	-337	-334	35-39	19 204	19 311	19 258
40-44	3 851	3 936	3 894	40-44	19 238	19 401	19 319
45-49	3 978	4 105	4 041	45-49	12 381	12 544	12 462
50-54	4 430	4 633	4 532	50-54	12 234	12 473	12 354
55-59	9 327	9 942	9 635	55-59	12 146	12 477	12 311
60-64	15 940	17 456	16 698	60-64	15 663	16 274	15 969

Homens	2001/2011			Mulheres	2001/2011		
	SM_Foward	SM_Reverse	SM_Média	Idades	SM_Foward	SM_Reverse	SM_Média
65-69	17 664	20 182	18 923	65-69	13 262	14 057	13 660
70-74	12 085	14 857	13 471	70-74	8 873	9 791	9 332
75-79	6 217	8 731	7 474	75-79	4 728	5 676	5 202
80-84	2 251	3 985	3 118	80-84	3 780	5 381	4 581

Fonte: INE – Recenseamento da População e Human Mortality Data base

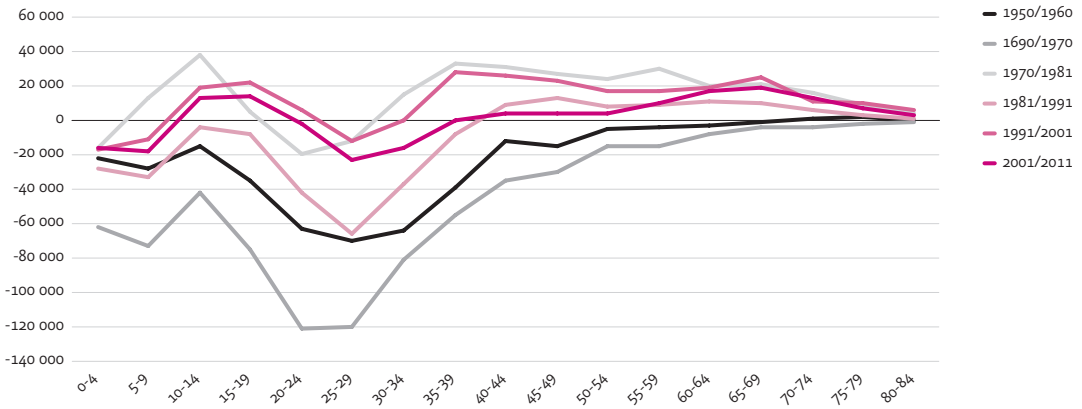
Gráfico 2.16 Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 2001/2011 (Método – Média)



Fonte: INE – Recenseamento da População e Human Mortality Data base

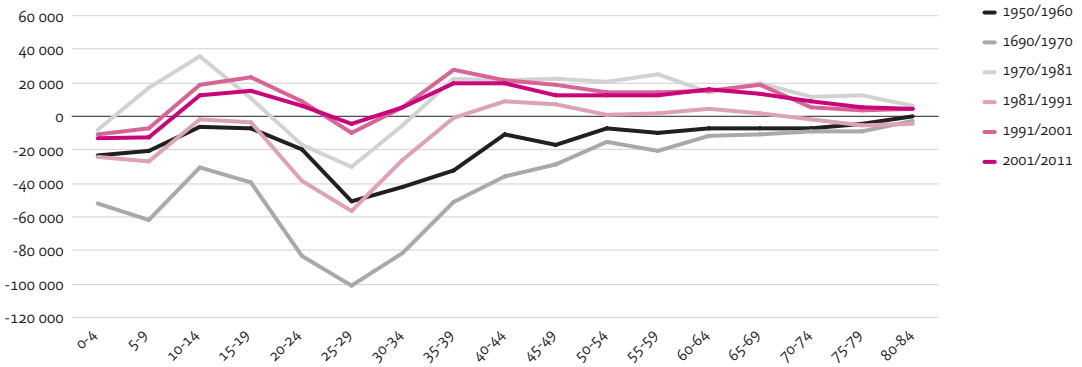
Quanto aos grupos nas idades mais avançadas, além de se poder levantar a hipótese dos efeitos de retorno ao país dos emigrantes de ciclos anteriores, o último dos grupos, relativo aos 85 e mais anos, vai registando um progressivo alargamento, acompanhando o aumento da esperança de vida. A sua leitura é um tanto enviesada, uma vez que constitui um grupo residual.

Gráfico 2.17 Saldo migratório dos homens, por grupos de idades, 1950/1960-2001/2011 (Método – Média)



Fonte: Quadros Saldos Migratórios

Gráfico 2.18 Saldo migratório das mulheres, por grupos de idades, 1950/1960-2001/2011 (Método – Média)



Fonte: Quadros Saldos Migratórios

Comparativamente, estes gráficos permitem verificar a intensidade e distribuição dos saldos migratórios considerando os vários períodos censitários. Sem dúvida que 1960/1970 é um marco quanto à intensidade, seguindo-se 1950/1960 e 1981/1991. Quanto à distribuição por grupos etários, não deixa de ser interessante notar que é entre 1950/1960 e 1960/1970 que a emigração afecta e se distribui de forma mais alargada pela população. Nos outros intervalos há uma maior concentração em torno dos jovens activos.

No entanto, é importante na análise do processo de envelhecimento ponderar os impactos das migrações internas. Os seus efeitos são perceptíveis na medida em que interferem nas dinâmicas populacionais. João Evangelista

refere que a transformação e crescimento económico se repercutiram sobremaneira na evolução da população, a partir de 1940/60: «a esta nova distribuição do crescimento efectivo corresponderam tentativas para orientar, através do planeamento, a economia portuguesa no rumo da indústria [...]. Desenvolveram-se unidades fabris de maior capacidade e sob a sua influência deu-se a concentração urbana, sobretudo nas cidades de Lisboa e Porto. À semelhança do sucedido nos países que antes transformaram a sua estrutura económica, foi o campo o abastecedor de mão-de-obra para os centros industriais e serviços a si ligados.

As áreas rurais que já haviam perdido, como o Alentejo, a capacidade atractiva, transformaram-se em focos depressivos donde o homem passou a sair em crescente número, aliciado pelos salários e melhores perspectivas de vida oferecidas pelo ambiente urbano. Entretanto a emigração, que entrara em letargia a partir de 1930, despertou e veio de 1950 a 1960 associar-se ao movimento interno. Os efeitos conjuntos das duas forças repercutiram-se de modo desigual, mas alargaram a todo o território um regime de perdas [...]» (Evangelista, 1971, p. 30).

É escassa a informação para análise desta importante dimensão das migrações e das dinâmicas populacionais. Todavia, o reconhecimento da sua importância para a compreensão das desigualdades da distribuição regional da população tem estado na origem de vários estudos (Alarcão, 1964, 1969; Cónim, 1985; Peixoto, 1994, 1995; Ferrão, 1996; Pinto, 1993; Rosa, 2003).

Só a partir do Censo de 1981 é possível dispor de alguma informação, relativamente ao local de residência em dois momentos antes da realização do censo. Embora não compreendam a totalidade dos fluxos, permitem dispor de informação, indirecta, complementar.

De acordo com os dados disponíveis, relativamente ao país é possível perceber uma maior mobilidade entre 1973-1981 e no último censo, entre 2005 e 2011. Destas mudanças de residência pode também percepcionar-se a diminuição de imigrantes, o que se prende com as alterações das condições socioeconómicas do país.

Quadro 2.21 População que não mudou de concelho

Migrações relativamente a	Pop que não mudou de concelho (%)		
	HM	H	M
31/12/1973	74,2	72,9	75,5
31/12/1979	94,8	94,6	95,0
31/12/1985	87,2	86,8	87,6
31/12/89	96,0	95,9	96,2
31/12/1995	85,7	85,1	86,2
31/12/99	95,3	95,1	95,6
31/12/2005	72,2	71,7	72,6
31/12/2009	87,2	87,0	87,3

Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa

Quadro 2.22 População que não mudou de residência, imigrantes e Imigrantes para o estrangeiro

População residente em 1981	População que não mudou de residência (%)	Residentes (imigrantes) provenientes de concelhos do país (%)	Residentes (imigrantes) provenientes do estrangeiro (%)
Migrações relativamente a 1973	74,2	6,6	7,1
Migrações relativamente a 1979	94,8	2,5	0,8

População residente em 1991	População que não mudou de residência (%)	Residentes (imigrantes) provenientes de concelhos do país (%)	Residentes (imigrantes) provenientes do estrangeiro (%)
Migrações relativamente 31/12/1985	87,2	5,3	1,7
Migrações relativamente a 31/12/89	96,0	1,8	0,7

População residente em 2001	População que não mudou de residência (%)	Residentes (imigrantes) provenientes de concelhos do país (%)	Residentes (imigrantes) provenientes do estrangeiro (%)
Migrações relativamente a 31/12/95	85,7	6,6	2,4
Migrações relativamente a 31/12/99	95,3	2,4	1,0

População residente em 2011	População que não mudou de residência (%)	Residentes (imigrantes) provenientes de concelhos do país (%)	Residentes (imigrantes) provenientes do estrangeiro (%)
Migrações relativamente a 31/12/2005	72,2	6,4	2,0
Migrações relativamente a 31/12/2009	87,2	2,6	0,8

Fonte: INE Recenseamentos da População Portuguesa e Estatísticas Demográficas

4. Análise do impacto nas estruturas da população das dinâmicas naturais e migratórias

Numa perspectiva complementar para a análise dos impactos nas estruturas populacionais das dinâmicas naturais e migratórias, comparou-se, por um lado, a taxa de crescimento natural com a variação do índice de envelhecimento segundo as NUTS III e, por outro, a taxa de crescimento migratório com a variação da proporção de população em idade activa. Ao relacionar a taxa de crescimento natural e a evolução do índice de envelhecimento, procurou-se realçar a interferência do enfraquecimento da dinâmica e consequentemente os efeitos no equilíbrio entre os mais jovens e os mais velhos. No entanto, nesta evolução acaba por estar implícita a interferência da emigração ou imigração quer de forma directa quer indirecta (Nazareth, 1976, p. 315) a curto e a médio/longo prazo.

Na relação entre a taxa de crescimento migratório e a variação da proporção em idade activa procurou-se apreender os efeitos no grupo funcional mais exposto a este tipo de movimento.

Os gráficos que se seguem sintetizam estas inter-relações que se vão reajustando ao longo dos vários períodos censitários, reflectindo diferentes equilíbrios e pressupondo diferentes comportamentos que decorrem dos vários contextos, mas que também condicionam a evolução futura.

Gráfico 2.19 Taxa de crescimento natural e variação do índice de envelhecimento (%) 1950/1960

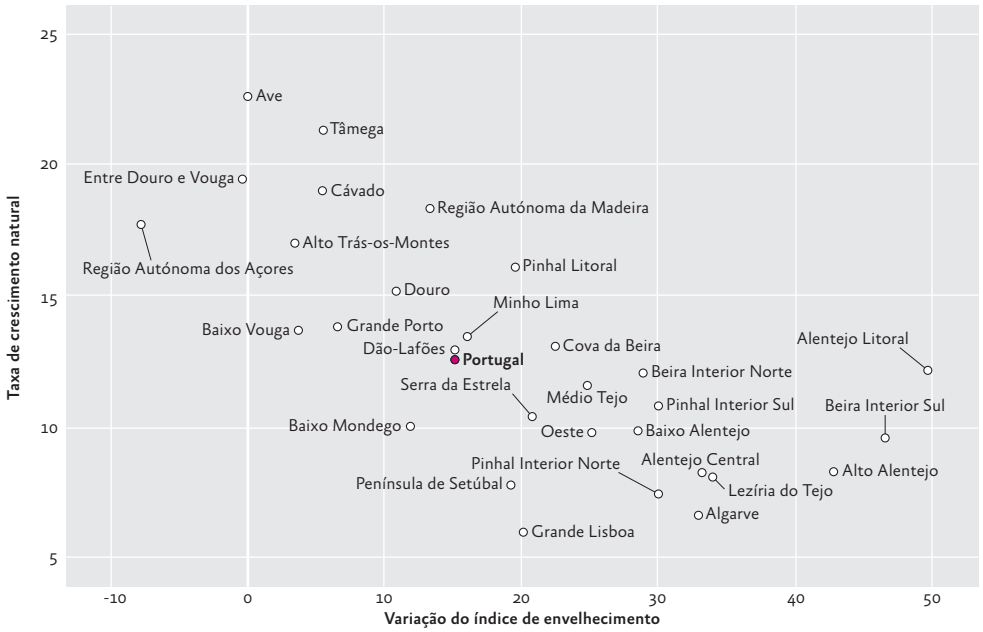


Gráfico 2.20 Taxa de crescimento natural e variação do índice de envelhecimento (%) 1960/1970

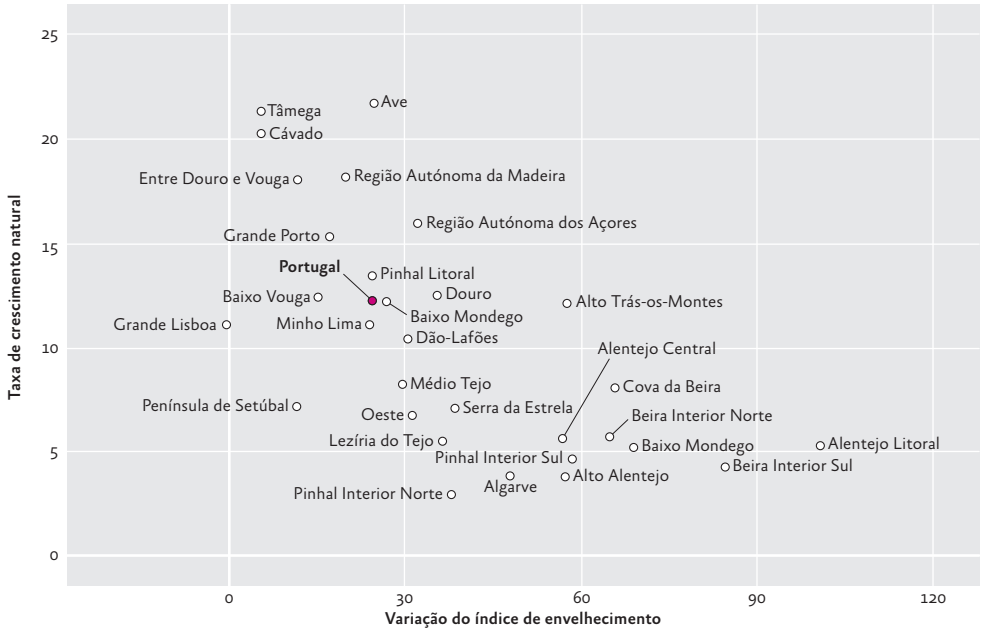


Gráfico 2.21 Taxa de crescimento natural e variação do índice de envelhecimento (%) 1970/1981

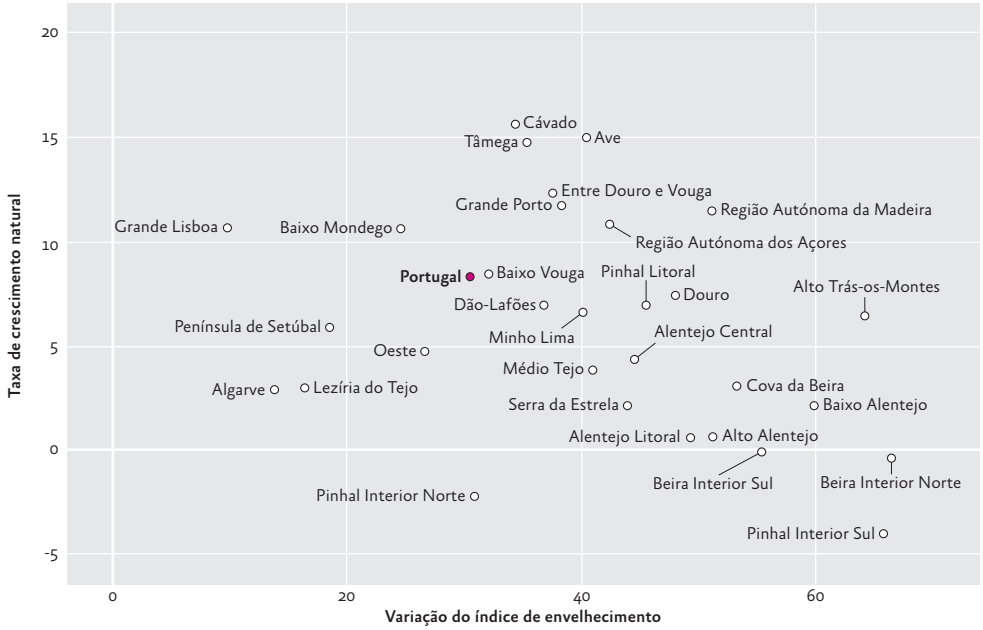


Gráfico 2.22 Taxa de crescimento natural e variação do índice de envelhecimento (%) 1981/1991

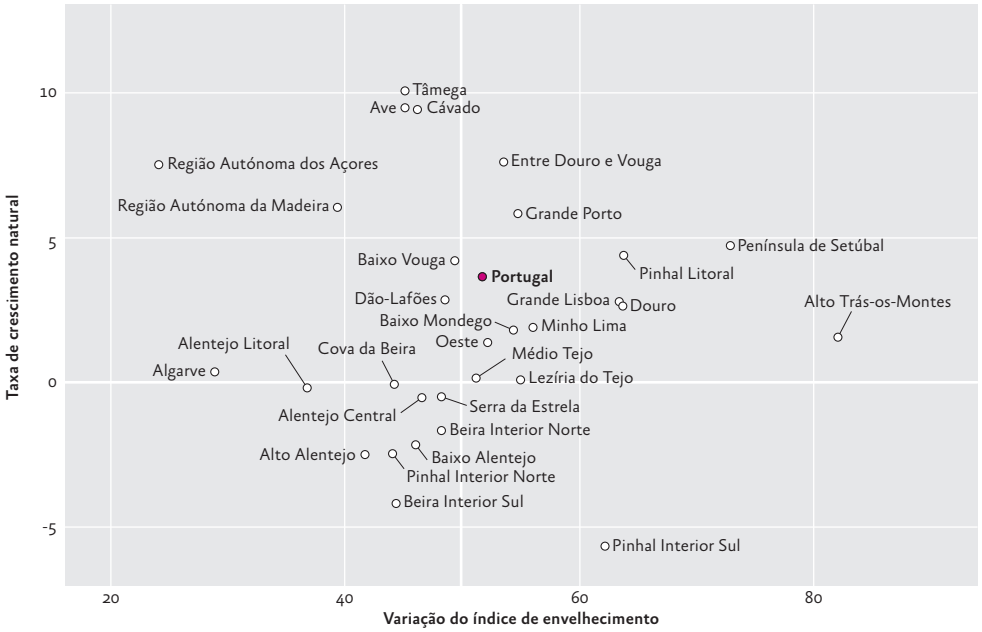


Gráfico 2.23 Taxa de crescimento natural e variação do índice de envelhecimento (%) 1991/2001

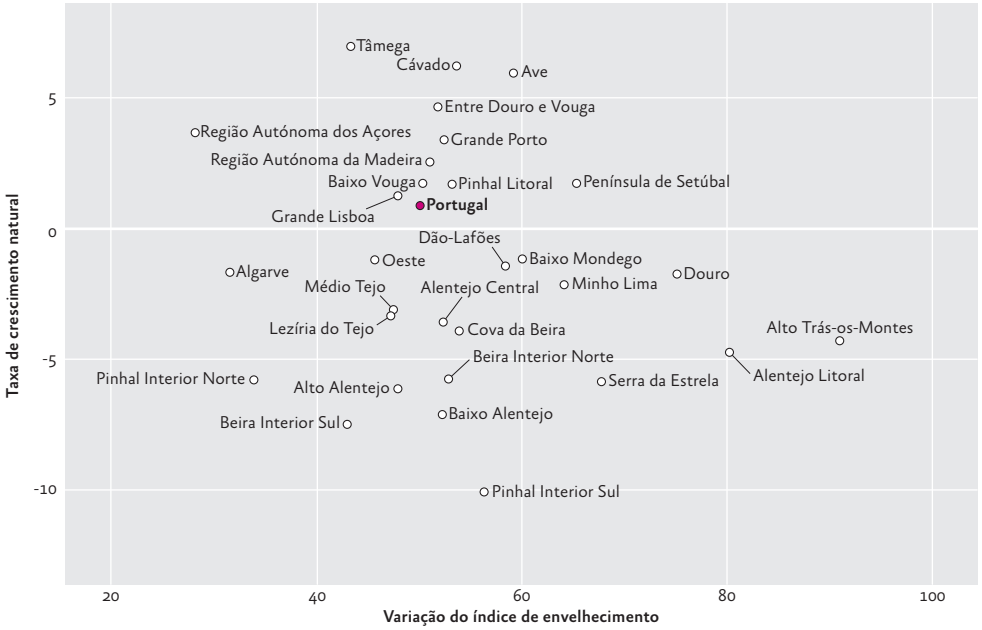
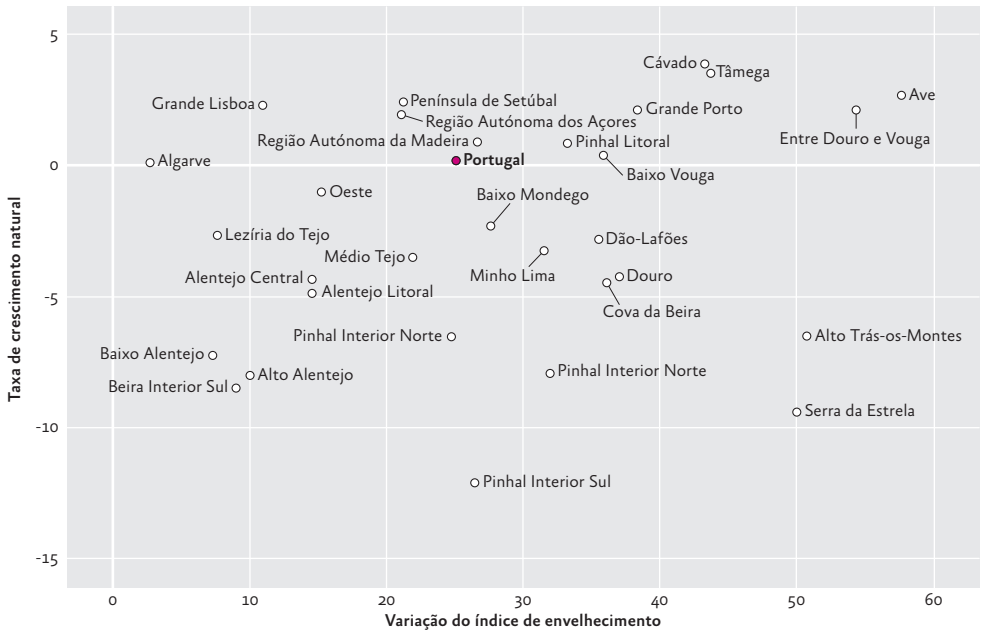


Gráfico 2.24 Taxa de crescimento natural e variação do índice de envelhecimento (%)
2001/2011



Assim, entre 1950 e 1960, verifica-se uma relação inversa entre a taxa de crescimento natural e a variação do índice de envelhecimento, ou seja, as NUTS III com uma dinâmica natural mais intensa tendem a registar menor variação do índice de envelhecimento. Tendência que se mantém com uma expressão muito semelhante entre 1960 e 1970. As NUTS III com maior aumento do índice de envelhecimento são as já detectadas nas análises anteriores: as NUTS do interior do país, mais concretamente do Centro interior e do Sul.

Entre 1970 e 1981, o intenso crescimento registado nesse intervalo censitário altera o sentido da evolução que se vinha a registar, considerando a taxa de crescimento natural/variação do índice de envelhecimento. Simultaneamente, emergem os contornos das dinâmicas regionais que permanecem até à actualidade. A distribuição das várias NUTS III no gráfico está mais inclinada para a direita, ressalvando as diferenças da escala, transparece uma maior variação no índice de envelhecimento. Ou seja, progressivamente vão-se conjugando os efeitos das saídas registadas nos intervalos censitários anteriores e o enfraquecimento da dinâmica natural. Dado que a emigração envolveu particularmente a população em idade activa, os seus efeitos nas estruturas populacionais acabam por ser simultaneamente de rejuvenescimento e envelhecimento, causados pelo aumento proporcional dos jovens na base e pelo aumento proporcional da população com mais de 65 anos no topo. Assim, contrapondo com a

informação dos censos, relativamente aos grupos funcionais, a proporção de jovens decai ligeiramente de 50/60, mas mais significativamente de 60 para 70, enquanto a proporção de idosos aumenta em todos os momentos censitários.

De 1970 para 1981, nota-se uma diminuição mais expressiva entre os jovens e idosos e paralelamente um aumento da população em idade activa, o que pode ser atribuído aos efeitos do retorno da população.

Relativamente a 1970/1981, uma primeira nota decorre da evolução da taxa de crescimento natural. São as NUTS III com uma taxa de crescimento natural negativa (Pinhal Interior Norte, Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul e Beira Interior Norte), ou com menor crescimento, ainda que positivo (Alto Alentejo Baixo Alentejo, Alentejo Litoral, Serra da Estrela), as que, simultaneamente, registam níveis mais elevados de envelhecimento. Há uma contiguidade territorial, neste binómio, baixo crescimento/envelhecimento da população que alastra do centro interior para as NUTS circundantes até 1991, alargando-se a sul, englobando depois, significativamente o Norte interior (Alto Trás-os-Montes e Douro).

Torna-se evidente a partir desta década que o enfraquecimento da dinâmica natural acarreta envelhecimento da população. Ininterruptamente de 1981/1991 assiste-se à diminuição da taxa de crescimento e ao contínuo acréscimo dos níveis de envelhecimento, perceptíveis nos gráficos pelos constantes aumentos registados no índice de envelhecimento particularmente mais significativos nas NUTS III com menor dinâmica.

Entre 1991 e 2001, as NUTS III mais envelhecidas desde a década anterior continuam a manter acréscimos no índice de envelhecimento, mas, sobretudo, sobressaem pelo recuo da dinâmica natural. As NUTS III com maior agravamento no índice de envelhecimento são as do Interior Norte, Alto Trás-os-Montes e Douro, em conjunto com o Alentejo Litoral. De notar que desde 81/91 em Alto Trás-os-Montes se verificava um significativo aumento deste indicador, demonstrando as transformações das dinâmicas populacionais. A diminuição da intensa dinâmica natural observada, anteriormente, na região levou a transformações das estruturas populacionais potenciadas pelos fluxos migratórios.

Quanto aos maiores aumentos do índice de envelhecimento, entre 2001 e 2011 podem distinguir-se dois conjuntos de NUTS III. No quadrante superior direito, as NUTS com acréscimos no índice de envelhecimento, mas com uma taxa de crescimento natural elevada; nas NUTS do quadrante inferior direito, os acréscimos do índice de envelhecimento ocorrem a par de perdas na dinâmica natural. O contraste na taxa de crescimento natural é muito marcada pela divisão litoral/interior, com um interior que se prolongou de 1991/2001 até ao litoral, abarcando NUTS que noutros períodos davam mostras de maior dinâmica.

A comparação da evolução da taxa de crescimento e da variação da proporção da população em idade activa completam a relação anterior da evolução do crescimento natural e variação do índice de envelhecimento.

Gráfico 2.25 Taxa de crescimento migratório e variação da população em idade activa (%)
1950/1960

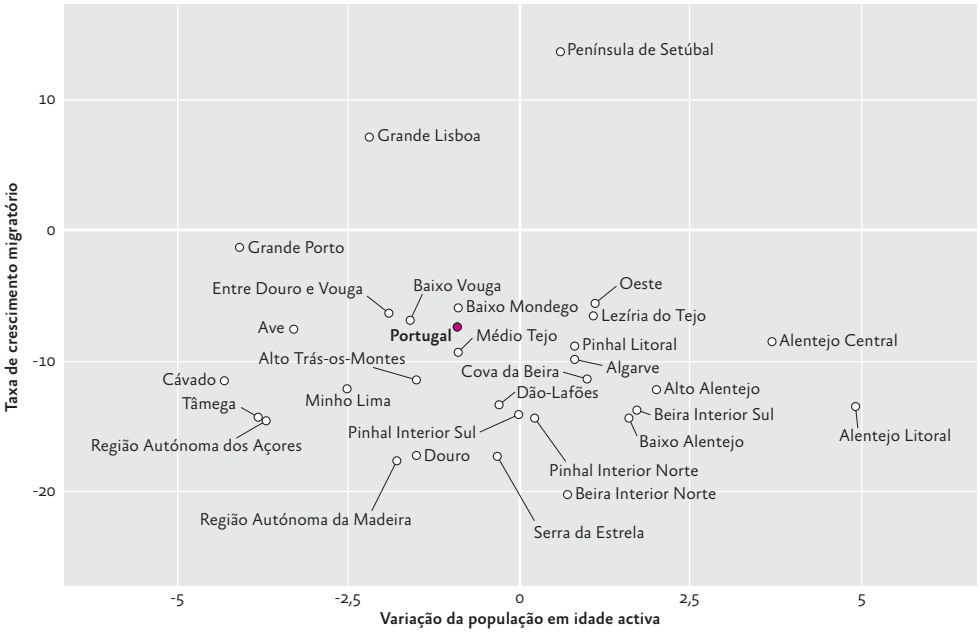


Gráfico 2.26 Taxa de crescimento migratório e variação da população em idade activa (%)
1960/1970

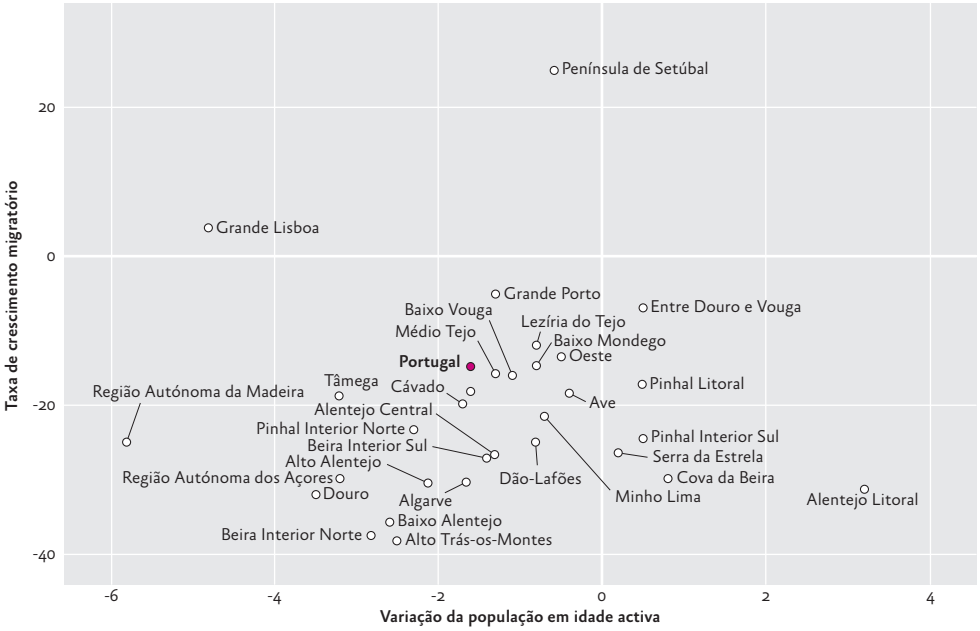


Gráfico 2.27 Taxa de crescimento migratório e variação da população em idade activa (%) 1970/1981

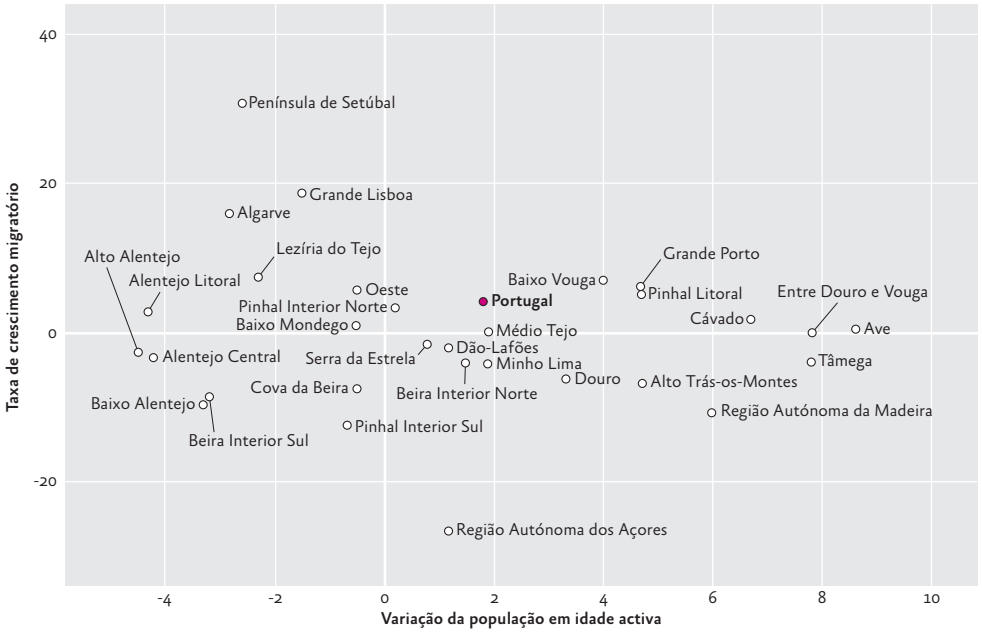


Gráfico 2.28 Taxa de crescimento migratório e variação da população em idade activa (%) 1981/1991

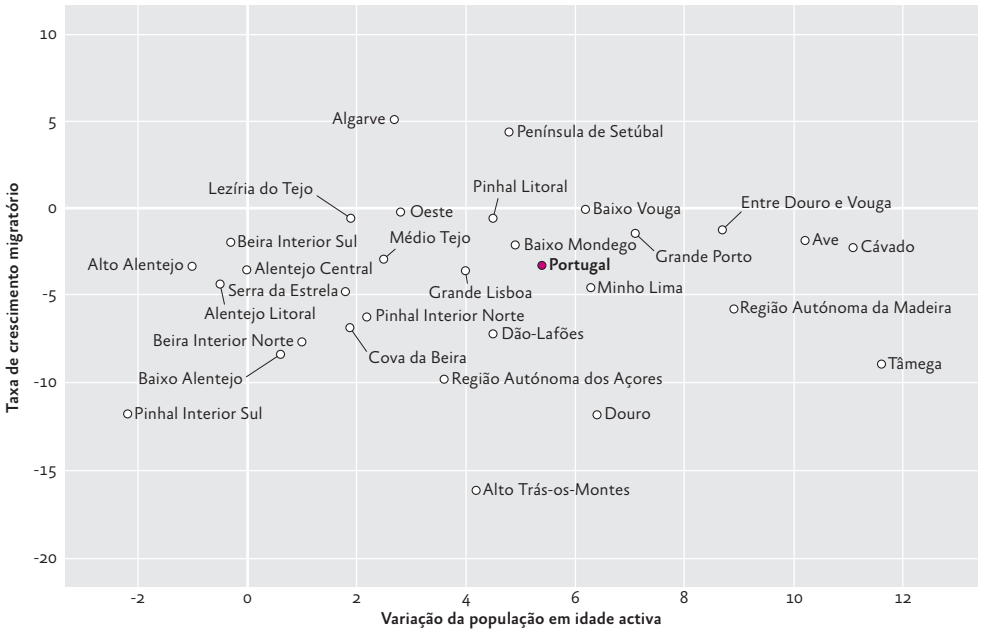


Gráfico 2.29 Taxa de crescimento migratório e variação da população em idade activa (%)
1991/2001

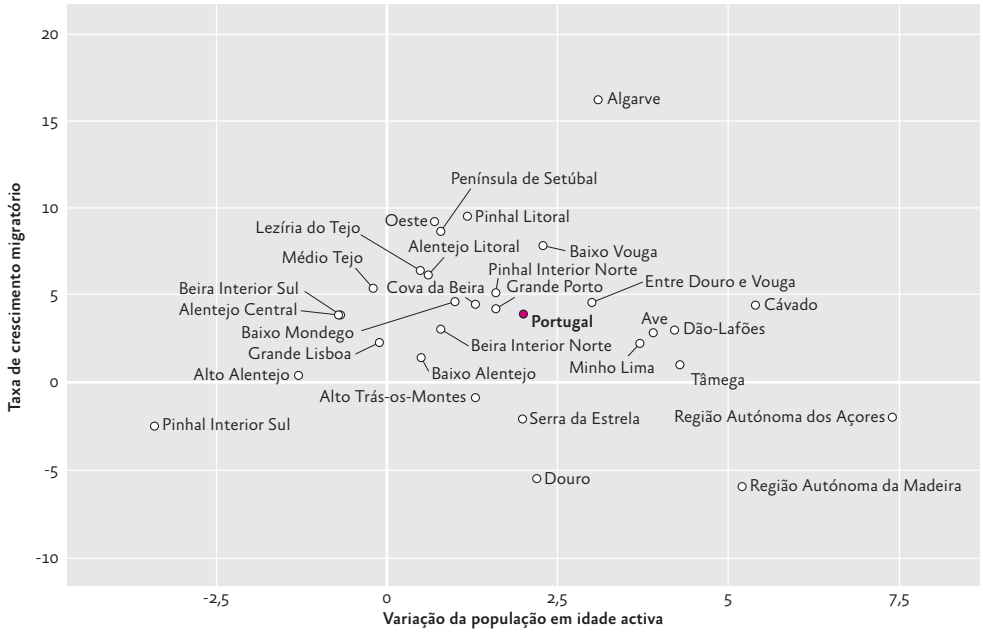
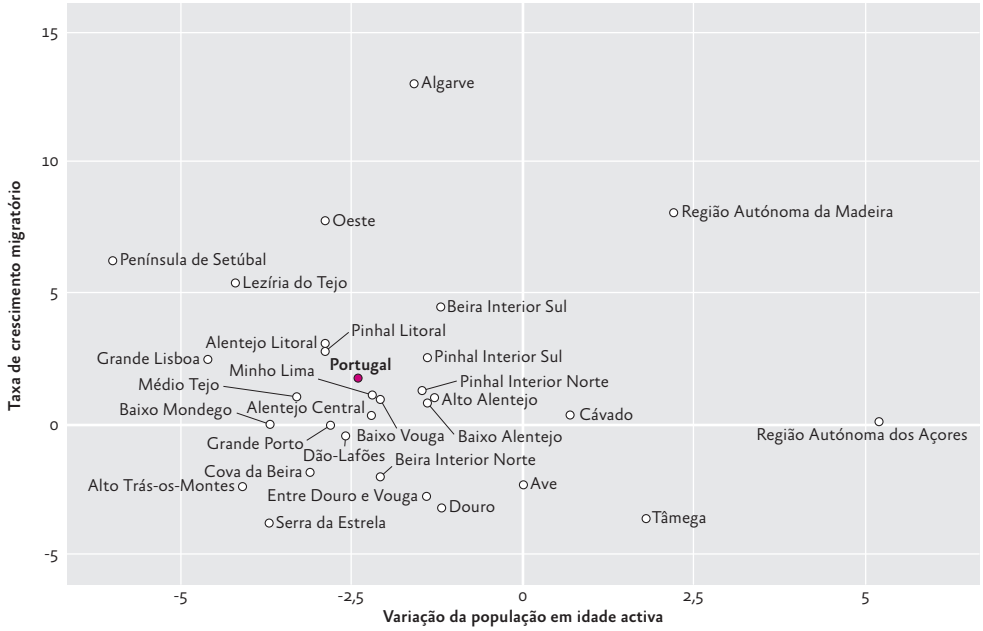


Gráfico 2.30 Taxa de crescimento migratório e variação da população em idade activa (%)
2001/2011



Entre 1950 e 1960, o crescimento migratório, como aliás já se referiu, só foi positivo nas NUTS III de Lisboa e Península de Setúbal, seguidas de perto da NUTS do Porto, embora registe saídas de população. Do destaque destas três NUTS transparece a capacidade de atracção que se verifica em torno das grandes cidades marcando a bipolarização do país (Rodrigues, Moreira, 2009).

No que respeita à variação da proporção da população em idade activa, nota-se que, apesar dos movimentos de saída em catorze NUTS III, não se registaram perdas ou houve, até, acréscimos da proporção da população em idade activa. Não deixa ser interessante notar que entre estas NUTS se encontram as que registaram uma menor taxa de crescimento natural (como acontece com o Pinhal Interior Sul, Baixo Alentejo, Oeste, Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Alentejo Central, Lezíria do Tejo, Pinhal Interior Norte, Algarve). Por outro lado, veja-se que, embora com perdas populacionais, ainda registam acréscimos na proporção da população em idade activa.

Entre 1960 e 1970, regista-se um significativo agravamento das tendências do período intercensitário anterior. Só em Lisboa e Península de Setúbal o crescimento migratório é positivo, mas as perdas migratórias são mais intensas e afectam um maior número de NUTS III. Apenas em seis NUTS III se verificam ligeiros acréscimos da proporção da população em idade activa (Serra da Estrela, Pinhal Litoral, Pinhal Interior Sul, Entre Douro e Vouga, Cova da Beira, Alentejo Litoral. Ou seja, a emigração repercutiu-se imediatamente na diminuição da população em idade activa. Este processo leva a supor que a criação e/ou reactivação de redes migratórias rapidamente se intensificou e absorveu uma mão de obra à procura de novas oportunidades.

Entre 1970 e 1981, sobressaem, pela capacidade de atracção, novamente a Península de Setúbal, Grande Lisboa e o Algarve. No entanto, todo o crescimento migratório observa-se no enfiamento do litoral do país, compreendendo as NUTS do Cávado, Ave, Grande Porto, Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte, Pinhal Litoral, Médio Tejo, Oeste, Lezíria e Alentejo Litoral. As diferenças da intensidade do crescimento migratório ocorrem paralelamente às dinâmicas socioeconómicas das diferentes NUTS III, ou seja, as NUTS com maior vitalidade local acabam por exercer uma maior atracção e fixação de população, particularmente a população em idade activa.

Entre 1981 e 1991, são repetidamente as NUTS interiores as que mais perdem população, afectadas pelo recrudescimento da emigração. Contudo, neste período, na maior parte das NUTS III, verifica-se um aumento da proporção da população em idade activa. Aumento que decorre da elevada proporção de jovens que estas NUTS, e o país, registaram em décadas

anteriores. Assim, são as NUTS do Norte, Alto Trás-os-Montes, Douro e Tâmega, Região Autónoma dos Açores e, no Centro, Pinhal Interior Sul as que mais perdem devido ao saldo migratório. As do Centro e Sul são que apresentam uma diminuição da proporção da população em idade activa: Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul, Alentejo Litoral e Alto Alentejo. São NUTS que ao longo do tempo se mostram mais depressivas e, por isso, se tornaram mais repulsivas.

De 1991 para 2001, a entrada de imigrantes diluiu muitas das marcas que se tinham vindo a estabelecer. Porém, juntamente com as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, as NUTS mais depressivas, continuam a registar perdas na dinâmica migratória as do Interior Norte (Alto Trás-os-Montes e Douro) e do Centro Interior (Pinhal Interior Sul e Serra da Estrela). A diminuição da proporção da população em idade activa verifica-se também em NUTS do Interior Centro (Pinhal Interior Sul, Beira Interior Sul, Médio Tejo) no Sul, e Alto Alentejo e Alentejo Central. Ressalve-se o caso da Grande Lisboa, que, apesar de ter um crescimento migratório positivo, esse crescimento não evitou a diminuição da população em idade activa.

Em 2001/2011, a diminuição dos fluxos de entrada não altera as grandes tendências na evolução das dinâmicas populacionais.

Naturalmente, a taxa de crescimento é menor, mas deve salientar-se a atracção exercida pelo Algarve, a Região Autónoma da Madeira, o Oeste, Península de Setúbal e Lezíria do Tejo. Uma nota relativamente à NUTS III do Algarve, uma vez que a sua trajectória foi contrária à do país. Constituindo actualmente uma das NUTS com uma dinâmica mais intensa e atractiva, o que acontece desde 1991/2001, quando em, décadas anteriores, tinha registado perdas ou baixos crescimentos.

As maiores perdas devidas à dinâmica migratória encontram-se no Norte e Centro: Ave, Grande Porto, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Douro, Alto Trás-os-Montes, Baixo Mondego, Dão-Lafões, Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Cova da Beira.

Todas as NUTS III tendem a apresentar uma diminuição da proporção da população em idade activa, com excepção do Cávado, Ave, Tâmega, e Regiões Autónomas da Madeira e Açores. Ou seja, progressivamente a diminuição da fecundidade e natalidade vão-se repercutindo na evolução e composição da população. O envelhecimento na base vai-se alastrando pelos grupos etários sucessivos, isto é, na população em idade activa. Assim, as NUTS III com uma dinâmica natural mais expressiva mantêm variações positivas entre a população dos 15 aos 64 anos. No entanto, e dada a interferência dos fluxos de saída, pode questionar-se se não poderá haver inversões na próxima década.

Importa também mencionar que este envelhecimento progressivo na base tem levado, conjuntamente com a alteração da composição da estrutura da população, a uma diminuição da proporção das mulheres em idade fértil. O que por sua vez, na continuidade dos processos demográficos, se não houver uma inversão do actual contexto, conduzirá a uma intensificação do envelhecimento populacional, afectando sobremaneira as NUTS III já mais envelhecidas e, por isso, com uma dinâmica enfraquecida.

Bibliografia

Alarcão, A. (1969). *Mobilidade geográfica da população de Portugal (continente e ilhas adjacentes) migrações internas, 1921-1960*. Lisboa: Centro de Estudos de Economia Agrária.

Alarcão, A. (1964). Êxodo rural e atracção urbana no Continente, *Análise Social,* 2. 7/8, 511-573.

Baganha, I. (2001). A cada sul o seu Norte: dinâmicas migratórias em Portugal in Boaventura Sousa Santos (Org.) *Globalização: Fatalidade ou utopia*. Porto: Editora Afrontamento.

Baganha, M. I. (1993). Principais características e tendências da emigração portuguesa, Estruturas Sociais e Desenvolvimento. *Actas do II Congresso Português de Sociologia*. I. Lisboa: Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia, 819-835.

Baganha, M. I. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no século xx e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social,* XXIX (128), 959-980.

Baganha, M. I. (1998). Portuguese Emigration After the Second World War: an Overview. Pinto, A. da C.(org.). *Modern Portugal*. Palo Alto: Califórnia,189-205.

Baganha, M. I. (2007). Dinâmicas Migratórias em Portugal, *Colóquio Globalização, Pobreza e Migrações Ciclo «África Começou Mal, África Está Mal: A Tragédia Africana»*. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra (disponível em http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/doc_06_07/baganha.pdf).

Baganha, M. I., Góis, P. (1999). Migrações Internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52-53, 229-280.

Baganha, M. I., Marques, J. C. (2001): População. Valério, N. (org.), Estatísticas Históricas Portuguesa, II. Lisboa. INE, 33-126

Baganha, M. I., Peixoto, J., (1996). O estudo das migrações nacionais: ponto de intersecção disciplinar. Ferreira, J. M. C. et al. (Org.). *Entre a Economia e a Sociologia*. Oeiras. Celta Editora, 233-239.

Baganha, M. I., Peixoto, J., Malheiros, J. (orgs.) (2002): *Os Movimentos Migratórios Portugueses e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.

Caselli, Graziella e Vallin, Jacques. (2001) L'approche longitudinale des échanges migratoires externes. Caselli, G., Vallin, J., Wunsch, G.. (Ed.). *Démographie : analyse et synthèse. I La dynamique des Populations.* Paris: INE-PUF.

Cónim, C. N. P. S. (1985). Migrações internas em Portugal — 1981. *Revista do Centro de Estudos Demográficos,* 27, 7-42.

Edmonston, B., Michalowski, M. (2004). Segunda edição. International Migration, Siegel, J. e Swanson, D. (Ed). *The Methods and Materials of Demography*. San Diego: Elsevier Academic Press.

Evangelista, J. (1971). *Um século de população Portuguesa (1864-1960)*. Lisboa Instituto Nacional de Estatística. Centro de Estudos Demográficos.

Ferrão, J. (1996). Três Décadas de Consolidação do Portugal Demográfico «Moderno». Barreto, A. (Eds.). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 165-190.

Livi-Bacci, M. (2006). *Introducción a la demografia*. Segunda edição. Barcelona: Editorial Ariel.

Malheiros, J. (2011). Portugal 2010: O regresso do país de emigração?. *JANUS – Anuário de Relações Internacionais*, 143-132.

Marques, J. C. (2008). *Os portugueses na Suíça: Migrantes Europeus.* Lisboa: ICS.

Marques, J. C. (2009). E continuam a partir: as migrações portuguesas contemporâneas. *Ler História*, 56, 27-44.

Moreira, H. (2006). Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas). *Revista Estudos Demográficos*, 38, 47-65.

Nazareth, J. M. (1976). O efeito da emigração na estrutura de idades da população portuguesa. *Análise Social*, XII (46), 315-362.

Peixoto, J. (1993a). A emigração portuguesa a partir de 1980: factos estatísticos e modalidades de evolução. *Revista de Estudos Demográficos*, 31, 35-74

Peixoto, J. (1993b). Migrações e mobilidade: as novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980. M. B. Silva et al. (Org.). *Emigração / Imigração em Portugal,* Algés: Edit. Fragmentos, 278-307.

Peixoto, J. (1994). As migrações inter-regionais em Portugal nos anos 80 – Fluxos migratórios globais e mobilidade dos quadros superiores». *III Encontro da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional – APDR*. Faculdade de Economia do Porto, 27-29 de Abril de 1995.

Peixoto, J. (1999). Migrações internas. Barreto, A., Mónica M. F. (Coord.). *Dicionário de História de Portugal,* VIII – Suplemento F/O, Porto: Livraria Figueirinhas, 459-460.

Peixoto, J. (2002). A imigração em Portugal, demografia & dinâmicas. *Boletim da Associação Portuguesa de Demografia.* 3, Novembro, 1-3.

Peixoto, J. (2004). País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal – *Working Paper n.º 2/2004*. Socius – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. Disponível em: http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200402.pdf.

Peixoto, J. (2007). Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal. *Análise Social*, XLII (183), 445-469.

Peixoto, J. (2012). A emigração portuguesa hoje: o que sabemos e o que não sabemos, *Working Paper n.º 5/2012* Socius Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações Disponível em http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP_5_2012.pdf.

Peixoto, J. (1994). *Os movimentos migratórios inter-regionais em Portugal nos anos 80 – Uma análise dos dados censitários.* Lisboa: Gabinete de Estudos Demográficos / Instituto Nacional de Estatística.

Pinto, M. L. R. (1994). As tendências demográficas*, Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa, Círculo de Leitores, 298-306.

Rodrigues, T. (Coord.). (2008). *História da População Portuguesa,* Lisboa: Afrontamento.

Rodrigues, T., Moreira, M. J. G. (2009). Realidades Demográficas, Rodrigues, T., Lopes, J. T., Baptista, Luís, Moreira, M. J. G. (coord.). *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social*. Porto: Ed. Afrontamento, 77-110

Rosa, M. J. V., Vieira, C. (2003). *A população portuguesa no século XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Shryock, H, Siegel, J.; Stockwell. (1976). *The methods and materials of demography*. Nova Iorque: Academic Press Inc.

Venturini, A. (2004). *PostWar Migration in Southern Europe, 1950-2000. An Economic Analysis,* Cambridge: University Press.

Anexos

	Mulheres em idade fértil (%) na população residente feminina por Local de residência (Annual)		
	Período de referência dos dados		
	1991	2001	2011
Local de residência	%	%	%
Portugal	48,9	48,8	45,3
Continente	48,9	48,7	45,0
Norte	51,1	51,3	47,1
Minho Lima	45,0	45,7	42,5
Cávado	52,4	54,0	50,5
Ave	53,6	53,9	49,5
Grande Porto	53,4	52,0	46,7
Tâmega	51,6	53,2	50,4
Entre Douro e Vouga	52,9	52,8	47,9
Douro	44,5	45,4	42,2
Alto Trás-os-Montes	42,9	42,7	38,6
Centro	45,7	46,2	43,2
Baixo Vouga	49,7	49,9	46,2
Baixo Mondego	48	47,2	42,7
Pinhal Litoral	49,4	49,3	45,8
Pinhal Interior Norte	40,4	42,1	41,4
Dão-Lafões	44,3	45,4	42,5
Pinhal Interior Sul	35,0	35,7	35,8
Serra da Estrela	42,1	41,6	37,7
Beira Interior Norte	40,3	41,5	38,4
Beira Interior Sul	39,5	40,6	39,2
Cova da Beira	44,0	44,5	39,6
Oeste	47,2	47,4	45,2
Médio Tejo	44,4	44,5	41,7
Lisboa	51,1	48,8	44,7
Grande Lisboa	50,5	48,4	44,4
Península de Setúbal	52,8	49,9	45,5
Alentejo	43	43,7	41,4
Alentejo Litoral	43,9	44,7	40,3

	Mulheres em idade fértil (%) na população residente feminina por Local de residência (Annual)		
	Período de referência dos dados		
	1991	2001	2011
Local de residência	%	%	%
Alto Alentejo	40,5	41,3	39,9
Alentejo Central	43	44	41,9
Baixo Alentejo	40,7	42,2	40,5
Lezíria do Tejo	45,5	45,3	42,5
Algarve	46	47,7	45,2
Região Autónoma dos Açores	46,9	50,9	50,9
Região Autónoma da Madeira	49,3	50,6	48,8

Fonte INE: Mulheres em idade fértil (%) na população residente feminina por Local de residência

Capítulo III

Natalidade, Nupcialidade e Divorcialidade em Portugal*

* Maria Filomena Mendes, Lídia Patrícia Tomé

1. Breve análise descritiva da evolução da natalidade e da alteração dos padrões de fecundidade em Portugal

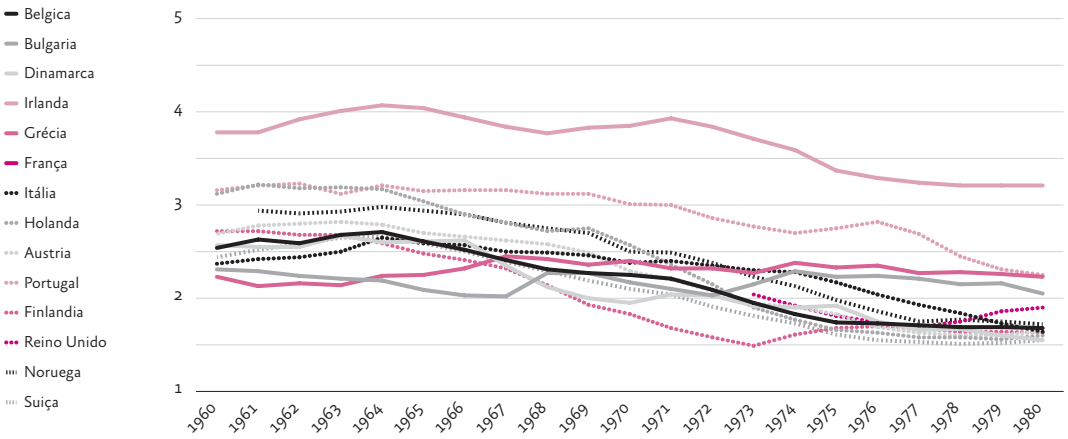
A actual estrutura demográfica das populações é o resultado evolutivo da melhoria das condições de vida e consequente diminuição da mortalidade e, em simultâneo, das significativas alterações no campo da natalidade. O modelo evolutivo das populações proposto por Notestein (1945) tinha por base as desigualdades das populações em termos de crescimento e, de acordo com o autor, existiam três períodos que, articulados entre si, convergiam na designada transição demográfica (Cardoso 2006). No primeiro e último períodos, o crescimento populacional tende a ser nulo; contudo, no primeiro período o crescimento populacional é nulo pela elevada dimensão dos níveis de fecundidade e mortalidade e, no segundo, o crescimento nulo deve-se a valores muito reduzidos em ambos os eventos. No período intermédio verifica-se um crescimento acelerado, resultante de uma quebra prévia da mortalidade face à fecundidade.

O acentuado declínio da natalidade afecta não só o crescimento populacional, bem como toda a dinâmica da estrutura populacional. Os efeitos das variações no campo da fecundidade, o acentuado adiamento da mesma e a recente recuperação dos mais baixos níveis de fecundidade que têm ocorrido na maioria dos países europeus originaram o intenso estudo dos comportamentos de fecundidade por parte da sociologia e demografia durante grande parte do último século (Frejka 2010). As diferenças entre os comportamentos de fecundidade nos países europeus têm sido atribuídas aos diferentes estados sociais, tal como às diferenças motivadas pelos diferentes graus de incerteza económica.

No entanto, a queda da natalidade não é o efeito simples de uma causa única, mas sim o resultado de uma complexa conexão de factores impulsionados, todavia, pelo acesso generalizado à contracepção eficaz. O uso de contraceptivos deu à mulher e ao casal a possibilidade de escolha no que diz respeito à sua fecundidade. A relação entre a queda do número de nascimentos e o uso generalizado de contracepção foi o resultado expressivo de uma época de mudanças notáveis de valores e de comportamentos.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, e após um período de aumento do número de nascimentos, principalmente no caso dos países em guerra, os níveis de fecundidade diminuíram severamente na Europa, de modo geral (Gráfico 3.1). As coortes de mulheres nascidas depois do período de guerra revelaram uma alteração significativa nos padrões etários da maternidade. O processo de adiamento em relação ao nascimento do primeiro filho estava em «marcha» por toda a Europa e, desde o início dos anos 70, o adiamento e a diminuição da fecundidade passaram a ser uma característica comum.

Gráfico 3.1 Índice sintético de fecundidade, em alguns países europeus, entre 1960 e 1980



Fonte: EUROSTAT. Elaboração própria.

O persistente adiamento da fecundidade «afectou» o indicador mais vulgarmente utilizado na medição da fecundidade, o índice sintético de fecundidade (ISF), também apropriadamente denominado indicador conjuntural de fecundidade, que atingiu em alguns países valores históricos (abaixo de 1,3) quanto ao número médio de filhos que uma mulher deixa na população, se as condições do momento se mantiverem. Em 2002, Kohler *et al.* caracterizaram a dinâmica demográfica dos nascimentos como um momento de – *«lowest-low fertility»* – fecundidade profundamente baixa. Esta fecundidade profundamente baixa pode, de forma generalista, ser caracterizada por um acentuado adiamento na decisão de ter filhos e por um valor médio do índice sintético de fecundidade inferior a 1,5 filhos por mulher, valor este considerado crítico para a sustentabilidade de qualquer população (Kohler *et al.* 2006).

Contudo, depois do acentuado declínio registado na Europa atingir os valores de fecundidade profundamente baixa, durante os anos 90, no período entre 2000 e 2008, esta voltou a crescer na maioria dos países europeus (segundo dados do *European Demographic Data Sheet*, publicado pelo Vienna Institute

of Demography e do Eurostat e como mostra o Quadro 3.1. Esta tendência de crescimento configurou uma reviravolta inesperada, nomeadamente em países que apresentaram os valores mais baixos durante a década de 1990. A alteração foi de 16 países com valores iguais ou abaixo de 1,3 filhos, em 2002, para apenas um, em 2008 (Goldstein *et al.* 2009).

Quadro 3.1 Índice sintético de fecundidade, em 1980, 1990, 2000, 2008 e 2011, em alguns países europeus

	1980	1990	2000	2008	2011
Bélgica	1,68	1,62	1,67	1,85	1,81
Bulgária	2,05	1,82	1,26	1,48	1,51
República Checa	2,08	1,90	1,14	1,50	1,43
Dinamarca	1,55	1,67	1,77	1,89	1,75
Irlanda	3,21	2,11	1,89	2,10	2,05
Grécia	2,23	1,40	1,26	1,51	1,42
Espanha	2,20	1,36	1,23	1,46	1,36
França	1,95	1,78	1,87	1,99	2,00
Itália	1,64	1,33	1,26	1,42	1,40
Luxemburgo	1,50	1,60	1,76	1,61	1,52
Hungria	1,91	1,87	1,32	1,35	1,23
Holanda	1,60	1,62	1,72	1,77	1,76
Áustria	1,65	1,46	1,36	1,41	1,42
Portugal	2,25	1,56	1,55	1,37	1,35
Finlândia	1,63	1,78	1,73	1,85	1,83
Suécia	1,68	2,13	1,54	1,91	1,90
Reino Unido	1,90	1,83	1,64	1,96	1,96
Noruega	1,72	1,93	1,85	1,96	1,88
Suíça	1,55	1,58	1,50	1,48	1,52

Fonte: EUROSTAT. Elaboração própria.

A ideia de *lowest-low fertility*, que era até então utilizada com precaução e relutância, deixou de fazer sentido para a maioria dos países europeus, ainda que numa referência à recuperação da fecundidade das gerações, Myrskylä *et. al.* (2011) mencionaram que, de um grupo de 34 países, apenas 5 ainda mantêm o declínio no seu nível de fecundidade: 3 pertencem à Europa do Leste (Eslováquia, Hungria e Polónia), 1 à Europa do Sul (Portugal) e 1 à Ásia (Coreia do Sul). Também o Relatório sobre a Situação da População Mundial, feito pelo Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) e apresentado em 2011, estima para o nosso país uma das mais baixas fecundidades do mundo.

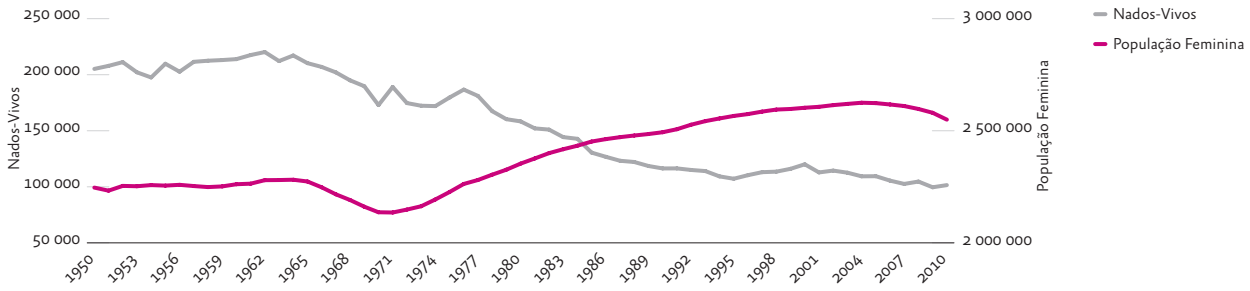
As alterações culturais e sociais que hoje observamos nas sociedades ocorreram durante várias gerações, revelando no presente o seu impacto, através de alterações dos valores das famílias, em particular, no respeitante aos comportamentos reprodutivos. Para muitos jovens das sociedades desenvolvidas, o casamento e o nascimento de um filho passou a ser simplesmente uma questão de opção pessoal, uma possibilidade num futuro distante que poderá ou não vir a ser concretizada. Os jovens, nas últimas décadas, têm vivido na incerteza social em que a flexibilidade de valores no trabalho, no consumo de produtos e nas relações pessoais é marcada pela transitoriedade (Sobotka 2004). A incerteza e a precariedade dominam a vida dos jovens actualmente, desde o mercado de trabalho ao rendimento, passando pelas próprias relações conjugais.

À semelhança dos seus congéneres do Sul da Europa, em Portugal a transição para a vida adulta passou a acontecer mais tarde, o nascimento do primeiro filho acontece hoje em idades mais avançadas, o número de casamentos diminuiu e a taxa de divórcio aumentou. No entanto, o que não mudou neste grupo de países foi o importante papel da família, a inconstante e difícil situação económica, reforça o papel de regulação social da família ao criar «redes de segurança» (Rydell 2002).

1.1. Padrões de fecundidade em Portugal

Em matéria de comportamentos demográficos, a natalidade em Portugal destaca-se como um dos indicadores que sofreram maiores alterações nas últimas décadas. No Gráfico 3.2, podemos observar a evolução do número de nascimentos registados em Portugal, entre 1950 e 2010. No referido período, os nascimentos passaram de 205 077 em 1950 para 101 381 em 2010, correspondendo a uma redução de 51 %. O declínio iniciou-se em 1964, verificando-se uma ligeira inversão da tendência em 1971, com um expressivo aumento no período da Revolução de Abril (1974/75), seguido por um declínio abrupto até ao ano de 2000. Depois desta data, ainda que com algumas oscilações, a tendência foi de diminuição do número de nascimentos anuais. Em sentido contrário, desde o início da década de 1970, o número de mulheres em idade fértil (com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos completos) aumentou expressivamente, atingindo em 2004 os 2,6 milhões, o valor mais elevado registado até ao momento.

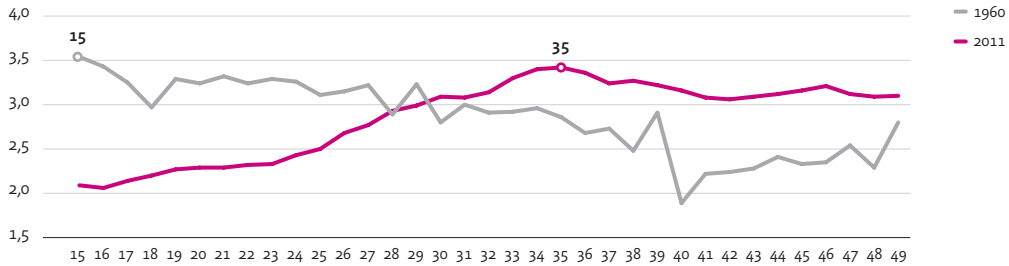
Gráfico 3.2 Nados-vivos e população feminina, de 1950 a 2010, em Portugal



Fonte: INE. Elaboração própria.

Poder-se-ia pensar que o envelhecimento da população portuguesa, no seu conjunto, conduziria a uma situação em que a distribuição de mulheres, no interior do período fértil, se concentraria nas idades mais avançadas, o que prejudicaria «potencialmente» a fecundidade. Na realidade, no Gráfico 3.3 podemos observar a proporção de mulheres, por idade em 1960 e em 2011, e onde a grande diminuição se observou, nas idades mais jovens – até aos 27 anos – e que a partir desta idade, a proporção de mulheres é na actualidade superior, nomeadamente, entre os 27 e os 41 anos, com o valor mais elevado aos 35 anos de idade. Sendo este o intervalo mais usual para ter filhos, esta distribuição da população feminina, apesar de mais envelhecida, é também a mais favorável ao modelo de fecundidade prevalente em Portugal na actualidade.

Gráfico 3.3 Distribuição da população feminina por idades (%)



Fonte: INE. Elaboração própria.

1.2. Transformações nos indicadores de fecundidade em Portugal

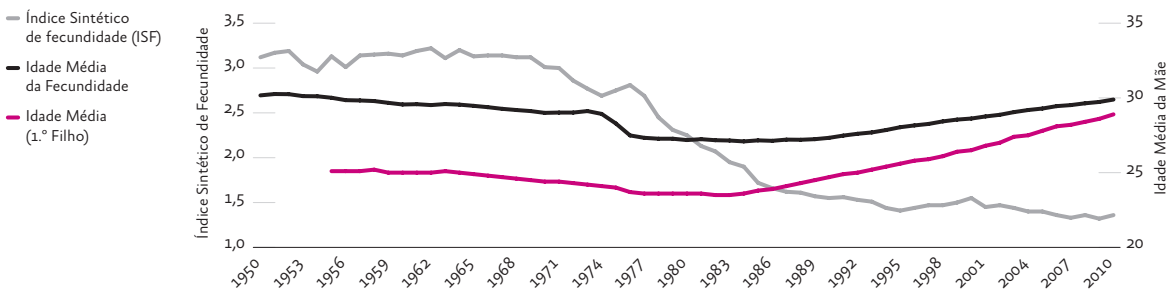
1.2.1. O adiamento da fecundidade e a diminuição do número de filhos

As transformações da fecundidade em Portugal, ainda que com um desfasamento temporal, são análogas ao contexto da Europa, apresentando uma fecundidade em declínio e um aumento da idade média da fecundidade. Analisando no Gráfico

3.4 o número de filhos que cada mulher deixaria na população se se mantivessem constantes as taxas de fecundidade por idades observadas em cada ano, valor este dado pelo índice sintético de fecundidade (ISF), podemos verificar que de um valor superior a 3 filhos, em média, por mulher, em 1950, passámos para um valor pouco acima de 1 filho, em média, por mulher, em 2010 (1,36).

O último ano em que a natalidade portuguesa assegurou a substituição de gerações (momento em que o ISF registou o último valor de 2,1, limiar mínimo que garante a renovação das gerações numa população que registe uma mortalidade baixa), foi o ano civil de 1982. Contudo, foi somente a partir do ano 2000 que Portugal passou a situar-se entre os países de mais baixa fecundidade a nível mundial, na medida em que aquele indicador se passou a situar, pela primeira vez, abaixo do limite de 1,5 filhos, em média, por mulher. Como referido atrás, este último valor é considerado na literatura (Kohler *et al.* 2001 e 2006) crítico para a sustentabilidade de qualquer população, tal como a manutenção de uma fecundidade durante um longo período abaixo deste patamar implicará consequências gravosas também em termos sociodemo-económicos. Ao manter durante um longo período uma fecundidade tão baixa, as gerações vão tendo sucessivamente uma menor dimensão, condicionando por sua vez o número de futuros nascimentos (de notar que mesmo num quadro de aumento da fecundidade, num futuro próximo, o número de nascimentos poderá continuar a diminuir).

Gráfico 3.4 Índice sintético de fecundidade, idade média da fecundidade e idade média ao nascimento do 1.º filho, em Portugal, de 1950 e 2010



Fonte: INE. Elaboração própria.

Em paralelo com a redução do número de nascimentos, nos 60 anos que separam 1950 e 2010, a idade média diminuiu até à década de 1980, tendo invertido rapidamente este comportamento a partir do início dos anos 90. As mulheres portuguesas aumentaram progressivamente a idade em que, em média, têm os seus filhos. Surpreendentemente, os valores resultantes do aumento da idade média são, no final do período (2010), muito semelhantes aos do início do período (1950), respectivamente, 29,9 e 30,2 anos.

Verificou-se também que a idade em que, em média, as mulheres tiveram o seu primeiro filho aumentou de forma mais acelerada, desde meados da década de 1980 (23,5 anos em 1982) até ao ano de 2010 (29,9 anos), observando um aumento de 6,4 anos. Estes resultados podem significar que, em Portugal, as mulheres adiam consideravelmente o nascimento do primeiro filho; na generalidade, decidem ter apenas um único filho; e, além disso, as que decidem ter mais do que um filho, na sua maioria, optam por um intervalo muito estreito entre nascimentos.

A análise feita até ao momento permite-nos reter que a questão do declínio da fecundidade em Portugal deverá ser avaliada em função de quatro indicadores: da diminuição do número de filhos por mulher, do aumento da idade média da fecundidade, da elevação da idade média ao nascimento do primeiro filho e da longa extensão do período em que o nível de fecundidade se manteve abaixo do limiar mínimo que permite garantir a substituição de gerações. De referir ainda que a proximidade entre as duas idades médias, ao primeiro nascimento e para o conjunto dos nascimentos, constitui uma especificidade do padrão diferenciador da fecundidade em Portugal.

1.2.2. *Tempo e quantum*: o efeito na fecundidade do presente e o impacto na fecundidade do futuro

Dado que utilizamos o índice sintético de fecundidade como medida do nível de fecundidade, sustentando todas as comparações entre países e épocas nesse indicador, para analisarmos correctamente as características específicas da evolução da fecundidade portuguesa torna-se imperativo avaliar o efeito da alteração da idade média no resultado do referido indicador. Como se trata de um indicador por período, calculado em transversal, e não de um indicador por coorte, construído em longitudinal, a variação (no sentido do aumento ou da diminuição) da idade média da fecundidade influencia fortemente o seu cálculo e pode conduzir a análises enviesadas. Isto porque, tradicionalmente, se baseia toda a análise e discurso sobre a evolução (no caso, o declínio) da fecundidade como se o indicador fosse calculado para uma geração de mulheres, estudadas desde o início do seu período fértil até ao seu final, ao momento em que tivessem completado a sua fecundidade. O que significa, por sua vez, que assumimos um indicador sintético que representa a fecundidade de um conjunto de mulheres num dado momento do tempo (habitualmente um ano civil) como exactamente igual ao que iríamos encontrar no futuro, como se se tratasse de uma geração fictícia que fosse reproduzindo ao longo de todo o seu período fértil taxas de fecundidade em cada idade idênticas às observadas no ano em estudo (Bongaarts & Feeney 1998, Sobotka 2004).

Na verdade, este pressuposto é duplamente enganador. No caso de Portugal, por exemplo, nos próximos 35 anos, as mulheres não irão manter as taxas de fecundidade, entre os 15 e os 49 anos, observadas no ano em estudo. Apesar de este ser o princípio em que se baseia a construção de todos indicadores deste tipo (por ex: o mesmo se verifica no caso da esperança de vida à nascença), é necessário ter em conta esta condição no momento de comentar resultados e identificar comportamentos. Circunstância totalmente diferente seria se se estivesse a considerar, como medida de fecundidade, a descendência final das coortes, i. e., a sua descendência média, calculada em longitudinal. Ainda assim, mesmo admitindo que estamos a comparar, em anos consecutivos, indicadores transversais, tem de se atender ao efeito perturbador da variação do *tempo* de fecundidade (Bongaarts & Feeney, 1998). Se as mulheres estiverem a adiar, não estarão a ter os filhos nas idades mais jovens, mas, mais tarde, irão (provavelmente) recuperar esses nascimentos, tendo os filhos em idades mais avançadas. Um indicador do momento não consegue captar esse efeito e o indicador sintético nunca poderá ser usado como se de um indicador por geração (ou coorte) se tratasse porque apresentará um número médio de filhos claramente inferior ao que se registará quando a geração em causa concluir o seu período fértil. O inverso será verdadeiro no caso de uma diminuição sustentada durante alguns anos da idade média.

Vários autores têm desenvolvido diferentes métodos com o objectivo de ultrapassar aquela limitação, nomeadamente recalculando o índice sintético de fecundidade liberto do efeito perturbador da variação da idade média da fecundidade (Ryder 1964, 1986; Bongaarts & Feeney 1998, 2002, 2008; Philipov 2001; Zeng & Land 2002; Sobotka, 2004; Rodriguez 2006; Goldstein & Cassidy 2010).

Bongaarts e Feeney em 1998 apresentavam a sua medida para o ajustamento do ISF, o *ISFajust*, assumindo para isso que a fecundidade é somente influenciada pela idade, ordem do nascimento e pelo calendário, mas não pela coorte. Este indicador é dado pela estimação da soma do ISF Ajustado (B-F), que tem em consideração alterações na média de idade nascimento (IMF) no calendário da fecundidade e onde $r_i(t)$ é o factor de ajustamento:

$$\text{ISF Ajustado (B – F)} = \frac{ISF_i(t)}{[1 - r_i(t)]}$$

onde

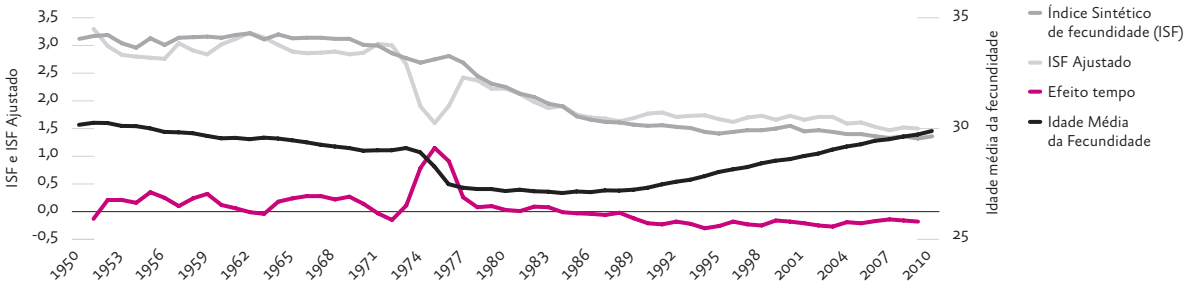
$$r_i(t) = \frac{[IMF_i(t+1) - IMF_i(t-1)]}{2}$$

e $IMF_i(t)$ é a idade média à fecundidade, no nascimento de ordem *i*.

Utilizámos este último método para estimar o impacto da idade média (IMF) no indicador sintético (ISF), ou seja, para calcular qual o valor esperado do ISF nos diferentes anos em análise se não se tivesse verificado um aumento (ou diminuição) da IMF (designando a nova medida por ISF Ajustado (B-F)). O propósito foi separar dois efeitos, que se encontram agregados no mesmo indicador, permitindo avaliar correctamente o número de filhos que, em média, uma mulher deixa na população (designado pelos autores por efeito *quantum*), nas actuais condições de fecundidade, sem estar influenciado pela idade em que, em média, as mulheres têm esses filhos (designado por efeito *tempo*).

No Gráfico 3.5, observa-se que se tivemos um efeito *tempo* positivo nas décadas de 1950 e 1960, tornando-se particularmente expressivo entre 1974 e 1976, a partir de 1984 (inclusive) aquele efeito foi negativo. Assim, Portugal teria registado, desde 1984, de acordo com o indicador corrigido, utilizando a metodologia proposta por Bongaarts e Feeney, um valor de fecundidade mais elevado, ou seja, o número de filhos que cada mulher acabará por deixar, em média, no final do seu intervalo fértil, terá sido sempre superior ao dado pelo ISF estimado para cada ano de calendário. Podemos também concluir, em função destes resultados, que a situação de fecundidade real, em Portugal, não será tão «gravemente baixa» como o indicador transversal indicava, por causa da influência do adiamento da idade da fecundidade que se tem vindo a verificar ano após ano, ininterruptamente desde o ano de 1984. É igualmente de notar que em nenhum dos anos em estudo o valor do ISF, corrigido pelo efeito do aumento da idade média da fecundidade, foi inferior ao limiar crítico de 1,5 filhos por mulher.

Gráfico 3.5 Evolução do índice sintético de fecundidade e do índice sintético ajustado (B-F), idade média da fecundidade e do efeito tempo, em Portugal, de 1951 a 2009



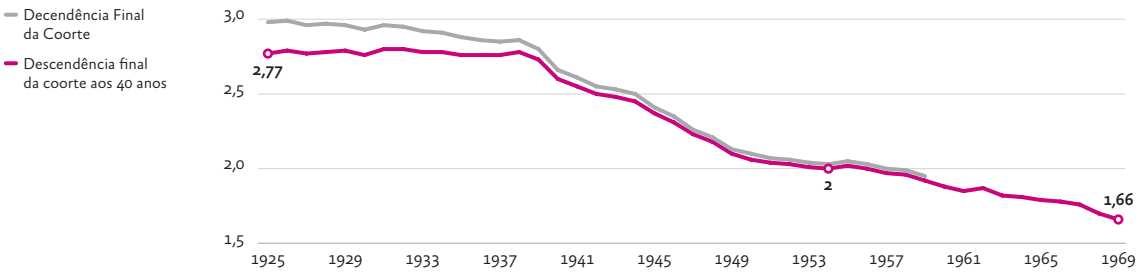
Fonte: INE e *Human Fertility Database* (HFD). Elaboração própria.

Por oposição à análise em transversal ou por período, a análise da fecundidade em longitudinal é a que nos permite encontrar o número de filhos que, em média, uma dada coorte ou geração de mulheres efectivamente deixou na

população. Esta medida só pode ser calculada, naturalmente, após as mulheres terem completado o seu intervalo fértil, ou seja, depois de terem completado 50 anos. Em virtude do reduzido número de nascimentos de mães com idades superiores a 40 anos, frequentemente, calculamos a descendência final da coorte para essa idade, eliminando assim 10 anos de espera que poderão já não ter um grande significado para o valor global final.

Usando os dados para Portugal, disponíveis na *Human Fertility Database*, representámos as descendências finais, e também aos 40 anos, das coortes respeitantes às portuguesas nascidas entre 1925 e 1969 (Gráfico 3.6).

Gráfico 3.6 Descendências finais e descendências aos 40 anos, das coortes femininas nascidas entre 1925 e 1969, em Portugal



Fonte: *Human Fertility Database* (HFD). Elaboração própria.

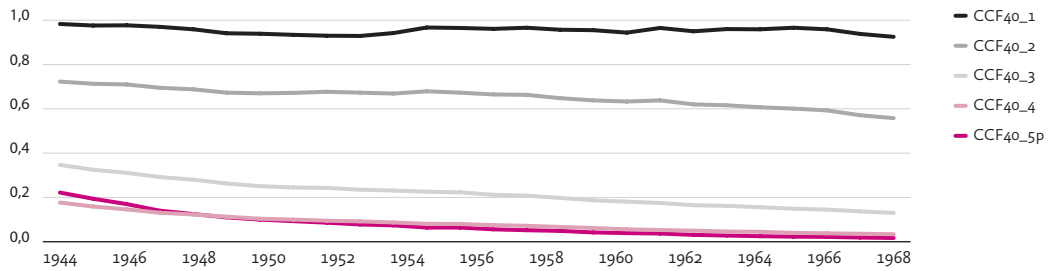
Para as coortes nascidas a partir de 1947, os valores entre a descendência final da coorte (CCF) e aos 40 anos (CCF40) são muito semelhantes.

Analisemos então o comportamento de três gerações distintas, através da CCF40: a geração de 1925, que completou 20 anos em 1945, coincidindo com o final da Segunda Guerra Mundial, e 40 anos em 1965; a geração de 1954, que atinge os 20 anos no ano da Revolução de Abril e que atinge os 40 em meados da década de 1990 (1994); finalmente, a nascida em 1969 (últimos valores de que dispomos), em que as mulheres completam os 20 anos em 1989 e os 40 em 2009. A primeira geração teve uma descendência final aos 40 anos de 2,77 filhos por mulher; a coorte de 1954 registou um valor de 2,00 para o mesmo indicador e, a mais actual, a de 1969, um valor de 1,66. O intervalo de tempo que separa as três gerações seleccionadas é de cerca de 20 anos, o tempo que leva uma rapariga a chegar, em média, à idade de se reproduzir: poderia tratar-se de avó, mãe e filha/neta. As descendências médias finais ajudam-nos a compreender como as portuguesas atravessaram o século XX reduzindo a sua fecundidade: (1) de um padrão de elevada fecundidade, em que se espera da mulher que case e tenha filhos, onde a utilização da contracepção era ainda socialmente inibida e a infertilidade motivo de rejeição, uma geração de mulheres onde

a média de filhos foi de 2,77; (2) passando por um outro modelo em que a contracepção passou a ser não apenas socialmente permitida, como desejada e largamente utilizada de um modo racional e eficaz, reduzindo o número de gravidezes indesejadas e consequentemente o número de nascimentos, mas uma geração em que a dimensão ideal da família ainda estava muito centrada nos dois filhos; (3) para finalmente, as mulheres educadas no pós-25 Abril, que acompanharam desde cedo as mudanças operadas na nossa sociedade, com melhor e mais democrático acesso à saúde e à instrução, que reduzem, por decisão própria/do casal, o número de filhos que deixam no final do seu intervalo fértil a 1,66 (o mais baixo de sempre, desde que temos registos fiáveis para sustentação dos cálculos).

Ainda com base nos dados da *Human Fertility Database* relativos à descendência final das coortes por ordem de nascimento, podemos avaliar como as mulheres nascidas entre 1944 e 1969, quase todas, tinham tido um filho aos 40 anos de idade, o que comprova a reduzida infecundidade das mulheres portuguesas verificada até ao momento; já a diminuição do 2.º filho é mais visível nas coortes mais recentes, principalmente as nascidas a partir do final dos anos 50; assim como é muito nítida o acentuar da quebra nos nascimentos de 3.ª ordem ou superior, no final da vida reprodutiva das mulheres portuguesas ao longo do tempo (Gráfico 3.7).

Gráfico 3.7 Evolução das descendências finais aos 40 anos, das coortes nascidas em Portugal entre 1944 e 1969



Fonte: *Human Fertility Database* (HFD). Elaboração própria.

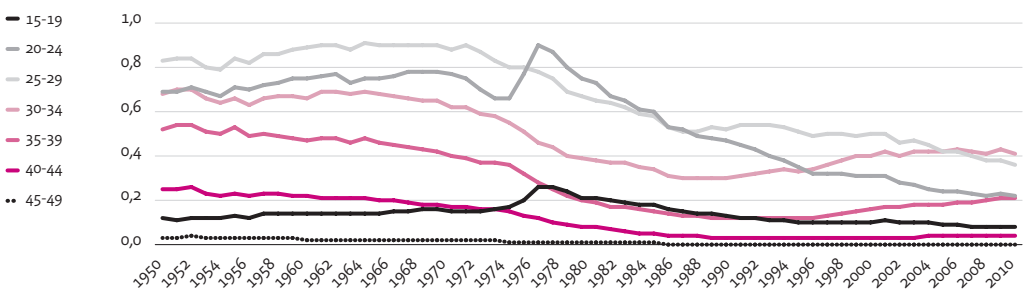
Em demografia, existem três variáveis fundamentais a ter sempre em consideração: o sexo, a geração e a idade. Assim, além das diferenças de comportamento em termos geracionais importa analisar as diferenças de comportamento em função da idade, retomando de outro modo a análise em transversal.

1.3. A evolução da fecundidade em Portugal de acordo com a idade da mãe

Dada a relevância do adiamento na idade em que, em média, as mulheres tiveram filhos, para melhor compreendermos a evolução da fecundidade portuguesa é fundamental perceber qual o padrão registado por idades ao longo do tempo, ou seja, como se comportou a fecundidade em função da idade ao longo destes 60 anos. No Gráfico 3.8, através de uma representação gráfica do comportamento dos grupos quinquenais, verificamos que, nas idades mais jovens, existiu um efeito extraordinário do 25 de Abril de 1974 que parece ter antecipado a fecundidade dos mais jovens, reduzindo a idade média da fecundidade nos anos subsequentes. No grupo 15-19 anos completos observa-se a presença de um pico entre 1974 e 1976, que se diluiu até ao presente; já o grupo etário 20-24 é o que apresenta o maior aumento de todos os grupos no período seguinte à revolução, mantendo uma tendência decrescente após este período único na história da sociedade portuguesa.

No grupo de idades 25-29, não se verifica a existência de um efeito no pós-25 de Abril. Os níveis de fecundidade deste grupo de idades mantiveram a tendência de declínio até ao início dos anos 90, período em que estabilizou, voltando a diminuir ainda mais os níveis da sua fecundidade a partir do ano 2000. Comportamento semelhante teve o grupo 30-34 anos completos, não apresentando a influência da revolução; neste grupo de idades as taxas de fecundidade diminuíram desde finais dos anos 60, invertendo-se a tendência nos inícios dos anos 90, prolongando-se os sinais de recuperação dos níveis de fecundidade até 2010. No grupo de idades 35-39 anos, observou-se uma diminuição das taxas de fecundidade sucessivamente até meados dos anos 90, após este período de declínio, verificou-se uma recuperação e uma subida particularmente acentuada nos últimos anos. O grupo 40-44 anos completos apresentou uma acentuada diminuição da fecundidade desde 1974 e uma ténue recuperação a partir do final dos anos 90. Por fim, e no que diz respeito ao grupo de idades 45-49 anos completos, observou-se uma gradual diminuição ao longo do período em análise.

Gráfico 3.8 Taxas de fecundidade específicas por grupos de idades quinquenais, em Portugal, de 1950 a 2010

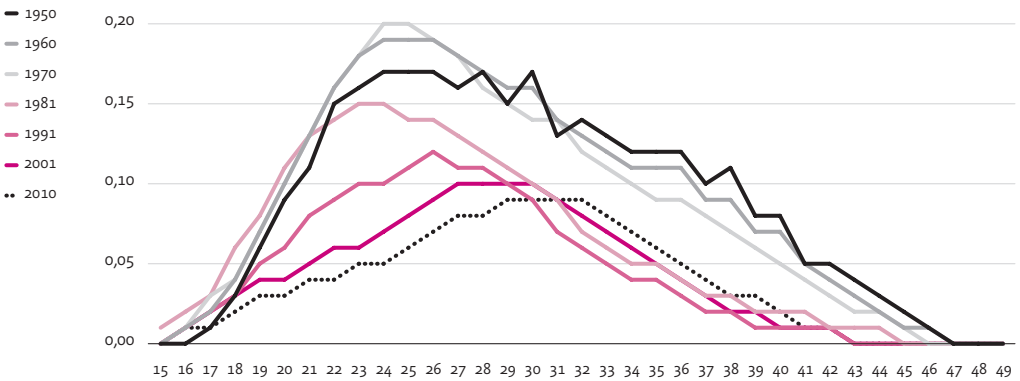


Fonte: INE e EUROSTAT. Elaboração própria.

A análise das taxas de fecundidade específicas por grupos de idades quinquenais permitiu observar o adiamento na decisão da parentalidade. Contudo, quando representadas as taxas de fecundidade específicas em cada idade, obtendo as curvas de fecundidade, pudemos observar com maior pormenor as questões do adiamento e diminuição da do número de filhos por mulher nas diferentes idades.

O Gráfico 3.9 mostra que, em 1950, as mulheres portuguesas tinham, na sua maioria, um número elevado de filhos e usavam todo o seu período fértil, i.e., ocorria um expressivo número de nascimentos durante a maior parte do intervalo de idades férteis. A curva da fecundidade de 1960 é o resultado da concentração dos nascimento nas idades mais jovens e a redução da fecundidade nas idades mais avançadas, durante a década de 1950. Esta tendência acentuou-se durante a década de 1960 e esse comportamento reflectiu-se na curva de 1970. Após este período, e até ao início dos anos 80, as mulheres portuguesas começaram a reduzir significativamente o número de filhos, mas, simultaneamente, passaram a ter os filhos mais cedo. Comprova-se então o uso generalizado e eficaz da contracepção no interior do casamento, ou seja, depois de atingida a dimensão familiar desejada. A curva de 1990 evidencia nitidamente que, durante a década de 1980, se continuou a reduzir expressivamente o número de filhos, em todas as idades e, cumulativamente, se começou a elevar a idade da maternidade. A curva do ano de 2001 evidencia que as portuguesas tiveram menos filhos durante a década de 1990; no entanto, a característica principal da fecundidade nessa década foi o adiamento. Em Portugal, durante a década de 1990, os filhos nasceram em idades mais tardias e as mulheres portuguesas passaram a utilizar um espaço cada vez mais reduzido do seu período fértil para ter filhos. É visível, porém, uma deslocação da curva para a direita, o que vem confirmar que alguns dos nascimentos adiados poderão estar a ser recuperados, particularmente, a partir dos 29 anos, estando, no entanto, a recuperação longe de ser completa. A última curva representada no Gráfico 3.9, correspondente ao ano de 2010, revela que, na primeira década do século XXI, por um lado, as portuguesas mais jovens (até aos 30 anos de idade) tiveram ainda menos filhos, mas, por outro lado, as mais velhas recuperaram alguns dos nascimentos adiados (particularmente, entre os 31 e 39 anos).

Gráfico 3.9 Curvas de fecundidade, em Portugal, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2010



Fonte: INE e EUROSTAT. Elaboração própria.

A anterior análise pode ser sintetizada em duas ideias-chave: (1) a tendência de recuperação dos nascimentos adiados não permitiu compensar as perdas; (2) as mulheres portuguesas continuam a adiar o seu primeiro filho e têm, em média, apenas esse filho.

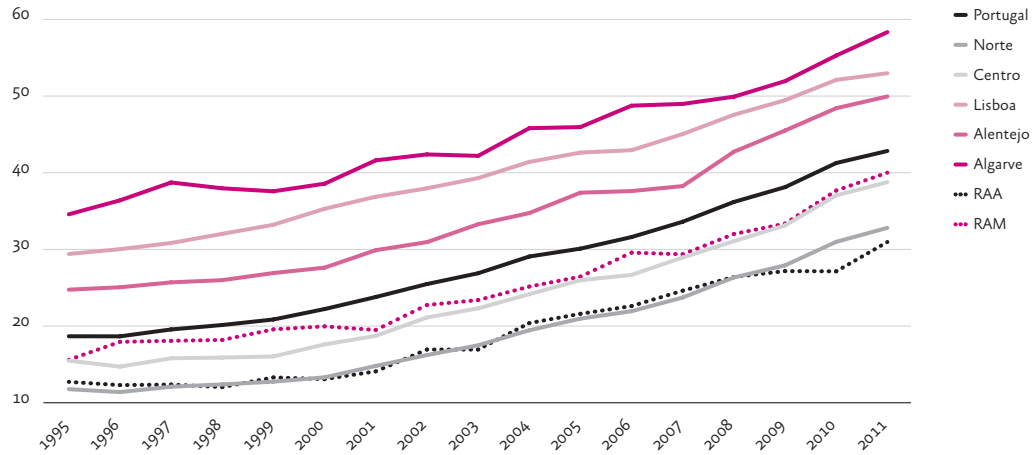
1.4. A evolução da fecundidade nas diferentes regiões de Portugal (NUTS II e NUTS III)

Em Portugal, a transição demográfica evidenciou um declínio tardio dos nascimentos que, num curto espaço tempo, fizeram convergir os níveis de natalidade para valores próximos dos níveis de mortalidade. No entanto, esta tendência não foi uniforme e as diferentes regiões apresentaram dinâmicas diferentes. De acordo com Nazareth (1977), as diferenças identificadas entre o Norte e o Sul do país, no início da década de 1970, foram motivadas pela grande facilidade de entrada da população jovem no mercado de trabalho e consequente acesso ao casamento e à decisão de constituir família. Para Livi-Bacci (1971), as diferenças entre Norte e Sul estariam relacionadas com a religiosidade. Por outro lado, Bandeira, em 2004, põe a questão do binómio sob a perspectiva de uma modernização lenta e tardia dos comportamentos no Norte do país. O conservadorismo, a defesa dos valores familiares e o papel influenciador da religião na resistência à adopção de métodos contraceptivos fortaleceram até finais da década de 1980 as diferenças entre Norte e Sul.

Acompanhemos a evolução da proporção de nascimentos ocorridos fora do casamento através do Gráfico 3.10. Em meados da década de 1990, os nascimentos fora do casamento representavam menos de 20 % em todo o país. O Algarve sobressaía, contudo, como a região onde os nascimentos fora do casamento tinham uma representatividade maior (35 %), em oposição à região

Norte, onde os nascimentos fora do casamento representavam uma minoria (12 %). Lisboa e o Alentejo apresentam a par do Algarve os valores mais elevados do país. Embora a evolução tenha sido diferente para as três regiões em 2011, todas apresentaram uma proporção de nascimentos ocorridos fora do casamento superior a 50 %. Em oposição, é na Região Autónoma dos Açores e no Norte que o número de nascimentos fora do casamento foi menor, com uma variação entre os 11 % (1995) e os 33 % (2011). Já a Região Autónoma da Madeira e a região Centro apresentam a evolução mais próxima do país, com valores entre os 18 % e os 40 % em 1995 e 2011, respectivamente.

Gráfico 3.10 Evolução da proporção de nascimentos fora do casamento em Portugal e nas NUTS II, de 1995 a 2011



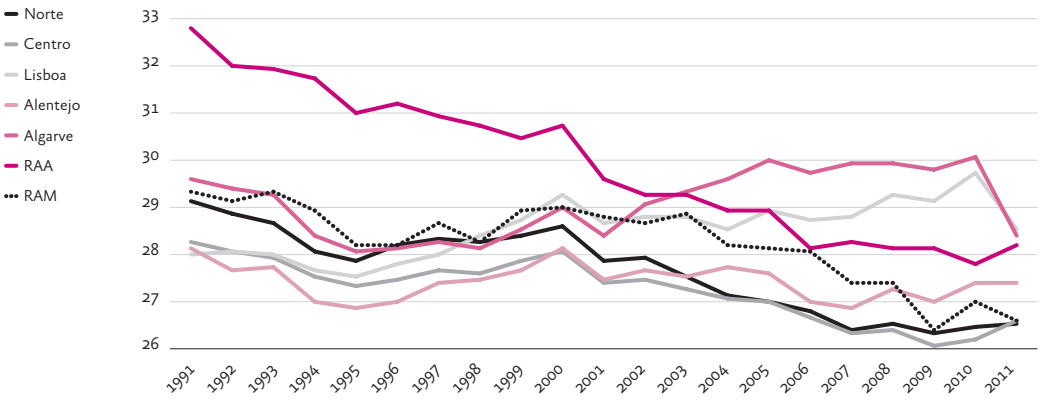
Fonte: INE. Elaboração própria.

As diferenças entre as diferentes regiões do país foram, porém, atenuadas no que diz respeito à evolução do índice sintético de fecundidade (ISF). Entre 1991 e 2011 (Gráfico 3.11), observa-se uma similaridade regional dos comportamentos de fecundidade. A Região Autónoma dos Açores (R.A.A.) sobressai das restantes regiões por apresentar, no período até 2002, um ISF superior ao das restantes NUTS II, e em 1994 era a única região a apresentar valores médios superiores a dois filhos por mulher.

Relativamente às restantes regiões, embora exista um equilíbrio na evolução do ISF para as diferentes NUTS II, podemos, mesmo assim, identificar dois subgrupos até 1995: um grupo com valores mais elevados que incluía o Algarve, a Região Autónoma da Madeira (R.A.M.) e o Norte; e, um segundo constituído pelo Alentejo, Lisboa e Centro. Esta divisão vai sendo diluída e no final do período as diferenças entre as NUTS II são menores. Se, de forma geral, o ISF tem vindo a diminuir por todo o país, é no Algarve e em Lisboa

que se observa o maior crescimento. No entanto, em 2011, observaram-se diminuições nas regiões de Lisboa, Algarve, e R.A.M., em contraste com um ligeiro crescimento da fecundidade no Centro e na R.A.A.

Gráfico 3.11 Evolução do índice sintético de fecundidade, NUTS II, de 1991 a 2011



Fonte: INE. Elaboração própria.

Observou-se acima que a evolução da fecundidade, embora seja semelhante nos valores de ISF, segue diferentes tendências de acordo com as diferentes regiões. Numa análise mais minuciosa, agora ao nível das NUTS III, podemos encontrar no Quadro 3.2 a evolução do ISF para as diferentes NUTS III da região Norte. Verifica-se assim que entre 1991 e 2011 a região do Tâmega é a que mais contribuiu para a fecundidade de toda a região e que as regiões de Alto Trás-os-Montes, Minho Lima e Douro as que menos contribuíram para o aumento do ISF. Realçando que na região de Alto Trás-os-Montes, entre 2006 e 2010, o número médio de nascimentos por mulher em idade fértil foi inferior a 1.

Quadro 3.2 Evolução do índice sintético de fecundidade na Região Norte, de 1991 a 2011

	Minho Lima	Cávado	Ave	Grande Porto	Tâmega	Entre Douro e Vouga	Douro	Alto Trás-os Montes
1991	1,48	1,69	1,67	1,51	1,84	1,54	1,59	1,63
1992	1,41	1,73	1,60	1,49	1,82	1,47	1,54	1,49
1993	1,36	1,66	1,54	1,46	1,82	1,52	1,45	1,39
1994	1,30	1,60	1,49	1,40	1,70	1,38	1,31	1,27
1995	1,25	1,48	1,45	1,40	1,67	1,41	1,30	1,21
1996	1,28	1,57	1,51	1,43	1,68	1,48	1,30	1,26
1997	1,25	1,56	1,51	1,49	1,75	1,47	1,28	1,23
1998	1,23	1,57	1,51	1,50	1,71	1,45	1,34	1,18
1999	1,27	1,58	1,51	1,55	1,69	1,45	1,24	1,16
2000	1,37	1,60	1,54	1,53	1,68	1,52	1,47	1,31
2001	1,27	1,50	1,46	1,44	1,55	1,38	1,36	1,18
2002	1,25	1,48	1,39	1,49	1,57	1,41	1,28	1,18
2003	1,21	1,39	1,34	1,42	1,47	1,36	1,31	1,20
2004	1,19	1,35	1,29	1,38	1,41	1,27	1,20	1,08
2005	1,17	1,35	1,24	1,40	1,37	1,23	1,08	1,04
2006	1,07	1,30	1,20	1,37	1,34	1,20	1,14	0,97
2007	1,12	1,19	1,15	1,35	1,27	1,11	0,98	0,93
2008	1,06	1,23	1,14	1,40	1,28	1,14	1,02	0,88
2009	1,09	1,20	1,09	1,37	1,21	1,12	0,96	0,87
2010	1,03	1,17	1,12	1,42	1,26	1,15	1,06	0,86
2011	1,11	1,22	1,19	1,30	1,25	1,21	1,16	1,08

Fonte: INE. Elaboração própria.

Também a região Centro sobressaiu como uma das regiões com níveis de fecundidade mais baixos no país. Numa análise mais pormenorizada (Quadro 3.3, dentro da própria região, podemos verificar que se distinguem nas regiões de Dão-Lafões, Baixo Vouga, Pinhal Litoral e Oeste, dois períodos diferentes. Nestas regiões em particular, observou-se (1) entre 1991 e 2000, valores médios de 1,5 filhos, por mulher em idade fértil; (2) entre 2001 e 2011, uma diminuição generalizada da fecundidade, sendo o Oeste o que apresentou uma fecundidade mais elevada em 2011 (ISF de 1,34). Já o Médio Tejo, Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul são as regiões que, no período em análise, apresentaram valores mais baixos de ISF.

Quadro 3.3 Evolução do índice sintético de fecundidade na Região Centro, de 1991 a 2011

	Baixo Vouga	Baixo Mondego	Pinhal Litoral	Pinhal Interior Norte	Dão-Lafões	Pinhal Interior Sul	Serra da Estrela	Beira Interior Norte	Beira Interior Sul	Cova da Beira	Oeste	Médio Tejo
1991	1,52	1,37	1,51	1,55	1,66	1,43	1,43	1,52	1,33	1,54	1,47	1,42
1992	1,54	1,37	1,51	1,30	1,63	1,32	1,35	1,45	1,37	1,41	1,48	1,35
1993	1,51	1,36	1,47	1,45	1,55	1,31	1,29	1,37	1,38	1,39	1,45	1,36
1994	1,51	1,27	1,40	1,39	1,55	1,32	1,32	1,33	1,22	1,34	1,36	1,25
1995	1,46	1,32	1,42	1,35	1,42	1,07	1,15	1,20	1,14	1,28	1,38	1,22
1996	1,51	1,31	1,46	1,43	1,40	1,20	1,17	1,25	1,18	1,35	1,37	1,25
1997	1,48	1,37	1,49	1,40	1,45	1,24	1,12	1,30	1,36	1,32	1,44	1,29
1998	1,45	1,36	1,50	1,43	1,45	1,15	1,14	1,30	1,25	1,34	1,38	1,31
1999	1,50	1,33	1,59	1,43	1,52	1,16	1,17	1,22	1,34	1,31	1,44	1,37
2000	1,57	1,33	1,54	1,48	1,48	1,25	1,28	1,35	1,28	1,36	1,55	1,43
2001	1,41	1,23	1,48	1,35	1,41	1,20	1,11	1,28	1,35	1,24	1,42	1,33
2002	1,42	1,27	1,44	1,35	1,39	1,30	1,10	1,27	1,27	1,37	1,47	1,31
2003	1,38	1,24	1,45	1,34	1,36	1,12	0,97	1,23	1,19	1,22	1,50	1,27
2004	1,29	1,25	1,42	1,22	1,30	1,25	1,00	1,20	1,35	1,15	1,45	1,29
2005	1,33	1,22	1,41	1,29	1,26	1,11	1,04	1,13	1,28	1,15	1,45	1,27
2006	1,24	1,19	1,40	1,25	1,15	1,05	0,99	1,03	1,21	1,19	1,41	1,22
2007	1,22	1,17	1,32	1,15	1,11	1,01	0,84	0,97	1,21	1,13	1,36	1,21
2008	1,28	1,18	1,29	1,15	1,09	0,89	0,88	1,02	1,20	1,10	1,38	1,19
2009	1,21	1,16	1,26	1,04	1,04	0,95	0,85	0,96	1,28	1,03	1,31	1,10
2010	1,28	1,20	1,25	1,06	1,04	0,99	0,83	0,87	1,25	1,07	1,37	1,14
2011	1,21	1,23	1,27	1,14	1,24	1,06	1,12	1,15	1,31	1,17	1,34	1,22

Fonte: INE. Elaboração própria.

Apesar da tendência generalizada de descida dos níveis de fecundidade, a região de Lisboa (Quadro 3.4) contribuiu, significativamente, na última década com valores de ISF elevados. As duas NUTS III (Grande Lisboa e Península de Setúbal) que compõem a região de Lisboa apresentaram tendências de crescimento semelhantes, diferenciando-se somente por valores mais elevados na região da Grande Lisboa.

Quadro 3.4 Evolução do índice sintético de fecundidade na Região de Lisboa, de 1991 a 2011

	Grande Lisboa	Península de Setúbal		Grande Lisboa	Península de Setúbal		Grande Lisboa	Península de Setúbal
1991	1,45	1,43	1998	1,52	1,47	2005	1,60	1,56
1992	1,47	1,43	1999	1,57	1,53	2006	1,55	1,57
1993	1,46	1,43	2000	1,63	1,64	2007	1,58	1,56
1994	1,40	1,42	2001	1,55	1,52	2008	1,66	1,56
1995	1,38	1,38	2002	1,56	1,57	2009	1,66	1,51
1996	1,42	1,41	2003	1,57	1,54	2010	1,74	1,62
1997	1,45	1,48	2004	1,53	1,53	2011	1,53	1,54

Fonte: INE. Elaboração própria.

O Alentejo, em conjunto com o Norte e o Centro, apresentaram, em 2011, os níveis de fecundidade mais baixos do país. Dentro da região Alentejo, no período em análise, a diminuição da fecundidade foi gradual e homogénea entre as diferentes NUTS III (Quadro 3.5). A região do Baixo Alentejo foi a que registou o número médio de filhos, por mulher, mais elevado e a Lezíria do Tejo o valores mais baixo.

Quadro 3.5 Evolução do índice sintético de fecundidade na Região Alentejo, de 1991 a 2011

	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo	Lezíria do Tejo
1991	1,51	1,46	1,55	1,59	1,35
1992	1,26	1,43	1,48	1,50	1,34
1993	1,45	1,42	1,42	1,49	1,35
1994	1,31	1,31	1,35	1,30	1,27
1995	1,24	1,34	1,31	1,28	1,24
1996	1,24	1,30	1,37	1,28	1,29
1997	1,32	1,38	1,48	1,37	1,28
1998	1,30	1,38	1,42	1,47	1,30
1999	1,39	1,48	1,47	1,35	1,34
2000	1,35	1,51	1,43	1,51	1,51
2001	1,31	1,34	1,34	1,36	1,41
2002	1,33	1,37	1,38	1,41	1,44
2003	1,38	1,34	1,41	1,43	1,36
2004	1,43	1,29	1,41	1,44	1,44
2005	1,35	1,34	1,32	1,47	1,42
2006	1,23	1,15	1,33	1,28	1,38
2007	1,24	1,12	1,24	1,36	1,34

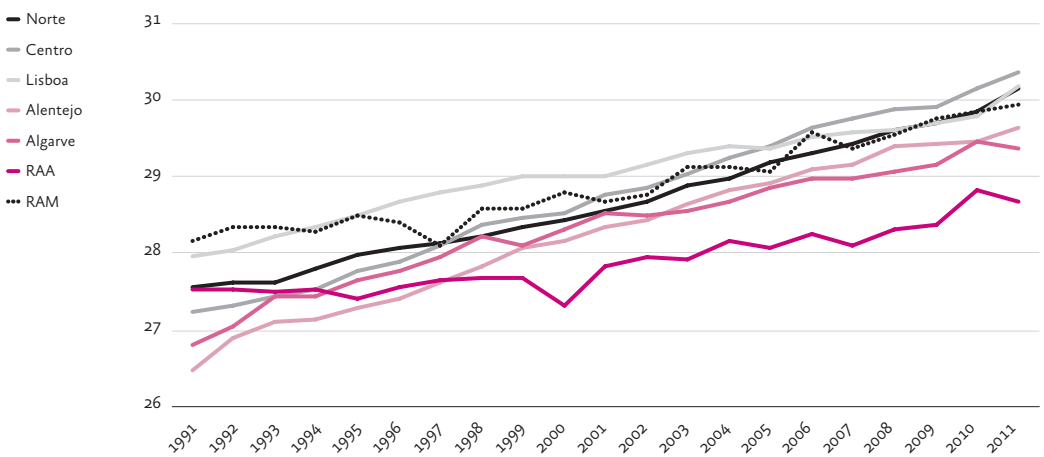
	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo	Lezíria do Tejo
2008	1,34	1,22	1,30	1,34	1,41
2009	1,31	1,25	1,23	1,36	1,33
2010	1,42	1,34	1,26	1,42	1,38
2011	1,46	1,34	1,32	1,43	1,33

Fonte: INE. Elaboração própria.

A análise da evolução dos níveis de fecundidade permitiu observar uma tendência para a homogeneidade entre as diferentes NUTS II. Contudo, numa análise mais aprofundada, ao nível das NUTS III, deu conta de uma heterogeneidade de comportamentos, observando-se com mais pormenor as questões da diminuição da fecundidade.

Todavia, como referido atrás, a fecundidade em Portugal é caracterizada pela sua diminuição acentuada, bem como pelo aumento da idade média ao nascimento dos filhos. No Gráfico 3.12, podemos observar a evolução da idade média ao nascimento entre 1991 e 2011 para as NUTS II portuguesas. No período em análise destaca-se a Região Autónoma dos Açores, como aquela onde as mães tiveram os seus filhos mais cedo e a que menos aumentou a idade média (1,1 anos). O maior aumento (3,2 anos) foi registado no Alentejo que se encontra, apesar desse facto, entre as regiões onde as mulheres são mães mais cedo, no final do período (26,9 e 29,6 em 1991 e 2011, respectivamente). As restantes regiões tiveram menores aumentos na idade média à fecundidade. Contudo o Centro – região que apresentou anteriormente o menor valor de ISF – apresentava, em 2011, a idade mais elevada (30,37 anos).

Gráfico 3.12 Evolução da idade média à fecundidade, NUTS II, de 1991 a 2011



Fonte: INE. Elaboração própria.

Numa análise ao nível das NUTS III, entre 1991 e 2011, observa-se na região Norte (Quadro 3.6) uma evolução no sentido do aumento da idade média à fecundidade. Sendo que o Tâmega foi a região com uma idade média mais jovem e o Cávado a região com a mais elevada. No entanto, foi na região de Alto-Trás-os-Montes que o crescimento na idade média foi maior entre 1991 e 2011. Nesta região a idade média à fecundidade aumentou 3,05 anos.

Quadro 3.6 Evolução da idade média à fecundidade na Região Norte, de 1991 a 2011

	Minho Lima	Cávado	Ave	Grande Porto	Tâmega	Entre Douro e Vouga	Douro	Alto-Trás-os Montes
1991	27,4	27,9	27,5	27,7	27,6	27,2	27,3	27,2
1992	27,8	27,9	27,5	27,8	27,5	27,5	27,7	27,5
1993	27,9	27,9	27,5	27,8	27,3	27,4	27,4	27,6
1994	27,8	28,2	27,6	28,0	27,4	27,8	27,9	27,9
1995	28,3	28,2	27,7	28,2	27,7	27,8	27,8	28,3
1996	28,1	28,3	27,8	28,4	27,6	28,1	28,2	28,4
1997	28,3	28,3	27,9	28,4	27,7	28,0	28,0	27,9
1998	28,5	28,4	28,1	28,5	27,7	28,1	28,3	28,2
1999	28,5	28,6	28,0	28,6	27,8	28,2	28,6	28,7
2000	28,6	28,7	28,2	28,7	27,8	28,3	28,5	28,5
2001	28,8	28,8	28,5	28,8	28,0	28,4	28,3	28,6
2002	29,0	29,1	28,5	28,9	28,1	28,4	28,7	28,9
2003	29,0	29,4	28,7	29,1	28,2	28,9	28,8	28,8
2004	29,3	29,4	29,0	29,1	28,4	29,0	28,8	29,0
2005	29,3	29,6	29,0	29,3	28,6	29,2	28,9	29,4
2006	29,7	29,7	29,4	29,3	28,7	29,4	29,1	29,7
2007	29,8	30,0	29,4	29,5	28,6	29,7	29,3	29,5
2008	30,1	30,2	29,6	29,6	28,8	29,8	29,7	30,0
2009	29,8	30,4	29,7	29,7	28,8	29,9	29,9	29,7
2010	30,2	30,5	30,0	29,8	29,2	30,2	29,6	29,5
2011	30,2	30,7	30,2	30,2	29,4	30,2	30,0	30,3

Fonte: INE. Elaboração própria.

A região Centro foi a que, no contexto da análise por NUTS II, apresentou em 2011 os valores da idade média à fecundidade mais elevados (30,37 anos). Nesta região, numa análise relativa à evolução daquele indicador por NUTS III, observou-se que existe, à semelhança do Norte, uma homogeneidade de comportamentos, no sentido do aumento da idade média. Destaca-se a região do Baixo Mondego, que apresenta o maior crescimento médio de idade à fecundidade, com um aumento de 3,9 anos, entre 1991 e 2011, sendo, no final do período em análise, a região com a idade média mais elevada (Quadro 3.7).

Quadro 3.7 Evolução da idade média à fecundidade na Região Centro, de 1991 a 2011

	Baixo Vouga	Baixo Mondego	Pinhal Litoral	Pinhal Interior Norte	Dão-Lafões	Pinhal Interior Sul	Serra da Estrela	Beira Interior Norte	Beira Interior Sul	Cova da Beira	Oeste	Médio Tejo
1991	26,9	27,1	27,7	27,2	27,4	27,3	27,3	27,6	26,7	27,0	27,3	27,4
1992	27,1	27,2	27,8	27,0	27,4	26,9	27,3	27,8	27,3	27,1	27,2	27,5
1993	27,0	27,4	27,9	27,3	27,4	27,6	27,2	27,8	27,7	27,4	27,5	27,6
1994	27,2	27,6	27,8	27,1	27,7	27,7	27,3	27,7	27,1	27,5	27,6	27,9
1995	27,4	27,9	28,3	27,5	27,9	28,1	27,6	27,9	27,2	27,5	27,7	28,3
1996	27,6	28,1	28,3	27,5	27,8	27,7	28,0	27,7	27,7	27,6	27,9	28,3
1997	27,9	28,0	28,7	28,0	28,0	28,5	27,9	28,2	27,9	28,1	28,2	28,2
1998	28,0	28,3	28,7	28,0	28,4	28,3	28,4	28,7	28,6	28,2	28,4	28,8
1999	28,2	28,5	28,7	28,1	28,4	28,2	28,1	28,9	28,3	28,6	28,5	28,7
2000	28,1	28,8	28,8	28,3	28,4	28,7	29,1	28,8	28,3	28,4	28,5	28,9
2001	28,5	29,1	29,0	28,6	28,4	29,0	29,2	29,0	28,9	29,0	28,7	28,9
2002	28,5	29,1	29,2	28,8	28,8	29,1	29,0	28,7	28,5	28,9	28,8	29,1
2003	28,7	29,4	29,5	28,9	28,9	29,2	28,9	28,8	28,6	29,2	28,9	29,3
2004	28,8	29,6	29,6	29,1	29,2	29,8	30,2	29,3	29,4	29,5	29,0	29,4
2005	29,1	29,8	29,7	29,0	29,4	29,6	29,8	29,2	29,0	29,4	29,2	29,5
2006	29,4	30,1	30,1	29,3	29,5	29,8	29,5	29,4	29,3	29,8	29,5	29,6
2007	29,5	29,8	30,1	29,6	29,8	29,9	30,4	29,7	29,9	29,9	29,6	29,7
2008	29,7	30,3	30,3	29,7	29,9	30,6	30,0	29,7	29,7	30,1	29,5	29,6
2009	29,8	30,5	30,3	29,7	29,5	29,8	29,3	29,6	29,6	30,2	29,6	30,0
2010	29,7	30,6	30,8	29,8	30,0	30,4	29,8	29,6	29,7	30,2	29,9	30,3
2011	30,3	31,0	30,9	30,2	30,0	30,5	29,6	30,3	29,4	30,6	30,0	30,4

Fonte: INE. Elaboração própria.

A região de Lisboa sobressai das restantes quer no aumento da fecundidade, quer na evolução da idade média. Na evolução da idade média à fecundidade (Quadro 3.8), observa-se que foi na Península de Setúbal que as mulheres tiveram os filhos mais cedo. Todavia, o avanço da idade média para ambas as regiões (Grande Lisboa e Península de Setúbal) apresentou um crescimento de 2,4 anos, entre 1991 e 2011.

Quadro 3.8 Evolução da idade média à fecundidade na Região de Lisboa, de 1991 a 2011

	Grande Lisboa	Península de Setúbal		Grande Lisboa	Península de Setúbal
1991	28,1	27,5	**2002**	29,3	28,8
1992	28,2	27,6	**2003**	29,4	29,0
1993	28,3	28,0	**2004**	29,5	29,1
1994	28,4	28,0	**2005**	29,5	29,1
1995	28,7	28,1	**2006**	29,6	29,2
1996	28,8	28,2	**2007**	29,7	29,3
1997	29,0	28,4	**2008**	29,7	29,4
1998	29,0	28,5	**2009**	29,8	29,5
1999	29,1	28,7	**2010**	29,9	29,5
2000	29,1	28,7	**2011**	30,4	29,8
2001	29,1	28,7			

Fonte: INE. Elaboração própria.

O Alentejo encontra-se no grupo de regiões – juntamente com Algarve e os Açores – com idades médias à fecundidade mais baixas. Nesta região, e à semelhança da anterior análise por NUTS III, verificou-se um aumento gradual da idade média à fecundidade (Quadro 3.9). Identifica-se para cada uma das sub-regiões um período de fecundidade mais precoce, com uma variação entre os 26 e 27,6 anos, que decorreu entre 1991 e 1996. Desde 1997 a 2011, observou-se um aumento da idade média atingindo o Alentejo Central o valor de 30 anos e as restantes regiões valores igualmente próximos dessa idade.

Quadro 3.9 Evolução da idade média à fecundidade na Região Alentejo, de 1991 a 2011

	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo	Lezíria do Tejo
1991	26,4	26,4	26,4	26,2	26,7
1992	26,8	26,4	26,7	26,8	27,4
1993	27,3	27,1	26,8	26,9	27,4
1994	27,2	27,1	26,9	26,9	27,4
1995	27,4	27,2	27,1	26,9	27,6
1996	27,5	27,5	27,2	27,2	27,6
1997	28,0	27,4	27,6	27,0	28,0
1998	27,9	27,4	27,8	27,8	28,1
1999	28,4	27,7	28,0	27,6	28,4
2000	28,4	28,0	27,9	28,2	28,4
2001	28,5	28,1	28,2	28,1	28,6
2002	28,6	28,2	28,4	28,1	28,7
2003	29,0	28,0	28,5	28,7	28,9

	Alentejo Litoral	Alto Alentejo	Alentejo Central	Baixo Alentejo	Lezíria do Tejo
2004	29,3	28,9	28,7	28,2	29,1
2005	28,8	28,8	29,0	28,8	29,0
2006	29,5	28,7	28,9	29,0	29,3
2007	29,4	28,9	28,9	28,9	29,4
2008	29,9	29,1	29,8	29,0	29,3
2009	29,6	29,0	29,6	29,2	29,5
2010	29,4	28,7	29,8	29,4	29,6
2011	29,5	29,5	30,0	29,1	29,8

Fonte: INE. Elaboração própria.

As diferentes dinâmicas regionais avaliadas pela evolução dos níveis de fecundidade e respectiva idade média, evidenciando que a dicotomia entre Norte e Sul referida por Bandeira (2004) se atenuou. Porém, uma manifesta heterogeneidade de comportamentos no que diz respeito à evolução da proporção de nascimentos ocorridos fora do casamento foi observada entre 1991 e 2011. Destacando-se, por um lado, entre as NUTS II, o Algarve como a região onde os nascimentos mais ocorrem fora do casamento, sendo, simultaneamente, nesta região que o ISF é o mais elevado do país (desde 2004) e uma das regiões com idades médias à fecundidade mais jovens. A acrescentar que, no respeitante às NUTS III, foi na Lezíria do Tejo que menos alterações se verificaram nos níveis de fecundidade, entre 1991 e 2011, com um decréscimo no ISF de 0,01; com alterações mais acentuadas destacaram-se o Tâmega e o Alto-Trás-os-Montes com uma diminuição no ISF de 0,59 e 0,55, respectivamente.

1.5. A evolução da fecundidade portuguesa no contexto da Europa

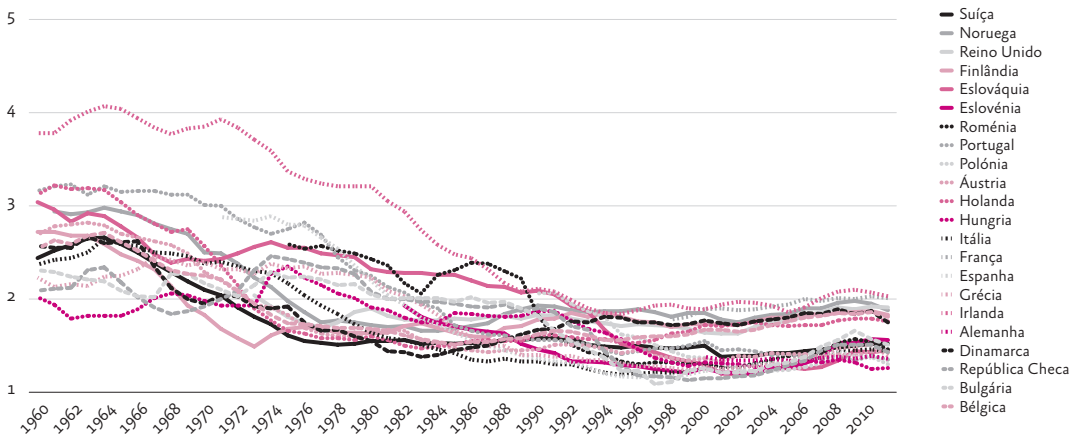
Avaliada a evolução da fecundidade em Portugal, e nas diferentes sub-regiões, torna-se crucial contextualizar a fecundidade portuguesa no quadro europeu. Analisando no Gráfico 3.13 a evolução do ISF, para diferentes países na Europa, entre 1960 e 2011, verificamos uma tendência generalizada para a diminuição dos níveis de fecundidade. Portugal surge a seguir à Irlanda (país com os mais elevados níveis de fecundidade até 1987) como o país com os níveis de fecundidade mais elevados entre 1960 e 1972.

À semelhança dos restantes países, também Portugal apresenta uma acentuada diminuição da fecundidade. Contudo, esta diminuição é mais acentuada no caso português somente depois da primeira década do século XX (a partir do ano de 2001).

No período em análise, a amplitude dos níveis de fecundidade diminuiu entre os diferente países e, desde 2001, assistiu-se ao aparecimento de dois

grupos bem delimitados em função de os seus níveis de fecundidade serem superiores ou inferiores a 1,5 filhos por mulher. Com ISF superiores a 1,5 encontramos países em situação de recuperação da sua fecundidade: países como a França, a Noruega, a Suécia ou a Finlândia; no grupo de países com um número de filhos por mulher inferior a 1,5 ou próximo deste valor, encontramos a Alemanha, a Eslováquia, a Bulgária, a Áustria e Portugal, países estes ainda em fase de declínio nos seus níveis de fecundidade ou em situação recente de recuperação.

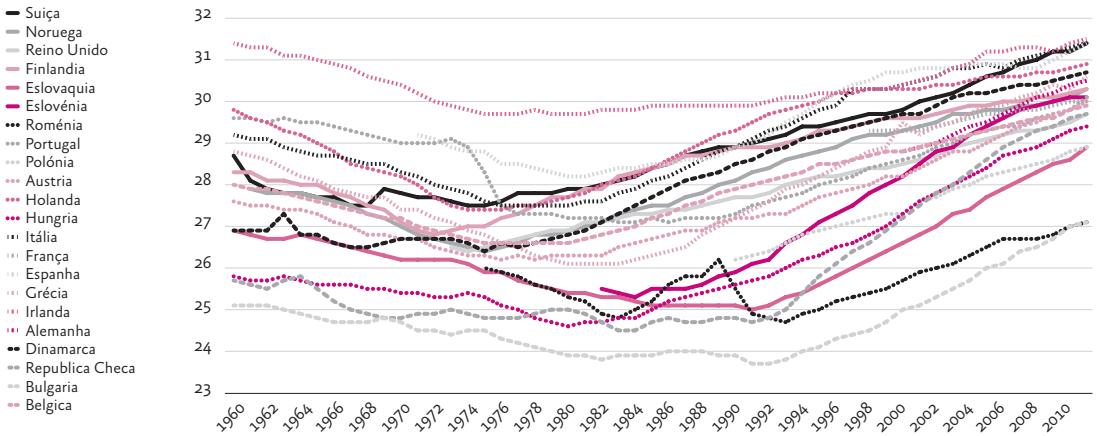
Gráfico 3.13 Evolução do índice sintético de fecundidade, entre 1960 e 2011, para diferentes países da Europa



Fonte: INE e EUROSTAT. Elaboração própria.

Se em toda a Europa se verificou um comportamento semelhante em termos de fecundidade, nomeadamente até ao início deste século, na idade média à fecundidade observou-se similarmente uma tendência idêntica em todos os países para o adiamento (Grafico 3.14). No entanto, o ritmo de variação da idade média varia de acordo com o país, e existe no período em análise, uma diferença de aproximadamente 6 anos entre o país com a idade média mais baixa (Bulgária) e o país com a idade média mais elevada (Irlanda). Apresentando-se Portugal entre os países com idades médias mais elevadas até 1977, período no qual a fecundidade do país era ainda elevada. Desde 1977 até 1984, a idade média da fecundidade em Portugal, contrariando a tendência europeia, não apresentou nenhum aumento, somente depois deste período voltou a aumentar, estando, todavia, em 2011 entre os países com idades médias mais baixas. Mas, no entanto, registava-se uma diferença de apenas 1 ano entre Portugal e a Irlanda (país com a idade média mais elevada da Europa).

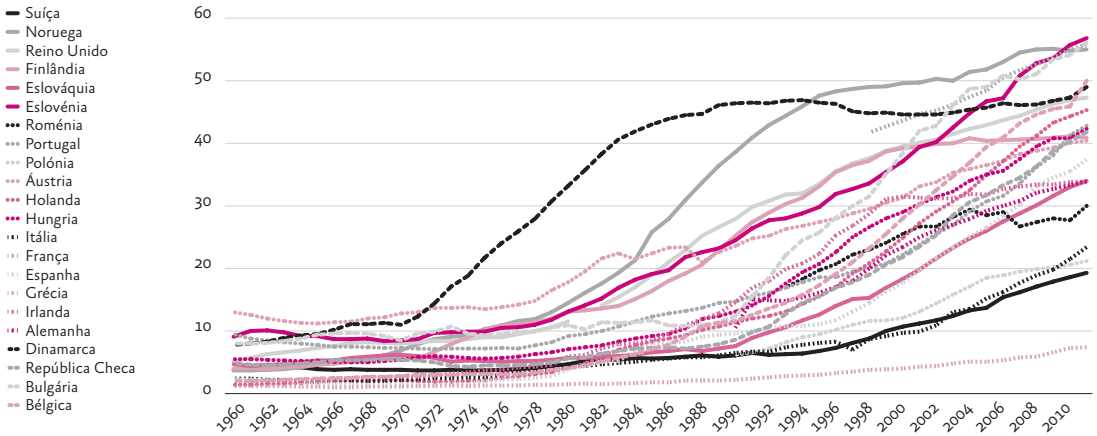
Gráfico 3.14 Evolução da idade média à fecundidade, entre 1960 e 2011, em diferentes países da Europa



Fonte: INE e EUROSTAT. Elaboração própria.

Relativamente à evolução da proporção de nascimentos fora do casamento entre 1960 e 2011 na Europa, salientam-se no Gráfico 3.15 os casos da Noruega, entre outros, nomeadamente a Suécia e a Dinamarca (com valores já na década de 1970 superiores aos restantes países europeus). Em oposição, países como a Grécia registavam valores inferiores a 10 %, tal como a Itália e a Suíça com valores que, em 2011, surgiam muito próximos dos 20 %. Portugal apresentou um comportamento semelhante ao de países como Espanha, Áustria e Alemanha.

Gráfico 3.15 Evolução da proporção de nados-vivos fora do casamento, entre 1960 e 2011, em diferentes países da Europa



Fonte: INE e EUROSTAT. Elaboração própria.

A partir da análise anterior, podemos concluir que: (1) a tendência de recuperação dos nascimentos adiados não permitiu compensar as perdas; (2) as mulheres portuguesas continuam a adiar o seu primeiro filho e têm, em média, apenas esse filho; (3) no contexto europeu, Portugal apresenta um dos mais baixos níveis de fecundidade porque se conjugaram os efeitos da diminuição do número de filhos tidos (*quantum*) com o avanço da idade em que, em média, as mulheres têm esses filhos (*tempo*), conjugação que tendo-se iniciado mais tardiamente, não só registou idêntica intensidade de valores como continua a perpetuar-se no tempo.

Por um lado, não podemos deixar de reconhecer que é extraordinariamente positivo que as portuguesas possam decidir não apenas qual o número de filhos que querem ter, como também o momento e o espaçamento entre o nascimento desses filhos, reduzindo assim o número de filhos não planeados e limitando o número de falhas contraceptivas. Por outro, a diminuição do número de jovens, o envelhecimento demográfico e o seu impacto na dimensão e estrutura da própria população activa são consequências globais daquelas decisões privadas que afectam negativamente a sociedade. A fecundidade de um país não é senão o resultado do somatório de milhões de decisões individuais, tomadas por cada casal, por cada mulher, na intimidade da sua vida privada, condicionada pelas suas circunstâncias específicas. Foi sobre aquele resultado final que recaiu a nossa análise.

1.6. A situação de «muito baixa» fecundidade da sociedade portuguesa em 2012

Para concluir esta análise descritiva da evolução da natalidade e da transformação dos padrões de fecundidade portuguesa, e na medida em que os dados da situação demográfica de 2012 foram divulgados pelo INE no exacto mês em que o presente estudo irá ser entregue, entendemos útil apresentar alguns valores que retratam bem aquela situação.

Em 2012, o número de nascimentos ocorrido no nosso país foi o mais baixo desde que existem registos, tendo o ISF atingido, também pela primeira vez, um valor de 1,28 filhos por mulher, tal como a taxa bruta de reprodução (que mede o número de filhas que cada mulher deixa na população – indicador extraordinariamente interessante em termos de dinâmica populacional) não ultrapassou o valor de 0,62.

Há mais de trinta anos que deixámos de conseguir substituir as gerações (sendo o valor do ISF necessário para que tal possa ser assegurado igual a 2,1, dadas as condições de baixa mortalidade infantil, juvenil e até à idade reprodutiva da população portuguesa); nos últimos dezanove anos (desde 1994,

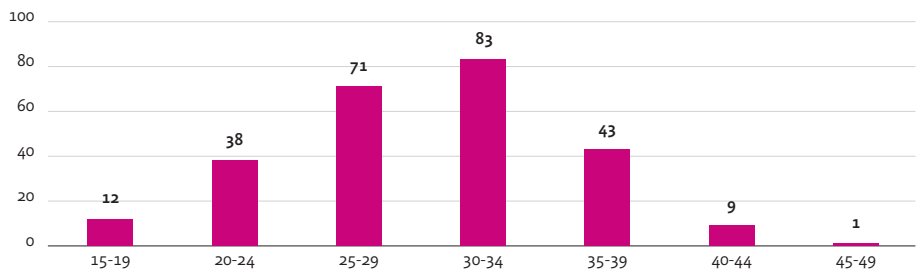
com excepção para o ano de 2000 por circunstâncias ainda não claramente explicadas), temos registado um nível de fecundidade abaixo do limiar crítico de 1,5 filhos por mulher. O valor para 2012 surpreendeu pela queda agravada do indicador relativamente aos anos anteriores, mesmo num quadro de baixa fecundidade.

Portugal tornou-se assim, em 2012, um dos países com mais baixa fecundidade na Europa e mesmo no mundo: apenas a Bulgária, a Letónia, Singapura e a Coreia do Sul registaram o valor de 1,2 e Tawain, o mais baixo com 1,1 (excluímos desta ordenação a China, Hong Kong, China, Macau e outros pequenos Estados).

O adiamento continuou, inelutável, o seu progresso. Quando admitíamos que os nascimentos que vinham a ser adiados pelas mulheres mais jovens pudessem vir a ser recuperados nas idades mais tardias, quando supúnhamos que o limite biológico feminino iria pressionar a natalidade, imaginando inclusive que essa pressão viesse a contrariar a inevitável queda experimentada habitualmente pela fecundidade em períodos de crise financeira e recessão económica, tal não veio acontecer... ainda.

O Gráfico 316 mostra como a fecundidade em 2013 se distribuiu ao longo dos distintos grupos de idades quinquenais em que tradicionalmente subdividimos o intervalo fértil da população feminina.

Gráfico 3.16 Distribuição das taxas especificas de fecundidade por grupos de idades quinquenais, Portugal em 2012



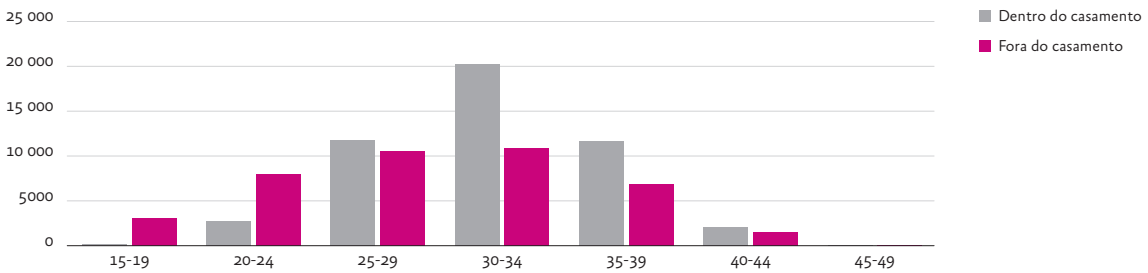
Fonte: INE. Elaboração própria.

Além do reduzido número de nascimentos por mulher, a classe etária que apresenta o valor mais elevado é a correspondente aos 30-34 anos, não ultrapassando 83 nascimentos por cada 1000 mulheres; por ordem decrescente de importância, a classe etária seguinte é a respeitante aos 25-29 (71 nascimentos por 1000 mulheres), seguida pela dos 35-39 (43 nascimentos por 1000 mulheres) e em antepenúltimo, o grupo dos 20-24 anos com 38 por mil. A fecundidade a partir dos 40 anos de idade é muito reduzida e depois dos 45 torna-se marginal.

As idades médias quer ao nascimento dos filhos, quer especificamente ao nascimento do primeiro filho, elevaram-se ainda mais em 2012 e aproximaram-se ainda mais tendo alcançado os valores de 31 e 29,5 anos, respectivamente. Actualmente, a diferença entre as taxas é de apenas 1,5 anos. Estes resultados tornam evidente o acentuar de um padrão de comportamento: a generalidade das mulheres portuguesas tem hoje apenas, e tardiamente, um único filho.

Podemos ainda acrescentar que a probabilidade de que esse filho nasça numa união de facto e consequentemente fora de uma relação matrimonial institucional é cada vez maior. Afirmamo-lo por duas razões: a crescente proporção de nados-vivos fora do casamento que em 2012 representou já 46 % do total de nascimentos ocorridos em Portugal, e pela diferença extraordinariamente significativa, como comprova o Gráfico 3.17, da distribuição dos nados-vivos entre dentro e fora do casamento segundo a idade das mães. Note-se a importância comparativa dos grupos de abaixo dos 30 anos.

Gráfico 3.17 Distribuição dos nados-vivos dentro e fora do casamento por grupo etário das mães, em Portugal, em 2012



Fonte: INE. Elaboração própria.

Este gráfico representa, sem dúvida, não apenas a perda de importância do casamento como condição para o início da vida em comum, como também o crescente desinteresse por parte dos mais jovens (em particular 20-24 e 25-29 anos) em legalizar uma situação de união de facto mesmo após o nascimento dos filhos.

Embora a maioria dos nascimentos fora do casamento ocorra em casais coabitantes, podemos apontar, como característica diferenciadora dos últimos anos, um aumento do número de nascimentos sem coabitação dos pais. Em 2012, este representou 28 % do total.

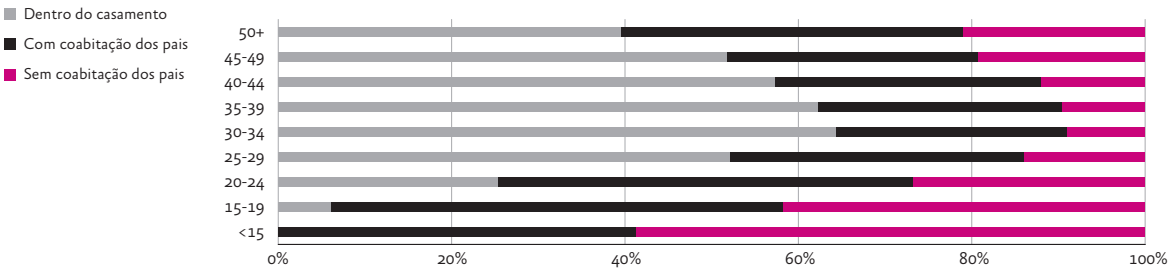
Em função da idade da mãe, a distribuição de acordo com a filiação evidencia igualmente uma maior relevância dos nascimentos sem coabitação dos pais quer nas idades mais jovens, como tínhamos assinalado com idades inferiores aos 30 anos, quer nas idades mais avançadas (Gráfico 3.18).

Várias poderão ser as razões que motivam este crescimento, de certo modo contrário às expectativas de evolução das relações de conjugalidade: perda da importância do casamento enquanto instituição, mas manutenção da importância de se viver com um parceiro, numa relação de conjugalidade emocionalmente estável, idêntica à de um casal casado legalmente. A crise económica, a precariedade das relações laborais e as elevadas taxas de desemprego jovem podem estar na base desta nova tendência, não permitindo aos jovens sequer arrendar uma habitação em que coabitem; podemos, igualmente, estar a assistir a uma alteração de comportamento das portuguesas relativamente à indispensabilidade de ter um parceiro coabitante para a tomada de decisão de ter um filhos; ou ainda, os elevados níveis de emigração masculina poderão ser causa da não coabitação dos pais (os homens representaram 77 % dos emigrantes temporários e mais de 66 % dos permanentes, em 2012, segundo o INE). Se esta razão for de facto a explicativa, poderemos estar prestes a reviver quadros familiares característicos das décadas de forte emigração do século passado, considerados perdidos, inconcebíveis num Portugal desenvolvido, europeu, do século XXI[15].

Finalmente, mostramos no Gráfico n.º 3.18 o diferente comportamento dos nascimentos, de acordo com a filiação, em função da idade da mãe.

[15] Este tema ainda não está suficientemente estudado, uma vez que os efeitos da recessão económica se estão a fazer sentir no presente momento. No entanto, não quisemos deixar de o referir desde já. Os argumentos apresentados foram debatidos com Vanessa Cunha e Conceição Picoito, a quem agradecemos os contributos originais provenientes das suas próprias pesquisas.

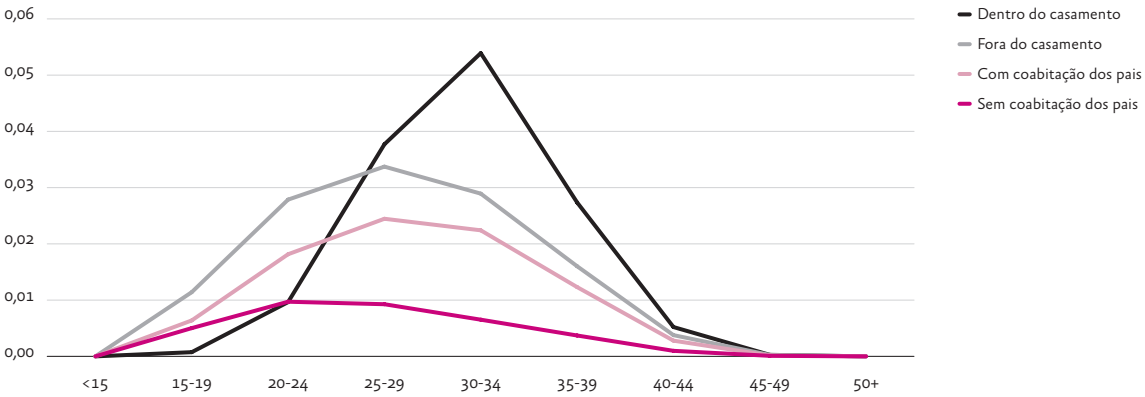
Gráfico 3.18 Evolução dos nados-vivos fora do casamento, com e sem coabitação dos pais, por grupos de idade, em 2012



Fonte: INE. Elaboração própria.

Complementarmente, mostramos no Gráfico 3.19 o diferente comportamento dos nascimentos, de acordo com a filiação, em função da idade da mãe. Ao que parece, o maior adiamento verifica-se nos nascimentos dentro do casamento, enquanto os fora do casamento são, em ambos os casos, mais precoces e registam um maior variância, ou seja, distribuem-se num intervalo de idades mais largo.

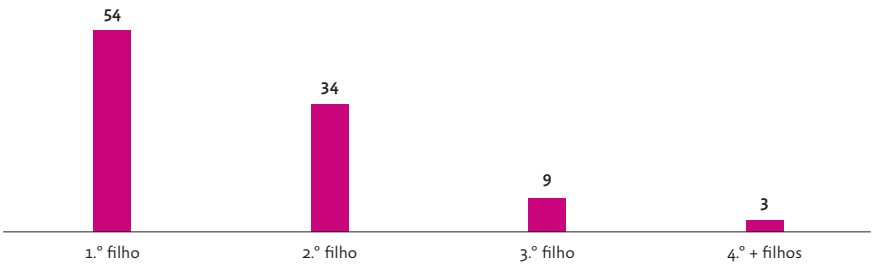
Gráfico 3.19 Curvas de fecundidade, em função da filiação, em Portugal, em 2012



Fonte: INE. Elaboração própria.

Finalmente, recaindo a escolha (voluntária ou involuntária) dos portugueses em descendências de um único filho, vejamos a proporção de nascimentos segundo a ordem e a sua distribuição por idades das mães em 2012 (Gráfico 3.19, Gráfico 3.20).

Gráfico 3.20 Nascimentos em Portugal, em 2012, por ordem

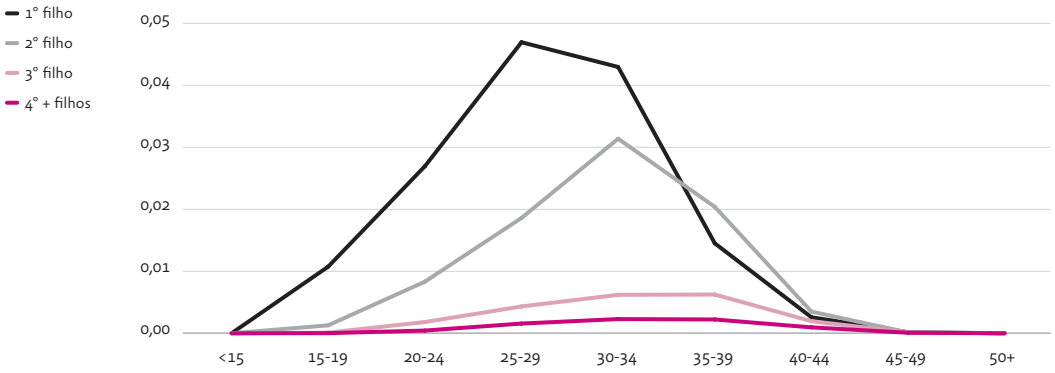


Fonte: INE. Elaboração própria.

A proporção de primeiros filhos representou mais de metade, ou seja, 54 % do total, enquanto apenas 12 % das mães decidiram ter mais do que dois filhos.

Na sociedade portuguesa actual, o primeiro filho nasce tardiamente, perto dos 30 anos de idade, o mesmo acontecendo necessariamente com os nascimentos de ordem superior.

Gráfico 3.21 Curvas de fecundidade, por ordem dos nascimentos, em Portugal, em 2012



Fonte: INE. Elaboração própria.

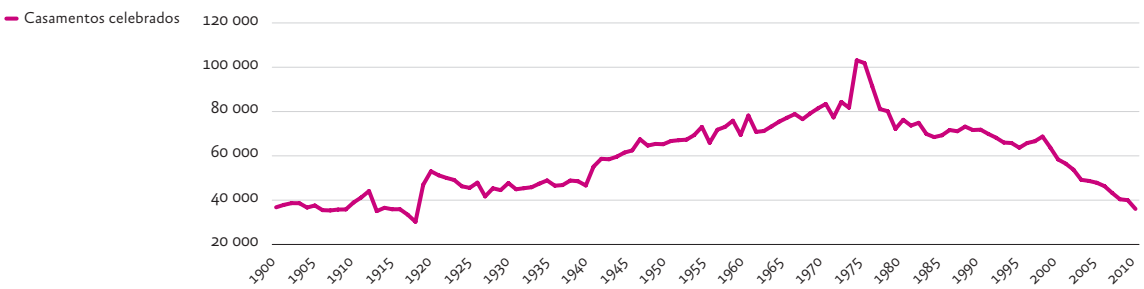
A nupcialidade, assim como a divorcialidade, podem ser considerados factores influenciadores das trajectórias de fecundidade, daí que apresentemos, em seguida, uma análise breve da evolução destes dois fenómenos em Portugal.

2. Evolução da nupcialidade e divorcialidade em Portugal

2.1. Evolução do número de casamentos celebrados, taxas de nupcialidade e de divorcialidade e de interrupção por morte

Analisando a evolução do número de casamentos celebrados em Portugal (Gráfico 3.22), numa perspectiva de século, encontramos actualmente um número inferior a 40 000, similar ao registado no início do século XX, quando Portugal registava uma população de cerca de 6 milhões de habitantes. Desde 1940, foi sempre visível uma tendência de crescimento até meados da década de 1970. Os anos em que, sem dúvida, atingimos o maior volume de casamentos foram os de 1975 e 1976. A partir dessa década, a tendência inverte-se e passa a ser, globalmente, de declínio.

Gráfico 3.22 Evolução do número de casamentos celebrados em Portugal, entre 1900 e 2011



Fonte: INE. Elaboração própria.

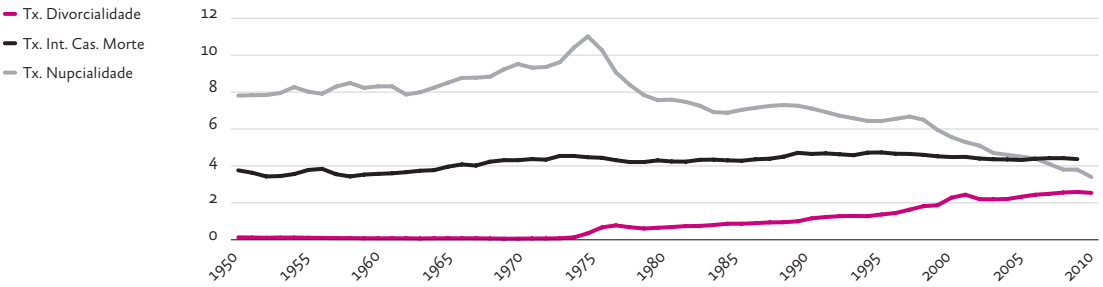
A evolução da taxa de nupcialidade (Gráfico 3.23) em Portugal para o período onde concentramos a nossa análise (entre 1950 e 2011), evidencia um comportamento semelhante: desde o início do período e até 1975, o seu progresso apresentava uma tendência de crescimento. Após 1975 e até à actualidade, a nupcialidade tem vindo a diminuir, apresentando dois períodos de maior decréscimo: (1) após 1975 e até 1980, diminuindo de 11 casamentos para 8 por cada 1000 habitantes; (2) desde 1999 e até final do período em 2011, reduzindo de 6,6 para 3,4.

Num projecto em que o objectivo central se centra no envelhecimento demográfico, pareceu-nos de particular interesse apreciar igualmente o impacto da mortalidade na continuidade do casal e as implicações para o contingente de viúvos e, em particular, de viúvas dada a sua peculiar taxa de sobrevivência face aos seus companheiros homens. Assim, relativamente à interrupção de casamentos por viuvez, ocorrida no mesmo período, verificamos alguma estabilidade. A partir do final da década de 1960, observa-se um valor quase constante no respeitante à taxa de interrupção do casamento por morte que apresentou, ao longo de todo o período em análise, valores entre os 3,7 e os 4,7 casamentos interrompidos pela mortalidade, por 1000 habitantes.

Paralelamente à diminuição da nupcialidade, verifica-se um aumento do número de divórcios. A análise da evolução da taxa de divorcialidade permite-nos identificar entre 1950 e 1975 valores muito próximos de zero, sendo somente após este período que se verifica um verdadeiro crescimento, ou seja, um aumento de aproximadamente 0 para 2,54 divórcios no final do período. Nos anos de 2000, 2001 e 2002, a taxa de divorcialidade aumentou ligeiramente.

Actualmente, o número de casamentos dissolvidos por divórcio é cerca de 60 % dos interrompidos por morte e representa 37 % do total. Desde o ano 2000 que o número de casamentos dissolvidos anualmente ultrapassa o número de casamentos celebrados nesse mesmo ano. A partir de 2008, os casamentos interrompidos por morte, em cada ano, têm sido sempre superiores aos casamentos celebrados.

Gráfico 3.23 Evolução da taxa de nupcialidade, taxa de divorcialidade e taxa de interrupção do casamento por morte, em Portugal, entre 1950 e 2011



Fonte: INE. Elaboração própria.

Em Portugal, é evidente a perda de importância do casamento, em particular desde o início dos anos 80; entre 1985 e 1989, observou-se uma ligeira retoma, decrescendo, em seguida, a partir de 1990; entre 1996 e 1999, aumentou muito ligeiramente, para voltar a diminuir com maior intensidade até 2010.

Para um estudo mais pormenorizado da nupcialidade portuguesa, procurámos perceber quais as principais mudanças ocorridas ao longo das sucessivas décadas, em função da idade e do sexo dos cônjuges.

Decompusemos os casamentos celebrados entre totais e primeiros casamentos de celibatários, identificando padrões de comportamento entre homens e mulheres.

Com esse objectivo, relacionámos o número de casamentos num determinado ano com a população em risco de contrair casamento, calculámos indicadores transversais de nupcialidade, como o índice sintético de nupcialidade e construímos tábuas de nupcialidade, para encontrar as taxas e os quocientes de nupcialidade entre idades exactas.

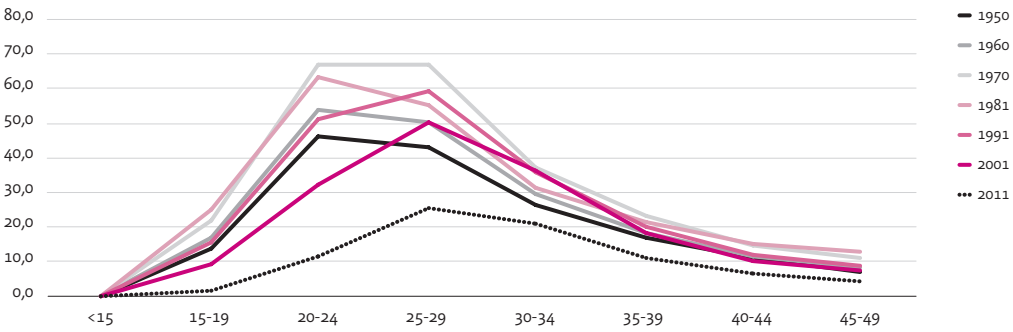
Numa situação em que a um aumento da população residente se associa um decréscimo significativo do número de casamentos, é incontornável medir as variações na intensidade do fenómeno, o seu calendário e, adicionalmente, a proporção dos que tendencialmente sobreviverão ao casamento. Com esse propósito, avaliámos o celibato definitivo e a proporção final de não celibatários e calculámos a idade média ao casamento e ao 1.º casamento, para homens e mulheres.

Por fim, dada a importância do adiamento na transição para a vida adulta e considerando o casamento um marco decisivo dessa etapa, comparámos as proporções de solteiras e solteiros nos grupos de idades entre os 20-24 nas diferentes épocas. Numa perspectiva de comportamento entre gerações, confrontámos ainda as proporções de celibatários encontradas nas idades compreendidas entre os 45-49 anos completos.

2.2. Evolução dos quocientes de nupcialidade e idade média ao casamento

Centrámos primeiramente a nossa análise no comportamento dos primeiros casamentos.

Gráfico 3.24 Evolução dos quocientes de nupcialidade, em Portugal, sexo feminino, entre 1950 e 2011



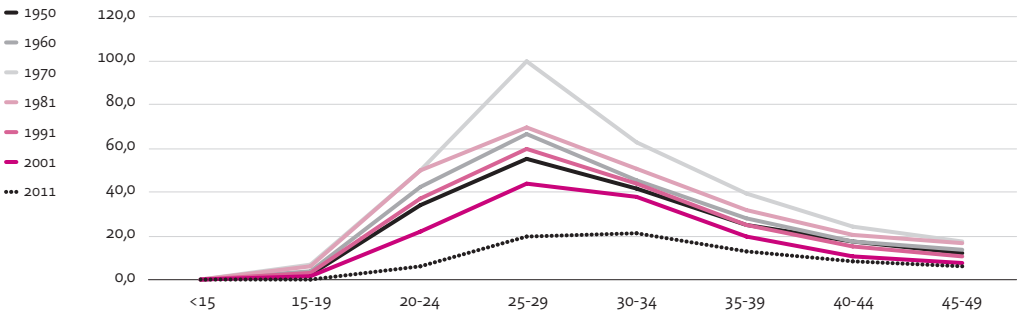
Fonte: INE. Elaboração própria.

Os quocientes de nupcialidade por grupos de idades têm por base a proporção de celibatárias que se casam num dado ano, com determinadas idades. A evolução, em Portugal, mostra uma diferença substancial no comportamento de nupcialidade dos celibatários desde os 15 aos 50 anos (Gráfico 3.24). Naturalmente, de um valor igual a zero a probabilidade de nupcialidade aumenta até uma determinada idade, vindo a baixar em seguida até ao grupo de idades 45-49, último que analisámos.

A análise das diferentes curvas permite concluir que a probabilidade de contrair o 1.º casamento é, em 2011, muito menor do que em qualquer outro momento do período em análise, em todos os grupos de idades. O grupo de idades 25-29 é o que revela a maior probabilidade de as celibatárias casarem (26 %). Desde 1991 que este é o grupo etário que concentra a maior probabilidade de casar pela primeira vez. Em 1950, 1960 e 1981, aquela probabilidade observava-se no grupo de idades 20-24 anos. Em 1970, ambos os grupos 20-24 e 25-29 anos revelavam valores semelhantes e próximos de 67 %.

A partir de 1981, assistiu-se a um adiamento do 1.º casamento compensado, de algum modo, pelo acréscimo da probabilidade verificada nas idades mais avançadas, 30-34 anos e seguintes. Excepção já referida para 2011, em que não se observa nenhuma recuperação nas idades mais avançadas.

Gráfico 3.25 Evolução dos quocientes de nupcialidade, em Portugal, sexo masculino, entre 1950 e 2011



Fonte: INE. Elaboração própria.

A probabilidade de contrair o 1.º casamento, no caso dos homens (Gráfico 3.25), varia não só em função da idade, como o padrão etário variou substancialmente ao longo das últimas décadas, revelando, década após década, com excepção para a singular década de 1970, uma diminuição da probabilidade em todos os grupos de idades. Isto é, a partir de um valor baixo na década de 1950 que aumenta até 1970 para, em seguida, diminuir continuamente em todas as idades e em todos os períodos. De notar que, em 1970, o valor máximo atinge 99,7 %. Em todos os períodos analisados, o grupo etário com maior probabilidade de casar pela primeira vez, sendo homem, é o grupo 25-29 anos. Em 2011, a par deste grupo, é o grupo 30-34 anos que revela uma maior probabilidade (21,4 %).

Tal como já tínhamos referido no caso das mulheres, o ano de 2011 caracteriza-se por uma probabilidade mais baixa em todas as idades. No caso dos homens, não se verifica uma deslocação das maiores probabilidades para idades mais avançadas.

Avaliámos ainda o celibato definitivo (CDef) e a proporção final de não celibatários (PFM) e calculámos a idade média ao casamento (todas as ordens) e ao primeiro casamento, para homens e mulheres.

Quadro 3.10 Evolução da proporção final de não celibatários e do celibato definitivo, em Portugal, sexo feminino e sexo masculino, entre 1950 e 2011

	PFMM	CDef-M	PFMH	CDef-H
1950/51	86,2	13,8	90,3	9,7
1960/61	90,5	9,5	94,0	6,0
1970/71	96,1	3,9	99,0	1,0
1980/81	94,4	5,6	96,1	3,9
1990/91	92,4	7,6	91,6	8,4
2000/01	86,3	13,7	81,9	18,1
2010/11	59,1	40,9	56,0	44,0
2010/11*	72,5	27,5	68,3	31,7

Fonte: INE. Elaboração própria.

Como podemos verificar, através da análise do Quadro 3.10, o celibato definitivo, no caso das mulheres, diminuiu desde 1950/51 até 1970/71, período em que atingiu o valor mais baixo de todo o intervalo de tempo em análise (3,9); voltou a aumentar, igualando, em 2000/01, o valor registado no início da década de 1950 (13,7). O valor referente ao início da presente década (2010/2011) foi completamente distinto de todos os anteriormente observados: 40,9. Este resultado é surpreendente na medida em que, apesar de manter a tendência que se vinha acentuando desde o início dos anos 80, se afastou totalmente do esperado. Por oposição a proporção de mulheres não celibatárias diminui, de valores situados entre os 86,2 e os 96,1, para 59,1, de acordo com os dados do último recenseamento realizado em Portugal.

Se considerarmos na nossa análise todos os indivíduos que, em 2011, viviam em união (legalmente casados e em união de facto), os valores alteram-se, reduzindo o celibato definitivo para 27,5. Se esta diferença evidencia a profunda alteração de comportamento dos portugueses relativamente à instituição casamento, demonstra claramente que teremos de adaptar as nossas metodologias de análise a uma nova realidade. No entanto, no presente estudo, este valor não será comparável com os outros, na medida em que foram modificados os dados de base utilizados.

No caso dos homens, a tendência é semelhante. Curiosamente, nota-se uma inversão de comportamento relativamente às mulheres: se até 1980/81, a proporção final de homens não celibatários foi sempre superior, após 1990/91, os resultados mostram o contrário, com particular ênfase para o virar do século.

Quadro 3.11 Evolução da proporção de celibatários no grupo de idades 20-24 anos e no grupo 45-49 anos, em Portugal, sexo feminino e sexo masculino, entre 1950 e 2011

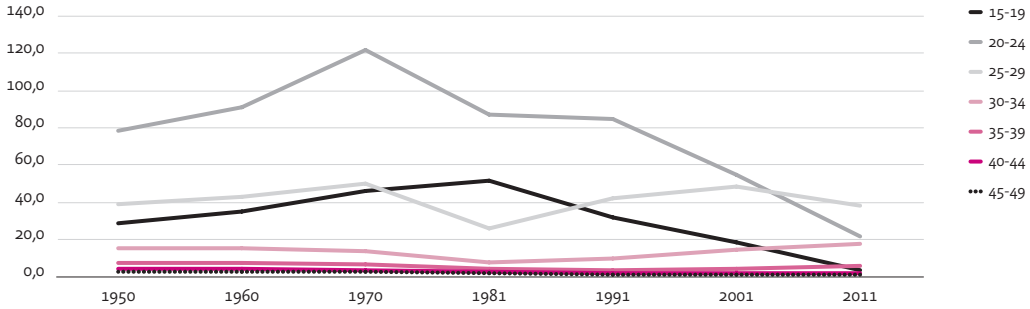
	Proporção Celibatárias (20-24)	Proporção Celibatárias (45-49)	Proporção Celibatários (20-24)	Proporção Celibatários (45-49)
1950/51	65,3	17,2	83,9	12,2
1960/61	62,1	15,9	80,9	11,5
1970/71	60,7	12,5	80,6	8,2
1980/81	47,1	8,2	71,3	5,7
1990/91	61,4	6,9	81,1	4,6
2000/01	71,2	6,7	85,1	6,7
2010/11	90,5	12,7	96,1	16,3
2010/11*	78,6	9,5	88,8	12,1

Fonte: INE. Elaboração própria.

Em Portugal, tal como na generalidade dos países do Sul da Europa, uma transição tardia no percurso dos jovens para a vida adulta reflecte-se também no adiamento da idade ao casamento. O Quadro 3.11 mostra que as proporções de celibatárias e celibatários, no grupo de idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos, cresceu consideravelmente a partir do início da década de 1980, acentuando-se esse crescimento na primeira década do século XXI. Na verdade, em 2010/11 encontravam-se solteiros cerca de 96 % dos homens e 91 % das mulheres. De notar também que, em todos os períodos, os homens se mantiveram solteiros em maior proporção do que as mulheres, nas idades mais jovens.

Analisando o último grupo de idades considerado, entre os 45 e os 49 anos completos, verificamos que, em 1950/51, o número de celibatárias representava 17,2 %, diminuindo sempre até ao início do século XXI (6,7 %). Entre o início e o final da primeira década deste século, a proporção de celibatárias naquelas idades aumentou cerca de 90 %. No caso dos homens, a evolução foi similar, tendo aumentado no último período cerca de 143 %. A proporção de homens solteiros neste último grupo de idades foi sempre inferior à proporção de mulheres solteiras, até que, em 2000/01, os valores se igualaram; em 2010/11, a proporção de solteiros (16,3) foi claramente superior à de solteiras (12,7). Esta relação de superioridade manteve-se mesmo quando considerámos todos os homens e mulheres em união, independentemente de existir entre eles um casamento. De acordo com estes resultados, ao que parece, os homens não só casam menos do que as mulheres, como quando casam o fazem ainda mais tarde.

Gráfico 3.26 Taxas de primeira nupcialidade, em Portugal, sexo feminino, entre 1950 e 2011

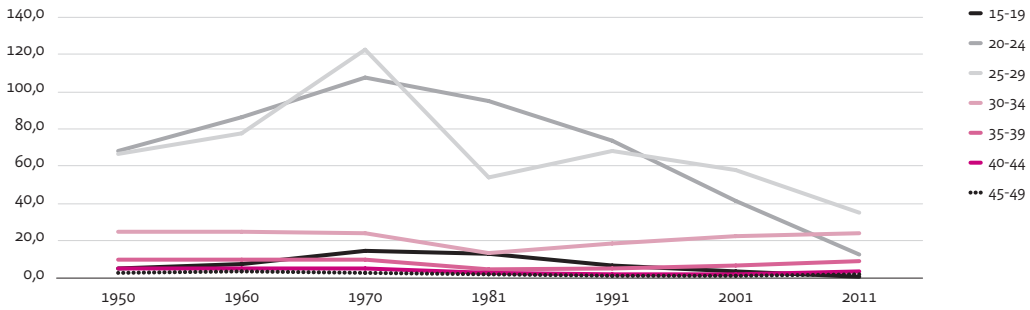


Fonte: INE. Elaboração própria.

Entre todos os casamentos, os primeiros são, do ponto de vista da análise demográficas, os mais importantes. Não só porque são os mais expressivos, como também porque nos revelam muito sobre os comportamentos dos mais jovens perante o casamento e permitem-nos, eventualmente, antecipar condutas de fecundidade.

Assim, estes mereceram-nos particular atenção. Relativamente aos primeiros casamentos das mulheres, o Gráfico 3.26 evidencia o declínio da nupcialidade nos grupos de idades inferiores a 30 anos, desde 180/81; mostra igualmente como, desde os anos 50 até àquela década, se caminhou para uma antecipação do casamento, i. e., a tendência manifesta das mulheres para irem casando mais cedo. Todavia, nos últimos anos, o gráfico demonstra nitidamente que o aumento da nupcialidade a partir dos 30 anos de idade, particularmente nos grupos de idades 30-34 e 35-39 anos, não está a compensar a redução da nupcialidade observada nas idades mais jovens.

Gráfico 3.27 Taxas de primeira nupcialidade, em Portugal, sexo masculino, entre 1950 e 2011



Fonte: INE. Elaboração própria.

No Gráfico 3.27, representámos as taxas de primeira nupcialidade dos homens. Entre ambas os gráficos, as diferenças são manifestas. Se na década de 1970, homens e mulheres anteciparam indubitavelmente a sua união, contraindo casamento em idades mais jovens do que as gerações (promoções) que os antecederam, o declínio das taxas é mais acentuado nos homens. Do mesmo modo, também a recuperação nas idades acima dos 30 anos, a partir dos anos 80, mas em especial nas duas últimas décadas é mais acentuada no caso do sexo masculino.

A representação gráfica das taxas permite-nos admitir que, em todas as épocas, as mulheres casaram, em média, com homens mais velhos, em particular, se usarmos grupos quinquenais, com idades pertencentes ao grupo de idades acima do seu.

Relativamente ao comportamento da idade média ao casamento, o Quadro 3.12 sintetiza as principais diferenças entre homens e mulheres, quer no respeitante ao primeiro casamento, quer em relação aos casamentos de todas as ordens. Tendo em consideração que estamos a tratar com valores médios, podemos concluir que a diferença entre a idade média ao primeiro casamento entre homens e mulheres se mantém ao longo das diferentes décadas quase constante e próximo de 2. No entanto, as idades dos nubentes tendem a aproximar-se nas últimas décadas, nomeadamente no que aos casamentos de ordem superior diz respeito (em 2011, a diferença era de apenas 1,5 anos quando chegou a ser de 3 anos no início dos anos 80).

Quadro 3.12 Evolução das idades médias ao casamento e ao 1.º casamento, em Portugal, sexo feminino e sexo masculino, entre 1950 e 2011

	IMC-M	IM 1.ºC-M	IMC-H	IM 1.ºC-H
1950	25,7	24,4	28,0	26,6
1960	25,6	24,4	27,7	26,4
1970	24,9	23,7	27,2	26,0
1981	23,4	22,3	26,3	24,8
1991	25,3	23,8	27,4	25,8
2001	27,3	25,6	29,1	27,3
2011	31,1	28,8	32,6	30,7

Fonte: INE. Elaboração própria.

Finalmente, calculámos o índice sintético de nupcialidade, através do somatório das taxas de primeira nupcialidade específicas por idade, i. e., através do somatório das taxas de 2.ª categoria (relacionando o número de primeiros casamentos em cada idade com a população feminina existente nessa mesma

idade). Esta medida exprime o número total de primeiros casamentos contraídos por uma geração fictícia de 1000 mulheres (ou homens), sem considerar a mortalidade, que nas diferentes idades experimentam a nupcialidade do momento, ou seja, as taxas verificadas nas mulheres (ou nos homens) que fazem parte da população nesse ano, e obviamente pertencentes a diversas gerações. Com base na construção das taxas de nupcialidade, por idades, encontrámos a sua variância em torno da idade média.

O Quadro 3.13 resume os valores para mulheres e para homens, respectivamente, daqueles três indicadores.

Quadro 3.13 Evolução dos índices sintéticos de nupcialidade, idades médias e variâncias das taxas de nupcialidade, em Portugal, sexo feminino e sexo masculino, entre 1950 e 2011

	Mulheres			Homens		
	ISN	IMN	Variância	ISN	IMN	Variância
1950	877	25,1	39,7	915	27,4	34,2
1960	995	24,8	37,5	1077	26,8	32
1970	1228	24,2	32,6	1435	26,4	27,3
1981	910	23,2	33,2	926	25,3	26,9
1991	881	24,1	27	879	26,1	22,7
2001	717	25,4	29,2	683	27,4	26,3
2011	452	28,1	31,4	433	30,2	33,4

Fonte: INE. Elaboração própria.

Salientamos o comportamento da nupcialidade nas décadas de 1960 e, especialmente, de 1970 que, como viemos referindo, se distinguiram das restantes pela forte intensidade do casamento que, simultaneamente, se torna mais precoce. Pelo contrário, a partir da década de 1990, a decisão de casar toma-se cada vez mais tarde e, cada vez, com menor frequência.

Interessa notar que a variância das taxas de nupcialidade à volta da idade média regista o seu valor mínimo em 1991, ou seja, as idades ao casamento, de homens e mulheres, concentram-se em redor da respectiva idade média. Até à actualidade, a variância não deixou de aumentar, registando, no caso dos homens, um valor muito próximo do máximo (verificado em 1950), revelando que as idades que os homens escolhem para casar se estão a afastar bastante da média. No caso das mulheres, esta tendência não é tão acentuada; embora a variância também tenha aumentado significativamente nas duas últimas décadas, ainda se situa longe dos valores observados nos anos 50 e 60 (e mesmo 80) do século XX.

2.3. Evolução dos índices de divorcialidade segundo a duração do casamento

Se o casamento é o acto que dá início à vida em comum de um casal, o seu final pode ser originado pela morte de um dos cônjuges ou pelo divórcio.

Segundo Massimo Livi-Bacci, o final de uma união tem não apenas uma grande relevância social como também é igualmente importante em termos de dinâmica demográfica. A interrupção de um casamento por morte de um dos cônjuges está estreitamente relacionada com os níveis de mortalidade da população: em populações com elevadas esperanças de vida e baixa fecundidade, normalmente, os casamentos são interrompidos em idades tardias, depois de estar terminada a vida reprodutiva do casal; já nas populações em que, contrariamente, os níveis de mortalidade e de fecundidade são elevados, a morte de um dos cônjuges origina o fim do casamento precocemente, sendo muitas vezes destruída a trajectória reprodutiva, ainda incompleta, dos jovens casais. No entanto, na sociedade actual, caracterizada por baixa mortalidade e fecundidade, o divórcio representa uma causa de dissolução do casamento com cada vez maior importância, incidindo particularmente sobre casamentos com uma ainda curta duração, em idades jovens, ocasionando, muitas vezes, a quebra prematura das intenções reprodutivas de um dos cônjuges (ou de ambos).

O interesse do divórcio para o nosso estudo reside precisamente no aumento da sua frequência na sociedade actual e no impacto que causa sobre as estruturas familiares e implicações sociais que provoca. Um divórcio pode conduzir a um novo casamento e, frequentemente, é motivo de um acréscimo na fecundidade de um dos ex-cônjuges, principalmente nos casos em que volta a casar com alguém sem filhos ou pelo simples facto de desejar ter um filho em comum com o seu novo companheiro. Noutras circunstâncias, um divórcio poderá vir a deprimir as intenções de fecundidade dos divorciantes[16].

Embora as taxas brutas de divorcialidade nos permitam ter uma visão de como evoluiu o rácio entre o número de divórcios e a população total, um estudo um pouco mais aprofundado exige uma análise da variação do divórcio em função das idades dos cônjuges e também segundo a duração do casamento no momento do divórcio. São precisamente estas duas componentes (idade dos cônjuges e duração do casamento) que nos permitem compreender melhor o fenómeno.

Tendo em conta o número de casamentos registados em cada ano e os divórcios que ocorreram relativos a esses mesmos casamentos ao longo do tempo, i. e., segundo as diferentes durações do casamento, calculámos taxas específicas de divorcialidade por duração.

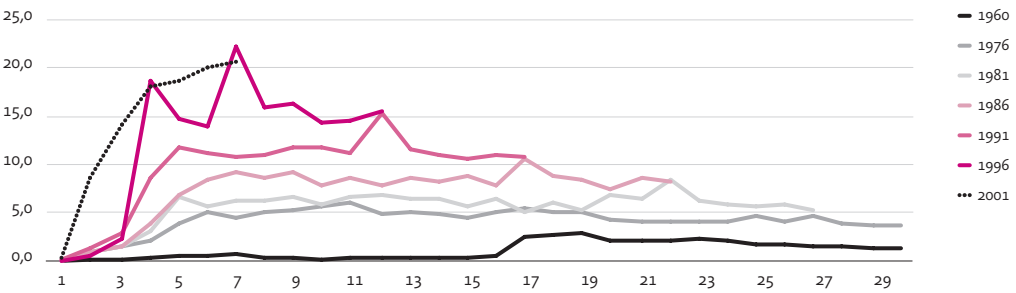
No Gráfico 3.28, podemos observar as curvas correspondentes às gerações de 1960, 1976[17], 1981, 1986, 1991, 1996 e 2001, através da representação das

16. Bandeira (2012) define «divorciante» como a «designação mais adequada dos actores do divórcio, porque, ao referir-se à pessoa que acaba de se divorciar, ela exprime o carácter dinâmico da ruptura, ou seja, o movimento de saída de uma união ao fim de uma determinada duração de tempo. A palavra divorciado deve ser preferida para designar quem já está divorciado».

17. Embora o divórcio tivesse sido legalizado em 1910, menos de um mês após a proclamação da República, a Concordata assinada com o Vaticano em 1940 retirou, aos casados pela Igreja Católica, o direito ao divórcio, restrição que só foi revogada em 1975.

taxas específicas de divorcialidade, em cada promoção, por duração do casamento. As duas primeiras (para os casamentos de 1960 e de 1976) acompanham os divórcios ocorridos durante os 30 anos posteriores à data do casamento e todas as outras, inevitavelmente, compreendem intervalos mais estreitos. Em termos gerais, podemos notar um significativo aumento da divorcialidade em todas as coortes, das mais antigas para as mais jovens, em todas as durações, registando-se uma antecipação do divórcio para idades mais baixas, sobretudo a partir de 1986. Mais especificamente, podemos apreciar o efeito na geração de casados em 1960 do direito ao divórcio a partir de 1975, o que veio possibilitar que muitos indivíduos que, apesar de casados já não viviam em união, pudessem legalizar a sua situação «de facto». Verificamos também que em 1976, 1981 e 1986, ou seja, em períodos mais recuados, as taxas de divorcialidade se mantêm elevadas após a duração até 5 anos, sendo significativamente mais baixas até essa idade. Mais recentemente, observamos ainda um movimento de deslocação das curvas para a esquerda, chamemos-lhe uma antecipação do divórcio, registando maior divorcialidade em casamentos de menor duração, em especial, nas promoções de 1996 e 2001.

Gráfico 3.28 Taxas de divorcialidade segundo a duração do casamento, em Portugal, nas promoções de 1960, 1976, 1981, 1986, 1991, 1996 e 2001



Fonte: INE; Eurostat. Elaboração própria.

Posteriormente, calculámos ainda a soma de todas as taxas, por duração, agregando as taxas segundo a coorte (ou promoção), obtendo desta forma o índice de divorcialidade para cada coorte. Este índice expressa o número total de divórcios de cada uma das coortes, por cada 1000 casamentos (Quadro 3.14). Os dados de que dispomos apenas nos permitem analisar até ao ano de 2007, e assim sendo, o quadro seguinte (que apresenta na 1.ª coluna o ano do casamento, ou seja, o acontecimento fundador da promoção, na 2.ª o índice de divorcialidade da promoção e na 3.ª coluna a duração que nos foi possível acompanhar, em anos completos), tal como as análises posteriores estão limitados àquela disponibilidade de informação.

Quadro 3.14 Evolução dos índices de divorcialidade, em Portugal, nas promoções de 1960 a 2001, por duração do casamento

Ano do Casamento (promoção)	Índice de divorcialidade (por 1000)	Duração (em anos completos)
1960	33,00	29
1961	32,63	29
1962	34,41	29
1963	39,57	29
1964	41,58	29
1965	47,28	29
1966	50,88	29
1967	55,27	29
1968	60,49	29
1969	67,21	29
1970	76,52	29
1971	86,38	29
1972	96,77	29
1973	101,28	29
1974	116,60	29
1975	112,85	29
1976	124,82	29
1977	135,03	29
1978	140,97	29
1979	142,89	28
1980	155,88	27
1981	148,25	26
1982	159,77	25
1983	157,99	24
1984	159,90	23
1985	161,20	22
1986	158,31	21
1987	161,14	20
1988	163,65	19
1989	165,22	18
1990	166,12	17
1991	162,74	16
1992	160,49	15
1993	157,27	14
1994	152,05	13
1995	147,56	12
1996	149,19	11
1997	145,29	10
1998	141,70	9
1999	127,97	8
2000	116,14	7
2001	100,57	6

Fonte: INE; Eurostat. Elaboração própria.

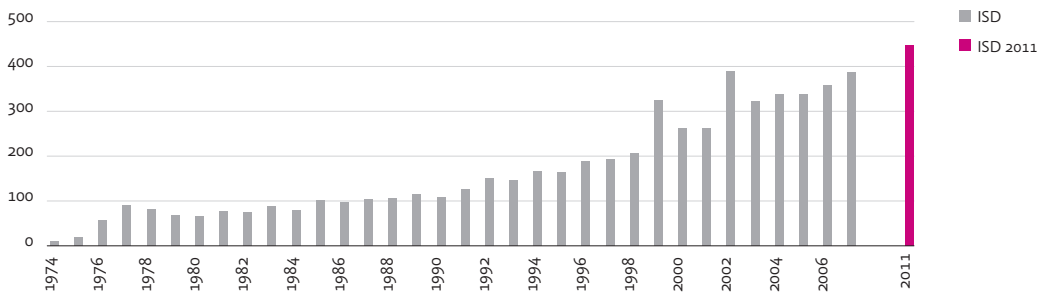
Podemos então concluir que os resultados da análise em longitudinal nos mostram também que os índices de divorcialidade das coortes, em função da duração, mudaram, em Portugal, entre 33 por mil, em 1960, para 125 em 1976, continuando a revelar uma tendência crescente mesmo para durações mais baixas. Por exemplo, a geração de 1987, ao fim de vinte anos de acompanhamento, mostra um resultado de 161 por mil, valor semelhante ao da geração de 1992 ao fim de quinze anos, e não muito superior ao da de 1997, passados apenas dez anos (145 por mil). Estes valores mostram que as gerações mais novas se estão a divorciar mais cedo, ou seja, ao fim de menos anos de casamento.

A coorte que registou em todo o período em estudo, um índice de divorcialidade mais elevado, foi a de 1990, na duração de 17 anos completos (166 por mil).

Esclarecemos que em toda a análise da divorcialidade não tivemos em consideração a interacção com o efeito mortalidade, o que pode implicar uma subestimação do divórcio, na medida em que alguns dos casamentos poderão ter sido interrompidos por morte. No entanto, numa situação de baixa fecundidade este impacto tenderá a ser mais reduzido, principalmente nas gerações mais jovens.

Mas as taxas específicas por duração também podem ser calculadas, e agregadas, em transversal, e não apenas em sentido longitudinal por coorte. A informação que nos transmite é diferente, mas igualmente interessante, especialmente em termos comparativos, porque nos permite analisar qual o índice de divocialidade que obteríamos no futuro se as taxas especificas observadas, em transversal, contemporaneamente, cristalizassem, i. e., não se alterassem. Neste sentido, calculámos o índice sintético de divorcialidade que em Portugal, em 2011, foi igual a 447 por mil, o que significa que uma coorte fictícia de 1000 casamentos submetida a uma experiência idêntica à do ano de 2011 nas diferentes durações teria como resultado que cerca de 45 % dos casamentos viriam a ser dissolvidos por divórcio (Gráfico 3.29). Mais especificamente, aproximadamente metade dos casamentos terminarão em divórcio.

Gráfico 3.29 Evolução dos índices sintéticos de divorcialidade, em Portugal, nos anos de 1974 a 2007, e no ano de 2011



Fonte: INE; Eurostat. Elaboração própria.

De modo geral, verifica-se um incremento gradual dos valores do índice, o que retrata o aumento da incidência do fenómeno no nosso país. O valor já referido para 2011 (44,7 %) contrapõe-se aos de 1974 (0,9 %), 1981 (7,6 %), 1991 (12,7 %) e, mesmo 2001 (26,2 %). Mantendo-se a experiência de cada um dos anos acima referidos, de um limiar de pouco mais de 10 casamentos em 100 que terminados em divórcio no início dos anos 90 do século passado, passamos para mais de ¼ dez anos depois, para na década seguinte se elevar a quase metade. O aumento acelera visivelmente nas últimas décadas (ver também Quadro 3.15). A duração em que em média ocorre o divórcio, embora diminua ligeiramente ao longo do tempo, mantém-se ao redor dos 12 anos, dada a forte influência da intensidade do divórcio em durações mais baixas.

Quadro 3.15 Evolução dos índices sintéticos de divorcialidade, em Portugal, nos anos de 1974 a 2007 e em 2011

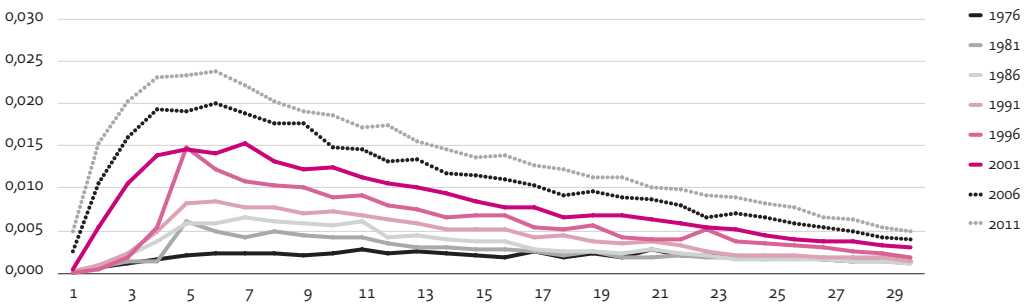
Ano civil	Índice sintético de divorcialidade	Duração média (em anos)
1974	9	12,25
1975	18	14,46
1976	57	15,34
1977	91	13,74
1978	81	13,79
1979	68	13,82
1980	65	13,57
1981	76	13,19
1982	75	13,27
1983	88	12,91
1984	80	12,51
1985	101	12,40
1986	96	12,53
1987	103	12,52
1988	105	12,59
1989	114	12,57
1990	109	12,65
1991	127	12,66
1992	150	12,46
1993	146	12,39
1994	166	12,44
1995	163	13,17
1996	188	13,18
1997	194	12,87
1998	207	13,05

Ano civil	Índice sintético de divorcialidade	Duração média (em anos)
1999	324	11,84
2000	263	12,97
2001	262	12,73
2002	390	12,41
2003	322	12,54
2004	338	12,44
2005	337	12,41
2006	359	12,58
2007	388	12,47
2011	447	12,61

Fonte: INE; Eurostat. Elaboração própria.

A representação gráfica das taxas específicas de divorcialidade evidencia um aumento gradual do fenómeno, uma antecipação do divórcio, com significativo aumento nos casos dos casamentos com menor duração (Gráfico 3.30). Em particular, é notório um aumento muito acentuado dos divórcios em casamentos com 5 anos ou menos, principalmente nos períodos mais recentes. Por exemplo, em 2006 e 2011, as taxas diminuem consideravelmente a partir dessa idade, enquanto em 1986, embora aumentem até aos 5 anos, se mantêm ainda relativamente elevadas até aos 10 anos. Como já tivemos oportunidade de referir, o ano de 1976 é claramente atípico. Também o comportamento do ano 2002 merece uma referência: de acordo com os dados disponíveis, este foi um ano excepcional, na medida em que o número de divórcios registado é superior ao verificado em ambos os anos que o enquadram, em todas as durações, mas particularmente entre os 2 e os 15 anos completos.

Gráfico 3.30 Taxas de divorcialidade segundo a duração do casamento, em Portugal, nos anos de 1974 a 2007, e no ano de 2011

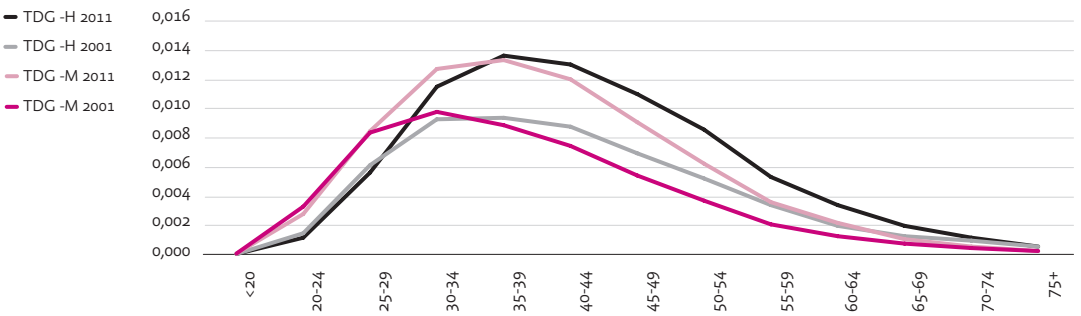


Fonte: INE; Eurostat. Elaboração própria.

Finalmente, numa referência à diferença entre homens e mulheres, a análise do Gráfico 3.31 permite-nos confirmar, centrando-nos no início do século XXI, um significativo aumento da incidência do fenómeno na última década, quer para os homens, quer para as mulheres.

Na verdade, submetendo um conjunto de 1000 homens e mulheres a idênticas experiências em termos de divorcialidade por idade, em 2001 ter-se-iam divorciado 27,2 % dos homens, em média aos 42,1 anos, enquanto apenas 25,6 % das mulheres o teriam feito, em média, a uma idade ligeiramente mais baixa, aos 39 anos. Entre 2001 e 2011, a divorcialidade aumenta: nas mesmas condições, 38 % dos homens divorciam-se, em média com 43,5 anos, e 35,8 % das mulheres também, divorciando-se, em média, aos 40,7 anos. As idades médias dos divorciantes elevam-se em ambos os sexos, embora aproximando-se ligeiramente. A idade do divórcio estará, obviamente, relacionada com a idade ao casamento que, como já verificámos, também é superior no caso dos homens.

Gráfico 3.31 Taxas de divórcio, em função do sexo, segundo a idade dos cônjuges, em Portugal, nos anos de 2000/01 e de 2010/11



Fonte: INE; Eurostat. Elaboração própria.

Consideremos agora as diferenças entre nupcialidade e divorcialidade ao nível regional.

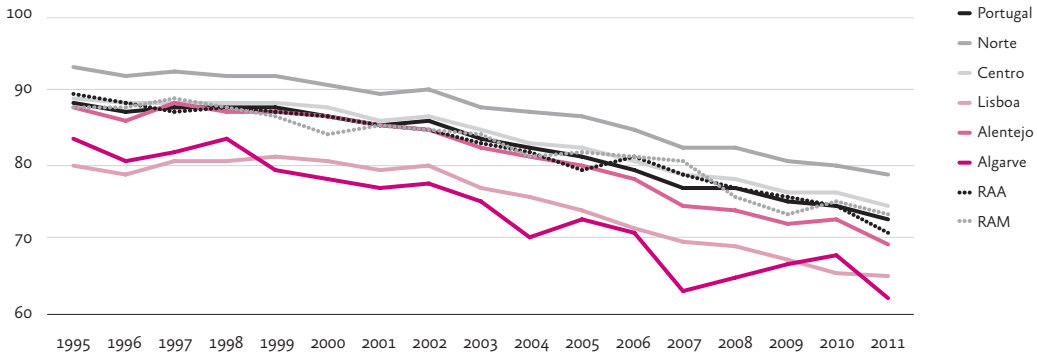
2.4. Evolução da nupcialidade e da divorcialidade ao nível regional, entre 1995 e 2011

Optámos por uma observação em termos geográficos desagregada por NUTS II, incidindo apenas sobre os últimos 16 anos. Os indicadores utilizados nesta breve análise ao nível subnacional foram diferentes e tiveram por base, sobretudo, o cálculo de proporções.

Numa perspectiva sobre a evolução da proporção de primeiros casamentos em Portugal e nas NUTS II, entre 1995 e 2011 (Gráfico 3.32), verificamos um declínio em todas as regiões e consequente decréscimo dos valores totais nacionais.

Verifica-se que o Norte foi a região que apresentou os valores mais elevados, com uma incidência de 92 % de primeiros casamentos, em 1995, diminuindo até aos 78 %, em 2011. Em sentido oposto, as regiões onde a proporção de primeiros casamentos foi menor, foram as regiões de Lisboa (com uma variação entre os 78 % e os 65 %) e Algarve, (84 % e 62 %). Já o Centro, o Alentejo, a Região Autónoma dos Açores (R.A.A.) e a Região Autónoma da Madeira (R.A.M.) apresentaram comportamentos mais próximos dos valores nacionais.

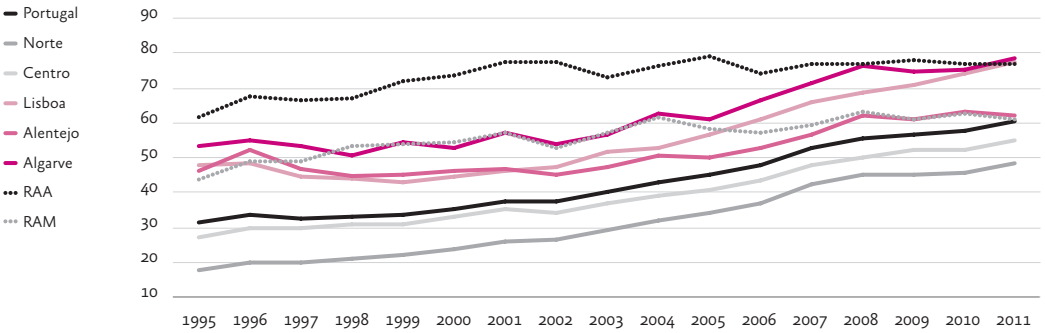
Gráfico 3.32 Evolução da proporção de primeiros casamentos em Portugal e nas NUTS II, entre 1995 e 2011



Fonte: INE. Elaboração própria.

Observando o Gráfico 3.33, relativamente à evolução da proporção de casamentos civis em Portugal e nas NUTS II, entre 1995 e 2011, é possível, ainda que de forma menos acentuada, identificar o binómio entre Norte e Sul. As regiões Norte e Centro apresentaram as proporções de casamentos civis mais baixas de todo o país, estando mesmo abaixo dos valores nacionais, sendo que para o Norte, em 1995, estes valores eram ainda inferiores a 20 %. Em sentido oposto destaca-se a Região Autónoma dos Açores, com os valores mais elevados, e que, em 1995, apresentava já uma proporção de casamentos civis acima dos 60 % e, em 2011, perto dos 80 %. Já a Região Autónoma da Madeira e o Algarve registaram, entre 1995 e 2005, valores muito próximos, e distanciaram-se somente após este período, com um aumento para a região do Algarve e um ligeiro declínio para a Madeira. Da mesma forma, Lisboa e Alentejo observaram uma evolução muito próxima no início do período e até 2002, viram aumentar depois deste período as respectivas proporções, contudo a ritmos diferentes.

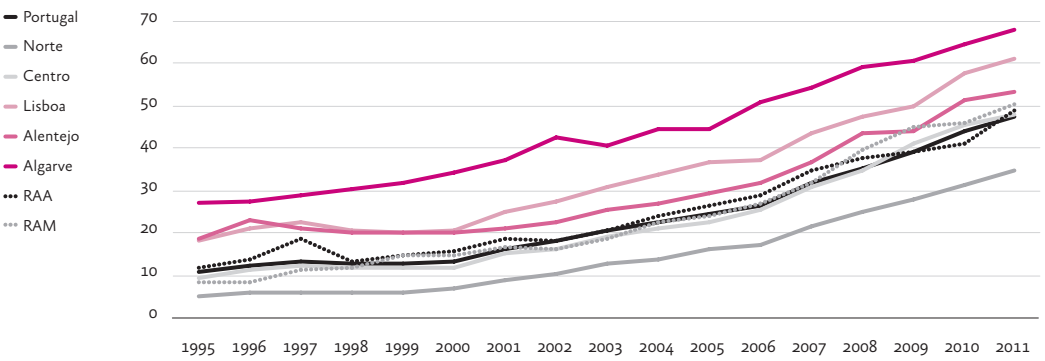
Gráfico 3.33 Evolução da proporção de casamentos civis em Portugal e nas NUTS II, entre 1995 e 2011



Fonte: INE. Elaboração própria.

Numa análise sobre a evolução da proporção de casamentos com residência anterior comum (Gráfico 3.34), sobressai a posição do Algarve, a região com a maior proporção e demarcada das restantes em todo o período, com valores entre os 28 %, em 1995, e 68 %, em 2011. O Algarve foi, contudo, «seguido de perto» pela região de Lisboa, que viu aumentar cerca de 40 % o número de casais em coabitação antes do casamento. As restantes regiões do país apresentaram comportamentos semelhantes, sobressaindo o Norte como a região com menor proporção de coabitação anterior ao casamento, registando valores que não ultrapassaram os 25 %.

Gráfico 3.34 Evolução da proporção de casamentos com residência anterior comum, em Portugal e nas NUTS II, entre 1995 e 2011

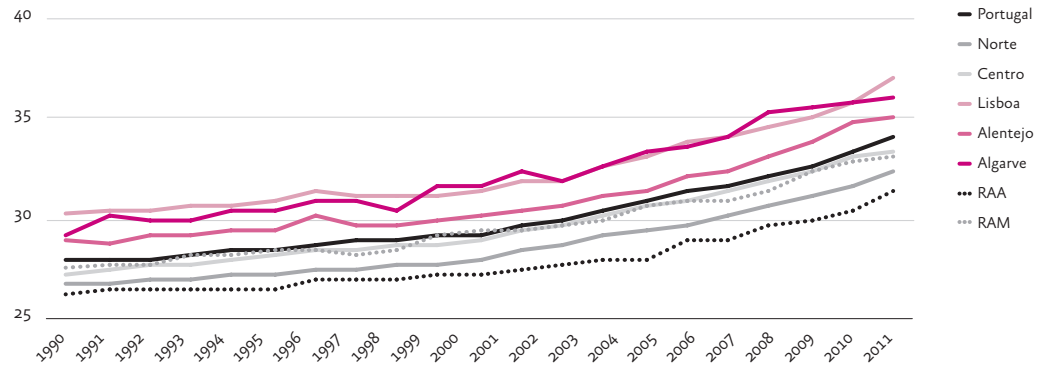


Fonte: INE. Elaboração própria.

Embora, de forma geral, o número de casamentos tenha diminuído nas últimas décadas, observou-se um aumento da idade média ao primeiro casamento, como podemos verificar nos Gráficos 3.35 e 3.36, onde se encontra

representada a evolução para homens e mulheres, respectivamente. No caso dos homens (Gráfico 3.35), verifica-se um distanciamento entre o Algarve e Lisboa relativamente às restantes NUTS II. É nestas duas regiões que os homens mais tempo esperam para contraírem o seu primeiro casamento; em duas décadas, os homens destas duas regiões adiaram o seu primeiro casamento 7 anos, 1 ano a mais do que a média nacional. Os homens da Região Autónoma dos Açores, bem como das restantes regiões, aumentaram também, em média, a sua idade ao casamento. Contudo, esta última região destaca-se por ser aquela onde, em média, os homens casam mais cedo, pela primeira vez.

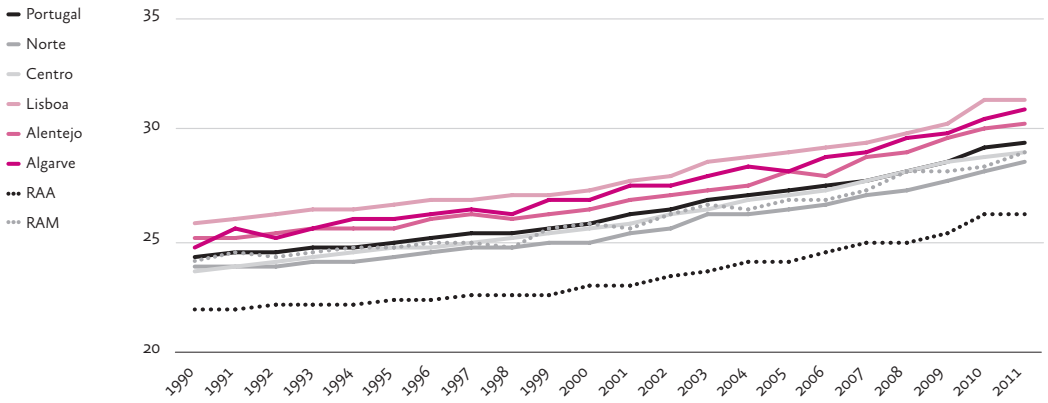
Gráfico 3.35 Evolução da idade média ao primeiro casamento para os homens, em Portugal e NUTS II, entre 1990 e 2011



Fonte: INE. Elaboração própria.

À semelhança do que acontece para os homens, também nas mulheres (Gráfico 3.36) o valor mais baixo da idade média ao primeiro casamento regista-se na Região Autónoma dos Açores, ainda assim, com um crescimento de, aproximadamente, 4 anos entre 1990 (22 anos) e 2011 (26 anos), e uma diferença média de 3 anos, relativamente à média nacional. Neste contexto, destaca-se também Lisboa, mas, pelo contrário, como a região onde as mulheres casam mais tarde, tendo uma diferença da média nacional de aproximadamente 2 anos. As restantes regiões apresentam valores mais próximos da média nacional.

Gráfico 3.36 Evolução da idade média ao primeiro casamento para as mulheres, em Portugal e NUTS II, entre 1990 e 2011

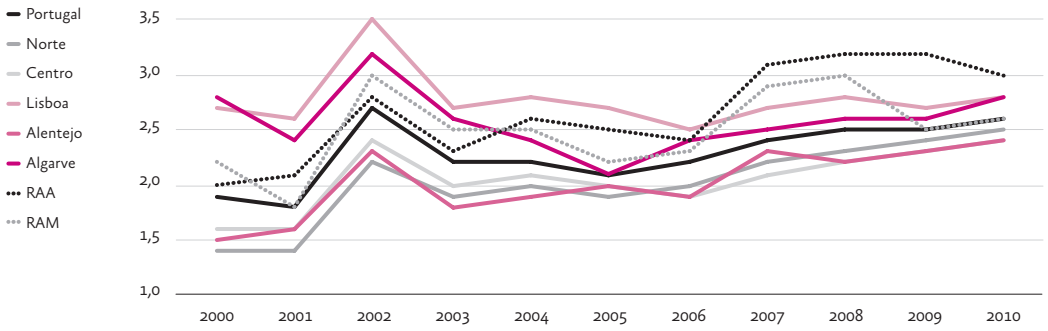


Fonte: INE. Elaboração própria.

Homens e mulheres apresentam idades médias diferentes ao primeiro casamento, existindo uma diferença de aproximadamente quatro anos entre ambos os sexos. Contudo, apesar das suas diferenças nas médias de idades, não se verificou um abrandamento no adiamento da idade média do primeiro casamento em nenhuma das NUTS II.

A análise pormenorizada da evolução da taxa bruta de divorcialidade, em Portugal e nas NUTS II, entre 2000 e 2011 (Gráfico 3.37), permite-nos verificar que, em mais de metade do período em análise (de 2000 a 2007), Lisboa foi a região com a taxa mais elevada, sendo ultrapassada, após 2008 pelas Regiões Autónomas. Já as regiões do Norte, Centro e Alentejo surgem com os menores níveis de divorcialidade. Verifica-se, contudo, uma tendência crescente das taxas em todas as NUTS II.

Gráfico 3.37 Evolução da taxa bruta de divorcialidade, em Portugal e nas NUTS II, entre 2000 e 2011

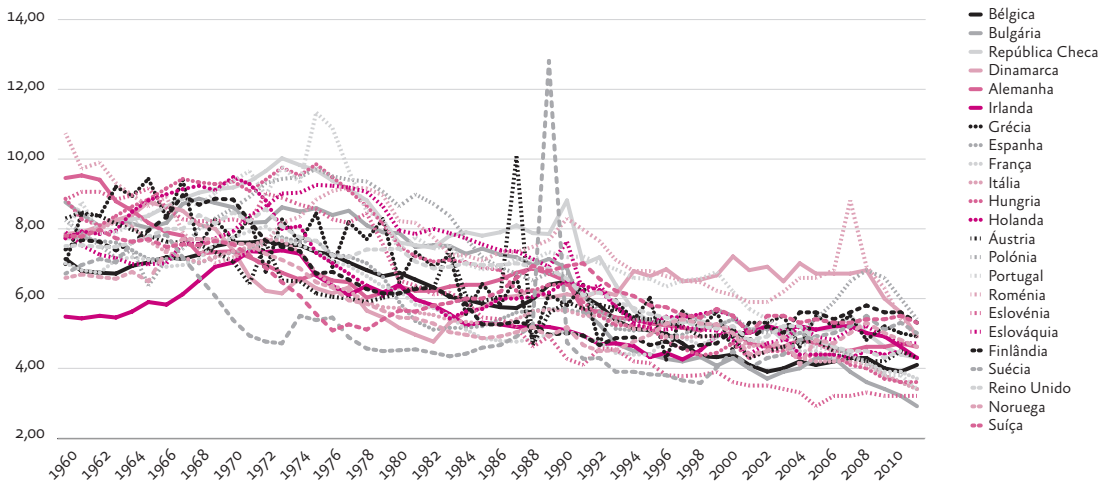


Fonte: INE. Elaboração própria.

2.5. Evolução da nupcialidade e divorcialidade de Portugal no contexto europeu

No contexto europeu, Portugal, bem como os restantes países, viu o número de casamentos diminuir. Numa análise da evolução da nupcialidade (Gráfico 3.38) observa-se, no início do período, uma proximidade de comportamentos. Todavia, já em 1960 se observavam valores mais baixos para os países nórdicos (Suécia e Noruega), pioneiros na diminuição do número de casamentos. Em Portugal, entre 1960 e 1976, observou-se um aumento da nupcialidade, que após este período diminuiu acentuadamente até 2011. De realçar que no período em análise, Bulgária, Roménia e Eslováquia apresentaram o maior decréscimo, e Suécia e Irlanda o menor.

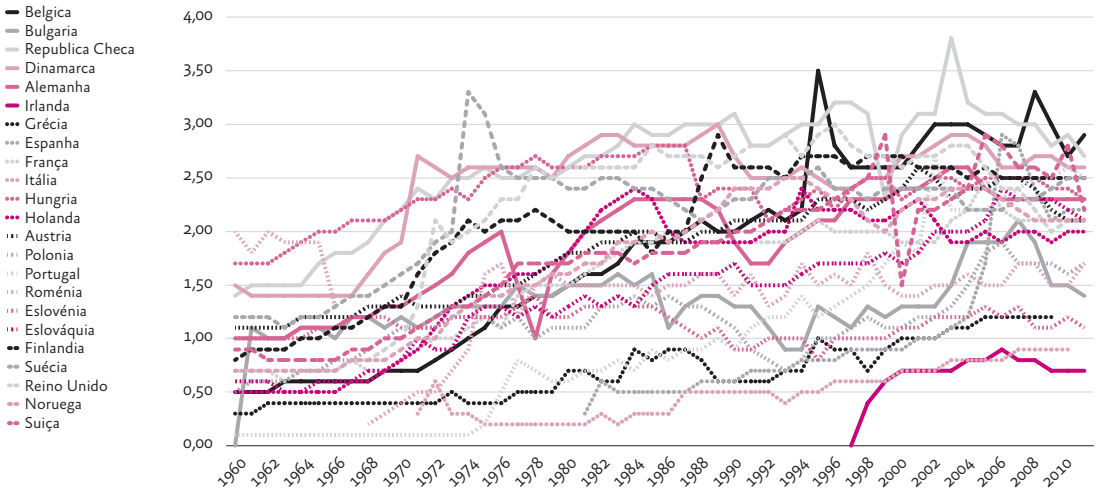
Gráfico 3.38 Evolução da taxa de nupcialidade, entre 1960 e 2011, para diferentes países da Europa



Fonte: INE. Elaboração própria.

Relativamente à evolução da taxa de divorcialidade, entre 1960 e 2011, nos diferentes países da Europa (Gráfico 3.39), observa-se uma tendência de crescimento, sendo os valores mais elevados observados no Reino Unido, Espanha, Bélgica e Portugal. Como referido acima, o «verdadeiro» aumento do divórcio, em Portugal, foi efectivado somente após 1975, e é após este período que se observa o seu crescimento, em consequência da proibição existente até à data. Neste contexto evolutivo é ainda possível observar que Itália, Grécia e Eslovénia apresentaram os menores níveis de divórcio.

Gráfico 3.39 Evolução da taxa de divorcialidade, entre 1960 e 2011, para diferentes países da Europa



Fonte: INE. Elaboração própria.

Retomando o nosso objectivo inicial, façamos um breve resumo do possível impacto da nupcialidade e divorcialidade nas alterações da fecundidade em Portugal.

2.6. Contributos para a análise da influência da nupcialidade e divorcialidade na evolução da natalidade e fecundidade em Portugal

Portugal, a par do resto da Europa, viu o número de casamentos diminuir ao longo das últimas décadas. A queda definitiva pode ser assinalada no ano de 1975, quando a taxa bruta de nupcialidade ultrapassou o valor de 10 por mil. A década de 1970 foi uma década excepcional na história da nupcialidade em Portugal. Se até à década de 1960 os sistemas de casamento, com as suas restrições, motivavam um casamento tardio e um elevado celibato definitivo, tudo se alterou definitivamente neste aspecto a partir da revolução de Abril de 1974.

A intensidade do casamento e o seu calendário foi-se alterando quer para homens, quer para mulheres. A idade média ao primeiro casamento elevou-se 5 anos, em média, entre 1970 e 2011, e em mais de 6 se tivermos como comparação o início da década de 1980. A intensidade do casamento diminui de cerca de 95 %, em 1980/81, para 59,3 % em 2010/11, no caso das mulheres, e de 96,8 % para 56,1 % no dos homens, conforme revela o Quadro 3.16.

Quadro 3.16 Indicadores de primeira nupcialidade entre 1980/81 e 2010/01, em Portugal

	1989/81	1990/91	2000/01
Intensidade do casamento dos solteiros – M	0,951	0,931	0,868
Intensidade do casamento dos solteiros – H	0,968	0,923	0,824
Idade média de nupcialidade dos solteiros – M	23,08	24,35	26,32
Idade média de nupcialidade dos solteiros – H	25,31	26,58	28,38

Fonte: INE. Elaboração própria.

Actualmente (2012), a taxa de nupcialidade estimada pelo INE é de 3,3 por mil habitantes; a maioria dos casamentos deixaram de ser católicos, retirando protagonismo à prática religiosa (apenas 38 % do total); a desinstitucionalização do casamento tornou-se evidente, vivendo em 2011, 11,7 % dos solteiros (tal como, 3,9 % dos viúvos e 29,7 % dos divorciados) em união de facto; de facto, a proporção de jovens solteiros no grupo 20-24 anos era, de acordo também com o último recenseamento, de 91 % no caso do sexo feminino e de 96 % no masculino, baixando os valores para 79 % e 89 %, respectivamente, se entrarmos em linha de conta com os que vivem em união de facto.

A alteração profunda de modelos de comportamento perante o casamento, aceitação total por parte por parte da sociedade das uniões de facto, conjugado com um eventual incentivo para adiar a transição para a vida adulta, inclusivamente aceite e desejado pelas gerações mais velhas, dos próprios pais, condicionam não apenas a formação das famílias, como no caso de interesse para o nosso estudo, determinam novos modelos de fecundidade, considerados como positivos e desejados. O que passou a ser entendido como o «dever ser» alterou-se profundamente: o cumprimento do dever para com a sociedade de ter (muitos) filhos transformou-se no direito de ter (menos) filhos de acordo e no momento em que as circunstâncias o permitirem.

Casamento tardio, ou mesmo inexistência de casamento, alterações provocadas no modo e intensidade da coabitação entre casais jovens, impelidos pela recessão e impulsionados pela emigração podem condicionar ainda mais o futuro de curto e médio prazo da fecundidade em Portugal.

Bibliografia

Bandeira, M. L. (2004). *Demografia: objecto, teorias e métodos*. Lisboa, Portugal: Escolar Editora.

Bandeira, M. L. (2012). Análise demográfica transversal do divórcio: questões de método, in *Diafanias do Mundo*. Homenagem a Mário F. Lages, Universidade Católica Editora, 2012

Bongaarts, J. e Feeney, G. (1998), On the Quantum and Tempo of Fertility, in Population and Development Review, 24(2), 271-291.

Bongaarts, J., Feeney. G., (2002), How long do we live?, in *Population and Development Review,* 28: 13-29

Bongaarts, J., Feeney. G., (2008), The quantum and tempo of life-cycle events, in *How Long Do We Live?*, Springer Berlin, Berlin.

Cardoso, S. (2006), Fecundidade e nupcialidade em Moçambique: análise de calendários, in Revista de Estudos Demográficos, 38, 79-110.

Frejka, T. (2010). Cohort overlays of evolving childbearing patterns: How postponement and recuperation are reflected in period fertility trends, in MPIDR Working paper 2010-026.

Livi-Bacci, M. (1971), *A Century of Portuguese Fertility*. Princeton: Princeton University Press.

Livi-Bacci, M. (1993), *Introduzione alla Demografia*. Edição Espanhola. Editorial Ariel. Barcelona.

Nazareth, J. M. (1977), Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa (1930-70), in Análise Social, 52, 901-986.

Goldstein, J. R., Cassidy, T., (2010). Cohort Postopnment and period measures, in MPIDR Working paper WP 2010-015.

Goldstein, J., Sobotka, T. e Jasiolioniene, A. (2009), The End of Lowest-Low Fertility?, in MPIDR Working Paper 2009-029.

Kohler, H., BillariI F., Ortega J. (2001). Towards a Theory of Lowest-Low Fertility, in MPIDR Working paper WP 2001-032

Kohler, H., BillariI F., Ortega J. (2002). The emergence of lowest-low fertility in Europe during the 1990s, in *Population and Development Review* 28(4): 641-680.

Kohler, H. P., Billari, F. e Ortega, J. (2006), Low Fertility in Europe: Causes, Implications and Policy Options, in Fred R. Harris (org.), The Baby Bust: Who will do the Work? Who Will Pay the Taxes? Lanham Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 48-109. 65

Myrskylä, M., Goldstein, J.R, e Cheng Y. A., (2012). New cohort fertility forecasts for the developed world, in MPIDR Working Paper WP-2012-014.

Rodriguez, G., (2006). Demographic translation and tempo effects: An accelerated failure time perspective, in Demographic Research 14(6): 85-110.

Ryder, N., (1964). The process of demographic translation, in Demography 1.

Ryder, N., (1986) Observations on the history of cohort fertility in the United States, in Population and Development Review 12: 617–643.

Rydell, I., (2002). Demographic patterns from the 1960s in France, Italy, Spain and Portugal, at seminar of Institute for Futures Studies.

Sobotka T., (2004), Is lowest-low fertility in Europe explained by the postponement of childbearing?, in *Population and Development Review,* 30: 195-220.

Zeng Yi,Land, K. C. (2002). Adjusting period tempo changes with an extension of Ryder's basic translation equation, in Demography, 39(2):269–285.

Capítulo IV

A Mortalidade em Portugal, 1950-2011*

* Alda Botelho Azevedo, Maria Isabel Baptista.

Neste capítulo propomo-nos analisar o processo evolutivo do comportamento da mortalidade em Portugal, de 1950 a 2011, de modo que se clarifique a relação entre esta dinâmica natural e as alterações da estrutura da população portuguesa, anteriormente identificadas. O mesmo é questionar de que forma a mortalidade se articula com o processo de envelhecimento da população portuguesa.

A relação da mortalidade com o processo de envelhecimento de uma população é mais difícil de apreender do que a relação da fecundidade ou das migrações. Uma dificuldade que advém do facto de aquela se definir de uma forma mais indirecta (Omran, 1971) do que a das outras dinâmicas demográficas. Logo, impõe-se que primeiramente se caracterize a evolução do comportamento da mortalidade no período em análise para depois estabelecer a relação existente entre os sentidos dessa evolução e o processo de envelhecimento da população portuguesa.

Assim, esta análise será estruturada em torno de cinco subtemas: a evolução da mortalidade ao nível nacional, a evolução da mortalidade ao nível regional, uma análise das causas de mortalidade, uma análise do estado de saúde da população sénior e, por fim, uma abordagem das novas perspectivas sobre o estudo do envelhecimento.

1. A mortalidade em Portugal, análise nacional, 1950-2011

A análise da mortalidade nacional é produzida aqui em dois diferentes níveis: uma perspectiva global, através de taxas brutas, e uma análise específica da esperança de vida e da mortalidade infantil.

1.1. Análise global da mortalidade

Na década de 1950, já estava instalado o movimento de descida da mortalidade em Portugal. Apesar de haver alguns indícios que remetem para a possibilidade de o início desse movimento ter ocorrido, de forma irregular, ainda nos

finais do século XVIII, o arranque para esta nova fase em queda acentuada, durante o século XX, ocorre em torno de 1924. A partir deste ano a frequência da mortalidade assume claramente uma tendência regular para decrescer, evoluindo de valores já relativamente moderados, em torno dos 20 ‰, para valores à volta dos 12 ‰, em 1950 (Bandeira,1996). Deste modo, o período aqui em análise inicia-se sob a influência de uma forte tendência para o declínio da mortalidade. Algo que apresenta uma continuidade perceptível na evolução das taxas brutas de 1890 a 2011 (Gráfico 4.1).

Gráfico 4.1 Taxas brutas de mortalidade (‰), Portugal, 1890-2011



Fonte: Valério, N. (coord), 2001 (1890-1991) e Indicadores demográficos, INE (1992-2011).

As taxas brutas de mortalidade (TBM) quantificam «a frequência anual da mortalidade por cada mil habitantes» (Bandeira, 2004:129) e sendo um indicador simples de calcular, por não exigirem informação estatística desagregada por sexo ou idade, servem sobretudo como indicadores globais que sintetizam as condições sanitárias do momento e facilitam a caracterização geral das tendências observadas ao longo do tempo (Bandeira, 2004: 189).

A partir da base de dados organizada pela equipa de investigação calcularam-se as taxas brutas de mortalidade para Portugal, NUTS II, NUTS III e municípios, de 1950 a 2011 que podem ser consultadas em Anexos. Concentrando-se este estudo na informação estatística censitária, no cálculo das taxas brutas foi assumida a população residente em Portugal no momento censitário como população média[18]. Por conseguinte, foram calculados os óbitos médios[19] registados nas *Estatísticas Demográficas* (INE) em torno da data do recenseamento, o que adicionalmente apresenta ainda a vantagem de diluir eventuais erros de observação.

Assim, para 1950, 1960 e 1970, anos em que o recenseamento tem como período de referência o dia 15 de Dezembro, foram calculados os óbitos médios com o ano do recenseamento e o ano seguinte. Em 1981, 1991, 2001 e 2011, anos

18. População presente no caso de 1950.

19. No cálculo dos indicadores do presente capítulo utilizam-se os totais publicados pelo INE para Portugal, excluindo-se os óbitos ocorridos no «Estrangeiro» e nas «Províncias ultramarinas» e incluindo «Outras residências e ignorada» nos casos aplicáveis. Existindo óbitos de idade «Ignorada», como por exemplo em 2011, excluem-se esses óbitos para que o total para Portugal seja o mesmo nas medidas globais e específicas.

em que os períodos de referência são 16 de Março, 15 de Abril, 12 de Março e 21 de Março, respectivamente, utilizam-se os óbitos do ano do recenseamento e os do ano anterior[20].

A taxa bruta de mortalidade (TBM) é um indicador com limitações[21], mas cuja utilidade é inegável quando se trata de fazer análises na longa duração. Serve-nos neste caso para assinalar algumas tendências mais relevantes.

Partindo em 1950 com um valor de 12,34 ‰[22], Portugal chega a 2011 com uma TBM de 9,88 ‰. Todavia, a descida dos valores não é regular ao longo do período. Por um lado, existem dois momentos em que as TBM sobem, 1970 e 1991. Por outro lado, o valor mais baixo não é o do final do período, mas o relativo a 1981 (9,70 ‰) (Quadro 4.1).

Quadro 4.1 Taxas brutas de mortalidade (‰), Portugal, 1950-2011 e taxa de variação (%) para o período

Taxas brutas de mortalidade (‰)							Variação (%)
1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	1950-2011
12,34	10,95	11,12	9,70	10,47	10,16	9,88	-19,89

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950-2011) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71; 1980-81; 1990-91; 2000-01; 2010-2011), INE.

20. O que significa assumir que a estrutura da população portuguesa não sofreu alterações significativas entre o momento censitário e 31 de Dezembro.

21. «A sua principal limitação advém do facto de dependerem da estrutura etária e sexual que caracteriza cada população. Nas populações em que o peso da população idosa é menor ou em que o peso da população feminina é superior ao da população masculina, as taxas brutas de mortalidade tendem a apresentar níveis menos elevados, em comparação com os níveis das populações menos jovens e menos femininas» (Bandeira, 1996:164).

22. As diferenças entre os valores aqui apresentados e os publicados por outras fontes de informação demográfica, nomeadamente o INE, devem-se à metodologia utilizada.

1.2. Análise da duração média de vida e da mortalidade infantil

A evolução da esperança de vida no nascimento, de 1950 a 2011, não reflecte a instabilidade no comportamento da mortalidade traduzida pelas TBM. Isto porque a esperança de vida[23] aumenta ao longo de todo o período (Quadro 4.2).

23. Vide em anexo as notas metodológicas relativas à construção das tábuas de mortalidade.

Quadro 4.2 Esperança de vida no nascimento (em anos) e anos de vida ganhos, sexos reunidos, Portugal, 1950-2011

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
e_0	58,90	63,93	67,26	71,66	73,93	76,96	80,15
		1950-60	1960-70	1970-81	1981-91	1991-01	2001-11
Ganhos (anos)		5,03	3,33	4,40	2,27	3,03	3,19

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950-2011) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71; 1981; 1990-91; 2000-01; 2010-2011), INE.

No entanto, os anos em que as TBM sobem (1970 e 1991) são os anos em que a esperança de vida apresenta reduções no número de anos ganhos. Trata-se pois de momentos em que o declínio da mortalidade efectivamente abranda. E, ao que tudo indica, são as décadas de 1960 e de 1980 as que protagonizam o

maior abrandamento do declínio da mortalidade. Quanto à queda mais acentuada, ela acontece na década de 1950, seguida da década de 1970. O ano de 1981 assume algum realce, por apresentar um valor elevado em anos de vida ganhos que, até ao final do período, a esperança de vida não volta a registar.

De facto, a partir dos resultados das TBM poder-se-ia concluir que os limites do declínio da mortalidade se haviam esgotado quando atingidos os 9,70 ‰, mas o facto de os valores da esperança de vida continuarem a aumentar indica que o processo, até 2011, ainda não chegou ao seu termo. Aliás, Portugal foi dos países europeus onde a duração média de vida mais progressos conheceu (Quadro 4.3).

Quadro 4.3 Esperança de vida no nascimento (em anos), sexos reunidos, países europeus, 1960-2011

	1960	1970	1981	1991	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
União Europeia (27 países)	-	-	-	-	-	-	77,7	77,8	78,4	78,5	79,0	79,2	79,4	79,7	80,0	80,4
Alemanha (incluindo Rep. Dem. Alemã)	69,2	70,7	73,4	75,7	78,3	78,6	78,6	78,6	79,3	79,4	79,9	80,1	80,2	80,3	80,5	80,8
Áustria	-	70,1	73,0	75,9	78,3	78,8	78,9	78,8	79,3	79,5	80,1	80,4	80,6	80,5	80,8	81,2
Bélgica	69,7	71,0	73,7	76,3	77,9	78,1	78,2	78,3	79,0	79,1	79,5	79,9	79,8	80,1	80,3	80,5
Bulgária	69,3	71,2	71,5	71,1	71,6	71,9	72,1	72,3	72,5	72,5	72,7	73,0	73,3	73,7	73,8	74,2
Chipre	-	-	-	-	77,7	79,0	78,7	79,1	79,2	78,9	80,3	80,1	80,8	81,1	81,5	81,2
Croácia	-	-	-	-	-	-	74,8	74,7	75,5	75,4	76,0	75,8	76,1	76,4	76,8	77,2
Dinamarca	-	-	74,3	75,3	76,9	77,0	77,1	77,4	77,8	78,3	78,4	78,4	78,8	79,0	79,3	79,9
Espanha	-	-	75,8	77,1	79,3	79,8	79,9	79,8	80,4	80,4	81,2	81,2	81,5	81,9	82,3	82,4
Finlândia	-	-	74,0	75,5	77,8	78,2	78,3	78,6	79,0	79,1	79,5	79,6	79,9	80,1	80,2	80,6
França	-	-	-	-	79,2	79,3	79,4	79,3	80,3	80,3	80,9	81,3	81,4	81,5	81,8	82,3
Grécia	-	73,8	75,7	77,1	78,0	78,5	78,7	78,8	78,9	79,2	79,5	79,4	80,0	80,2	80,6	80,8
Holanda	-	-	-	77,2	78,2	78,4	78,5	78,7	79,3	79,6	80,0	80,4	80,5	80,9	81,0	81,3
Hungria	68,1	69,3	69,2	69,4	71,9	72,5	72,6	72,6	73,0	73,0	73,5	73,6	74,2	74,4	74,7	75,1
Irlanda	-	-	-	75,0	76,6	77,2	77,9	78,3	78,9	79,4	79,7	79,7	80,2	80,2	81,0	80,6
Islândia	-	73,9	76,5	78,0	79,7	80,7	80,6	81,0	81,1	81,5	81,2	81,5	81,6	81,8	81,9	82,4
Itália	-	-	-	77,1	79,9	80,2	80,4	80,0	81,0	80,9	81,5	81,6	81,9	82,1	82,5	82,8
Letónia	-	-	-	-	-	-	70,4	70,8	71,2	71,0	70,9	71,2	72,5	73,3	73,7	73,9
Liechtenstein	-	-	-	-	77,0	79,3	79,8	80,1	82,0	80,7	81,0	81,4	82,9	81,7	81,8	81,9
Lituânia	-	71,1	70,5	70,6	72,2	71,8	71,9	72,1	72,0	71,3	71,1	70,9	72,0	73,2	73,5	73,8
Luxemburgo	-	-	72,6	75,7	78,0	78,0	78,1	77,9	79,2	79,6	79,4	79,5	80,7	80,8	80,8	81,1
Malta	-	-	71,5	-	78,4	78,9	78,8	78,7	79,4	79,4	79,5	79,9	79,7	80,3	81,4	80,9
Noruega	73,8	74,3	76,0	77,1	78,8	79,0	79,0	79,6	80,1	80,3	80,6	80,6	80,8	81,0	81,2	81,4
Polónia	-	-	-	70,4	73,8	74,2	74,5	74,7	74,9	75,0	75,3	75,4	75,6	75,9	76,4	76,9

	1960	1970	1981	1991	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Portugal	64,0	66,7	71,8	74,1	76,7	77,0	77,3	77,4	78,3	78,1	78,9	79,1	79,4	79,6	79,8	80,9
Reino Unido	-	-	-	-	78,0	78,2	78,3	78,4	79,0	79,2	79,6	79,8	79,9	80,5	80,7	81,1
República Checa	70,7	69,6	70,8	72,0	75,1	75,4	75,4	75,3	75,9	76,1	76,8	77,0	77,3	77,4	77,7	78,0
República da Eslovénia	-	-	-	73,6	76,2	76,4	76,6	76,4	77,2	77,5	78,3	78,4	79,1	79,4	79,8	80,1
República da Estónia	-	-	-	69,8	70,8	70,6	71,1	71,7	72,2	72,8	73,1	73,1	74,3	75,2	76,0	76,5
República Eslovaca	70,3	69,8	70,7	71,1	73,3	73,6	73,8	73,8	74,2	74,1	74,4	74,6	74,9	75,3	75,6	76,1
Roménia	-	68,2	69,5	70,1	71,2	71,1	70,9	71,3	71,8	72,1	72,6	73,2	73,4	73,5	73,8	74,6
Suécia	-	74,7	76,1	77,8	79,8	79,9	80,0	80,3	80,7	80,7	81,0	81,1	81,3	81,5	81,6	81,9
Suíça	71,4	73,2	75,9	77,8	80,0	80,5	80,6	80,7	81,3	81,5	81,8	82,0	82,3	82,3	82,7	82,8

Nota: (-) Valor não disponível.

Fonte: Eurostat, Esperança de vida no nascimento (1960-2011).

Segundo dados do Eurostat, Portugal surge com mais de 16 anos ganhos em esperança de vida de 1960 a 2011. Valor que o posiciona de facto entre os países europeus cujas esperanças de vida mais cresceram na transição para o século XXI.

No Quadro 4.3 Portugal surge mesmo como o país europeu que protagoniza os maiores acréscimos em anos de esperança de vida de 1991 a 2011. Este crescimento acentuado traduz-se numa esperança de vida, para 2011, acima dos 80 anos, mas que ainda o mantém na cauda dos 15 países europeus com valores mais elevados para a duração média de vida. Deste modo e ao que tudo indica, ainda existem progressos por fazer e caminho para a mortalidade em Portugal continuar a recuar.

É sabido que a esperança de vida no nascimento é um indicador muito mais fino e rigoroso do que a TBM. Calculada com base na tábua de mortalidade, a esperança de vida no nascimento sintetiza o calendário da mortalidade (ou as condições gerais de sobrevivência) de uma geração ou de um período (Bandeira, 2004). Sublinhamos que a esperança de vida no nascimento aqui referida corresponde à duração média de vida de uma população, de acordo com as condições de mortalidade observadas num dado momento do tempo[24]. Trata-se pois do cálculo da esperança de vida segundo a perspectiva de análise transversal ou do momento (Bandeira, 2004).

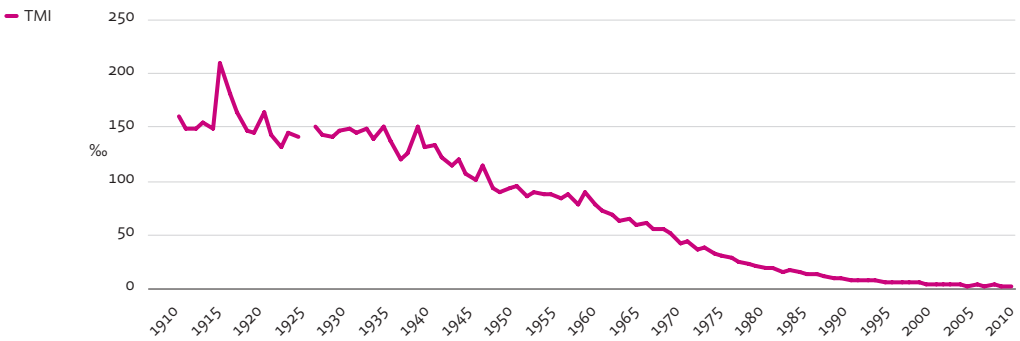
Juntamente com a esperança de vida no nascimento, a taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores cuja análise permite aferir com rigor as tendências da mortalidade (Bandeira, 1996).

Ora, a tendência de declínio da mortalidade sintetizada na evolução da esperança de vida no nascimento remete para o declínio da mortalidade infantil[25] que efectivamente ocorre de 1950 a 2011 (Gráfico 4.2).

24. «Não corresponde à duração média da vida de nenhuma geração em concreto, pois para calcular esse valor seria necessário aguardar que todos os indivíduos dessa geração tivessem morrido [...].» (Oliveira e Mendes, 2010:118).

25. Não sendo possível o acesso à dupla classificação dos óbitos infantis (por ano de nascimento e ano de óbito), as taxas de mortalidade infantil foram calculadas segundo o chamado «método clássico». Assemelhando-se mais a um quociente do que a uma taxa no estrito sentido do termo demográfico (Bandeira, 2004: 196), a taxa de mortalidade infantil expressa, em permilagem, o número de óbitos com menos de um ano de idade relativamente aos nados-vivos ocorridos durante esse mesmo ano.

Gráfico 4.2 Taxas de mortalidade infantil (‰), Portugal, 1910-2011



Fonte: Valério, N. (coord), (2001) para o período 1910-1969 e INE, Indicadores demográficos para o período 1970-2011.

Em convergência com o comportamento da esperança de vida, a mortalidade infantil apresenta-se em queda acentuada ao longo de todo o período, o que desde já leva a concluir que o declínio que a mortalidade conhece de 1950 a 2011 é algo tributário do declínio da mortalidade infantil. Esta, em 1950, parte de um valor ainda pouco favorável no contexto europeu[26] para chegar a 2010 com o valor mais baixo da Europa (OECD, 2012). Nesse processo, o ano de 1981 assume a sua particularidade pois marca a maior queda da mortalidade infantil. A partir desse momento, o declínio da mortalidade na população com menos de um ano de idade segue para valores que, a partir de 2001, se concentram abaixo dos 5 ‰.

A mortalidade infantil é, por definição, um indicador demográfico que remete para as condições sanitárias e da saúde em geral de uma população. Trata-se de um indicador cuja sensibilidade a factores externos desfavoráveis (com influência conjuntural no estado da saúde das populações) é tanto maior quanto se trata de populações fragilizadas em termos sociais, económicos e sanitários (Cónim, 1990). A sua evolução no território nacional é francamente positiva ao longo da segunda metade do século XX, indicando pois uma efectiva alteração das condições sanitárias e socioeconómicas da população portuguesa.

26. Em 1987, Portugal continuava a apresentar a mais elevada taxa de mortalidade infantil da Europa Ocidental (Cónim,1990).

1.2.1. A transição epidemiológica em Portugal

Com efeito, a irradicação das epidemias, a generalização da vacinação, a assistência clínica e medicamentosa, o desenvolvimento da saúde pública e os melhores cuidados alimentares são algumas das mudanças que se conjugaram, ao longo do século XX, num processo de crescente capacidade de controlo sobre a doença e a morte em Portugal (Fernandes, Moreira e Rodrigues, 2004). Um processo que se inscreve no que se denominou de transição epidemiológica.

A teoria da transição epidemiológica, definida por Abdel R. Omran (1971), parte da defesa da relevância que o comportamento da mortalidade

tem na evolução da dinâmica populacional ou do papel fundamental que esta variável assume no processo de transição demográfico de um regime entendido como pré-moderno para um regime marcado pela modernidade. Esta premissa primeira da teoria da transição epidemiológica remete aliás para a discussão da importância da mortalidade também ao nível da teoria da transição demográfica.

Apesar de a mortalidade ser, de todas as variáveis demográficas, a mais dependente das leis da natureza (Lages, 2007), ela aqui não é entendida apenas como uma variável afectada por causas naturais, mas sobretudo por outro tipo de causas de foro mais social, tecnológico, científico e cultural. Por conseguinte, no âmbito da segunda premissa da sua teoria, Omran define o processo da transição epidemiológica através do que denominou «três idades epidemiológicas». *Idades* ou fases claramente determinadas pela forma como se reflectiram os progressos técnicos e científicos ao nível do controlo das patologias e do estado da saúde das populações (Omran, 1971).

A primeira fase, denominada *Idade da Peste e da Fome*[27] (Omran, 1971:737), é marcada por uma mortalidade alta e irregular, com uma esperança média de vida no nascimento baixa e oscilante entre os 20 e os 40 anos. Nesta fase a conjuntura patológica é dominada pelas doenças infecciosas. Com a introdução de novas práticas de higiene, habitacionais e alimentares, acompanhadas pelo desenvolvimento técnico, científico e socioeconómico, as doenças infecciosas são gradualmente debeladas no decorrer da segunda fase, a denominada *Idade do Recuo ou do Retrocesso das Pandemias*[28]. Esta segunda fase define-se pois pela descida gradual da mortalidade, no sentido da queda acentuada, paralelamente ao desaparecimento dos picos epidémicos tão característicos da primeira fase ou *idade*.

Deste modo, a segunda *idade epidemiológica* é a que compreende o processo de transição em si entre a primeira e a terceira fases ou *idades*. Isto porque a esperança de vida no nascimento sobe de forma regular dos 30 para os 50 anos à medida que, na conjuntura da mortalidade, a preponderância das doenças infecciosas é progressivamente substituída pelo aumento de importância das doenças degenerativas e doenças da sociedade (ou produzidas pela humanidade)[29]. E são estas que dão, aliás, o nome à terceira fase ou *idade epidemiológica*, denominada de *Idade das Doenças Degenerativas e das Doenças da Sociedade* (ou produzidas pela humanidade)[30].

Logo a terceira *idade epidemiológica*, segundo Omran (1971), é pois marcada pela preponderância das doenças degenerativas e das doenças da sociedade articulada com o declínio da mortalidade no sentido de uma estabilização em torno de valores relativamente baixos. A esperança de vida durante esta

27. The Age of Pestilence and Famine.

28. The Age of Receding Pandemics.

29. Man-Made Diseases.

30. The Age of Degenerative and Man-Made Diseases.

fase é caracterizada por um crescimento para lá dos 50 anos e sobretudo por acréscimos de anos ganhos nas idades mais avançadas.

Ora todo este percurso feito pela esperança de vida no nascimento no sentido ascendente remete fortemente para alterações ao nível das idades da morte. Tal como refere Meslé e Vallin (2002), a transição epidemiológica não se define apenas pela passagem de uma estrutura patológica dominante a outra, mas também por um processo de transformação radical nas idades em que ocorrem os óbitos.

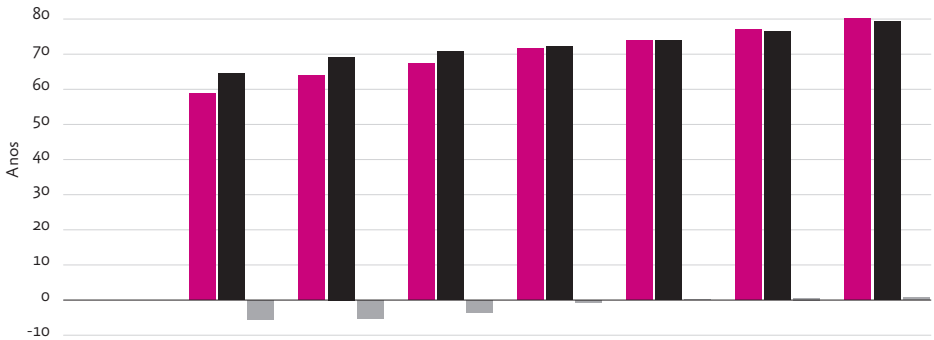
A conjuntura da mortalidade é dominada, na primeira fase, pelo ritmo de ocorrência de epidemias, fomes e guerras às quais se associam, sobretudo, o grande peso de óbitos por doenças infecciosas, por má nutrição e complicações derivadas do processo de gravidez e parto. Apesar de o elevado risco de morrer afectar todos os grupos de idades da população, são as crianças, sobretudo nas idades mais novas, e as mulheres na adolescência e em idade fértil, os que acusam a maior vulnerabilidade nesta fase. Tal implica que estes grupos sejam os mais beneficiados no âmbito da segunda fase (Omran, 1971). O mesmo é dizer que na transição de uma estrutura patológica dominada pelas doenças infecciosas para uma dominada pelas doenças degenerativas (sobretudo do foro cardiovascular e oncológico) e da sociedade[31], são as crianças e as mulheres na adolescência e na idade fértil as primeiras a libertarem-se da morte precoce. Este facto remete para as consequentes alterações, motivadas pelo comportamento da mortalidade, ao nível da estrutura etária e sexual das populações.

Ora, em 1950, à luz da teoria da transição epidemiológica, pode considerar-se que Portugal estava a acabar de sair da fase a que Omran chamou segunda *idade epidemiológica*. A gradual alteração dos factores que estavam na origem da mortalidade tinha dado lugar ao rápido declínio da mortalidade em geral, patente nos valores da esperança de vida no nascimento para lá dos 50 anos e da mortalidade infantil em particular que, a partir de 1950, começa a acentuar gradualmente o ritmo da sua queda[32]. Através da comparação entre a esperança de vida no nascimento e a esperança de vida no 1.º aniversário pode perceber-se o efeito dessa queda da mortalidade infantil no padrão etário da mortalidade (Bandeira, 1996) no período de 1950 a 2011 (Gráfico 4.3).

31. Omran categorizou aqui as doenças associadas aos efeitos de radiações, aos acidentes, aos riscos profissionais, às substâncias tóxicas existentes no ambiente ou na indústria e aos aditivos alimentares. A estas Meslé e Vallin (2002) juntaram as associadas ao tabagismo e ao alcoolismo como das mais relevantes nesta categoria.

32. É com algum atraso que Portugal entra na terceira fase epidemiológica face ao modelo clássico definido por Onram (1971).

Gráfico 4.3 Esperança de vida no nascimento e no 1.ºaniversário (em anos), sexos reunidos, Portugal, 1950 -2011



	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
e_0	58,90	63,93	67,26	71,66	73,93	76,96	80,15
e_1	64,47	69,19	70,87	72,28	73,79	76,39	79,38
Diferença	-5,57	-5,26	-3,61	-0,62	0,14	0,57	0,77

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950-2011) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71; 1981; 1990-91; 2000-01; 2010-2011), INE.

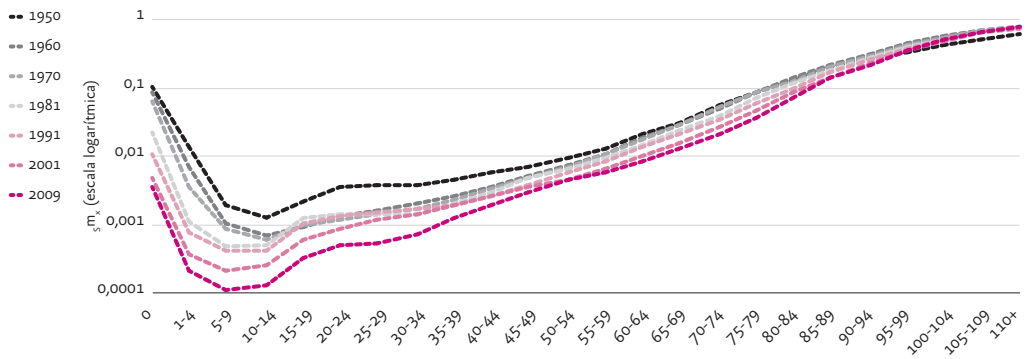
Em 1950, os sobreviventes no 1.º aniversário de vida têm mais 5,57 anos de esperança de vida do que os recém-nascidos. Este bónus resulta do facto de terem superado o ainda elevado risco de mortalidade a que não conseguiram escapar 94,11 por cada 1000 recém-nascidos. Mas é em 1970 que se começam a sentir mais os efeitos da queda da mortalidade infantil na diferença entre essas duas primeiras idades. E se em 1981 a diferença é já mínima, em 1991 ela passa a existir, pela primeira vez, a favor dos recém-nascidos. E é nesse sentido que ela assume uma tendência para se dilatar até 2011.

Ora, a inversão na relação entre estes dois indicadores, desde a década de 1980, demonstra claramente como a estrutura da mortalidade se vai alterando por via da denominada transição epidemiológica. Efeito perceptível na evolução das taxas específicas de mortalidade de 1950 a 2009[33] (Gráfico 4.4).

De facto, a forte redução da mortalidade nas idades mais jovens e o gradual adiamento da morte para idades mais avançadas levam a que o padrão etário da mortalidade em Portugal, de 1950 a 2009, acentue a sua forma em *J*. E, paralelamente, se torne cada vez mais aceitável conceptualizar como prematuros ou precoces os óbitos que ocorrem antes dos 60 (Morais, 2002) ou dos 65 anos de idade (Santana, 2002).

33. Sempre que a unidade de análise é o país e se pretendem comparações por sexo, recorremos aos dados da Human Mortality Database por disponibilizarem informação para todo o período em estudo.

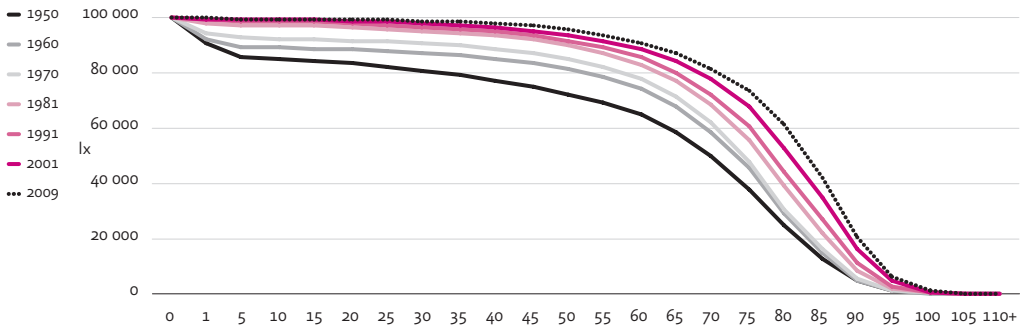
Gráfico 4.4 Evolução das taxas específicas de mortalidade, sexos reunidos, Portugal, 1950-2009



Fonte: Tábuas completas de mortalidade (transversais), *Human Mortality Database* (Portugal, 1950-2009).

Com as probabilidades de sobrevivência a favorecerem as idades mais adultas e seniores, em Portugal, de 1950 a 2009, percebe-se o gradual deslocamento das curvas de sobrevivência para idades mais tardias (Gráfico 4.5). A esta alteração nas idades da morte também se associa o que se define por uma progressiva rectangularização das curvas de sobrevivência. Um efeito que é equacionado por Fries (1980) como resultado da concentração da mortalidade nas idades mais avançadas, à medida que as populações se aproximam do limite biológico da longevidade.

Gráfico 4.5 Série dos sobreviventes, sexos reunidos, Portugal, 1950-2009



Fonte: Tábuas completas de mortalidade (transversais), *Human Mortality Database* (Portugal, 1950-2009).

Segundo Fries (1980), a rectangularização das curvas de sobrevivência envolve a tendência que aquelas assumem para se caracterizarem apenas por uma linha quase horizontal até à idade próxima da esperança de vida, e depois por uma descida brusca, quase vertical, indicando que quase todas as mortes ocorrem numa pequena amplitude etária. Deste modo, a compressão

da mortalidade e a rectangularização das curvas de sobrevivência surgem como duas ideias inseparáveis. No entanto, estudos recentes questionam esta ideia de concentração da mortalidade, referindo-se antes a um «deslocamento da mortalidade para idades cada vez mais tardias» (Oliveira, 2010: 39).

De qualquer modo, da observação do Gráfico 4.5 verifica-se que nas idades mais novas, a dispersão das curvas dos sobreviventes, entre 1950 e 1970 diminui gradualmente até uma quase sobreposição a partir de 1981. A par deste processo, observa-se o aumento dos sobreviventes em idades cada vez mais avançadas ao qual se associam os extraordinários progressos que ocorreram, em Portugal, na esperança de vida aos 65 anos (Quadro 4.4).

Quadro 4.4 Esperança de vida aos 65 anos de idade (em anos), total e por sexos, Portugal, 1950-2009

Ano	e_{65} (total)	Ganhos	e_{65} (homens)	Ganhos	e_{65} (mulheres)	Ganhos
1950	13,57	-	12,18	-	14,45	-
1960	13,73	0,16	12,38	0,20	14,66	0,21
1970	13,91	0,18	12,38	0,00	14,95	0,29
1981	15,21	1,30	13,40	1,02	16,45	1,50
1991	16,14	0,93	14,20	0,80	17,53	1,08
2001	17,67	1,53	15,64	1,44	19,16	1,63
2009	18,95	1,28	17,01	1,37	20,39	1,23
Total	-	5,38	-	4,83	-	5,94

Fonte: Tábuas completas de mortalidade (transversais), *Human Mortality Database* (Portugal, 1950-2009).

Na evolução da esperança de vida no 65.º aniversário verifica-se pois que, ao longo do período em análise, a mortalidade nunca parou de recuar, o que se traduz num ganho de 5,38 anos para sexos reunidos. Esta evolução questiona sobretudo a última fase ou a terceira *idade* da transição epidemiológica definida por Omran (1971).

Segundo aquele autor, neste último momento dominado pelas doenças degenerativas e da sociedade os progressos conhecidos pela esperança de vida abrandariam e tenderiam a estabilizar em torno de valores relativamente baixos. Ora, tal não aconteceu, nem em Portugal, nem em nenhum dos países da Europa Ocidental (Meslé e Vallin, 2002).

Em Portugal, de 1950 a 2009, verificam-se inquestionáveis progressos na esperança de vida aos 65 anos que se acentuam a partir de 1981. Contudo, de forma diferenciada segundo o sexo. As mulheres têm sempre uma esperança de vida mais elevada e acréscimos em anos sempre superiores aos dos homens

com a excepção do último momento. Com efeito, só em 2009 é que os homens pela primeira vez conhecem um aumento na esperança de vida maior do que o das mulheres.

É de notar que, em 2011, na Europa e relativamente à esperança de vida aos 65 anos, as mulheres portuguesas, com 21,8 anos, ocupam uma posição francamente favorável (Eurostat). Isto na medida em que só são ultrapassadas pelas mulheres francesas (23,8 anos), espanholas (22,8 anos) e italianas (22,6 anos). Quanto aos homens portugueses (com 18,1 anos), apesar de a sua posição relativa no conjunto dos países europeus ficar aquém da das mulheres, também se conseguem posicionar, na EU27, entre as nove mais elevadas esperanças de vida aos 65 anos[34]. Todavia, mantêm-se atrás dos limiares de longevidade que os homens dos países do Sul (Itália, Espanha e Grécia) já alcançaram[35].

34. Em 2011, no masculino, as esperanças de vida no nascimento mais elevadas da EU27 eram, por ordem decrescente, da França, da Itália, da Espanha, do Reino Unido, da Grécia, da Suécia, da Alemanha e do Chipre.

35. Os valores em causa são 18,8 anos (Itália), 18,7 anos (Espanha) e 18,5 anos (Grécia).

1.3. A diferente esperança de vida entre homens e mulheres

A diferente esperança de vida entre homens e mulheres, favorável às mulheres, é uma constatação ao longo do século XX, em Portugal e em grande parte dos países europeus (Oliveira e Mendes, 2010). Trata-se de uma vantagem que acompanha os progressos ocorridos no estado da saúde e na melhoria das condições de vida em geral das populações. Facto que remete, em parte, para os benefícios que o sexo feminino retirou da transição epidemiológica (Omran, 1971).

É de salientar que, segundo dados do Eurostat para 2009, Portugal, apesar dos grandes progressos que a esperança de vida à nascença conheceu em ambos os sexos, não consegue posicionar-se entre os países com os valores mais elevados, tanto no masculino como no feminino. Aliás, os homens portugueses encontram-se numa situação relativa, no conjunto dos países da EU27, claramente menos favorável do que a das mulheres portuguesas[36]. Isto porque em 2009 eles ainda apresentam a esperança de vida no nascimento mais baixa de todos os países da Europa Ocidental.

36. Em 2009, as mulheres portuguesas apresentam a 15.ª esperança de vida à nascença mais elevada, posicionando Portugal, atrás da França, Espanha, Itália, Chipre, Finlândia, Suécia, Luxemburgo, Áustria, Holanda, Alemanha, Bélgica, Grécia, Malta e República da Eslovénia.

Na Europa, esta forte desvantagem dos homens portugueses na esperança de vida ao nascimento, que não está de acordo com o que ocorre ao nível da esperança de vida aos 65 anos, reenvia para o peso que os contributos das diferentes idades podem ter para o aumento da esperança de vida à nascença. Algo que coincide com o facto de em Portugal a mortalidade evitável masculina ser tendencialmente muito superior à feminina (Santana, 2002). Uma mortalidade que envolve cerca de metade dos óbitos que ocorrem abaixo dos 65 anos de idade.

A evolução da esperança de vida por sexos faz pois sobressair o quanto as mulheres beneficiaram da transição epidemiológica, como grupo *per si* e em comparação com os homens. Em 1950, na esperança de vida no nascimento, as portuguesas já têm uma vantagem sobre os portugueses de 5,24 anos[37] (Quadro 4.5).

37. Quando a dinâmica demográfica é marcada por uma mortalidade elevada, a esperança de vida é semelhante em ambos os sexos (Oliveira e Mendes, 2010).

Até 1991, a duração média de vida aumenta sempre mais no feminino do que no masculino, o que leva a um gradual aumento da diferença entre sexos, sempre favorável às mulheres. Contudo, a partir de 2001 os ganhos em anos de vida dos homens são superiores aos das mulheres, indicando que estão em curso alterações no sentido da redução dessa diferença.

As razões desta evolução não são claras. Isto porque apesar de os hábitos de vida dos homens e das mulheres tenderem a tornar-se mais semelhantes do que outrora (tabagismo, consumo de álcool, dieta alimentar, acidentes de trabalho e de viação, entre outros), as mulheres continuam a ser mais moderadas e prudentes nestes seus «novos» comportamentos e mantêm uma relação com os cuidados de saúde mais estreita (Oliveira e Mendes, 2010).

No período aqui em análise, o ano de 1960 é o que conhece o maior aumento da esperança de vida seguido do ano de 1981, isto para ambos os sexos (Quadro 4.5). Já 2009 é o momento onde se observa o menor crescimento na esperança de vida feminina e, 1991, na esperança de vida masculina. Finalmente, a diferença entre a esperança de vida feminina e masculina, sempre favorável às mulheres, é menor no início do período do que no fim e atinge a sua maior dilatação, em 1991, com 7,34 anos de diferença.

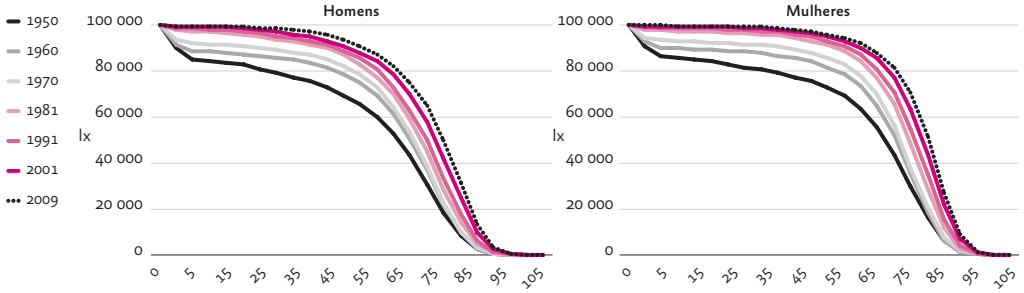
Quadro 4.5 Evolução da esperança de vida (em anos), por sexo, Portugal, 1950-2009

	Homens		Mulheres		
Anos	**e_0**	**Ganhos**	**e_0**	**Ganhos**	**Diferença**
1950	55,79	-	61,03	-	5,24
1960	61,28	5,49	66,91	5,88	5,63
1970	63,88	2,60	70,12	3,21	6,24
1981	68,31	4,43	75,42	5,30	7,11
1991	70,46	2,15	77,80	2,38	7,34
2001	73,56	3,10	80,58	2,78	7,02
2009	76,42	2,86	82,46	1,88	6,04
Total	-	**20,63**	-	**21,43**	-

Fonte: Tábuas completas de mortalidade (transversais), *Human Mortality Database* (Portugal, 1950-2009).

A evolução das curvas de sobrevivência para ambos os sexos evidencia a desigualdade sexual no ritmo de declínio da mortalidade (Gráfico 4.6). O processo de deslocamento das curvas de sobrevivência das mulheres para idades mais tardias assume uma tendência mais forte e definida do que a dos homens, indicando que o risco de morrer recua muito mais acentuadamente nas mulheres em idade activa do que nos homens da mesma faixa etária.

Gráfico 4.6 Séries dos sobreviventes, por sexo, Portugal, 1950-2009



Fonte: Tábuas completas de mortalidade (transversais), *Human Mortality Database* (Portugal, 1950-2009).

Ora, para melhor percepcionar como evoluiu a esperança de vida entre 1950 e 2011 importa pois decompor os ganhos de vida (em anos) pelos diferentes grupos etários e por sexos[38]. Tendo em conta as características dos dados existentes com este nível de desagregação, considera-se pertinente a divisão desta série temporal em dois subperíodos (1950-1980 e 1981-2011). Ao nível nacional, de 1950 a 1980, a análise concentra-se no trabalho efectuado por Oliveira e Mendes (2010).

No segundo momento, de 1981 a 2011, utilizam-se as tábuas de mortalidade construídas no âmbito deste estudo e recorre-se à mesma metodologia aplicada pelas referidas autoras, ou seja, o método de Arriaga (1984), aplicável a dados discretos de acordo com a descrição de Preston, Heuveline e Guillot (2001: 64-65).

Efectivamente, o ano de 1981 assume alguma especificidade. É em 1981 que encontramos o valor mais baixo da TBM no período, tal como o valor mais alto na queda da mortalidade infantil e um dos maiores aumentos da esperança de vida no nascimento para homens e mulheres.

Ao analisarmos as contribuições das várias idades do sexo masculino para o aumento da esperança de vida no nascimento, podemos verificar que até 1980 os ganhos estão muito dependentes da mortalidade dos mais jovens ou da mortalidade até ao 15.º aniversário (Gráfico 4.7). Confirma-se assim o efeito do declínio da mortalidade infantil na gradual preponderância do contributo da idade até ao 1.º aniversário, com especial destaque para o que ocorre nas décadas de 1960 e de 1970.

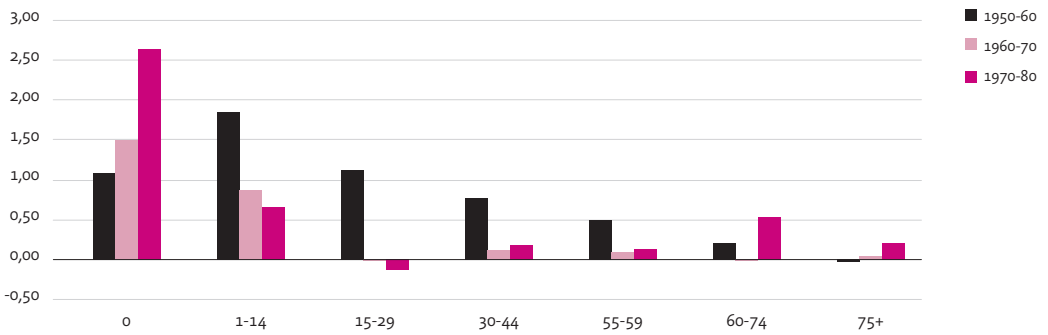
Os contributos por parte dos grupos que compreendem as idades dos 15 aos 59 anos são mais irregulares, sendo mais substanciais entre 1950 e 1960. De realçar as contribuições negativas de 1960 a 1980 dos 15 aos 29 anos de idade. Trata-se aqui da elevada mortalidade nos jovens adultos masculinos

38. Em Canudas-Romo et al. (2008) procede-se a um exercício muito semelhante com o objectivo de comparar as mudanças na mortalidade em Portugal e Espanha. As variações entre esses resultados e os aqui apresentados decorrem das opções metodológicas.

também verificado em outros países europeus e ao qual se associa, em especial, as mortes por acidentes de viação (Oliveira e Mendes, 2010).

Relativamente aos grupos das idades a partir do 60.º aniversário, verifica-se que apesar de conhecerem contributos negativos até 1970, entre esse ano e 1980 o comportamento da mortalidade dos mais velhos começa a assumir expressividade no contributo para o aumento da esperança de vida no nascimento.

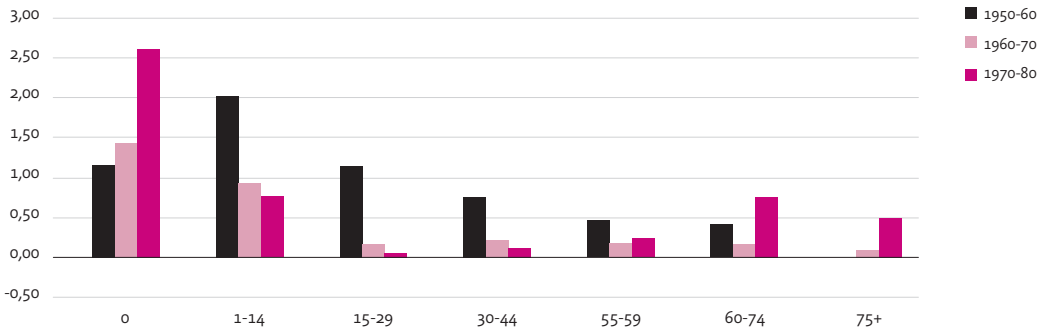
Gráfico 4.7 Contribuição dos grupos etários para o aumento da esperança de vida no nascimento (em anos), homens, Portugal, 1950-1980



Fonte: Adaptado de Oliveira e Mendes, 2010.

No período de 1950 a 1980, e tal como se verificou no caso dos homens, os contributos das várias idades das mulheres para o aumento da esperança de vida no nascimento remete para o grande protagonismo das idades mais jovens (ou até ao 15.º aniversário), isto com especial preponderância do declínio da mortalidade antes do 1.º aniversário (Gráfico 4.8).

Gráfico 4.8 Contribuição dos grupos etários para o aumento da esperança de vida (em anos), mulheres, Portugal, 1950-1980



Fonte: Adaptado de Oliveira e Mendes, 2010.

Relativamente ao contributo dos ganhos na mortalidade dos 15 aos 59 anos de idade, as mulheres não conhecem os contributos negativos que os homens protagonizaram na década de 1960 e de 1970 no grupo dos 15 aos 29 anos de idade. Contudo, tal como nos homens, se até 1960 o declínio da mortalidade nas jovens adultas é particularmente importante para o aumento da esperança de vida nas mulheres, a sua importância decai nas duas décadas seguintes. Mas o contributo da mortalidade nas mulheres adultas para o declínio da mortalidade feminina é mais importante do que ocorre ao nível da mortalidade masculina nas décadas de 1960 e 1970.

Quanto à mortalidade nas idades mais velhas e apesar de protagonizar um contributo negativo na década de 1950, os contributos das idades dos 60 aos 75 e mais anos são sempre mais substanciais do que nos homens, aumentando de importância na década de 1970.

Em síntese, até 1980, os ganhos na esperança de vida à nascença, tanto para homens como para mulheres, são largamente tributários do declínio da mortalidade nos jovens até ao 15.º aniversário e, em particular, nas crianças de menos de um ano. Facto que está de acordo com os efeitos previstos por Omran na continuidade dos progressos alcançados no controlo dos factores patológicos que afectavam em especial as idades mais novas.

Por outro lado e relativamente ao comportamento da mortalidade nos jovens masculinos dos 15 aos 29 anos, também está de acordo com o que Omran definiu como o efeito da progressão das denominadas doenças da sociedade. Aliás, a vantagem feminina na evolução da esperança de vida não só se poderá explicar pelos grandes benefícios que todo o processo de gravidez e parto alcançou através da transição epidemiológica, mas também pela maior propensão por parte dos homens para comportamentos de risco (Lages, 2007).

Todavia, fica por perceber o crescimento que o contributo das idades a partir dos 60 anos têm, de 1970 para 1980, para o aumento da esperança de vida tanto nos homens como nas mulheres e com maior expressividade no feminino.

Ora os principais contributos, no feminino, para o aumento da esperança de vida no período de 1981 a 2011 são precisamente devido ao recuo da mortalidade nas idades mais velhas (Quadro 4.6). Estes, a partir de 1991, passam a representar mais de metade dos ganhos totais na esperança de vida feminina. Contudo, de 1981 a 1991, o declínio da mortalidade infantil ainda é preponderante, nas mulheres, nos anos ganhos pela esperança de vida à nascença.

No caso dos homens, tal como nas mulheres, a mortalidade nas crianças perde importância no aumento da esperança de vida a partir de 1991 a favor das idades adultas (Quadro 4.6). Todavia, em especial no grupo dos 5 aos 19 anos de idade os ganhos nos homens mantêm expressividade ao longo do período e apresentam maior peso no total do que nas mulheres. Mas é no grupo etário

dos 20 aos 39 anos de idade que o comportamento da mortalidade masculina assume a sua maior especificidade face à feminina.

Quadro 4.6 Decomposição das contribuições para o aumento da esperança de vida (em anos e %), por sexo e grupo etário, Portugal, 1981-2011

Portugal (Homens)

Grupo etário (anos)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total	Grupo etário (%)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total
0	0,79	0,50	0,24	1,53	**0**	34,13	16,52	6,68	17,12
1-4	0,09	0,12	0,08	0,30	**1-4**	4,07	3,97	2,24	3,30
5-19	0,16	0,32	0,24	0,71	**5-19**	6,82	10,50	6,59	7,99
20-39	-0,02	0,25	0,95	1,18	**20-39**	-0,68	8,04	26,47	13,18
40-59	0,53	0,45	0,33	1,31	**40-59**	22,84	14,64	9,28	14,61
60-79	0,58	1,11	1,40	3,09	**60-79**	24,92	36,37	39,12	34,52
80+	0,18	0,30	0,34	0,83	**80+**	7,91	9,94	9,61	9,29
Diferença total	**2,31**	**3,05**	**3,59**	**8,94**	**Diferença total**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Portugal (Mulheres)

Grupo etário (anos)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total	Grupo etário (%)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total
0	0,80	0,41	0,18	1,4	**0**	34,53	14,30	6,80	17,74
1-4	0,08	0,09	0,06	0,23	**1-4**	3,33	3,13	2,21	2,88
5-19	0,10	0,13	0,11	0,34	**5-19**	4,45	4,38	3,98	4,27
20-39	0,07	0,16	0,18	0,42	**20-39**	3,20	5,58	6,78	5,28
40-59	0,28	0,35	0,35	0,98	**40-59**	12,19	11,97	13,35	12,50
60-79	0,71	1,11	1,24	3,06	**60-79**	30,48	38,43	46,69	38,87
80+	0,27	0,64	0,54	1,45	**80+**	11,82	22,21	20,19	18,46
Diferença total	**2,32**	**2,9**	**2,65**	**7,87**	**Diferença total**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

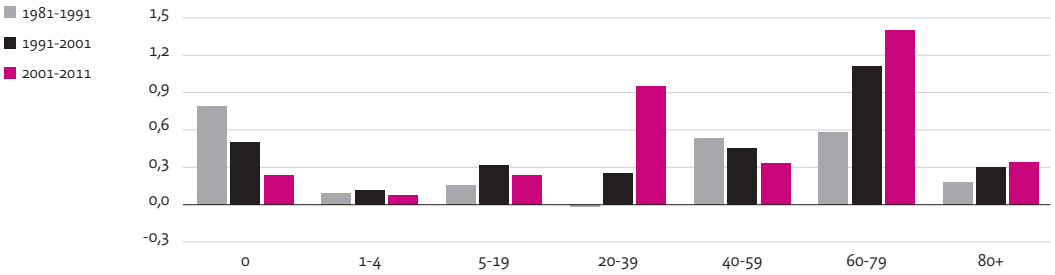
Nota: Devido ao arredondamento dos valores os totais poderão não corresponder exactamente à soma dos valores apresentados. Esta nota é válida para todo o capítulo IV.

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11).

De facto, os jovens adultos masculinos apresentam uma contribuição negativa de 1981 a 1991, algo que apresenta alguma continuidade em relação ao comportamento da mortalidade de 1970 a 1980 no grupo etário dos 15 aos 29 anos (Gráfico 4.8). Mas, de 1991 a 2011, a mortalidade nos homens de 20 aos 39 anos declina substancialmente (Quadro 4.6), apresentando a maior contribuição para o total de anos ganhos pela esperança de vida (26,47 %) logo a seguir à do grupo dos 60 aos 79 anos de idade (39,12 %). Por tudo o que já foi dito acima, pode-se pôr a hipótese de que a partir de 1991 se dá uma redução nos comportamentos de risco por parte dos jovens adultos masculinos.

O Gráfico 4.9 evidencia que os aumentos da esperança de vida nos homens, além dos alcançados entre os menos de 1 ano e da excepção negativa referida no parágrafo anterior, encontram-se distribuídos com alguma expressividade pelas várias classes etárias que integram as idades dos 5 aos 79 anos. Com efeito 70,29 % do total de anos ganhos no período devem-se ao comportamento da mortalidade naquelas idades.

Gráfico 4.9 Contribuição dos grupos etários para o aumento da esperança de vida (em anos), homens, Portugal, 1981-2011

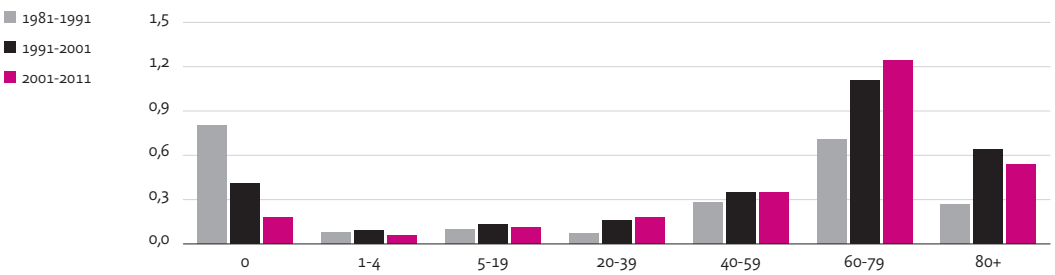


Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11).

Atente-se no aumento gradual do contributo da classe etária dos 60 aos 79 anos de idade e, mesmo com muito menos expressividade, no da classe etária dos 80 e mais anos. Saliente-se o já referido pico que o declínio da mortalidade nos homens dos 20 aos 39 anos apresenta na última década do período.

Nas mulheres, graficamente, a evolução dos contributos parece ser mais regular do que nos homens (Gráfico 4.10).

Gráfico 4.10 Contribuição dos grupos etários para o aumento da esperança de vida (em anos), mulheres, Portugal, 1981-2011



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-2011), INE.

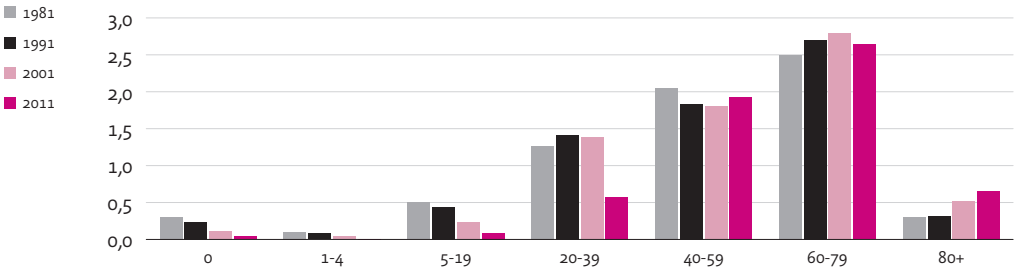
Ao longo do período, os ganhos concentram-se mais nas idades dos 40 aos 80 e mais anos (69,84 %). Aliás, depois de 1991, nas mulheres, os ganhos nas idades mais avançadas são os mais significativos, representando mais de metade do total de anos ganhos pela esperança de vida no feminino de 1981 a 2011 (57,34 %).

Confirma-se a especificidade do ano de 1981 em todo o processo que envolveu o comportamento da mortalidade no sentido de um continuado declínio. Isto porque até esse momento do século XX o aumento da esperança de vida no nascimento esteve dependente da redução da mortalidade dos mais jovens, em especial das crianças até ao 1.º aniversário. Desde 1981, os diferentes contributos de ambos os sexos para o aumento da esperança de vida à nascença perdem alguma da similitude etária que apresentavam de 1950 a 1980 (Oliveira e Mendes, 2010). E em especial após 1991 as esperanças de vida masculina e feminina passam a depender de forma desigual dos ganhos na saúde conseguidos nas diferentes idades com especial ênfase nas idades adultas e seniores. Aqui, no feminino, são claramente os ganhos alcançados nas idades seniores que estruturam a diferença.

De notar que a maior precocidade na queda da mortalidade feminina sobretudo nas idades mais avançadas parece estar na origem de uma evolução diferenciada da esperança de vida por sexos e de um envelhecimento mais forte no feminino. Com efeito, segundo Oliveira e Mendes (2010), mais de 80 % da desigualdade da esperança de vida entre os sexos depende, desde os anos de 1960, da redução da mortalidade dos adultos e dos mais velhos. Uma desigualdade que, em 2007, dependia em mais de 95% dos diferentes contributos nestas idades. Este facto é bem visível no Gráfico 4.11 relativamente ao período de 1981 a 2011. Observa-se claramente a perda de importância das idades mais jovens, chegando a valores residuais e o simultâneo aumento da importância das idades adultas e mais velhas.

Saliente-se o facto de, em 2011, o grupo etário dos 20 aos 39 anos decair na sua capacidade para determinar a diferente esperança de vida entre homens e mulheres, ao mesmo tempo que o grupo dos 80 e mais anos aumenta a sua influência. Isto é tanto mais indicativo de uma mudança quanto se sabe que os 20 aos 39 anos é um grupo etário que, em 2001, era particularmente marcado por uma sobremortalidade masculina (Lages, 2007).

Gráfico 4.11 Contribuição dos grupos etários (em anos) para a diferença nas esperanças de vidas entre os sexos, Portugal, 1981-2011



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

O aumento do contributo das idades adultas e mais velhas para a evolução da esperança de vida vai ao encontro da hipótese de que perante o forte recuo do risco de morrer nas crianças, os progressos sanitários passaram a favorecer mais a população adulta e sénior. Uma hipótese que remete para a evolução dos factores que condicionam, sobretudo depois de 1981, o risco de morrer nas idades adultas e seniores.

Com efeito, Omran referiu que o terceiro momento e último da transição epidemiológica seria dominado pelas doenças degenerativas e da sociedade. O que não previu é que sobretudo as primeiras seriam, por sua vez, alvo de uma revolução sanitária. E que as segundas podiam estar associadas, em parte, a estilos de vida susceptíveis de serem alterados (Meslé e Vallin, 2002).

Deste modo, decorrida a terceira fase ou a terceira idade da transição epidemiológica, o recuo da mortalidade articula-se preponderantemente com o aumento continuado da esperança de vida a partir de patamares etários mais tardios e, consequentemente, com o aumento da proporção de indivíduos com idades mais elevadas na população. E porque as mulheres foram mais rápidas do que os homens a ganhar mais tempo de sobrevivência, é no feminino que esta proporção mais cresce.

Entretanto, antes de passarmos a uma análise da forma como evoluiu, na passagem para o século XXI, a conjuntura patológica associada à causalidade da mortalidade em Portugal, importa primeiro apreender de que forma se traduziram as alterações, acima identificadas, no comportamento da mortalidade ao nível regional.

2. Análise regional da mortalidade em Portugal, 1950-2011

Tal como verificámos antes, Portugal conheceu uma transição epidemiológica traduzida num processo de declínio da sua mortalidade cujo início antecedeu 1950, mas que sofre alterações importantes em termos dos factores que o vão condicionando desde esse ano até 2011. Nesta continuidade, para a análise regional partimos do pressuposto que será a mortalidade das regiões que partem de 1950 com os valores mais elevados que conhecerá, no período, o maior declínio. Os anos em que esse declínio será mais acentuado serão 1960 e 1981. Enquanto os anos em que esse declínio abrandará serão 1970 e 1991. Nos anos do final do período (2001 e 2011) a mortalidade continuará a recuar, mas dentro de valores expressivamente mais baixos.

A análise regional da mortalidade entre 1950 e 2011 é realizada em dois diferentes níveis: uma resenha global, através das taxas brutas e das taxas comparativas de mortalidade e uma análise da evolução da duração média de vida, complementada com os efeitos do recuo da mortalidade infantil nessa evolução e com os contributos para a duração média de vida por sexo e grupo etário.

2.1. Análise global da mortalidade por NUTS II

2.1.1. Taxas brutas de mortalidade

Ao nível das NUTS II, as TBM dão conta de um recuo generalizado da mortalidade em todas as regiões à excepção do Centro e do Alentejo (Quadro 4.7). De facto, nestas duas regiões as TBM chegam a 2011 com valores superiores aos que apresentavam em 1950. Valores esses que também são os mais elevados desse último ano em observação.

A evolução da mortalidade ao nível regional é convergente na tendência para descer de 1950 para 1960, de 1970 para 1981 e, de algum modo, também na tendência para subir de 1960 para 1970 e de 1981 para 1991. Com efeito, tanto em 1960 como em 1981 verifica-se um recuo generalizado da mortalidade em todas as NUTS II. Por outro lado, 1970 e 1991 são anos que apresentam uma subida dos valores da mortalidade na maioria das NUTS II. Relativamente a estes anos, em 1970, fogem à tendência geral o Norte e as regiões autónomas e, em 1991, apenas a Região Autónoma dos Açores.

Quadro 7 Taxas brutas de mortalidade (‰), NUTS II, 1950-2011

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Portugal	12,34	10,95	11,12	9,70	10,47	10,16	9,88
Norte	14,36	12,07	10,57	8,71	9,23	8,60	8,66
Centro	11,20	10,47	11,75	11,20	11,95	11,58	11,48
Lisboa	11,73	9,78	10,32	8,49	9,62	9,71	9,17
Alentejo	10,24	9,83	12,14	11,68	13,38	13,59	13,61
Algarve	11,76	11,18	13,29	11,88	12,67	11,56	10,12
R. A. dos Açores	13,15	11,74	11,52	11,51	11,27	10,79	9,81
R. A. da Madeira	12,20	11,44	11,40	9,81	10,14	10,88	9,55

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950-2011) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71; 1980-81; 1990-91; 2000-01; 2010-2011), INE.

De qualquer modo, verifica-se que são especialmente estes anos, de 1970 e de 1991, que imprimem alguma irregularidade no comportamento da mortalidade regional. Isto na medida em que são estes os momentos em que a mortalidade assume uma tendência para contrariar o processo de declínio que marca o seu comportamento de 1950 a 2011.

Quanto aos dois últimos anos em observação (2001 e 2011), a tendência será de descida com a excepção no primeiro ano em Lisboa, Alentejo e Região Autónoma da Madeira e no segundo ano no Norte e no Alentejo.

O Norte e as regiões autónomas são as regiões que em 1950 partem da situação mais desfavorável. Contudo, juntamente com Lisboa, são as regiões que chegam ao final do período (2011) na situação mais favorável.

Destacam-se por progressos menos positivos o Alentejo, que, desde 1981, tem visto a mortalidade a aumentar, e o Centro, que no final do período, a seguir ao Alentejo, é a região que se encontra na situação mais desfavorável.

O Algarve surge isolado, ocupa a situação mais desfavorável em 1970 e consegue chegar ao final do período numa situação intermédia (entre os valores mais altos e os mais baixos), assumindo, porém, uma tendência para declinar.

Ora, sabendo-se que as taxas brutas de mortalidade (TBM) são um indicador extremamente sensível aos efeitos de estrutura, torna-se pertinente corrigir esses efeitos através de taxas comparativas. O que também nos permitirá aferir sobre o sentido desses efeitos em regiões cujas estruturas sabemos, desde já, estarem marcadas de forma diferenciada pelo envelhecimento populacional.

2.1.2. Taxas comparativas de mortalidade

Quando se comparam os resultados das TBM com os resultados das taxas comparativas de mortalidade TCM[39], observam-se alterações no comportamento da mortalidade. Contudo, continua a verificar-se que 1960 e 1981 são

39. Reconhecendo que em Portugal coexistem padrões de mortalidade muito distintos e no sentido de proceder a análise comparativa regional, foram calculadas as TCM, segundo o método da população-tipo conforme descrição em Bandeira (2004: 168-170). Como população-tipo foi utilizada a estrutura da população portuguesa publicada nos respectivos Recenseamentos Gerais da População e da Habitação (INE). Na linha da metodologia usada para as taxas brutas, as taxas específicas de mortalidade foram calculadas de acordo com os óbitos médios. Foram calculadas taxas comparativas de mortalidade por sexos reunidos, por concelho, para os sete momentos censitários em análise. De 1981 a 2011, considerou-se relevante calcular igualmente estas taxas por sexo (vide Anexos).

anos de recuo generalizado da mortalidade em todas as regiões das NUTS II com especial relevância para 1981 (Quadro 4.8).

Já 1970 e 1991 são anos em que a mortalidade sobe. Todavia, as TCM evidenciam que esta tendência se generaliza mais tanto num ano como no outro. Assim, em 1970, temos como excepção apenas o Norte e os Açores e, em 1991, as TCM sobem em todas as regiões. Isto reforça a existência de um claro abrandamento do declínio da mortalidade em todo o território português, sobretudo na década de 1980.

Quanto a 2001 e 2011, as TCM reiteram o sentido de decréscimo já identificado nas TBM. No entanto, as regiões que contrariam esta tendência, ou seja, em que a mortalidade sobe, não são totalmente coincidentes. Em 2001, mantêm-se o Alentejo e a Madeira, enquanto Lisboa é substituída pelos Açores. Em 2011, mantém-se o Alentejo, mas o Norte é substituído pelos Açores. Deste modo, nos dois últimos momentos de observação (2001 e 2011) o comportamento da mortalidade no Alentejo e nas ilhas define-se com alguma especificidade face às restantes regiões (Quadro 4.8).

Quadro 4.8 Taxas comparativas de mortalidade (‰), NUTS II, 1950-2011

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Norte	14,37	12,28	11,61	9,86	10,75	9,96	9,64
Centro	10,42	9,68	10,39	9,62	10,11	9,77	9,62
Lisboa	12,22	10,04	10,97	9,54	10,40	10,25	9,76
Alentejo	10,66	9,94	10,78	9,24	10,21	10,32	10,61
Algarve	10,88	9,67	10,42	9,28	10,29	9,98	9,65
R. A. dos Açores	13,05	12,22	12,01	11,68	12,58	13,41	13,80
R. A. da Madeira	12,68	11,92	12,38	10,64	11,62	12,92	12,14

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950-2011) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71; 1980-81; 1990-91; 2000-01; 2010-2011), INE.

Ao eliminarmos o efeito de estrutura etária da população com as TCM, percebemos que, até 1970, o Norte e as regiões autónomas constituíam o grupo das regiões com a mortalidade mais elevada. Um grupo que na década de 1970 se altera, porque o Norte acentuou o recuo da sua mortalidade, passando a ser apenas constituído pelas regiões autónomas. Estas últimas regiões passam a destacar-se de todas as outras na medida em que os valores das suas TCM se apresentam, depois de 1981, claramente superiores ao cenário nacional.

As regiões autónomas surgem assim com um padrão muito próprio no que se refere ao comportamento da mortalidade, algo que não era visível no âmbito dos resultados das TBM. Apesar de acompanharem as oscilações nacionais, de 1981 para 2001, nas regiões autónomas o movimento de subida é mais acentuado (Quadro 4.9).

De salientar que a Região Autónoma dos Açores apresenta, em 2001, uma TCM superior à que apresentava em 1950 (13,80 ‰ e 13,05 ‰, respectivamente). A este valor não será estranho o facto de a mortalidade nesta região se manter a subir desde a década de 1980. Quanto à Madeira, apesar de apresentar um valor para 2001 superior ao que apresentava em 1950 (12,92 ‰ e 12,68 ‰, respectivamente), em 2011 recua para os 12,14 ‰ (Quadro 4.8).

As TCM do Alentejo mantêm o padrão verificado nas TBM, com uma mortalidade a crescer desde a década de 1980, sendo igualmente a região do continente com a mortalidade mais elevada em 2001 e 2011. Com efeito, no último momento em observação (2011), no continente, com excepção desta região, todas as outras convergem para valores entre os 9,62 ‰ (Centro) e os 9,76 ‰ (Lisboa). Contudo, o valor que a região do Alentejo apresenta no final do período (10,61 ‰) é inferior ao que apresentava no início, algo que não acontece nas TBM.

Importa referir que o Centro deixa de ser uma das regiões com a mortalidade mais elevada em 2011 para passar a ser a que apresenta o valor mais baixo. Este novo resultado reforça a pertinência do cálculo de taxas comparativas de mortalidade e, por aí, o peso que o efeito de estrutura pode ter na avaliação da mortalidade.

As taxas de variação das TCM para as NUTS II (Quadro 4.9) demonstram que no período em análise foi a região Norte a que conheceu um maior declínio da mortalidade, logo seguida pela região de Lisboa. A seguir surgem as regiões do Algarve, do Centro e da Madeira e, por último, a do Alentejo. Aliás, esta região, junto com a Região Autónoma dos Açores, são as regiões cuja mortalidade assume uma tendência para aumentar de 1991 até ao final do período. Mas se o Alentejo chega a 2011 com um valor ainda inferior ao que detinha no início do período, já os Açores não, surgindo assim, como a única região que apresenta uma variação positiva entre as suas TCM de 1950 e de 2011.

Quadro 4.9 Taxas de variação das taxas comparativas de mortalidade (%), NUTS II, 1950-2011

	1950-60	1960-70	1970-81	1981-91	1991-01	2001-11	1950-11
Norte	-14,53	-5,44	-15,10	8,98	-7,28	-3,22	-32,91
Centro	-7,06	7,32	-7,40	5,10	-3,41	-1,49	-7,63
Lisboa	-17,82	9,30	-13,12	9,06	-1,48	-4,69	-20,08
Alentejo	-6,75	8,48	-14,35	10,54	1,11	2,77	-0,49
Algarve	-11,07	7,71	-10,96	10,87	-2,96	-3,30	-11,26
R. A. dos Açores	-6,36	-1,72	-2,79	7,75	6,59	2,89	5,72
R. A. da Madeira	-5,98	3,86	-14,03	9,18	11,18	-6,08	-4,28

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950-2011) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71; 1980-81; 1990-91; 2000-01; 2010-2011), INE.

Em síntese, no confronto dos resultados das taxas brutas com as taxas comparativas, percebe-se o quanto a mortalidade é largamente condicionada pelas respectivas estruturas etárias das várias regiões (Quadro 4.10). Se partirmos do princípio que nas populações mais envelhecidas as TBM tendem a apresentar valores mais elevados do que nas populações mais jovens (Bandeira, 1996), torna-se visível que no Centro, no Alentejo e no Algarve o comportamento da mortalidade é condicionado por estruturas da população mais envelhecidas do que nas ilhas, no Norte e em Lisboa. Observação convergente com os resultados apresentados anteriormente no âmbito da análise das estruturas populacionais por NUTS II.

Quadro 4.10 Taxas brutas e taxas comparativas de mortalidade (‰), NUTS II, 1950-2011

NUTS II	Indicador	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Norte	TBM	14,36	12,07	10,57	8,71	9,23	8,60	8,66
Norte	TCM	14,37	12,28	11,61	9,86	10,75	9,96	9,64
Centro	TBM	11,20	10,47	11,75	11,20	11,95	11,58	11,48
Centro	TCM	10,42	9,68	10,39	9,62	10,11	9,77	9,62
Lisboa	TBM	11,73	9,78	10,32	8,49	9,62	9,71	9,17
Lisboa	TCM	12,22	10,04	10,97	9,54	10,40	10,25	9,76
Alentejo	TBM	10,24	9,83	12,14	11,68	13,38	13,59	13,61
Alentejo	TCM	10,66	9,94	10,78	9,24	10,21	10,32	10,61
Algarve	TBM	11,76	11,18	13,29	11,88	12,67	11,56	10,12
Algarve	TCM	10,88	9,67	10,42	9,28	10,29	9,98	9,65
R.A. dos Açores	TBM	13,15	11,74	11,52	11,51	11,27	10,79	9,81
R.A. dos Açores	TCM	13,05	12,22	12,01	11,68	12,58	13,41	13,80
R. A. da Madeira	TBM	12,20	11,44	11,40	9,81	10,14	10,88	9,55
R. A. da Madeira	TCM	12,68	11,92	12,38	10,64	11,62	12,92	12,14

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950-2011) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71; 1980-81; 1990-91; 2000-01; 2010-2011), INE.

De facto, desde 1991, o Alentejo apresenta o índice de envelhecimento mais elevado do país. Esta região chega a 2011 com 178 residentes com 65 e mais anos por cada 100 jovens residentes dos 0 aos 14 anos. É seguida pelo Centro, com 163 %, e depois pelo Algarve, com 131 %. Por sua vez, as regiões do Norte e de Lisboa apresentam os índices de envelhecimento mais baixos do continente, 113 % e 117 %. As ilhas são as únicas regiões do país com índices de envelhecimento abaixo dos 100. Em 2011, por cada 100 jovens, residem na Madeira 91 idosos e nos Açores 73 idosos.

De qualquer modo, os resultados das TCM indicam que, no grupo das regiões com as estruturas populacionais mais envelhecidas, é no Alentejo que mais se morre. E ainda que, no caso das regiões com as estruturas populacionais mais jovens, é nos Açores que o mesmo se verifica. Em relação ao valor de Portugal (Quadro 4.7), observa-se que, em 2011, todas as NUTS II têm efectivamente uma mortalidade mais baixa do que a do país, com excepção das ilhas e do Alentejo (Quadro 4.8). Nesta continuidade e no sentido de aferir com maior rigor as tendências aqui detectadas sobre o processo de declínio da mortalidade a nível regional, passamos à análise da esperança de vida ao nascimento e da mortalidade infantil.

2.2. Evolução da duração média de vida e da mortalidade infantil por NUTS II e III

2.2.1. O aumento da esperança de vida

Tal como já se havia verificado ao nível nacional, também ao nível das NUTS II o aumento da esperança de vida no nascimento indica um declínio continuado da mortalidade em todas as regiões, desde 1950 a 2011 (Quadro 4.11). Assim a instabilidade detectada na evolução da mortalidade através quer das TBM quer das TCM pode articular-se com um abrandamento no aumento da duração média de vida e nunca com uma inversão da tendência.

Contudo, e particularmente no que respeita aos valores apresentados para o final do período, os resultados da esperança de vida confirmam a especificidade das regiões autónomas, a situação mais desfavorável do Alentejo no continente, a situação mais favorável do Norte e do Centro e a situação intermédia de Lisboa e Algarve.

Quadro 4.11 Esperança de vida no nascimento (em anos), sexos reunidos, Portugal e NUTS II, 1950-2011

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Portugal	58,90	63,93	67,26	71,66	73,93	76,96	80,15
Norte	54,66	60,79	65,77	71,10	73,51	77,25	80,65
Centro	63,82	67,37	69,45	71,80	74,36	77,63	80,48
Lisboa	58,60	65,80	67,86	72,54	74,22	76,71	80,07
Alentejo	62,51	66,90	68,58	72,05	74,38	76,89	79,41
Algarve	63,09	66,86	69,87	71,70	73,77	76,93	79,96
R. A. dos Açores	57,32	62,30	65,01	69,06	71,96	73,78	76,38
R. A. da Madeira	57,55	61,84	63,82	69,77	72,15	73,35	77,76

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950-2011) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71; 1981; 1990-91; 2000-01; 2010-2011), INE.

Através da evolução dos ganhos em anos de esperança de vida torna-se evidente que os momentos em que as taxas brutas e as taxas comparativas indicam uma subida da mortalidade, são aqueles em que a evolução da esperança de vida abranda na maioria das regiões (Quadro 4.12). Incluem-se neste caso os momentos que se referem às décadas de 1960 e de 1980.

A região Norte é a que apresenta a maior subida da esperança de vida ao longo do período, seguida de Lisboa, Madeira e Açores (Quadro 4.12). Contudo, se o Norte apresenta em 2011 a maior esperança de vida no nascimento e Lisboa a terceira maior, já as ilhas apresentam as esperanças de vida mais baixas de todas as regiões das NUTS II (Quadro 4.11).

Convém lembrar que o Norte e as ilhas, logo seguidas de Lisboa, são as regiões que partem de 1950 com as esperanças de vida mais baixas. O que confirma a hipótese de que as regiões que apresentam valores mais altos de mortalidade no início do período são as que protagonizam as descidas mais acentuadas. Contudo, no caso das regiões autónomas a descida acentuada da mortalidade não foi suficiente para chegar a 2011 entre as regiões com a esperança de vida mais elevada.

Apesar de o Alentejo apresentar, em 2011, a esperança de vida mais baixa do continente, no período em análise apresenta ganhos de esperança de vida superiores aos do Algarve e Centro (Quadro 4.12). Efectivamente como estas duas últimas regiões partiram de 1950 com uma esperança de vida superior à do Alentejo, conheceram ganhos totais inferiores.

Quadro 4.12 Ganhos em esperança de vida no nascimento (em anos), sexos reunidos, Portugal e NUTS II, 1950-2011

	1950-60	1960-70	1970-81	1981-91	1991-01	2001-11	Total
Portugal	5,03	3,33	4,40	2,27	3,03	3,19	21,25
Norte	6,14	4,98	5,33	2,41	3,73	3,41	26,00
Centro	3,55	2,08	2,35	2,57	3,26	2,85	16,66
Lisboa	7,20	2,06	4,68	1,68	2,49	3,36	21,47
Alentejo	4,39	1,68	3,47	2,33	2,51	2,52	16,90
Algarve	3,77	3,01	1,84	2,06	3,16	3,03	16,86
R. A. dos Açores	4,98	2,71	4,04	2,90	1,82	2,60	19,06
R. A. da Madeira	4,29	1,98	5,94	2,38	1,20	4,41	20,21

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950-2011) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71; 1981; 1990-91; 2000-01; 2010-2011), INE.

Aliás, a esperança de vida por NUTS III reforça que são geralmente as sub-regiões que apresentam as esperanças de vida mais baixas em 1950 que protagonizam um crescimento mais acentuado da esperança de vida no período (Quadro 4.13). Complementarmente, as sub-regiões que apresentam no início

do período as maiores esperanças de vida são as que detêm no final do período o menor número de anos ganhos.

Quadro 4.13 Esperança de vida no nascimento (em anos), 1950 e anos de vida ganhos, 1950-2011, sexos reunidos, NUTS III

NUTS II	NUTS III e_0 (anos)	1950	NUTS III Ganhos em e_0 (anos)	1950-11
Centro	Pinhal Interior Norte	67,32	Pinhal Interior Norte	9,98[1]
Centro	Médio Tejo	67,09	Médio Tejo	10,34[1]
Centro	Pinhal Interior Sul	66,90	Pinhal Interior Sul	5,64[2]
Alentejo	Lezíria do Tejo	66,81	Lezíria do Tejo	12,86
Centro	Serra da Estrela	66,20	Serra da Estrela	11,46[1]
Centro	Beira Interior Sul	65,20	Beira Interior Sul	10,40[3]
Centro	Baixo Vouga	64,61	Baixo Vouga	15,94
Centro	Oeste	64,03	Oeste	15,51
Centro	Pinhal Litoral	63,49	Pinhal Litoral	17,60
Alentejo	Alto Alentejo	63,23	Alto Alentejo	16,32
Algarve	Algarve	63,09	Algarve	16,86
Centro	Baixo Mondego	62,73	Baixo Mondego	17,79
Centro	Dão-Lafões	62,63	Dão-Lafões	18,05
Lisboa	Península de Setúbal	62,53	Península de Setúbal	17,03
Centro	Cova da Beira	62,22	Cova da Beira	11,97[3]
Alentejo	Alentejo Central	61,51	Alentejo Central	18,84
Alentejo	Alentejo Litoral	61,29	Alentejo Litoral	11,99[3]
Norte	Minho Lima	61,00	Minho Lima	19,32
Norte	Entre Douro e Vouga	60,69	Entre Douro e Vouga	20,84
Alentejo	Baixo Alentejo	60,07	Baixo Alentejo	15,83[1]
Norte	Tâmega	59,14	Tâmega	20,68
Centro	Beira Interior Norte	58,37	Beira Interior Norte	20,00[1]
Lisboa	Grande Lisboa	57,81	Grande Lisboa	22,48
R. A. da Madeira	R. A. da Madeira	57,55	R. A. da Madeira	20,21
R. A. dos Açores	R. A. dos Açores	57,32	R. A. dos Açores	19,06
Norte	Cávado	56,24	Cávado	25,08
Norte	Douro	55,08	Douro	24,95
Norte	Alto Trás-os-Montes	54,82	Alto Trás-os-Montes	26,06
Norte	Ave	53,39	Ave	27,11
Norte	Grande Porto	48,66	Grande Porto	32,15

[1] Ganhos de 1950 para 2001, último ano passível de cálculo.

[2] Ganhos de 1950 para 1970, último ano passível de cálculo.

[3] Ganhos de 1950 para 1991, último ano passível de cálculo.

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950-2011) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71; 1981; 1990-91; 2000-01; 2010-2011), INE.

Esta relação remete para a generalização em todo o território português de melhores condições sanitárias e socioeconómicas já identificada ao nível da análise nacional. Uma verdadeira revolução nas condições de vida das populações que levou ao esbatimento de algumas das conhecidas assimetrias regionais no que se refere ao comportamento da mortalidade ou a uma «revolução da morte» (Bandeira, 1996).

Em 1950, era clara a existência de diferenças no comportamento da mortalidade que penalizavam sobretudo o Norte, as ilhas e a Grande Lisboa face ao resto do país (Quadro 4.13). Porquanto, no centro do país estavam as situações mais favoráveis e a sul do Tejo estavam sobretudo as intermédias. Esta padronização do comportamento da mortalidade perde-se na passagem das décadas de 1950 a 2011[40].

Primeiro, em consequência da descida substancial que a sua mortalidade conhece na década de 1950, Lisboa descola do grupo das regiões com valores mais elevados. Depois, como já aqui foi referido, é o Norte que na década de 1990 se posiciona entre as regiões com a mortalidade mais baixa. Finalmente, nas duas últimas décadas em observação, o declínio da mortalidade do Alentejo sofre um acentuado abrandamento, o que leva a que esta região se apresente, na década de 1990, com a mortalidade mais elevada do país a seguir às ilhas.

Deste modo, da evolução das TCM e da esperança de vida ao nascimento, percebemos que, sobretudo após a década de 1990, a clivagem regional emergente é entre as ilhas e o continente. E dentro do continente, entre o Alentejo e as restantes regiões. Contudo, se descermos ao nível de análise das NUTS III, verificamos que a diferenciação regional é bem mais complexa (Remoaldo, 2002) (Quadro 4.14). Aliás, é sabido que quanto mais se desce no nível de análise regional, maior diversidade se descobre no comportamento da mortalidade (Caselli e Vallin, 2002).

40. É esta a perspectiva de Bandeira quando refere não encontrar sinais de qualquer clivagem regional através dos valores das esperanças de vida no nascimento apresentados pelos distritos em 1987 (Bandeira, 1996:241).

Quadro 4.14 Ordenação segundo as esperanças de vida no nascimento mais altas (em anos), sexos reunidos, NUTS III, 1950 e 2011

NUTS II	NUTS III	1950	NUTS II	NUTS III	2011
Centro	Pinhal Interior Norte	67,32	**Norte**	Entre Douro e Vouga	81,53
Centro	Médio Tejo	67,09	**Norte**	Cávado	81,32
Centro	Pinhal Interior Sul	66,90	**Centro**	Pinhal Litoral	81,09
Alentejo	Lezíria do Tejo	66,81	**Norte**	Alto Trás-os-Montes	80,88
Centro	Serra da Estrela	66,20	**Norte**	Grande Porto	80,81
Centro	Beira Interior Sul	65,20	**Centro**	Dão-Lafões	80,68
Centro	Baixo Vouga	64,61	**Centro**	Baixo Vouga	80,55
Centro	Oeste	64,03	**Centro**	Baixo Mondego	80,52
Centro	Pinhal Litoral	63,49	**Norte**	Ave	80,50
Alentejo	Alto Alentejo	63,23	**Alentejo**	Alentejo Central	80,35
Algarve	ALGARVE	63,09	**Norte**	Minho Lima	80,32
Centro	Baixo Mondego	62,73	**Lisboa**	Grande Lisboa	80,28
Centro	Dão-Lafões	62,63	**Norte**	Douro	80,03
Lisboa	Península de Setúbal	62,53	**Algarve**	Algarve	79,96
Centro	Cova da Beira	62,22	**Norte**	Tâmega	79,82
Alentejo	Alentejo Central	61,51	**Alentejo**	Lezíria do Tejo	79,67
Alentejo	Alentejo Litoral	61,29	**Lisboa**	Península de Setúbal	79,57
Norte	Minho Lima	61,00	**Alentejo**	Alto Alentejo	79,55
Norte	Entre Douro e Vouga	60,69	**Centro**	Oeste	79,54
Alentejo	Baixo Alentejo	60,07	**R. A. da Madeira**	R. A. da Madeira	77,76
Norte	Tâmega	59,14	**R. A. dos Açores**	R. A. dos Açores	76,38
Centro	Beira Interior Norte	58,37	**Centro**	Pinhal Interior Norte	–
Lisboa	Grande Lisboa	57,81	**Centro**	Pinhal Interior Sul	–
R. A. da Madeira	R. A. da Madeira	57,55	**Centro**	Serra da Estrela	–
R. A. dos Açores	R. A. dos Açores	57,32	**Centro**	Beira Interior Norte	–
Norte	Cávado	56,24	**Centro**	Beira Interior Sul	–
Norte	Douro	55,08	**Centro**	Cova da Beira	–
Norte	Alto Trás-os-Montes	54,82	**Centro**	Médio Tejo	–
Norte	Ave	53,39	**Alentejo**	Alentejo Litoral	–
Norte	Grande Porto	48,66	**Alentejo**	Baixo Alentejo	–

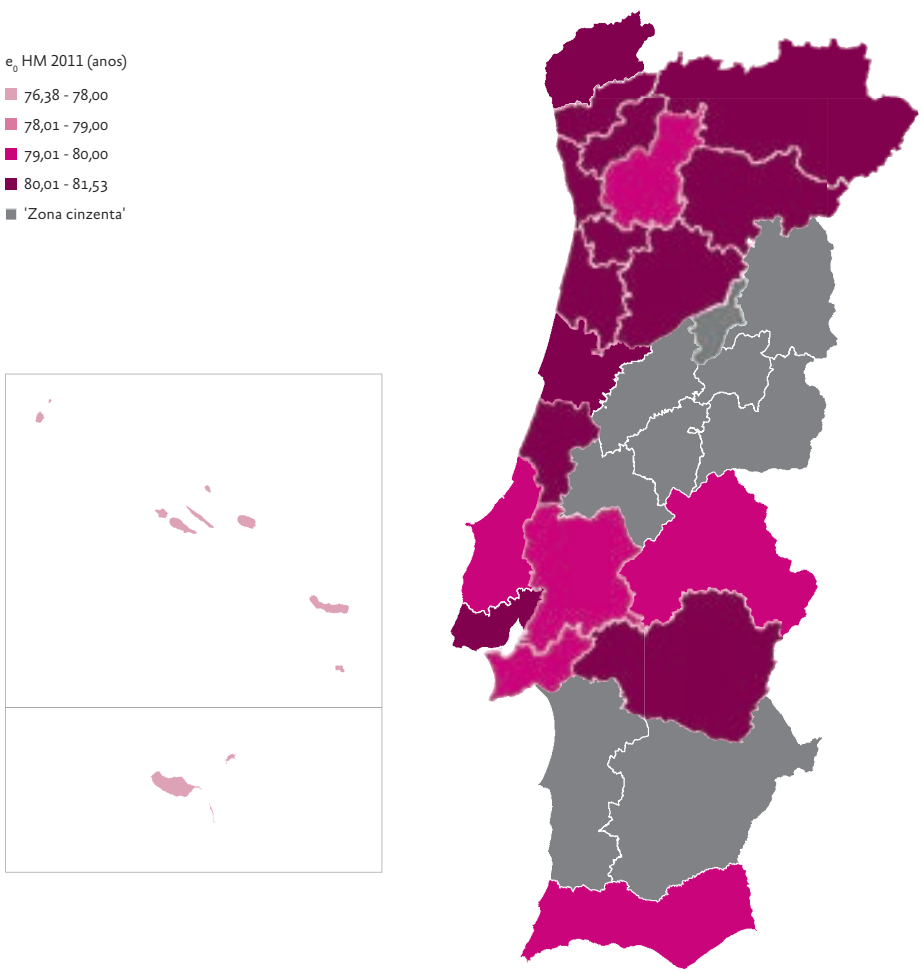
(–) Efectivo demasiado reduzido para o cálculo das tábuas de mortalidade (população residente muito reduzida e/ou ausência de óbitos em grupos etários.

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950-2011) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71; 1981; 1990-91; 2000-01; 2010-2011), INE.

Como se pode verificar no quadro acima, em 2011, com excepção das ilhas, todas as sub-regiões convergem para valores em esperança de vida ao nascimento situados entre os 79,54 (Oeste) e os 81,53 anos (Entre Douro e Vouga).

Paralelamente, quanto à mortalidade, deixa de haver a distinção entre o norte, o centro e o sul. As sub-regiões que passam a destacar-se, e que remetem para a existência de uma diferenciação regional subjacente, constituem o que podemos denominar de "zona cinzenta" (Figura 4.1).

Figura 4.1 Esperança de vida no nascimento (em anos), sexos reunidos, NUTS III, 2011



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População (2011) e das Estatísticas Demográficas (2010-2011), INE.

Nestas sub-regiões, ora devido ao reduzido número de efectivos, fenómeno que ocorre entre 1960 e 1981, ora devido à sobrevivência da totalidade dos indivíduos de um grupo etário para o seguinte, efeito verificado depois de 1981, optámos por não calcular a esperança de vida[41].

Sabendo-se que os grupos etários nos quais não se verificam óbitos são os que correspondem às idades mais jovens e que as sub-regiões em causa abrangem o que de mais profundo tem o interior de Portugal, percebe-se

41. Consultar em Anexos o quadro-resumo das tábuas de mortalidade não calculadas e a indicação do motivo.

aqui o quanto o factor da interioridade passou a ser determinante em termos demográficos. Está-se assim perante um novo sinal de despovoamento e do envelhecimento do interior do país. Nas regiões demograficamente pouco dinâmicas, poucos nascem, por conseguinte menos ainda morrem.

Com efeito, para a evolução da duração média de vida muito contribuiu o recuo da mortalidade infantil. Deste modo, partimos para a análise deste indicador como elemento explicativo da evolução descrita atrás e com a hipótese de que as TMI ao nível das NUTS III tenderão, nos dois últimos momentos em observação (2001 e 2011), a assumir em algumas sub-regiões valores residuais ou mesmo nulos.

2.2.2. O recuo da mortalidade infantil

Ora, o declínio da mortalidade sintetizado na evolução da esperança de vida no nascimento reenvia para o declínio ao nível regional da mortalidade infantil que efectivamente ocorre de 1950 a 2011 (Quadro 4.15). Um declínio que se acentua depois da década de 1970 e que chega a 2011 traduzido, em todas as NUTS II, por taxas de mortalidade infantil abaixo de 4 ‰.

Quadro 4.15 Taxas de mortalidade infantil (‰), Portugal e NUTS II, 1950-2011

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Portugal	94,11	77,50	58,00	21,76	10,78	5,03	3,12
Norte	110,12	88,98	74,11	24,94	12,48	5,93	3,14
Centro	68,45	60,40	45,58	18,79	9,43	3,88	2,62
Lisboa	79,82	59,36	38,48	17,41	9,48	4,37	3,63
Alentejo	86,05	70,34	44,61	22,08	9,16	3,66	2,28
Algarve	84,64	67,26	48,39	23,23	9,20	4,32	2,63
R.A. dos Açores	140,47	111,92	68,25	27,16	13,27	5,11	2,91
R. A. da Madeira	120,29	100,54	74,71	26,70	10,41	8,23	3,32

Fonte: Cálculos próprios sobre as Estatísticas Demográficas (1950; 1960; 1970; 1981; 1991; 2001; 2011), INE.

Depois da década de 1990, verifica-se que os ganhos em esperança de vida observados anteriormente deixam de ser fortemente tributários do recuo da mortalidade infantil.

Com efeito, em 2011, a região do Alentejo regista o valor mais baixo das NUTS II em mortalidade infantil (Quadro 4.15) o que confirma fortemente a possibilidade de o comportamento da sua mortalidade geral, depois da década de 1980, ser largamente tributário dos óbitos que ocorrem nas idades mais adultas e seniores.

Quanto às ilhas, que acompanham o Alentejo na posição menos favorável em termos da mortalidade geral, apresentam valores para a mortalidade infantil mais elevados do que os do Alentejo. Facto que remete para a particularidade das ilhas. Uma particularidade que se prende sobretudo com os valores muito elevados em mortalidade infantil no início do período. Tanto mais que o Norte não consegue alcançar aqui o distanciamento face às ilhas que apresenta ao nível da mortalidade geral.

De facto, após 1981, a mortalidade geral da região Norte distancia-se da das ilhas, algo que no âmbito da mortalidade infantil não ocorre. Inclusive, Lisboa chega a 2011 com uma mortalidade infantil superior à das ilhas. Deste modo percebe-se que a mortalidade até ao primeiro aniversário, a partir de 1981, perde gradualmente a sua capacidade de influenciar e, por aí, de estruturar diferenças regionais relativamente ao comportamento da mortalidade geral.

Observa-se pois que, em termos da mortalidade infantil, existe uma tendência para a uniformização, em torno de valores mínimos, em todo o território nacional (Quadro 4.15). Mesmo que tal tenha ocorrido a ritmos diferentes segundo as regiões, no final do período a tendência é para os valores se situarem entre 2,28 ‰ (Alentejo) e 3,63 ‰ (Lisboa). Todavia, se descermos ao nível das NUTS III, em 2011, deparamo-nos com algumas disparidades (Quadro 4.16).

Quadro 4.16 Taxas de mortalidade infantil (‰), NUTS III, 1950-2011

TMI	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Minho Lima	72,54	67,12	68,07	22,41	8,15	6,99	1,73
Cávado	99,87	75,44	62,62	25,36	11,58	5,16	2,62
Ave	125,17	90,63	84,91	25,13	11,46	4,73	4,11
Grande Porto	152,42	106,46	71,21	20,27	12,36	6,28	3,05
Tâmega	89,15	65,88	71,67	24,42	14,31	5,94	3,48
Entre Douro e Vouga	87,34	85,95	74,86	22,01	9,81	5,62	2,61
Douro	94,38	101,96	83,77	42,80	13,52	6,21	2,80
Alto Trás-os-Montes	90,83	95,23	82,85	32,33	19,40	8,46	4,18
Baixo Vouga	70,89	59,08	59,75	17,89	9,20	3,90	3,09
Baixo Mondego	58,29	51,11	31,80	14,81	7,20	4,32	2,93
Pinhal Litoral	72,09	52,10	35,60	15,79	9,33	3,63	1,30
Pinhal Interior Norte	51,27	51,87	40,66	18,82	12,73	3,34	1,16
Dão-Lafões	64,34	50,70	51,97	20,76	11,96	3,94	3,25
Pinhal Interior Sul	62,21	77,95	68,92	21,70	7,87	3,51	0,00
Serra da Estrela	75,09	60,71	76,21	27,22	20,79	2,92	7,81
Beira Interior Norte	93,88	98,91	58,57	28,40	8,96	1,10	7,58

TMI	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Beira Interior Sul	67,87	63,68	38,30	22,20	6,23	3,15	3,66
Cova da Beira	72,69	97,00	44,69	22,79	7,37	5,31	1,65
Oeste	74,18	51,36	40,36	15,09	8,40	5,65	2,20
Médio Tejo	59,01	50,81	36,63	21,57	9,20	1,91	1,25
Grande Lisboa	77,56	55,45	38,11	17,53	10,03	4,45	4,22
Península de Setúbal	89,04	77,76	40,49	17,05	7,82	4,14	2,03
Alentejo Litoral	93,37	65,74	45,94	21,93	7,85	7,64	1,20
Alto Alentejo	80,43	66,02	52,94	24,21	9,22	1,96	3,41
Alentejo Central	97,76	76,27	45,69	23,01	10,59	3,34	1,47
Baixo Alentejo	93,75	88,66	50,66	25,45	6,56	2,68	2,95
Lezíria do Tejo	63,86	49,50	32,65	18,02	10,20	3,75	2,43
Algarve	84,64	67,26	48,39	23,23	9,20	4,32	2,63
R. A. dos Açores	140,47	111,92	68,25	27,16	13,27	5,11	2,91
R. A. da Madeira	120,29	100,54	74,71	26,70	10,41	8,23	3,32

Fonte: Cálculos próprios sobre as Estatísticas Demográficas (1950; 1960; 1970; 1981; 1991; 2001; 2011), INE.

De facto, no conjunto das NUTS III assumem especial visibilidade os dois valores mais elevados da Serra da Estrela e da Beira Interior Norte, ambas com mais de 7 óbitos em mil nados-vivos e o valor nulo do Pinhal Interior Sul. De qualquer modo, são de salientar também os valores mínimos do Pinhal Litoral, do Pinhal Interior Norte, da Cova da Beira, Médio Tejo, Alentejo Litoral, Alentejo Central e Minho Lima, com menos de 2 óbitos em mil nados-vivos. Por outro lado, também são ainda de isolar os casos das sub-regiões cuja mortalidade infantil sobe de 2001 para 2011. Encontram-se neste caso as sub-regiões da Beira Interior Sul, do Alto Alentejo e do Baixo Alentejo.

Com excepção do Pinhal Litoral, Alentejo Central, Minho Lima e Alto Alentejo, todas as outras sub-regiões destacadas se encontram na denominada "zona cinzenta" da esperança de vida (Quadro 4.17).

Quadro 4.17 Taxas de mortalidade infantil (‰) das sub-regiões da "zona cinzenta", NUTS III, 2011

NUTS II	NUTS III	TMI
Centro	Serra da Estrela	7,81
Centro	Beira Interior Norte	7,58
Centro	Beira Interior Sul	3,66
Alentejo	Baixo Alentejo	2,95
Centro	Cova da Beira	1,65
Centro	Médio Tejo	1,25
Alentejo	Alentejo Litoral	1,20
Centro	Pinhal Interior Norte	1,16
Centro	Pinhal Interior Sul	0,00

Fonte: Cálculos próprios sobre as Estatísticas Demográficas, 2011.

Confirma-se assim a presença de estruturas etárias onde o peso de população de menos de um ano de idade é extremamente reduzido. Se observarmos a evolução da mortalidade infantil de 1950 a 2011 nos municípios que integram as sub-regiões em causa, torna-se clara essa carência de efectivos populacionais até ao primeiro aniversário (Quadro 4.18).

Quadro 4.18 Taxas de mortalidade infantil (‰), Centro, NUTS II, III e municípios, 1950-2011

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
NUTS II Centro	68,45	60,40	45,58	18,79	9,43	3,88	2,62
NUTS III Baixo Vouga	70,89	59,08	59,75	17,89	9,20	3,90	3,09
Águeda	53,09	54,48	47,49	13,44	11,11	3,85	2,73
Albergaria-a-Velha	67,69	50,22	57,50	19,29	7,22	0,00	4,55
Anadia	50,00	34,90	40,90	12,77	9,32	0,00	0,00
Aveiro	58,00	52,81	54,36	17,15	6,69	3,64	1,31
Estarreja	76,26	56,21	78,43	14,96	13,61	3,69	9,30
Ílhavo	95,41	62,33	56,38	24,07	4,87	2,43	3,27
Mealhada	38,46	32,79	28,69	10,49	0,00	5,59	6,71
Murtosa	90,91	63,95	86,78	12,90	7,63	0,00	12,35
Oliveira do Bairro	80,29	61,89	40,00	12,82	11,30	4,44	0,00
Ovar	114,44	114,86	99,46	27,70	13,07	7,97	2,18
Sever do Vouga	50,28	33,78	36,14	4,67	19,23	18,02	13,51
Vagos	64,83	33,03	42,29	31,75	9,66	0,00	0,00
NUTS III Baixo Mondego	58,29	51,11	31,80	14,81	7,20	4,32	2,93
Cantanhede	52,75	50,96	23,70	17,83	0,00	0,00	3,37

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Coimbra	61,02	54,00	32,24	13,79	9,32	4,33	3,28
Condeixa-a-Nova	56,41	58,82	51,02	14,39	27,27	7,09	0,00
Figueira da Foz	51,65	43,95	38,30	9,11	3,41	7,30	2,18
Mira	55,19	63,16	27,89	34,29	15,75	10,64	10,20
Montemor-o-Velho	59,21	47,26	10,03	19,50	8,00	4,15	3,97
Penacova	69,92	40,54	24,05	16,88	0,00	0,00	0,00
Soure	61,73	55,14	64,66	16,00	0,00	0,00	0,00
NUTS III Pinhal Litoral	72,09	52,10	35,60	15,79	9,33	3,63	1,30
Batalha	89,08	74,38	41,24	4,98	13,16	0,00	6,85
Leiria	80,32	56,24	25,64	15,16	12,40	3,74	0,83
Marinha Grande	77,29	52,50	31,32	13,67	5,62	2,51	0,00
Pombal	59,60	37,14	52,78	15,95	5,93	3,31	0,00
Porto de Mós	56,03	60,95	51,67	27,95	3,72	7,78	4,76
NUTS III Pinhal Interior Norte	51,27	51,87	40,66	18,82	12,73	3,34	1,16
Alvaiázere	39,53	57,27	16,39	24,39	11,11	0,00	0,00
Ansião	43,13	20,35	5,15	22,10	8,00	8,62	0,00
Arganil	51,85	53,52	64,17	10,58	0,00	8,85	0,00
Castanheira de Pêra	51,85	34,48	114,29	0,00	27,03	0,00	0,00
Figueiró dos Vinhos	17,39	52,63	63,16	19,23	12,35	0,00	0,00
Góis	58,09	48,78	30,61	0,00	0,00	0,00	0,00
Lousã	55,90	40,16	21,86	5,95	15,38	0,00	0,00
Miranda do Corvo	42,02	22,47	37,38	0,00	0,00	7,63	0,00
Oliveira do Hospital	56,22	54,82	29,57	36,01	0,00	0,00	0,00
Pampilhosa da Serra	61,11	78,23	72,00	38,96	85,71	0,00	66,67
Pedrógão Grande	53,33	31,50	50,00	18,52	0,00	0,00	0,00
Penela	59,78	80,00	111,11	22,73	16,13	0,00	0,00
Tábua	51,14	91,58	16,57	12,05	33,33	8,93	0,00
Vila Nova de Poiares	73,68	42,55	79,65	21,98	33,90	0,00	0,00
NUTS III Dão-Lafões	64,34	50,70	51,97	20,76	11,96	3,94	3,25
Aguiar da Beira	112,96	89,61	60,98	16,39	0,00	0,00	0,00
Carregal do Sal	68,32	63,97	66,67	26,60	21,43	0,00	0,00
Castro Daire	72,10	50,52	38,46	16,35	5,56	0,00	10,53
Mangualde	67,05	61,42	37,25	24,86	8,23	4,88	0,00
Mortágua	48,57	10,87	29,07	18,75	20,20	0,00	19,23
Nelas	63,06	56,05	87,91	8,51	7,25	15,87	0,00
Oliveira de Frades	68,55	23,70	55,87	41,42	9,26	16,95	0,00
Penalva do Castelo	76,32	54,05	89,39	59,60	0,00	0,00	0,00
Santa Comba Dão	34,95	69,69	27,17	12,88	0,00	8,33	0,00
São Pedro do Sul	51,61	35,20	44,82	17,65	9,90	6,80	0,00
Sátão	69,98	35,87	77,18	12,99	25,16	0,00	0,00
Tondela	64,52	46,34	51,89	10,46	6,23	8,51	5,95

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Vila Nova de Paiva	86,33	136,17	96,30	7,63	0,00	14,93	0,00
Viseu	58,41	45,71	49,03	23,20	16,77	0,88	4,29
Vouzela	60,00	36,18	34,48	25,77	15,38	0,00	0,00
NUTS III Pinhal Interior Sul	62,21	77,95	68,92	21,70	7,87	3,51	0,00
Mação	76,04	75,16	111,94	16,95	0,00	0,00	0,00
Oleiros	58,52	79,37	60,40	17,70	0,00	0,00	0,00
Proença-a-Nova	55,43	84,42	56,96	16,67	0,00	0,00	0,00
Sertã	47,69	63,05	67,57	23,26	19,61	7,81	0,00
Vila de Rei	101,45	126,76	32,79	60,61	0,00	0,00	0,00
NUTS III Serra da Estrela	75,09	60,71	76,21	27,22	20,79	2,92	7,81
Fornos de Algodres	86,61	74,87	135,42	10,75	56,60	0,00	0,00
Gouveia	64,80	43,78	54,39	22,39	7,09	0,00	11,76
Seia	78,39	66,75	75,33	33,06	20,91	5,35	6,80
NUTS III Beira Interior Norte	93,88	98,91	58,57	28,40	8,96	1,10	7,58
Almeida	93,28	96,62	60,98	37,04	13,70	0,00	0,00
Celorico da Beira	92,13	79,49	42,11	18,07	0,00	0,00	23,26
Figueira de Castelo Rodrigo	99,72	144,49	57,85	51,28	0,00	0,00	0,00
Guarda	79,65	111,31	51,40	25,30	6,73	2,26	3,05
Manteigas	54,42	48,00	48,19	21,74	0,00	0,00	0,00
Meda	132,79	85,71	83,33	17,24	14,49	0,00	0,00
Pinhel	95,08	124,05	74,56	12,20	0,00	0,00	24,39
Sabugal	98,12	75,54	59,26	47,17	24,39	0,00	40,82
Trancoso	98,07	97,31	61,14	29,76	18,69	0,00	0,00
NUTS III Beira Interior Sul	67,87	63,68	38,30	22,20	6,23	3,15	3,66
Castelo Branco	68,74	65,86	36,46	21,77	6,13	3,75	4,40
Idanha-a-Nova	46,90	37,85	23,15	28,78	0,00	0,00	0,00
Penamacor	92,51	85,47	80,00	21,74	0,00	0,00	0,00
Vila Velha de Ródão	83,80	88,50	32,61	0,00	40,00	0,00	0,00
NUTS III Cova da Beira	72,69	97,00	44,69	22,79	7,37	5,31	1,65
Belmonte	75,38	68,18	15,63	0,00	12,35	24,39	0,00
Covilhã	81,63	101,65	58,95	19,30	3,44	6,61	2,84
Fundão	59,55	94,47	24,14	34,25	13,89	0,00	0,00
NUTS III Oeste	74,18	51,36	40,36	15,09	8,40	5,65	2,20
Alcobaça	62,07	47,95	44,59	16,84	13,05	3,76	2,53
Alenquer	76,23	53,60	23,47	9,30	2,87	6,55	2,19
Arruda dos Vinhos	80,88	72,73	22,22	16,13	9,52	10,42	0,00
Bombarral	71,43	43,80	48,54	22,94	0,00	0,00	8,13
Cadaval	50,16	47,27	52,38	14,71	0,00	0,00	0,00
Caldas da Rainha	56,77	40,84	46,99	14,93	2,06	6,02	0,00
Lourinhã	78,71	55,45	33,56	8,93	8,13	12,77	8,47
Nazaré	96,57	40,40	24,39	3,76	29,07	5,68	0,00

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Óbidos	51,06	17,78	44,87	0,00	0,00	0,00	0,00
Peniche	113,13	62,62	50,81	22,03	3,50	7,25	4,55
Sobral de Monte Agraço	117,65	52,24	53,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Torres Vedras	74,86	62,30	38,21	20,63	13,64	6,44	1,29
NUTS III Médio Tejo	59,01	50,81	36,63	21,57	9,20	1,91	1,25
Abrantes	47,52	55,80	45,78	22,53	10,36	5,63	4,33
Alcanena	77,17	38,83	77,59	26,04	0,00	8,13	0,00
Constância	42,25	24,39	27,03	41,67	41,67	0,00	0,00
Entroncamento	18,69	64,81	31,25	6,76	5,88	0,00	0,00
Ferreira do Zêzere	67,99	43,01	52,94	16,53	23,26	0,00	0,00
Ourém	56,35	47,15	20,34	23,85	6,32	1,96	0,00
Sardoal	64,71	109,49	72,73	18,52	32,26	0,00	0,00
Tomar	61,54	54,05	25,54	21,13	6,77	0,00	0,00
Torres Novas	67,08	45,79	35,53	18,45	12,54	0,00	3,37
Vila Nova da Barquinha	71,43	37,04	72,46	34,09	0,00	0,00	0,00

Fonte: Cálculos próprios sobre as Estatísticas Demográficas (1950; 1960; 1970; 1981; 1991; 2001; 2011), INE.

Aliás, os resultados absurdamente elevados da mortalidade infantil calculada segundo o método clássico são só por si indicadores da existência de uma população de base (nados-vivos) extremamente reduzida (Bandeira, 2004). É neste sentido que aponta a informação relativa aos nados-vivos no âmbito das sub-regiões em causa (Quadro 4.19).

Deste modo, confirma-se um decréscimo acentuado nos efectivos de menos de 1 ano de idade em todas as sub-regiões da região Centro que integram a denominada "zona cinzenta" da esperança de vida. Uma queda traduzida, para o período de 1950 a 2011, em taxas de variação que atingem os -96 %. Salienta-se ainda a elevada variação do Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela e Beira Interior Norte.

De qualquer modo, atendendo ao registado no Quadro 4.19, percebe-se que, de uma forma geral, o comportamento da mortalidade infantil nos municípios da região Centro indica, antes de mais, a existência de populações marcadas por um défice de efectivos de menos de um ano de idade. O mesmo é dizer, populações marcadas por níveis de fecundidade baixíssimos ou por um défice de população em idade reprodutiva. Tudo aponta para que estejamos perante populações com estruturas muito desequilibradas a favor dos grupos etários mais velhos.

Quadro 4.19 Evolução dos nados-vivos, Centro, NUTS II, III e municípios e taxas de variação (%), 1950-2011

NUTS II CENTRO	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	Taxas de variação 1950-60	1960-70	1970-81	1981-91	1991-01	2001-11	Nados-vivos 1950-2011
NUTS III Pinhal Interior Norte	4018	3258	1943	1860	1335	1198	861	-18,91	-40,36	-4,27	-28,23	-10,26	-28,13	-78,57
Alvaiázere	253	227	122	123	90	58	35	-10,28	-46,26	0,82	-26,83	-35,56	-39,66	-86,17
Ansião	371	344	194	181	125	116	76	-7,28	-43,60	-6,70	-30,94	-7,20	-34,48	-79,51
Arganil	405	355	187	189	131	113	72	-12,35	-47,32	1,07	-30,69	-13,74	-36,28	-82,22
Castanheira de Pêra	135	87	70	52	37	32	17	-35,56	-19,54	-25,71	-28,85	-13,51	-46,88	-87,41
Figueiró dos Vinhos	230	190	95	104	81	65	19	-17,39	-50,00	9,47	-22,12	-19,75	-70,77	-91,74
Góis	241	164	98	66	38	37	13	-31,95	-40,24	-32,65	-42,42	-2,63	-64,86	-94,61
Lousã	322	249	183	168	130	188	167	-22,67	-26,51	-8,20	-22,62	44,62	-11,17	-48,14
Miranda do Corvo	238	178	107	140	113	131	81	-25,21	-39,89	30,84	-19,29	15,93	-38,17	-65,97
Oliveira do Hospital	587	529	372	361	251	177	170	-9,88	-29,68	-2,96	-30,47	-29,48	-3,95	-71,04
Pampilhosa da Serra	360	294	125	77	35	27	15	-18,33	-57,48	-38,40	-54,55	-22,86	-44,44	-95,83
Pedrógão Grande	150	127	60	54	33	31	20	-15,33	-52,76	-10,00	-38,89	-6,06	-35,48	-86,67
Penela	184	100	36	88	62	37	37	-45,65	-64,00	144,44	-29,55	-40,32	0,00	-79,89
Tábua	352	273	181	166	150	112	72	-22,44	-33,70	-8,29	-9,64	-25,33	-35,71	-79,55
Vila Nova de Poiares	190	141	113	91	59	74	67	-25,79	-19,86	-19,47	-35,16	25,42	-9,46	-64,74
NUTS III Pinhal Interior Sul	2138	1642	798	599	381	285	202	-23,20	-51,40	-24,94	-36,39	-25,20	-29,12	-90,55
Mação	434	306	134	118	71	55	38	-29,49	-56,21	-11,94	-39,83	-22,54	-30,91	-91,24
Oleiros	393	315	149	113	60	18	15	-19,85	-52,70	-24,16	-46,90	-70,00	-16,67	-96,18
Proença-a-Nova	433	308	158	120	72	60	35	-28,87	-48,70	-24,05	-40,00	-16,67	-41,67	-91,92
Sertã	671	571	296	215	153	128	95	-14,90	-48,16	-27,36	-28,84	-16,34	-25,78	-85,84
Vila de Rei	207	142	61	33	25	24	19	-31,40	-57,04	-45,90	-24,24	-4,00	-20,83	-90,82
NUTS III Serra da Estrela	1718	1400	866	845	481	343	256	-18,51	-38,14	-2,42	-43,08	-28,69	-25,36	-85,10
Fornos de Algodres	254	187	96	93	53	42	24	-26,38	-48,66	-3,13	-43,01	-20,75	-42,86	-90,55
Gouveia	571	434	239	268	141	114	85	-23,99	-44,93	12,13	-47,39	-19,15	-25,44	-85,11
Seia	893	779	531	484	287	187	147	-12,77	-31,84	-8,85	-40,70	-34,84	-21,39	-83,54
NUTS III Beira Interior Norte	5379	4489	2083	1690	1116	911	660	-16,55	-53,60	-18,87	-33,96	-18,37	-27,55	-87,73
Almeida	461	414	164	108	73	64	38	-10,20	-60,39	-34,15	-32,41	-12,33	-40,63	-91,76
Celorico da Beira	445	390	190	166	78	55	43	-12,36	-51,28	-12,63	-53,01	-29,49	-21,82	-90,34
Figueira de Castelo Rodrigo	361	263	121	117	69	45	59	-27,15	-53,99	-3,31	-41,03	-34,78	31,11	-83,66
Guarda	1243	1141	642	593	446	442	328	-8,21	-43,73	-7,63	-24,79	-0,90	-25,79	-73,61
Manteigas	147	125	83	46	42	18	14	-14,97	-33,60	-44,58	-8,70	-57,14	-22,22	-90,48

NUTS II CENTRO	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	Taxas de variação 1950-60	1960-70	1970-81	1981-91	1991-01	2001-11	Nados-vivos 1950-2011
Meda	369	315	156	116	69	44	26	-14,63	-50,48	-25,64	-40,52	-36,23	-40,91	-92,95
Pinhel	610	524	228	164	109	80	41	-14,10	-56,49	-28,07	-33,54	-26,61	-48,75	-93,28
Sabugal	1172	834	270	212	123	89	49	-28,84	-67,63	-21,48	-41,98	-27,64	-44,94	-95,82
Trancoso	571	483	229	168	107	74	62	-15,41	-52,59	-26,64	-36,31	-30,84	-16,22	-89,14
NUTS III Beira Interior Sul	2711	2120	1201	946	642	635	547	-21,80	-43,35	-21,23	-32,14	-1,09	-13,86	-79,82
Castelo Branco	1353	1154	768	689	489	534	455	-14,71	-33,45	-10,29	-29,03	9,20	-14,79	-66,37
Idanha-a-Nova	725	502	216	139	75	58	59	-30,76	-56,97	-35,65	-46,04	-22,67	1,72	-91,86
Penamacor	454	351	125	92	53	30	18	-22,69	-64,39	-26,40	-42,39	-43,40	-40,00	-96,04
Vila Velha de Ródão	179	113	92	26	25	13	15	-36,87	-18,58	-71,74	-3,85	-48,00	15,38	-91,62
NUTS III Cova da Beira	3123	2804	1611	1404	950	754	606	-10,21	-42,55	-12,85	-32,34	-20,63	-19,63	-80,60
Belmonte	199	176	64	85	81	41	46	-11,56	-63,64	32,81	-4,71	-49,38	12,20	-76,88
Covilhã	1715	1633	967	881	581	454	352	-4,78	-40,78	-8,89	-34,05	-21,86	-22,47	-79,48
Fundão	1209	995	580	438	288	259	208	-17,70	-41,71	-24,48	-34,25	-10,07	-19,69	-82,80
NUTS III Médio Tejo	5067	5038	3467	2967	2174	2096	1602	-0,57	-31,18	-14,42	-26,73	-3,59	-23,57	-68,38
Abrantes	968	1147	830	577	386	355	231	18,49	-27,64	-30,48	-33,10	-8,03	-34,93	-76,14
Alcanena	311	309	116	192	148	123	105	-0,64	-62,46	65,52	-22,92	-16,89	-14,63	-66,24
Constância	71	82	37	48	48	36	31	15,49	-54,88	29,73	0,00	-25,00	-13,89	-56,34
Entroncamento	107	108	96	148	170	238	199	0,93	-11,11	54,17	14,86	40,00	-16,39	85,98
Ferreira do Zêzere	353	279	170	121	86	60	58	-20,96	-39,07	-28,82	-28,93	-30,23	-3,33	-83,57
Ourém	1260	1209	590	629	475	511	343	-4,05	-51,20	6,61	-24,48	7,58	-32,88	-72,78
Sardoal	170	137	55	54	31	26	34	-19,41	-59,85	-1,82	-42,59	-16,13	30,77	-80,00
Tomar	910	851	744	568	443	346	245	-6,48	-12,57	-23,66	-22,01	-21,90	-29,19	-73,08
Torres Novas	805	808	760	542	319	329	297	0,37	-5,94	-28,68	-41,14	3,13	-9,73	-63,11
Vila Nova da Barquinha	112	108	69	88	68	72	59	-3,57	-36,11	27,54	-22,73	5,88	-18,06	-47,32

Fonte: Cálculos próprios sobre as Estatísticas Demográficas (1950; 1960; 1970; 1981; 1991; 2001; 2011), INE.

O que se conclui relativamente à região Centro adequa-se fortemente ao que ocorre na região do Alentejo (Quadro 4.20).

Quadro 4.20 Taxas de mortalidade infantil (‰), Alentejo, NUTS II, III e Municípios, 1950-2011

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
NUTS II Alentejo	86,05	70,34	44,61	22,08	9,16	3,66	2,28
Alentejo Litoral	93,37	65,74	45,94	21,93	7,85	7,64	1,20
Alcácer do Sal	70,82	71,57	39,65	28,17	0,00	0,00	0,00
Grândola	84,71	50,63	14,35	10,26	0,00	15,87	0,00
Odemira	83,04	55,08	47,39	31,65	9,05	0,00	4,67
Santiago do Cacém	115,60	66,44	65,97	9,13	10,71	9,57	0,00
Sines	181,21	133,33	68,49	38,83	15,04	14,49	0,00
NUTS III Alto Alentejo	80,43	66,02	52,94	24,21	9,22	1,96	3,41
Alter do Chão	92,59	52,17	70,18	0,00	0,00	0,00	0,00
Arronches	69,23	100,00	88,24	0,00	0,00	0,00	0,00
Avis	48,61	55,94	34,48	33,90	42,55	0,00	0,00
Campo Maior	91,84	85,23	51,09	33,61	9,90	0,00	0,00
Castelo de Vide	151,26	10,00	103,45	24,39	37,04	0,00	0,00
Crato	67,04	56,00	81,08	0,00	0,00	0,00	41,67
Elvas	104,90	80,65	63,88	26,01	10,20	0,00	4,27
Fronteira	85,71	45,11	42,86	0,00	0,00	41,67	0,00
Gavião	52,63	36,14	65,79	16,39	0,00	0,00	0,00
Marvão	52,63	61,86	62,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Monforte	161,29	97,01	66,67	29,41	0,00	0,00	0,00
Mora	60,75	47,17	16,67	32,26	17,86	0,00	0,00
Nisa	65,45	77,92	49,38	52,63	0,00	0,00	0,00
Ponte de Sor	65,46	48,66	33,90	12,71	0,00	0,00	0,00
Portalegre	70,87	73,43	46,36	36,46	13,95	4,95	5,46
NUTS III Alentejo Central	97,76	76,27	45,69	23,01	10,59	3,34	1,47
Alandroal	90,91	58,56	55,12	31,91	0,00	19,61	0,00
Arraiolos	135,96	96,15	16,13	31,58	12,99	0,00	0,00
Borba	142,86	125,63	64,75	26,09	12,99	0,00	0,00
Estremoz	102,44	101,09	23,62	31,25	13,61	0,00	0,00
Évora	101,20	75,82	41,32	21,28	5,00	3,72	3,55
Montemor-o-Novo	79,43	54,79	2000,00[1]	22,22	21,90	0,00	0,00
Mourão	58,82	47,17	69,77	0,00	0,00	0,00	0,00
Portel	68,97	48,39	35,46	48,00	12,99	0,00	0,00
Redondo	62,50	63,93	38,10	23,26	12,35	0,00	0,00
Reguengos de Monsaraz	60,28	82,73	49,69	23,62	16,95	0,00	0,00
Sousel	128,89	97,70	32,61	20,62	0,00	0,00	0,00
Vendas Novas	-	-	25,81	21,51	0,00	18,69	0,00
Viana do Alentejo	152,07	61,11	81,63	0,00	14,71	0,00	0,00
Vila Viçosa	117,37	95,00	100,00	8,06	32,97	0,00	0,00

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
NUTS III Baixo Alentejo	93,75	88,66	50,66	25,45	6,56	2,68	2,95
Aljustrel	90,48	95,74	69,12	46,67	0,00	0,00	0,00
Almodôvar	94,20	65,02	33,15	26,55	0,00	0,00	0,00
Alvito	145,63	118,42	62,50	25,00	0,00	0,00	0,00
Barrancos	200,00	156,86	55,56	0,00	0,00	52,63	0,00
Beja	99,24	83,43	52,16	17,94	5,59	2,92	2,92
Castro Verde	104,48	95,44	47,62	12,20	0,00	0,00	18,87
Cuba	86,33	45,45	53,33	38,83	0,00	0,00	0,00
Ferreira do Alentejo	119,76	99,29	12,99	25,16	10,53	0,00	0,00
Mértola	67,43	84,21	67,71	44,25	63,49	0,00	27,78
Moura	81,63	75,29	49,23	35,21	4,72	0,00	0,00
Ourique	96,94	122,81	48,00	32,61	0,00	0,00	0,00
Serpa	78,20	102,29	56,56	15,56	0,00	6,62	0,00
Vidigueira	136,56	84,91	38,46	10,99	17,24	0,00	0,00
NUTS III Lezíria do Tejo	63,86	49,50	32,65	18,02	10,20	3,75	2,43
Almeirim	57,69	47,34	37,41	13,81	4,88	4,00	0,00
Alpiarça	41,32	12,20	0,00	34,48	0,00	0,00	0,00
Azambuja	72,63	56,54	49,75	10,03	0,00	5,81	0,00
Benavente	114,68	43,69	44,33	34,48	12,45	6,37	3,11
Cartaxo	61,22	56,43	19,80	14,93	10,05	3,98	0,00
Chamusca	45,02	65,04	24,54	18,75	11,76	0,00	13,33
Coruche	54,87	55,12	8,75	17,01	11,70	0,00	0,00
Golegã	67,31	31,58	17,24	0,00	37,04	0,00	22,73
Rio Maior	55,07	43,60	58,58	16,39	8,58	4,46	0,00
Salvaterra de Magos	69,44	46,88	27,69	12,30	5,43	0,00	0,00
Santarém	66,37	48,42	37,38	21,28	14,01	4,63	3,85

[1] Foram registados 4 óbitos com menos de 1 ano de idade e 2 nados-vivos.

Fonte: Cálculos próprios sobre as Estatísticas Demográficas (1950; 1960; 1970; 1981; 1991; 2001; 2011), INE.

Tal como nas sub-regiões do Centro, as TMI das sub-regiões e municípios do Alentejo estão muito dependentes da evolução dos nados-vivos (Quadro 4.21). Percebe-se o quanto o número de efectivos de menos de 1 ano decresceu nos municípios alentejanos, um decréscimo não tão acentuado quanto nas sub-regiões do Centro, mas que condiciona a análise da mortalidade infantil a nível regional. Neste sentido, assumem especial relevância os municípios que integram a sub-região do Baixo Alentejo.

Quadro 4.21 Evolução dos nados-vivos, Alentejo, NUTS II, III e municípios e taxas de variação (%), 1950-2011

								Taxas de variação						Nados-vivos
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	1950-60	1960-70	1970-81	1981-91	1991-01	2001-11	1950-2011
NUTS II Alentejo	20198	18112	11611	10735	7312	6825	6146	-10,33	-35,89	-7,54	-31,89	-6,66	-9,95	-69,57
NUTS III Alentejo Litoral	2924	2373	1219	1368	892	785	833	-18,84	-48,63	12,22	-34,80	-12,00	6,11	-71,51
Alcácer do Sal	706	503	227	213	126	102	84	-28,75	-54,87	-6,17	-40,85	-19,05	-17,65	-88,1
Grândola	484	316	209	195	132	126	117	-34,71	-33,86	-6,70	-32,31	-4,55	-7,14	-75,83
Odemira	867	817	422	316	221	210	214	-5,77	-48,35	-25,12	-30,06	-4,98	1,90	-75,32
Santiago do Cacém	718	587	288	438	280	209	259	-18,25	-50,94	52,08	-36,07	-25,36	23,92	-63,93
Sines	149	150	73	206	133	138	159	0,67	-51,33	182,19	-35,44	3,76	15,22	6,71
NUTS III Alto Alentejo	3705	3484	2191	1735	1193	1022	881	-5,96	-37,11	-20,81	-31,24	-14,33	-13,80	-76,22
Alter do Chão	162	115	57	57	26	26	22	-29,01	-50,43	-	-54,39	-	-15,38	-86,42
Arronches	130	110	68	51	30	24	7	-15,38	-38,18	-25,00	-41,18	-20,00	-70,83	-94,62
Avis	144	143	58	59	47	44	32	-0,69	-59,44	1,72	-20,34	-6,38	-27,27	-77,78
Campo Maior	196	176	137	119	101	99	91	-10,20	-22,16	-13,14	-15,13	-1,98	-8,08	-53,57
Castelo de Vide	119	100	58	41	27	27	21	-15,97	-42,00	-29,31	-34,15	-	-22,22	-82,35
Crato	179	125	74	61	38	25	24	-30,17	-40,80	-17,57	-37,70	-34,21	-4,00	-86,59
Elvas	572	682	454	346	294	249	234	19,23	-33,43	-23,79	-15,03	-15,31	-6,02	-59,09
Fronteira	140	133	70	49	42	24	27	-5,00	-47,37	-30,00	-14,29	-42,86	12,50	-80,71
Gavião	190	166	76	61	37	17	17	-12,63	-54,22	-19,74	-39,34	-54,05	-	-91,05
Marvão	171	97	64	68	25	26	20	-43,27	-34,02	6,25	-63,24	4,00	-23,08	-88,3
Monforte	155	134	45	34	34	31	28	-13,55	-66,42	-24,44	-	-8,82	-9,68	-81,94
Mora	214	212	120	93	56	36	23	-0,93	-43,40	-22,50	-39,78	-35,71	-36,11	-89,25
Nisa	382	308	162	76	41	47	37	-19,37	-47,40	-53,09	-46,05	14,63	-21,28	-90,31
Ponte de Sor	443	411	295	236	180	145	115	-7,22	-28,22	-20,00	-23,73	-19,44	-20,69	-74,04
Portalegre	508	572	453	384	215	202	183	12,60	-20,80	-15,23	-44,01	-6,05	-9,41	-63,98
NUTS III Alentejo Central	4378	3894	2539	2347	1700	1495	1361	-11,06	-34,80	-7,56	-27,57	-12,06	-8,96	-68,91
Alandroal	242	222	127	94	62	51	41	-8,26	-42,79	-25,98	-34,04	-17,74	-19,61	-83,06
Arraiolos	228	208	124	95	77	52	54	-8,77	-40,38	-23,39	-18,95	-32,47	3,85	-76,32
Borba	238	199	139	115	77	59	45	-16,39	-30,15	-17,27	-33,04	-23,38	-23,73	-81,09
Estremoz	410	366	254	192	147	120	124	-10,73	-30,60	-24,41	-23,44	-18,37	3,33	-69,76
Évora	919	910	968	846	600	538	564	-0,98	6,37	-12,60	-29,08	-10,33	4,83	-38,63
Montemor-o-Novo	768	584	2	225	137	138	120	-23,96	-99,66	11150,00	-39,11	0,73	-13,04	-84,38
Mourão	119	106	43	50	38	36	22	-10,92	-59,43	16,28	-24,00	-5,26	-38,89	-81,51
Portel	261	248	141	125	77	64	34	-4,98	-43,15	-11,35	-38,40	-16,88	-46,88	-86,97

								Taxas de variação						Nados-vivos
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	1950-60	1960-70	1970-81	1981-91	1991-01	2001-11	1950-2011
Redondo	256	219	105	86	81	59	67	-14,45	-52,05	-18,10	-5,81	-27,16	13,56	-73,83
Reguengos de Monsaraz	282	278	161	127	118	94	76	-1,42	-42,09	-21,12	-7,09	-20,34	-19,15	-73,05
Sousel	225	174	92	97	47	49	20	-22,67	-47,13	5,43	-51,55	4,26	-59,18	-91,11
Vendas Novas	-	-	155	93	80	107	96	-	-	-40,00	-13,98	33,75	-10,28	-79,26
Viana do Alentejo	217	180	98	78	68	54	45	-17,05	-45,56	-20,41	-12,82	-20,59	-16,67	-79,26[1]
Vila Viçosa	213	200	130	124	91	74	53	-6,10	-35,00	-4,62	-26,61	-18,68	-28,38	-75,12
NUTS III Baixo Alentejo	5088	4523	2507	2122	1371	1121	1016	-11,10	-44,57	-15,36	-35,39	-18,23	-9,37	-80,03
Aljustrel	420	376	217	150	125	64	67	-10,48	-42,29	-30,88	-16,67	-48,80	4,69	-84,05
Almodôvar	414	323	181	113	74	45	46	-21,98	-43,96	-37,57	-34,51	-39,19	2,22	-88,89
Alvito	103	76	48	40	16	12	18	-26,21	-36,84	-16,67	-60,00	-25,00	50,00	-82,52
Barrancos	55	51	36	25	21	19	15	-7,27	-29,41	-30,56	-16,00	-9,52	-21,05	-72,73
Beja	786	839	556	613	358	342	342	6,74	-33,73	10,25	-41,60	-4,47	-	-56,49
Castro Verde	268	241	105	82	66	69	53	-10,07	-56,43	-21,90	-19,51	4,55	-23,19	-80,22
Cuba	139	154	75	103	64	56	45	10,79	-51,30	37,33	-37,86	-12,50	-19,64	-67,63
Ferreira do Alentejo	334	282	154	159	95	65	64	-15,57	-45,39	3,25	-40,25	-31,58	-1,54	-80,84
Mértola	697	475	192	113	63	46	36	-31,85	-59,58	-41,15	-44,25	-26,98	-21,74	-94,84
Moura	588	611	325	284	212	177	148	3,91	-46,81	-12,62	-25,35	-16,51	-16,38	-74,83
Ourique	392	228	125	92	49	30	26	-41,84	-45,18	-26,40	-46,74	-38,78	-13,33	-93,37
Serpa	665	655	389	257	170	151	103	-1,50	-40,61	-33,93	-33,85	-11,18	-31,79	-84,51
Vidigueira	227	212	104	91	58	45	53	-6,61	-50,94	-12,50	-36,26	-22,41	17,78	-76,65
NUTS III Lezíria do Tejo	4103	3838	3155	3163	2156	2402	2055	-6,46	-17,80	0,25	-31,84	11,41	-14,45	-49,91
Almeirim	312	338	294	362	205	250	225	8,33	-13,02	23,13	-43,37	21,95	-10,00	-27,88
Alpiarça	121	82	63	116	59	73	51	-32,23	-23,17	84,13	-49,14	23,73	-30,14	-57,85
Azambuja	358	283	201	299	154	172	163	-20,95	-28,98	48,76	-48,49	11,69	-5,23	-54,47
Benavente	218	206	203	203	241	314	322	-5,50	-1,46	-	18,72	30,29	2,55	47,71
Cartaxo	294	319	303	268	199	251	185	8,50	-5,02	-11,55	-25,75	26,13	-26,29	-37,07
Chamusca	311	246	163	160	85	73	75	-20,90	-33,74	-1,84	-46,88	-14,12	2,74	-75,88
Coruche	565	508	343	294	171	161	126	-10,09	-32,48	-14,29	-41,84	-5,85	-21,74	-77,7
Golegã	104	95	58	66	54	53	44	-8,65	-38,95	13,79	-18,18	-1,85	-16,98	-57,69
Rio Maior	345	367	239	305	233	224	169	6,38	-34,88	27,62	-23,61	-3,86	-24,55	-51,01
Salvaterra de Magos	360	320	325	244	184	183	175	-11,11	1,56	-24,92	-24,59	-0,54	-4,37	-51,39
Santarém	1115	1074	963	846	571	648	520	-3,68	-10,34	-12,15	-32,51	13,49	-19,75	-53,36

[1] A taxa relativa ao município de Vendas Novas reflecte a variação de 1970 a 2011, primeiro recenseamento desde a sua autonomização como município, em 1962.

Fonte: Cálculos próprios sobre as Estatísticas Demográficas (1950; 1960; 1970; 1981; 1991; 2001; 2011), INE.

Resta analisar o que ocorre em termos de comportamento da mortalidade infantil nos municípios que integram a única sub-região do Norte que optámos por destacar face ao resultado mínimo (1,73 ‰), que apresenta em 2011, depois dos 6,99 ‰ registados em 2001.

O Quadro 4.22 evidencia que a mortalidade infantil no Minho Lima, desde 1981, assume as mesmas características detectadas nos municípios que integram o Centro e o Alentejo. Um processo evolutivo irregular entre valores elevados, baixos e nulos.

Quadro 4.22 Taxas de mortalidade infantil (‰), Norte, Minho Lima e Municípios, 1950-2011

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
NUTS II Norte	110,12	88,98	74,11	24,94	12,48	5,93	3,14
NUTS II Minho-Lima	72,54	67,12	68,07	22,41	8,15	6,99	1,73
Arcos de Valdevez	95,63	68,45	81,36	25,58	4,61	24,24	7,19
Caminha	90,91	60,87	57,02	18,18	17,44	6,21	0,00
Melgaço	39,37	58,54	70,54	21,98	19,42	0,00	0,00
Monção	60,76	54,52	40,28	14,33	22,35	0,00	0,00
Paredes de Coura	61,18	77,99	78,60	21,28	0,00	0,00	0,00
Ponte da Barca	68,82	83,33	73,96	24,90	19,11	8,00	10,99
Ponte de Lima	68,33	48,01	58,52	35,54	3,51	10,33	0,00
Valença	70,89	61,69	108,81	32,43	0,00	13,42	10,20
Viana do Castelo	72,14	79,83	66,76	15,36	7,05	3,45	0,00
Vila Nova de Cerveira	75,00	66,41	88,76	15,50	0,00	0,00	0,00

Fonte: Cálculos próprios sobre as Estatísticas Demográficas (1950; 1960; 1970; 1981; 1991; 2001; 2011).

De facto, as actuais assimetrias regionais no comportamento da mortalidade há muito se distanciaram da antiga dicotomia norte e sul, apresentam uma forte tendência para complexificar a sua definição em torno de uma nova distribuição dos padrões da mortalidade no espaço geográfico português. Uma distribuição que remete para o processo de envelhecimento das populações a ritmos diferenciados, mas que inicialmente parte do esbatimento das existentes clivagens regionais (Morais, 2002) em torno da alteração das idades na morte.

2.2.3. Alterações na estrutura da mortalidade

São indicadores desta alteração a generalização da queda das taxas de mortalidade infantil e o paralelo aumento generalizado da esperança de vida à nascença por todo o território nacional. De facto, o risco de morrer até ao primeiro aniversário passou a ser cada vez menor (Quadro 4.23).

Quadro 4.23 Esperança de vida no nascimento e no primeiro aniversário (em anos), sexos reunidos, NUTS II, 1950-2011

NUTS II	Esperança de vida	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Norte	e_0	54,66	60,79	65,77	71,10	73,51	77,25	80,65
	e_1	61,06	67,03	70,29	71,96	73,53	76,71	79,86
Centro	e_0	63,82	67,37	69,45	71,80	74,36	77,63	80,48
	e_1	67,89	71,29	72,47	72,19	74,08	76,96	79,66
Lisboa	e_0	58,60	65,80	67,86	72,54	74,22	76,71	80,07
	e_1	63,03	69,74	70,00	72,87	73,96	76,11	79,36
Alentejo	e_0	62,51	66,90	68,58	72,05	74,38	76,89	79,41
	e_1	67,55	71,27	71,55	72,67	74,08	76,24	78,58
Algarve	e_0	63,09	66,86	69,87	71,70	73,77	76,93	79,96
	e_1	67,66	71,14	73,25	72,45	73,61	76,34	79,15
R. A. dos Açores	e_0	57,32	62,30	65,01	69,06	71,96	73,78	76,38
	e_1	67,03	69,63	69,13	69,95	71,96	73,28	75,70
R. A. da Madeira	e_0	57,55	61,84	63,82	69,77	72,15	73,35	77,76
	e_1	65,13	68,47	68,48	70,66	72,00	73,00	76,96

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950-2011) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71; 1981; 1990-91; 2000-01; 2010-2011), INE.

Com efeito, de 1950 a 2011, em todas as NUTS II, a esperança de vida ao nascimento cresce de forma continuada, suplantando, depois da década de 1980, os valores da esperança de vida no primeiro aniversário. Chama-se a atenção para o caso dos Açores, que, em 1991, apenas iguala os valores e só a partir daí assume a mesma tendência das outras regiões.

De qualquer modo, ao que tudo indica, o recuo da mortalidade até 1981 foi largamente tributário da queda da mortalidade infantil. Uma queda que no caso dos Açores terá tido uma evolução mais lenta.

Da comparação da evolução da esperança de vida à nascença com a evolução no primeiro aniversário percebe-se a interferência que o recuo da mortalidade foi tendo nessa alteração da estrutura da mortalidade das várias regiões. Uma alteração que não afectou só a estrutura etária, mas também sexual. Porquanto, e tal como já foi referido ao nível da análise nacional, a transição epidemiológica começou por beneficiar não só os mais jovens como também as mulheres.

Quadro 4.24 Esperança de vida no nascimento (em anos), por sexo, Portugal, NUTS II e III, 1981-2011

	1981		1991		2001		2011	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Portugal	68,12	75,13	70,43	77,45	73,48	80,35	77,06	83,00
NUTS II Norte	67,63	74,42	70,08	76,90	73,86	80,46	77,59	83,44
Minho Lima	68,11	74,87	69,71	77,02	73,97	–	77,06	–
Cávado	68,05	74,36	70,04	76,68	74,65	80,74	78,35	84,04
Ave	68,68	74,22	70,38	77,04	74,02	80,42	77,36	83,53
Grande Porto	67,55	74,81	69,99	77,16	73,32	80,28	77,66	83,55
Tâmega	68,35	74,77	69,92	76,63	73,78	80,06	76,93	82,58
Entre Douro e Vouga	68,99	74,96	72,57	–	75,71	–	79,77	–
Douro	64,36	72,98	68,31	76,17	73,00	80,63	76,75	–
Alto Trás-os-Montes	66,49	72,96	69,28	75,15	73,33	–	–	–
NUTS II Centro	68,12	75,51	70,83	77,98	74,32	80,87	77,52	83,22
Baixo Vouga	67,41	74,96	70,50	77,17	74,12	80,62	77,82	–
Baixo Mondego	68,23	75,90	71,42	78,59	75,17	–	–	83,40
Pinhal Litoral	69,21	74,76	71,06	77,44	74,53	81,33	78,56	83,53
Pinhal Interior Norte	68,69	76,83	70,45	78,22	74,21	80,23	–	–
Dão-Lafões	68,33	74,88	70,56	77,04	74,84	80,82	77,83	83,21
Pinhal Interior Sul	–	–	–	–	–	–	–	–
Serra da Estrela	–	–	–	–	73,48	–	–	–
Beira Interior Norte	65,96	74,27	70,73	78,59	74,59	82,32	–	–
Beira Interior Sul	70,18	–	71,79	–	–	–	–	–
Cova da Beira	67,88	–	70,22	–	–	–	–	–
Oeste	67,74	75,44	70,22	77,69	73,28	79,43	76,64	82,33
Médio Tejo	67,60	76,12	71,22	78,51	73,72	81,09	–	–
NUTS II Lisboa	68,94	75,86	70,68	77,65	72,97	80,27	76,79	83,00
Grande Lisboa	68,96	75,76	70,46	77,63	72,92	80,43	76,86	83,29
Península de Setúbal	68,89	76,11	71,37	77,65	73,09	79,78	76,67	82,29
NUTS II Alentejo	68,59	75,72	70,96	78,03	73,64	80,21	76,61	82,14
Alentejo Litoral	67,18	–	69,51	77,58	–	–	–	–
Alto Alentejo	69,47	–	71,35	79,05	–	79,81	–	82,53
Alentejo Central	70,58	75,66	71,63	77,90	75,33	–	–	82,11
Baixo Alentejo	68,73	–	70,69	77,55	71,65	80,61	–	–
Lezíria do Tejo	67,18	76,04	71,00	78,01	73,36	79,62	76,60	–
NUTS II e III Algarve	68,14	75,62	70,02	77,85	73,19	80,99	76,96	82,98
NUTS II e III R. A. Açores	65,51	72,85	68,52	75,61	70,28	77,46	72,98	79,84
NUTS II e III R. A. Madeira	65,50	73,66	67,34	76,74	69,00	77,31	74,02	80,96

(–) Efectivo demasiado reduzido para o cálculo das tábuas de mortalidade (população residente muito reduzida e/ou ausência de óbitos em grupos etários.

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

Com efeito, em todas as NUTS II e III, a esperança de vida das mulheres é superior à dos homens, em todos os momentos de observação de 1981 a 2011 (Quadro 4.24). Facto que está bem patente na diferença entre as esperanças de vida de ambos os sexos sempre favorável às mulheres (Quadro 4.25). No entanto, tal como se tinha verificado ao nível nacional, uma diferença com tendência para chegar ao final do período mais reduzida.

Quadro 4.25 Diferença entre a esperança de vida das mulheres e dos homens (em anos), Portugal, NUTS II e III, 1981-2011

	1981	1991	2001	2011
Portugal	7,01	7,02	6,87	5,93
NUTS II Norte	6,79	6,82	6,60	5,85
Minho Lima	6,75	7,31	–	–
Cávado	6,31	6,64	6,09	5,70
Ave	5,54	6,66	6,39	6,18
Grande Porto	7,26	7,16	6,96	5,89
Tâmega	6,41	6,71	6,28	5,65
Entre Douro e Vouga	5,97	–	–	–
Douro	8,62	7,86	7,63	–
Alto Trás-os-Montes	6,48	5,87	–	–
NUTS II Centro	7,39	7,15	6,55	5,70
Baixo Vouga	7,55	6,67	6,50	–
Baixo Mondego	7,67	7,17	–	–
Pinhal Litoral	5,55	6,38	6,80	4,97
Pinhal Interior Norte	8,13	7,77	6,02	–
Dão-Lafões	6,55	6,48	5,98	5,38
Pinhal Interior Sul	–	–	–	–
Serra da Estrela	–	–	–	–
Beira Interior Norte	8,31	7,86	7,73	–
Beira Interior Sul	–	–	–	–
Cova da Beira	–	–	–	–
Oeste	7,70	7,47	6,15	5,68
Médio Tejo	8,52	7,28	7,37	–
NUTS II Lisboa	6,92	6,97	7,30	6,20
Grande Lisboa	6,80	7,17	7,51	6,43
Península de Setúbal	7,22	6,28	6,69	5,62
NUTS II Alentejo	7,12	7,07	6,57	5,53
Alentejo Litoral	–	8,07	–	–
Alto Alentejo	–	7,70	–	–
Alentejo Central	5,08	6,27	–	–
Baixo Alentejo	–	6,86	8,96	–

	1981	1991	2001	2011
Lezíria do Tejo	8,86	7,01	6,26	–
NUTS II e III Algarve	7,48	7,83	7,80	6,02
NUTS II e III R. A. dos Açores	7,34	7,09	7,18	6,87
NUTS II e III R. A. da Madeira	8,16	9,40	8,30	6,94

(–) Efectivo demasiado reduzido para o cálculo das tábuas de mortalidade (população residente muito reduzida e/ou ausência de óbitos em grupos etários.

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

E se de facto, de 1981 a 2011, a esperança vida continuou a aumentar tanto para homens como para mulheres, então no masculino os ganhos em anos de esperança de vida terão vindo a ser tendencialmente mais elevados que no feminino.

Quadro 4.26 Ganhos em esperança de vida (em anos), por sexos, Portugal, NUTS II e III, 1981-2011

	1981-1991		1991-2001		2001-2011		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
NUTS II Norte	2,45	2,48	3,78	3,56	3,74	2,98	9,96	9,02
Minho Lima	1,60	2,16	4,26	–	3,09	–	8,95	2,16
Cávado	1,99	2,32	4,61	4,06	3,69	3,30	10,29	9,68
Ave	1,70	2,82	3,65	3,38	3,33	3,11	8,68	9,31
Grande Porto	2,44	2,35	3,33	3,12	4,34	3,27	10,11	8,74
Tâmega	1,57	1,86	3,86	3,43	3,15	2,52	8,58	7,82
Entre Douro e Vouga	3,58	–	3,15	–	4,06	–	10,78	–
Douro	3,95	3,19	4,69	4,45	3,75	–	12,39	7,65
Alto Trás-os-Montes	2,79	2,19	4,05	–	–	–	6,85	2,19
NUTS II Centro	2,72	2,48	3,49	2,89	3,20	2,35	9,40	7,72
Baixo Vouga	3,09	2,21	3,62	3,45	3,69	–	10,40	5,66
Baixo Mondego	3,19	2,69	3,75	–	–	–	6,94	2,69
Pinhal Litoral	1,84	2,68	3,48	3,89	4,02	2,20	9,35	8,77
Pinhal Interior Norte	1,76	1,39	3,75	2,01	–	–	5,51	3,40
Dão-Lafões	2,24	2,16	4,28	3,78	2,99	2,40	9,51	8,34
Pinhal Interior Sul	–	–	–	–	–	–	–	–
Serra da Estrela	–	–	–	–	–	–	–	–
Beira Interior Norte	4,77	4,32	3,86	3,72	–	–	8,63	8,04
Beira Interior Sul	1,61	–	–	–	–	–	1,61	–
Cova da Beira	2,33	–	–	–	–	–	2,33	–
Oeste	2,48	2,25	3,06	1,75	3,36	2,89	8,90	6,89
Médio Tejo	3,62	2,39	2,50	2,58	–	–	6,12	4,97
NUTS II Lisboa	1,74	1,79	2,29	2,62	3,83	2,73	7,85	7,13

	1981-1991		1991-2001		2001-2011		Total	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Grande Lisboa	1,50	1,87	2,46	2,79	3,94	2,86	7,89	7,52
Península de Setúbal	2,48	1,55	1,72	2,13	3,57	2,50	7,78	6,18
NUTS II Alentejo	2,37	2,31	2,68	2,18	2,96	1,93	8,01	6,42
Alentejo Litoral	2,34	–	–	–	–	–	2,34	–
Alto Alentejo	1,89	–	–	0,76	–	2,71	1,89	3,47
Alentejo Central	1,05	2,24	3,69	–	–	–	4,75	2,24
Baixo Alentejo	1,96	–	0,96	3,06	–	–	2,92	3,06
Lezíria do Tejo	3,82	1,97	2,37	1,61	3,24	–	9,42	3,58
NUTS II e III Algarve	1,88	2,23	3,18	3,15	3,77	1,98	8,82	7,36
NUTS II e III R. A. dos Açores	3,01	2,76	1,76	1,85	2,69	2,38	7,47	7,00
NUTS II e III R. A. da Madeira	1,84	3,09	1,67	0,56	5,01	3,65	8,52	7,30

(–) Efectivo demasiado reduzido para o cálculo das tábuas de mortalidade (população residente muito reduzida e/ou ausência de óbitos em grupos etários.

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

Do Quadro 4.26 conclui-se que de 1981 a 2011 em todas as NUTS II e III, com excepção do Ave, os homens tiveram mais anos ganhos em esperança de vida do que as mulheres. Mais, essa vantagem foi conquistada sobretudo na década de 1990, momento a partir do qual, na maioria das regiões, os homens começam a ganhar mais anos em esperança de vida. Quer isto dizer que, desde então, os homens passaram a contribuir mais do que as mulheres para o aumento da esperança de vida e que a sobremortalidade masculina começou a alterar os seus contornos.

Em síntese, de 1981 a 2011, os padrões regionais da mortalidade passam a ser tendencialmente dependentes da evolução dos óbitos nas idades adultas e seniores, com uma crescente preponderância no masculino.

No sentido de examinar estas alterações na mortalidade ao nível regional, torna-se pertinente analisar a decomposição dos ganhos de esperança de vida (em anos) pelos diferentes grupos etários e por sexos de 1981 a 2011. Porquanto, ao que tudo indica, é ao longo deste período que se definem as novas assimetrias regionais no comportamento da mortalidade em Portugal.

2.2.4. Contributos para a duração média de vida por sexo e grupo etário

Antes de iniciarmos a análise da decomposição dos ganhos em esperança de vida, por idade e sexo, ao nível das NUTS II, convém relembrar alguns dos resultados a que chegámos quando procedemos a este tipo de análise no âmbito nacional. Resultados esses que nos podem orientar no percurso analítico que aqui nos propomos fazer em torno de um manancial de dados cujo volume desafia, a todo o momento, a nossa capacidade de síntese.

O ano de que partimos neste ponto da nossa análise, 1981, é um ano que assume uma forte especificidade em todo o processo de declínio da mortalidade em Portugal que envolveu a segunda metade do século XX e a primeira década do século XXI. Isto porque até então o aumento da esperança de vida, quer nos homens quer nas mulheres, esteve fortemente dependente da redução da mortalidade dos mais jovens, em especial das crianças até ao 1.º aniversário. Assim, até 1981, o declínio da mortalidade geral esteve estreitamente articulado com o declínio da mortalidade infantil, o que sugere, de certo modo, alguma similitude etária nos diferentes contributos de ambos os sexos para o aumento da esperança de vida até esse ano.

Ora, depois da década de 1980, as esperanças de vida masculina e feminina passam a depender de forma desigual dos ganhos na saúde conseguidos nas diferentes idades, com especial ênfase nas idades adultas e seniores. Aqui, no feminino, são claramente os ganhos alcançados nas idades seniores que estruturam a diferença. E, no masculino, além das idades seniores, as idades referenciadas aos jovens adultos assumem uma particular importância. Encontra-se neste caso sobretudo o grupo etário dos 20 aos 39 anos.

Finalmente, convém ainda lembrar o processo de declínio da mortalidade nas várias regiões das NUTS II em torno da evolução dos valores em anos ganhos em esperança de vida de 1950 a 2011 (Quadro 4.27). Aqui, entendeu-se também parcelar os ganhos no período por referência às duas fases em que ele foi dividido analiticamente, de 1950 a 1981 e de 1981 a 2011. Isto na medida em que, como já foi referido anteriormente, os ganhos da primeira parte remetem sobretudo para a queda da mortalidade infantil e os da segunda parte articulam-se preponderantemente com o recuo da mortalidade nas idades adultas e seniores.

Quadro 4.27 Ganhos em esperança de vida (em anos), sexos reunidos, Portugal, NUTS II, 1950-2011

Portugal e NUTS II	1950-1981	Portugal e NUTS II	1981-2011	Portugal e NUTS II	1950-2011
Norte	16,45	**Norte**	9,55	**Norte**	26,00
Lisboa	13,94	**Centro**	8,68	**Lisboa**	21,47
Portugal	12,75	**Portugal**	8,49	**Portugal**	21,25
R. A. da Madeira	12,21	**Algarve**	8,25	**R. A. da Madeira**	20,21
R. A. dos Açores	11,73	**R. A. da Madeira**	7,99	**R. A. dos Açores**	19,06
Alentejo	9,55	**Lisboa**	7,52	**Alentejo**	16,90
Algarve	8,61	**Alentejo**	7,36	**Algarve**	16,86
Centro	7,98	**R. A. dos Açores**	7,32	**Centro**	16,66

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950-2011) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71; 1981; 1990-91; 2000-01; 2010-2011), INE.

No Quadro 4.27, observa-se pois que em todas as regiões, com excepção da região Centro, de 1950 a 1981, o declínio da mortalidade é claramente mais acentuado do que de 1981 a 2011. Este comportamento particular da mortalidade da região Centro prende-se de algum modo com o facto de esta região apresentar, em 1950, não só a esperança de vida ao nascimento mais elevada (63,82 anos), como o seu valor ser claramente acima do cenário nacional.

Com efeito, Portugal, em 1950, tinha uma esperança de vida de 58,90 anos e o Norte, com 54,66 anos, detinha o valor mais baixo de todas as regiões. Ao que tudo indica, quanto mais elevada se apresenta a esperança de vida de uma região no início do período (1950), menos acentuada é a queda da sua mortalidade até 1981.

Convém sublinhar que o valor mais alto da esperança de vida da região Centro, em 1950, coexiste com o valor mais baixo da mortalidade infantil (68,45 ‰) que efectivamente detém nessa data. Esta é uma posição francamente mais favorável do que a de Portugal (94,11 ‰) e a da região Norte (110,12 ‰). Aliás, enquanto o Centro apresenta para 1981 uma taxa de mortalidade infantil de 18,74 ‰, Portugal e o Norte ainda apresentam 21,76 ‰ e 24,94 ‰, respectivamente.

Deste modo, talvez não seja de estranhar se o Centro chega a 1981 com o menor número de anos ganhos em esperança de vida e o Norte chega com o maior. De qualquer modo, mesmo abrandando o declínio da sua mortalidade, a região Norte continua, de 1981 a 2011, a apresentar o maior número de anos ganhos em esperança de vida de todas as regiões das NUTS II.

NUTS II Norte

Ao analisarmos os contributos das várias idades, de ambos os sexos, para o aumento da esperança de vida na região Norte, podemos verificar que, sobretudo de 1981-1991, a queda da mortalidade infantil continua a deter capacidade para determinar a estrutura da mortalidade nesta região (Quadro 4.28).

Quadro 4.28 Decomposição das contribuições para o aumento da esperança de vida (em anos e %), por sexo e grupo etário, NUTS II Norte, 1981-2011

Norte (Homens)

Grupo etário (anos)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total	Grupo etário (%)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total
0	0,79	0,63	0,32	1,74	**0**	32,42	16,79	8,43	17,50
1-4	0,09	0,16	0,07	0,32	**1-4**	3,68	4,23	1,85	3,20
5-19	0,21	0,38	0,21	0,80	**5-19**	8,44	10,14	5,61	8,02
20-39	0,17	0,14	0,97	1,28	**20-39**	7,12	3,81	25,84	12,89
40-59	0,49	0,65	0,24	1,38	**40-59**	20,11	17,07	6,52	13,87
60-79	0,51	1,44	1,57	3,53	**60-79**	20,99	38,17	42,03	35,39
80+	0,18	0,37	0,36	0,91	**80+**	7,23	9,79	9,71	9,13
Diferença total	**2,45**	**3,78**	**3,74**	**9,96**	**Diferença total**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Norte (Mulheres)

Grupo etário (anos)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total	Grupo etário (%)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total
0	0,98	0,53	0,24	1,75	**0**	39,67	14,95	7,90	19,42
1-4	0,07	0,12	0,05	0,25	**1-4**	2,85	3,40	1,80	2,72
5-19	0,10	0,18	0,08	0,36	**5-19**	3,87	5,06	2,85	4,00
20-39	0,10	0,21	0,19	0,49	**20-39**	4,15	5,76	6,22	5,47
40-59	0,32	0,49	0,45	1,27	**40-59**	12,99	13,79	15,20	14,04
60-79	0,66	1,31	1,30	3,27	**60-79**	26,44	36,90	43,78	36,30
80+	0,25	0,72	0,66	1,63	**80+**	10,04	20,13	22,25	18,05
Diferença total	**2,48**	**3,56**	**2,98**	**9,02**	**Diferença total**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

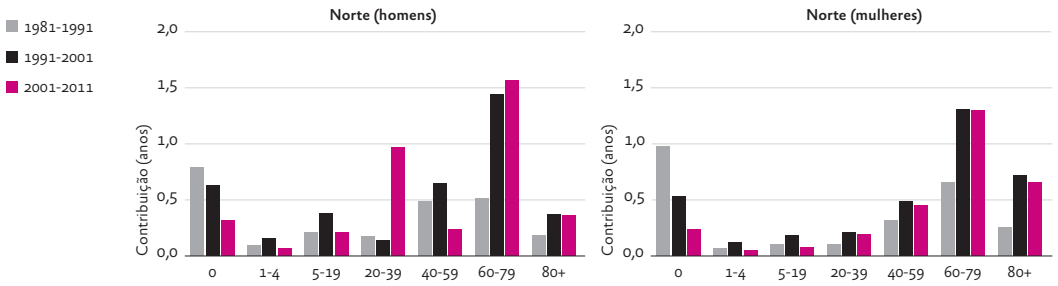
Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

De facto, quer nos homens quer nas mulheres, no primeiro momento de observação (1981-1991), o grupo etário dos indivíduos com menos de 1 ano de idade é o que apresenta o maior contributo para o aumento da esperança de vida. Aliás, a percentagem dos ganhos em esperança de vida das idades dos 0 aos 39 anos é ligeiramente superior aos referidos às idades dos 40 aos 80 e mais anos, para ambos os sexos, de 1981 a 1991. Quer isto dizer que, na região Norte, o aumento da esperança de vida nesta primeira década em observação ainda é algo tributário do comportamento da mortalidade nas idades mais jovens, com maior acentuação no masculino.

De qualquer modo, os ganhos até ao primeiro aniversário surgem na região Norte como o segundo maior contributo, em ambos os sexos, para o aumento da esperança de vida no período de 1981 a 2011 (Gráfico 4.12). Facto que remete para a importância que a queda da mortalidade infantil ainda

mantém no recuo da mortalidade nesta região, sobretudo até 2001. No entanto, paralelamente, também se dá conta da crescente importância dos contributos das idades adultas e seniores, visíveis ao longo de todo o período. Contudo, uma preponderância que decorre de forma diferenciada segundo os sexos.

Gráfico 4.12 Contribuição das várias idades para o aumento da esperança de vida no nascimento (em anos), por sexo, NUTS II Norte, 1981-2011



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

De facto, onde o comportamento da mortalidade se apresenta mais similar em ambos os sexos, além do que se refere ao grupo etário até ao primeiro aniversário, é no grupo etário dos 60-79 anos. Assim, este é o grupo que apresenta, tanto no masculino como no feminino, a maior contribuição para o aumento da esperança de vida na região Norte, de 1981 a 2011. Convém aqui salientar que, neste grupo etário, apesar de os homens partirem do início do período em desvantagem, conseguem ultrapassar os contributos das mulheres de 1991-2001 e chegar a 2011 com um contributo claramente superior ao daquelas.

Aliás a segunda década em observação é pautada por um crescimento visivelmente positivo nos contributos masculinos no âmbito de todos os grupos etários, com excepção dos referidos aos 0 anos e aos 20-39 anos. Um crescimento que leva a que os ganhos em esperança de vida dos homens se superiorizem aos das mulheres nos grupos que integram as idades de 1 ano aos 19 anos e dos 40 aos 69 anos. E esta alteração faz com que os contributos totais dos homens se superiorizem ligeiramente aos das mulheres de 1991-2001. Contudo, a maior viragem no comportamento da mortalidade masculina dá-se na última década em observação, consubstanciando, no período de 1981 a 2011, uma diferença total de anos ganhos em esperança de vida (0,94 anos) favorável aos homens.

Com efeito de 2001 a 2011, os homens não só acentuam os ganhos em esperança de vida no grupo etário dos 60 aos 79 como protagonizam um pico de forte aumento nos contributos do grupo etário dos 20-39 anos. E,

paralelamente, reduzem os ganhos em esperança de vida em todos os outros grupos etários com especial destaque para o dos 40-59 anos.

Relativamente ao grupo etário dos 40-59 anos, apesar de no feminino também ocorrer uma redução nos ganhos em esperança de vida na última década em observação (2001-2011), as mulheres chegam a 2011 numa posição claramente mais favorável que a dos homens (Gráfico 4.12). Quanto ao grupo etário dos 20-39 anos este protagoniza tendencialmente o sentido dos contributos que marcam mais fortemente a diferenciação entre os sexos.

De facto, apesar de tanto no feminino como no masculino os maiores contributos para o aumento da esperança de vida na região Norte remeterem para os ganhos alcançados nas idades mais adultas e seniores (dos 40 aos 80 e mais anos), nas mulheres essa tendência é claramente mais forte do que nos homens. Assim, os ganhos no masculino distribuem-se também com alguma expressividade pelas idades mais jovens. Em causa está aqui o comportamento da mortalidade nas idades dos 0 aos 39 anos, idades que, em 2011, definem uma situação visivelmente menos favorável para as mulheres.

Por outro lado, no Gráfico 4.12 percebe-se o peso que, nas duas últimas décadas, os contributos do grupo etário dos 80 e mais anos tem no feminino um peso substancialmente mais elevado do que no masculino.

Em síntese, a maior especificidade do comportamento da mortalidade masculina advém-lhe do que na última década ocorre no grupo etário dos 20-39 anos. Quer isto dizer que de 2001 para 2011 na região Norte dá-se um forte recuo na mortalidade dos jovens masculinos dos 20 aos 39 anos de idade. Uma alteração que remete para a hipótese da existência de mudanças no âmbito dos estilos de vida da juventude, em particular nos rapazes (Lages, 2007). Algo que já tinha sido referido ao nível da análise nacional.

Já a maior especificidade do comportamento da mortalidade feminina advém do forte contributo que o grupo etário dos 80 e mais anos protagoniza nas duas últimas décadas do período. Resta perceber se estes dois factores de distinção sexual no processo de declínio da mortalidade na região Norte também estão presentes na evolução da esperança de vida das outras regiões das NUTS II.

NUTS II Centro

O Centro, em 2011, é a segunda região com a maior esperança de vida ao nascimento, a seguir ao Norte, mas é a que apresenta menor número de anos ganhos em esperança de vida no período de 1950 a 2011. Todavia, de 1981 a 2011 é a segunda região com maiores ganhos em esperança de vida a seguir ao Norte. E, tal como já foi referido atrás, contrariamente ao que ocorre em todas

as outras regiões das NUTS II, a esperança de vida da região Centro cresce mais de 1981 a 2011 do que 1950 a 1981 (Quadro 4.27). Um crescimento no qual o declínio da mortalidade infantil tem menos preponderância do que a observada na região Norte.

No período de 1981 a 2011, o grupo etário dos indivíduos com menos de um ano de idade surge com o terceiro maior contributo em anos de esperança de vida ganhos na região Centro para ambos os sexos. Enquanto na região Norte este grupo etário apresenta o segundo maior contributo.

Apesar de no primeiro momento de observação (1981-1991) ainda protagonizar o maior contributo para o aumento da esperança de vida no masculino, os valores dos seus ganhos apresentam uma expressividade relativa muito menor do que a produzida no Norte. E, depois de 1991, a importância dos seus contributos decai até 2011, com maior acentuação no feminino. Daqui se deduz que apesar de o comportamento da mortalidade infantil manter alguma importância na evolução da esperança de vida ao nascimento no Centro, nas duas últimas décadas em observação essa importância reduz-se consideravelmente.

Verifica-se que em todos os momentos de observação, em ambos os sexos, a percentagem dos ganhos em esperança de vida dos 40 aos 80 e mais anos é sempre superior à apresentada dos 0 aos 39 anos. Quer isto dizer que o crescimento da esperança de vida na região Centro, de 1981 a 2011, é claramente mais tributário do comportamento da mortalidade nas idades mais adultas e seniores do que nas idades mais jovens.

Quadro 4.29 Decomposição das contribuições para o aumento da esperança de vida (em anos e %), por sexo e grupo etário, NUTS II Centro, 1981-2011

Centro (Homens)									
Grupo etário (anos)	**1981-1991**	**1991-2001**	**2001-2011**	**Total**	**Grupo etário (%)**	**1981-1991**	**1991-2001**	**2001-2011**	**Total**
0	0,82	0,42	0,22	1,46	**0**	30,29	11,98	6,85	15,53
1-4	0,08	0,13	0,09	0,29	**1-4**	2,97	3,64	2,72	3,13
5-19	0,23	0,31	0,29	0,83	**5-19**	8,35	8,93	9,09	8,82
20-39	0,04	0,69	0,64	1,37	**20-39**	1,48	19,79	19,93	14,55
40-59	0,80	0,57	0,29	1,66	**40-59**	29,55	16,22	9,01	17,62
60-79	0,57	1,07	1,31	2,95	**60-79**	20,84	30,66	41,00	31,34
80+	0,18	0,31	0,37	0,85	**80+**	6,52	8,78	11,41	9,02
Diferença total	**2,72**	**3,49**	**3,20**	**9,40**	**Diferença total**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Centro (Mulheres)

Grupo etário (anos)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total
0	0,57	0,41	0,10	1,08
1-4	0,08	0,08	0,06	0,22
5-19	0,14	0,11	0,13	0,38
20-39	0,22	0,21	0,09	0,52
40-59	0,30	0,39	0,27	0,97
60-79	0,81	1,00	1,25	3,07
80+	0,35	0,68	0,45	1,47
Diferença total	**2,48**	**2,89**	**2,35**	**7,72**

Grupo etário (%)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total
0	23,00	14,25	4,32	14,03
1-4	3,40	2,79	2,43	2,88
5-19	5,70	3,87	5,61	4,99
20-39	8,88	7,21	3,72	6,68
40-59	12,11	13,66	11,55	12,52
60-79	32,77	34,79	53,33	39,80
80+	14,14	23,43	19,04	19,11
Diferença total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

Com efeito, no período em observação e tal como acontece na região Norte, o grupo etário que apresenta maiores ganhos em esperança vida, em ambos os sexos, é o dos 60-79 anos. Um grupo cujos contributos, em ambos os sexos, crescem ao longo do período, mas onde os contributos masculinos se superiorizam aos femininos a partir de 1991.

A preponderância dos contributos das idades mais velhas sobre as mais novas na região Centro também surge traduzida no segundo maior contributo para o aumento da esperança de vida, porquanto este é protagonizado, no feminino, pelo grupo etário dos 80 e mais anos e, no masculino, pelo grupo etário dos 40-59 anos.

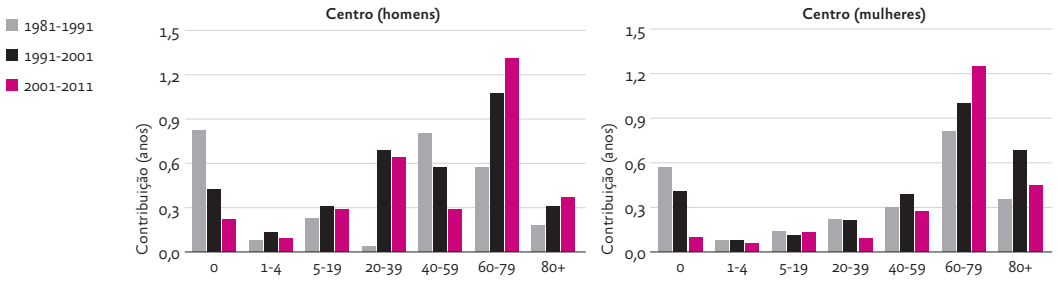
Relativamente à diferenciação sexual, na região Centro os contributos totais dos homens para o aumento da esperança de vida são mais elevados do que os das mulheres em todas as classes etárias até ao 60.º aniversário. Quer isto dizer que, tal como se verificava na região Norte, as mulheres, de 1981 a 2011, concentram mais de 50 % dos seus ganhos em esperança de vida nas idades seniores, dos 60 aos 80 e mais anos. De notar que, neste último grupo etário, os ganhos assumem uma tendência clara para decrescer no último momento em observação. Algo que não acontece nos homens.

De qualquer modo, o peso que os ganhos nos 80 e mais anos assumem nos contributos das mulheres para o aumento da esperança de vida definem o comportamento da mortalidade neste grupo etário com alguma especificidade na evolução da mortalidade feminina. Aliás tal como acontece na região Norte.

Torna-se pois visível um padrão diferenciado do comportamento da mortalidade, segundo o sexo, muito semelhante ao identificado na região Norte. Apesar de em ambos os sexos os maiores ganhos em esperança de vida se referirem às idades adultas e seniores, nos homens os grupos etários mais jovens mantêm-se com expressividade. E aqui assume claro destaque o grupo etário dos 20-39 anos (Gráfico 4.13).

Com efeito, nos homens dos 20 aos 39 anos, depois de 1991 dá-se conta no Centro de um claro recuo da mortalidade. Facto que também aqui remete para a hipótese de alterações no âmbito dos comportamentos de risco tão associados aos jovens masculinos. Alterações estas que parecem no entanto ser mais precoces do que na região Norte, visto que nesta última região este pico nos ganhos em esperança de vida só se regista em 2001-2011.

Gráfico 4.13 Contribuição das várias idades para o aumento da esperança de vida no nascimento (em anos), por sexo, NUTS II Centro, 1981-2011



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

Relativamente ao grupo etário dos 40-59 anos, apesar de os seus ganhos irem decrescendo em todos os momentos de observação, consegue sempre, no masculino, superiorizar-se aos contributos no feminino. No Norte tal não acontece visto que as mulheres de 40 a 59 anos de idade vão sempre contribuindo para o aumento da esperança de vida de forma crescente, superiorizando-se aos homens em 2001-2011.

Em síntese, pode-se afirmar que, na região Centro, a diferenciação entre homens e mulheres no âmbito do comportamento da mortalidade, no período de 1981 a 2011, segue um padrão aproximado ao observado na região Norte. Todavia, apesar de em ambas as regiões os contributos para o aumento da esperança vida serem superiores nos homens do que nas mulheres, na região Centro tal acontece em todos os momentos de observação e a diferença total em anos ganhos no período é de 1,68 anos a favor dos homens. Um valor claramente superior ao registado na região Norte (0,94 anos).

NUTS II Alentejo

De seguida passemos ao Alentejo, a região que chega a 2011 com a menor esperança de vida do continente. Tal como o Norte, e distintamente do Centro, o crescimento da sua esperança de vida é mais acentuado de 1950 a 1981 do que de 1981 a 2011 (Quadro 4.27). Contudo, este abrandamento no crescimento

da esperança de vida é menos forte do que o do Norte. De facto, de 1981 a 2011, a esperança de vida no Norte cresce menos 6,9 anos e no Alentejo cresce menos 2,01 anos.

No Alentejo e relativamente aos contributos para o aumento da esperança de vida de 1981 a 2011, não só os dos homens são sempre mais elevados do que os das mulheres, em todos os momentos de observação, como vão crescendo, enquanto os das mulheres vão decrescendo (Quadro 4.30). É de salientar que nas duas regiões anteriormente analisadas, os contributos para o aumento da esperança de vida decresciam em ambos os sexos apenas na última década em análise.

A superioridade masculina nos ganhos em esperança de vida no Alentejo articula-se com a existência de uma diferença total de anos ganhos em esperança de vida entre os sexos de 1,59 anos, favorável aos homens. Uma diferença que está muito mais próxima da que ocorre no Centro (1,68 anos) do que a que ocorre no Norte (0,94 anos).

Quadro 4.30 Decomposição das contribuições para o aumento da esperança de vida, por sexo e grupo etário (em anos e %), NUTS II Alentejo, 1981-2011

Alentejo (Homens)

Grupo etário (anos)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total	Grupo etário (%)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total
0	1,03	0,35	0,31	1,69	**0**	43,72	12,94	10,51	21,13
1-4	0,21	0,12	0,01	0,35	**1-4**	8,95	4,52	0,48	4,33
5-19	0,13	0,34	0,27	0,75	**5-19**	5,57	12,83	9,22	9,35
20-39	0,09	0,30	0,80	1,19	**20-39**	3,72	11,25	26,90	14,82
40-59	0,32	0,44	0,31	1,08	**40-59**	13,49	16,54	10,59	13,44
60-79	0,47	0,82	1,04	2,33	**60-79**	19,73	30,71	35,06	29,08
80+	0,11	0,30	0,21	0,63	**80+**	4,83	11,21	7,24	7,85
Diferença total	**2,37**	**2,68**	**2,96**	**8,01**	**Diferença total**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Alentejo (Mulheres)

Grupo etário (anos)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total	Grupo etário (%)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total
0	0,86	0,38	0,05	1,30	**0**	37,39	17,62	2,70	20,26
1-4	0,08	0,08	0,08	0,24	**1-4**	3,62	3,49	4,16	3,74
5-19	0,01	0,14	0,10	0,24	**5-19**	0,32	6,27	4,98	3,74
20-39	0,08	0,10	0,11	0,29	**20-39**	3,54	4,73	5,51	4,53
40-59	0,16	0,21	0,26	0,63	**40-59**	6,96	9,79	13,44	9,87
60-79	0,75	0,77	1,03	2,55	**60-79**	32,51	35,38	53,26	39,71
80+	0,36	0,50	0,31	1,16	**80+**	15,65	22,73	15,95	18,14
Diferença total	**2,31**	**2,18**	**1,93**	**6,42**	**Diferença total**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

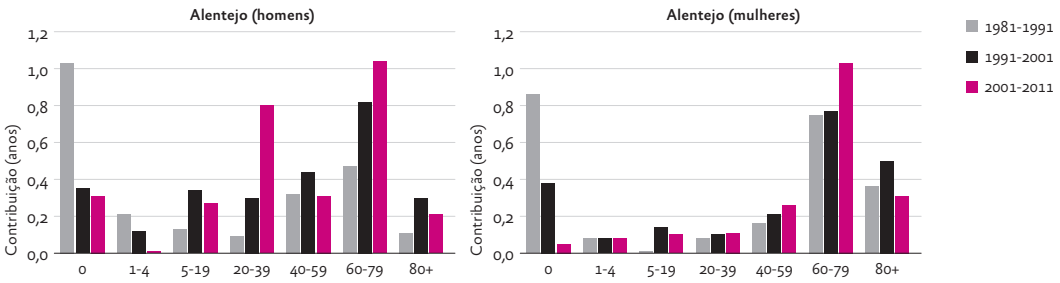
Tal como acontece no Norte e no Centro, os contributos dos homens para o aumento da esperança de vida são mais elevados do que os das mulheres em todos os grupos etários até ao 60.º aniversário. Deste modo, no Alentejo, elas concentram mais de 50 % dos seus ganhos em esperança de vida nas idades dos 60 aos 80 e mais anos. Já eles concentram mais de 50 % dos seus contributos dos 20 aos 79 anos de idade. Apesar desta diferença e tal como acontecia nas duas regiões antes analisadas, o grupo etário que apresenta os maiores contributos para o aumento da esperança de vida, tanto no feminino como no masculino, é o dos 60-79 anos de idade.

Atente-se no facto de o segundo maior contributo para o aumento da esperança de vida ser protagonizado, quer nos homens, quer nas mulheres, pelo primeiro grupo etário (até ao primeiro aniversário). Isto apesar de no período ir decrescendo quer em valor quer em importância relativa. Aliás um decréscimo que nas mulheres se acentua fortemente na última década em observação (2001-2011), paralelamente ao forte acentuar do aumento do contributo do grupo etário dos 60-79 anos de idade.

A diferenciação sexual surge no terceiro maior contributo, que nas mulheres é protagonizado pelo grupo etário dos 80 e mais anos e nos homens pelo grupo etário dos 20-39 anos de idade. Aliás, apesar de o contributo deste grupo crescer no período em ambos os sexos, é nos homens que assume maior protagonismo em especial na última década (2001-2011).

É visível no Gráfico 4.14 a tendência para que os ganhos em esperança de vida das mulheres se concentrem nas idades mais adultas e seniores. Enquanto nos homens, apesar da prevalência crescente dos ganhos nas idades depois dos 40 anos, existe uma dispersão pelas idades mais jovens de ganhos expressivos com especial relevância para o grupo etário dos 20 aos 39 anos. Deste modo, o comportamento da mortalidade na região Alentejo parece seguir um padrão sexual muito semelhante ao identificado nas regiões antes analisadas. Todavia, os ganhos que apresenta nas idades adultas e seniores são menores do que os apresentados quer pelo Norte quer pelo Centro. Facto que explica de algum modo o valor mais baixo da sua esperança de vida em 2011.

Gráfico 4.14 Contribuição das várias idades para o aumento da esperança de vida no nascimento (em anos), por sexo, Alentejo, 1981-2011



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

NUTS II Algarve

A região do Algarve parte de 1950 e chega a 2011 com uma esperança de vida ligeiramente superior à do Alentejo. Contudo, esta última região chega ao final do período com um número de anos ganhos em esperança de vida (16,90 anos) ligeiramente superior ao do Algarve (16,86 anos). Esta pequena superioridade do Alentejo resulta sobretudo do maior crescimento, em relação ao do Algarve, que a sua esperança de vida conheceu de 1950 a 1981. Com efeito, a esperança de vida no nascimento da região do Algarve cresce mais do que a do Alentejo de 1981 a 2011 (Quadro 4.27). Um crescimento para o qual contribuem mais os homens que as mulheres, tal como acontece nas regiões atrás analisadas (Quadro 4.31).

Quadro 4.31 Decomposição das contribuições para o aumento da esperança de vida (em anos e %), por sexo e grupo etário, NUTS II Algarve, 1981-2011

Algarve (Homens)									
Grupo etário (anos)	**1981-1991**	**1991-2001**	**2001-2011**	**Total**	**Grupo etário (%)**	**1981-1991**	**1991-2001**	**2001-2011**	**Total**
0	0,94	0,37	0,39	1,70	**0**	50,26	11,52	10,41	19,29
1-4	-0,04	0,14	0,15	0,24	**1-4**	-2,28	4,38	3,85	2,74
5-19	-0,02	0,55	0,39	0,92	**5-19**	-1,05	17,25	10,44	10,45
20-39	-0,12	0,41	1,14	1,43	**20-39**	-6,26	12,81	30,24	16,19
40-59	-0,02	0,52	0,36	0,86	**40-59**	-1,18	16,41	9,60	9,76
60-79	0,69	0,96	1,10	2,74	**60-79**	36,54	30,08	29,14	31,06
80+	0,45	0,24	0,24	0,93	**80+**	23,96	7,55	6,32	10,52
Diferença total	**1,88**	**3,18**	**3,77**	**8,82**	**Diferença total**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Algarve (Mulheres)

Grupo etário (anos)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total	Grupo etário (%)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total
0	0,91	0,58	0,05	1,54	**0**	40,84	18,29	2,71	20,93
1-4	0,13	-0,05	0,15	0,22	**1-4**	5,70	-1,70	7,62	3,05
5-19	0,32	0,06	0,13	0,50	**5-19**	14,12	1,80	6,57	6,82
20-39	0,25	0,04	0,33	0,62	**20-39**	11,13	1,34	16,70	8,44
40-59	0,15	0,37	0,28	0,80	**40-59**	6,79	11,64	14,06	10,82
60-79	0,09	1,20	0,83	2,12	**60-79**	4,06	38,19	41,74	28,80
80+	0,39	0,96	0,21	1,56	**80+**	17,37	30,44	10,60	21,13
Diferença total	**2,23**	**3,15**	**1,98**	**7,36**	**Diferença total**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

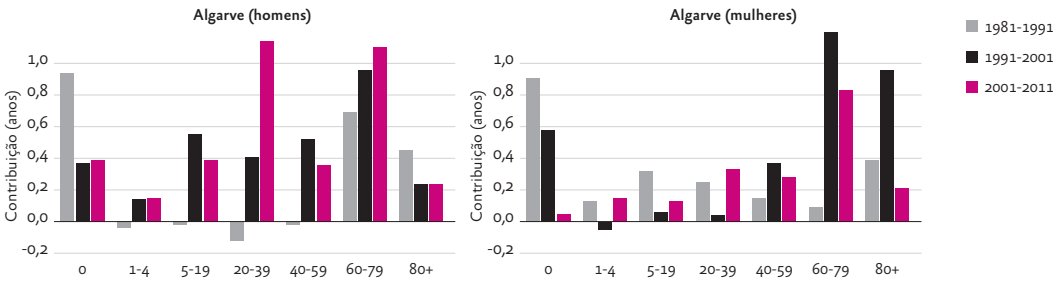
Com efeito, os contributos das mulheres para o aumento da esperança de vida na região do Algarve são menores do que os dos homens de 1991 a 2011, seguindo assim o que também acontece na região Norte e Centro[42]. Uma inferioridade no feminino que se traduz, para a região do Algarve, numa diferença total entre os sexos de 1,46 anos. Este valor está mais próximo do apresentado pelo Alentejo (1,59 anos) e, de algum modo, do apresentado pelo Centro (1,68 anos), do que do apresentado pelo Norte (0,94 anos).

42. Na região do Alentejo os contributos das mulheres para o aumento da esperança de vida são menores do que os dos homens em de 1981 a 2011.

Os ganhos em esperança de vida dos homens suplantam os das mulheres em todos os grupos etários, com excepção do grupo etário dos mais velhos. De facto, as mulheres, de 1981 a 2011, apresentam no grupo etário dos 80 e mais anos um valor total em anos ganhos em esperança de vida superior ao dos homens. Isto apesar de, mesmo neste grupo etário, elas apenas os suplantarem em 1991-2001. Surge assim alguma especificidade por parte da região do Algarve relativamente ao padrão sexual do comportamento da mortalidade identificado nas regiões acima analisadas.

Em rigor, os maiores contributos femininos, tal como se verificou nas regiões já analisadas, devem-se às idades dos 60 aos 80 e mais anos. Contudo, no feminino e na última década em observação, o grupo etário dos 80 e mais anos perde claramente importância para os grupos etários dos 40-59 anos e dos 20-39 anos (Gráfico 4.15).

Gráfico 4.15 Contribuição das várias idades para o aumento da esperança de vida no nascimento (em anos), por sexo, Algarve, 1981-2011



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

Importa salientar que o grupo etário até ao primeiro aniversário, tal como acontecia em todas as outras regiões já analisadas, exceptuando o Centro, contribui de forma preponderante de 1981-1991 e surge ainda como o terceiro maior contributo de 1991-2001. No feminino, este primeiro grupo etário só perde importância na última década em análise (2001-2011).

Por outro lado, na primeira década em observação (1981-1991), os maiores contributos das mulheres devem-se ao recuo da mortalidade nas idades mais jovens com especial destaque para os ganhos até ao primeiro aniversário. Já nos homens, os seus contributos dividem-se entre os ganhos alcançados pelo recuo da mortalidade infantil e pelo recuo nas idades seniores. Isto porque apresentam contributos negativos nos grupos etários que integram as idades desde o primeiro até ao 60.º aniversário.

É verdade que de 1991 para 2001 os contributos no feminino se devem sobretudo ao recuo da mortalidade nas idades mais adultas e seniores, apresentando valores residuais nos grupos etários dos 5 aos 29 anos e mesmo valores negativos no grupo etário de 1-4 anos. Não é menos verdade que de 2001 para 2011 o comportamento da mortalidade feminina no Algarve volta a sofrer alterações na sua estrutura etária.

Tal como já foi referido, de 2001 para 2011, relativamente aos ganhos em esperança de vida no feminino, assumem visibilidade a redução nas idades mais velhas e o aumento nas idades mais jovens. No âmbito desta alteração apresentam-se com especial realce, pela negativa, o grupo etário dos 80 e mais anos e, pela positiva, o grupo etário dos 20-39 anos.

A classe etária dos 60-79 anos ganha importância de 1991 para 2011, apresentando os maiores contributos das mulheres para a esperança de vida nas duas últimas décadas em análise. Já nos homens, apesar de ser o grupo etário que integra os maiores contributos no período, estes decrescem ao longo

de todos os momentos de observação. De tal modo que de 2001 para 2011, os seus contributos são suplantados pelos contributos da classe etária dos 20-39 anos, que crescem no período.

Percebe-se aqui a existência de grandes alterações que afectam sobretudo a mortalidade juvenil no masculino. Algo que também é perceptível da análise nas regiões antes estudadas. Contudo, apesar de os maiores contributos para o aumento da esperança de vida no feminino se deverem ao recuo da mortalidade nas idades mais adultas e seniores, aqueles apresentam na sua evolução maior irregularidade do que nas outras regiões já analisadas. Os ganhos em esperança de vida nas mulheres dispersam-se, tal como os dos homens, com alguma expressividade pelas idades mais jovens, com especial destaque também para o grupo etário dos 20-39 anos. Isto é sobretudo verdade de 2001 para 2011.

NUTS II Lisboa

A região de Lisboa chega a 2011 com a terceira esperança de vida mais elevada, a seguir ao Norte e ao Centro mesmo abrandando consideravelmente o declínio da sua mortalidade de 1981 a 2011 (Quadro 4.27). De facto, neste intervalo temporal, a esperança de vida de Lisboa cresce menos 6,42 anos em relação ao que ocorre de 1950 a 1981. Esta diferença de ritmos prende-se de algum modo com o facto de esta região partir de 1950 com a esperança de vida mais baixa a seguir ao Norte e às ilhas.

Lisboa não foge à tendência apresentada pelas anteriores regiões na medida em que os valores dos contributos masculinos para o aumento da esperança de vida são superiores aos femininos (Quadro 4.32). Contudo, uma diferença total com pouca expressividade (0,72 anos), o que coloca esta região mais próxima do Norte (0,94 anos) do que de todas as outras regiões até agora analisadas e lhe atribui alguma particularidade no conjunto das NUTS II.

Quadro 4.32 Decomposição das contribuições para o aumento da esperança de vida (em anos e %), por sexo e grupo etário, NUTS II Lisboa, 1981-2011

Lisboa (Homens)

Grupo etário (anos)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total	Grupo etário (%)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total
0	0,59	0,45	0,08	1,12	**0**	33,95	19,55	2,03	14,20
1-4	0,07	0,06	0,07	0,20	**1-4**	4,00	2,81	1,80	2,58
5-19	0,00	0,25	0,20	0,45	**5-19**	0,19	10,95	5,18	5,76
20-39	-0,35	0,00	1,22	0,88	**20-39**	-19,90	-0,01	32,00	11,18
40-59	0,50	0,18	0,36	1,04	**40-59**	28,78	7,87	9,41	13,24
60-79	0,76	1,08	1,50	3,33	**60-79**	43,67	47,10	39,09	42,44
80+	0,16	0,27	0,40	0,83	**80+**	9,30	11,72	10,49	10,59
Diferença total	**1,74**	**2,29**	**3,83**	**7,85**	**Diferença total**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Lisboa (Mulheres)									
Grupo etário (anos)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total	Grupo etário (%)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total
0	0,61	0,27	0,16	1,04	0	34,13	10,16	5,95	14,57
1-4	0,07	0,06	0,05	0,18	1-4	3,81	2,16	1,91	2,48
5-19	0,08	0,09	0,09	0,27	5-19	4,60	3,50	3,39	3,73
20-39	-0,14	0,13	0,27	0,26	20-39	-7,74	5,01	9,97	3,70
40-59	0,26	0,23	0,28	0,76	40-59	14,41	8,60	10,14	10,65
60-79	0,75	1,18	1,25	3,18	60-79	42,05	45,19	45,69	44,59
80+	0,16	0,66	0,63	1,45	80+	8,74	25,37	22,95	20,27
Diferença total	**1,79**	**2,62**	**2,73**	**7,13**	Diferença total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

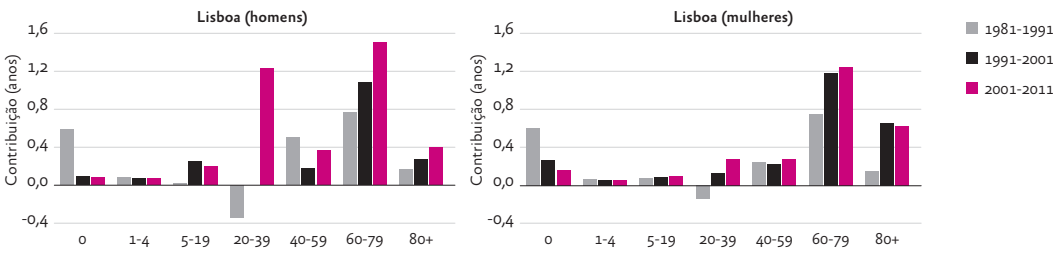
Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

A pequena diferença que existe entre os contributos masculinos e femininos para o aumento da esperança de vida articula-se com o facto de nesta região os ganhos dos homens se superiorizarem aos das mulheres apenas de 2001 para 2011. Uma ascendência que se articula com o acentuar do recuo da mortalidade masculina nas idades que integram os grupos etários dos 20 aos 80 e mais anos.

Os maiores contributos masculinos concentram-se nas idades dos 40 aos 79 anos, enquanto os femininos se concentram nas idades dos 60 aos 80 e mais anos. No entanto, o grupo etário que protagoniza, para ambos os sexos, os maiores ganhos em esperança de vida é o dos 60-79 anos.

A maior especificidade no comportamento da mortalidade masculina é o que ocorre no grupo etário dos 20-39 anos, enquanto a particularidade feminina ocorre no grupo etário dos 80 e mais anos. Assim, Lisboa segue de certo modo o padrão da diferenciação sexual identificado em todas as regiões anteriores, com excepção do Algarve (Gráfico 4.16).

Gráfico 4.16 Contribuição das várias idades para o aumento da esperança de vida no nascimento (em anos), por sexo, Lisboa, 1981-2011



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

Na verdade, o maior destaque que o grupo etário dos 20-39 anos apresenta é no masculino pelo aumento acentuado que os seus ganhos em esperança de vida conhecem no último momento de observação. No entanto, a sua particularidade também se define pelo facto de apresentar, no primeiro momento de observação, um contributo francamente negativo, quer no masculino quer no feminino, e, no segundo momento de observação, ainda no masculino, apresentar um contributo nulo. Este comportamento da mortalidade neste grupo etário juntamente com o facto de os ganhos em esperança de vida na totalidade do período serem muito equivalentes em ambos os sexos atribui alguma especificidade ao comportamento da mortalidade na região de Lisboa.

Finalmente, Lisboa é a única NUTS II que apresenta, desde 1981, o grupo etário dos 60-79 anos com os maiores contributos para o aumento da esperança de vida, quer nos homens quer nas mulheres. Nesta medida, podemos afirmar que a evolução da esperança de vida nesta região, de 1981 a 2011, é a que se distancia mais do comportamento da mortalidade infantil.

NUTS II Regiões Autónomas

Relativamente às regiões autónomas, começamos por salientar que os Açores e a Madeira são as regiões das NUTS II que apresentam em 2011 os valores mais baixos para a esperança de vida. Junto com o Norte, estas regiões em 1950 integravam o grupo com as esperanças de vida mais baixas do país. E apesar de ambas as regiões terem tido um elevado número de anos ganhos em esperança de vida de 1950 a 1981 (Quadro 4.27), tal não foi suficiente para que deixassem de integrar também em 2011 o grupo das regiões com as menores esperanças de vida do país.

A posição desfavorável com que surgem em 2011, relativamente à esperança de vida, deve-se, *grosso modo,* à articulação entre um crescimento que, mesmo acentuado, ficou aquém do que o Norte e Lisboa[43] registaram de 1950 a 1981, e um abrandamento expressivo desse crescimento, de 1981 a 2011. Aliás, nesta última parte do período, os Açores apresenta-se mesmo como a NUTS II com menor número de anos ganhos em esperança de vida (7,32 anos). Facto que a posiciona, em 2011, como a região com a esperança de vida no nascimento mais baixa do país.

Resta perceber de que modo se articulam os contributos por grupo e sexo no abrandamento que o declínio da mortalidade nos Açores conhece de 1981 a 2011.

43. Lembramos que Lisboa, em 1950, é a região que apresenta o valor mais baixo da esperança de vida a seguir ao grupo constituído pela região Norte e as ilhas.

Neste período e tal como acontece em todas as regiões do continente, nos Açores os contributos masculinos para o aumento da esperança de vida ao nascimento também são superiores aos femininos, mas apresentam a diferença total menos expressiva de todas as regiões (0,47 anos).

Curiosamente, a maior diferença entre os contributos dos dois sexos situa-se na primeira década em observação (1981-1991) e os ganhos das mulheres conseguem superiorizar-se aos dos homens na segunda década (1991-2001). Esta superioridade no feminino é fortemente tributária dos ganhos em esperança de vida que as idades seniores conhecem na década em questão (Quadro 4.33).

O primeiro momento de observação (1981-1991) é o que apresenta, tanto para homens como para mulheres, os maiores ganhos em esperança de vida. Um momento dominado, em ambos os sexos, pelos maiores contributos do grupo etário dos menos de 1 ano de idade. Aliás, no masculino, o segundo momento de observação também surge determinado pelos ganhos neste primeiro grupo etário. Deste modo, percebe-se a importância que o recuo da mortalidade infantil ainda representa na evolução da esperança de vida na região dos Açores. O que está de acordo com o facto de esta região só conseguir igualar os valores da esperança de vida ao nascimento com os da esperança de vida no primeiro aniversário em 1991.

Com efeito, tal como foi observado anteriormente, os Açores só a partir de 1991 em diante é que apresentam valores para a esperança de vida ao nascimento superiores aos que apresentam para a esperança de vida no primeiro aniversário. (ponto 2.2.3 p.57)

Quadro 4.33 Decomposição das contribuições para o aumento da esperança de vida (em anos e %), por sexo e grupo etário, NUTS II R. A. dos Açores, 1981-2011

R.A. Açores (Homens)

Grupo etário (anos)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total	Grupo etário (%)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total
0	0,90	0,70	0,16	1,75	**0**	29,71	39,63	5,94	23,48
1-4	0,04	0,06	0,22	0,32	**1-4**	1,33	3,15	8,31	4,28
5-19	0,18	0,09	0,22	0,49	**5-19**	6,05	5,19	8,10	6,58
20-39	0,58	0,15	0,41	1,15	**20-39**	19,40	8,54	15,31	15,36
40-59	0,52	0,35	0,67	1,54	**40-59**	17,16	19,75	24,90	20,56
60-79	0,48	0,43	0,95	1,86	**60-79**	15,83	24,55	35,41	24,95
80+	0,32	-0,01	0,05	0,36	**80+**	10,52	-0,82	2,03	4,79
Diferença total	**3,01**	**1,76**	**2,69**	**7,47**	**Diferença total**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

R.A. Açores (Mulheres)

Grupo etário (anos)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total
0	0,99	0,31	0,23	1,53
1-4	0,16	0,16	0,04	0,36
5-19	0,21	0,05	0,08	0,33
20-39	0,24	0,06	0,11	0,41
40-59	0,45	0,21	0,58	1,24
60-79	0,64	0,86	1,30	2,80
80+	0,06	0,22	0,05	0,33
Diferença total	**2,76**	**1,85**	**2,38**	**7,00**

Grupo etário (%)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total
0	35,90	16,59	9,52	21,81
1-4	5,81	8,63	1,66	5,14
5-19	7,45	2,54	3,43	4,78
20-39	8,82	3,02	4,46	5,80
40-59	16,38	11,15	24,23	17,67
60-79	23,31	46,30	54,58	40,03
80+	2,32	11,77	2,13	4,76
Diferença total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

De qualquer modo, nesta região, tal como em todas as anteriores regiões analisadas, é também o grupo etário dos 60-79 anos o que maiores contributos apresenta no período, em ambos os sexos. Todavia, sobretudo no masculino, a expressividade relativa dos ganhos deste grupo etário é muito menor do que nas restantes regiões.

Nas mulheres, nos dois primeiros momentos de observação, os maiores contributos estão concentrados nos grupos etários dos 40 aos 79 anos e até ao primeiro aniversário. No último momento por via da perda de importância deste último, são os outros dois que assumem o principal protagonismo. Tem especial relevância o facto de pela primeira vez, nas mulheres, o grupo etário dos 80 e mais anos ter contributos para o aumento da esperança de vida pouco significativos. Aliás o mesmo acontece nos homens, sendo que, no masculino, este grupo etário apresenta mesmo, no âmbito do segundo momento de observação (1991-2001), contributos negativos.

Quanto aos homens, na região dos Açores, os seus contributos para o aumento da esperança de vida seguem em parte o padrão feminino acima descrito, com duas excepções de registo. Uma é a referida ao grupo etário dos 80 e mais anos e a outra é a referida aos grupos etários dos 5 aos 39 anos.

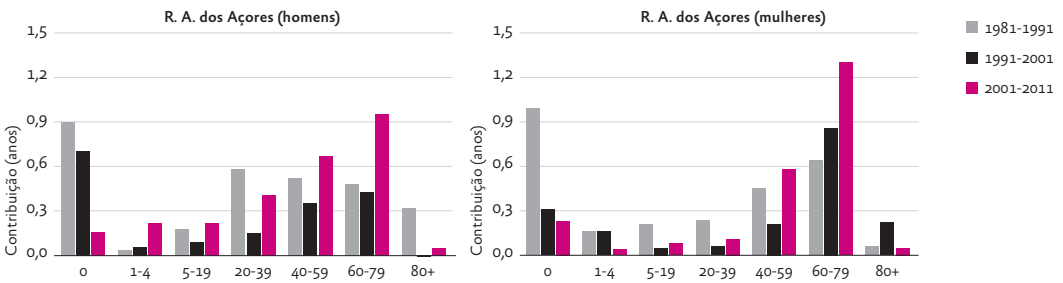
Como já foi observado, nos homens, o grupo etário dos 80 e mais anos apresenta no segundo momento de observação (1991-2001) um contributo negativo para a esperança de vida, ao passo que, nas mulheres, nesse mesmo momento, apresenta um acréscimo nos ganhos. Relativamente aos grupos etários dos 5 aos 39 anos, estes assumem no masculino uma importância que não têm no feminino. Aliás o comportamento do grupo dos 20-39 anos reenvia para o que também acontece em todas as regiões do continente apesar de nestas a expressividade dos contributos ser maior no final do período (Gráfico 4.17).

Importa referir que a irregularidade que marca de algum modo o comportamento da mortalidade no masculino se deve à alternância entre um momento de generalizada redução e um momento de generalizado acréscimo dos ganhos em esperança de vida nos vários grupos etários.

Com efeito, de 1991 a 2001, os Açores conhecem um claro abrandamento do declínio da mortalidade no masculino, traduzido pela redução que os ganhos em esperança de vida conhecem em todos os grupos etários, com excepção do 1-4 anos. Enquanto de 2001 para 2011 se verifica o oposto, todos os grupos etários, com excepção dos de menos de 1 ano, conhecem um acentuar do recuo da mortalidade.

Por fim, o grupo etário dos 40-59 anos cujos ganhos em esperança de vida crescem acentuadamente na última década, quer nos homens quer nas mulheres, tem na região dos Açores um forte contributo relativo que não se encontra em mais nenhuma região das NUTS II a não ser na região da Madeira.

Gráfico 4.17 Contribuição das várias idades para o aumento da esperança de vida no nascimento (em anos), por sexo, R. A. dos Açores, 1981-2011



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

De facto, nos Açores 17,67 % dos ganhos em esperança de vida, nas mulheres, e 20,56 %, nos homens referem-se a este grupo etário. Enquanto na Madeira, para o mesmo grupo etário, os valores são 15,24 %, no feminino, e 20,97 % no masculino (Quadro 4.34). Esta similaridade entre as regiões autónomas não é a única no âmbito do comportamento da mortalidade. Algo que se prende com o facto já aqui referido de ambas as regiões chegarem a 2011 com os valores mais baixos em esperança de vida de todas as NUTS II.

NUTS II Região Autónoma da Madeira

Na Madeira, tal como nos Açores, o grupo etário dos de menos de 1 ano é, a seguir ao grupo dos 60-79 anos, o que apresenta os maiores ganhos em esperança de vida para ambos os sexos. Inclusive de 1981 a 1991 é o grupo etário que contribui

mais para o aumento da esperança de vida tanto nos homens como nas mulheres. Nesta continuidade, pode-se observar que a evolução da esperança de vida na região da Madeira, tal como nos Açores, ainda é claramente determinada pelo recuo da mortalidade infantil. Aliás, na Madeira, curiosamente os ganhos até ao primeiro aniversário conhecem um aumento de 2001 para 2011.

Apesar da sua especificidade, ambas as regiões autónomas não fugiram à já identificada constante em todas as outras regiões de ser o grupo etário dos 60-79 anos, quer nos homens quer nas mulheres, a deter o maior número de anos ganhos em esperança de vida de 1981 a 2011.

Quadro 4.34 Decomposição das contribuições para o aumento da esperança de vida (em anos e %), por idade e sexo, NUTS II R. A. da MADEIRA, 1981-2011

R.A. Madeira (Homens)

Grupo etário (anos)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total	Grupo etário (%)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total
0	1,12	0,19	0,57	1,88	**0**	60,81	11,46	11,33	22,05
1-4	0,38	0,03	0,19	0,61	**1-4**	20,85	1,80	3,81	7,10
5-19	0,13	0,15	0,19	0,47	**5-19**	7,28	8,98	3,79	5,56
20-39	-0,43	0,73	0,88	1,18	**20-39**	-23,20	43,82	17,50	13,85
40-59	0,11	0,35	1,32	1,79	**40-59**	5,80	21,28	26,44	20,97
60-79	0,55	-0,02	1,59	2,11	**60-79**	29,95	-1,42	31,66	24,82
80+	-0,03	0,23	0,28	0,48	**80+**	-1,49	14,08	5,49	5,66
Diferença total	**1,84**	**1,67**	**5,01**	**8,52**	**Diferença total**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

R.A. Madeira (Mulheres)

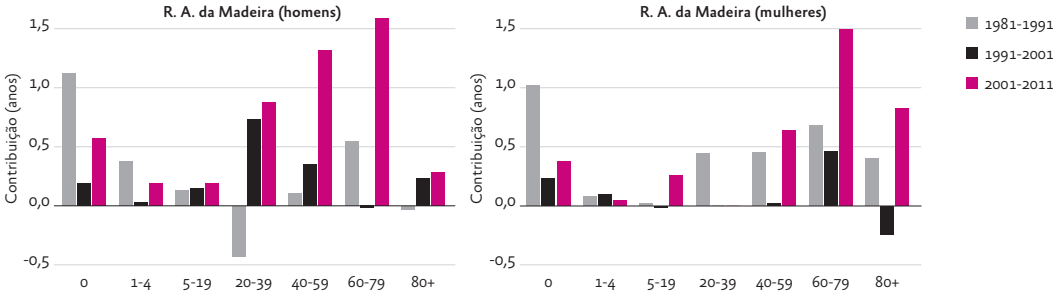
Grupo etário (anos)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total	Grupo etário (%)	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Total
0	1,02	0,23	0,38	1,63	**0**	32,91	41,34	10,54	22,38
1-4	0,08	0,10	0,05	0,23	**1-4**	2,56	17,51	1,31	3,09
5-19	0,02	-0,01	0,26	0,27	**5-19**	0,66	-2,01	7,09	3,67
20-39	0,44	0,00	0,00	0,44	**20-39**	14,29	-0,31	0,01	6,02
40-59	0,45	0,02	0,64	1,11	**40-59**	14,55	3,72	17,60	15,24
60-79	0,68	0,46	1,49	2,63	**60-79**	21,99	81,54	40,90	36,05
80+	0,40	-0,24	0,82	0,99	**80+**	13,04	-41,79	22,56	13,56
Diferença total	**3,09**	**0,56**	**3,65**	**7,30**	**Diferença total**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

Importa salientar que, tanto nos Açores como na Madeira, os maiores ganhos em esperança de vida, para ambos os sexos, além dos já referidos aos grupos etários dos 60-79 anos e dos de menos de 1 ano, surgem também associados aos referidos ao grupo etário dos 40-59 anos (Gráfico 4.18).

Apesar de o grupo etário dos 80 e mais anos ter, em ambos os sexos (com uma clara acentuação no fenimino), a relevância na região da Madeira que não tem na dos Açores, o comportamento da mortalidade neste grupo etário ainda é marcado em ambas as regiões autónomas por contributos negativos. O que remete para a especificidade de que se reveste o comportamento da mortalidade nas ilhas.

Gráfico 4.18 Contribuição das várias idades para o aumento da esperança de vida no nascimento (em anos), por sexo, Madeira, 1981-2011



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

A região da Madeira apresenta uma irregularidade muito mais acentuada do que a dos Açores na evolução do comportamento da mortalidade por sexos e grupos etários. Nos vários grupos etários de ambos os sexos os ganhos em esperança de vida oscilam entre momentos de forte redução que, em certos casos, chegam mesmo a valores negativos, e momentos de acentuado acréscimo.

No entanto, observa-se que na última década os ganhos em esperança de vida no feminino se centram nos grupos etários dos 40 aos 80 e mais anos e que no masculino se centram dos 20 aos 79 anos. Neste sentido, em especial, pode-se afirmar que a Madeira chega a 2011 com o mesmo padrão de diferenciação sexual identificado nas regiões do continente. Aliás uma diferenciação que remete para uma situação claramente mais favorável para os homens no que se refere aos ganhos em esperança de vida.

Com efeito, na Madeira tal como em todas as NUTS II, no período de 1981 a 2011, os homens contribuíram com maiores ganhos para o aumento da esperança de vida do que as mulheres. Esta diferença fixou-se em 1,22 anos favorável aos homens. E com este valor, em termos da diferente contribuição segundo os sexos, a Madeira aproxima-se mais da situação do Algarve, do Alentejo ou do Centro do que da situação dos Açores, de Lisboa ou do Norte (Quadro 4.35).

Quadro 4.35 Diferença entre os ganhos em esperança de vida masculina e feminina (em anos), NUTS II, 1981-2011

NUTS II	Diferença Total	1981-1991	Vantagem por sexo	1991-2001	Vantagem por sexo	2001-2011	Vantagem por sexo
Centro	1,69	0,24	homens	0,60	homens	0,85	homens
Alentejo	1,59	0,06	homens	0,50	homens	1,03	homens
Algarve	1,46	0,35	mulheres	0,03	homens	1,79	homens
Madeira	1,22	1,25	mulheres	1,11	homens	1,36	homens
Norte	0,94	0,03	mulheres	0,22	homens	0,76	homens
Lisboa	0,72	0,05	mulheres	0,33	mulheres	1,10	homens
Açores	0,47	0,25	homens	0,09	mulheres	0,31	homens

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

Da análise da decomposição dos ganhos em esperança de vida, por idade e sexo, ao nível das NUTS II conclui-se que existe uma tendência efectiva para que os ganhos dos homens em esperança de vida se superiorizem aos das mulheres no final do período. Esta é uma tendência que se instala gradualmente e que se define de 1991 em diante (Quadro 4.35).

Enquanto as regiões do Centro e do Alentejo apresentam alguma precocidade na instalação desta tendência, a região de Lisboa apresenta algum atraso. Os Açores é a única região onde esta tendência apresenta alguma irregularidade, o que se articula com a reduzida diferença entre os ganhos masculinos e os femininos (Quadro 4.35).

No cruzamento do sexo com o grupo etário, a tendência é para que os ganhos no feminino se concentrem nas idades mais adultas e seniores. No masculino, apesar da forte acentuação nas idades adultas e seniores, os ganhos apresentam uma tendência para uma distribuição menos desequilibrada devido à expressividade que os valores ainda assumem nas idades mais jovens (Quadro 4.36).

De qualquer modo, a prevalência que os contributos das idades mais adultas e seniores têm sobre os das idades mais jovens relaciona-se com o facto de os maiores ganhos em esperança de vida serem protagonizados, em ambos os sexos, pelo grupo etário dos 60-79 anos. Quer isto dizer que este é o grupo etário em que a mortalidade mais recua, em todas as NUTS II, no período de 1981 a 2011.

Quadro 4.36 Diferença entre os ganhos em esperança de vida do grupo das idades mais jovens (0-39 anos) e do grupo das idades mais adultas e seniores (40-80 e mais anos) (em anos), por sexos, NUTS II, 1981-2011

NUTS II	Sexo	Grupo etário	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Totais	Diferença Total
Norte	Mulheres	0-39	1,25	1,04	0,56	2,85	3,32
		40-80+	1,23	2,52	2,42	6,17	
	Homens	0-39	1,27	1,32	1,56	4,15	1,67
		40-80+	1,18	2,46	2,18	5,82	
Centro	Mulheres	0-39	1,01	0,81	0,38	2,20	3,31
		40-80+	1,46	2,08	1,97	5,51	
	Homens	0-39	1,17	1,55	1,23	3,95	1,50
		40-80+	1,55	1,94	1,97	5,45	
Lisboa	Mulheres	0-39	0,62	0,55	0,58	1,74	3,64
		40-80+	1,17	2,07	2,15	5,39	
	Homens	0-39	0,31	0,76	1,57	2,64	2,56
		40-80+	1,42	1,53	2,26	5,20	
Alentejo	Mulheres	0-39	1,04	0,70	0,33	2,07	2,28
		40-80+	1,27	1,48	1,59	4,35	
	Homens	0-39	1,47	1,11	1,40	3,98	0,06
		40-80+	0,90	1,57	1,57	4,04	
Algarve	Mulheres	0-39	1,60	0,62	0,67	2,89	1,58
		40-80+	0,63	2,53	1,32	4,47	
	Homens	0-39	0,76	1,46	2,07	4,29	0,24
		40-80+	1,12	1,72	1,70	4,53	
R. A. Açores	Mulheres	0-39	1,60	0,57	0,45	2,63	1,74
		40-80+	1,16	1,28	1,93	4,37	
	Homens	0-39	1,70	1,00	1,01	3,71	0,05
		40-80+	1,31	0,77	1,68	3,76	
R. A. Madeira	Mulheres	0-39	1,56	0,32	0,69	2,57	2,16
		40-80+	1,53	0,24	2,96	4,73	
	Homens	0-39	1,21	1,10	1,82	4,14	0,25
		40-80+	0,63	0,57	3,19	4,39	

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

Nas mulheres, as diferenças entre os ganhos em esperança de vida do grupo das idades mais adultas e seniores e do grupo das idades mais jovens é sempre claramente superior às que os homens registam em todas as NUTS II (Quadro 4.36). Assim se confirma que no feminino os maiores contributos para o aumento da esperança de vida derivam preponderantemente dos ganhos nas idades dos 40 aos 80 e mais anos.

Para este facto contribuem não só os já referidos ganhos em esperança de vida do grupo etário dos 60-79 anos, mas também os relativos ao grupo etário dos 80 e mais anos. Aliás é em torno dos ganhos em esperança de vida nas idades mais seniores que se define a especificidade do comportamento da mortalidade no feminino.

Efectivamente, a diferença total entre os contributos femininos e masculinos, no grupo etário dos 80 e mais anos, é sempre favorável às mulheres, com excepção dos Açores (Quadro 4.37). Uma excepção que mais uma vez remete para a especificidade do comportamento da mortalidade nesta região autónoma. Aliás, nesta região, nos grupos etários mais avançados, as mulheres vão buscar os seus maiores ganhos no grupo dos 60-79 anos, com grande vantagem sobre os dos homens.

Quadro 4.37 Ganhos em esperança de vida do grupo 80 e mais anos (em anos), por sexos, NUTS II, 1981-2011

NUTS II	Sexo	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Totais	Diferença total
Norte	Mulheres	0,25	0,72	0,66	1,63	0,72
	Homens	0,18	0,37	0,36	0,91	
Centro	Mulheres	0,35	0,68	0,45	1,47	0,63
	Homens	0,18	0,31	0,37	0,85	
Algarve	Mulheres	0,39	0,96	0,21	1,56	0,63
	Homens	0,45	0,24	0,24	0,93	
Lisboa	Mulheres	0,16	0,66	0,63	1,45	0,61
	Homens	0,16	0,27	0,40	0,83	
Alentejo	Mulheres	0,36	0,50	0,31	1,16	0,54
	Homens	0,11	0,30	0,21	0,63	
R. A. Madeira	Mulheres	0,40	-0,24	0,82	0,99	0,51
	Homens	-0,03	0,23	0,28	0,48	
R. A. Açores	Mulheres	0,06	0,22	0,05	0,33	-0,02
	Homens	0,32	-0,01	0,05	0,36	

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

Todavia, são as regiões (Alentejo, Madeira e Açores) que apresentam em 2011 as esperanças de vida mais baixas que assumem, no último grupo etário, as diferenças menos expressivas entre os contributos das mulheres e dos homens. Tal como são estas mesmas regiões que apresentam os menores ganhos em esperança de vida referidos às idades dos 80 e mais anos (Quadro 4.38).

Quadro 4.38 Ganhos totais em esperança de vida do grupo 80 e mais anos (em anos), sexos reunidos, NUTS II, 1981-2011

NUTS II	Anos
Norte	2,54
Algarve	2,48
Centro	2,32
Lisboa	2,28
Alentejo	1,79
Madeira	1,47
Açores	0,69

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

De facto, percebe-se o quanto o recuo da mortalidade nos indivíduos deste último grupo de idades condiciona a evolução da esperança de vida de 1981 a 2011.

Convém referir ainda que nas idades mais adultas e seniores os contributos totais das mulheres suplantam os dos homens em todas as NUTS II, com excepção do Algarve (Quadro 4.36). Nesta região, nos grupos etários que integram as idades dos 40 aos 80 e mais anos, os homens conseguem apresentar maiores ganhos em esperança de vida do que as mulheres, exceptuando no grupo etário dos 80 e mais anos (Quadro 4.37). O que confirma este grupo das idades mais seniores como um domínio feminino.

Relativamente aos homens, apesar de o maior peso no número de anos ganhos em esperança de vida estar, tal como nas mulheres, do lado do conjunto das idades mais adultas e seniores, as diferenças apontam para valores mais aproximados entre os contributos destas idades e os das idades mais jovens (Quadro 4.36). Estão neste caso, novamente, as regiões do Alentejo e dos Açores, logo seguidas do Algarve e da Madeira, regiões onde a diferença nas mulheres também é menos expressiva e que em 2011 apresentam as esperanças de vida mais baixas das NUTS II.

Observa-se pois a existência de uma relação entre as esperanças de vida mais baixas e as menores diferenças de ganhos em esperança de vida entre o conjunto das idades mais adultas e seniores e o conjunto das idades mais jovens em ambos os sexos (Quadro 4.36). Quer isto dizer que quanto mais próximos estiverem os contributos dos mais velhos dos contributos dos mais jovens, menor poderá ser a esperança de vida, isto tanto nos homens como nas mulheres.

Como já foi referido, nos homens, a maior proximidade que se identifica entre os valores dos contributos do conjunto das idades mais adultas e seniores e do das idades mais jovens remete para a importância que estas últimas assumem no comportamento da mortalidade masculina. E aqui, apresenta-se com especial relevância o grupo etário dos 20-39 anos (Quadro 4.39).

Com efeito, de 1981 a 2011, em todas as NUTS II os maiores ganhos em esperança de vida no grupo etário dos 20-39 anos são sempre masculinos. Ganhos estes cujos valores são tributários em especial do que ocorre no comportamento da mortalidade juvenil masculina depois de 1991. Este padrão está de acordo com a tendência, já identificada ao nível nacional, para o recuo da mortalidade nos jovens masculinos por motivos que se prendem com a redução dos comportamentos de risco.

No âmbito dos contributos das idades mais jovens, o grupo etário até ao primeiro aniversário mantém-se o grupo com os maiores contributos para o aumento da esperança de vida em todas as NUTS II. Esta importância relativa deve-se sobretudo ao recuo da mortalidade infantil de 1981 a 2001. Isto na medida em que os seus valores decaem de 2001 a 2011 na generalidade das regiões.

Quadro 4.39 Ganhos em esperança de vida dos grupos etários 0 e 20-39 anos (em anos), por sexos, NUTS II, 1981-2011

NUTS II	Sexo	Grupo etário	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Totais	Diferença total entre grupos etários	Diferença entre sexos (20-39)
Norte	Mulheres	0	0,98	0,53	0,24	1,75	1,26	0,79
		20-39	0,10	0,21	0,19	0,49		
	Homens	0	0,79	0,63	0,32	1,74	0,46	
		20-39	0,17	0,14	0,97	1,28		
Centro	Mulheres	0	0,57	0,41	0,10	1,08	0,57	0,85
		20-39	0,22	0,21	0,09	0,52		
	Homens	0	0,82	0,42	0,22	1,46	0,09	
		20-39	0,04	0,69	0,64	1,37		
Lisboa	Mulheres	0	0,61	0,27	0,16	1,04	0,78	0,61
		20-39	-0,14	0,13	0,27	0,26		
	Homens	0	0,59	0,45	0,08	1,12	0,24	
		20-39	-0,35	0,00	1,22	0,88		
Alentejo	Mulheres	0	0,86	0,38	0,05	1,30	1,01	0,90
		20-39	0,08	0,10	0,11	0,29		
	Homens	0	1,03	0,35	0,31	1,69	0,51	
		20-39	0,09	0,30	0,80	1,19		

NUTS II	Sexo	Grupo etário	1981-1991	1991-2001	2001-2011	Totais	Diferença total entre grupos etários	Diferença entre sexos (20-39)
Algarve	Mulheres	0	0,91	0,58	0,05	1,54	0,92	0,81
		20-39	0,25	0,04	0,33	0,62		
	Homens	0	0,94	0,37	0,39	1,70	0,27	
		20-39	-0,12	0,41	1,14	1,43		
R. A. Açores	Mulheres	0	0,99	0,31	0,23	1,53	1,12	0,74
		20-39	0,24	0,06	0,11	0,41		
	Homens	0	0,90	0,70	0,16	1,75	0,61	
		20-39	0,58	0,15	0,41	1,15		
R. A. Madeira	Mulheres	0	1,02	0,23	0,38	1,63	1,19	0,74
		20-39	0,44	0,00	0,00	0,44		
	Homens	0	1,12	0,19	0,57	1,88	0,70	
		20-39	-0,43	0,73	0,88	1,18		

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

Importa salientar a forma diferenciada com que os ganhos em esperança de vida neste primeiro grupo etário se distribuem regionalmente. Nesta continuidade, observa-se que, de 1981 a 2011, o recuo da mortalidade infantil determina mais o comportamento da mortalidade na região Norte, nas regiões autónomas e no Algarve, do que na região do Alentejo, do Centro e de Lisboa (Quadro 4.40).

Quadro 4.40 Ganhos totais em esperança de vida até ao 1.º aniversário (em anos), sexos reunidos, NUTS II, 1981-2011

NUTS II	Anos
Madeira	3,51
Norte	3,50
Açores	3,28
Algarve	3,24
Alentejo	2,99
Centro	2,54
Lisboa	2,15

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

Em síntese, como se observa no Quadro 4.41, parece existir uma coincidência entre as regiões que apresentam os contributos mais dilatados nas

idades mais velhas e, por aí, a maior diferença entre os contributos destas e os das idades mais jovens, e as regiões com as esperanças de vida mais elevadas.

Da observação do Quadro 4.32 e Quadro 4.33 percebe-se o quanto a esperança de vida no nascimento em Lisboa é fortemente tributária do comportamento da mortalidade nas idades mais adultas e seniores. Contudo, diferencia-se das regiões Norte e Centro por via dos maiores contributos que ambas as regiões apresentam quer no conjunto das idades mais velhas quer no conjunto das idades mais jovens. No que se refere às idades mais velhas, Lisboa fica a perder quer para o Norte quer para o Centro nos ganhos que estas regiões apresentam no grupo etário dos 80 e mais anos. E, por aí, pelas maiores diferenças que o Centro e o Norte assumem, nas idades mais seniores, entre os contributos masculinos e femininos, a favor das mulheres.

Quadro 4.41 Esperança de vida ao nascimento (2011) e ganhos totais em esperança de vida (em anos), sexos reunidos, grupos etários seleccionados, NUTS II, 1981-2011

NUTS II	e_0 (2011)	NUTS II	(40-80+anos)	NUTS II	(0-39 anos)	NUTS II	Diferença total
Norte	80,65	**Norte**	11,99	**Algarve**	7,18	**Lisboa**	6,21
Centro	80,48	**Centro**	10,96	**Norte**	7,00	**Norte**	4,99
Lisboa	80,07	**Lisboa**	10,59	**Madeira**	6,70	**Centro**	4,81
Algarve	79,96	**Madeira**	9,12	**Açores**	6,34	**Madeira**	2,41
Alentejo	79,41	**Algarve**	9,01	**Centro**	6,16	**Alentejo**	2,33
Madeira	77,76	**Alentejo**	8,38	**Alentejo**	6,05	**Algarve**	1,83
Açores	76,38	**Açores**	8,13	**Lisboa**	4,39	**Açores**	1,79

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11), INE.

Relativamente às esperanças de vida abaixo dos 80 anos, estas surgem associadas às menores diferenças nos contributos para o aumento da esperança de vida entre o conjunto das idades mais adultas e seniores e o das idades mais jovens (Quadro 4.41). Sobretudo quando essa redução na diferença remete para uma redução do peso relativo dos ganhos referidos às idades mais adultas e seniores na totalidade dos contributos para o aumento da esperança de vida. Nesta situação enquadram-se especialmente a região da Madeira e do Algarve.

Percebe-se o quanto a esperança de vida no Algarve é tributária do que nas idades mais jovens ocorre, diferenciando-se, aqui, da Madeira, por via do comportamento da mortalidade nas idades dos 5 aos 39 anos, em ambos os sexos (Quadro 4.31 e Quadro 4.34). Mas também por apresentar os maiores contributos nos 80 e mais anos em ambos os sexos. E, por aí, uma maior

diferenciação sexual, no âmbito dos ganhos referidos a esse grupo etário, a favor das mulheres (Quadro 4.37).

Em relação ao Alentejo, a superioridade do Algarve manifesta-se por via dos mesmos comportamentos acima assinalados a propósito da relação com a Madeira (Quadro 4.30 e Quadro 4.31). E porque efectivamente apresenta maiores contributos do que o Alentejo quer no conjunto das idades mais velhas quer no conjunto das idades mais jovens (Quadro 4.36).

Já a justificação da maior esperança de vida do Alentejo em comparação com a Madeira parece mais difícil de entender olhando para o Quadro 4.39. Todavia, o Alentejo apresenta maiores contributos por parte do grupo etário dos 80 e mais anos e uma maior diferença, neste grupo etário, entre os contributos masculinos e femininos a favor das mulheres (Quadro 4.37). É o traço associado ao seu estatuto de região mais envelhecida que mantém a mortalidade do Alentejo numa posição mais favorável do que a da Madeira. Isto apesar de esta última região conseguir no período de 1981 a 2011 reduzir em 0,63 anos a diferença que separa a sua esperança de vida da do Alentejo.

Em síntese, são os homens que mais contribuem para o aumento da esperança de vida de 1981 a 2011 e são os contributos das idades mais velhas que estruturam a diferenciação entre as regiões com as esperanças de vida mais baixas e mais altas. No entanto, são os ganhos nas idades dos 80 e mais anos, sempre favoráveis às mulheres, que detêm o maior poder de diferenciação regional. Nesta continuidade, o processo de envelhecimento das estruturas populacionais encontra-se estreitamente associado às novas desigualdades regionais de que se dá conta no território português relativamente ao comportamento da mortalidade.

No âmbito das regiões com as estruturas populacionais mais jovens percebe-se porque o Norte se mantém com uma esperança de vida mais elevada do que os Açores e a Madeira. Os seus contributos quer no conjunto das idades mais velhas quer no conjunto das idades mais jovens é claramente superior aos contributos das regiões autónomas. Aliás, desde 1991, o índice de envelhecimento do Norte distancia-se claramente dos das ilhas, traduzindo também uma clara distinção entre a sua estrutura populacional tendencialmente mais envelhecida do que as das ilhas.

No entanto, no caso da Madeira, que conhece na última década em observação um aumento na sua duração média de vida de 4,41 anos[44], a diferença que separa o valor da sua esperança de vida da do Norte vê-se, em 2011, reduzida em 1,01 anos. Uma redução que remete para a forma como os contributos para o aumento da esperança de vida da Madeira suplantam os do Norte, de 2001 para 2011, em todas as idades com excepção do grupo etário dos 20-39 anos em ambos os sexos.

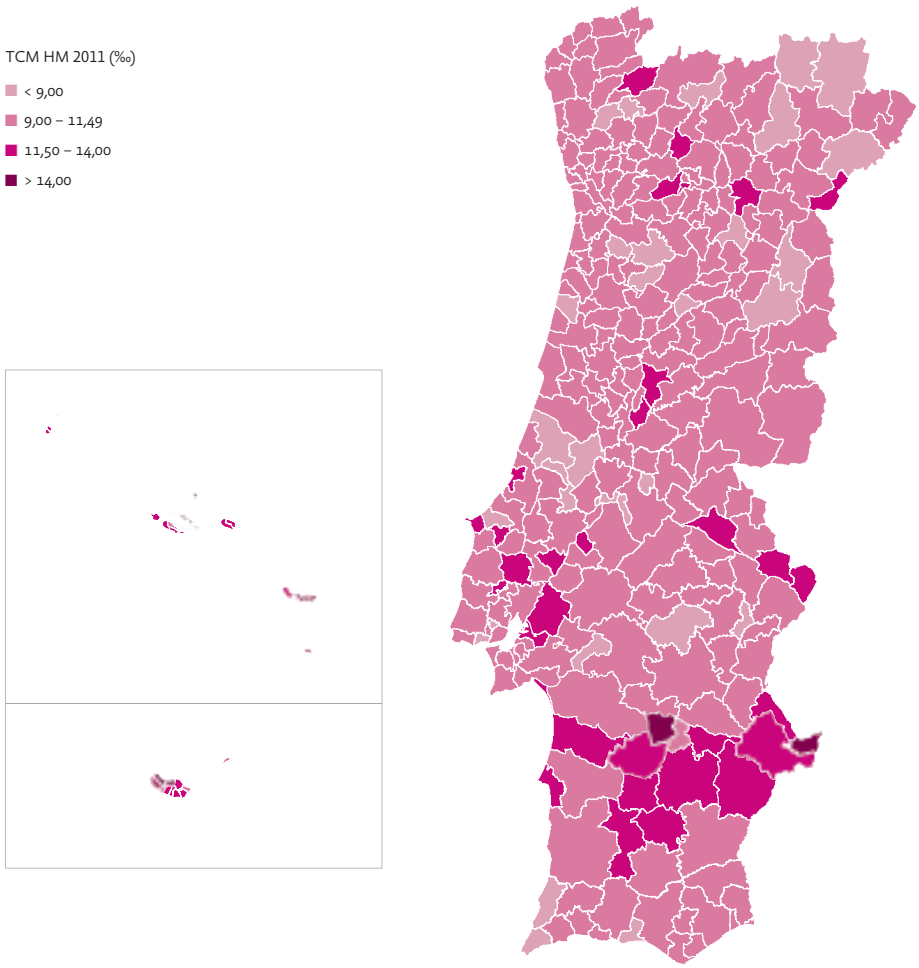
44. Aliás o maior aumento em anos ganhos de esperança de vida de todas as NUTS II.

A irregularidade que marca o comportamento da mortalidade da Madeira obriga a análises cautelosas, mas na última década em observação as alterações de que aquele nos dá conta remete para transformações ao nível da estrutura que o demarcam do que ocorre na região dos Açores. Porquanto esta última é, de todas as regiões das NUTS II, a que apresenta os menores contributos referidos às idades mais velhas. Algo que vai de par com o facto de se manter com o índice de envelhecimento claramente mais baixo de todas as regiões das NUTS II.

Estranho parece ser o facto de o Alentejo, como a região que apresenta o maior índice de envelhecimento do país, integrar junto com as ilhas o grupo das regiões com as esperanças de vida mais baixas. Contudo, a explicação passa pela redução dos seus contributos femininos para o aumento da esperança de vida. De facto, a região do Alentejo, de 1981 a 2011, é a região que apresenta os menores ganhos em esperança de vida nas mulheres. Assumindo especial relevância o que ocorre no grupo etário dos 80 e mais anos cujos valores decrescem acentuadamente na última década. Aliás é por aqui que esta região se distancia do Centro, a região que apresenta também uma estrutura populacional fortemente envelhecida. Tanto mais que esta última região parte de 1981 com uma esperança de vida mais baixa do que a do Alentejo.

Ora, o Centro ultrapassa a esperança de vida do Alentejo precisamente depois de 1991. Isto sobretudo à custa dos maiores contributos para o aumento da esperança de vida nas idades dos 60 aos 80 e mais anos. Esta alteração no âmbito da esperança de vida é acompanhada desde a década de 1991 por uma descida das TCM por parte do Centro e por uma subida das TCM por parte do Alentejo. Quer isto dizer que, em 2011, no Centro morre-se menos do que no Alentejo, sobretudo, nas idades seniores (Figura 4.2).

Figura 4.2 Taxas comparativas de mortalidade (‰), sexos reunidos, Municípios, 2011



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População (2011) e das Estatísticas Demográficas (2010-11), INE.

Ora, a mortalidade é uma dinâmica associada estreitamente ao envelhecimento e à saúde. De facto, em parte é de envelhecimento que se trata pois o Alentejo tem o maior índice de longevidade do país[45]. Contudo, esta constatação também reenvia para as diferenças que podem existir ao nível regional relativamente ao estado de saúde das populações, sobretudo no que se refere aos grupos etários mais velhos.

Segundo Santana (2004), apesar dos ganhos em saúde verificados durante a década de 1990, os concelhos que apresentavam os piores estados de saúde em 1991 continuaram a apresentá-los em 2001, agravando-se mesmo o estado de saúde relativo e absoluto, em alguns concelhos do interior do país, sobretudo a sul do Tejo. Não será pois de estranhar que a variação regional da mortalidade siga de perto a variação regional do estado de saúde e que ambas sigam a

45. Tal como foi referido no capítulo I, a região do Alentejo apresenta, em 2011, o maior índice de longevidade de todas as NUTS II. Em rigor, 51,9 % dos seus idosos têm uma idade igual ou superior a 75 anos.

variação regional do processo de envelhecimento das estruturas populacionais. Uma variação que se define na actualidade em torno de uma relação directa com a urbanização e a litoralização dos municípios.

Os diferentes ritmos do processo de envelhecimento associados às diferentes histórias demográficas de cada região traduzem-se em diferenças ao nível da estrutura etária e sexual da mortalidade. Diferenças que se complexificam à medida que se segmenta o nível de análise regional. Aqui os desequilíbrios populacionais articulam-se com desequilíbrios sociais e económicos e, por aí, com desequilíbrios espaciais no estado de saúde das populações que reenvia, a partir da década de 1990, para a emergência de novas assimetrias regionais no comportamento da mortalidade em Portugal.

Não se sabe até que ponto a contemporaneidade irá condicionar a evolução do comportamento da mortalidade no sentido positivo ou negativo. Mas para prever o futuro da morte em Portugal não se pode apenas ter em consideração as tendências aqui identificadas, tal como refere Morais (2002), é também preciso ter em conta a luta de cada individuo contra a doença, através da mudança de comportamentos e estilos de vida, económica e social. Isto porque os futuros ganhos em esperança de vida também irão passar pela crescente consciencialização de que a saúde não depende só da evolução do sistema sanitário.

3. Causas da Mortalidade em Portugal, 1981-2011

A transição epidemiológica define-se fundamentalmente por uma mudança quanto às causas de morte. A gradual redução das mortes por doenças infecciosas dá lugar à prevalência das doenças degenerativas e daí à emergência de um novo padrão etário da mortalidade. Da análise que até agora foi feita sobre a mortalidade em Portugal deduz-se pois o subjacente processo de alteração das causas de morte no sentido de uma crescente importância das doenças degenerativas.

De facto, em Portugal continental e segundo Morais (2001) é depois da década de 1980 que se dá uma passagem clara para um novo perfil da mortalidade, determinado por uma causalidade associada fundamentalmente às doenças crónico-degenerativas de carácter endógeno. É neste sentido que também apontam os resultados do estudo de Oliveira e Mendes (2010) sobre a evolução das causas de morte em Portugal de 1995 a 2005.

Entretanto e antes de se passar propriamente à referida análise justifica-se um comentário sobre as causas mal definidas em Portugal. Causas categorizadas como «desconhecidas ou mal identificadas» surgem com um peso excessivo na mortalidade por causas em Portugal antes de 1920 (Bandeira, 2009)[46]. Todavia, um peso que se mantém expressivo e que tem sido uma fragilidade associada à

46. Em Portugal, entre 1915 e 1919, cerca de 40% dos óbitos eram atribuídos a doenças desconhecidas. Um peso cuja expressividade se apresentava regionalmente diferenciado (Bandeira, 2009).

credibilidade dos dados sobre a mortalidade por causas em Portugal. Isto porque, apesar de uma notória quebra no registo de óbitos por causas não especificadas e ignoradas desde 1920 (Morais, 2001) até à actualidade (Oliveira e Mendes, 2010), as causas mal definidas continuam a ser significativas na conjuntura patológica que determina o comportamento da mortalidade em Portugal de 1994 a 2010.

No âmbito de um estudo comparativo sobre a avaliação dos dados sobre causas de mortalidade, Mathers *et al.* classificaram 106 países segundo a qualidade das estatísticas sobre causas de morte. Os resultados incluem Portugal no grupo de 28 países com qualidade baixa, ou seja, com menos de 70 % dos dados completos ou mais de 20 % dos óbitos classificados em causas mal definidas (Mathers *et al.*, 2005). Claramente persistem limitações quer ao nível do sistema de registo de causas de morte quer ao nível da sua utilização pelos profissionais de saúde. Por conseguinte, continua a justificar-se alguma precaução na interpretação da mortalidade por causas em Portugal.

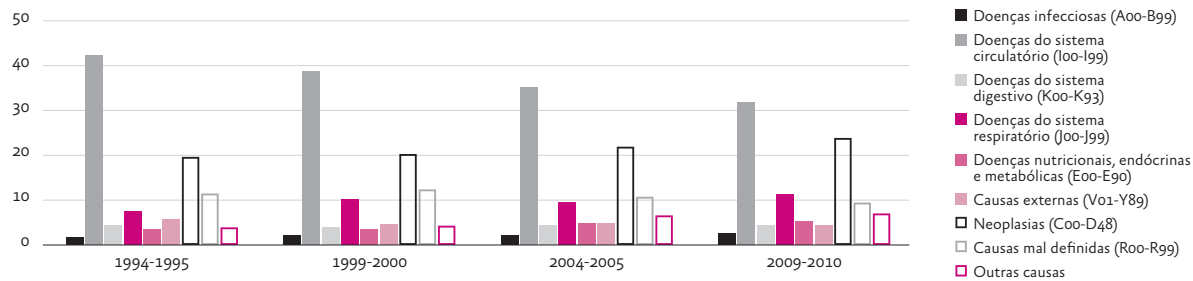
Feita a ressalva e excluindo as causas mal definidas, em Portugal, na passagem para o século XXI (1994-2010), a estrutura das causas de morte é dominada principalmente pelas doenças do sistema circulatório, do foro oncológico e do sistema respiratório[47]. Em termos de tendências evolutivas, se a causalidade associada às doenças do sistema circulatório decai em todos os momentos de observação, a associada às neoplasias aumenta tal como a associada às doenças nutricionais, endócrinas e metabólicas (Gráfico 4.19). Quanto às doenças do sistema respiratório, apesar de terem reduzido o seu peso relativo em 2004-2005, no final do período voltam a aumentar.

De referir que as causas externas assumem em 2009-2010 uma tendência clara para decair. Já as outras causas[48] aumentam o seu peso em todos os momentos de observação.

47. No sentido de diluir pontuais situações de sobremortalidade por determinada causa e eventuais erros de observação utilizam-se os óbitos médios.

48. Nesta categoria integram-se as: doenças do sangue e órgãos hematopoéticos e imunológicas (D50-D89); doenças mentais e de comportamento (F00-F99); doenças do sistema nervoso e órgãos dos sentidos (G00-H95); doenças da pele e tecido subcutâneo (L00-L99); doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (M00-M99); doenças do sistema geniturinário (N00-N99); complicações da gravidez, do parto e puerpério (O00-O99); malformações congénitas e dos cromossomas (Q00-Q99) e algumas situações originárias do período perinatal (P00-P96).

Gráfico 4.19 Principais causas de morte em Portugal (%), médias bianuais, 1994/2010



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Eurostat, Causas de Morte (Portugal, 1994-2010).

Relativamente à sua distribuição por sexos, as doenças do sistema circulatório apresentam-se como a primeira causa de morte tanto para os homens

como para as mulheres (Quadro 4.42). Contudo, a sua maior preponderância é nos óbitos femininos. Já as neoplasias, apesar de importantes nos dois sexos, são mais determinantes na mortalidade masculina tal como as doenças do sistema respiratório. Estas últimas, no entanto, apresentam uma tendência gradual para aumentar o seu peso relativo na mortalidade feminina.

Quadro 4.42 Principais causas de morte por sexos (%), Portugal, 1994-2010

ICD10 (Homens)	1994-1995	1999-2000	2004-2005	2009-2010	Var. (%)
Doenças infecciosas (A00-B99)	2,39	2,83	2,54	2,77	15,59
Doenças do sistema circulatório (I00-I99)	37,05	33,73	30,65	27,58	-25,55
Doenças do sistema digestivo (K00-K93)	5,24	4,62	5,10	4,98	-5,08
Doenças do sistema respiratório (J00-J99)	8,20	10,66	10,03	11,65	42,15
Doenças nutricionais, endócrinas e metabólicas (E00-E90)	2,68	2,78	3,98	4,36	62,36
Causas externas (V01-Y89)	7,98	6,37	6,62	5,67	-29,03
Neoplasias (C00-D48)	21,71	22,86	24,88	27,67	27,43
Causas mal definidas (R00-R99)	10,82	12,04	10,01	9,04	-16,41
Outras causas	3,91	4,10	6,19	6,28	60,66
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	-
ICD10 (Mulheres)	**1994-1995**	**1999-2000**	**2004-2005**	**2009-2010**	**Var. (%)**
Doenças infecciosas (A00-B99)	0,93	1,54	1,50	2,23	140,82
Doenças do sistema circulatório (I00-I99)	48,21	44,27	39,98	36,31	-24,68
Doenças do sistema digestivo (K00-K93)	3,46	3,18	3,69	3,79	9,46
Doenças do sistema respiratório (J00-J99)	6,48	9,40	8,93	11,05	70,45
Doenças nutricionais, endócrinas e metabólicas (E00-E90)	4,21	4,22	5,83	6,25	48,64
Causas externas (V01-Y89)	3,16	2,60	2,77	2,78	-11,98
Neoplasias (C00-D48)	17,37	17,48	18,70	19,88	14,41
Causas mal definidas (R00-R99)	12,21	12,77	11,55	9,87	-19,15
Outras causas	3,97	4,53	7,06	7,83	97,54
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	-

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Eurostat, Causas de Morte (Portugal, 1994-2010).

As causas externas[49] decrescem efectivamente tanto nas mulheres como nos homens e apesar de conhecerem uma queda acentuada nos homens continuam a ser mais determinantes no comportamento da mortalidade masculina. Quanto às doenças nutricionais, endócrinas e metabólicas (nas quais se inclui a diabetes), claramente a aumentar tanto nos homens como nas mulheres, apresentam contudo um maior peso no feminino.

Relativamente aos óbitos associados ao sistema digestivo, mais frequentes no masculino, denota-se alguma oscilação, mas balizada por valores bastante próximos.

49. As causas externas incluem os acidentes de transporte, traumatismos acidentais, lesões autoprovocadas intencionalmente, agressões, factos cuja intenção é indeterminada, intervenções legais e operações de guerra, complicações de assistência médica e cirúrgica.

Por último, observa-se que existem mais causas mal definidas no feminino e que as outras causas estão a aumentar de importância em ambos os sexos, mas também apresentam um maior peso nas mulheres.

Em síntese, o comportamento diferenciado da mortalidade masculina e feminina, depois da década de 1990, é largamente tributário de um peso diferenciado das principais causas de morte e das suas tendências evolutivas em função do sexo. De seguida torna-se pois necessário perceber de que forma se comporta essa diferenciação em função da idade reservando especial atenção ao que acontece ao nível das idades mais avançadas.

3.1. Causas de mortalidade por sexo e grupo etário

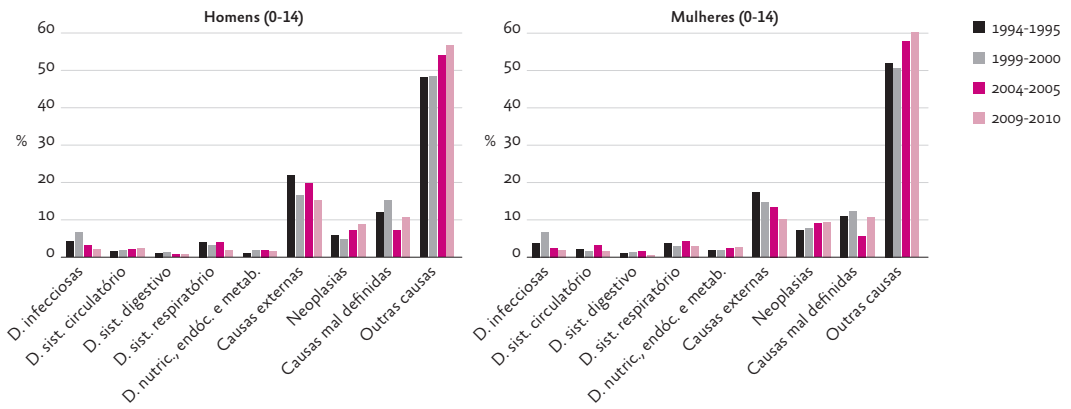
Ora, sabendo que, depois da década de 1980, o comportamento da mortalidade nas idades mais jovens deixa de ser determinante no aumento da esperança de vida, pode-se formular a hipótese de que as principais causas de morte não terão representatividade na causalidade associada à mortalidade nos grupos etários mais jovens, aumentando de importância à medida que formos subindo nas idades.

Com efeito, dos 0 aos 14 anos, tanto para os homens como para as mulheres, as principais causas de morte são as integradas nas categorias outras causas[50], causas externas e causas mal definidas (Gráfico 4.20). Neste grupo etário salienta-se a similitude entre o efeito das causas de morte em ambos sexos.

Das principais causas de morte observadas, apenas as neoplasias apresentam representatividade neste intervalo etário, o que remete para a fraca contribuição que o comportamento da mortalidade nos mais jovens tem para o aumento da esperança de vida, em Portugal, a partir dos anos 1990.

50. Dentro das «outras causas» são as malformações congénitas e dos cromossomas (Q00-Q99) e as doenças do sistema nervoso e órgãos dos sentidos (G00-H95) as principais responsáveis pela mortalidade neste grupo etário.

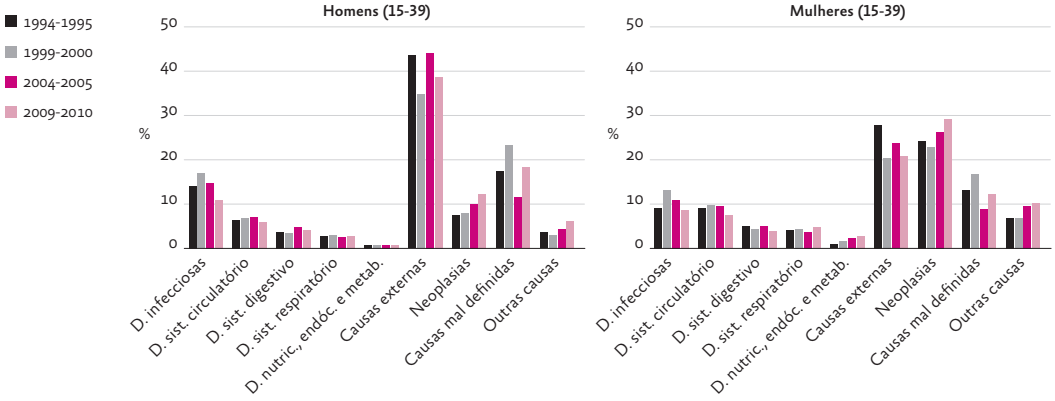
Gráfico 4.20 Principais causas de morte (%), por sexo e grupo etário (0-14 anos), Portugal, 1994-2010



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Eurostat, Causas de Morte (Portugal, 1994-2010).

Dos 15 aos 39 anos a estrutura das causas de morte deixa de estar dominada pela categoria outras causas (Gráfico 4.28). Estas de facto perdem em ambos os sexos, de forma acentuada, o protagonismo que tinham no grupo etário dos mais novos. Passam a ser as causas externas a dominar a causalidade da mortalidade masculina, enquanto na feminina esse domínio é partilhado com as neoplasias. Já as doenças infecciosas assumem uma expressão não negligenciável, aliás a maior relativamente a todos os grupos etários aqui em análise. E, finalmente, as doenças do sistema circulatório começam a ter mais importância, sobretudo na causalidade associada aos óbitos femininos.

Gráfico 4.21 Principais causas de morte (%), por sexo e grupo etário (15-39 anos), Portugal, 1994-2010



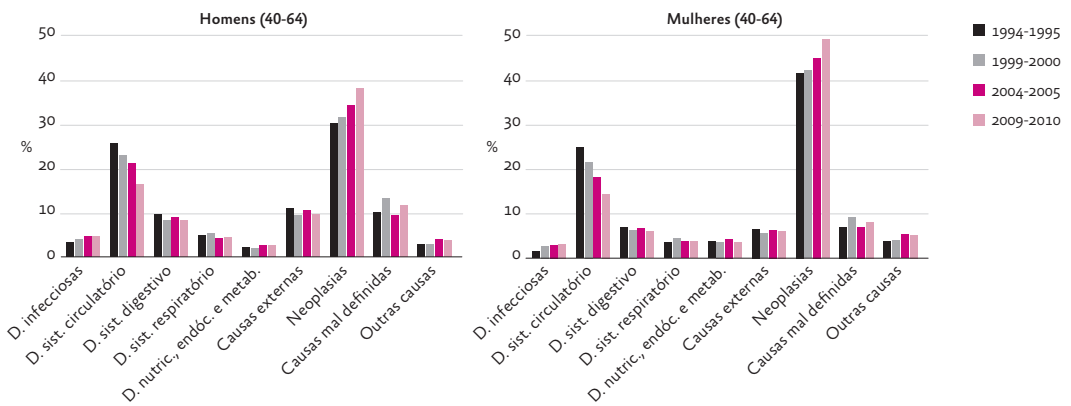
Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Eurostat, Causas de Morte (Portugal, 1994-2010).

Importa aqui realçar a relevância das causas externas, que integram as denominadas *man made diseases* (Onram, 1971) ou doenças da sociedade. Estas, e em especial os acidentes de viação, são responsáveis por uma sobremortalidade masculina nos jovens depois de 1970-1971 (Lages, 2007). Assim se justifica a contribuição negativa da mortalidade nos homens de 20-39 anos para a evolução da esperança de vida, sobretudo na década de 1980. E também a diferença da esperança de vida entre homens e mulheres até 2001.

Esta sobremortalidade tem características estruturais, pois resulta da maior propensão dos jovens masculinos para a protagonização de comportamentos de risco. Influenciado por um efeito de coorte, este facto prolonga-se até às idades mais adultas, de década para década (Lages, 2007). Tal facto também não será alheio à importante contribuição que os óbitos por causas externas têm para a desigualdade da esperança de vida entre homens e mulheres, na primeira década do século XXI (Oliveira e Mendes, 2010).

Deste modo, não será de estranhar que dos 40 aos 64 anos, tanto nos homens como nas mulheres, as causas externas percam de forma acentuada a importância que tinham no grupo etário anterior (Gráfico 4.22). A principal causa de morte entre os 40 e os 64 anos, para ambos os sexos, passam a ser as neoplasias. De referir que, tal como nos grupos etários anteriores, neste intervalo as neoplasias também surgem associadas mais à mortalidade feminina do que à masculina. Quanto às doenças do sistema circulatório, já surgem, neste grupo etário, como a segunda causa de morte em ambos os sexos, apesar de assumir um maior peso no sexo feminino. É também dos 40 aos 64 anos que as doenças do sistema digestivo assumem a sua maior expressividade tanto na causalidade associada à mortalidade masculina como feminina. Contudo, esta causa apresenta sempre um peso relativo superior nos homens.

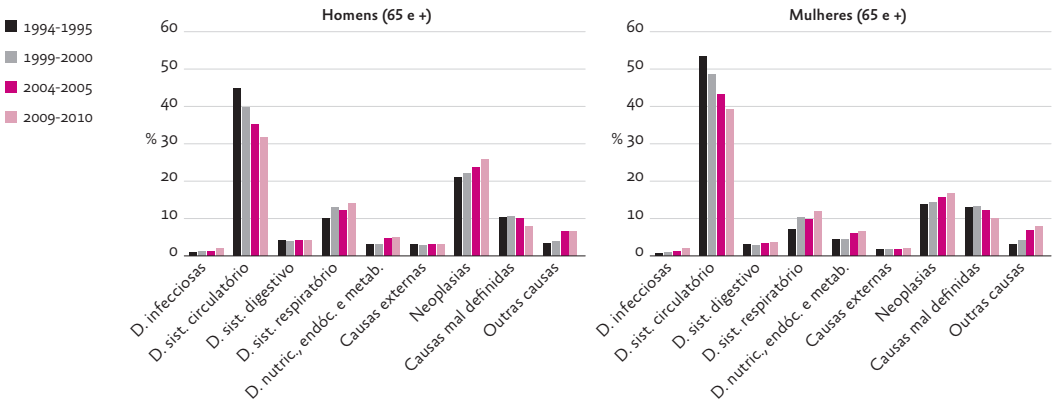
Gráfico 4.22 Principais causas de morte (%), por sexo e grupo etário (40-64 anos), Portugal, 1994-2010



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Eurostat, Causas de Morte (Portugal, 1994-2010).

Nos 65 e mais anos entramos na causalidade associada à mortalidade nas idades seniores, nas quais passam a dominar claramente as doenças do sistema circulatório tanto nos homens como nas mulheres (com maior incidência nas mulheres) (Gráfico 4.30). Contudo, estas doenças, tal como se verifica no grupo etário dos 40 aos 64 anos, assumem um tendência evolutiva para o decréscimo em todos os momentos de observação. Já as neoplasias, segunda causa de morte neste grupo etário, seguem o sentido oposto, o do crescimento. Um sentido que aliás se verifica em todos os grupos etários em análise.

Gráfico 4.23 Principais causas de morte (%), por sexo e grupo etário (65 e mais anos), Portugal, 1994-2010



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Eurostat, Causas de Morte (Portugal, 1994-2010).

Em crescimento também surgem as doenças do sistema respiratório, que tal como as neoplasias têm uma maior incidência ao nível da mortalidade masculina. As doenças nutricionais, endócrinas e metabólicas assumem alguma expressividade, com tendência para crescer ao longo do período. De referir que as causas externas surgem residuais no âmbito da mortalidade associada a este grupo etário. Aliás a importante contribuição destas causas para a diferença entre a esperança de vida masculina e feminina (Oliveira e Mendes, 2010) tem origem sobretudo no peso diferenciado segundo o sexo que estas apresentam nos grupos etários abaixo dos 65 anos de idade.

Em síntese, percebe-se que, em Portugal, o efeito das principais causas de morte nas idades adultas se prolonga na senioridade. Tanto ao nível do peso relativo que apresentam como no sentido da tendência evolutiva e no padrão sexual que segue a sua distribuição. Importa, por isso, realçar o comportamento da mortalidade nas idades mais velhas em grupos etários mais precisos para compreender como têm determinado a evolução da esperança de vida no início do século XXI em Portugal.

3.2. Causas de mortalidade na senioridade

A evolução das causas de morte nas idades mais avançadas deve-se, em grande medida, ao aumento diferenciado da esperança de vida segundo os sexos. No sentido de perceber como se define esta diferenciação sexual no cruzamento com diferentes patamares etários nas idades seniores, subdividiu-se em três o grupo etário dos 65 e mais anos: 65-74 anos, 75-84 anos e 85 e mais anos.

Dos 65 aos 74 anos são as doenças do sistema circulatório que se apresentam como a principal causa de morte tanto para homens como para mulheres, seguidas das neoplasias (Quadro 4.43). O padrão evolutivo é o mesmo verificado nos 65 e mais anos, as primeiras a reduzir e as segundas a aumentar.

O mesmo se verifica ao nível do padrão sexual, as mulheres são as que mais morrem das doenças do sistema circulatório e os homens os que mais morrem das doenças do foro oncológico. Neste intervalo etário, a mortalidade masculina ainda surge algo determinada pelas doenças do sistema respiratório, com tendência para aumentar e a mortalidade feminina pelas doenças nutricionais, endócrinas e metabólicas, também com tendência para aumentar.

Quadro 4.43 Principais causas de morte (%), por sexo e grupo etário (65-74 anos) Portugal, 1994-2010

ICD10 (Homens 65-74 anos)	1994-1995	1999-2000	2004-2005	2009-2010	Var. (%)
Doenças infecciosas (A00-B99)	1,17	1,47	1,42	2,14	82,63
Doenças do sistema circulatório (I00-I99)	38,60	33,70	28,91	25,12	-34,94
Doenças do sistema digestivo (K00-K93)	5,78	5,25	5,66	5,58	-3,35
Doenças do sistema respiratório (J00-J99)	7,67	9,77	8,15	8,41	9,63
Doenças nutricionais, endócrinas e metabólicas (E00-E90)	3,50	3,40	4,73	4,87	39,08
Causas externas (V01-Y89)	4,07	3,86	4,54	4,31	5,98
Neoplasias (C00-D48)	28,26	29,82	32,68	37,41	32,39
Causas mal definidas (R00-R99)	8,00	9,41	9,05	7,41	-7,35
Outras causas	2,95	3,32	4,86	4,75	60,87
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	-
ICD10 (Mulheres 65-74 anos)	**1994-1995**	**1999-2000**	**2004-2005**	**2009-2010**	**Var. (%)**
Doenças infecciosas (A00-B99)	0,96	1,78	1,74	2,33	142,29
Doenças do sistema circulatório (I00-I99)	42,89	37,77	31,93	26,81	-37,49
Doenças do sistema digestivo (K00-K93)	4,31	3,51	4,22	4,04	-6,38
Doenças do sistema respiratório (J00-J99)	5,25	7,54	5,69	6,56	25,08
Doenças nutricionais, endócrinas e metabólicas (E00-E90)	6,67	6,01	7,56	7,54	13,01
Causas externas (V01-Y89)	2,76	2,64	3,03	2,93	6,20
Neoplasias (C00-D48)	26,33	27,53	31,12	35,87	36,26
Causas mal definidas (R00-R99)	6,99	8,51	8,32	7,34	5,02
Outras causas	3,84	4,71	6,38	6,58	71,28
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	-

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Eurostat, Causas de Morte (Portugal, 1994-2010).

No grupo etário dos 75 aos 84 anos, e face ao grupo etário anterior, a grande alteração em relação às principais causas de morte é o aumento de importância das doenças do sistema respiratório e das outras causas na

mortalidade das mulheres (Quadro 4.44). Ambas as categorias aumentam o seu peso relativo ao longo dos vários momentos de observação.

Quadro 4.44 Principais causas de morte (%), por sexos e grupo etário (75-84 anos) Portugal, 1994-2010

ICD10 (Homens 75-84 anos)	1994-1995	1999-2000	2004-2005	2009-2010	Var. (%)
Doenças infecciosas (A00-B99)	0,71	1,09	1,19	2,05	191,04
Doenças do sistema circulatório (I00-I99)	47,69	41,57	36,08	31,78	-33,37
Doenças do sistema digestivo (K00-K93)	3,58	3,23	3,76	4,00	11,63
Doenças do sistema respiratório (J00-J99)	10,47	13,61	12,63	14,18	35,49
Doenças nutricionais, endócrinas e metabólicas (E00-E90)	3,30	3,54	5,03	5,41	64,15
Causas externas (V01-Y89)	2,54	2,38	2,60	2,98	17,05
Neoplasias (C00-D48)	19,02	21,10	22,67	25,63	34,76
Causas mal definidas (R00-R99)	9,23	9,42	9,07	7,11	-23,04
Outras causas	3,46	4,05	6,96	6,87	98,29
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	-
ICD10 (Mulheres 75-84 anos)	**1994-1995**	**1999-2000**	**2004-2005**	**2009-2010**	**Var. (%)**
Doenças infecciosas (A00-B99)	0,54	1,06	1,26	2,25	316,01
Doenças do sistema circulatório (I00-I99)	56,20	49,68	43,38	38,30	-31,85
Doenças do sistema digestivo (K00-K93)	2,88	2,94	3,57	3,83	32,91
Doenças do sistema respiratório (J00-J99)	6,84	9,79	8,90	10,72	56,68
Doenças nutricionais, endócrinas e metabólicas (E00-E90)	4,90	5,12	7,06	7,76	58,43
Causas externas (V01-Y89)	1,65	1,71	1,80	2,21	33,66
Neoplasias (C00-D48)	13,71	14,89	16,72	18,82	37,34
Causas mal definidas (R00-R99)	10,11	10,44	9,77	7,69	-23,96
Outras causas	3,17	4,37	7,54	8,41	165,56
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	-

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Eurostat, Causas de Morte (Portugal, 1994-2010).

Finalmente, no grupo etário dos 85 e mais anos, o padrão sexual e evolutivo mantém-se no comportamento das principais causas de morte (Quadro 4.45). As doenças do sistema circulatório perdem influência ao longo do período e associam-se mais à morte das mulheres que à morte dos homens. As doenças do sistema respiratório são a segunda causa de morte tanto para homens como para mulheres com 85 e mais anos. A importância desta causa tem vindo a aumentar e atinge mais os homens. Por fim, as neoplasias seguem o mesmo padrão sexual e evolutivo do grupo etário anterior.

De salientar, mais uma vez, a preponderância das causas mal definidas, que é nas mulheres a terceira causa de morte. Esta questão, comum a todos os grupos etários aqui em análise, remete para uma maior dificuldade em definir,

no feminino do que no masculino, alguma da causalidade na mortalidade associada às idades seniores.

Quadro 4.45 Principais causas de morte (%), por sexos e grupo etário (85 e mais anos) Portugal, 1994-2010

ICD10 (Homens 85 e mais anos)	1994-1995	1999-2000	2004-2005	2009-2010	Var. (%)
Doenças infecciosas (A00-B99)	0,46	0,75	0,81	1,66	261,15
Doenças do sistema circulatório (I00-I99)	49,07	44,68	40,42	36,84	-24,92
Doenças do sistema digestivo (K00-K93)	2,38	2,59	3,00	3,27	37,44
Doenças do sistema respiratório (J00-J99)	12,83	16,30	15,98	18,49	44,14
Doenças nutricionais, endócrinas e metabólicas (E00-E90)	1,73	2,23	3,67	4,40	153,96
Causas externas (V01-Y89)	1,81	1,78	1,82	2,41	32,59
Neoplasias (C00-D48)	11,48	12,90	13,82	15,58	35,72
Causas mal definidas (R00-R99)	16,95	14,52	13,17	9,68	-42,90
Outras causas	3,29	4,23	7,32	7,68	133,41
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	
ICD10 (Mulheres 85 e mais anos)	**1994-1995**	**1999-2000**	**2004-2005**	**2009-2010**	**Var. (%)**
Doenças infecciosas (A00-B99)	0,28	0,63	0,74	1,73	522,16
Doenças do sistema circulatório (I00-I99)	56,47	52,39	48,03	43,76	-22,51
Doenças do sistema digestivo (K00-K93)	2,21	2,28	2,71	3,19	44,28
Doenças do sistema respiratório (J00-J99)	8,28	11,91	12,04	14,57	76,04
Doenças nutricionais, endócrinas e metabólicas (E00-E90)	2,48	2,88	4,53	5,40	117,83
Causas externas (V01-Y89)	1,12	1,11	1,41	1,72	54,51
Neoplasias (C00-D48)	6,65	7,46	8,08	9,26	39,19
Causas mal definidas (R00-R99)	19,79	17,94	16,09	12,68	-35,93
Outras causas	2,72	3,40	6,38	7,68	182,20
Total	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Eurostat, Causas de Morte (Portugal, 1994-2010).

Em suma, a estrutura das causas de morte nas idades mais avançadas está de acordo com a estrutura das causas de morte para Portugal nos vários momentos em análise. Uma estrutura que não sofre grandes alterações a partir dos 65 anos de idade. Esta observação remete para o facto de os ganhos verificados na esperança de vida desde os anos de 1990 serem largamente tributários dos progressos ocorridos na luta contra as doenças do sistema circulatório (Oliveira e Mendes, 2010). Doenças cujo sentido evolutivo, em

todos os momentos de observação e em todos os grupos etários a partir dos 40 anos de idade, traduz uma forte redução.

Por outro lado, saliente-se o comportamento da causalidade associada às doenças do sistema respiratório e das doenças nutricionais, endócrinas e metabólicas cujo aumento de importância na estrutura das causas de morte, a partir dos 65 anos de idade, se repercute numa contribuição negativa na evolução da esperança de vida (Oliveira e Mendes, 2010).

Relativamente às causas externas, mantêm-se a par das doenças do sistema circulatório e das neoplasias como as mais explicativas da diferente esperança de vida entre homens e mulheres (Oliveira e Mendes, 2010). A sua redução, sobretudo na mortalidade masculina antes dos 40 anos de idade, é relevante sobretudo na explicação do aumento da duração média de vida no final da década de 1990.

Se até aos anos de 1980 a evolução da mortalidade esteve sobretudo associada à queda da mortalidade nas idades mais jovens, na actualidade, a evolução da mortalidade está fundamentalmente associada ao adiamento dos óbitos para idades cada vez mais tardias ou ao aumento da longevidade.

Deste modo e sem que se verifique uma mudança na estrutura das causas de morte, a fase do adiamento das doenças degenerativas parece ser uma nova etapa na transição epidemiológica que traz consigo a manutenção de uma população cuja estrutura etária comporta um número cada vez mais crescente de seniores distribuídos por grupos etários de idades cada vez mais avançadas. E porque foi no feminino que se deu mais precocemente o adiamento da morte nas idades adultas e seniores, são as mulheres que apresentam uma esperança de vida mais elevada; contudo, uma vantagem que se tem vindo a reduzir, indicando que nos próximos anos serão sobretudo no masculino as maiores contribuições para o aumento da esperança de vida.

As limitações da teoria da transição epidemiológica definida por Omran levaram a que uns falassem numa quarta idade (Fernandes, 2007) e outros a substituíssem por uma teoria da transição sanitária (Meslé e Vallin, 2002). Seja como for, o crescente controlo das causas de morte por parte da humanidade traz consigo uma revolução de possibilidades cujo impacto é ainda desconhecido. Nesta medida, podemos desde já questionar-nos sobre as implicações da eliminação das causas de morte aqui identificadas no aumento da esperança de vida.

3.3. Impacto da eliminação de cada uma das principais causas de morte na esperança de vida por sexos

Com base no trabalho efectuado por Oliveira (2010) sobre tábuas de mortalidade com eliminação de causas de morte[51], procedemos a um exercício analítico sobre como pode ser afectada a esperança de vida no caso da eliminação de

51. Para obter a esperança de vida com a eliminação de uma causa de morte, são recalculadas as séries da tábua de mortalidade sem a proporção de óbitos decorrente da causa em questão. Para uma descrição metodológica mais detalhada, consultar Oliveira (2010) ou Preston, Heuveline e Guillot (2001).

cada uma das principais causas de morte. Além da esperança de vida no nascimento, foi dada especial relevância aos resultados publicados por Oliveira (2010) sobre a esperança de vida no 65.º e no 85.º aniversário, por sexos.

No caso dos homens, é com a eliminação das doenças do sistema circulatório logo seguida da eliminação dos tumores malignos que se têm os maiores ganhos em esperança de vida no nascimento, 3,83 e 3,37 anos respectivamente. Contudo, esta similaridade no impacto da eliminação destas causas de morte perde-se quando se passa às esperanças de vida nas idades seniores (Quadro 4.46).

De facto, no âmbito do impacto na esperança de vida aos 65 anos, com a eliminação das doenças do sistema circulatório os ganhos nos homens são claramente superiores aos referidos à eliminação das doenças do foro oncológico, 3,58 e 2,18 anos respectivamente. Uma superioridade que se acentua na passagem para a esperança de vida nos 85 anos, 3,07 para 0,05 anos, respectivamente.

Quadro 4.46 Esperança de vida no nascimento, aos 65 e aos 85 anos (em anos) com eliminação das principais causas de morte, homens, Portugal, 2005

	Homens					
Tábua de mortalidade	**e_0**	**Efeito na e_0**	**e_{65}**	**Efeito na e_{65}**	**e_{85}**	**Efeito na e_{85}**
Base	**74,88**	-	**16,06**	-	**4,83**	-
Eliminação dos óbitos por:						
Doenças infecciosas	75,37	0,49	16,17	0,11	4,88	0,05
Tumores malignos	78,25	3,37	18,24	2,18	5,61	0,78
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	75,28	0,4	16,42	0,36	5,01	0,18
Doenças do sistema circulatório	78,71	3,83	19,64	3,58	7,9	3,07
Doenças do sistema respiratório	75,96	1,08	17,11	1,05	5,84	1,01
Doenças do sistema digestivo	75,56	0,68	16,4	0,34	4,98	0,15
Causas externas	76,27	1,39	16,32	0,26	4,93	0,1
Causas mal definidas	76,25	1,37	16,91	0,85	5,56	0,73
Outras causas	75,74	0,86	16,55	0,49	5,21	0,38

Fonte: Adaptado a partir de Oliveira (2010).

Esta diferenciação está de acordo com o verificado atrás, na medida em que os homens nas idades mais avançadas morrem mais em consequência de doenças do sistema circulatório do que de neoplasias. Uma prevalência da primeira causa sobre a segunda que aumenta com a idade. No entanto, não será pois de negligenciar o impacto que parece ter nos homens a eliminação dos tumores malignos na duração média de vida antes dos 65 anos. A mesma hipótese se põe relativamente ao impacto que tem na esperança de vida masculina a eliminação das causas externas.

Nos homens, o terceiro maior impacto na esperança de vida no nascimento provém da eliminação das causas externas. Um impacto que perde expressividade absoluta e relativa quando referido às esperanças de vida nas idades seniores. Isto porque os ganhos de 1,39 anos ao nível da esperança de vida no nascimento surgem algo distantes dos valores em anos ganhos em esperança de vida nos 65 anos e nos 85 anos, 0,26 e 0,10 anos respectivamente (Quadro 4.46). Estes resultados remetem para a importância que estas causas de morte têm no masculino, sobretudo em idades mais jovens.

As doenças do sistema respiratório são aquelas cuja eliminação apresenta um impacto maior nas esperanças de vida seniores a seguir ao verificado com a eliminação das doenças do sistema circulatório e dos tumores malignos.

Com efeito, apesar de o seu impacto na esperança de vida no nascimento ficar aquém do apurado relativamente às causas externas e às causas mal definidas, na esperança de vida aos 65 anos e aos 85 anos, as doenças do sistema respiratório apresentam um impacto superior ao referente àquelas causas. Com valores similares, o seu efeito em anos ganhos nas esperanças de vida aos 65 anos (1,05) e aos 85 anos (1,01) aponta, no masculino, para a importância que estas doenças assumem na causalidade associada à morte nas idades dos 65 e mais anos. Aliás, não é por acaso que, nos homens, a eliminação das doenças do sistema respiratório apresentam o segundo maior impacto, a seguir às doenças do sistema circulatório, na esperança de vida nos 85 anos (Quadro 4.46).

Relativamente às causas de morte cuja eliminação está associada aos menores impactos também encontramos alguma diferenciação quando passamos do efeito que apresentam na esperança de vida no nascimento para o efeito que apresentam nas esperanças de vida nas idades seniores.

As doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (nas quais se integram a diabetes) e as doenças infecciosas são as causas de morte cuja eliminação apresenta nos homens os menores impactos na esperança de vida no nascimento, 0,40 e 0,49 anos respectivamente. No entanto, o impacto das primeiras reflecte-se de uma forma mais substancial nas esperanças de vida aos 65 e aos 85 anos do que o relativo às segundas. Uma diferenciação que se prende com o facto das doenças infecciosas assumirem maior expressividade na causalidade da morte que envolve as idades abaixo dos 65 anos, com especial relevância nos jovens adultos masculinos.

Nos homens, resta averiguar sobre o efeito da eliminação das causas referidas às doenças do sistema digestivo e às outras causas, ambas estas categorias com impactos na esperança de vida no nascimento superiores aos relativos às doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas e às doenças infecciosas. Contudo, o seu efeito nas esperanças de vida das idades seniores também se apresenta diferenciado em termos absolutos e relativos (Quadro 4.46).

Tanto a eliminação das doenças do sistema digestivo como das outras causas tem um impacto superior ao das doenças infeccionas nas esperanças vida nos 65 e nos 85 anos. Isto porque, em relação a esta última, ambas aquelas categorias têm um maior protagonismo na causalidade associada à morte nas idades dos 65 e mais anos. Todavia, a eliminação das doenças do sistema digestivo reflecte-se com um menor efeito em anos ganhos do que o das outras causas quer aos 65 anos (0,34 para 0,49) quer aos 85 anos (0,15 para 0,38).

Em síntese, nos homens, no âmbito da causalidade associada à morte nas idades seniores, a eliminação das doenças do sistema circulatório tem o impacto mais expressivo quer na esperança de vida nos 65 anos quer na esperança de vida nos 85 anos. Seguem-se as doenças do foro oncológico que, apesar de terem o segundo maior efeito ao nível da esperança de vida no nascimento e nos 65 anos, perdem esta vantagem, no âmbito da esperança de vida nos 85 anos, para as doenças do sistema respiratório. A eliminação destas últimas apresenta o segundo maior impacto na esperança de vida nos mais seniores.

No caso das mulheres, e tal como nos homens, são as doenças do sistema circulatório e do foro oncológico as causas cuja eliminação tem o maior efeito na esperança de vida no nascimento (Quadro 4.47). Contudo, a proximidade que os seus valores apresentavam no masculino não se verifica no feminino, porquanto o impacto que as doenças do sistema circulatório têm em anos ganhos na esperança de vida feminina é claramente maior do que o das neoplasias, 5,34 e 2,49 respectivamente. Situação que se repete com uma diferenciação mais ampla no âmbito das esperanças de vida nos 65 anos (5,33 para 1,46) e nos 85 anos (5 para 0,50).

Com efeito, no feminino, o impacto da eliminação das doenças do sistema circulatório é similar ao nível de todas as esperanças de vida aqui em análise. E ao nível de todas elas apresenta-se, de longe, como o mais expressivo (Quadro 4.47).

Se ignorarmos as causas mal definidas, cuja eliminação nas mulheres tem um efeito maior nas esperanças de vida nas idades seniores do que o verificado nos homens, são as doenças do sistema respiratório que apresentam o terceiro maior impacto na expectativa média de vida no feminino tanto no nascimento como nos 65 anos. E, tal como acontecia nos homens, na esperança de vida aos 85 anos o seu efeito é maior do que o referido à eliminação dos tumores malignos, apresentando, por isso, o segundo maior impacto em anos ganhos na esperança de vida dos mais seniores.

Quadro 4.47 Esperança de vida no nascimento, aos 65 e aos 85 anos (em anos) com eliminação das principais causas de morte, mulheres, Portugal, 2005

	Mulheres					
Tábua de mortalidade	**e_0**	**Efeito na e_0**	**e_{65}**	**Efeito na e_{65}**	**e_{85}**	**Impacto na e_{85}**
Base	**81,33**		**19,45**		**5,66**	
Eliminação dos óbitos por:						
Doenças infecciosas	81,57	0,24	19,56	0,11	5,71	0,05
Tumores malignos	83,82	2,49	20,91	1,46	6,16	0,50
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	81,88	0,55	19,94	0,49	5,92	0,26
Doenças do sistema circulatório	86,67	5,34	24,78	5,33	10,66	5,00
Doenças do sistema respiratório	82,22	0,89	20,29	0,84	6,48	0,82
Doenças do sistema digestivo	81,75	0,42	19,72	0,27	5,82	0,16
Causas externas	81,80	0,47	19,61	0,16	5,74	0,08
Causas mal definidas	82,57	1,24	20,52	1,07	6,76	1,10
Outras causas	82,27	0,94	20,01	0,56	6,05	0,39

Fonte: Adaptado a partir de Oliveira (2010).

De salientar que, apesar de a eliminação das doenças do sistema respiratório ter um efeito muito similar em todas as esperanças de vida em análise, esse efeito é claramente mais fraco do que o verificado no masculino.

Nas mulheres, as outras causas apresentam um maior efeito na esperança de vida no nascimento do que as doenças do sistema respiratório, algo que não acontecia nos homens. De qualquer modo, se ao nível das esperanças de vida das idades seniores perdem essa superioridade para as doenças do sistema respiratório, já na relação com as doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas conseguem mantê-la. Todavia, o impacto da eliminação destas últimas assume, no feminino, uma maior expressividade do que no masculino, em todas as esperanças de vida em análise (Quadro 4.47).

Relativamente às causas que menor efeito apresentam no caso de eliminação, se as doenças infecciosas e as causas externas perdem força na passagem para as esperanças de vida nos 65 e nos 85 anos, o mesmo não acontece com as doenças do sistema digestivo. Estas últimas, apesar de terem um impacto claramente menor na esperança de vida nos 85 anos, o seu efeito é bem mais expressivo nas esperanças de vida seniores do que o das doenças infecciosas e das causas externas. Aliás o comportamento destas últimas categorias assume alguma especificidade na diferente causalidade associada à morte por sexos.

De facto, a eliminação das doenças infecciosas e das causas externas, no masculino tem um impacto mais forte do que no feminino ao nível da esperança de vida no nascimento. Uma importância que remete para o peso que

estas causas assumem, sobretudo nos óbitos masculinos nas idades entre o final da adolescência e o início da idade adulta. De referir que nas esperanças de vida seniores o efeito da eliminação das doenças infecciosas é igual no feminino e no masculino, diluindo-se nas idades mais velhas a diferenciação sexual que ela implica nas idades mais jovens.

Quanto às doenças do sistema respiratório cuja eliminação tem um maior impacto nas esperanças de vida no masculino, surgem, no entanto, como o terceiro maior efeito em anos ganhos na esperança de vida nos 85 anos para ambos os sexos.

Se as doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas (onde se inclui a diabetes) se apresentam com uma prevalência mais feminina, as doenças do sistema digestivo apresentam-se com maiores impactos no masculino. No entanto, estas últimas acabam por ter uma importância ligeiramente maior no feminino ao nível da esperança de vida nos 85 anos.

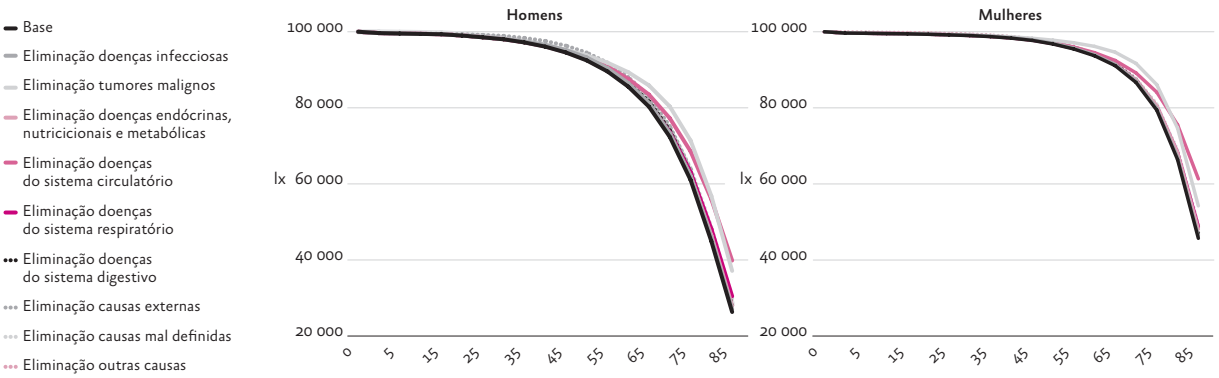
Em síntese, são as doenças do sistema circulatório aquelas que, tanto nos homens como nas mulheres têm, em caso de eliminação, um maior efeito na esperança de vida no nascimento, na esperança de vida nos 65 anos e na esperança de vida nos 85 anos. Contudo, esse efeito é claramente mais forte nas mulheres quer em termos absolutos quer em termos relativos. Caso esta categoria fosse erradicada da causalidade associada à morte das mulheres, a esperança de vida ao nascimento no feminino, em 2005, passava de 81,33 anos para 86,67 anos. Mais 5,34 anos ganhos em esperança de vida com uma distribuição similar na esperança de vida aos 65 e aos 85 anos.

Por outro lado, a distância que separa o efeito da eliminação das doenças do foro oncológico do das doenças do sistema circulatório nas esperanças de vida em análise é muito menor nos homens do que nas mulheres. Isto porque, no masculino, o impacto da eliminação das doenças do sistema circulatório aproxima-se mais do impacto da eliminação das neoplasias, sobretudo na esperança de vida no nascimento e nos 65 anos. Quer isto dizer que a erradicação destas doenças implicaria no masculino um aumento na esperança de vida no nascimento de 74,88 para 78,71 anos, no caso das doenças circulatórias, e de 74,88 para 78,25 anos, no caso dos tumores malignos. Ganhos em anos de esperança de vida que estão próximos dos 4 anos, mas que sofrem uma clara redução na passagem ao efeito nas esperanças de vida nas idades seniores.

No Gráfico 4.24, por um lado, percebe-se claramente a forma destacada como se apresentam, nas curvas de sobrevivência, os efeitos da eliminação das doenças do sistema circulatório e dos tumores malignos em relação aos efeitos referidos às restantes causas; por outro lado, também é claro o entrelaçar do efeito da eliminação das doenças do sistema circulatório e do efeito da eliminação das doenças do foro oncológico nas curvas de sobrevivência masculina

e feminina ao nível das idades mais seniores. Este cruzamento remete para a vantagem das doenças do sistema circulatório cuja eliminação se associa, em ambos os sexos, a um maior acréscimo de sobrevivência nas idades mais avançadas com particular acentuação nas mulheres.

Gráfico 4.24 Série dos sobreviventes ($_nl_x$), tábuas de mortalidade base e com eliminação de causas de morte, por sexo, Portugal, 2005



Fonte: Adaptado a partir de Oliveira (2010).

No entanto, também se percebe que o efeito de eliminação das neoplasias no sexo feminino se manifesta mais cedo e com mais intensidade, facto que remete para a maior dispersão da incidência dos tumores malignos pelas idades abaixo dos 65 anos. Ora essa dispersão resulta numa poupança de óbitos nas idades mais jovens. Logo, a eliminação dos tumores malignos surge articulada com uma descida mais precoce das taxas específicas de mortalidade do que a verificada por via da eliminação das doenças do sistema circulatório. Assim nos dá conta a evolução da curva de sobrevivência associada à sua eliminação em ambos os sexos.

De qualquer modo, a eliminação de ambas as categorias de causas de morte acima referidas resulta num processo de deslocamento das curvas de sobrevivência para idades mais avançadas, com maior acentuação por parte das doenças do sistema circulatório (Oliveira,2010).

Ora, sendo conhecido o recuo da mortalidade por via das doenças circulatórias, não será descabido projectar futuros aumentos da duração média de vida. Contudo, à medida que se vai equacionando o futuro da esperança de vida em crescimento, torna-se cada vez mais pertinente questionar sobre as consequências da transição epidemiológica ou sanitária na qualidade dos anos de vida ganhos.

Sejam quais forem as possibilidades de a esperança de vida continuar a aumentar, certo já é que o seu actual patamar traz consigo um inquestionável

envelhecimento demográfico. Assim, a questão que se põe é de saber se, em idade igual, para homens e para mulheres, a saúde se mantém a mesma, se melhora ou se deteriora.

4. Estado de saúde dos seniores

Com uma esperança de vida em crescimento estreitamente articulada com o adiamento da morte para idades cada vez mais tardias, o envelhecimento associa-se à aspiração de uma sobrevivência saudável. À medida que se vão alcançando vitórias na luta contra a morte e, por aí, somando acréscimos de longevidade, torna-se pois cada vez mais importante perceber o que está por detrás das diferentes capacidades de sobrevivência dos indivíduos e das populações.

Se é sabido que as condições em tenra idade são determinantes na longevidade dos indivíduos (Doblhammer, 2003), sabe-se igualmente que as condições de vida e a adopção de hábitos de vida saudável, mesmo em idades avançadas, tem um efeito positivo no adiamento da mortalidade (Vaupel, Carey e Christensen (2009).

Diversos estudos têm-se dedicado à avaliação de factores potencialmente determinantes de uma diferencial morbilidade ou mortalidade. Neste âmbito, além dos factores demográficos, sociais, económicos e culturais, são considerados também os ambientais, os genéticos e ainda o cruzamento de cada um deles com diferentes estilos de vida, com a exposição a riscos específicos, com o acesso diferenciado aos cuidados de saúde, etc. Estão pois aqui envolvidas algumas das principais variáveis cuja relação de causalidade com a qualidade do processo de envelhecimento tem sido equacionada (Fernandes, 2007).

Paralela e necessariamente são produzidos indicadores que visam a medição do estado de saúde nas idades seniores e, por aí, a definição de perfis de sobrevivência com saúde. É neste âmbito que se enquadra, desde 2004, a produção, por parte do Eurostat, de estatísticas sobre os anos de vida saudável.

Este indicador tem por base as estatísticas demográficas sobre a mortalidade e três questões do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento[52] (ICOR). Estas questões relacionam-se com a autopercepção do estado de saúde, a morbilidade crónica e as limitações nas actividades habituais dos indivíduos nos agregados domésticos privados.

Apesar de a amostra ser representativa da realidade portuguesa, conclusões e comparações internacionais devem ser cautelosas por três razões. Primeiramente por causa da metodologia de implementação da variável nos inquéritos nacionais (situação que ocorre até 2008). Em segundo lugar, por a população inquirida não contemplar a população institucionalizada. Por

52. Versão portuguesa do European Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC), aplicado em Portugal pelo INE desde 2004.

último, por serem questões sobre a autopercepção do estado de saúde, podendo variar de acordo com as características individuais ou culturais[53].

[53] Uma problematização pormenorizada sobre a avaliação subjectiva de saúde pode ser consultada em Fernandes (2007).

Em traços gerais, os homens portugueses que completem o 65.º aniversário podem esperar viver mais 18,1 anos, ocupando assim o 9.º lugar, atrás da França, de significativa parte dos países do Sul europeu, do Reino Unido, da Suécia, da Alemanha, dos Países Baixos e da Áustria (Quadro 4.48). Desses 18,1 anos, 7,9 poderão vir a ser anos de vida saudável, o que posiciona os homens portugueses no 19.º lugar do *ranking* europeu.

A perspectiva para o sexo feminino é menos animadora. Apesar de aos 65 anos as portuguesas poderem esperar ainda viver 21,8 anos, desses, apenas se espera viver em boa saúde 6,4 anos, um valor francamente inferior ao dos 27 países da União Europeia (8,6 anos). Efectivamente, os homens vivem menos do que as mulheres, mas em melhor saúde (Oksuzyan, 2008), facto particularmente verdadeiro no caso português.

Quadro 4.48 Esperança de vida aos 65 anos e anos de vida saudável aos 65 anos (em anos), por sexo, países europeus, 2011

	Homens		Mulheres	
	e_{65}	Anos vida saudável aos 65 anos	e_{65}	Anos vida saudável aos 65 anos
EU27	17,8	8,6	21,3	8,6
Alemanha	18,2	6,7	21,2	7,3
Áustria	18,1	8,3	21,7	8,3
Bélgica	17,8	9,7	21,5	10,2
Bulgária	14,0	8,6	17,3	9,7
Chipre	18,2	8,2	20,3	5,8
Dinamarca	17,3	12,4	20,1	13
Espanha	18,7	9,7	22,8	9,2
Estónia	14,7	5,6	20	5,7
Finlândia	17,7	8,4	21,7	8,6
França	19,3	9,7	23,8	9,9
Grécia	18,5	9,1	20,6	7,8
Hungria	14,3	6,0	18,3	6,0
Irlanda	17,9	11,0	20,7	11,1
Itália	18,8	8,1	22,63	7,0
Letónia	13,4	4,8	18,7	5,0
Lituânia	14,0	6,1	19,2	6,7
Luxemburgo	17,8	11,5	21,6	11,8
Malta	17,6	11,8	20,9	11,0
Países Baixos	18,1	10,4	21,2	9,9
Polónia	15,4	7,6	19,9	8,3

	Homens		Mulheres	
	e_{65}	Anos vida saudável aos 65 anos	e_{65}	Anos vida saudável aos 65 anos
Portugal	18,1	7,9	21,8	6,4
Reino Unido	18,6	11,1	21,2	11,9
Rep. Checa	15,6	8,4	19,2	8,7
Rep. da Eslovénia	16,9	6,2	21,1	6,9
Rep. Eslovaca	14,5	3,5	18,4	2,9
Roménia	14,3	5,3	17,5	4,7
Suécia	18,5	13,9	21,3	15,2

Fonte: Eurostat, Anos de Vida Saudável (Portugal, 2004-2011).

Entre 2004 e 2011, em Portugal, verifica-se que a esperança de vida aos 65 anos subiu mais para o sexo feminino (2,1 anos) do que para o sexo masculino (1,8 anos). Já a perspectiva de vida saudável, também aos 65 anos, subiu 2,8 anos para o sexo masculino e 2,6 anos para o sexo feminino. Deste modo, a percentagem de anos de vida saudável aos 65 anos aumenta no sexo masculino e diminui no sexo feminino, indicando que em Portugal nem sempre o deslocamento/adiamento da mortalidade corresponde ao deslocamento/adiamento da morbilidade e que entre sexos podem mesmo coexistir tendências opostas.

Quadro 4.49 Perspectiva de vida saudável aos 65 anos (em anos), por sexo, Portugal, 2004-2011

Homens	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
Anos de vida saudável aos 65 anos	5,1	6,5	7,0	6,8	6,7	6,8	7,1	7,9
Anos de vida saudável aos 65 anos (%)	31,4	40,2	42,3	40,8	39,4	39,5	41,3	43,4
Esperança de vida aos 65 anos	16,3	16,1	16,6	16,8	16,9	17,1	17,1	18,1
Mulheres	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
Anos de vida saudável aos 65 anos	3,8	5,2	6,0	5,4	5,5	5,5	5,7	6,4
Anos de vida saudável aos 65 anos (%)	29,3	27,8	26,9	27,3	26,7	29,6	26,7	19,3
Esperança de vida aos 65 anos	19,7	19,4	20,2	20,2	20,3	20,5	20,6	21,8

Fonte: Eurostat, Anos de Vida Saudável (Portugal, 2004-2011).

No sentido de melhor percepcionar o estado de saúde dos seniores em Portugal, torna-se pertinente observar a população em três idades distintas: aos 50 anos, ainda durante a idade activa, aos 65 anos, momento em que formalmente cessa a idade activa e, por fim, aos 85 anos, uma idade atingida por cada vez mais indivíduos e sobre a qual se torna cada vez mais relevante debruçarmo-nos.

Apresentam-se dados desagregados por idade e sexo o que permite confirmar que a percepção do estado de saúde piora com o avançar da idade e que as mulheres têm uma percepção mais negativa do seu estado de saúde do que os homens. De acordo com estudos anteriores sobre a realidade portuguesa, sabe-se ainda que o nível de escolaridade e o estatuto socioeconómico desempenham um papel importante: quanto mais baixa a escolaridade e o estatuto socioeconómico, pior é a avaliação que os indivíduos fazem do seu estado de saúde (Fernandes, 2007; Cabral, 2013).

Assim, entre 2004 e 2010, verificou-se uma melhoria no estado de saúde dos portugueses do sexo masculino com 50 anos de 30,32 % (Quadro 4.50). Em 2010, mais de metade dos adultos do sexo masculino considera ter um bom estado de saúde. No sexo feminino, apesar de as melhorias serem superiores às dos homens (com um crescimento de 50,83 %), menos de metade da população, 40,96 %, considera ter um bom estado de saúde.

Se atentarmos nos indivíduos que caracterizam como mau o seu estado de saúde, a diferença entre sexos aumenta. Enquanto apenas 10,56 % dos homens se posicionam nesta categoria, nas mulheres o valor é quase o dobro, 20,66 %. Há também mais mulheres a reportarem problemas de saúde (39,80 % em 2010) do que homens (28,10 % no mesmo ano) e apesar de diminuir em ambos os sexos a percepção de sofrer de algum problema de saúde ou doença crónica, essa descida tem sido discreta, sobretudo no sexo feminino.

No que respeita às limitações na realização de actividades habituais, em 2010, 79,30 % dos homens e 65,70 % das mulheres afirmam não ter sofrido limitações. De realçar que entre 2004 e 2010 a proporção de indivíduos que reportaram ter sentido limitações severas decresceu muito expressivamente (-57,89 % nos homens e -40,69 % nas mulheres).

Quadro 4.50 Estado de saúde aos 50 anos (%), Portugal, 2004-2010

Homens (50 anos)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Var. (%)
Estado de saúde bom	41,52	44,39	41,15	43,15	47,06	44,50	54,11	30,32
Estado de saúde razoável	43,19	40,42	44,18	40,16	37,68	44,92	35,33	-18,19
Estado de saúde mau	15,29	15,19	14,67	16,69	15,26	10,58	10,56	-30,94
Sem problemas de saúde	70,30	70,40	70,00	68,60	67,30	75,20	71,80	2,13
Com problemas de saúde	29,60	29,50	29,90	31,30	32,60	24,70	28,10	-5,07
Sem limitações	68,20	76,90	74,30	71,10	74,30	77,70	79,30	16,28
Limitações não severas	22,10	15,30	15,80	18,00	18,50	16,60	16,60	-24,89
Severas limitações	9,50	7,70	9,70	10,80	7,00	5,60	4,00	-57,89

Mulheres (50 anos)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Var. (%)
Estado de saúde bom	27,16	28,77	28,89	31,81	31,24	34,66	40,96	50,83
Estado de saúde razoável	45,34	43,52	48,92	47,07	46,24	43,00	38,38	-15,35
Estado de saúde mau	27,51	27,71	22,18	21,13	22,53	22,34	20,66	-24,88
Sem problemas de saúde	59,30	59,40	60,80	56,40	58,30	58,00	60,10	1,35
Com problemas de saúde	40,60	40,50	39,10	43,50	41,60	41,90	39,80	-1,97
Sem limitações	57,80	62,10	62,90	63,30	62,80	63,60	65,70	13,67
Limitações não severas	27,50	23,60	29,60	24,90	25,20	24,20	25,60	-6,91
Severas limitações	14,50	14,20	7,30	11,70	11,80	12,00	8,60	-40,69

Fonte: European Health & Life Expectancy (EHLEIS), Dados da saúde (Portugal, 2004-2010).

Dos 50 para os 65 anos, reduz-se drasticamente a percentagem de indivíduos que consideram ter um bom estado de saúde. Apesar de a redução ocorrer em ambos os sexos, é mais acentuada no sexo feminino. Assim, em 2010, apenas 20,49 % dos homens e 11,75% das mulheres consideram estar num bom estado de saúde (Quadro 4.51).

Em ambos os sexos, um estado de saúde razoável é a categoria onde se inserem a maior parte dos indivíduos (49,38 % dos homens e 44,22 % das mulheres), mas existem já 44,03 % de mulheres a avaliarem o seu estado de saúde como mau. Em sintonia com estes resultados, 53,10 % dos homens e 67 % das mulheres têm pelo menos um problema de saúde.

Não obstante, 56,40 % dos homens declaram não ter sentido limitações, enquanto 46,40 % das mulheres referem ter sentido limitações ligeiras. Ao longo do período, é mesmo relativamente às limitações nas actividades habituais que se verificam melhorias mais expressivas.

Quadro 4.51 Estado de saúde aos 65 anos (%), Portugal, 2004-2010

Homens (65 anos)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Var. (%)
Estado de saúde bom	15,09	20,38	18,36	17,03	17,38	20,47	20,49	35,81
Estado de saúde razoável	45,11	50,56	46,60	51,33	51,90	51,38	49,38	9,48
Estado de saúde mau	39,81	29,06	35,04	31,63	30,72	28,15	30,13	-24,32
Sem problemas de saúde	47,70	54,50	47,60	44,70	43,90	48,80	46,80	-1,89
Com problemas de saúde	52,20	45,40	52,30	55,20	56,00	51,10	53,10	1,72
Sem limitações	40,30	58,10	52,20	50,30	52,90	56,70	56,40	39,95
Limitações não severas	34,90	22,80	28,00	28,20	27,20	27,00	27,90	-20,06
Severas limitações	24,70	18,90	19,60	21,40	19,70	16,20	15,60	-36,84

Mulheres (65 anos)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Var. (%)
Estado de saúde bom	7,83	6,72	6,35	8,87	11,71	12,46	11,75	50,12
Estado de saúde razoável	39,68	44,95	46,81	49,33	45,70	46,68	44,22	11,43
Estado de saúde mau	52,49	48,33	46,83	41,79	42,59	40,86	44,03	-16,12
Sem problemas de saúde	37,20	37,80	37,10	33,10	40,00	39,60	32,90	-11,56
Com problemas de saúde	62,70	62,10	62,80	66,80	59,90	60,30	67,00	6,86
Sem limitações	27,30	37,40	39,90	38,40	41,40	38,20	39,40	44,32
Limitações não severas	45,00	35,60	36,10	36,10	37,70	45,40	46,40	3,11
Severas limitações	27,50	26,80	23,90	25,30	20,70	16,30	14,00	-49,09

Fonte: European Health & Life Expectancy (EHLEIS), Dados da saúde (Portugal, 2004-2010).

Aos 85 anos, verifica-se nova quebra na população que considera o seu estado de saúde bom, 55,69 % dos homens e 69,07 % das mulheres consideram o seu estado de saúde como sendo mau (Quadro 4.52). Além disso, em 2004 a diferença entre sexos nesta categoria era pouco expressiva, mas ao longo do tempo os homens passam a avaliar mais positivamente a sua saúde, enquanto as mulheres passam a ter uma percepção da sua saúde ainda mais negativa.

Naturalmente que, aos 85 anos, a maior parte da população sofre de problemas de saúde, apesar de ser ainda relevante a percentagem de indivíduos sem problemas de saúde (30 % dos homens e 24,10 % das mulheres). Menos positivo é o facto de esta frequência ter um crescimento negativo entre 2004 e 2010 e apresentar oscilações ao longo do período (mais marcantes no sexo masculino).

No que concerne às limitações, aos 85 anos os homens continuam a percepcionar sofrer menos limitações do que as mulheres nas actividades habituais. Enquanto a categoria mais frequente no sexo masculino é a das «limitações não severas», no sexo feminino são as «severas limitações».

Quadro 4.52 Estado de saúde aos 85 anos (%), Portugal, 2004-2010

Homens (85 anos)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Var. (%)
Estado de saúde bom	5,65	4,74	5,80	10,84	3,48	5,56	8,13	43,84
Estado de saúde razoável	33,14	33,42	29,53	39,67	26,51	33,40	36,18	9,19
Estado de saúde mau	61,21	61,84	64,67	49,50	70,01	61,05	55,69	-9,02
Sem problemas de saúde	34,90	40,50	25,60	31,50	25,80	30,10	30,00	-14,04
Com problemas de saúde	65,00	59,40	74,30	68,40	74,10	69,80	69,90	7,54
Sem limitações	27,40	23,80	24,30	28,30	16,10	17,70	25,10	-8,39
Limitações não severas	26,80	25,40	33,80	29,20	28,30	28,80	42,70	59,33
Severas limitações	45,70	50,70	41,80	42,30	55,40	53,40	32,00	-29,98

Mulheres (85 anos)	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Var. (%)
Estado de saúde bom	12,31	3,32	2,68	4,24	4,15	4,67	4,36	-64,58
Estado de saúde razoável	26,28	27,92	25,64	29,20	37,68	24,96	26,57	1,10
Estado de saúde mau	61,41	68,76	71,67	66,56	58,17	70,37	69,07	12,47
Sem problemas de saúde	32,70	27,40	25,60	26,10	31,30	29,20	24,10	-26,30
Com problemas de saúde	67,20	72,50	74,30	73,80	68,60	70,70	75,80	12,80
Sem limitações	20,10	19,40	16,80	20,40	15,10	17,90	13,80	-31,34
Limitações não severas	32,70	25,00	27,90	18,90	32,60	27,20	38,00	16,21
Severas limitações	47,00	55,40	55,20	60,60	52,20	54,70	48,00	2,13

Fonte: European Health & Life Expectancy (EHLEIS), Dados da saúde (Portugal, 2004-2010).

Entre 2004 e 2010, em Portugal, aumenta a frequência de indivíduos que consideram o seu estado de saúde bom, com excepção das mulheres com 85 anos. Reduz-se a frequência de indivíduos com 65 e 85 anos que reportam sofrer de problemas de saúde e aumenta muito ligeiramente no grupo dos 50 anos. Aumenta a frequência da população com 50 anos e, mais expressivamente, com 65 anos que não sofre limitações nas actividades habituais.

Relativamente aos 85 anos, existem mais indivíduos a sofrer de limitações em 2010 do que havia em 2004, mas com uma diferença entre sexos. Enquanto a frequência de homens sem limitações diminui e as limitações que os atingem são sobretudo não severas. Já as mulheres com 85 anos, em 2010, sofrem mais de limitações severas e principalmente mais de limitações não severas do que sofriam em 2004.

Em síntese, com base nos dados sobre o estado de saúde da população portuguesa com mais de 50 anos, salientam-se algumas questões fundamentais. A percepção que os indivíduos têm do seu estado de saúde deteriora-se com o avançar da idade. Não obstante, uma significativa parte da população desfruta de um processo de envelhecimento sem problemas de saúde ou graves limitações. Ainda, apesar de a diferença entre sexos na esperança de vida no nascimento e aos 65 anos favorecer as mulheres, estas são penalizadas com uma autopercepção do estado de saúde mais frágil. Tal facto conduz, por sua vez, a que, nas idades mais avançadas, as mulheres reportem sofrer mais de «severas limitações» nas actividades habituais do que os homens.

Partindo do princípio que o facto de os indivíduos atingirem as idades avançadas num melhor estado de saúde contribui para o adiamento da senescência e, por conseguinte, da morte (Vaupel, 2010), não deixa de ser um paradoxo, no feminino e em idades mais avançadas, a coexistência dos maiores contributos para o aumento da esperança de vida com uma sobrevivência menos saudável.

A associação entre os menores recursos escolares e uma autopercepção da saúde mais negativa (Fernandes, 2007) poderá explicar, em parte, este resultado na medida em que, tal como se verificou no final do capítulo I, as mulheres de 75 e mais anos são o grupo que mais fracos recursos escolares detêm na população portuguesa.

De qualquer modo, a verificação das características desta autopercepcionada morbilidade diferencial entre os sexos remete, sobretudo, para a necessidade de repensar a construção de novos indicadores. Isto na medida em que se torna necessário aferir o estado de saúde dos seniores tendo em conta a interferência dos potenciais factores que estruturam a experiência que, no masculino e no feminino, se tem da saúde, da doença e, por aí, dos cuidados de saúde e dos cuidados médicos (Joaquim, 2006).

5. Novas perspectivas sobre duração de vida e envelhecimento

Os extraordinários progressos no aumento da esperança de vida que se verificaram ao longo do século XX e cujo ritmo se intensificou em Portugal nas últimas décadas questionam a adequação dos tradicionais grupos funcionais e os indicadores baseados no número de aniversários completos (Fernandes, 2001).

Contudo, esta não é uma questão recente. Ainda na primeira metade do século XX, mais precisamente em 1944, Hersh introduzia o conceito «potenciais anos de vida» e, em 1948, Mentha fala em «potenciais anos de vida perdidos» (Panush e Peritz, 1996: 27-28). Mais tarde, em 1975, Ryder considera os anos de vida remanescente no estudo de populações estacionárias[54]. Em *Notes on stationary populations*, a entrada na senioridade é então posicionada nos 10 anos de esperança de vida (Ryder, 1975).

As evidências demonstram que a esperança de vida não está nem a desacelerar nem a aproximar-se de um tecto (Oeppen e Vaupel, 2002). O ritmo do envelhecimento da população irá mesmo aumentar nas próximas décadas, desacelerando na maior parte das regiões do globo apenas na segunda metade do século XXI (Lutz, Sanderson e Scherbov, 2008).

As análises comparativas de séries temporais que fazem uso apenas da idade cronológica assumem que duas pessoas de coortes distintas, com a mesma idade, se encontram na mesma fase dos seus ciclos de vida, o que não corresponde à realidade pois ao longo do tempo a esperança de vida aumenta. Daí que autores proponham a consideração de duas perspectivas complementares: os anos vividos desde o nascimento e os anos de vida remanescente (Sanderson e Scherbov, 2005, 2007, 2008).

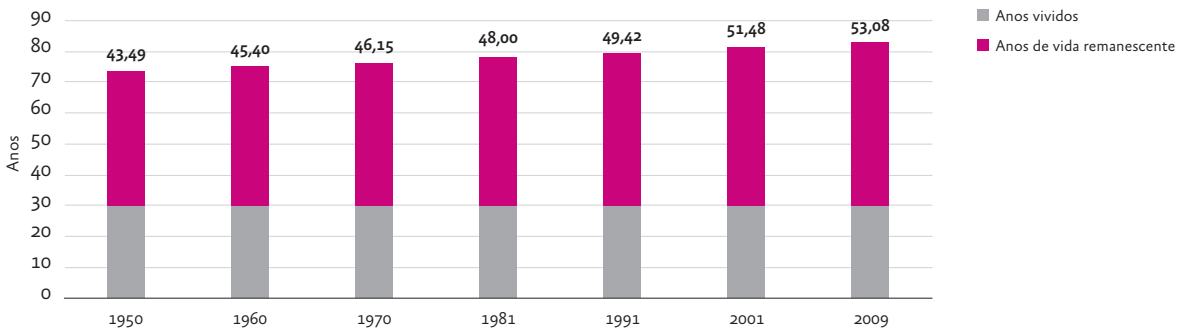
Exemplificando, uma portuguesa que, em 1950, completasse o trigésimo aniversário poderia esperar viver mais 43,49 anos[55]. Em 2009, uma mulher que

54. Conceito teórico de uma população estável em que o número de nascimentos iguala o número de óbitos o que corresponde a taxa de crescimento nulo (Pressat, 1979).

55. Tendo em conta que esta metodologia é aplicável a tábuas completas de mortalidade, esta análise é efectuada apenas a nível nacional e tem como fonte de dados as tábuas de mortalidade da HMD (1950 -2009).

completasse o trigésimo aniversário poderia esperar viver mais 53,08 anos, ou seja, mais 9,59 anos. Em 1950, uma portuguesa que tivesse 43,49 anos de vida remanescente tinha vivido 30 anos. Em 2009, uma vida remanescente de 43,37 corresponde a 40 anos de vida decorridos (Gráfico 4.25).

Gráfico 4.25 Anos vividos e anos de vida remanescente, Portugal, mulheres, 1950-2009



Fonte: Tábuas completas de mortalidade (transversais), Human Mortality Database (Portugal, 1950-2009).

Com base nesta informação, é possível determinar a idade prospectiva através da correspondência das esperanças de vida em diferentes anos. A idade prospectiva é uma idade estandardizada de acordo com uma tábua completa de mortalidade (transversal) de um ano, o ano de referência, no sentido de tornar as idades em diferentes momentos comparáveis[56] (Sanderson e Scherbov, 2008).

Nesta perspectiva renovada do envelhecimento da população distinguem-se assim duas idades: a idade cronológica, que reporta os anos vividos desde o nascimento, e a idade prospectiva, que permite comparar o envelhecimento em populações com esperanças de vida distintas. Esta última revela-se mais precisa quando os dados em questão provêm de tábuas transversais (Sanderson e Scherbov, 2007).

Confrontando a idade mediana da população portuguesa de 1950 a 2009 com a idade mediana prospectiva, usando novamente 2009 como ano de referência, observa-se que ao invés de um aumento de 15,50 anos para sexos reunidos, temos um de 4,56 anos (Quadro 4.53). Verifica-se ainda que, apesar de a idade mediana subir de forma quase linear, a idade mediana prospectiva desceu, de 1950 para 1960, para ambos os sexos e, de 1970 para 1981, para o sexo feminino.

56. Em virtude do método subjacente, inicialmente os autores denominaram esta idade de «idade estandardizada» (Sanderson e Scherbov, 2005: 811).

Quadro 4.53 Idade mediana prospectiva (IMP) e idade mediana (IM) (em anos), por sexos, Portugal 1950-2009

Ano	IMP (total)	IMP (homens)	IMP (mulheres)	IM (total)	IM (homens)	IM (mulheres)
1950	35,86	34,19	37,52	25,92	24,50	27,35
1960	35,28	33,64	37,02	27,80	26,50	29,10
1970	36,39	34,44	38,18	29,50	27,64	31,08
1981	36,11	34,49	37,74	30,75	28,93	32,55
1991	38,33	36,83	39,82	34,43	32,73	36,09
2001	39,69	38,31	41,07	37,94	36,38	39,46
2009	40,42	38,80	42,03	40,42	38,80	42,03

Fonte: Cálculos próprios sobre as tábuas completas de mortalidade (transversais), Human Mortality Database (Portugal, 1950-2009).

No que respeita ao momento de passagem à senioridade e na sequência da abordagem de Ryder (1975), Lutz, Sanderson e Scherbov (2008), sugere-se que as medidas do envelhecimento se concentrem nos indivíduos com 15 anos ou menos de vida remanescente. Assim, dois dos indicadores tradicionalmente utilizados no estudo do envelhecimento da população – proporção de seniores e índice de dependência de seniores – são complementados com versões correspondentes nas quais, em vez da população com 65 e mais anos, se utiliza a população com 15 anos e menos de vida remanescente.

Em Portugal, em 1950, o patamar dos 15 anos e menos de vida remanescente situava-se nos 62,85 anos para sexos reunidos (60,60 para o sexo masculino e 64,26 anos para o sexo feminino). Até 1970 os progressos são ténues, intensificando-se desde então o ritmo da escalada da idade em que os indivíduos têm 15 anos de vida remanescente fruto do processo de transformação radical das idades na morte inerente à transição epidemiológica (Meslé e Vallin, 2002).

Em 2009, os portugueses poderiam ainda esperar viver 15 anos aos 67,73 anos vividos e as portuguesas aos 71,41 anos (Quadro 4.54). A diferença entre sexos é, em 2009, de 3,68 anos, um valor muito aproximado ao de 1950, 3,65 anos. Contudo, ao longo do intervalo 1950-2009 a diferença entre sexos aumenta, atingindo o máximo de 4,40 anos em 1991.

Quadro 4.54 Idade na qual os indivíduos têm 15 anos de vida remanescente (em anos), por sexos, Portugal, 1950-2009

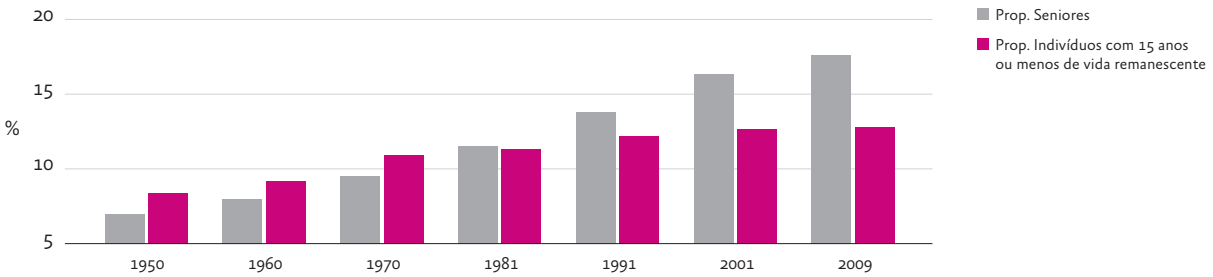
	Total	Homens	Mulheres	Diferença
1950	62,85	60,60	64,26	3,65
1960	63,19	60,97	64,55	3,58
1970	63,46	60,99	64,94	3,95
1981	65,30	62,59	66,86	4,26
1991	66,57	63,79	68,20	4,40
2001	68,51	65,90	70,05	4,15
2009	70,01	67,73	71,41	3,68

Fonte: Cálculos próprios sobre as tábuas completas de mortalidade (transversais), Human Mortality Database (1950-2009).

Sobrepondo a proporção de seniores com a proporção de indivíduos com 15 anos ou menos de vida remanescente (sexos reunidos), verifica-se que enquanto a proporção de seniores aumenta de 6,97 %, em 1950, para 17,64 %, em 2009; a proporção de indivíduos com 15 anos ou menos de vida remanescente aumenta apenas de 8,38 % para 12,79 % (Gráfico 4.26). A articulação destes dois indicadores acrescenta ainda que o patamar dos 65 anos era uma idade demasiado avançada para definir a senioridade até 1981, passando em 1991 a ser insuficiente por demarcar a entrada no último ciclo de vida demasiado cedo de acordo com os anos de vida remanescente.

Quer isto dizer que apesar de ter aumentado significativamente a proporção de indivíduos com 65 anos e mais anos, o aumento da proporção de pessoas com 15 ou menos anos de vida remanescente, além de ser bastante mais moderado, é um indicador que reflete com maior precisão o peso da população sénior na população total.

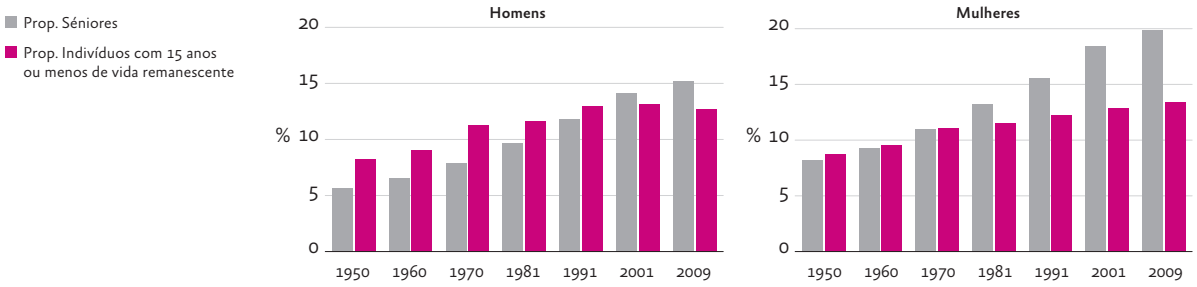
Gráfico 4.26 Proporção de seniores e proporção de indivíduos com 15 anos ou menos de vida remanescente (%), sexos reunidos, Portugal, 1950-2009



Fonte: Cálculos próprios sobre as tábuas completas de mortalidade (transversais), Human Mortality Database (Portugal, 1950-2009).

A análise por sexos acrescenta que este momento de 1981, para os sexos reunidos, não é mais do que um ponto intermédio entre os momentos em que as linhas dos dois indicadores se cruzam por sexos, muito mais cedo no sexo feminino, durante a década de 1970, e só ao longo da década de 1990, no sexo masculino (Gráfico 4.27). Salienta-se ainda que se até à década de 1970 estes indicadores para o sexo feminino andam quase a par; a separação ocorre quando a subida da esperança de vida feminina ganha um novo fôlego. Nos homens destaca-se a quase estagnação da proporção de indivíduos com 15 anos ou menos de vida remanescente a partir de 1991 nos 13 %.

Gráfico 4.27 Proporção de seniores e proporção de indivíduos com 15 anos ou menos de vida remanescente (%), por sexo, Portugal, 1950-2009



Fonte: Cálculos próprios sobre as tábuas completas de mortalidade (transversais), Human Mortality Database (Portugal, 1950-2009).

A comparação dos dois indicadores realça que apesar de ser bastante funcional convencionar-se o cálculo dos indicadores do envelhecimento num ponto estático da idade cronológica, a informação que daí se retira fica aquém do desejável. Isto porque não tem em linha de conta o que a esperança de vida evolui ao longo do tempo bem como os anos de vida remanescente.

Relacionando, por um lado, os indivíduos com 65 e mais anos sobre a população dos 15 aos 64 anos e, por outro lado, os indivíduos com 15 anos ou menos de vida remanescente sobre a população dos 15[57] à idade em que os indivíduos podem esperar ainda viver 15 anos, obtemos a relação entre a população sénior e a população em idade activa expressa em percentagem (Gráfico 4.28). Os resultados alertam para a necessidade de reorganizar os tradicionais ciclos de vida, principalmente o ciclo do trabalho, em torno da actual estrutura demográfica da população portuguesa.

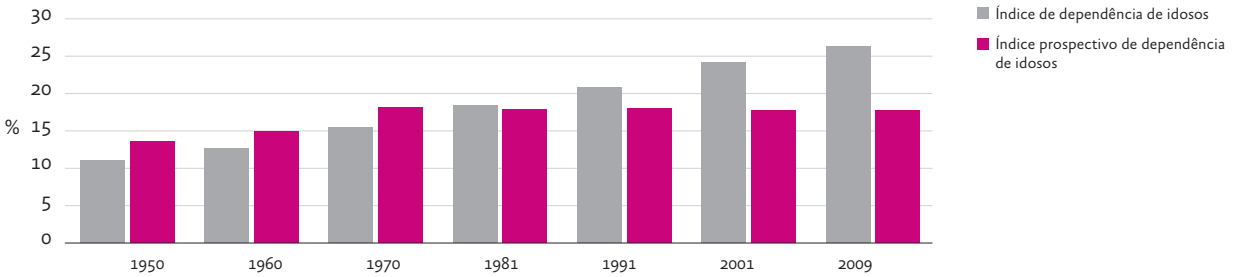
A idade da reforma em Portugal situa-se, à data, nos 65 anos e, apesar de ser considerada como população potencialmente activa a população com mais de 15 anos, há poucos activos entre os 15 e os 19 anos e nesses ainda se regista uma elevada taxa de desemprego (Pappámikail e Rowland, 2012). Quer isto dizer que no denominador são considerados indivíduos que, pelo menos

57. Sanderson e Scherbov (2008) utilizam como população em idade activa a população entre os 20 e os 64 anos. Neste exemplo, usámos a população dos 15 aos 64 anos pois considera-se que iniciando a análise em 1950 faz mais jus à realidade portuguesa.

nas últimas décadas, não são activos e que no numerador são considerados indivíduos que, apesar de se encontrarem na idade da reforma, estão ainda longe da senioridade.

O índice de dependência de seniores situa-se, em 2009, nos 26,29 % (Gráfico 4.28), mais 15,28 pontos percentuais do que em 1950. Contudo, se assumirmos que um indivíduo entra na senioridade quando tem 15 anos de vida remanescente, este valor desce para os 17,18 %.

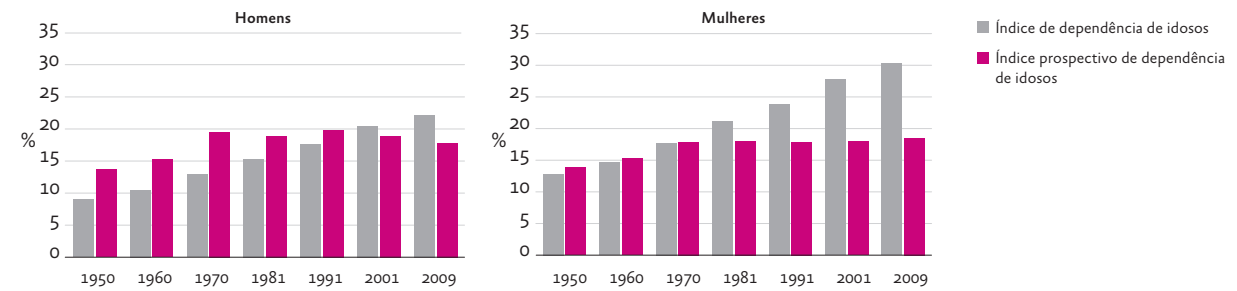
Gráfico 4.28 Índice de dependência de seniores e índice prospectivo de dependência de seniores (%), sexos reunidos, Portugal, 1950-2009



Fonte: Cálculos próprios sobre as tábuas completas de mortalidade (transversais), Human Mortality Database (1950-2009).

Por sexos, saliente-se que contrariamente à tendência de crescimento do índice de dependência de seniores convencional, o índice prospectivo ilustra que a dependência de seniores se mantém relativamente estável desde 1970 (Gráfico 4.29). Adicionalmente e comparando o perfil dos indicadores com os apresentados por Sanderson e Scherbov para as grandes regiões mundiais, verifica-se que enquanto o padrão do sexo feminino está muito próximo do dos países mais desenvolvidos, o do sexo masculino tem uma configuração semelhante à encontrada nos países "menos desenvolvidos" (Sanderson e Scherbov, 2008: 11).

Gráfico 4.29 Índice de dependência de seniores e índice prospectivo de dependência de seniores (%), por sexo, Portugal, 1950-2009



Fonte: Cálculos próprios sobre as tábuas completas de mortalidade (transversais), Human Mortality Database (1950-2009).

Em suma, as alterações que a estrutura da população portuguesa conheceu entre 1950 e 2011 impõem novos desafios sociais, políticos e económicos. Na análise retrospectiva o recurso a novos indicadores sobre a duração de vida proporciona uma perspectiva complementar à das medidas tradicionalmente utilizadas, animando assim o debate em torno do envelhecimento demográfico. Um debate que deverá impor-se a perspectivas analíticas que se mantêm de acordo com a estagnação de certos pressupostos organizativos da sociedade (Rosa, 2012) e cuja mudança importa desde já equacionar.

Bibliografia

Arriaga, E. E. (1984). Measuring and explaining the change in life expectancies. *Demography,* 21 (1), 83-96.

Bandeira, M. L. (1996). *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Bandeira, M. L. (2004). *Demografia: objecto, teorias e métodos*. Lisboa: Escolar Editora.

Bandeira, M. L. (2009). A sobremortalidade de 1918 em Portugal: análise demográfica. In Sobral et al (orgs.). *A pandemia Esquecida: Olhares comparados sobre a pneumónica 1918-1919* (131-154).

Cabral, M. V., Ferreira, P. M., Silva, P. A., Jerónimo, P., Marques, T.(2013). *Processos de Envelhecimento em Portugal. Usos do tempo, redes sociais e condições de vida*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Canudas-Romo, V., *et al.* (2008). Mortality changes in the Iberian Peninsula in the last decades of the twentieth century. *Population-E*, 63 (2), 319-344.

Caselli, G. e Vallin, J. (2002). Les variations géographiques de la mortalité. In G. Caselli, J. Vallin e G. Wunsch (dirs.). *Démographie: analyse et synthése – Les determinants de la mortalité,* Vol. III. (373-415).

Cónim, Custódio (1990). *Portugal e a sua População (I)*. Lisboa: Publicações Alfa.

Doblhammer, G. (2003). The late life legacy of very early life. Working papers of the Max Planck Institute for Demographic Research. Retirado em 21 de Março de 2013 de http://www.demogr.mpg.de/papers/working/wp-2003-030.pdf.

Fernandes, A. A. (2001). Velhice, solidariedades familiares e política social. Itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 36, 39-52.

Fernandes, A. A. (2007). Determinantes da mortalidade da longevidade: Portugal numa perspectiva europeia (EU-15, 1991-2001). *Análise Social*, XLII (183), 419-443.

Fernandes, A. A., Moreira, M. J. e Rodrigues, T. (2004). Transição demográfica e transição epidemiológica. *Forum Sociológico*, 11/12 (2), 75-104.

Fries, J. F. (1980). Aging, Natural Death, and the Compression of Morbidity. *The New England Journal of Medicine*, 303 (3), 130-135.

Joaquim, T. (2006). *Cuidar dos Outros, Cuidar de Si*. Lisboa: Livros Horizonte.

Lages, M. (2007). Os comportamentos de risco dos jovens portugueses e a sua mortalidade. *Análise Social*, XLIII (183), 395-418.

Lutz, W., Sanderson, W. e Scherbov, S. (2008). The coming acceleration of global population ageing. *Nature*, 451 (7179), 716-719.

Mathers, C. D. *et al.* (2005). Counting the dead and what they died from: an assessment of the global status of cause of death data. *Bulletin of the World Health Organization*, 83 (3), 161-240.

Meslé, F. e Vallin, J. (2002). La transition sanitaire: tendances et perspectives. In G. Caselli, J. Vallin e G. Wunsch (dirs.), *Démographie: analyse et synthése – Les determinants de la mortalité,* Vol. III. (439-461) Paris: INED.

Morais, G. (2001). Variação Espacial das Principais Causas de Morte durante o Século xx no Continente Português. *Economia e Sociologia*, 71, 5-39.

Morais, G. (2002). *Causas de Morte no Século xx: A Transição da Mortalidade e Estruturas de Causa de Morte em Portugal Continental*. Lisboa, Portugal: Edições Colibri.

OECD (2012). Infant mortality. *Health at a Glance: Europe 2012*. Retirado em 13 de Março de 2013 de http://dx.doi.org/10.1787/9789264183896-11-en.

Oeppen, J. e Vaupel J. W. (2002). Demography: Broken limits to life expectancy. *Science*, 296 (5570), 1029-1031. doi: 10.1126/science.1069675.

Oksuzyan, A. *et al.* (2008). Men: good health and high mortality. Sex differences in health and aging. *Aging Clinical and Experimental Research*, 20(2), 91-102.

Oliveira, I. T. e Mendes, M. F (2010). A diferença de esperança de vida entre homens e mulheres: Portugal de 1940 a 2007. *Análise Social*, XLV (194), 115-139.

Oliveira, I. T. (2010). Mortalidade: Compressão, Deslocamento e Causas de Morte (Portugal 1950-2005). *Revista de Estudos Demográficos*, 48, 35-62.

Onram, A. R. (1971). The Epidemiologic Transition: a theory of the epidemiology of population change. *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, 49 (4), 509-538.

Panush, N. e Peritz E. (1996). Potential Demography: A Second Look. *European Journal of Population* 12 (1), 27-39.

Pappámikail, L. e Rowland J. (2012). *(Des)emprego juvenil: renovação de um fenómeno persistente*. Retirado em 10 de Março de 2013 de http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/desemprego-juvenil.

Pressat, R. (1979). *Dictionnaire de démographie*. Paris, France: Presses Universitaires de France.

Preston, S. H., Heuveline, P. e Guillot, M. (2001). *Demography. Mesuring and Modeling Population Processes.* Oxford: Blackwell Publishing.

Remoaldo, P. C. A. (2002). Desigualdades territoriais e sociais subjacentes à mortalidade infantil em Portugal. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Ministério da Ciência e da Tecnologia

Rosa, M. J. V. (2012). *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Colecção Ensaios da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Ryder, N. (1975). Notes on stationary populations. *Population Index* 41, 3-28.

Sanderson, W. e Scherbov. S. (2005). Average remaining lifetimes can increase as human populations age. *Nature*, 435 (7043), 811-813.

Sanderson, W. e Scherbov. S. (2007). A New Perspective on Population Aging. *Demographic Research,* 16 (2), 27-58.

Sanderson, W. e Scherbov. S. (2008). Rethinking Age and Aging. *Population Bulletin*, 63 (4), 1-16.

Sanderson, W. e Scherbov. S. (2008). Conventional and Prospective Measures of Population Aging, 1955, 2005, 2025, and 2045. Material de suporte online ao artigo Rethinking Age and Aging, *Population Bulletin* 63, no.4 (2008). Retirado em 15 de

Março de 2012 de http://www.prb.org/Publications/PopulationBulletins/2008/aging.aspx.

Santana, P. (2004). O estado de saúde dos portugueses. Uma perspectiva espacial. *Revista de Estudos Demográficos*, 36, 5-28.

Santana, P. (2002). A mortalidade `evitável' em Portugal continental, 1989 a 1993. *Revista de Estudos Demográficos*, 32, 107-146.

Valério, N. (coord) (2001). *Estatísticas Históricas Portuguesas*, Vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Vaupel, J. W., Carey, J. R. e Christensen, K. (2009). It's never too late. *Science*, 301 (5640), 1679-1680. doi: 10.1126/science.1090529.

Vaupel, J.W. (2010). Biodemography of human ageing. *Nature*, 464, 536-542. Retirado em 2 de Abril de 2011 de http://www.demographic-challenge.com/files/downloads/2eb51e2860ef54d218ce5ce19abe6a59/dc_biodemography_of_human_ageing_nature_2010_vaupel.pdf. doi:10.1038/nature08984.

Anexos

1. Taxas brutas de mortalidade (‰), Portugal, NUTS II, NUTS III e municípios, 1950-2011

TBM	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
PORTUGAL	**12,34**	**10,95**	**11,12**	**9,70**	**10,47**	**10,16**	**9,88**
NUTS II Norte	**14,36**	**12,07**	**10,57**	**8,71**	**9,23**	**8,60**	**8,66**
NUTS III Minho Lima	**12,85**	**11,48**	**11,68**	**11,25**	**12,59**	**11,63**	**11,81**
Arcos de Valdevez	14,18	12,12	12,37	12,42	16,07	16,19	16,87
Caminha	13,32	12,40	14,51	13,25	13,67	11,01	12,89
Melgaço	11,44	9,77	10,72	13,78	16,52	16,41	17,26
Monção	12,98	12,19	11,38	13,00	15,25	16,14	14,98
Paredes de Coura	13,37	12,86	12,22	13,48	15,51	14,99	13,10
Ponte da Barca	12,64	11,71	11,60	11,32	14,12	12,47	12,35
Ponte de Lima	11,70	10,55	9,92	10,24	9,97	10,00	9,64
Valença	13,73	12,78	15,49	13,66	15,09	13,32	12,21
Viana do Castelo	12,86	10,95	10,81	9,04	10,19	8,80	9,72
Vila Nova de Cerveira	12,06	11,92	16,37	13,62	13,94	13,33	12,86
NUTS III Cávado	**14,30**	**11,11**	**10,50**	**8,04**	**8,20**	**7,16**	**7,15**
Amares	14,19	10,36	10,15	10,01	10,41	8,15	8,44
Barcelos	12,91	10,06	9,61	7,48	7,54	6,61	6,94
Braga	15,68	11,81	10,83	7,26	7,27	6,52	6,17
Esposende	15,51	13,39	11,40	8,38	8,50	7,74	7,78
Terras de Bouro	14,53	10,71	10,61	10,81	13,98	12,87	15,24
Vila Verde	13,37	10,76	11,22	9,93	10,58	9,06	9,22
NUTS III Ave	**14,62**	**11,63**	**9,53**	**7,42**	**7,66**	**7,19**	**7,49**
Fafe	16,11	12,33	11,42	9,54	9,74	8,91	8,89
Guimarães	16,07	13,56	9,89	6,65	7,37	6,48	6,81
Póvoa de Lanhoso	15,41	12,14	10,10	10,26	10,09	8,76	7,84
Santo Tirso	12,97	9,67	8,77	7,20	10,75	8,20	8,64
Trofa	-	-	-	-	-	6,83	6,53
Vieira do Minho	14,09	10,99	10,87	9,06	13,63	12,09	13,16
Vila Nova de Famalicão	13,05	10,34	8,41	6,92	7,51	6,39	7,09

TBM	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Vizela	-	-	-	-	-	5,22	5,90
NUTS III Grande Porto	**16,60**	**12,67**	**10,31**	**8,22**	**8,76**	**8,31**	**8,31**
Espinho	18,35	14,47	10,23	7,33	8,07	8,38	9,63
Gondomar	16,95	11,27	8,30	6,83	7,43	7,34	7,39
Maia	15,71	11,74	8,89	6,59	7,60	6,23	6,41
Matosinhos	16,67	11,92	9,28	7,42	8,20	7,77	7,88
Porto	16,71	13,47	11,84	10,15	11,30	12,16	12,08
Póvoa de Varzim	17,38	12,84	11,28	7,94	8,19	7,97	7,47
Valongo	15,15	12,01	9,48	6,11	6,40	6,62	6,55
Vila do Conde	15,35	12,29	10,15	8,12	8,67	7,66	7,80
Vila Nova de Gaia	16,64	12,55	10,08	8,10	8,14	7,29	7,67
NUTS III Tâmega	**12,47**	**11,28**	**9,93**	**7,94**	**8,51**	**7,64**	**7,62**
Amarante	13,43	12,02	9,89	8,77	8,70	7,61	8,66
Baião	11,20	10,86	10,93	10,25	12,25	10,33	11,55
Cabeceiras de Basto	12,93	12,27	10,40	10,90	12,98	10,95	10,50
Castelo de Paiva	10,73	9,72	9,06	7,96	7,90	9,72	8,22
Celorico de Basto	14,18	11,77	10,12	9,24	10,06	10,04	10,15
Cinfães	10,81	11,17	12,28	11,61	13,52	11,30	10,97
Felgueiras	12,49	10,79	9,00	7,00	7,34	5,92	6,28
Lousada	12,97	10,66	9,90	6,70	8,24	5,93	6,14
Marco de Canaveses	11,21	11,08	9,52	7,90	7,85	7,47	7,26
Mondim de Basto	13,59	12,01	12,86	9,29	11,66	11,43	12,21
Paços de Ferreira	12,27	9,68	8,51	5,86	6,35	5,83	5,85
Paredes	13,06	11,39	8,73	5,88	6,28	6,08	6,19
Penafiel	12,34	11,24	9,38	7,05	7,20	7,65	6,77
Resende	12,62	13,00	14,44	12,08	13,49	11,52	12,45
Ribeira de Pena	14,72	12,77	11,43	9,36	13,29	13,69	14,82
NUTS III Entre Douro e Vouga	**11,86**	**10,73**	**9,44**	**7,50**	**7,46**	**7,44**	**7,85**
Arouca	11,13	10,27	10,89	9,10	9,92	9,31	9,66
Oliveira de Azeméis	11,38	10,71	8,73	7,90	7,15	7,91	8,48
Santa Maria da Feira	13,33	11,43	9,66	6,85	6,73	6,51	6,89
São João da Madeira	9,82	9,31	8,40	6,57	7,32	7,32	8,01
Vale de Cambra	9,49	9,34	9,40	8,48	9,54	9,46	9,84
NUTS III Douro	**14,20**	**13,51**	**12,85**	**11,39**	**12,19**	**12,10**	**12,06**
Alijó	16,03	14,87	15,77	11,06	13,35	13,41	13,90
Armamar	15,17	12,42	13,53	13,00	14,52	11,41	15,32
Carrazeda de Ansiães	13,19	12,94	13,83	12,30	13,05	15,51	17,26
Freixo de Espada à Cinta	13,87	15,44	12,64	12,42	16,79	19,36	21,56
Lamego	13,70	14,40	13,99	10,02	10,69	10,17	10,94
Mesão Frio	11,95	13,67	12,50	12,55	12,05	11,88	14,10
Moimenta da Beira	13,74	13,46	12,41	12,61	11,98	13,09	12,00

TBM	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Penedono	17,25	12,88	13,75	14,08	14,74	13,79	14,57
Peso da Régua	13,37	15,95	11,21	11,75	10,41	11,84	10,51
Sabrosa	13,59	12,59	13,43	11,71	14,17	11,16	12,58
Santa Marta de Penaguião	13,66	11,78	11,90	11,57	11,29	12,31	13,39
São João da Pesqueira	16,45	13,36	13,95	12,33	11,06	12,71	14,16
Sernancelhe	16,92	13,38	9,95	13,34	13,53	14,05	11,64
Tabuaço	14,83	13,75	12,60	10,80	11,96	13,78	11,89
Tarouca	15,01	16,27	12,94	12,22	11,59	11,31	11,06
Torre de Moncorvo	13,59	11,74	11,84	12,43	17,46	17,69	16,22
Vila Flor	13,88	12,25	12,01	10,39	12,29	13,14	13,21
Vila Nova de Foz Côa	13,61	11,75	15,31	14,04	17,61	16,72	17,30
Vila Real	13,53	12,94	11,91	9,49	10,09	9,16	8,77
NUTS III Alto Trás-os-Montes	**14,15**	**12,73**	**11,69**	**11,15**	**13,13**	**12,85**	**13,52**
Alfândega da Fé	13,65	12,20	12,08	10,35	12,47	16,02	17,54
Boticas	13,37	11,77	11,81	12,71	14,43	15,51	13,91
Bragança	13,12	13,49	12,74	10,43	11,31	11,02	11,06
Chaves	13,26	12,29	12,86	11,13	14,08	11,38	12,49
Macedo de Cavaleiros	15,84	15,29	11,27	10,92	11,49	11,52	13,31
Miranda do Douro	14,58	11,17	11,28	12,06	16,84	13,61	15,17
Mirandela	12,50	11,72	10,38	10,20	11,38	11,48	11,32
Mogadouro	13,23	13,23	11,51	12,42	14,44	13,93	13,94
Montalegre	13,80	11,96	10,95	12,19	15,52	16,34	17,65
Murça	16,23	13,99	14,52	10,39	12,62	16,44	13,10
Valpaços	14,58	13,21	11,15	10,93	13,28	14,58	15,73
Vila Pouca de Aguiar	16,69	13,88	10,81	10,19	11,62	12,17	13,50
Vimioso	17,55	13,77	13,52	12,76	14,47	14,39	20,78
Vinhais	13,93	10,86	10,10	12,42	14,85	15,83	17,21
NUTS II Centro	**11,20**	**10,47**	**11,75**	**11,20**	**11,95**	**11,58**	**11,48**
NUTS III Baixo Vouga	**11,18**	**10,84**	**11,49**	**9,70**	**10,05**	**9,49**	**9,43**
Águeda	8,32	9,50	9,87	8,42	9,35	8,35	9,38
Albergaria-a-Velha	11,23	10,52	11,16	10,06	10,03	9,48	9,39
Anadia	9,04	9,52	11,01	9,98	11,14	11,13	11,54
Aveiro	11,13	11,01	11,15	8,26	9,22	8,35	8,60
Estarreja	13,94	12,77	11,66	11,16	11,61	11,16	11,06
Ílhavo	11,91	10,24	12,01	9,40	8,30	9,00	7,97
Mealhada	9,69	9,81	11,80	10,64	11,36	9,04	10,75
Murtosa	13,74	14,97	22,69	14,82	16,91	16,65	12,14
Oliveira do Bairro	9,35	9,85	10,98	10,85	10,66	10,96	10,27
Ovar	14,69	13,79	11,38	9,38	8,85	8,46	8,52
Sever do Vouga	10,09	8,88	11,47	10,12	9,91	10,92	11,21
Vagos	10,94	8,79	10,47	10,73	11,67	9,88	8,23

TBM	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
NUTS III Baixo Mondego	**11,78**	**9,93**	**11,03**	**10,45**	**11,08**	**10,69**	**10,90**
Cantanhede	10,64	9,60	9,77	10,41	11,75	11,78	11,87
Coimbra	13,34	9,68	11,08	8,89	9,38	8,99	9,59
Condeixa-a-Nova	11,15	11,03	12,48	12,26	13,70	11,83	10,01
Figueira da Foz	11,35	10,40	12,35	12,18	11,93	12,08	11,69
Mira	10,08	9,45	9,07	10,00	10,60	11,81	12,31
Montemor-o-Velho	11,01	9,67	11,47	11,44	12,44	12,25	11,44
Penacova	11,93	10,75	12,84	11,12	13,37	10,67	12,49
Soure	10,35	9,80	8,29	13,09	13,73	13,20	14,19
NUTS III Pinhal Litoral	**10,21**	**8,77**	**9,61**	**8,95**	**9,64**	**8,98**	**9,10**
Batalha	10,66	7,78	10,76	10,25	9,75	8,80	8,57
Leiria	10,99	8,86	9,35	8,12	8,83	7,54	7,97
Marinha Grande	9,46	8,93	9,25	7,50	8,75	9,21	8,88
Pombal	9,53	8,56	9,83	10,65	11,57	11,06	11,71
Porto de Mós	9,60	9,47	9,81	9,75	10,20	11,08	9,78
NUTS III Pinhal Interior Norte	**11,14**	**11,67**	**14,04**	**13,74**	**15,14**	**14,41**	**14,16**
Alvaiázere	9,57	11,82	12,61	13,23	16,87	15,17	16,54
Ansião	10,13	9,41	12,65	11,33	13,40	14,03	14,09
Arganil	12,62	13,96	13,43	14,83	16,87	15,93	16,63
Castanheira de Pêra	10,99	11,06	14,38	12,56	14,18	17,81	16,45
Figueiró dos Vinhos	10,09	10,87	13,28	13,65	14,98	17,41	15,97
Góis	13,61	12,06	16,03	16,32	18,52	21,19	22,89
Lousã	9,44	11,19	11,22	13,52	12,01	9,68	8,83
Miranda do Corvo	10,96	10,58	11,90	11,41	14,35	12,36	10,92
Oliveira do Hospital	10,93	12,15	11,89	12,67	13,55	12,55	13,02
Pampilhosa da Serra	11,23	11,03	14,39	17,42	19,41	21,36	23,21
Pedrógão Grande	12,28	9,22	18,66	16,60	19,60	15,46	21,20
Penela	11,02	13,40	15,95	16,52	17,99	16,23	15,63
Tábua	11,52	12,04	7,95	14,19	14,81	14,72	14,58
Vila Nova de Poiares	12,76	13,77	44,40	13,69	14,85	13,81	10,78
NUTS III Dão-Lafões	**12,09**	**10,94**	**11,85**	**11,21**	**12,30**	**11,55**	**11,43**
Aguiar da Beira	15,77	12,58	10,68	11,81	13,75	12,17	18,82
Carregal do Sal	12,25	11,55	13,01	14,46	13,96	12,10	12,91
Castro Daire	13,17	11,87	11,35	12,00	14,71	14,48	12,97
Mangualde	10,94	11,28	14,41	11,78	11,95	12,20	12,27
Mortágua	10,10	8,22	9,63	11,43	11,86	11,08	13,27
Nelas	10,83	10,39	12,38	10,05	12,14	11,90	10,94
Oliveira de Frades	12,72	11,01	12,40	11,50	13,42	11,29	10,82
Penalva do Castelo	13,17	12,97	12,49	13,12	14,51	13,97	14,71
Santa Comba Dão	11,69	11,00	12,11	12,06	13,02	13,15	12,76
São Pedro do Sul	10,36	10,51	12,91	12,46	13,06	13,55	12,46

TBM	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Sátão	12,39	10,91	10,78	10,41	11,62	11,26	13,58
Tondela	12,85	10,88	11,23	11,86	14,17	13,16	13,35
Vila Nova de Paiva	17,01	13,83	11,75	10,90	11,66	11,32	14,01
Viseu	11,37	10,30	11,42	9,67	9,99	9,26	8,78
Vouzela	12,46	10,80	12,90	11,45	15,07	13,05	12,21
NUTS III Pinhal Interior Sul	**10,70**	**10,48**	**12,83**	**13,61**	**16,95**	**18,29**	**17,77**
Mação	9,36	10,37	17,18	15,24	18,19	22,21	22,76
Oleiros	10,92	10,42	10,78	13,65	18,80	19,69	19,58
Proença-a-Nova	9,38	10,08	11,50	12,30	14,79	16,39	17,68
Sertã	11,51	10,68	11,95	13,21	15,91	15,97	13,54
Vila de Rei	13,97	11,10	12,68	14,40	21,29	22,66	23,90
NUTS III Serra da Estrela	**11,57**	**11,12**	**13,16**	**12,31**	**14,00**	**14,52**	**15,48**
Fornos de Algodres	10,41	11,57	14,31	13,80	15,07	16,79	17,14
Gouveia	11,23	11,42	14,61	12,79	15,59	16,13	17,37
Seia	12,18	10,77	12,05	11,71	12,86	13,15	14,07
NUTS III Beira Interior Norte	**13,05**	**12,18**	**13,29**	**13,84**	**14,19**	**13,93**	**15,28**
Almeida	14,44	13,66	12,90	15,16	13,79	15,79	20,44
Celorico da Beira	12,98	12,29	12,47	13,68	14,76	14,14	16,51
Figueira de Castelo Rodrigo	13,07	12,39	15,04	14,44	15,67	16,21	18,85
Guarda	12,08	12,37	11,87	11,91	11,53	10,33	10,60
Manteigas	9,09	8,53	11,59	11,80	12,23	13,56	16,18
Meda	13,63	11,27	11,30	13,00	14,52	15,39	17,49
Pinhel	13,31	13,33	13,91	13,61	13,91	13,97	14,96
Sabugal	13,96	11,13	15,80	17,70	19,62	21,48	24,04
Trancoso	12,83	12,73	14,32	14,35	14,80	14,33	16,15
NUTS III Beira Interior Sul	**9,78**	**9,41**	**12,35**	**12,85**	**14,94**	**15,99**	**15,85**
Castelo Branco	9,61	8,99	11,59	10,94	12,81	13,33	12,73
Idanha-a-Nova	8,99	8,81	12,66	15,78	19,44	23,24	24,50
Penamacor	11,75	10,59	13,38	16,22	19,16	21,33	24,99
Vila Velha de Ródão	9,77	12,56	15,61	17,48	19,05	22,82	26,84
NUTS III Cova da Beira	**10,83**	**9,93**	**11,10**	**12,04**	**13,32**	**12,16**	**12,84**
Belmonte	10,05	9,83	14,50	11,68	15,18	14,03	14,00
Covilhã	11,34	9,73	10,38	10,99	12,27	11,20	11,82
Fundão	10,30	10,25	11,77	14,13	14,67	13,36	14,38
NUTS III Oeste	**10,60**	**10,45**	**11,93**	**11,20**	**11,55**	**11,66**	**11,23**
Alcobaça	12,53	12,94	13,10	11,87	11,18	11,39	10,90
Alenquer	9,76	10,54	10,54	12,15	12,48	12,03	10,87
Arruda dos Vinhos	10,34	10,60	10,37	10,93	11,96	11,59	8,70
Bombarral	8,49	10,09	13,39	13,08	13,79	12,65	15,35
Cadaval	9,87	10,24	12,85	12,47	13,54	15,20	14,65
Caldas da Rainha	9,98	9,89	12,98	10,98	11,27	10,25	10,65

TBM	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Lourinhã	10,81	9,62	11,30	11,49	10,70	11,67	10,98
Nazaré	10,80	9,47	11,76	10,37	12,67	12,02	11,97
Óbidos	9,74	9,85	13,26	13,10	11,62	13,29	8,96
Peniche	11,19	8,63	10,81	10,17	9,74	11,11	12,14
Sobral de Monte Agraço	11,31	11,94	11,09	11,26	14,29	13,67	12,50
Torres Vedras	10,46	9,92	11,29	9,83	11,08	11,43	10,98
NUTS III Médio Tejo	**10,21**	**9,85**	**11,36**	**11,47**	**12,13**	**12,63**	**11,87**
Abrantes	9,50	9,00	10,06	10,97	11,82	14,30	13,81
Alcanena	9,17	7,92	10,74	10,46	13,60	11,30	11,28
Constância	10,37	10,42	13,22	11,90	12,59	10,22	7,27
Entroncamento	6,04	9,11	8,54	8,85	9,24	8,20	7,67
Ferreira do Zêzere	11,20	11,75	13,91	17,25	19,09	18,10	15,90
Ourém	10,29	9,36	9,73	11,43	11,34	11,74	10,38
Sardoal	11,08	10,36	12,34	16,13	16,37	15,96	14,60
Tomar	11,00	10,45	13,39	11,88	12,76	13,63	12,77
Torres Novas	10,79	11,08	12,20	10,84	10,94	11,96	12,73
Vila Nova da Barquinha	8,92	9,01	13,02	9,86	11,32	12,22	10,58
NUTS II Lisboa	**11,73**	**9,78**	**10,32**	**8,49**	**9,62**	**9,71**	**9,17**
NUTS III Grande Lisboa	**12,29**	**9,95**	**10,92**	**8,86**	**9,93**	**9,81**	**9,12**
Amadora	-	-	-	4,83	6,70	8,27	8,60
Cascais	7,44	8,22	8,07	7,00	8,80	9,72	8,81
Lisboa	13,39	10,75	13,70	12,48	14,60	14,56	12,97
Loures	9,98	7,45	6,56	5,38	10,75	7,53	8,24
Mafra	10,16	10,62	12,79	11,47	12,52	10,46	7,43
Odivelas	-	-	-	-	-	7,46	7,10
Oeiras	7,46	7,43	6,80	6,02	7,65	8,52	8,47
Sintra	9,81	9,46	8,48	6,56	7,23	6,58	6,44
Vila Franca de Xira	10,28	9,14	8,21	6,41	7,28	7,57	7,52
NUTS III Península de Setúbal	**9,19**	**9,09**	**8,25**	**7,32**	**8,72**	**9,42**	**9,29**
Alcochete	8,61	9,17	9,80	10,85	11,36	11,38	8,68
Almada	8,72	8,63	7,42	7,14	9,51	10,75	10,39
Barreiro	7,80	8,52	7,39	6,72	9,03	11,17	11,51
Moita	9,79	7,75	6,45	6,83	8,05	8,86	9,29
Montijo	7,22	8,27	7,09	9,76	11,61	11,86	9,90
Palmela	7,14	8,29	10,15	9,49	10,33	9,62	8,66
Seixal	8,29	7,55	6,58	4,68	5,83	6,35	7,16
Sesimbra	9,41	9,21	10,06	7,73	9,56	8,66	9,09
Setúbal	12,20	11,98	11,74	8,54	8,78	9,83	9,27
NUTS II Alentejo	**10,24**	**9,83**	**12,14**	**11,68**	**13,38**	**13,59**	**13,61**
NUTS III Alentejo Litoral	**9,28**	**8,44**	**10,90**	**10,73**	**13,00**	**12,58**	**13,05**
Alcácer do Sal	8,35	8,89	10,11	10,93	14,75	13,16	12,30

TBM	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Grândola	9,71	7,95	12,40	10,78	14,60	13,19	15,34
Odemira	9,67	8,45	10,52	11,69	14,29	14,31	14,25
Santiago do Cacém	9,31	8,10	11,32	10,62	10,87	10,96	12,15
Sines	8,59	9,64	9,80	8,32	11,87	11,67	11,03
NUTS III Alto Alentejo	**10,28**	**10,29**	**13,63**	**12,99**	**14,42**	**15,65**	**16,16**
Alter do Chão	9,07	8,59	15,01	14,61	18,01	18,66	19,51
Arronches	9,69	9,02	17,83	14,63	18,09	21,54	23,70
Avis	8,46	8,86	12,64	14,01	14,60	17,89	19,80
Campo Maior	12,55	12,29	15,51	12,98	12,89	12,64	13,90
Castelo de Vide	13,13	12,16	15,08	16,84	19,78	19,76	19,67
Crato	8,63	11,17	13,14	14,18	18,17	22,77	24,68
Elvas	12,61	11,80	14,66	11,67	12,28	12,29	12,00
Fronteira	9,38	10,97	14,61	11,68	17,59	17,55	18,04
Gavião	9,17	9,65	13,78	14,67	18,24	25,27	21,66
Marvão	10,87	10,56	17,40	13,57	16,75	18,99	20,50
Monforte	12,84	10,35	16,95	14,02	18,36	16,65	15,47
Mora	9,77	10,12	12,54	13,75	13,51	17,88	20,59
Nisa	9,83	11,21	12,81	16,21	17,49	20,85	22,95
Ponte de Sor	7,42	7,97	11,92	11,62	13,03	14,20	14,20
Portalegre	10,53	9,88	11,40	11,53	11,85	12,24	13,62
NUTS III Alentejo Central	**10,33**	**9,71**	**12,00**	**11,29**	**12,84**	**12,35**	**12,70**
Alandroal	10,47	10,42	10,11	12,49	14,02	12,91	14,72
Arraiolos	10,62	10,05	11,88	12,44	13,65	13,20	12,16
Borba	11,17	9,49	9,93	10,16	12,42	11,18	11,80
Estremoz	9,97	10,84	13,60	12,64	14,91	13,94	14,39
Évora	11,07	9,61	11,13	10,16	10,88	10,26	10,43
Montemor-o-Novo	8,13	7,29	13,61	10,64	12,02	13,24	15,31
Mourão	11,67	10,32	10,49	12,62	14,21	15,94	16,90
Portel	10,82	10,58	11,83	12,40	14,42	13,29	15,01
Redondo	11,46	10,61	13,06	13,62	14,28	14,82	14,15
Reguengos de Monsaraz	10,44	11,00	12,24	13,49	14,30	14,85	13,30
Sousel	11,60	9,55	12,15	12,05	18,29	16,96	17,74
Vendas Novas	-	-	10,81	8,78	13,08	9,42	11,14
Viana do Alentejo	10,44	9,85	14,99	13,17	12,67	16,65	14,71
Vila Viçosa	10,43	11,18	12,58	10,00	12,46	11,72	12,26
NUTS III Baixo Alentejo	**11,36**	**10,47**	**12,23**	**12,15**	**15,57**	**15,63**	**16,04**
Aljustrel	11,46	10,31	12,26	11,31	14,85	15,99	16,42
Almodôvar	11,63	9,70	12,03	11,85	15,78	16,76	18,46
Alvito	10,94	8,35	11,40	13,14	24,34	27,34	22,56
Barrancos	11,76	11,52	14,56	13,44	16,57	15,33	20,72
Beja	11,47	11,13	12,82	10,58	13,30	13,49	13,50

TBM	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Castro Verde	13,02	10,57	10,28	14,05	13,27	13,94	16,01
Cuba	12,50	12,64	13,31	11,93	16,75	18,42	15,58
Ferreira do Alentejo	10,52	9,97	11,05	10,98	14,79	14,65	16,60
Mértola	11,57	11,26	14,67	14,54	19,84	17,05	18,90
Moura	11,28	9,89	10,78	11,99	14,67	15,76	15,30
Ourique	11,06	9,63	11,62	12,99	18,11	17,50	21,99
Serpa	10,22	9,53	12,76	12,87	17,02	16,06	16,29
Vidigueira	12,56	12,65	11,30	15,19	17,61	16,81	15,59
NUTS III Lezíria do Tejo	**9,44**	**9,69**	**11,74**	**11,28**	**12,01**	**12,68**	**11,97**
Almeirim	6,84	8,88	11,42	10,92	12,04	12,59	10,29
Alpiarça	9,68	9,87	11,55	13,98	15,37	14,02	14,80
Azambuja	10,30	9,74	11,51	9,99	12,62	13,63	11,28
Benavente	8,22	9,50	11,15	9,17	9,27	9,27	8,84
Cartaxo	11,71	11,51	13,68	12,67	11,95	13,00	12,10
Chamusca	8,32	9,20	11,37	12,71	13,64	13,44	14,67
Coruche	5,58	7,60	9,78	10,33	11,83	13,78	14,52
Golegã	10,63	11,79	11,27	14,00	13,42	16,64	13,54
Rio Maior	10,85	10,18	11,15	11,18	11,85	12,43	10,76
Salvaterra de Magos	7,95	8,31	9,68	9,55	9,93	11,83	11,67
Santarém	11,09	10,38	13,20	11,88	12,53	12,86	13,01
NUTS II Algarve	**11,76**	**11,18**	**13,29**	**11,88**	**12,67**	**11,56**	**10,12**
NUTS III Algarve	**11,76**	**11,18**	**13,29**	**11,88**	**12,67**	**11,56**	**10,12**
Albufeira	10,47	10,89	12,67	11,64	11,12	9,21	6,83
Alcoutim	12,24	10,50	12,44	14,73	18,81	22,28	23,14
Aljezur	8,85	9,40	12,48	13,44	17,98	15,51	12,83
Castro Marim	9,83	10,06	64,21	12,74	13,67	15,09	13,93
Faro	12,83	10,66	5,52	9,93	11,88	10,23	9,34
Lagoa	12,62	11,34	14,19	11,74	10,82	8,47	8,79
Lagos	12,58	11,52	30,30	9,85	11,24	10,87	9,21
Loulé	11,86	11,43	4,24	13,01	14,16	12,16	9,65
Monchique	11,23	10,93	30,88	14,62	20,11	14,55	18,61
Olhão	13,71	12,80	10,95	12,15	12,17	10,77	9,59
Portimão	12,56	10,71	4,69	9,78	10,61	11,11	9,66
São Brás de Alportel	12,01	12,92	13,49	16,79	16,21	12,96	12,47
Silves	10,73	11,63	14,56	12,84	13,67	13,46	11,93
Tavira	11,25	10,94	13,20	13,39	12,27	13,84	13,13
Vila do Bispo	11,42	10,69	12,17	13,07	12,76	14,49	10,46
Vila Real de Santo António	9,79	9,90	11,12	10,77	12,60	11,08	11,25
NUTS II R. A. dos Açores	**13,15**	**11,74**	**11,52**	**11,51**	**11,27**	**10,79**	**9,81**
NUTS III R. A. dos Açores	**13,15**	**11,74**	**11,52**	**11,51**	**11,27**	**10,79**	**9,81**
Angra do Heroísmo	15,53	14,36	11,53	9,77	13,17	12,10	10,99

TBM	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Calheta (R.A.A.)	13,30	12,38	10,44	15,00	13,19	12,90	11,13
Corvo	9,58	11,75	2,13	136,49	12,72	12,94	10,47
Horta	10,48	12,03	15,05	9,62	12,90	11,55	10,40
Lagoa (R.A.A.)	12,43	12,08	11,66	8,41	8,22	7,36	7,69
Lajes das Flores	12,62	10,22	11,35	27,69	14,40	15,31	11,97
Lajes do Pico	10,85	11,61	11,13	6,01	14,29	16,86	13,05
Madalena	9,96	10,35	10,79	24,43	15,43	14,83	12,48
Nordeste	9,96	8,99	11,25	10,00	11,66	12,19	14,99
Ponta Delgada	12,89	12,93	13,04	6,00	9,65	9,20	8,43
Povoação	12,55	10,19	10,49	9,34	12,36	13,08	11,70
Ribeira Grande	14,22	10,54	10,97	18,33	10,12	9,03	7,68
Santa Cruz da Graciosa	12,08	12,29	13,44	28,64	15,42	16,74	16,40
Santa Cruz das Flores	12,20	10,91	10,23	90,19	14,08	14,04	11,80
São Roque do Pico	10,58	11,05	11,70	11,96	12,38	14,19	11,95
Velas	12,09	9,86	12,21	14,09	12,35	13,56	15,47
Vila da Praia da Vitória	16,11	10,77	8,83	8,91	10,35	10,99	9,65
Vila do Porto	16,63	6,84	8,70	7,31	12,50	11,12	11,17
Vila Franca do Campo	12,34	12,43	9,49	8,89	10,05	8,97	8,95
NUTS II R. A. da Madeira	**12,20**	**11,44**	**11,40**	**9,81**	**10,14**	**10,88**	**9,55**
NUTS III R. A. da Madeira	**12,20**	**11,44**	**11,40**	**9,81**	**10,14**	**10,88**	**9,55**
Calheta (R.A.M.)	12,43	10,53	13,71	16,56	15,26	15,74	13,11
Câmara de Lobos	12,21	13,07	10,94	7,83	7,62	7,84	6,76
Funchal	13,31	12,81	11,67	9,12	9,55	10,79	10,19
Machico	10,92	8,72	8,23	8,36	8,72	9,24	8,61
Ponta do Sol	11,83	12,15	12,52	13,06	16,16	14,65	9,87
Porto Moniz	15,32	9,97	11,94	12,24	15,59	19,64	22,50
Porto Santo	12,81	12,98	11,57	8,80	7,97	10,39	7,11
Ribeira Brava	11,80	10,79	10,96	11,05	11,24	13,09	11,48
Santa Cruz	9,45	8,85	5,62	11,05	10,25	9,74	6,94
Santana	10,16	9,77	22,45	9,64	11,36	14,20	14,64
São Vicente	13,58	11,51	11,38	10,41	13,00	13,39	15,03

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950-2011) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71; 1980-81; 1990-91; 2000-01; 2010-11).

2. Taxas comparativas de mortalidade (‰), sexos reunidos, NUTS II, NUTS III e Municípios, 1950-2011

TCM	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
NUTS II Norte	**14,37**	**12,28**	**11,61**	**9,86**	**10,75**	**9,96**	**9,64**
NUTS III Minho Lima	**11,73**	**10,25**	**10,39**	**9,60**	**10,48**	**9,57**	**9,74**
Arcos de Valdevez	12,94	10,69	10,76	9,62	10,86	10,29	10,78
Caminha	10,97	10,04	10,58	10,40	10,88	8,35	10,01
Melgaço	10,22	9,13	8,98	10,26	10,54	9,66	9,34
Monção	11,41	10,19	9,60	10,20	11,37	10,59	10,48
Paredes de Coura	12,59	11,33	10,80	9,88	9,90	10,06	9,01
Ponte da Barca	12,04	10,81	10,94	9,46	11,96	10,11	9,93
Ponte de Lima	11,29	9,64	9,28	9,66	9,36	9,48	9,01
Valença	11,96	10,36	11,67	9,72	11,92	10,79	10,48
Viana do Castelo	11,88	10,33	10,71	8,97	10,16	8,83	9,50
Vila Nova de Cerveira	10,45	9,71	13,11	10,35	10,61	10,93	10,47
NUTS III Cávado	**14,15**	**11,34**	**12,00**	**9,84**	**10,75**	**9,68**	**9,23**
Amares	13,26	9,52	9,36	10,22	11,19	9,18	9,74
Barcelos	12,89	10,69	11,98	9,95	10,90	9,66	9,39
Braga	16,20	12,52	13,30	9,69	10,48	9,49	8,48
Esposende	14,25	13,20	11,64	10,06	10,87	10,16	9,91
Terras de Bouro	13,11	9,49	10,32	9,05	11,76	10,61	11,64
Vila Verde	13,08	10,47	11,44	9,97	10,71	10,15	10,05
NUTS III Ave	**14,63**	**12,40**	**11,36**	**9,70**	**10,86**	**10,13**	**9,83**
Fafe	16,03	12,36	12,11	10,24	11,50	11,05	10,30
Guimarães	15,87	14,22	12,27	9,53	11,71	10,15	9,81
Póvoa de Lanhoso	14,62	11,62	10,18	10,13	10,72	10,12	8,44
Santo Tirso	13,28	11,28	10,97	9,60	14,04	10,00	9,72
Trofa	-	-	-	-	-	10,63	9,35
Vieira do Minho	13,37	10,24	10,12	7,84	11,42	10,17	10,53
Vila Nova de Famalicão	13,44	11,61	10,77	10,22	11,81	9,72	10,00
Vizela	-	-	-	-	-	9,41	10,45
NUTS III Grande Porto	**17,26**	**13,48**	**11,97**	**9,96**	**10,83**	**10,08**	**9,57**
Espinho	18,41	14,81	12,91	9,31	10,23	9,32	9,21
Gondomar	17,53	12,52	11,19	9,70	11,01	10,63	9,72
Maia	16,33	13,03	11,70	8,96	10,88	9,36	9,32
Matosinhos	17,88	13,34	12,02	9,88	11,74	9,93	9,43
Porto	17,28	13,80	11,86	9,86	10,35	10,35	9,64
Póvoa de Varzim	16,74	13,44	13,59	10,78	11,52	11,14	9,62
Valongo	15,79	13,63	14,12	10,05	10,92	10,41	9,97
Vila do Conde	15,34	12,93	11,92	10,70	11,89	10,20	10,10
Vila Nova de Gaia	17,43	13,50	11,95	10,41	11,00	9,96	9,72

TCM	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
NUTS III Tâmega	**12,20**	**11,04**	**11,12**	**9,53**	**11,10**	**10,47**	**10,25**
Amarante	13,26	11,81	11,10	10,37	11,03	9,99	10,36
Baião	10,75	10,05	10,28	9,25	11,69	10,16	11,58
Cabeceiras de Basto	12,87	11,59	9,62	10,25	12,15	10,59	10,24
Castelo de Paiva	10,58	9,90	10,25	9,39	9,90	12,09	9,68
Celorico de Basto	13,62	10,80	9,94	8,82	9,52	9,45	9,52
Cinfães	9,69	9,60	10,00	9,89	11,67	10,25	9,95
Felgueiras	12,36	11,30	11,46	9,43	11,22	9,81	9,46
Lousada	13,03	11,14	12,66	9,48	13,18	10,44	10,68
Marco de Canaveses	10,95	10,71	10,88	9,51	10,52	10,60	10,28
Mondim de Basto	13,57	11,63	12,25	9,45	12,01	10,63	11,66
Paços de Ferreira	12,00	10,46	12,00	9,10	11,13	10,78	10,47
Paredes	13,07	12,14	11,84	9,54	11,13	10,89	10,37
Penafiel	11,91	10,99	11,07	9,31	10,55	11,57	9,87
Resende	12,17	11,68	14,06	10,64	11,63	9,59	11,03
Ribeira de Pena	15,55	13,38	13,25	9,12	11,91	10,72	10,95
NUTS III Entre Douro e Vouga	**11,44**	**10,68**	**10,72**	**9,17**	**9,29**	**9,37**	**9,24**
Arouca	10,04	9,09	9,94	8,56	9,43	8,63	9,22
Oliveira de Azeméis	10,84	10,66	9,93	9,58	8,76	9,69	9,39
Santa Maria da Feira	13,26	11,87	11,95	9,39	9,55	9,32	9,25
São João da Madeira	11,89	11,93	11,62	8,74	10,19	9,98	9,29
Vale de Cambra	8,02	8,22	8,63	8,38	9,15	8,94	8,86
NUTS III Douro	**14,13**	**13,35**	**12,84**	**10,66**	**11,27**	**10,26**	**9,90**
Alijó	15,80	14,73	16,18	10,33	12,32	10,54	9,76
Armamar	14,56	11,41	11,70	11,62	12,35	9,02	11,25
Carrazeda de Ansiães	13,20	12,60	13,72	10,01	10,26	9,97	10,53
Freixo de Espada à Cinta	13,41	15,04	10,93	9,29	11,31	11,09	12,35
Lamego	14,16	14,24	14,25	10,90	11,75	10,01	10,14
Mesão Frio	11,64	13,49	12,96	12,81	13,20	11,37	12,73
Moimenta da Beira	13,09	12,63	11,28	11,11	10,68	10,55	9,64
Penedono	15,73	12,66	14,23	11,37	11,32	9,03	9,45
Peso da Régua	13,53	15,99	12,19	12,74	11,68	12,53	10,17
Sabrosa	13,84	12,82	13,25	10,15	11,50	8,72	9,35
Santa Marta de Penaguião	14,19	11,51	13,65	11,73	11,16	10,64	10,21
São João da Pesqueira	16,02	13,61	12,35	10,75	9,96	10,53	11,83
Sernancelhe	15,34	12,64	10,16	11,15	11,14	10,94	8,59
Tabuaço	13,74	12,88	12,07	9,38	10,28	10,40	9,02
Tarouca	14,32	14,99	14,14	12,22	12,66	11,04	10,87
Torre de Moncorvo	13,63	12,50	11,21	9,55	12,46	11,31	9,09
Vila Flor	14,43	12,93	11,89	9,31	10,46	9,58	9,14
Vila Nova de Foz Côa	13,36	11,34	11,76	10,06	11,77	10,75	11,10

TCM	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Vila Real	14,10	13,24	13,43	10,11	10,75	9,56	9,13
NUTS III Alto Trás-os-Montes	**14,55**	**13,31**	**12,07**	**10,31**	**11,09**	**9,74**	**9,40**
Alfândega da Fé	12,96	11,64	10,79	8,12	9,06	9,14	10,14
Boticas	13,78	11,76	11,48	10,07	11,62	10,30	8,41
Bragança	13,52	13,77	12,82	9,94	9,89	9,24	8,82
Chaves	14,09	13,17	14,21	11,21	13,04	9,90	9,84
Macedo de Cavaleiros	15,82	15,12	11,60	10,16	10,41	8,56	9,34
Miranda do Douro	15,20	12,84	11,04	10,02	12,89	9,26	9,12
Mirandela	13,48	12,63	11,01	9,84	10,13	9,58	8,52
Mogadouro	13,65	14,17	10,76	10,36	10,92	9,40	8,67
Montalegre	13,99	12,81	11,26	10,69	11,95	10,85	10,37
Murça	16,66	14,49	17,70	10,56	11,21	12,53	9,23
Valpaços	14,96	13,39	12,18	10,39	11,37	10,58	9,91
Vila Pouca de Aguiar	16,87	14,39	12,33	10,63	11,10	10,51	10,46
Vimioso	18,16	14,21	14,04	10,85	10,87	9,19	10,84
Vinhais	13,91	11,94	9,58	9,64	9,98	9,33	8,81
NUTS II Centro	**10,42**	**9,68**	**10,39**	**9,62**	**10,11**	**9,77**	**9,62**
NUTS III Baixo Vouga	**10,21**	**10,24**	**11,56**	**9,96**	**10,61**	**10,01**	**9,51**
Águeda	7,70	9,22	10,18	9,11	10,32	8,79	9,04
Albergaria-a-Velha	9,94	9,55	11,13	10,00	10,34	10,40	10,06
Anadia	8,70	9,20	10,09	9,64	10,33	9,44	9,08
Aveiro	10,35	11,02	12,10	9,28	10,96	9,68	9,41
Estarreja	11,69	11,04	11,58	10,20	11,36	11,29	10,83
Ílhavo	11,83	10,47	13,55	11,23	10,71	11,41	9,54
Mealhada	9,17	9,41	11,23	10,25	10,52	8,38	9,73
Murtosa	11,30	11,95	18,52	10,85	13,78	13,70	10,62
Oliveira do Bairro	8,85	9,43	10,16	9,64	9,56	9,87	9,37
Ovar	13,04	12,58	12,08	10,76	10,86	10,80	9,96
Sever do Vouga	8,75	7,84	10,65	9,21	8,63	9,11	9,14
Vagos	10,04	8,50	10,41	10,30	10,96	10,18	8,18
NUTS III Baixo Mondego	**10,93**	**9,25**	**10,14**	**9,47**	**9,89**	**9,40**	**9,37**
Cantanhede	9,83	9,19	9,89	9,28	10,01	9,86	9,56
Coimbra	13,33	9,83	10,81	9,07	9,48	8,81	9,03
Condeixa-a-Nova	8,19	8,34	8,94	8,52	9,56	9,52	9,43
Figueira da Foz	10,63	9,61	11,75	11,20	10,77	10,39	9,69
Mira	9,00	9,15	8,79	9,07	9,49	10,53	9,69
Montemor-o-Velho	9,45	8,21	9,26	8,87	9,98	10,00	9,81
Penacova	9,93	8,87	10,18	9,60	10,84	8,39	9,65
Soure	8,89	8,29	6,87	9,40	9,61	8,79	9,36
NUTS III Pinhal Litoral	**10,75**	**9,62**	**11,12**	**9,81**	**10,45**	**9,56**	**9,20**
Batalha	10,93	8,30	11,68	10,83	9,81	8,78	8,89

TCM	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Leiria	11,66	9,67	11,31	9,88	10,72	8,91	8,82
Marinha Grande	10,21	10,68	11,24	9,19	10,60	10,49	9,86
Pombal	10,31	9,68	11,64	10,06	10,40	10,02	9,64
Porto de Mós	9,07	9,25	9,24	9,37	9,88	10,40	9,07
NUTS III Pinhal Interior Norte	**8,85**	**8,81**	**9,71**	**9,35**	**9,95**	**9,81**	**9,99**
Alvaiázere	7,24	9,06	8,31	7,89	9,75	8,57	9,03
Ansião	8,10	7,24	9,32	8,19	8,90	9,56	9,92
Arganil	9,48	9,79	9,04	9,57	10,37	9,99	10,20
Castanheira de Pêra	8,68	8,43	15,72	8,99	9,48	11,87	10,92
Figueiró dos Vinhos	8,43	8,55	9,96	10,02	9,94	11,71	10,20
Góis	11,17	8,59	10,15	9,04	9,77	10,72	11,81
Lousã	7,89	9,55	9,06	10,38	9,49	8,79	9,86
Miranda do Corvo	8,94	8,40	8,66	8,65	11,05	10,51	9,26
Oliveira do Hospital	8,87	9,42	8,28	9,61	9,84	9,65	10,01
Pampilhosa da Serra	10,04	9,44	10,59	10,64	10,13	10,10	10,13
Pedrógão Grande	10,57	6,64	10,74	9,69	11,06	8,90	11,74
Penela	7,94	9,19	10,60	9,72	10,80	9,13	9,95
Tábua	8,29	8,12	4,99	9,49	10,09	9,72	10,07
Vila Nova de Poiares	9,72	10,32	29,63	10,03	11,08	11,67	9,61
NUTS III Dão-Lafões	**10,92**	**9,90**	**10,24**	**9,61**	**10,32**	**9,49**	**9,34**
Aguiar da Beira	14,36	11,63	10,38	9,21	10,23	7,94	11,12
Carregal do Sal	9,57	9,22	10,27	11,60	11,24	9,74	10,34
Castro Daire	11,94	10,73	9,44	9,33	10,77	10,39	9,45
Mangualde	9,35	9,19	11,41	9,57	9,82	8,95	9,58
Mortágua	9,23	7,98	9,73	10,17	10,78	8,81	9,48
Nelas	9,38	9,11	10,23	8,75	10,27	9,64	8,15
Oliveira de Frades	9,97	8,38	8,94	8,99	10,54	9,28	9,37
Penalva do Castelo	11,12	10,78	9,73	9,76	10,40	9,35	9,32
Santa Comba Dão	9,94	9,52	9,72	10,28	10,49	10,19	9,48
São Pedro do Sul	9,19	9,00	10,06	9,17	9,51	9,27	8,86
Sátão	11,99	10,89	9,65	9,08	10,56	8,82	9,82
Tondela	11,66	9,50	9,89	9,75	10,56	9,70	9,89
Vila Nova de Paiva	16,30	13,53	10,92	9,16	10,00	8,45	9,33
Viseu	11,23	10,57	11,37	10,00	10,41	9,79	9,10
Vouzela	9,92	8,71	8,81	8,20	10,22	9,49	8,75
NUTS III Pinhal Interior Sul	**8,93**	**8,71**	**9,33**	**8,83**	**9,78**	**9,77**	**9,43**
Mação	7,90	7,70	10,55	8,12	8,66	9,77	9,66
Oleiros	9,92	9,50	9,18	9,28	10,65	9,63	9,77
Proença-a-Nova	8,75	9,05	8,41	7,91	8,62	9,21	9,70
Sertã	9,72	9,02	9,39	9,81	10,87	10,22	9,13
Vila de Rei	8,26	8,35	8,78	7,78	10,05	10,02	9,48

TCM	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
NUTS III Serra da Estrela	**10,06**	**9,50**	**10,21**	**9,25**	**10,02**	**9,50**	**9,82**
Fornos de Algodres	9,11	9,63	9,87	8,61	9,63	9,84	9,91
Gouveia	9,78	9,47	11,14	8,62	9,80	9,20	9,73
Seia	10,55	9,41	9,75	9,90	10,36	9,60	9,92
NUTS III Beira Interior Norte	**12,48**	**11,44**	**10,66**	**9,90**	**9,45**	**8,83**	**9,48**
Almeida	13,13	12,40	9,65	10,18	9,08	8,78	10,11
Celorico da Beira	12,00	10,50	10,12	9,55	9,32	8,06	9,68
Figueira de Castelo Rodrigo	12,11	11,32	10,52	9,07	9,15	9,51	10,69
Guarda	11,77	11,94	10,50	9,83	9,28	8,64	8,87
Manteigas	8,54	8,73	11,47	10,12	9,57	10,16	11,07
Meda	13,23	10,79	10,17	9,61	9,09	8,68	10,05
Pinhel	13,07	13,06	12,13	10,54	9,66	8,80	8,65
Sabugal	13,48	10,40	10,57	10,31	10,42	9,36	9,84
Trancoso	12,15	11,83	11,86	10,58	9,71	8,71	9,59
NUTS III Beira Interior Sul	**9,42**	**8,45**	**8,99**	**8,06**	**8,97**	**9,35**	**10,02**
Castelo Branco	9,64	8,45	9,31	8,11	9,30	9,88	9,93
Idanha-a-Nova	8,37	7,49	7,92	7,41	8,31	9,12	10,00
Penamacor	11,18	9,37	10,28	8,81	9,38	9,11	10,79
Vila Velha de Ródão	8,33	9,71	9,27	9,27	8,47	8,46	10,47
NUTS III Cova da Beira	**10,87**	**10,01**	**10,08**	**9,75**	**10,39**	**9,37**	**9,31**
Belmonte	9,69	9,54	10,86	7,44	10,74	9,44	9,18
Covilhã	11,77	10,55	10,40	10,19	11,09	9,63	9,19
Fundão	9,97	9,39	9,35	9,73	9,49	9,11	9,53
NUTS III Oeste	**10,53**	**10,28**	**11,33**	**10,59**	**11,11**	**11,17**	**10,85**
Alcobaça	11,50	11,93	13,27	11,49	11,27	11,39	10,16
Alenquer	10,05	10,50	9,95	10,85	11,46	12,36	12,29
Arruda dos Vinhos	10,22	10,47	9,10	10,32	11,67	11,29	10,12
Bombarral	8,61	9,31	11,93	11,20	11,08	10,07	12,25
Cadaval	9,05	9,55	10,98	10,26	10,54	11,06	11,16
Caldas da Rainha	9,32	9,15	11,51	10,17	10,67	9,44	9,48
Lourinhã	11,14	9,90	10,42	11,15	11,24	11,50	11,03
Nazaré	10,38	9,78	11,74	10,40	13,22	12,16	11,78
Óbidos	9,51	9,56	10,90	10,92	9,95	11,45	7,93
Peniche	12,29	9,70	11,42	10,98	10,89	11,47	12,22
Sobral de Monte Agraço	11,18	11,30	9,62	9,59	12,52	12,95	13,11
Torres Vedras	10,96	10,18	11,41	9,72	10,90	11,29	10,94
NUTS III Médio Tejo	**9,44**	**8,84**	**9,84**	**9,51**	**9,66**	**9,97**	**9,25**
Abrantes	8,76	8,14	8,40	8,70	8,43	9,93	9,53
Alcanena	8,67	7,17	9,77	8,67	11,46	9,15	8,80
Constância	8,04	8,67	10,95	10,57	11,56	8,59	6,11
Entroncamento	6,64	9,26	7,64	8,79	9,98	9,16	8,53

TCM	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Ferreira do Zêzere	9,12	9,11	9,87	10,60	11,83	10,73	10,42
Ourém	10,25	9,32	10,06	10,28	10,00	10,61	8,71
Sardoal	8,65	8,14	8,06	9,82	9,29	9,14	9,00
Tomar	10,14	9,06	11,52	9,96	10,24	10,57	9,50
Torres Novas	9,77	9,71	10,39	9,29	9,04	9,52	9,99
Vila Nova da Barquinha	9,45	8,06	11,68	9,15	9,75	9,68	8,64
NUTS II Lisboa	**12,22**	**10,04**	**10,97**	**9,54**	**10,40**	**10,25**	**9,76**
NUTS III Grande Lisboa	**12,57**	**9,94**	**11,12**	**9,59**	**10,33**	**10,05**	**9,55**
Amadora	-	-	-	7,48	9,47	9,89	9,65
Cascais	8,31	9,59	9,98	8,74	10,10	10,33	9,40
Lisboa	13,51	10,11	12,13	10,36	10,90	10,51	10,02
Loures	11,39	9,70	10,23	8,66	16,00	9,78	9,84
Mafra	10,26	10,71	12,93	11,08	12,19	11,05	9,70
Odivelas	-	-	-	-	-	9,82	8,89
Oeiras	8,27	9,06	9,14	8,72	9,39	9,04	8,44
Sintra	10,00	9,93	9,95	9,14	10,01	10,05	9,06
Vila Franca de Xira	11,23	10,12	9,72	8,66	10,36	10,76	10,93
NUTS III Península de Setúbal	**10,56**	**10,57**	**10,50**	**9,31**	**10,67**	**10,88**	**10,39**
Alcochete	8,72	9,38	11,12	11,36	10,67	12,30	12,14
Almada	10,25	10,99	10,58	9,12	11,01	11,10	10,12
Barreiro	9,13	9,59	9,13	8,98	10,56	11,54	11,38
Moita	12,33	10,67	8,40	8,79	10,63	11,28	10,82
Montijo	8,57	9,97	9,46	10,15	11,94	11,91	11,46
Palmela	9,23	9,67	12,49	10,35	11,70	10,50	9,89
Seixal	9,89	8,73	9,69	8,14	10,20	9,73	9,64
Sesimbra	10,50	10,23	10,85	8,60	10,43	9,89	11,23
Setúbal	13,05	12,28	12,83	9,93	9,99	11,01	10,21
NUTS II Alentejo	**10,66**	**9,94**	**10,78**	**9,24**	**10,21**	**10,32**	**10,61**
NUTS III Alentejo Litoral	**11,27**	**10,01**	**11,07**	**9,27**	**10,97**	**10,24**	**10,56**
Alcácer do Sal	9,91	10,58	10,80	9,44	12,02	10,30	9,65
Grândola	11,66	9,32	11,57	9,09	11,41	9,62	11,97
Odemira	12,12	10,28	11,61	9,17	10,83	10,72	10,53
Santiago do Cacém	11,02	9,50	10,79	9,37	10,04	9,41	9,78
Sines	10,41	10,79	10,37	9,32	12,35	12,30	11,81
NUTS III Alto Alentejo	**10,18**	**9,63**	**11,06**	**8,94**	**9,36**	**10,02**	**10,58**
Alter do Chão	9,24	7,54	10,96	8,28	10,67	9,51	9,98
Arronches	10,11	8,92	14,91	8,65	10,91	12,11	11,70
Avis	8,28	8,89	9,88	8,80	8,62	10,11	11,45
Campo Maior	12,20	12,08	13,58	10,17	9,98	10,19	12,49
Castelo de Vide	11,20	9,05	18,54	8,10	8,69	10,16	9,86
Crato	7,91	9,92	10,06	7,80	9,58	10,66	12,61

TCM	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Elvas	13,33	11,92	13,59	9,87	10,29	10,27	9,94
Fronteira	9,84	10,58	9,81	7,95	11,01	11,18	11,19
Gavião	7,99	7,21	9,54	7,83	7,99	11,26	9,07
Marvão	10,20	8,81	11,77	8,66	9,64	9,87	10,79
Monforte	12,90	10,96	15,73	9,30	11,31	9,96	10,98
Mora	9,49	9,65	8,96	9,27	8,06	9,44	10,79
Nisa	8,99	9,36	9,22	8,18	8,00	9,91	10,29
Ponte de Sor	8,26	8,21	10,60	8,81	9,35	9,85	10,42
Portalegre	10,60	9,60	10,74	9,63	9,65	9,49	10,57
NUTS III Alentejo Central	**11,01**	**10,25**	**11,03**	**9,06**	**10,01**	**9,43**	**9,65**
Alandroal	11,46	11,36	9,70	9,51	9,70	8,27	9,30
Arraiolos	11,03	10,28	10,33	8,97	9,28	8,71	8,45
Borba	11,55	10,61	10,06	8,47	9,56	8,67	8,17
Estremoz	10,44	10,90	11,55	8,89	10,59	9,78	9,65
Évora	11,88	10,23	11,54	9,53	10,06	9,22	9,51
Montemor-o-Novo	9,59	8,25	13,03	8,27	8,96	8,84	10,11
Mourão	11,28	10,30	8,05	8,49	9,93	10,91	12,89
Portel	11,10	10,53	9,97	9,42	10,57	9,83	10,15
Redondo	11,49	10,76	12,04	10,08	9,94	10,45	10,39
Reguengos de Monsaraz	10,51	11,12	9,77	9,99	10,65	10,55	10,24
Sousel	12,41	10,67	10,22	8,24	11,09	10,73	11,28
Vendas Novas	-	-	11,44	8,19	11,51	8,03	8,91
Viana do Alentejo	11,00	10,04	11,14	9,23	8,75	11,30	9,80
Vila Viçosa	10,43	11,38	11,38	8,50	10,63	10,28	9,91
NUTS III Baixo Alentejo	**11,90**	**10,88**	**10,87**	**8,95**	**10,86**	**11,02**	**11,96**
Aljustrel	12,31	11,70	12,69	8,79	10,83	11,60	12,51
Almodôvar	12,35	10,50	10,58	8,95	11,47	10,69	11,31
Alvito	11,07	8,95	9,42	8,45	13,33	16,36	14,24
Barrancos	11,66	10,74	10,26	8,73	11,26	10,78	15,97
Beja	12,06	11,61	11,89	8,65	10,30	10,78	11,81
Castro Verde	13,75	11,24	9,13	9,40	8,92	10,47	12,68
Cuba	12,21	12,10	11,19	8,71	10,47	11,99	11,10
Ferreira do Alentejo	11,39	11,06	10,14	8,36	11,02	10,45	11,50
Mértola	12,09	11,24	10,84	8,90	10,98	9,10	10,08
Moura	11,65	9,96	10,08	8,88	10,67	11,66	12,54
Ourique	12,12	10,83	10,41	8,97	11,57	9,99	13,29
Serpa	10,88	9,91	12,08	9,67	11,82	11,63	11,98
Vidigueira	12,03	11,33	8,62	10,09	12,38	11,93	11,80
NUTS III Lezíria do Tejo	**9,10**	**9,01**	**10,23**	**9,84**	**10,22**	**10,83**	**10,59**
Almeirim	7,31	9,44	11,39	10,43	10,75	11,12	9,13
Alpiarça	9,42	8,42	9,98	10,91	10,96	9,48	11,78

TCM	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Azambuja	9,94	9,45	10,40	9,59	11,34	12,29	11,15
Benavente	8,75	9,90	11,42	9,60	10,17	10,84	11,51
Cartaxo	9,78	9,35	11,82	11,22	10,64	12,20	11,54
Chamusca	7,93	8,51	9,87	10,30	10,54	10,32	11,17
Coruche	6,50	8,25	9,54	8,49	9,01	10,16	10,22
Golegã	8,52	9,15	8,00	9,94	9,19	12,20	9,56
Rio Maior	10,20	9,33	9,36	9,85	10,44	11,43	10,04
Salvaterra de Magos	8,77	9,69	10,56	9,92	10,25	10,55	10,44
Santarém	9,98	8,80	10,16	9,66	9,98	10,25	10,63
NUTS II Algarve	**10,88**	**9,67**	**10,42**	**9,28**	**10,29**	**9,98**	**9,65**
NUTS III Algarve	**10,88**	**9,67**	**10,42**	**9,28**	**10,29**	**9,98**	**9,65**
Albufeira	9,75	8,99	9,51	9,53	11,01	10,75	8,94
Alcoutim	11,78	9,83	8,45	7,66	9,45	9,41	9,56
Aljezur	8,45	8,72	8,75	8,47	10,99	8,94	8,82
Castro Marim	8,89	8,88	51,90	8,74	8,92	9,97	10,06
Faro	12,24	9,70	4,88	9,19	11,90	10,12	9,52
Lagoa	11,55	10,21	12,19	10,06	10,09	9,07	9,42
Lagos	10,92	9,70	24,99	8,22	9,29	9,55	9,06
Loulé	10,58	8,87	2,76	9,22	10,58	10,41	9,29
Monchique	10,17	9,13	25,57	9,81	11,96	8,28	10,62
Olhão	12,56	11,82	9,22	10,31	10,85	10,07	10,24
Portimão	12,61	10,26	4,43	8,87	9,43	10,15	9,68
São Brás de Alportel	9,80	9,75	11,72	10,54	10,64	9,15	9,96
Silves	11,12	10,30	11,21	9,09	9,82	9,88	9,85
Tavira	9,78	8,64	9,45	9,34	8,50	9,91	10,40
Vila do Bispo	9,51	7,92	8,91	8,65	8,95	10,16	8,15
Vila Real de Santo António	9,41	9,52	10,21	9,98	11,58	10,52	10,86
NUTS II R. A. dos Açores	**13,05**	**12,22**	**12,01**	**11,68**	**12,58**	**13,41**	**13,80**
NUTS III R. A. dos Açores	**13,05**	**12,22**	**12,01**	**11,68**	**12,58**	**13,41**	**13,80**
Angra do Heroísmo	15,01	14,48	12,22	9,26	13,50	13,47	13,67
Calheta (R.A.A.)	11,31	11,93	11,39	12,95	11,56	12,51	11,65
Corvo	9,09	11,78	1,68	91,67	8,83	12,80	10,95
Horta	9,50	10,37	11,28	7,51	11,08	11,66	12,19
Lagoa (R.A.A.)	13,76	13,82	12,64	10,09	13,06	12,96	14,34
Lajes das Flores	12,49	9,89	11,21	18,04	10,90	12,50	12,79
Lajes do Pico	8,19	9,08	8,85	4,35	10,36	13,95	11,78
Madalena	7,92	9,17	8,08	16,95	11,09	12,75	12,85
Nordeste	10,28	9,61	10,91	9,00	10,27	12,05	15,13
Ponta Delgada	13,61	14,45	14,79	7,52	14,01	13,40	13,43
Povoação	12,98	11,33	12,86	9,34	12,94	15,12	15,66
Ribeira Grande	15,24	11,84	12,66	22,02	14,71	15,63	16,21

TCM	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Santa Cruz da Graciosa	11,34	11,34	13,13	21,35	11,17	14,51	15,54
Santa Cruz das Flores	12,68	11,05	8,92	71,65	10,98	13,06	12,70
São Roque do Pico	8,18	8,83	8,25	8,45	9,82	13,04	10,81
Velas	11,17	9,50	10,52	11,07	10,24	12,81	16,32
Vila da Praia da Vitória	16,13	11,67	10,46	9,49	12,22	14,00	13,54
Vila do Porto	15,45	8,36	12,30	8,32	15,45	15,69	16,33
Vila Franca do Campo	12,45	12,98	11,27	10,98	12,99	12,78	14,60
NUTS II R. A. da Madeira	**12,68**	**11,92**	**12,38**	**10,64**	**11,62**	**12,92**	**12,14**
NUTS III R. A. da Madeira	**12,68**	**11,92**	**12,38**	**10,64**	**11,62**	**12,92**	**12,14**
Calheta (R.A.M.)	10,93	9,59	11,06	12,05	11,53	13,48	11,90
Câmara de Lobos	11,97	12,79	14,07	11,00	12,68	13,91	12,86
Funchal	14,47	13,64	13,33	10,58	11,40	12,38	11,92
Machico	11,46	9,54	9,25	10,60	11,91	12,53	11,26
Ponta do Sol	11,26	11,95	10,59	10,58	13,71	14,67	10,91
Porto Moniz	14,29	10,78	11,81	10,30	13,66	15,42	18,06
Porto Santo	12,62	12,97	13,50	12,00	12,18	16,02	10,75
Ribeira Brava	12,83	11,04	11,12	9,93	10,40	13,39	13,26
Santa Cruz	9,42	9,55	5,98	10,82	11,12	13,50	12,40
Santana	11,11	10,48	24,91	9,80	11,40	13,21	12,74
São Vicente	13,21	11,45	12,89	10,28	12,64	12,67	13,17

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950-2011) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71; 1980-81; 1990-91; 2000-01; 2010-11).

3. Taxas comparativas de mortalidade (‰), por sexo, NUTS II, NUTS III e Municípios, 1981-2011

	Homens				Mulheres			
TCM	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011
NUTS II Norte	**10,93**	**11,62**	**10,76**	**10,27**	**9,25**	**10,00**	**9,27**	**9,08**
NUTS III Minho Lima	**9,95**	**11,63**	**10,45**	**10,67**	**9,01**	**9,62**	**8,89**	**9,04**
Arcos de Valdevez	9,63	11,97	11,88	12,95	8,70	10,03	8,95	9,03
Caminha	11,08	12,24	8,69	11,06	8,15	10,16	8,30	9,21
Melgaço	10,52	11,39	10,61	9,78	9,74	10,15	9,17	9,13
Monção	10,49	12,46	10,97	11,27	9,86	10,55	10,35	9,95
Paredes de Coura	10,06	11,19	11,21	10,51	10,43	8,93	9,12	7,87
Ponte da Barca	10,29	14,18	10,83	10,27	8,66	10,30	9,46	9,81
Ponte de Lima	9,30	10,53	10,54	9,84	9,54	8,41	8,58	8,36
Valença	11,22	12,80	11,34	11,25	9,97	11,31	10,36	9,89
Viana do Castelo	9,66	11,27	9,65	10,31	8,06	9,37	8,27	8,89
Vila Nova de Cerveira	10,32	12,17	11,59	11,71	11,23	9,26	10,55	9,50

	Homens				Mulheres			
TCM	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**
NUTS III Cávado	**10,55**	**11,70**	**10,36**	**9,76**	**9,35**	**10,00**	**9,14**	**8,78**
Amares	12,45	11,52	9,03	9,81	11,08	10,89	9,20	9,54
Barcelos	10,94	11,52	10,79	9,66	9,56	10,37	8,72	9,19
Braga	10,30	11,57	10,21	9,07	8,44	9,77	9,06	8,00
Esposende	11,18	13,41	10,56	10,14	10,94	9,56	9,86	9,86
Terras de Bouro	7,66	14,02	11,18	10,60	8,22	9,59	10,05	12,68
Vila Verde	10,77	11,71	10,65	11,76	9,88	9,94	9,73	8,62
NUTS III Ave	**10,22**	**11,50**	**10,79**	**10,53**	**9,65**	**10,26**	**9,52**	**9,19**
Fafe	10,46	12,61	12,38	11,00	10,33	10,64	10,43	9,87
Guimarães	10,04	12,43	10,96	10,45	9,71	11,01	9,43	9,20
Póvoa de Lanhoso	11,40	11,58	10,34	9,42	9,67	10,02	10,09	7,57
Santo Tirso	10,05	15,16	10,33	10,54	9,30	13,05	9,68	8,95
Trofa	-	-	11,09	10,00	-	-	10,31	8,65
Vieira do Minho	7,90	11,58	10,71	10,93	8,82	11,07	9,47	9,97
Vila Nova de Famalicão	10,92	12,30	10,60	10,72	9,92	11,32	8,89	9,35
Vizela	-	-	9,87	10,50	-	-	9,04	9,90
NUTS III Grande Porto	**11,57**	**12,06**	**11,06**	**10,28**	**9,17**	**9,99**	**9,36**	**9,02**
Espinho	11,24	11,45	9,86	9,79	8,89	9,35	8,96	8,71
Gondomar	10,43	11,88	11,30	10,40	9,80	10,26	10,03	9,07
Maia	10,96	12,65	10,05	9,77	8,87	9,54	8,76	8,94
Matosinhos	11,02	13,26	10,93	9,68	9,60	10,58	9,12	9,24
Porto	11,52	11,84	11,96	10,93	8,74	9,49	9,32	8,82
Póvoa de Varzim	12,09	11,90	12,26	10,62	8,29	11,34	10,33	8,88
Valongo	11,51	11,97	11,29	10,80	10,16	10,14	9,48	9,32
Vila do Conde	13,40	13,25	10,84	11,03	9,96	10,82	9,67	9,29
Vila Nova de Gaia	12,37	11,77	10,63	10,15	9,54	10,47	9,46	9,35
NUTS III Tâmega	**10,30**	**11,56**	**11,01**	**10,80**	**9,14**	**10,62**	**9,92**	**9,69**
Amarante	11,94	11,11	10,78	10,98	10,37	10,89	9,29	9,78
Baião	10,05	12,73	11,14	11,60	8,59	10,67	9,23	11,68
Cabeceiras de Basto	12,59	13,24	11,27	10,96	7,95	10,92	9,83	9,56
Castelo de Paiva	9,32	9,74	13,52	10,34	10,04	10,03	10,54	9,04
Celorico de Basto	8,96	9,15	9,63	9,97	9,25	9,88	9,29	9,05
Cinfães	9,84	11,63	10,69	10,62	10,43	11,57	9,77	9,26
Felgueiras	11,13	11,96	10,23	9,87	8,15	10,58	9,38	9,10
Lousada	10,12	14,45	9,88	11,57	9,81	12,03	11,10	9,87
Marco de Canaveses	9,72	10,93	11,38	11,10	9,24	10,22	9,88	9,59
Mondim de Basto	8,71	12,08	12,46	12,36	9,37	12,34	8,67	10,99
Paços de Ferreira	9,98	11,39	11,52	11,17	9,06	10,97	10,07	9,70
Paredes	10,73	11,79	11,36	11,30	9,12	10,48	10,40	9,43
Penafiel	10,51	10,83	12,01	9,82	8,36	10,28	11,13	9,86

	Homens				Mulheres			
TCM	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**
Resende	10,93	13,31	8,75	11,76	9,12	10,09	10,83	10,39
Ribeira de Pena	10,13	12,95	12,53	12,39	8,87	10,74	8,77	9,35
NUTS III Entre Douro e Vouga	**9,95**	**9,64**	**9,75**	**9,37**	**8,71**	**8,97**	**8,98**	**9,06**
Arouca	8,52	10,10	8,82	9,41	7,18	8,80	8,35	9,09
Oliveira de Azeméis	10,51	8,77	9,79	9,44	9,66	8,70	9,50	9,23
Santa Maria da Feira	10,58	9,90	10,05	9,38	9,29	9,31	8,67	9,09
São João da Madeira	9,00	11,22	11,71	10,09	7,21	9,19	8,45	8,51
Vale de Cambra	8,76	9,49	8,37	8,64	7,07	8,78	9,42	8,94
NUTS III Douro	**12,60**	**12,52**	**11,49**	**10,66**	**9,48**	**10,11**	**9,13**	**9,17**
Alijó	13,41	14,35	11,25	9,47	9,31	10,51	9,81	9,95
Armamar	14,67	13,23	10,49	13,32	9,85	11,54	7,75	9,47
Carrazeda de Ansiães	12,19	10,98	10,63	10,42	9,74	9,56	9,18	10,47
Freixo de Espada à Cinta	10,26	12,88	11,34	11,66	7,74	9,64	10,91	12,72
Lamego	12,53	12,20	11,26	10,94	9,44	11,58	9,04	9,52
Mesão Frio	13,73	17,15	17,30	13,01	12,83	10,90	7,23	12,26
Moimenta da Beira	13,19	12,66	11,24	10,87	10,39	8,78	9,89	8,56
Penedono	15,53	12,73	10,05	10,10	10,61	10,00	8,38	8,98
Peso da Régua	16,59	14,67	14,37	11,16	10,27	9,57	11,28	9,43
Sabrosa	12,25	13,78	11,51	10,88	9,15	9,47	6,07	8,13
Santa Marta de Penaguião	13,34	12,55	12,12	11,85	13,30	10,15	9,60	8,89
São João da Pesqueira	14,28	9,89	11,46	13,21	7,49	9,84	9,41	10,25
Sernancelhe	15,65	11,20	11,66	8,39	9,13	10,90	10,29	8,70
Tabuaço	8,77	12,04	11,48	9,75	8,14	8,52	9,37	8,39
Tarouca	13,01	12,23	12,07	13,42	11,19	13,15	10,03	8,49
Torre de Moncorvo	10,02	13,40	12,32	9,89	10,03	11,28	10,14	8,20
Vila Flor	10,22	11,67	10,89	10,13	8,11	9,12	8,15	8,10
Vila Nova de Foz Côa	14,00	13,28	12,26	12,35	8,59	10,26	9,35	9,82
Vila Real	11,24	12,23	10,65	9,88	8,93	9,41	8,60	8,52
NUTS III Alto Trás-os-Montes	**11,38**	**11,62**	**10,42**	**9,95**	**9,73**	**10,31**	**8,88**	**8,71**
Alfândega da Fé	10,46	9,67	8,19	11,20	6,54	8,30	10,06	8,86
Boticas	9,18	11,95	11,64	8,68	10,43	11,19	8,84	7,79
Bragança	10,50	10,77	10,15	9,19	9,34	8,75	8,17	8,35
Chaves	12,50	14,31	10,79	10,79	10,73	11,70	8,97	8,87
Macedo de Cavaleiros	11,00	10,18	9,13	11,00	9,33	10,42	7,86	7,62
Miranda do Douro	9,68	12,47	9,17	8,28	8,63	13,02	9,09	9,81
Mirandela	10,76	11,16	10,47	8,82	8,43	8,88	8,53	8,14
Mogadouro	11,13	10,48	9,53	8,75	11,46	11,27	8,91	8,34
Montalegre	11,28	12,81	11,67	10,46	10,29	10,79	9,74	10,06
Murça	13,65	11,57	14,10	9,42	8,96	10,58	10,52	8,79
Valpaços	12,64	12,11	11,80	11,40	9,65	10,63	9,13	8,44

	Homens				Mulheres			
TCM	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**
Vila Pouca de Aguiar	11,79	12,62	10,51	10,33	10,95	9,49	10,49	10,49
Vimioso	14,12	9,67	9,58	11,15	8,33	11,89	8,38	10,13
Vinhais	10,80	9,79	10,01	9,05	10,65	9,97	8,32	8,27
NUTS II Centro	**10,32**	**10,86**	**10,37**	**10,27**	**8,85**	**9,34**	**9,15**	**8,98**
NUTS III Baixo Vouga	**10,65**	**11,14**	**10,71**	**9,97**	**9,53**	**10,11**	**9,34**	**9,03**
Águeda	10,24	11,06	9,48	9,22	8,90	9,57	8,18	8,73
Albergaria-a-Velha	10,78	11,91	10,39	10,33	10,47	8,85	10,44	9,79
Anadia	10,20	11,20	10,43	9,15	9,89	9,46	8,52	8,97
Aveiro	10,31	11,10	10,03	10,05	7,88	10,83	9,35	8,82
Estarreja	9,34	12,05	12,34	10,88	10,88	10,70	10,27	10,77
Ílhavo	12,72	10,56	12,32	10,64	10,10	10,88	10,59	8,56
Mealhada	12,24	11,19	9,10	11,49	9,48	9,92	7,83	8,20
Murtosa	9,38	15,33	16,12	11,64	11,35	12,33	11,67	9,75
Oliveira do Bairro	10,61	9,77	10,26	9,04	10,07	9,36	9,59	9,62
Ovar	12,57	11,60	11,76	10,07	10,29	10,29	9,99	9,86
Sever do Vouga	7,80	9,26	10,36	9,72	8,67	7,93	7,90	8,53
Vagos	9,83	10,96	11,09	9,02	9,05	11,00	9,72	7,36
NUTS III Baixo Mondego	**10,41**	**10,78**	**10,03**	**9,98**	**8,93**	**9,14**	**8,86**	**8,86**
Cantanhede	10,59	10,62	10,75	10,10	8,91	9,50	9,02	9,06
Coimbra	10,35	10,70	9,58	9,79	8,74	8,58	8,24	8,45
Condeixa-a-Nova	8,57	10,72	10,16	10,53	8,72	8,55	8,97	8,57
Figueira da Foz	11,75	11,50	10,95	10,34	9,54	10,12	9,89	9,08
Mira	10,25	9,99	11,46	10,35	8,10	9,16	9,75	9,11
Montemor-o-Velho	9,73	10,66	9,90	9,80	8,76	9,27	10,06	9,84
Penacova	10,14	11,54	7,83	10,75	10,76	10,28	8,88	8,68
Soure	10,54	10,44	9,74	9,52	8,45	8,73	7,71	9,15
NUTS III Pinhal Litoral	**9,93**	**10,81**	**9,88**	**9,31**	**10,11**	**10,00**	**9,17**	**9,00**
Batalha	10,63	11,20	9,18	9,09	10,33	8,10	8,45	8,48
Leiria	10,36	11,42	9,55	8,79	10,52	9,99	8,24	8,77
Marinha Grande	9,83	9,85	10,38	10,61	9,08	11,26	10,66	9,09
Pombal	9,85	10,63	9,97	9,92	10,24	10,04	9,99	9,24
Porto de Mós	8,67	10,02	10,43	8,54	9,98	9,67	10,18	9,49
NUTS III Pinhal Interior Norte	**9,82**	**10,95**	**10,53**	**10,68**	**8,08**	**8,99**	**9,13**	**9,36**
Alvaiázere	8,12	11,22	9,35	9,64	6,07	8,43	7,83	8,50
Ansião	8,21	10,28	10,69	12,17	7,15	7,56	8,54	8,07
Arganil	10,43	10,73	10,84	10,42	9,36	10,10	9,24	10,02
Castanheira de Pêra	9,62	9,91	15,73	12,65	8,45	8,95	8,37	9,77
Figueiró dos Vinhos	10,11	10,88	12,73	10,29	9,29	8,96	11,22	10,14
Góis	9,24	9,24	11,29	14,18	7,57	10,36	10,76	9,70
Lousã	9,95	10,30	9,53	9,81	10,79	8,73	8,26	9,92

	Homens				Mulheres			
TCM	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**
Miranda do Corvo	10,56	12,46	10,83	10,05	6,84	9,73	10,25	8,68
Oliveira do Hospital	9,62	10,83	10,26	9,72	9,13	8,86	9,02	10,23
Pampilhosa da Serra	14,47	12,14	11,52	10,41	8,51	8,52	9,22	10,05
Pedrógão Grande	11,14	12,55	8,42	11,94	7,89	9,58	9,65	11,60
Penela	9,82	11,91	10,30	12,75	7,40	9,74	7,94	7,38
Tábua	9,04	11,05	10,60	11,33	6,00	9,21	8,85	8,92
Vila Nova de Poiares	10,29	12,66	12,97	10,66	8,64	10,03	10,75	9,06
NUTS III Dão-Lafões	**10,14**	**10,96**	**9,83**	**10,13**	**8,93**	**9,67**	**9,08**	**8,56**
Aguiar da Beira	9,30	10,24	8,16	10,10	8,95	10,24	7,70	12,11
Carregal do Sal	11,85	12,14	10,30	11,45	9,69	10,41	9,27	9,32
Castro Daire	9,48	11,34	10,39	10,04	8,56	10,10	10,19	8,82
Mangualde	10,83	10,85	10,35	10,63	9,68	8,85	7,60	8,48
Mortágua	9,73	11,35	8,88	10,88	11,83	10,24	8,47	8,22
Nelas	10,12	10,76	10,12	8,06	7,94	9,76	9,09	8,14
Oliveira de Frades	9,98	11,50	10,53	10,30	9,90	9,51	8,33	8,51
Penalva do Castelo	10,37	10,58	10,19	9,59	9,09	10,26	8,48	9,08
Santa Comba Dão	10,73	11,44	11,60	10,18	10,80	9,64	8,81	8,79
São Pedro do Sul	8,43	10,10	9,30	10,48	8,69	8,99	9,30	7,39
Sátão	11,01	10,91	9,76	10,53	7,59	10,19	7,94	9,07
Tondela	10,10	10,97	9,75	10,44	8,63	10,17	9,55	9,35
Vila Nova de Paiva	12,13	11,91	8,33	11,75	9,22	8,50	8,34	7,04
Viseu	10,83	11,22	9,88	10,07	8,99	9,68	9,67	8,25
Vouzela	7,65	11,16	9,34	9,87	6,35	9,14	9,61	7,73
NUTS III Pinhal Interior Sul	**9,95**	**10,93**	**10,80**	**10,94**	**7,19**	**8,44**	**8,66**	**7,94**
Mação	8,30	9,74	11,16	11,25	7,54	7,47	8,30	8,05
Oleiros	11,46	12,69	10,35	11,46	8,13	8,49	8,96	8,03
Proença-a-Nova	7,45	9,27	9,78	11,37	6,18	7,66	8,49	8,22
Sertã	11,78	11,89	11,55	10,40	7,36	9,72	8,89	7,92
Vila de Rei	8,03	11,88	10,74	11,34	6,41	8,00	9,20	7,68
NUTS III Serra da Estrela	**9,46**	**10,73**	**10,30**	**9,98**	**8,94**	**9,32**	**8,68**	**9,64**
Fornos de Algodres	10,54	11,89	11,56	10,46	8,11	7,32	8,15	9,25
Gouveia	8,77	10,74	9,74	9,60	7,95	8,98	8,74	9,91
Seia	9,80	10,62	10,46	10,19	9,91	10,09	8,80	9,64
NUTS III Beira Interior Norte	**10,89**	**10,37**	**9,78**	**10,20**	**8,93**	**8,45**	**7,84**	**8,75**
Almeida	11,71	10,18	9,83	12,32	9,18	7,71	7,79	7,98
Celorico da Beira	9,75	10,48	9,39	11,24	7,97	8,20	6,53	8,10
Figueira de Castelo Rodrigo	10,52	10,28	11,51	11,51	8,70	8,07	7,65	10,04
Guarda	11,08	10,20	9,50	9,50	8,39	8,34	7,84	8,27
Manteigas	9,51	9,75	10,11	12,21	9,11	9,30	10,59	10,12
Meda	9,39	9,90	9,42	10,36	9,04	8,31	8,03	9,74

	Homens				Mulheres			
TCM	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**
Pinhel	12,18	9,57	10,19	8,99	8,75	9,69	7,34	8,24
Sabugal	10,61	12,00	10,98	10,37	10,68	8,75	7,73	9,29
Trancoso	12,28	10,57	8,57	9,86	10,04	8,82	9,17	9,28
NUTS III Beira Interior Sul	**8,57**	**9,49**	**9,57**	**11,02**	**7,52**	**8,40**	**9,03**	**8,95**
Castelo Branco	8,73	9,67	10,09	10,86	6,97	8,92	9,11	8,99
Idanha-a-Nova	8,12	8,95	9,39	11,26	7,90	7,52	8,78	8,60
Penamacor	8,38	9,91	9,54	12,04	9,51	8,67	8,50	9,14
Vila Velha de Ródão	10,25	9,76	7,99	12,19	7,82	7,17	8,86	8,38
NUTS III Cova da Beira	**10,52**	**11,51**	**9,86**	**10,31**	**8,98**	**9,30**	**8,93**	**8,35**
Belmonte	10,12	11,30	9,56	9,18	5,37	10,18	9,65	9,18
Covilhã	10,66	12,36	10,04	10,08	9,57	9,97	9,24	8,38
Fundão	10,88	10,68	9,84	10,93	9,14	8,26	8,37	8,11
NUTS III Oeste	**11,64**	**11,95**	**11,70**	**11,50**	**9,53**	**10,07**	**10,50**	**10,14**
Alcobaça	13,94	12,65	11,85	11,07	9,44	9,69	10,84	9,19
Alenquer	11,73	12,57	12,64	13,30	10,32	10,13	12,01	11,38
Arruda dos Vinhos	10,26	12,63	11,02	10,86	10,41	10,68	11,37	9,40
Bombarral	10,53	11,83	9,78	13,74	11,74	10,10	10,18	10,71
Cadaval	8,75	10,93	11,79	11,36	11,50	9,95	10,18	10,90
Caldas da Rainha	11,52	11,02	9,87	9,97	8,58	10,20	8,91	8,96
Lourinhã	12,40	11,71	12,25	11,45	10,82	10,40	10,60	10,48
Nazaré	11,17	14,49	13,12	12,22	8,45	12,11	11,78	11,37
Óbidos	11,16	10,00	12,27	8,46	9,89	9,68	10,45	7,40
Peniche	11,97	11,87	13,40	13,46	9,22	9,92	10,02	10,93
Sobral de Monte Agraço	7,86	14,17	13,79	13,70	10,56	10,56	11,92	12,32
Torres Vedras	11,43	11,83	11,89	11,24	8,51	9,80	10,56	10,54
NUTS III Médio Tejo	**10,32**	**10,50**	**10,76**	**10,08**	**8,41**	**8,85**	**9,22**	**8,49**
Abrantes	8,89	9,42	10,86	10,24	7,60	7,37	8,97	8,83
Alcanena	10,08	11,77	9,53	9,95	6,57	11,13	8,72	7,63
Constância	13,54	13,70	7,66	6,10	12,32	10,50	9,36	6,01
Entroncamento	9,44	10,44	9,35	9,14	8,19	9,59	8,88	8,00
Ferreira do Zêzere	12,01	13,83	11,85	11,30	10,07	9,91	9,86	9,73
Ourém	11,56	10,76	11,77	9,71	9,28	9,39	9,58	7,85
Sardoal	10,05	11,44	9,29	9,21	8,08	7,14	9,11	8,86
Tomar	11,53	11,22	11,48	10,03	8,74	9,40	9,79	9,07
Torres Novas	9,30	9,59	10,20	11,37	7,51	8,52	8,96	8,78
Vila Nova da Barquinha	9,63	11,04	11,52	9,96	11,03	8,54	8,32	7,30
NUTS II Lisboa	**10,46**	**11,32**	**11,35**	**10,61**	**8,65**	**9,69**	**9,35**	**9,09**
NUTS III Grande Lisboa	**10,52**	**11,36**	**11,25**	**10,48**	**8,64**	**9,60**	**9,14**	**8,84**
Amadora	9,29	10,24	11,04	10,63	6,82	8,86	8,93	8,85
Cascais	9,57	11,18	11,66	10,16	8,04	9,22	9,26	8,81

	Homens				Mulheres			
TCM	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**
Lisboa	11,38	12,37	12,17	11,39	9,14	9,96	9,39	9,13
Loures	9,83	17,00	10,76	10,79	7,99	15,09	8,87	8,94
Mafra	12,65	13,35	12,18	9,58	10,19	11,00	9,87	9,70
Odivelas	-	-	10,95	10,07	-	-	8,89	7,84
Oeiras	9,05	10,33	10,04	9,30	8,26	8,65	8,28	7,77
Sintra	9,54	10,36	10,79	9,68	8,44	9,70	9,41	8,54
Vila Franca de Xira	9,17	11,13	11,11	10,78	7,83	9,58	10,28	11,01
NUTS III Península de Setúbal	**10,22**	**11,26**	**11,67**	**10,96**	**8,82**	**10,04**	**10,08**	**9,82**
Alcochete	11,57	10,33	12,90	12,22	10,37	10,94	11,80	12,19
Almada	9,41	11,97	12,07	10,59	9,03	10,13	10,19	9,70
Barreiro	10,52	10,93	11,91	12,32	8,58	10,16	11,15	10,55
Moita	8,86	10,71	11,75	11,85	8,63	10,46	10,81	9,95
Montijo	11,89	13,02	13,15	12,15	9,71	10,76	10,72	10,83
Palmela	12,34	12,34	11,56	10,16	9,00	10,88	9,35	9,53
Seixal	9,93	11,07	10,24	10,14	7,46	9,30	9,21	9,13
Sesimbra	7,20	9,73	10,25	11,63	8,88	10,98	9,29	10,61
Setúbal	11,37	10,74	12,44	11,01	8,81	9,26	9,73	9,50
NUTS II Alentejo	**10,02**	**10,85**	**10,93**	**10,98**	**8,78**	**9,39**	**9,57**	**10,15**
NUTS III Alentejo Litoral	**10,67**	**11,88**	**10,89**	**11,31**	**9,44**	**9,69**	**9,25**	**9,51**
Alcácer do Sal	11,46	13,51	10,96	11,01	8,95	10,26	9,55	8,31
Grândola	9,86	13,15	10,97	12,75	9,39	9,35	8,01	10,85
Odemira	9,76	10,99	11,13	11,39	9,94	10,21	10,09	9,10
Santiago do Cacém	11,27	11,30	10,10	10,18	9,48	8,52	8,60	9,15
Sines	12,76	12,52	12,57	12,29	8,61	11,94	11,88	11,10
NUTS III Alto Alentejo	**8,97**	**9,84**	**10,19**	**10,74**	**8,62**	**8,74**	**9,68**	**10,32**
Alter do Chão	7,06	10,87	10,92	11,26	9,77	10,70	8,11	8,69
Arronches	8,69	12,07	9,56	9,75	7,56	9,94	15,83	13,57
Avis	8,26	9,45	9,56	10,27	10,74	7,46	10,60	12,76
Campo Maior	12,55	9,78	10,52	12,20	10,04	9,98	9,84	13,04
Castelo de Vide	9,12	10,26	8,17	10,04	5,85	7,24	12,05	9,78
Crato	6,62	10,84	12,13	14,10	7,18	8,19	9,43	11,42
Elvas	9,22	11,03	9,89	10,59	8,55	9,36	10,45	9,13
Fronteira	10,19	12,34	11,66	10,69	6,71	9,71	11,07	11,60
Gavião	7,64	8,13	11,70	10,04	7,82	7,55	11,08	8,09
Marvão	8,20	9,86	9,66	9,25	9,28	9,29	9,38	12,37
Monforte	13,56	11,77	9,77	9,06	8,84	10,76	9,85	12,96
Mora	7,11	7,94	10,07	10,45	9,74	8,14	8,76	10,89
Nisa	8,99	9,06	10,68	10,86	7,58	6,82	9,03	9,67
Ponte de Sor	8,70	10,17	11,02	11,24	8,65	8,41	8,53	9,59
Portalegre	10,00	9,32	9,58	10,94	9,29	9,99	9,26	10,13

	Homens				Mulheres			
TCM	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**
NUTS III Alentejo Central	**9,34**	**10,40**	**9,71**	**9,71**	**9,02**	**9,43**	**9,03**	**9,48**
Alandroal	11,15	8,74	9,45	8,61	8,73	10,30	6,89	9,94
Arraiolos	10,78	9,03	9,20	9,26	8,34	9,39	7,84	7,63
Borba	9,51	9,97	8,57	7,59	7,65	8,79	8,68	8,61
Estremoz	8,56	10,26	9,78	9,96	10,79	10,75	9,69	9,30
Évora	9,94	10,83	9,23	9,43	9,58	9,21	9,12	9,58
Montemor-o-Novo	8,59	8,95	8,91	9,95	8,07	8,72	8,59	10,23
Mourão	9,67	10,19	12,18	11,39	7,68	9,71	9,31	14,28
Portel	11,43	13,32	9,87	10,38	8,22	7,58	9,76	9,81
Redondo	8,42	10,38	10,84	10,02	11,45	9,19	10,07	10,73
Reguengos de Monsaraz	10,01	11,73	11,06	11,82	9,13	9,36	9,99	8,78
Sousel	8,04	10,94	12,60	11,36	7,80	11,17	8,93	11,21
Vendas Novas	7,46	11,27	8,88	10,13	8,66	11,66	6,81	7,63
Viana do Alentejo	9,15	10,13	12,37	9,25	8,43	7,03	9,93	9,94
Vila Viçosa	9,30	11,58	9,72	9,81	7,28	9,63	10,87	9,94
NUTS III Baixo Alentejo	**9,89**	**11,40**	**12,38**	**12,70**	**8,37**	**10,12**	**9,48**	**11,14**
Aljustrel	10,46	11,89	13,05	13,70	9,25	9,73	10,14	11,40
Almodôvar	10,73	11,51	11,36	11,47	8,57	11,05	9,56	10,98
Alvito	9,80	12,94	15,79	13,38	9,77	13,58	15,02	14,74
Barrancos	13,10	12,48	12,19	18,03	6,88	9,75	8,91	13,52
Beja	10,14	11,43	12,40	12,95	6,86	9,13	9,32	10,89
Castro Verde	9,43	9,91	11,51	13,39	9,66	7,80	9,24	11,79
Cuba	9,64	9,90	12,94	9,16	11,88	10,93	10,71	12,93
Ferreira do Alentejo	9,28	12,04	12,14	13,52	6,13	9,69	8,64	9,38
Mértola	9,41	11,26	10,58	11,01	9,58	10,48	7,36	8,98
Moura	8,82	12,40	14,15	12,66	8,33	8,91	9,33	12,44
Ourique	8,62	11,82	12,37	14,19	8,06	10,90	7,05	12,17
Serpa	10,40	11,54	12,28	12,91	8,86	11,91	10,82	10,97
Vidigueira	10,66	10,83	13,85	12,56	11,32	14,24	9,82	10,68
NUTS III Lezíria do Tejo	**11,22**	**11,15**	**11,46**	**10,94**	**8,81**	**9,21**	**10,19**	**10,23**
Almeirim	13,13	11,91	12,06	9,45	8,46	9,69	10,50	8,85
Alpiarça	13,17	12,95	11,02	12,81	10,06	9,22	8,17	10,95
Azambuja	10,89	12,00	12,98	10,09	7,02	10,51	11,62	12,09
Benavente	12,50	12,18	12,04	12,40	7,35	7,95	9,64	10,74
Cartaxo	12,00	10,67	12,79	12,06	10,96	10,49	11,74	11,01
Chamusca	11,94	12,40	10,97	10,93	8,04	8,67	9,66	11,40
Coruche	9,83	9,91	10,34	10,21	7,58	7,81	9,99	10,08
Golegã	11,05	10,06	13,84	9,85	10,07	8,52	11,96	9,37
Rio Maior	11,03	11,11	11,71	10,72	10,02	9,52	11,09	9,34
Salvaterra de Magos	12,49	10,60	11,15	10,37	8,93	9,90	10,20	10,52

	Homens				Mulheres			
TCM	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**
Santarém	10,44	10,80	11,17	11,49	8,95	9,13	9,42	9,90
NUTS II Algarve	**10,23**	**11,02**	**10,79**	**10,29**	**8,22**	**9,37**	**8,93**	**8,84**
NUTS III Algarve	**10,23**	**11,02**	**10,79**	**10,29**	**8,22**	**9,37**	**8,93**	**8,84**
Albufeira	12,10	12,42	12,79	9,29	7,58	9,43	8,47	8,42
Alcoutim	8,06	8,90	10,06	9,35	9,48	10,08	8,11	9,54
Aljezur	7,92	9,85	9,97	8,55	7,22	12,38	7,25	8,79
Castro Marim	8,55	9,03	9,81	10,68	8,08	8,81	10,03	9,15
Faro	11,08	13,01	11,05	10,20	7,06	10,91	9,17	8,83
Lagoa	10,54	11,14	9,98	9,42	7,90	8,84	7,94	9,26
Lagos	8,50	10,56	10,11	10,21	8,42	7,73	8,82	7,73
Loulé	9,49	11,41	11,04	10,16	8,40	9,58	9,53	8,21
Monchique	9,81	11,91	7,99	11,27	7,24	11,47	8,23	9,25
Olhão	11,67	12,00	11,73	10,66	9,72	9,70	8,44	9,72
Portimão	11,07	9,84	10,60	10,25	7,26	8,97	9,49	9,02
São Brás de Alportel	10,85	12,09	9,62	10,88	10,37	9,25	8,52	8,90
Silves	10,82	10,45	10,47	10,45	8,63	8,84	8,95	8,89
Tavira	9,49	8,74	10,26	11,19	8,44	7,99	9,25	9,30
Vila do Bispo	8,89	9,45	10,56	10,18	7,51	7,95	9,44	5,51
Vila Real de Santo António	10,48	14,06	12,78	11,65	8,56	9,35	8,42	10,11
NUTS II R. A. dos Açores	**12,84**	**13,24**	**14,43**	**15,23**	**10,82**	**11,88**	**12,45**	**12,58**
NUTS III R. A. dos Açores	**12,84**	**13,24**	**14,43**	**15,23**	**10,82**	**11,88**	**12,45**	**12,58**
Angra do Heroísmo	12,29	14,41	14,97	15,33	9,71	12,59	12,11	12,40
Calheta (R.A.A.)	14,23	13,26	13,21	13,41	9,90	9,84	11,24	10,00
Corvo	10,46	7,44	14,49	6,74	9,04	9,65	7,97	14,77
Horta	13,19	11,62	13,58	14,64	10,01	10,61	9,85	10,34
Lagoa (R.A.A.)	16,22	12,35	14,07	17,70	14,41	13,36	11,64	11,51
Lajes das Flores	16,40	13,16	14,28	10,66	10,77	9,02	12,84	13,83
Lajes do Pico	6,93	10,99	15,31	10,63	9,29	9,27	11,54	12,97
Madalena	11,49	10,57	13,68	12,76	7,98	11,59	11,35	13,04
Nordeste	8,14	11,26	14,25	15,50	7,93	9,30	10,17	15,00
Ponta Delgada	15,39	15,03	15,73	15,94	11,11	13,28	12,00	11,74
Povoação	9,49	13,32	14,48	18,32	9,68	12,62	16,27	14,07
Ribeira Grande	16,05	15,13	15,45	17,18	13,48	14,16	15,83	15,35
Santa Cruz da Graciosa	9,94	11,32	12,82	15,41	7,44	10,80	14,81	15,73
Santa Cruz das Flores	5,78	11,19	11,23	12,25	6,33	10,82	15,13	13,01
São Roque do Pico	13,51	10,96	13,72	12,26	7,40	8,30	12,55	9,81
Velas	14,16	10,94	12,68	20,25	11,84	9,64	12,41	12,44
Vila da Praia da Vitória	12,90	13,81	14,74	13,98	14,24	10,56	12,89	13,03
Vila do Porto	11,57	16,85	15,65	17,92	9,63	14,81	15,89	15,35
Vila Franca do Campo	11,64	14,05	12,75	14,48	13,00	12,04	12,55	14,68

	Homens				Mulheres			
TCM	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**
NUTS II R. A. da Madeira	**12,27**	**13,49**	**15,30**	**13,61**	**9,78**	**10,30**	**11,32**	**11,37**
NUTS III R. A. da Madeira	**12,27**	**13,49**	**15,30**	**13,61**	**9,78**	**10,30**	**11,32**	**11,37**
Calheta (R.A.M.)	15,00	13,80	16,74	13,43	10,01	10,10	11,50	11,28
Câmara de Lobos	10,84	14,57	16,79	13,46	9,85	11,32	12,38	12,85
Funchal	13,11	13,28	14,45	13,39	9,66	10,17	11,07	11,19
Machico	12,49	14,26	14,84	13,25	9,62	9,99	10,41	10,05
Ponta do Sol	12,83	16,20	17,82	13,48	9,72	12,35	12,84	9,47
Porto Moniz	14,44	16,73	18,90	23,92	10,81	11,74	12,90	15,30
Porto Santo	14,78	13,82	20,47	11,48	12,19	10,06	11,12	10,04
Ribeira Brava	8,12	12,61	16,34	15,13	9,96	9,22	11,81	12,63
Santa Cruz	11,51	12,92	15,87	14,14	9,87	9,93	11,78	11,38
Santana	13,39	12,76	14,64	14,11	9,11	10,39	12,92	12,38
São Vicente	10,80	15,29	14,03	13,79	10,68	10,81	11,01	12,87

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11).

Nota: Foi aplicada a mesma metodologia utilizada no cálculo das taxas comparativas de mortalidade, sexos reunidos, com excepção do ano de 1981. Neste ano foram utilizados apenas os óbitos de 1981, pois para 1980 não estão disponíveis os óbitos por sexo. Desta forma, assume-se a população do recenseamento como sendo a população média, ou seja, com um desfasamento de 137 dias e utilizam-se apenas os óbitos das Estatísticas Demográficas de 1981 (INE).

4. Taxas de mortalidade infantil (‰), Portugal, NUTS II, NUTS III e municípios, 1950-2011

TMI	**1950**	**1960**	**1970**	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**
PORTUGAL	**94,11**	**77,50**	**58,00**	**21,76**	**10,78**	**5,03**	**3,12**
NUTS II Norte	**110,12**	**88,98**	**74,11**	**24,94**	**12,48**	**5,93**	**3,14**
NUTS III Minho Lima	**72,54**	**67,12**	**68,07**	**22,41**	**8,15**	**6,99**	**1,73**
Arcos de Valdevez	95,63	68,45	81,36	25,58	4,61	24,24	7,19
Caminha	90,91	60,87	57,02	18,18	17,44	6,21	0,00
Melgaço	39,37	58,54	70,54	21,98	19,42	0,00	0,00
Monção	60,76	54,52	40,28	14,33	22,35	0,00	0,00
Paredes de Coura	61,18	77,99	78,60	21,28	0,00	0,00	0,00
Ponte da Barca	68,82	83,33	73,96	24,90	19,11	8,00	10,99
Ponte de Lima	68,33	48,01	58,52	35,54	3,51	10,33	0,00
Valença	70,89	61,69	108,81	32,43	0,00	13,42	10,20
Viana do Castelo	72,14	79,83	66,76	15,36	7,05	3,45	0,00
Vila Nova de Cerveira	75,00	66,41	88,76	15,50	0,00	0,00	0,00
NUTS III Cávado	**99,87**	**75,44**	**62,62**	**25,36**	**11,58**	**5,16**	**2,62**
Amares	89,21	77,80	62,50	15,43	4,18	4,85	0,00
Barcelos	92,57	65,78	56,21	25,73	9,37	2,61	5,59

TMI	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Braga	118,08	82,39	75,12	19,57	14,08	6,09	2,21
Esposende	114,51	110,40	83,20	44,12	7,13	4,32	0,00
Terras de Bouro	85,25	59,41	56,45	23,12	19,23	0,00	0,00
Vila Verde	72,01	60,02	30,58	32,52	13,82	9,65	0,00
NUTS III Ave	**125,17**	**90,63**	**84,91**	**25,13**	**11,46**	**4,73**	**4,11**
Fafe	153,50	82,07	93,92	33,33	10,07	3,04	2,48
Guimarães	146,53	118,15	97,30	25,41	9,88	5,49	5,67
Póvoa de Lanhoso	109,03	69,35	80,43	32,04	7,02	3,77	0,00
Santo Tirso	109,74	76,25	80,92	21,63	14,41	3,82	5,44
Trofa	-	-	-	-	-	4,60	5,92
Vieira do Minho	103,05	38,93	58,82	18,69	25,13	6,71	0,00
Vila Nova de Famalicão	99,44	78,40	69,52	23,72	11,00	4,45	2,51
Vizela	-	-	-	-	-	7,78	4,85
NUTS III Grande Porto	**152,42**	**106,46**	**71,21**	**20,27**	**12,36**	**6,28**	**3,05**
Espinho	166,67	139,80	104,91	18,18	4,47	0,00	4,26
Gondomar	170,60	127,07	71,04	22,80	8,88	6,63	1,43
Maia	181,05	115,75	68,87	13,79	8,90	7,16	0,73
Matosinhos	189,12	119,20	80,52	20,64	11,70	5,03	4,81
Porto	126,31	78,70	52,38	21,19	14,52	9,12	1,01
Póvoa de Varzim	151,21	107,14	66,56	15,83	11,93	5,83	5,07
Valongo	154,55	96,77	85,55	16,55	14,31	3,83	3,12
Vila do Conde	137,47	97,10	96,75	26,53	22,36	11,88	3,62
Vila Nova de Gaia	164,98	154,21	92,03	20,80	11,04	4,50	4,70
NUTS III Tâmega	**89,15**	**65,88**	**71,67**	**24,42**	**14,31**	**5,94**	**3,48**
Amarante	99,32	64,36	78,23	33,14	13,14	13,74	2,16
Baião	78,41	55,16	59,80	34,78	6,08	4,12	12,82
Cabeceiras de Basto	75,47	55,96	59,34	26,07	11,28	0,00	0,00
Castelo de Paiva	68,36	70,52	53,24	15,02	3,98	18,69	0,00
Celorico de Basto	85,64	73,02	63,38	31,98	10,27	9,48	6,29
Cinfães	55,98	59,46	68,80	19,48	24,82	4,03	0,00
Felgueiras	94,25	65,44	65,07	29,50	12,36	3,85	4,02
Lousada	126,32	86,65	83,07	24,05	20,69	0,00	4,46
Marco de Canaveses	94,16	69,14	66,94	22,87	17,13	4,28	0,00
Mondim de Basto	105,08	51,05	101,45	29,63	20,83	10,99	0,00
Paços de Ferreira	88,35	59,79	80,39	20,30	15,87	2,65	7,13
Paredes	107,95	75,55	68,65	11,67	10,41	6,19	1,19
Penafiel	84,21	66,63	71,76	19,88	15,77	7,40	6,23
Resende	64,12	50,16	96,39	56,00	22,22	6,80	0,00
Ribeira de Pena	72,22	50,22	69,34	31,65	12,35	0,00	0,00
NUTS III Entre Douro e Vouga	**87,34**	**85,95**	**74,86**	**22,01**	**9,81**	**5,62**	**2,61**
Arouca	60,72	64,65	53,67	15,02	13,11	8,33	5,15

TMI	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Oliveira de Azeméis	77,93	85,61	70,43	26,49	5,95	8,21	3,84
Santa Maria da Feira	113,30	99,07	88,01	20,22	12,22	4,41	2,40
São João da Madeira	39,29	86,96	54,40	23,33	7,22	4,12	0,00
Vale de Cambra	54,17	45,01	61,47	25,40	6,51	4,46	0,00
NUTS III Douro	**94,38**	**101,96**	**83,77**	**42,80**	**13,52**	**6,21**	**2,80**
Alijó	99,57	127,94	92,23	42,76	6,37	10,42	0,00
Armamar	128,87	98,55	71,43	57,97	0,00	0,00	0,00
Carrazeda de Ansiães	82,00	125,65	65,73	31,41	25,00	0,00	0,00
Freixo de Espada à Cinta	58,82	130,84	64,81	0,00	24,39	0,00	0,00
Lamego	87,84	85,92	81,50	33,28	14,12	6,83	5,21
Mesão Frio	88,89	81,73	116,67	41,32	16,13	18,87	0,00
Moimenta da Beira	84,44	102,00	107,81	66,39	14,49	18,35	0,00
Penedono	125,00	92,11	65,22	60,61	21,28	0,00	0,00
Peso da Régua	85,88	110,79	84,56	51,81	7,30	10,42	0,00
Sabrosa	94,49	107,26	43,17	46,88	10,64	0,00	0,00
Santa Marta de Penaguião	75,57	46,88	80,29	44,03	34,78	0,00	19,61
São João da Pesqueira	120,37	170,37	99,55	43,69	16,00	0,00	0,00
Sernancelhe	102,10	114,46	81,76	44,44	0,00	0,00	0,00
Tabuaço	139,75	124,34	96,26	30,49	11,36	0,00	0,00
Tarouca	108,88	108,11	86,21	54,35	9,09	10,53	0,00
Torre de Moncorvo	74,68	120,58	44,44	48,19	9,71	0,00	0,00
Vila Flor	100,00	86,05	57,32	28,17	10,42	0,00	0,00
Vila Nova de Foz Côa	85,15	103,36	72,37	57,14	0,00	0,00	0,00
Vila Real	88,64	72,55	96,68	38,56	18,35	7,16	4,42
NUTS III Alto Trás-os-Montes	**90,83**	**95,23**	**82,85**	**32,33**	**19,40**	**8,46**	**4,18**
Alfândega da Fé	81,17	95,94	119,05	37,74	14,71	0,00	0,00
Boticas	40,30	91,67	83,33	43,48	26,67	0,00	0,00
Bragança	95,76	110,51	73,62	30,42	16,48	10,10	3,83
Chaves	71,47	81,10	87,46	20,78	13,83	3,11	3,94
Macedo de Cavaleiros	121,51	121,53	97,66	31,07	17,14	6,99	0,00
Miranda do Douro	167,13	120,92	65,09	30,08	15,38	17,24	0,00
Mirandela	76,25	61,48	57,84	33,76	22,90	4,65	11,83
Mogadouro	43,40	67,94	21,74	63,06	32,79	27,40	0,00
Montalegre	91,87	60,02	101,27	18,10	14,93	0,00	0,00
Murça	104,96	109,38	118,64	39,02	0,00	23,26	0,00
Valpaços	72,74	114,60	81,67	38,76	25,91	7,35	14,49
Vila Pouca de Aguiar	106,84	83,63	109,91	26,39	21,86	7,09	0,00
Vimioso	140,27	157,41	97,70	58,82	21,28	38,46	0,00
Vinhais	111,64	102,48	65,34	29,54	43,96	19,23	0,00
NUTSII Centro	**68,45**	**60,40**	**45,58**	**18,79**	**9,43**	**3,88**	**2,62**
NUTS III Baixo Vouga	**70,89**	**59,08**	**59,75**	**17,89**	**9,20**	**3,90**	**3,09**

TMI	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Águeda	53,09	54,48	47,49	13,44	11,11	3,85	2,73
Albergaria-a-Velha	67,69	50,22	57,50	19,29	7,22	0,00	4,55
Anadia	50,00	34,90	40,90	12,77	9,32	0,00	0,00
Aveiro	58,00	52,81	54,36	17,15	6,69	3,64	1,31
Estarreja	76,26	56,21	78,43	14,96	13,61	3,69	9,30
Ílhavo	95,41	62,33	56,38	24,07	4,87	2,43	3,27
Mealhada	38,46	32,79	28,69	10,49	0,00	5,59	6,71
Murtosa	90,91	63,95	86,78	12,90	7,63	0,00	12,35
Oliveira do Bairro	80,29	61,89	40,00	12,82	11,30	4,44	0,00
Ovar	114,44	114,86	99,46	27,70	13,07	7,97	2,18
Sever do Vouga	50,28	33,78	36,14	4,67	19,23	18,02	13,51
Vagos	64,83	33,03	42,29	31,75	9,66	0,00	0,00
NUTS III Baixo Mondego	**58,29**	**51,11**	**31,80**	**14,81**	**7,20**	**4,32**	**2,93**
Cantanhede	52,75	50,96	23,70	17,83	0,00	0,00	3,37
Coimbra	61,02	54,00	32,24	13,79	9,32	4,33	3,28
Condeixa-a-Nova	56,41	58,82	51,02	14,39	27,27	7,09	0,00
Figueira da Foz	51,65	43,95	38,30	9,11	3,41	7,30	2,18
Mira	55,19	63,16	27,89	34,29	15,75	10,64	10,20
Montemor-o-Velho	59,21	47,26	10,03	19,50	8,00	4,15	3,97
Penacova	69,92	40,54	24,05	16,88	0,00	0,00	0,00
Soure	61,73	55,14	64,66	16,00	0,00	0,00	0,00
NUTS III Pinhal Litoral	**72,09**	**52,10**	**35,60**	**15,79**	**9,33**	**3,63**	**1,30**
Batalha	89,08	74,38	41,24	4,98	13,16	0,00	6,85
Leiria	80,32	56,24	25,64	15,16	12,40	3,74	0,83
Marinha Grande	77,29	52,50	31,32	13,67	5,62	2,51	0,00
Pombal	59,60	37,14	52,78	15,95	5,93	3,31	0,00
Porto de Mós	56,03	60,95	51,67	27,95	3,72	7,78	4,76
NUTS III Pinhal Interior Norte	**51,27**	**51,87**	**40,66**	**18,82**	**12,73**	**3,34**	**1,16**
Alvaiázere	39,53	57,27	16,39	24,39	11,11	0,00	0,00
Ansião	43,13	20,35	5,15	22,10	8,00	8,62	0,00
Arganil	51,85	53,52	64,17	10,58	0,00	8,85	0,00
Castanheira de Pêra	51,85	34,48	114,29	0,00	27,03	0,00	0,00
Figueiró dos Vinhos	17,39	52,63	63,16	19,23	12,35	0,00	0,00
Góis	58,09	48,78	30,61	0,00	0,00	0,00	0,00
Lousã	55,90	40,16	21,86	5,95	15,38	0,00	0,00
Miranda do Corvo	42,02	22,47	37,38	0,00	0,00	7,63	0,00
Oliveira do Hospital	56,22	54,82	29,57	36,01	0,00	0,00	0,00
Pampilhosa da Serra	61,11	78,23	72,00	38,96	85,71	0,00	66,67
Pedrógão Grande	53,33	31,50	50,00	18,52	0,00	0,00	0,00
Penela	59,78	80,00	111,11	22,73	16,13	0,00	0,00
Tábua	51,14	91,58	16,57	12,05	33,33	8,93	0,00

TMI	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Vila Nova de Poiares	73,68	42,55	79,65	21,98	33,90	0,00	0,00
NUTS III Dão-Lafões	**64,34**	**50,70**	**51,97**	**20,76**	**11,96**	**3,94**	**3,25**
Aguiar da Beira	112,96	89,61	60,98	16,39	0,00	0,00	0,00
Carregal do Sal	68,32	63,97	66,67	26,60	21,43	0,00	0,00
Castro Daire	72,10	50,52	38,46	16,35	5,56	0,00	10,53
Mangualde	67,05	61,42	37,25	24,86	8,23	4,88	0,00
Mortágua	48,57	10,87	29,07	18,75	20,20	0,00	19,23
Nelas	63,06	56,05	87,91	8,51	7,25	15,87	0,00
Oliveira de Frades	68,55	23,70	55,87	41,42	9,26	16,95	0,00
Penalva do Castelo	76,32	54,05	89,39	59,60	0,00	0,00	0,00
Santa Comba Dão	34,95	69,69	27,17	12,88	0,00	8,33	0,00
São Pedro do Sul	51,61	35,20	44,82	17,65	9,90	6,80	0,00
Sátão	69,98	35,87	77,18	12,99	25,16	0,00	0,00
Tondela	64,52	46,34	51,89	10,46	6,23	8,51	5,95
Vila Nova de Paiva	86,33	136,17	96,30	7,63	0,00	14,93	0,00
Viseu	58,41	45,71	49,03	23,20	16,77	0,88	4,29
Vouzela	60,00	36,18	34,48	25,77	15,38	0,00	0,00
NUTS III Pinhal Interior Sul	**62,21**	**77,95**	**68,92**	**21,70**	**7,87**	**3,51**	**0,00**
Mação	76,04	75,16	111,94	16,95	0,00	0,00	0,00
Oleiros	58,52	79,37	60,40	17,70	0,00	0,00	0,00
Proença-a-Nova	55,43	84,42	56,96	16,67	0,00	0,00	0,00
Sertã	47,69	63,05	67,57	23,26	19,61	7,81	0,00
Vila de Rei	101,45	126,76	32,79	60,61	0,00	0,00	0,00
NUTS III Serra da Estrela	**75,09**	**60,71**	**76,21**	**27,22**	**20,79**	**2,92**	**7,81**
Fornos de Algodres	86,61	74,87	135,42	10,75	56,60	0,00	0,00
Gouveia	64,80	43,78	54,39	22,39	7,09	0,00	11,76
Seia	78,39	66,75	75,33	33,06	20,91	5,35	6,80
NUTS III Beira Interior Norte	**93,88**	**98,91**	**58,57**	**28,40**	**8,96**	**1,10**	**7,58**
Almeida	93,28	96,62	60,98	37,04	13,70	0,00	0,00
Celorico da Beira	92,13	79,49	42,11	18,07	0,00	0,00	23,26
Figueira de Castelo Rodrigo	99,72	144,49	57,85	51,28	0,00	0,00	0,00
Guarda	79,65	111,31	51,40	25,30	6,73	2,26	3,05
Manteigas	54,42	48,00	48,19	21,74	0,00	0,00	0,00
Meda	132,79	85,71	83,33	17,24	14,49	0,00	0,00
Pinhel	95,08	124,05	74,56	12,20	0,00	0,00	24,39
Sabugal	98,12	75,54	59,26	47,17	24,39	0,00	40,82
Trancoso	98,07	97,31	61,14	29,76	18,69	0,00	0,00
NUTS III Beira Interior Sul	**67,87**	**63,68**	**38,30**	**22,20**	**6,23**	**3,15**	**3,66**
Castelo Branco	68,74	65,86	36,46	21,77	6,13	3,75	4,40
Idanha-a-Nova	46,90	37,85	23,15	28,78	0,00	0,00	0,00
Penamacor	92,51	85,47	80,00	21,74	0,00	0,00	0,00

TMI	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Vila Velha de Ródão	83,80	88,50	32,61	0,00	40,00	0,00	0,00
NUTS III Cova da Beira	**72,69**	**97,00**	**44,69**	**22,79**	**7,37**	**5,31**	**1,65**
Belmonte	75,38	68,18	15,63	0,00	12,35	24,39	0,00
Covilhã	81,63	101,65	58,95	19,30	3,44	6,61	2,84
Fundão	59,55	94,47	24,14	34,25	13,89	0,00	0,00
NUTS III Oeste	**74,18**	**51,36**	**40,36**	**15,09**	**8,40**	**5,65**	**2,20**
Alcobaça	62,07	47,95	44,59	16,84	13,05	3,76	2,53
Alenquer	76,23	53,60	23,47	9,30	2,87	6,55	2,19
Arruda dos Vinhos	80,88	72,73	22,22	16,13	9,52	10,42	0,00
Bombarral	71,43	43,80	48,54	22,94	0,00	0,00	8,13
Cadaval	50,16	47,27	52,38	14,71	0,00	0,00	0,00
Caldas da Rainha	56,77	40,84	46,99	14,93	2,06	6,02	0,00
Lourinhã	78,71	55,45	33,56	8,93	8,13	12,77	8,47
Nazaré	96,57	40,40	24,39	3,76	29,07	5,68	0,00
Óbidos	51,06	17,78	44,87	0,00	0,00	0,00	0,00
Peniche	113,13	62,62	50,81	22,03	3,50	7,25	4,55
Sobral de Monte Agraço	117,65	52,24	53,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Torres Vedras	74,86	62,30	38,21	20,63	13,64	6,44	1,29
NUTS III Médio Tejo	**59,01**	**50,81**	**36,63**	**21,57**	**9,20**	**1,91**	**1,25**
Abrantes	47,52	55,80	45,78	22,53	10,36	5,63	4,33
Alcanena	77,17	38,83	77,59	26,04	0,00	8,13	0,00
Constância	42,25	24,39	27,03	41,67	41,67	0,00	0,00
Entroncamento	18,69	64,81	31,25	6,76	5,88	0,00	0,00
Ferreira do Zêzere	67,99	43,01	52,94	16,53	23,26	0,00	0,00
Ourém	56,35	47,15	20,34	23,85	6,32	1,96	0,00
Sardoal	64,71	109,49	72,73	18,52	32,26	0,00	0,00
Tomar	61,54	54,05	25,54	21,13	6,77	0,00	0,00
Torres Novas	67,08	45,79	35,53	18,45	12,54	0,00	3,37
Vila Nova da Barquinha	71,43	37,04	72,46	34,09	0,00	0,00	0,00
NUTS II Lisboa	**79,82**	**59,36**	**38,48**	**17,41**	**9,48**	**4,37**	**3,63**
NUTS III Grande Lisboa	**77,56**	**55,45**	**38,11**	**17,53**	**10,03**	**4,45**	**4,22**
Amadora	-	-	-	10,04	11,43	7,31	8,45
Cascais	62,15	59,95	26,54	18,14	4,70	4,58	4,23
Lisboa	75,96	45,58	34,08	20,93	12,42	5,35	2,97
Loures	103,32	140,43	111,63	16,04	7,93	6,47	2,47
Mafra	76,41	79,15	28,38	23,33	15,15	4,52	3,16
Odivelas	-	-	-	-	-	1,34	7,28
Oeiras	92,35	107,78	82,86	18,11	12,38	2,13	3,91
Sintra	67,78	63,55	70,00	14,41	8,54	3,18	4,96
Vila Franca de Xira	94,12	77,94	27,44	13,55	8,96	4,40	1,89
NUTS III Península de Setúbal	**89,04**	**77,76**	**40,49**	**17,05**	**7,82**	**4,14**	**2,03**

TMI	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Alcochete	69,44	56,34	38,71	50,96	0,00	13,42	0,00
Almada	76,41	98,09	55,76	9,50	6,65	3,62	1,13
Barreiro	77,08	55,34	25,80	18,93	15,81	9,47	5,38
Moita	188,68	109,34	41,34	19,80	12,67	3,85	5,22
Montijo	75,31	69,04	37,89	25,81	2,50	9,05	1,48
Palmela	69,66	77,59	27,68	15,18	8,99	0,00	1,56
Seixal	113,45	54,31	49,88	20,46	4,74	1,02	1,74
Sesimbra	69,84	42,94	21,10	5,65	3,61	2,13	1,73
Setúbal	91,00	76,14	45,00	17,72	7,93	6,52	0,79
NUTS II Alentejo	**86,05**	**70,34**	**44,61**	**22,08**	**9,16**	**3,66**	**2,28**
NUTS III Alentejo Litoral	**93,37**	**65,74**	**45,94**	**21,93**	**7,85**	**7,64**	**1,20**
Alcácer do Sal	70,82	71,57	39,65	28,17	0,00	0,00	0,00
Grândola	84,71	50,63	14,35	10,26	0,00	15,87	0,00
Odemira	83,04	55,08	47,39	31,65	9,05	0,00	4,67
Santiago do Cacém	115,60	66,44	65,97	9,13	10,71	9,57	0,00
Sines	181,21	133,33	68,49	38,83	15,04	14,49	0,00
NUTS III Alto Alentejo	**80,43**	**66,02**	**52,94**	**24,21**	**9,22**	**1,96**	**3,41**
Alter do Chão	92,59	52,17	70,18	0,00	0,00	0,00	0,00
Arronches	69,23	100,00	88,24	0,00	0,00	0,00	0,00
Avis	48,61	55,94	34,48	33,90	42,55	0,00	0,00
Campo Maior	91,84	85,23	51,09	33,61	9,90	0,00	0,00
Castelo de Vide	151,26	10,00	103,45	24,39	37,04	0,00	0,00
Crato	67,04	56,00	81,08	0,00	0,00	0,00	41,67
Elvas	104,90	80,65	63,88	26,01	10,20	0,00	4,27
Fronteira	85,71	45,11	42,86	0,00	0,00	41,67	0,00
Gavião	52,63	36,14	65,79	16,39	0,00	0,00	0,00
Marvão	52,63	61,86	62,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Monforte	161,29	97,01	66,67	29,41	0,00	0,00	0,00
Mora	60,75	47,17	16,67	32,26	17,86	0,00	0,00
Nisa	65,45	77,92	49,38	52,63	0,00	0,00	0,00
Ponte de Sor	65,46	48,66	33,90	12,71	0,00	0,00	0,00
Portalegre	70,87	73,43	46,36	36,46	13,95	4,95	5,46
NUTS III Alentejo Central	**97,76**	**76,27**	**45,69**	**23,01**	**10,59**	**3,34**	**1,47**
Alandroal	90,91	58,56	55,12	31,91	0,00	19,61	0,00
Arraiolos	135,96	96,15	16,13	31,58	12,99	0,00	0,00
Borba	142,86	125,63	64,75	26,09	12,99	0,00	0,00
Estremoz	102,44	101,09	23,62	31,25	13,61	0,00	0,00
Évora	101,20	75,82	41,32	21,28	5,00	3,72	3,55
Montemor-o-Novo	79,43	54,79	2000,00[1]	22,22	21,90	0,00	0,00
Mourão	58,82	47,17	69,77	0,00	0,00	0,00	0,00
Portel	68,97	48,39	35,46	48,00	12,99	0,00	0,00

TMI	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Redondo	62,50	63,93	38,10	23,26	12,35	0,00	0,00
Reguengos de Monsaraz	60,28	82,73	49,69	23,62	16,95	0,00	0,00
Sousel	128,89	97,70	32,61	20,62	0,00	0,00	0,00
Vendas Novas	-	-	25,81	21,51	0,00	18,69	0,00
Viana do Alentejo	152,07	61,11	81,63	0,00	14,71	0,00	0,00
Vila Viçosa	117,37	95,00	100,00	8,06	32,97	0,00	0,00
NUTS III Baixo Alentejo	**93,75**	**88,66**	**50,66**	**25,45**	**6,56**	**2,68**	**2,95**
Aljustrel	90,48	95,74	69,12	46,67	0,00	0,00	0,00
Almodôvar	94,20	65,02	33,15	26,55	0,00	0,00	0,00
Alvito	145,63	118,42	62,50	25,00	0,00	0,00	0,00
Barrancos	200,00	156,86	55,56	0,00	0,00	52,63	0,00
Beja	99,24	83,43	52,16	17,94	5,59	2,92	2,92
Castro Verde	104,48	95,44	47,62	12,20	0,00	0,00	18,87
Cuba	86,33	45,45	53,33	38,83	0,00	0,00	0,00
Ferreira do Alentejo	119,76	99,29	12,99	25,16	10,53	0,00	0,00
Mértola	67,43	84,21	67,71	44,25	63,49	0,00	27,78
Moura	81,63	75,29	49,23	35,21	4,72	0,00	0,00
Ourique	96,94	122,81	48,00	32,61	0,00	0,00	0,00
Serpa	78,20	102,29	56,56	15,56	0,00	6,62	0,00
Vidigueira	136,56	84,91	38,46	10,99	17,24	0,00	0,00
NUTS III Lezíria do Tejo	**63,86**	**49,50**	**32,65**	**18,02**	**10,20**	**3,75**	**2,43**
Almeirim	57,69	47,34	37,41	13,81	4,88	4,00	0,00
Alpiarça	41,32	12,20	0,00	34,48	0,00	0,00	0,00
Azambuja	72,63	56,54	49,75	10,03	0,00	5,81	0,00
Benavente	114,68	43,69	44,33	34,48	12,45	6,37	3,11
Cartaxo	61,22	56,43	19,80	14,93	10,05	3,98	0,00
Chamusca	45,02	65,04	24,54	18,75	11,76	0,00	13,33
Coruche	54,87	55,12	8,75	17,01	11,70	0,00	0,00
Golegã	67,31	31,58	17,24	0,00	37,04	0,00	22,73
Rio Maior	55,07	43,60	58,58	16,39	8,58	4,46	0,00
Salvaterra de Magos	69,44	46,88	27,69	12,30	5,43	0,00	0,00
Santarém	66,37	48,42	37,38	21,28	14,01	4,63	3,85
NUTS II Algarve	**84,64**	**67,26**	**48,39**	**23,23**	**9,20**	**4,32**	**2,63**
NUTS III Algarve	**84,64**	**67,26**	**48,39**	**23,23**	**9,20**	**4,32**	**2,63**
Albufeira	80,42	49,33	48,61	20,24	8,85	2,36	4,49
Alcoutim	75,76	29,85	54,79	0,00	0,00	0,00	0,00
Aljezur	64,00	20,62	15,87	20,00	0,00	0,00	0,00
Castro Marim	106,15	80,00	409,84	26,32	21,74	0,00	0,00
Faro	83,33	52,22	21,34	20,03	6,67	6,30	1,45
Lagoa	116,07	96,07	76,92	19,80	17,14	0,00	0,00
Lagos	70,42	46,05	76,92	32,26	7,72	6,99	3,13

TMI	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Loulé	84,22	44,05	12,11	14,95	8,18	4,38	5,76
Monchique	91,46	34,16	191,08	22,22	16,39	0,00	0,00
Olhão	97,73	129,31	32,82	31,07	12,66	4,76	1,88
Portimão	100,49	105,00	4,03	30,12	6,47	3,58	1,52
São Brás de Alportel	74,32	42,25	131,15	0,00	0,00	0,00	0,00
Silves	62,00	71,15	33,78	33,95	6,54	14,87	5,81
Tavira	76,49	71,08	60,32	11,28	10,53	0,00	0,00
Vila do Bispo	71,43	47,62	55,56	38,46	0,00	0,00	0,00
Vila Real de Santo António	90,91	60,07	63,24	26,91	19,42	0,00	0,00
NUTS II R. A. dos Açores	**140,47**	**111,92**	**68,25**	**27,16**	**13,27**	**5,11**	**2,91**
NUTS III R. A. dos Açores	**140,47**	**111,92**	**68,25**	**27,16**	**13,27**	**5,11**	**2,91**
Angra do Heroísmo	160,34	155,57	56,19	19,13	14,23	4,69	2,74
Calheta (R.A.A.)	90,13	98,36	67,31	55,56	0,00	0,00	0,00
Corvo	0,00	125,00	0,00	100,00	N.A.	0,00	0,00
Horta	81,56	80,65	53,73	40,15	10,00	11,63	0,00
Lagoa (R.A.A.)	126,03	110,88	64,63	34,38	9,30	4,88	0,00
Lajes das Flores	74,47	131,15	80,00	0,00	76,92	0,00	0,00
Lajes do Pico	66,33	32,26	52,17	0,00	0,00	0,00	0,00
Madalena	54,64	43,48	19,42	21,51	14,93	0,00	0,00
Nordeste	96,59	83,33	97,22	8,55	0,00	0,00	0,00
Ponta Delgada	143,18	121,85	88,41	26,13	13,86	2,19	1,28
Povoação	138,89	95,94	45,16	17,05	9,17	0,00	31,75
Ribeira Grande	139,71	106,27	55,10	40,63	12,28	2,00	2,10
Santa Cruz da Graciosa	137,50	123,76	119,66	40,54	0,00	0,00	0,00
Santa Cruz das Flores	133,33	86,21	105,26	0,00	22,73	0,00	0,00
São Roque do Pico	59,32	59,41	57,97	0,00	23,26	41,67	0,00
Velas	104,07	83,74	52,29	63,83	0,00	0,00	21,28
Vila da Praia da Vitória	210,45	105,87	44,72	21,22	25,32	16,06	4,37
Vila do Porto	226,49	66,37	44,03	8,40	0,00	33,90	0,00
Vila Franca do Campo	149,25	137,39	72,16	15,04	19,14	6,85	7,09
NUTS II R. A. da Madeira	**120,29**	**100,54**	**74,71**	**26,70**	**10,41**	**8,23**	**3,32**
NUTS III R. A. da Madeira	**120,29**	**100,54**	**74,71**	**26,70**	**10,41**	**8,23**	**3,32**
Calheta (R.A.M.)	107,30	69,08	88,96	22,60	0,00	27,03	12,82
Câmara de Lobos	132,45	145,77	85,40	32,89	11,68	9,74	2,58
Funchal	130,15	108,20	67,78	23,08	7,67	5,54	5,42
Machico	113,52	79,26	57,84	35,62	9,58	6,97	0,00
Ponta do Sol	104,56	92,81	61,07	49,65	9,35	19,23	0,00
Porto Moniz	117,89	76,50	61,86	86,96	22,22	0,00	0,00
Porto Santo	127,66	129,03	85,37	23,53	14,93	18,87	0,00
Ribeira Brava	128,09	79,03	100,00	18,78	17,75	25,81	0,00
Santa Cruz	163,48	61,26	44,44	17,05	8,85	0,00	0,00

TMI	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Santana	64,30	68,08	145,10	11,83	9,90	15,63	19,61
São Vicente	120,97	122,07	78,07	37,59	43,01	0,00	0,00

N.A. Não aplicável, não se verificaram nem nados-vivos nem óbitos com menos de 1 ano.

1 Foram registados 4 óbitos com menos de 1 ano de idade e 2 nados-vivos.

Fonte: Cálculos próprios sobre as Estatísticas Demográficas (1950; 1960; 1970; 1981; 1991; 2001; 2011).

5. Notas metodológicas relativas à construção das tábuas de mortalidade

Tendo em conta a informação disponível para o efeito, construíram-se tábuas abreviadas de mortalidade transversais ou do momento segundo o princípio da geração ou da coorte fictícia de acordo com os procedimentos em Preston, Heuveline e Guillot (2001) e Bandeira (2004) para Portugal, NUTS II e NUTS III. Tal como no cálculo das medidas globais, assumiu-se a população nos momentos censitários como população média e calcularam-se os óbitos médios em torno da data do recenseamento.

Para 1950, 1960 e 1970 foram construídas tábuas abreviadas de mortalidade por sexos reunidos em grupos etários decenais a partir dos 10 anos completos. Não estando disponíveis as populações com menos de 1 ano nem dos 1 aos 4 anos completos por NUTS II e NUTS III para os momentos censitários de 1950 e 1960, optou-se pela estimação dessas populações de acordo com a proporção verificada em Portugal, nesses anos. Outros ensaios foram efectuados, nomeadamente o cálculo das tábuas com um primeiro grupo etário dos 0 aos 4 anos completos e a estimação da população com menos de 1 ano através da correlação existente entre os nados-vivos e a população com menos de 1 ano no período de 1981 a 2011. Finalmente, optou-se pela estimação de acordo com as proporções verificadas em Portugal, nesses anos, por mais se aproximarem dos dados publicados pelo INE.

De 1981 a 2011, foram construídas tábuas abreviadas de mortalidade por sexo e para sexos reunidos (grupos etários quinquenais), também para Portugal, NUTS II e NUTS III. Nas tábuas de 1981 utilizam-se os óbitos desse ano (por não estarem disponíveis os dados do INE para 1980 por sexo), e nas tábuas de 1991 a 2011 utilizam-se os óbitos médios.

Por vezes o reduzido número de efectivos e a não existência de óbitos em determinadas idades inviabiliza a construção das tábuas, pelo que esses valores não serão apresentados. Apresenta-se, em seguida, um quadro resumo das tábuas não construídas.

5.1. Tábuas de mortalidade não construídas

	1960	1970	1981	1981	1981	1991	1991	1991	2001	2001	2001	2011	2011	2011
	HM	HM	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Minho Lima											2			2
Entre Douro e Vouga								2			2			2
Douro														2
Alto Trás-os-Montes											2		2	2
Baixo Vouga														2
Baixo Mondego											2		2	
Pinhal Interior Norte		1										2	2	2
Pinhal Interior Sul	1		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Serra da Estrela	1	1		2	2		2	2			2	2	2	2
Beira Interior Norte												2	2	2
Beira Interior Sul					2			2	2	2	2	2	2	2
Cova da Beira		1			2			2	2	2	2	2	2	2
Médio Tejo	1											2	2	2
Alentejo Litoral					2				2	2	2	2	2	2
Alto Alentejo					2					2			2	
Alentejo Central											2		2	
Baixo Alentejo					2						2	2	2	2
Lezíria do Tejo														2

1. A relação população/óbitos não permite o cálculo das tábuas.

2. Há pelo menos um grupo etário em que ndx = 0.

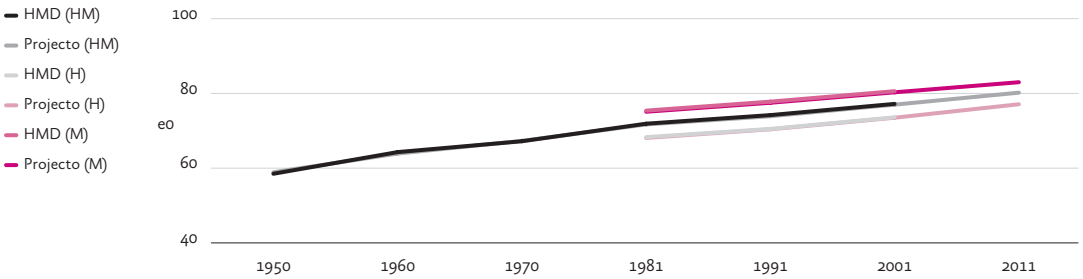
Nota: Para 1950 foram calculadas as tábuas para todas as NUTS II e NUTS III.

5.2. Estimação dos sobreviventes nas idades mais avançadas

Sendo este estudo sobre o envelhecimento da população portuguesa, considerou-se importante estimar os sobreviventes nas idades mais avançadas. Recorreu-se ao ajustamento da lei da mortalidade de Gompertz para a estimação dos sobreviventes nas idades mais avançadas que tem por base a equação geral $l(x) = C * a^{b^x}$. Os parâmetros desta equação são estimados com base nos últimos três valores da série dos sobreviventes[58]. Apesar de este método de suavização dos dados do grupo etário aberto apresentar a desvantagem de poder sobrestimar a mortalidade nas idades mais avançadas, pois não considera que depois dos 80 ou 90 anos as taxas específicas de mortalidade aumentam a um ritmo mais lento do que nas outras idades (Vaupel *et al.*, 1979), este é um método muito utilizado em análise demográfica.

58. Uma descrição pormenorizada sobre este método pode ser consultada em Preston, S. H., Heuveline, P., e Guillot, M. (2001: 192-194).

5.3. Comparação entre a esperança de vida ao nascimento calculada pela equipa de investigação e os dados da Human Mortality Database, Portugal, 1950-2011



Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950-2011) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71; 1981; 1990-91; 2000-01; 2010-2011) e Human Mortality Database.

Ano	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
HMD (HM)	58,5	64,3	67,2	71,9	74,2	77,2	
Projecto (HM)	58,9	63,9	67,3	71,7	73,9	77,0	80,2
HMD (H)				68,3	70,5	73,6	
Projecto (H)				68,1	70,4	73,5	77,1
HMD (M)				75,4	77,8	80,6	
Projecto (M)				75,1	77,5	80,3	83,0

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950-2011) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71; 1981; 1990-91; 2000-01; 2010-2011) e Human Mortality Database.

5.4. Exemplo da metodologia aplicada na construção das tábuas de mortalidade, Portugal, sexo masculino, 1981

Idades	mx	qx	ax	lx	dx	Lx	Tx	ex
0	0,02460	0,02408	0,11	100000	2408	97857	6812243	68,12
1	0,00125	0,00499	1,70	97592	487	389250	6714385	68,80
5	0,00054	0,00270	2,39	97106	262	484843	6325135	65,14
10	0,00062	0,00307	2,72	96843	298	483537	5840292	60,31
15	0,00194	0,00965	2,88	96545	931	480753	5356755	55,48
20	0,00225	0,01117	2,46	95614	1068	475357	4876003	51,00
25	0,00201	0,01002	2,55	94546	947	470409	4400645	46,55
30	0,00196	0,00977	2,57	93599	914	465771	3930237	41,99
35	0,00280	0,01391	2,71	92684	1289	460468	3464466	37,38
40	0,00405	0,02008	2,67	91395	1835	452698	3003998	32,87
45	0,00634	0,03124	2,65	89559	2798	441222	2551299	28,49
50	0,00943	0,04611	2,59	86762	4000	424167	2110077	24,32
55	0,01350	0,06539	2,63	82761	5412	400981	1685910	20,37

Idades	mx	qx	ax	lx	dx	Lx	Tx	ex
60	0,02131	0,10140	2,63	77350	7844	368159	1284929	16,61
65	0,03222	0,14964	2,62	69506	10401	322777	916770	13,19
70	0,05306	0,23513	2,58	59106	13897	261896	593993	10,05
75	0,09113	0,37137	2,51	45208	16789	184236	332097	7,35
80	0,15319	0,54776	2,40	28419	15567	101622	147861	5,20
85	0,25207	0,74216	2,23	12852	9538	37821	46240	3,60
90	0,38233	0,90162	2,07	3310	2984	7806	8419	2,54
95	0,53001	0,98101	1,79	326	319	603	612	1,88
100	0,63464	0,99886	1,57	6	6	10	10	1,58
105	0,72461	0,99999	1,38	0	0	0	0	1,38
110	0,74627	1,00000	1,34	0	0	0	0	1,34

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População (1981) e das Estatísticas Demográficas (1981).

5.5. Séries da tábua de mortalidade

$_nm_x$ = taxas específicas de mortalidade entre a idade x e x+n

$_na_x$ = média de pessoas-anos vividos entre a idade x e x+n das pessoas cujo óbito ocorreu nesse intervalo. Uma vez que estes valores devem ser «emprestados» de uma população (Keyfitz and Flieger, 1990), optou-se por utilizar os valores da Human Mortality Database (HMD) para Portugal nos anos em análise (em 2011 utilizam-se os nax da HMD de 2009). Estes têm já por base as equações de Coale-Demeny para as idades inferiores a 5 anos.

$_nq_x$ = quociente de mortalidade entre a idade x e x+n

l_x = sobreviventes à idade x, também chamada de função de sobrevivência, expressa o número de indivíduos que sujeitos a $_nq_x$ atingem a idade x. A raiz da tábua (l_0) corresponde a uma coorte fictícia de 100 000 sobreviventes.

$_nd_x$ = óbitos esperados entre a idade x e x+n

$_nL_x$ = número total de anos completos vividos pelos sobreviventes entre as idades exactas x e x+n (pessoas-anos vividos entre a idade x e x+n)

T_x = pessoas-anos vividos a partir da idade x

e_x = esperança de vida à idade x, número médio de anos de vida dos sobreviventes à idade x.

6. Esperança de vida à nascença, sexos reunidos (1950-1970) e por sexo (1981-2011), Portugal, NUTS II e NUTS III

	1950	1960	1970	1981			1991			2001			2011		
	HM	HM	HM	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
PORTUGAL	**58,90**	**63,93**	**67,26**	**71,66**	**68,12**	**75,13**	**73,93**	**70,43**	**77,45**	**76,96**	**73,48**	**80,35**	**80,15**	**77,06**	**83,00**
NUTS II Norte	**54,66**	**60,79**	**65,77**	**71,10**	**67,63**	**74,42**	**73,51**	**70,08**	**76,90**	**77,25**	**73,86**	**80,46**	**80,65**	**77,59**	**83,44**
Minho Lima	61,00	66,44	68,41	71,74	68,11	74,87	73,51	69,71	77,02	77,41	73,97	–	80,32	77,06	–
Cávado	56,24	63,18	66,17	71,34	68,05	74,36	73,44	70,04	76,68	77,83	74,65	80,74	81,32	78,35	84,04
Ave	53,39	60,92	65,19	71,51	68,68	74,22	73,69	70,38	77,04	77,28	74,02	80,42	80,50	77,36	83,53

	1950	1960	1970	1981			1991			2001			2011		
	HM	HM	HM	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Grande Porto	48,66	57,70	65,19	71,36	67,55	74,81	73,67	69,99	77,16	76,94	73,32	80,28	80,81	77,66	83,55
Tâmega	59,14	64,05	67,51	71,55	68,35	74,77	73,23	69,92	76,63	76,95	73,78	80,06	79,82	76,93	82,58
Entre Douro e Vouga	60,69	64,88	66,75	72,06	68,99	74,96	75,29	72,57	–	78,63	75,71	–	81,53	79,77	–
Douro	55,08	57,84	63,25	68,58	64,36	72,98	72,15	68,31	76,17	76,81	73,00	80,63	80,03	76,75	–
Alto Trás-os-Montes	54,82	58,79	63,85	69,54	66,49	72,96	72,10	69,28	75,15	76,82	73,33	–	80,88	–	–
NUTS II Centro	63,82	67,37	69,45	71,80	68,12	75,51	74,36	70,83	77,98	77,63	74,32	80,87	80,48	77,52	83,22
Baixo Vouga	64,61	66,62	67,24	71,20	67,41	74,96	73,83	70,50	77,17	77,45	74,12	80,62	80,55	77,82	–
Baixo Mondego	62,73	68,03	69,54	72,11	68,23	75,90	75,03	71,42	78,59	78,25	75,17	–	80,52	–	83,40
Pinhal Litoral	63,49	67,86	69,28	71,95	69,21	74,76	74,20	71,06	77,44	77,86	74,53	81,33	81,09	78,56	83,53
Pinhal Interior Norte	67,32	70,55	–	72,76	68,69	76,83	74,28	70,45	78,22	77,30	74,21	80,23	–	–	–
Dão-Lafões	62,63	67,20	69,15	71,66	68,33	74,88	73,79	70,56	77,04	77,86	74,84	80,82	80,68	77,83	83,21
Pinhal Interior Sul	66,90	–	72,54	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Serra da Estrela	66,20	–	–	72,26	–	–	74,22	–	–	77,66	73,48	–	–	–	–
Beira Interior Norte	58,37	62,64	67,73	69,97	65,96	74,27	74,60	70,73	78,59	78,38	74,59	82,32	–	–	–
Beira Interior Sul	65,20	69,54	71,78	73,23	70,18	–	75,60	71,79	–	–	–	–	–	–	–
Cova da Beira	62,22	65,50	–	71,12	67,88	–	74,19	70,22	–	–	–	–	–	–	–
Oeste	64,03	65,97	68,40	71,36	67,74	75,44	73,76	70,22	77,69	76,32	73,28	79,43	79,54	76,64	82,33
Médio Tejo	67,09	–	71,21	71,80	67,60	76,12	74,86	71,22	78,51	77,43	73,72	81,09	–	–	–
NUTS II Lisboa	**58,60**	**65,80**	**67,86**	**72,54**	**68,94**	**75,86**	**74,22**	**70,68**	**77,65**	**76,71**	**72,97**	**80,27**	**80,07**	**76,79**	**83,00**
Grande Lisboa	57,81	65,99	67,36	72,56	68,96	75,76	74,14	70,46	77,63	76,79	72,92	80,43	80,28	76,86	83,29
Península de Setúbal	62,53	64,94	69,68	72,46	68,89	76,11	74,46	71,37	77,65	76,44	73,09	79,78	79,57	76,67	82,29
NUTS II Alentejo	**62,51**	**66,90**	**68,58**	**72,05**	**68,59**	**75,72**	**74,38**	**70,96**	**78,03**	**76,89**	**73,64**	**80,21**	**79,41**	**76,61**	**82,14**
Alentejo Litoral	61,29	66,80	68,83	70,60	67,18	–	73,27	69,51	77,58	–	–	–	–	–	–
Alto Alentejo	63,23	66,65	67,86	72,72	69,47	–	75,03	71,35	79,05	77,28	–	79,81	79,55	–	82,53
Alentejo Central	61,51	65,88	68,25	73,11	70,58	75,66	74,70	71,63	77,90	78,08	75,33	–	80,35	–	82,11
Baixo Alentejo	60,07	65,20	67,89	72,07	68,73	–	73,99	70,69	77,55	75,90	71,65	80,61	–	–	–
Lezíria do Tejo	66,81	70,08	69,70	71,40	67,18	76,04	74,43	71,00	78,01	76,50	73,36	79,62	79,67	76,60	–
NUTS II e III Algarve	**63,09**	**66,86**	**69,87**	**71,70**	**68,14**	**75,62**	**73,77**	**70,02**	**77,85**	**76,93**	**73,19**	**80,99**	**79,96**	**76,96**	**82,98**
NUTS II e III R. A. dos Açores	**57,32**	**62,30**	**65,01**	**69,06**	**65,51**	**72,85**	**71,96**	**68,52**	**75,61**	**73,78**	**70,28**	**77,46**	**76,38**	**72,98**	**79,84**
NUTS II e III R. A. da Madeira	**57,55**	**61,84**	**63,82**	**69,77**	**65,50**	**73,66**	**72,15**	**67,34**	**76,74**	**73,35**	**69,00**	**77,31**	**77,76**	**74,02**	**80,96**

(–) Efectivo demasiado reduzido para o cálculo das tábuas de mortalidade (população residente muito reduzida e/ou ausência de óbitos em grupos etários.

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950-2011) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71; 1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11).

Apresentam-se em seguida as taxas específicas e quocientes de mortalidade para Portugal e NUTS II. Atendendo à dimensão desta publicação, não se incluem as taxas específicas e quocientes de mortalidade por NUTS III. Essa informação poderá ser disponibilizada pelas autoras a quem dela necessitar.

7. Taxas específicas e quocientes de mortalidade (entre a idade x e x+n) e esperança de vida (à idade x), Portugal e NUTS II, sexos reunidos, 1950-1970

	1950 (HM)			1960 (HM)			1970 (HM)		
Idades	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex
Portugal									
0	0,1082	0,1009	58,90	0,0956	0,0895	63,93	0,0678	0,0644	67,26
1	0,0129	0,0498	64,47	0,0082	0,0321	69,19	0,0034	0,0133	70,87
5	0,0020	0,0098	63,79	0,0012	0,0057	67,44	0,0009	0,0044	67,81
10	0,0017	0,0165	59,40	0,0008	0,0081	62,82	0,0008	0,0077	63,10
20	0,0034	0,0339	50,31	0,0014	0,0143	53,29	0,0013	0,0128	53,55
30	0,0040	0,0393	41,90	0,0024	0,0233	43,99	0,0020	0,0202	44,18
40	0,0062	0,0600	33,41	0,0042	0,0416	34,92	0,0042	0,0408	34,99
50	0,0113	0,1071	25,23	0,0093	0,0885	26,22	0,0092	0,0882	26,26
60	0,0258	0,2287	17,65	0,0230	0,2066	18,28	0,0231	0,2073	18,32
70	0,0956	0,6468	11,41	0,0899	0,6202	11,74	0,0959	0,6480	11,81
80	0,1187	0,7449	7,66	0,1235	0,7636	7,43	0,1252	0,7700	7,36
90	0,1833	0,9564	5,44	0,1894	0,9727	5,27	0,1903	0,9752	5,25
100	0,1997	0,9992	5,01	0,2000	0,9999	5,00	0,2000	0,9999	5,00
110	0,5988	1,0000	1,67	0,7813	1,0000	0,00	0,7692	1,0000	0,00
Norte									
0	0,1305	0,1200	54,66	0,1156	0,1068	60,79	0,0827	0,0777	65,77
1	0,0193	0,0734	61,06	0,0125	0,0484	67,03	0,0046	0,0183	70,29
5	0,0024	0,0121	61,81	0,0013	0,0066	66,38	0,0010	0,0051	67,58
10	0,0017	0,0173	57,54	0,0008	0,0084	61,80	0,0007	0,0073	62,92
20	0,0041	0,0398	48,47	0,0016	0,0157	52,28	0,0011	0,0114	53,35
30	0,0047	0,0463	40,27	0,0027	0,0267	43,04	0,0021	0,0206	43,90
40	0,0070	0,0674	31,98	0,0047	0,0456	34,08	0,0041	0,0399	34,72
50	0,0129	0,1208	23,93	0,0099	0,0944	25,47	0,0094	0,0895	25,95
60	0,0294	0,2567	16,53	0,0249	0,2214	17,60	0,0238	0,2128	18,02
70	0,1035	0,6818	10,51	0,0949	0,6435	11,19	0,0976	0,6557	11,53
80	0,1314	0,7929	7,13	0,1325	0,7969	7,07	0,1303	0,7890	7,15
90	0,1896	0,9734	5,27	0,1930	0,9821	5,18	0,1926	0,9811	5,19
100	0,1999	0,9998	5,00	0,2000	1,0000	5,00	0,2000	1,0000	5,00
110	0,5988	1,0000	1,67	0,7813	1,0000	0,00	0,7692	1,0000	0,00
Centro									
0	0,0779	0,0740	63,82	0,0718	0,0683	67,37	0,0573	0,0548	69,45
1	0,0093	0,0362	67,89	0,0061	0,0240	71,29	0,0026	0,0105	72,47
5	0,0016	0,0078	66,40	0,0012	0,0058	69,01	0,0009	0,0045	69,22
10	0,0013	0,0133	61,90	0,0008	0,0075	64,40	0,0008	0,0081	64,52
20	0,0027	0,0266	52,67	0,0013	0,0134	54,85	0,0014	0,0137	55,00

	1950 (HM)			1960 (HM)			1970 (HM)		
Idades	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex
30	0,0034	0,0330	43,97	0,0021	0,0209	45,52	0,0021	0,0206	45,70
40	0,0051	0,0497	35,30	0,0038	0,0370	36,39	0,0040	0,0397	36,55
50	0,0094	0,0896	26,89	0,0082	0,0785	27,59	0,0084	0,0808	27,86
60	0,0220	0,1985	19,04	0,0202	0,1834	19,52	0,0201	0,1828	19,87
70	0,0927	0,6335	12,52	0,0865	0,6039	12,78	0,0931	0,6351	13,19
80	0,1095	0,7075	8,09	0,1105	0,7119	8,01	0,1045	0,6864	8,33
90	0,1791	0,9448	5,55	0,1825	0,9542	5,46	0,1766	0,9379	5,62
100	0,1996	0,9989	5,01	0,1998	0,9995	5,00	0,1995	0,9987	5,01
110	0,5988	1,0000	1,67	0,7813	1,0000	0,00	0,7692	1,0000	0,00
Lisboa									
0	0,0905	0,0853	58,60	0,0739	0,0702	65,80	0,0459	0,0443	67,86
1	0,0085	0,0330	63,03	0,0030	0,0118	69,74	0,0016	0,0062	70,00
5	0,0020	0,0099	61,15	0,0008	0,0038	66,56	0,0006	0,0030	66,43
10	0,0024	0,0239	56,74	0,0008	0,0079	61,81	0,0007	0,0072	61,63
20	0,0041	0,0406	48,00	0,0014	0,0136	52,26	0,0013	0,0128	52,04
30	0,0048	0,0470	39,82	0,0023	0,0224	42,91	0,0019	0,0185	42,64
40	0,0081	0,0780	31,54	0,0048	0,0472	33,78	0,0045	0,0437	33,35
50	0,0141	0,1315	23,79	0,0106	0,1010	25,20	0,0106	0,1008	24,65
60	0,0290	0,2536	16,63	0,0253	0,2246	17,47	0,0269	0,2371	16,85
70	0,0864	0,6035	10,58	0,0837	0,5901	11,09	0,0944	0,6414	10,53
80	0,1115	0,7160	8,05	0,1241	0,7658	7,42	0,1411	0,8273	6,75
90	0,1726	0,9265	5,74	0,1879	0,9688	5,31	0,1955	0,9886	5,11
100	0,1982	0,9956	5,03	0,1999	0,9997	5,00	0,2000	1,0000	5,00
110	0,5988	1,0000	1,67	0,7813	1,0000	0,00	0,7692	1,0000	0,00
Alentejo									
0	0,0942	0,0886	62,51	0,0788	0,0746	66,90	0,0573	0,0549	68,58
1	0,0066	0,0258	67,55	0,0037	0,0147	71,27	0,0018	0,0074	71,55
5	0,0016	0,0077	65,31	0,0009	0,0047	68,32	0,0007	0,0033	68,07
10	0,0015	0,0152	60,80	0,0008	0,0082	63,63	0,0009	0,0085	63,29
20	0,0028	0,0278	51,66	0,0014	0,0137	54,11	0,0014	0,0141	53,79
30	0,0029	0,0290	43,00	0,0021	0,0206	44,79	0,0020	0,0197	44,49
40	0,0046	0,0449	34,13	0,0034	0,0334	35,63	0,0038	0,0372	35,28
50	0,0088	0,0842	25,50	0,0080	0,0768	26,69	0,0080	0,0772	26,46
60	0,0243	0,2167	17,39	0,0216	0,1951	18,50	0,0222	0,2001	18,25
70	0,0950	0,6439	10,82	0,0920	0,6300	11,77	0,0992	0,6630	11,57
80	0,1472	0,8478	6,53	0,1328	0,7980	7,05	0,1395	0,8218	6,80
90	0,1979	0,9946	5,05	0,1949	0,9870	5,13	0,1967	0,9917	5,08
100	0,2000	1,0000	5,00	0,2000	1,0000	5,00	0,2000	1,0000	5,00
110	0,5988	1,0000	1,67	0,7813	1,0000	0,00	0,7692	1,0000	0,00

	1950 (HM)			1960 (HM)			1970 (HM)		
Idades	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex
Algarve									
0	0,0862	0,0815	63,09	0,0775	0,0734	66,86	0,0620	0,0592	69,87
1	0,0090	0,0351	67,66	0,0041	0,0161	71,14	0,0020	0,0080	73,25
5	0,0021	0,0102	66,08	0,0008	0,0038	68,28	0,0009	0,0044	69,82
10	0,0021	0,0208	61,74	0,0009	0,0090	63,53	0,0009	0,0088	65,12
20	0,0037	0,0360	52,94	0,0015	0,0148	54,06	0,0018	0,0183	55,65
30	0,0032	0,0318	44,73	0,0021	0,0210	44,80	0,0021	0,0212	46,60
40	0,0051	0,0493	36,04	0,0037	0,0363	35,65	0,0039	0,0385	37,50
50	0,0094	0,0900	27,65	0,0075	0,0726	26,81	0,0074	0,0711	28,80
60	0,0209	0,1890	19,89	0,0210	0,1900	18,52	0,0183	0,1680	20,62
70	0,0937	0,6380	13,36	0,0873	0,6076	11,69	0,0963	0,6499	13,77
80	0,0952	0,6449	8,91	0,1353	0,8070	6,95	0,1033	0,6811	8,37
90	0,1636	0,8999	6,00	0,1960	0,9899	5,10	0,1781	0,9421	5,58
100	0,1976	0,9940	5,04	0,2000	1,0000	5,00	0,1997	0,9992	5,00
110	0,5988	1,0000	1,67	0,7813	1,0000	0,00	0,7692	1,0000	0,00
R. A. dos Açores									
0	0,1769	0,1582	57,32	0,1293	0,1184	62,30	0,0777	0,0732	65,01
1	0,0063	0,0247	67,03	0,0045	0,0178	69,63	0,0033	0,0132	69,13
5	0,0016	0,0077	64,70	0,0011	0,0053	66,87	0,0006	0,0032	66,04
10	0,0012	0,0122	60,19	0,0009	0,0094	62,22	0,0007	0,0071	61,24
20	0,0024	0,0239	50,87	0,0012	0,0121	52,76	0,0010	0,0103	51,64
30	0,0036	0,0350	41,99	0,0024	0,0242	43,35	0,0023	0,0223	42,12
40	0,0054	0,0525	33,33	0,0045	0,0443	34,30	0,0043	0,0420	32,97
50	0,0114	0,1079	24,90	0,0109	0,1031	25,66	0,0104	0,0988	24,20
60	0,0268	0,2361	17,31	0,0250	0,2223	18,03	0,0281	0,2464	16,30
70	0,1015	0,6734	11,12	0,1009	0,6705	11,76	0,0995	0,6646	9,99
80	0,1269	0,7764	7,30	0,1170	0,7382	7,74	0,1559	0,8761	6,24
90	0,1886	0,9708	5,29	0,1827	0,9547	5,45	0,1986	0,9966	5,03
100	0,1999	0,9998	5,00	0,1997	0,9992	5,00	0,2000	1,0000	5,00
110	0,5988	1,0000	1,67	0,7813	1,0000	0,00	0,7692	1,0000	0,00
R.A. da Madeira									
0	0,1428	0,1303	57,55	0,1196	0,1103	61,84	0,0873	0,0817	63,82
1	0,0153	0,0585	65,13	0,0099	0,0387	68,47	0,0055	0,0218	68,48
5	0,0020	0,0100	65,10	0,0014	0,0069	67,18	0,0013	0,0063	65,98
10	0,0013	0,0124	60,74	0,0008	0,0082	62,63	0,0008	0,0078	61,38
20	0,0030	0,0296	51,44	0,0013	0,0126	53,11	0,0014	0,0136	51,82
30	0,0036	0,0354	42,86	0,0022	0,0218	43,72	0,0026	0,0254	42,47
40	0,0056	0,0546	34,25	0,0036	0,0356	34,59	0,0046	0,0446	33,45
50	0,0106	0,1007	25,94	0,0093	0,0892	25,68	0,0099	0,0945	24,77
60	0,0241	0,2153	18,28	0,0243	0,2166	17,71	0,0266	0,2344	16,84

Idades	1950 (HM)			1960 (HM)			1970 (HM)		
	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex
70	0,0928	0,6337	11,92	0,0967	0,6516	11,22	0,1001	0,6670	10,46
80	0,1121	0,7183	7,97	0,1364	0,8109	6,91	0,1496	0,8557	6,45
90	0,1790	0,9447	5,55	0,1949	0,9871	5,13	0,1978	0,9946	5,05
100	0,1995	0,9987	5,01	0,2000	1,0000	5,00	0,2000	1,0000	5,00
110	0,5988	1,0000	1,67	0,7813	1,0000	0,00	0,7692	1,0000	0,00

Nota: As taxas específicas e os quocientes de mortalidade dos 80 aos 110 anos foram obtidos com base na série dos sobreviventes (resultados do ajustamento da função de Gompertz-Makeham).

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1950 -1970) e das Estatísticas Demográficas (1950-51; 1960-61; 1970-71).

8. Taxas específicas e quocientes de mortalidade (entre a idade x e x+n) e esperança de vida (à idade x), Portugal e NUTS II, sexos reunidos, 1981-2011

Idades	1981 (HM)			1991 (HM)			2001 (HM)			2011 (HM)		
	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex
Portugal												
0	0,0226	0,0222	71,66	0,0116	0,0115	73,93	0,0055	0,0055	76,96	0,0029	0,0029	80,15
1	0,0011	0,0043	72,28	0,0008	0,0031	73,79	0,0004	0,0016	76,39	0,0002	0,0007	79,38
5	0,0005	0,0024	68,59	0,0004	0,0020	70,01	0,0002	0,0011	72,51	0,0001	0,0006	75,44
10	0,0005	0,0025	63,75	0,0004	0,0020	65,15	0,0002	0,0012	67,58	0,0001	0,0005	70,48
15	0,0013	0,0063	58,90	0,0010	0,0049	60,28	0,0006	0,0030	62,66	0,0003	0,0014	65,52
20	0,0014	0,0070	54,25	0,0013	0,0064	55,56	0,0009	0,0045	57,84	0,0005	0,0024	60,61
25	0,0014	0,0067	49,62	0,0014	0,0068	50,90	0,0011	0,0056	53,09	0,0005	0,0026	55,75
30	0,0014	0,0070	44,94	0,0016	0,0077	46,23	0,0014	0,0071	48,38	0,0007	0,0036	50,88
35	0,0020	0,0099	40,24	0,0019	0,0093	41,57	0,0018	0,0089	43,71	0,0011	0,0055	46,06
40	0,0029	0,0144	35,62	0,0025	0,0124	36,94	0,0025	0,0122	39,08	0,0018	0,0092	41,30
45	0,0046	0,0225	31,10	0,0036	0,0181	32,37	0,0034	0,0169	34,53	0,0028	0,0139	36,66
50	0,0066	0,0326	26,75	0,0056	0,0278	27,92	0,0045	0,0223	30,08	0,0042	0,0208	32,14
55	0,0098	0,0477	22,57	0,0086	0,0422	23,64	0,0065	0,0321	25,70	0,0057	0,0281	27,76
60	0,0151	0,0731	18,57	0,0132	0,0639	19,56	0,0102	0,0497	21,47	0,0079	0,0386	23,49
65	0,0239	0,1133	14,82	0,0211	0,1004	15,71	0,0161	0,0777	17,45	0,0117	0,0571	19,33
70	0,0405	0,1849	11,38	0,0350	0,1616	12,18	0,0283	0,1326	13,70	0,0200	0,0958	15,34
75	0,0718	0,3059	8,36	0,0631	0,2730	9,02	0,0492	0,2201	10,39	0,0352	0,1628	11,68
80	0,1263	0,4785	5,90	0,1102	0,4298	6,45	0,0853	0,3532	7,57	0,0663	0,2861	8,44
85	0,2295	0,7084	4,05	0,2195	0,6862	4,48	0,1513	0,5436	5,31	0,1190	0,4565	5,77
90	0,3532	0,8739	2,72	0,3300	0,8250	2,85	0,2364	0,7143	3,59	0,2184	0,6859	3,82
95	0,5056	0,9751	1,97	0,4894	0,9536	2,02	0,3442	0,8396	2,41	0,3987	0,8996	2,43
100	0,6223	0,9986	1,61	0,6359	0,9955	1,57	0,4932	0,9315	1,74	0,5900	0,9872	1,69

	1981 (HM)			1991 (HM)			2001 (HM)			2011 (HM)		
Idades	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex
105	0,7246	1,0000	1,38	0,7405	0,9999	1,35	0,7074	0,9993	1,41	0,7346	0,9997	1,36
110	0,7519	1,0000	1,33	0,7692	1,0000	1,30	0,7463	1,0000	1,34	0,7874	1,0000	1,27
Norte												
0	0,0261	0,0255	71,10	0,0138	0,0136	73,51	0,0061	0,0060	77,25	0,0026	0,0026	80,65
1	0,0012	0,0046	71,96	0,0009	0,0035	73,53	0,0004	0,0015	76,71	0,0002	0,0007	79,86
5	0,0006	0,0028	68,29	0,0004	0,0019	69,78	0,0002	0,0010	72,83	0,0001	0,0006	75,92
10	0,0005	0,0025	63,47	0,0004	0,0022	64,91	0,0002	0,0011	67,90	0,0001	0,0005	70,96
15	0,0013	0,0067	58,63	0,0011	0,0053	60,04	0,0005	0,0027	62,97	0,0003	0,0013	66,00
20	0,0014	0,0070	54,00	0,0012	0,0059	55,35	0,0008	0,0040	58,13	0,0004	0,0019	61,08
25	0,0013	0,0067	49,36	0,0012	0,0061	50,66	0,0010	0,0052	53,35	0,0004	0,0020	56,19
30	0,0014	0,0070	44,68	0,0014	0,0069	45,96	0,0013	0,0066	48,62	0,0006	0,0031	51,30
35	0,0020	0,0102	39,98	0,0018	0,0088	41,26	0,0017	0,0086	43,92	0,0010	0,0050	46,45
40	0,0029	0,0144	35,36	0,0025	0,0124	36,60	0,0022	0,0111	39,28	0,0018	0,0088	41,68
45	0,0046	0,0230	30,83	0,0037	0,0183	32,02	0,0033	0,0162	34,69	0,0027	0,0134	37,02
50	0,0069	0,0341	26,50	0,0057	0,0284	27,57	0,0042	0,0210	30,22	0,0038	0,0189	32,49
55	0,0098	0,0481	22,34	0,0090	0,0439	23,30	0,0064	0,0316	25,81	0,0055	0,0270	28,07
60	0,0159	0,0767	18,34	0,0138	0,0668	19,25	0,0099	0,0485	21,56	0,0074	0,0365	23,77
65	0,0241	0,1139	14,64	0,0223	0,1058	15,43	0,0161	0,0778	17,53	0,0112	0,0548	19,57
70	0,0421	0,1914	11,18	0,0361	0,1662	11,95	0,0283	0,1329	13,78	0,0194	0,0928	15,56
75	0,0741	0,3145	8,20	0,0666	0,2860	8,81	0,0481	0,2159	10,49	0,0347	0,1607	11,87
80	0,1300	0,4893	5,78	0,1142	0,4419	6,32	0,0837	0,3477	7,65	0,0644	0,2791	8,63
85	0,2279	0,7055	3,95	0,2145	0,6764	4,40	0,1488	0,5371	5,37	0,1168	0,4500	5,97
90	0,3589	0,8808	2,69	0,3306	0,8257	2,85	0,2352	0,7120	3,62	0,2240	0,6969	3,96
95	0,5086	0,9773	1,96	0,4865	0,9514	2,03	0,3301	0,8224	2,42	0,3811	0,8812	2,52
100	0,6227	0,9988	1,61	0,6342	0,9947	1,58	0,4297	0,8823	1,74	0,5796	0,9813	1,72
105	0,7246	1,0000	1,38	0,7404	0,9999	1,35	0,7072	0,9992	1,41	0,7337	0,9994	1,36
110	0,7519	1,0000	1,33	0,7692	1,0000	1,30	0,7463	1,0000	1,34	0,7874	1,0000	1,27
Centro												
0	0,0194	0,0191	71,80	0,0097	0,0096	74,36	0,0043	0,0043	77,63	0,0022	0,0022	80,48
1	0,0011	0,0042	72,19	0,0008	0,0030	74,08	0,0004	0,0016	76,96	0,0002	0,0007	79,66
5	0,0005	0,0025	68,49	0,0004	0,0019	70,31	0,0002	0,0012	73,08	0,0001	0,0007	75,71
10	0,0005	0,0026	63,65	0,0004	0,0021	65,44	0,0003	0,0014	68,17	0,0001	0,0005	70,76
15	0,0016	0,0078	58,81	0,0011	0,0057	60,57	0,0007	0,0037	63,26	0,0003	0,0017	65,80
20	0,0015	0,0077	54,25	0,0015	0,0075	55,90	0,0009	0,0047	58,48	0,0006	0,0028	60,90
25	0,0017	0,0084	49,65	0,0015	0,0074	51,31	0,0010	0,0048	53,74	0,0006	0,0029	56,07
30	0,0017	0,0084	45,05	0,0016	0,0082	46,67	0,0012	0,0057	48,99	0,0007	0,0037	51,23
35	0,0021	0,0106	40,41	0,0018	0,0090	42,04	0,0015	0,0073	44,26	0,0011	0,0054	46,41
40	0,0032	0,0159	35,81	0,0024	0,0122	37,39	0,0023	0,0113	39,56	0,0018	0,0091	41,65
45	0,0047	0,0234	31,35	0,0037	0,0183	32,82	0,0030	0,0151	34,99	0,0026	0,0128	37,01
50	0,0066	0,0324	27,03	0,0054	0,0269	28,38	0,0042	0,0209	30,48	0,0041	0,0201	32,45

	1981 (HM)			1991 (HM)			2001 (HM)			2011 (HM)		
Idades	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**
55	0,0097	0,0473	22,85	0,0079	0,0386	24,09	0,0060	0,0297	26,07	0,0052	0,0256	28,06
60	0,0141	0,0682	18,86	0,0121	0,0589	19,95	0,0094	0,0462	21,79	0,0072	0,0354	23,73
65	0,0229	0,1087	15,04	0,0194	0,0929	16,04	0,0148	0,0717	17,72	0,0109	0,0530	19,51
70	0,0384	0,1760	11,55	0,0323	0,1499	12,41	0,0264	0,1241	13,88	0,0187	0,0895	15,45
75	0,0682	0,2928	8,46	0,0604	0,2631	9,14	0,0475	0,2133	10,47	0,0340	0,1573	11,71
80	0,1250	0,4749	5,88	0,1080	0,4230	6,49	0,0838	0,3480	7,60	0,0656	0,2834	8,40
85	0,2392	0,7266	3,97	0,2211	0,6894	4,47	0,1500	0,5402	5,29	0,1203	0,4603	5,69
90	0,3685	0,8923	2,63	0,3357	0,8321	2,81	0,2404	0,7216	3,55	0,2183	0,6857	3,72
95	0,5180	0,9841	1,93	0,4977	0,9598	1,99	0,3803	0,8803	2,37	0,4136	0,9145	2,35
100	0,6241	0,9996	1,60	0,6389	0,9969	1,56	0,5233	0,9522	1,72	0,5981	0,9917	1,67
105	0,7246	1,0000	1,38	0,7407	1,0000	1,35	0,7081	0,9995	1,41	0,7351	0,9999	1,36
110	0,7519	1,0000	1,33	0,7692	1,0000	1,30	0,7463	1,0000	1,34	0,7874	1,0000	1,27
Lisboa												
0	0,0183	0,0180	72,54	0,0100	0,0099	74,22	0,0052	0,0052	76,71	0,0037	0,0037	80,07
1	0,0008	0,0032	72,87	0,0006	0,0023	73,96	0,0004	0,0014	76,11	0,0002	0,0006	79,36
5	0,0003	0,0017	69,10	0,0004	0,0019	70,13	0,0002	0,0011	72,21	0,0001	0,0005	75,41
10	0,0005	0,0023	64,21	0,0004	0,0018	65,26	0,0002	0,0010	67,29	0,0001	0,0005	70,45
15	0,0008	0,0042	59,36	0,0008	0,0038	60,37	0,0005	0,0026	62,35	0,0003	0,0014	65,49
20	0,0012	0,0058	54,60	0,0012	0,0060	55,59	0,0010	0,0048	57,51	0,0004	0,0022	60,58
25	0,0011	0,0053	49,90	0,0015	0,0073	50,91	0,0013	0,0065	52,78	0,0005	0,0024	55,71
30	0,0011	0,0057	45,15	0,0016	0,0079	46,27	0,0018	0,0087	48,11	0,0008	0,0039	50,83
35	0,0017	0,0084	40,40	0,0019	0,0097	41,62	0,0021	0,0102	43,51	0,0011	0,0057	46,02
40	0,0027	0,0132	35,71	0,0024	0,0119	37,00	0,0027	0,0137	38,93	0,0019	0,0096	41,27
45	0,0043	0,0211	31,16	0,0034	0,0167	32,41	0,0036	0,0179	34,43	0,0030	0,0148	36,64
50	0,0064	0,0317	26,77	0,0054	0,0268	27,92	0,0047	0,0233	30,01	0,0046	0,0226	32,15
55	0,0098	0,0477	22,56	0,0086	0,0423	23,61	0,0065	0,0320	25,67	0,0059	0,0291	27,84
60	0,0155	0,0746	18,56	0,0134	0,0648	19,54	0,0104	0,0508	21,43	0,0082	0,0402	23,60
65	0,0252	0,1190	14,84	0,0215	0,1022	15,71	0,0165	0,0793	17,43	0,0118	0,0576	19,47
70	0,0415	0,1889	11,49	0,0362	0,1667	12,20	0,0292	0,1366	13,71	0,0204	0,0976	15,50
75	0,0726	0,3091	8,55	0,0624	0,2705	9,12	0,0494	0,2209	10,45	0,0350	0,1618	11,89
80	0,1199	0,4599	6,22	0,1081	0,4234	6,56	0,0845	0,3502	7,67	0,0643	0,2787	8,67
85	0,2090	0,6681	4,41	0,2175	0,6824	4,58	0,1507	0,5419	5,43	0,1151	0,4448	6,01
90	0,3111	0,8191	3,02	0,3207	0,8132	2,92	0,2247	0,6925	3,68	0,2033	0,6555	4,01
95	0,4635	0,9421	2,13	0,4802	0,9465	2,06	0,3246	0,8156	2,47	0,3741	0,8737	2,55
100	0,6084	0,9913	1,64	0,6328	0,9940	1,58	0,2937	0,7412	1,76	0,5743	0,9783	1,73
105	0,7237	0,9996	1,38	0,7404	0,9999	1,35	0,7059	0,9987	1,42	0,7330	0,9992	1,36
110	0,7519	1,0000	1,33	0,7692	1,0000	1,30	0,7463	1,0000	1,34	0,7874	1,0000	1,27
Alentejo												
0	0,0224	0,0220	72,05	0,0093	0,0093	74,38	0,0046	0,0045	76,89	0,0021	0,0021	79,41
1	0,0013	0,0051	72,67	0,0007	0,0030	74,08	0,0004	0,0016	76,24	0,0003	0,0010	78,58

	1981 (HM)			1991 (HM)			2001 (HM)			2011 (HM)		
Idades	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**
5	0,0004	0,0022	69,03	0,0005	0,0026	70,30	0,0002	0,0008	72,36	0,0001	0,0007	74,66
10	0,0005	0,0024	64,18	0,0004	0,0022	65,47	0,0002	0,0012	67,42	0,0001	0,0007	69,71
15	0,0012	0,0060	59,33	0,0009	0,0044	60,61	0,0007	0,0033	62,50	0,0002	0,0009	64,76
20	0,0016	0,0081	54,67	0,0014	0,0072	55,87	0,0011	0,0057	57,70	0,0007	0,0035	59,81
25	0,0013	0,0064	50,09	0,0012	0,0062	51,25	0,0013	0,0063	53,01	0,0007	0,0037	55,02
30	0,0017	0,0082	45,40	0,0018	0,0087	46,56	0,0014	0,0070	48,33	0,0008	0,0042	50,21
35	0,0023	0,0113	40,75	0,0021	0,0102	41,94	0,0018	0,0089	43,65	0,0013	0,0065	45,41
40	0,0027	0,0132	36,19	0,0025	0,0123	37,35	0,0023	0,0116	39,02	0,0018	0,0091	40,69
45	0,0040	0,0198	31,64	0,0034	0,0169	32,78	0,0030	0,0150	34,45	0,0026	0,0128	36,04
50	0,0062	0,0305	27,22	0,0055	0,0270	28,30	0,0047	0,0230	29,93	0,0042	0,0206	31,47
55	0,0086	0,0424	23,00	0,0079	0,0389	24,01	0,0066	0,0323	25,58	0,0061	0,0302	27,08
60	0,0139	0,0672	18,90	0,0119	0,0581	19,88	0,0103	0,0501	21,34	0,0084	0,0411	22,84
65	0,0224	0,1065	15,07	0,0200	0,0954	15,94	0,0161	0,0776	17,33	0,0128	0,0620	18,71
70	0,0379	0,1740	11,55	0,0338	0,1563	12,34	0,0279	0,1309	13,56	0,0225	0,1068	14,77
75	0,0716	0,3052	8,43	0,0608	0,2646	9,14	0,0513	0,2288	10,20	0,0367	0,1689	11,21
80	0,1251	0,4752	5,99	0,1080	0,4231	6,52	0,0882	0,3630	7,45	0,0717	0,3061	7,95
85	0,2460	0,7390	4,18	0,2254	0,6977	4,51	0,1539	0,5502	5,24	0,1289	0,4851	5,31
90	0,3480	0,8675	2,76	0,3325	0,8281	2,84	0,2421	0,7247	3,56	0,2353	0,7185	3,48
95	0,5016	0,9721	1,98	0,4942	0,9572	2,00	0,3430	0,8382	2,40	0,4409	0,9402	2,23
100	0,6216	0,9982	1,61	0,6378	0,9964	1,57	0,5965	0,9967	1,74	0,6063	0,9962	1,65
105	0,7246	1,0000	1,38	0,7406	1,0000	1,35	0,7072	0,9992	1,41	0,7352	1,0000	1,36
110	0,7519	1,0000	1,33	0,7692	1,0000	1,30	0,7463	1,0000	1,34	0,7874	1,0000	1,27
Algarve												
0	0,0243	0,0238	71,70	0,0114	0,0113	73,77	0,0053	0,0053	76,93	0,0024	0,0024	79,96
1	0,0010	0,0040	72,45	0,0009	0,0035	73,61	0,0007	0,0028	76,34	0,0002	0,0009	79,15
5	0,0006	0,0031	68,74	0,0006	0,0030	69,86	0,0002	0,0008	72,55	0,0001	0,0004	75,22
10	0,0005	0,0027	63,94	0,0004	0,0020	65,06	0,0003	0,0013	67,61	0,0001	0,0007	70,25
15	0,0016	0,0080	59,11	0,0013	0,0066	60,19	0,0009	0,0043	62,70	0,0002	0,0011	65,30
20	0,0020	0,0099	54,57	0,0016	0,0081	55,57	0,0012	0,0059	57,96	0,0006	0,0030	60,36
25	0,0019	0,0097	50,09	0,0017	0,0087	51,00	0,0015	0,0076	53,29	0,0008	0,0038	55,54
30	0,0014	0,0068	45,55	0,0021	0,0106	46,43	0,0015	0,0076	48,68	0,0007	0,0035	50,75
35	0,0023	0,0116	40,85	0,0019	0,0094	41,90	0,0023	0,0112	44,03	0,0012	0,0058	45,92
40	0,0029	0,0144	36,30	0,0029	0,0143	37,27	0,0028	0,0137	39,50	0,0019	0,0094	41,17
45	0,0041	0,0204	31,79	0,0036	0,0178	32,77	0,0036	0,0176	35,01	0,0031	0,0154	36,53
50	0,0055	0,0272	27,40	0,0055	0,0274	28,32	0,0044	0,0218	30,59	0,0040	0,0198	32,06
55	0,0087	0,0427	23,09	0,0090	0,0440	24,04	0,0063	0,0312	26,22	0,0058	0,0286	27,66
60	0,0140	0,0676	19,00	0,0130	0,0633	20,02	0,0091	0,0448	21,98	0,0086	0,0420	23,40
65	0,0199	0,0951	15,19	0,0188	0,0900	16,20	0,0152	0,0734	17,88	0,0119	0,0580	19,31
70	0,0353	0,1629	11,51	0,0324	0,1503	12,54	0,0253	0,1193	14,09	0,0194	0,0926	15,33
75	0,0663	0,2859	8,23	0,0570	0,2498	9,29	0,0467	0,2102	10,64	0,0328	0,1521	11,62

	1981 (HM)			1991 (HM)			2001 (HM)			2011 (HM)		
Idades	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex
80	0,1327	0,4967	5,49	0,1053	0,4148	6,54	0,0819	0,3412	7,77	0,0654	0,2826	8,23
85	0,2340	0,7170	3,47	0,2295	0,7054	4,45	0,1556	0,5546	5,46	0,1092	0,4271	5,45
90	0,4140	0,9424	2,38	0,3460	0,8445	2,74	0,2465	0,7325	3,64	0,2177	0,6846	3,59
95	0,5362	0,9970	1,86	0,5100	0,9689	1,95	0,3360	0,8298	2,43	0,4334	0,9333	2,26
100	0,6250	1,0000	1,60	0,6419	0,9984	1,56	0,3889	0,8458	1,74	0,6055	0,9957	1,65
105	0,7246	1,0000	1,38	0,7407	1,0000	1,35	0,7074	0,9993	1,41	0,7352	1,0000	1,36
110	0,7519	1,0000	1,33	0,7692	1,0000	1,30	0,7463	1,0000	1,34	0,7874	1,0000	1,27
R. A. dos Açores												
0	0,0273	0,0267	69,06	0,0139	0,0137	71,96	0,0067	0,0067	73,78	0,0042	0,0042	76,38
1	0,0014	0,0055	69,95	0,0010	0,0041	71,96	0,0007	0,0026	73,28	0,0002	0,0008	75,70
5	0,0005	0,0025	66,32	0,0004	0,0021	68,24	0,0003	0,0013	69,47	0,0001	0,0005	71,76
10	0,0006	0,0028	61,48	0,0003	0,0016	63,38	0,0003	0,0016	64,56	0,0002	0,0008	66,79
15	0,0009	0,0047	56,65	0,0006	0,0029	58,48	0,0005	0,0026	59,66	0,0004	0,0018	61,84
20	0,0012	0,0061	51,90	0,0009	0,0044	53,64	0,0008	0,0040	54,80	0,0004	0,0021	56,95
25	0,0014	0,0068	47,21	0,0014	0,0068	48,87	0,0009	0,0045	50,01	0,0007	0,0034	52,06
30	0,0017	0,0086	42,51	0,0011	0,0053	44,19	0,0012	0,0061	45,23	0,0010	0,0049	47,23
35	0,0030	0,0150	37,86	0,0017	0,0087	39,41	0,0017	0,0082	40,49	0,0013	0,0065	42,45
40	0,0037	0,0182	33,39	0,0029	0,0143	34,73	0,0030	0,0149	35,80	0,0016	0,0081	37,71
45	0,0064	0,0313	28,97	0,0049	0,0243	30,20	0,0051	0,0254	31,31	0,0036	0,0176	32,99
50	0,0076	0,0371	24,82	0,0073	0,0358	25,88	0,0063	0,0311	27,05	0,0061	0,0299	28,54
55	0,0139	0,0673	20,67	0,0120	0,0581	21,75	0,0097	0,0473	22,84	0,0084	0,0411	24,34
60	0,0178	0,0856	16,97	0,0171	0,0824	17,92	0,0163	0,0786	18,84	0,0118	0,0576	20,27
65	0,0324	0,1507	13,32	0,0277	0,1297	14,30	0,0233	0,1107	15,23	0,0210	0,0999	16,35
70	0,0554	0,2448	10,21	0,0473	0,2127	11,04	0,0401	0,1832	11,79	0,0301	0,1406	12,87
75	0,0852	0,3534	7,66	0,0791	0,3310	8,31	0,0684	0,2943	8,84	0,0531	0,2362	9,54
80	0,1445	0,5290	5,43	0,1248	0,4729	6,17	0,1135	0,4444	6,42	0,0989	0,3998	6,66
85	0,2418	0,7315	3,76	0,2368	0,7192	4,51	0,1801	0,6141	4,51	0,1454	0,5304	4,36
90	0,3700	0,8940	2,62	0,3130	0,8032	2,99	0,2760	0,7821	3,17	0,2591	0,7611	3,06
95	0,5113	0,9793	1,95	0,4534	0,9250	2,16	0,3136	0,8014	2,23	0,4738	0,9689	2,10
100	0,6226	0,9988	1,61	0,6127	0,9838	1,63	0,5000	0,9363	1,70	0,6109	0,9986	1,64
105	0,7246	1,0000	1,38	0,7369	0,9986	1,36	0,7084	0,9997	1,41	0,7353	1,0000	1,36
110	0,7519	1,0000	1,33	0,7692	1,0000	1,30	0,7463	1,0000	1,34	0,7874	1,0000	1,27
R. A. da Madeira												
0	0,0271	0,0265	69,77	0,0118	0,0117	72,15	0,0089	0,0088	73,35	0,0026	0,0026	77,76
1	0,0017	0,0069	70,66	0,0008	0,0033	72,00	0,0006	0,0025	73,00	0,0002	0,0008	76,96
5	0,0006	0,0028	67,14	0,0004	0,0020	68,24	0,0004	0,0018	69,18	0,0003	0,0013	73,02
10	0,0005	0,0027	62,33	0,0003	0,0016	63,37	0,0003	0,0016	64,30	0,0001	0,0006	68,11
15	0,0008	0,0041	57,49	0,0010	0,0048	58,47	0,0008	0,0038	59,39	0,0003	0,0017	63,15
20	0,0016	0,0082	52,72	0,0010	0,0048	53,74	0,0005	0,0025	54,61	0,0005	0,0027	58,25
25	0,0012	0,0059	48,13	0,0013	0,0067	48,98	0,0009	0,0043	49,74	0,0006	0,0029	53,41

	1981 (HM)			1991 (HM)			2001 (HM)			2011 (HM)		
Idades	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex
30	0,0017	0,0086	43,40	0,0021	0,0105	44,30	0,0017	0,0085	44,95	0,0010	0,0048	48,56
35	0,0020	0,0100	38,76	0,0026	0,0128	39,74	0,0023	0,0115	40,31	0,0011	0,0053	43,78
40	0,0036	0,0180	34,12	0,0033	0,0162	35,22	0,0035	0,0173	35,74	0,0021	0,0105	39,00
45	0,0066	0,0327	29,70	0,0061	0,0303	30,76	0,0059	0,0293	31,33	0,0037	0,0185	34,38
50	0,0080	0,0393	25,61	0,0077	0,0379	26,64	0,0070	0,0344	27,19	0,0061	0,0302	29,98
55	0,0126	0,0613	21,55	0,0113	0,0548	22,58	0,0108	0,0525	23,07	0,0078	0,0385	25,83
60	0,0190	0,0911	17,79	0,0167	0,0802	18,74	0,0157	0,0759	19,20	0,0114	0,0553	21,76
65	0,0285	0,1335	14,31	0,0240	0,1136	15,14	0,0230	0,1090	15,56	0,0164	0,0789	17,88
70	0,0451	0,2038	11,10	0,0404	0,1843	11,74	0,0382	0,1753	12,14	0,0258	0,1218	14,19
75	0,0753	0,3188	8,27	0,0651	0,2804	8,81	0,0618	0,2696	9,15	0,0460	0,2079	10,79
80	0,1276	0,4822	5,93	0,1146	0,4432	6,25	0,1067	0,4233	6,56	0,0794	0,3338	7,92
85	0,2269	0,7036	4,15	0,2175	0,6824	4,29	0,1644	0,5764	4,49	0,1358	0,5045	5,58
90	0,3385	0,8555	2,82	0,3449	0,8432	2,75	0,2408	0,7223	3,15	0,2292	0,7069	3,81
95	0,4906	0,9637	2,02	0,5020	0,9630	1,98	0,3129	0,8006	2,20	0,3832	0,8835	2,51
100	0,6184	0,9966	1,62	0,6393	0,9972	1,56	0,4643	0,9101	1,69	0,5712	0,9764	1,74
105	0,7245	0,9999	1,38	0,7407	1,0000	1,35	0,7089	0,9999	1,41	0,7314	0,9985	1,37
110	0,7519	1,0000	1,33	0,7692	1,0000	1,30	0,7463	1,0000	1,34	0,7874	1,0000	1,27

Nota: As taxas específicas e os quocientes de mortalidade dos 90 aos 110 anos foram obtidos a partir da série dos sobreviventes (resultados do ajustamento da função de Gompertz-Makeham).

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11).

9. Taxas específicas e quocientes de mortalidade (entre a idade x e x+n) e esperança de vida (à idade x), Portugal e NUTS II, sexo masculino, 1981-2011

	1981 (H)			1991 (H)			2001 (H)			2011 (H)		
Idades	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex
Portugal												
0	0,0246	0,0241	68,12	0,0132	0,0130	70,43	0,0062	0,0062	73,48	0,0031	0,0031	77,06
1	0,0013	0,0050	68,80	0,0009	0,0036	70,36	0,0005	0,0019	72,94	0,0002	0,0008	76,30
5	0,0005	0,0027	65,14	0,0005	0,0024	66,61	0,0002	0,0012	69,07	0,0001	0,0007	72,36
10	0,0006	0,0031	60,31	0,0005	0,0025	61,76	0,0003	0,0014	64,15	0,0001	0,0007	67,41
15	0,0019	0,0096	55,48	0,0015	0,0076	56,91	0,0009	0,0044	59,24	0,0004	0,0018	62,46
20	0,0022	0,0112	51,00	0,0020	0,0099	52,32	0,0014	0,0071	54,49	0,0006	0,0032	57,57
25	0,0020	0,0100	46,55	0,0021	0,0104	47,82	0,0018	0,0090	49,86	0,0007	0,0037	52,74
30	0,0020	0,0098	41,99	0,0024	0,0117	43,30	0,0022	0,0109	45,29	0,0010	0,0052	47,93
35	0,0028	0,0139	37,38	0,0027	0,0133	38,79	0,0027	0,0133	40,76	0,0016	0,0077	43,16
40	0,0041	0,0201	32,87	0,0034	0,0169	34,27	0,0035	0,0173	36,28	0,0026	0,0131	38,48
45	0,0063	0,0312	28,49	0,0050	0,0245	29,82	0,0047	0,0235	31,87	0,0041	0,0203	33,95
50	0,0094	0,0461	24,32	0,0078	0,0382	25,50	0,0062	0,0305	27,57	0,0062	0,0305	29,60
55	0,0135	0,0654	20,37	0,0122	0,0594	21,41	0,0093	0,0454	23,36	0,0084	0,0411	25,45
60	0,0213	0,1014	16,61	0,0188	0,0900	17,59	0,0144	0,0697	19,35	0,0114	0,0554	21,43
65	0,0322	0,1496	13,19	0,0293	0,1370	14,07	0,0229	0,1084	15,60	0,0168	0,0807	17,53
70	0,0531	0,2351	10,05	0,0467	0,2100	10,88	0,0384	0,1762	12,18	0,0275	0,1289	13,84
75	0,0911	0,3714	7,35	0,0795	0,3324	8,08	0,0639	0,2765	9,21	0,0466	0,2101	10,50
80	0,1532	0,5478	5,20	0,1315	0,4918	5,85	0,1050	0,4156	6,75	0,0831	0,3451	7,58
85	0,2521	0,7422	3,60	0,2429	0,7302	4,14	0,1750	0,5957	4,79	0,1438	0,5227	5,24
90	0,3823	0,9016	2,54	0,3510	0,8505	2,72	0,2638	0,7518	3,31	0,2368	0,7170	3,54
95	0,5300	0,9810	1,88	0,4960	0,9586	2,00	0,3850	0,8699	2,26	0,4250	0,9136	2,29
100	0,6346	0,9989	1,58	0,6352	0,9952	1,57	0,5000	0,9225	1,66	0,6015	0,9877	1,66
105	0,7246	1,0000	1,38	0,7404	0,9999	1,35	0,7322	0,9988	1,37	0,7343	0,9996	1,36
110	0,7463	1,0000	1,34	0,7692	1,0000	1,30	0,7692	1,0000	1,30	0,7752	1,0000	1,29
Norte												
0	0,0271	0,0265	67,63	0,0155	0,0153	70,08	0,0068	0,0067	73,86	0,0027	0,0027	77,59
1	0,0013	0,0054	68,47	0,0010	0,0040	70,17	0,0004	0,0018	73,36	0,0002	0,0008	76,80
5	0,0006	0,0031	64,83	0,0005	0,0023	66,44	0,0002	0,0011	69,48	0,0001	0,0006	72,87
10	0,0007	0,0035	60,02	0,0005	0,0025	61,59	0,0003	0,0013	64,56	0,0002	0,0008	67,91
15	0,0021	0,0103	55,22	0,0017	0,0083	56,74	0,0008	0,0042	59,64	0,0004	0,0018	62,96
20	0,0023	0,0112	50,76	0,0019	0,0093	52,19	0,0012	0,0062	54,88	0,0005	0,0025	58,07
25	0,0020	0,0100	46,31	0,0018	0,0092	47,66	0,0017	0,0085	50,21	0,0006	0,0028	53,21
30	0,0019	0,0094	41,75	0,0020	0,0099	43,08	0,0021	0,0102	45,61	0,0009	0,0046	48,35
35	0,0029	0,0142	37,12	0,0024	0,0121	38,48	0,0026	0,0130	41,06	0,0015	0,0073	43,56
40	0,0040	0,0200	32,62	0,0033	0,0162	33,92	0,0031	0,0153	36,56	0,0026	0,0129	38,86

	1981 (H)			1991 (H)			2001 (H)			2011 (H)		
Idades	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**
45	0,0063	0,0313	28,23	0,0050	0,0248	29,43	0,0045	0,0223	32,09	0,0041	0,0203	34,33
50	0,0097	0,0474	24,06	0,0079	0,0388	25,11	0,0057	0,0283	27,76	0,0057	0,0284	29,99
55	0,0132	0,0640	20,12	0,0126	0,0612	21,02	0,0091	0,0446	23,49	0,0082	0,0400	25,79
60	0,0227	0,1076	16,32	0,0199	0,0951	17,22	0,0141	0,0683	19,47	0,0108	0,0525	21,75
65	0,0326	0,1511	12,97	0,0315	0,1467	13,75	0,0230	0,1091	15,71	0,0161	0,0776	17,81
70	0,0560	0,2466	9,81	0,0484	0,2170	10,66	0,0384	0,1763	12,31	0,0263	0,1240	14,09
75	0,0953	0,3852	7,18	0,0844	0,3493	7,89	0,0629	0,2728	9,38	0,0454	0,2051	10,71
80	0,1582	0,5604	5,11	0,1354	0,5027	5,77	0,1020	0,4059	6,93	0,0802	0,3348	7,80
85	0,2611	0,7575	3,57	0,2370	0,7195	4,13	0,1726	0,5901	4,97	0,1426	0,5196	5,44
90	0,3847	0,9043	2,53	0,3440	0,8422	2,77	0,2611	0,7474	3,44	0,2437	0,7296	3,66
95	0,5300	0,9810	1,88	0,4851	0,9503	2,04	0,3715	0,8559	2,35	0,4088	0,8983	2,37
100	0,6344	0,9988	1,58	0,6296	0,9924	1,59	0,4000	0,8446	1,70	0,5925	0,9828	1,68
105	0,7246	1,0000	1,38	0,7398	0,9996	1,35	0,7291	0,9977	1,37	0,7333	0,9993	1,36
110	0,7463	1,0000	1,34	0,7692	1,0000	1,30	0,7692	1,0000	1,30	0,7752	1,0000	1,29
Centro												
0	0,0226	0,0222	68,12	0,0108	0,0107	70,83	0,0051	0,0051	74,32	0,0022	0,0022	77,52
1	0,0012	0,0048	68,66	0,0009	0,0036	70,60	0,0005	0,0018	73,70	0,0002	0,0007	76,69
5	0,0005	0,0024	64,98	0,0005	0,0023	66,85	0,0002	0,0012	69,83	0,0001	0,0007	72,74
10	0,0006	0,0032	60,14	0,0005	0,0024	62,00	0,0003	0,0017	64,91	0,0001	0,0007	67,79
15	0,0025	0,0122	55,32	0,0018	0,0089	57,14	0,0011	0,0054	60,02	0,0004	0,0022	62,84
20	0,0025	0,0123	50,97	0,0024	0,0121	52,63	0,0015	0,0073	55,33	0,0008	0,0039	57,98
25	0,0024	0,0121	46,57	0,0024	0,0118	48,24	0,0016	0,0079	50,72	0,0008	0,0042	53,19
30	0,0023	0,0113	42,11	0,0025	0,0126	43,79	0,0017	0,0086	46,10	0,0010	0,0051	48,41
35	0,0030	0,0149	37,56	0,0026	0,0127	39,32	0,0021	0,0104	41,48	0,0015	0,0075	43,64
40	0,0045	0,0222	33,09	0,0034	0,0168	34,79	0,0031	0,0154	36,89	0,0026	0,0128	38,95
45	0,0068	0,0337	28,78	0,0050	0,0247	30,34	0,0042	0,0210	32,42	0,0037	0,0185	34,42
50	0,0096	0,0471	24,69	0,0075	0,0370	26,04	0,0057	0,0283	28,06	0,0059	0,0289	30,02
55	0,0137	0,0664	20,78	0,0111	0,0542	21,94	0,0087	0,0427	23,80	0,0074	0,0364	25,84
60	0,0196	0,0938	17,07	0,0171	0,0822	18,05	0,0130	0,0629	19,75	0,0102	0,0498	21,71
65	0,0305	0,1421	13,57	0,0268	0,1258	14,42	0,0206	0,0983	15,90	0,0156	0,0751	17,71
70	0,0492	0,2198	10,38	0,0430	0,1950	11,12	0,0357	0,1645	12,35	0,0255	0,1205	13,94
75	0,0833	0,3449	7,58	0,0758	0,3193	8,19	0,0614	0,2671	9,25	0,0456	0,2058	10,49
80	0,1484	0,5353	5,25	0,1299	0,4874	5,83	0,1041	0,4128	6,69	0,0832	0,3453	7,52
85	0,2563	0,7495	3,53	0,2458	0,7355	4,06	0,1708	0,5859	4,65	0,1481	0,5340	5,15
90	0,3985	0,9192	2,46	0,3654	0,8670	2,63	0,2585	0,7432	3,20	0,2387	0,7205	3,44
95	0,5426	0,9895	1,84	0,5116	0,9700	1,94	0,4230	0,9068	2,18	0,4410	0,9281	2,22
100	0,6364	0,9997	1,57	0,6405	0,9977	1,56	0,4545	0,8897	1,63	0,6098	0,9921	1,64
105	0,7246	1,0000	1,38	0,7407	1,0000	1,35	0,7342	0,9996	1,36	0,7349	0,9999	1,36
110	0,7463	1,0000	1,34	0,7692	1,0000	1,30	0,7692	1,0000	1,30	0,7752	1,0000	1,29

	1981 (H)			1991 (H)			2001 (H)			2011 (H)		
Idades	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex
Lisboa												
0	0,0201	0,0198	68,94	0,0116	0,0115	70,68	0,0054	0,0054	72,97	0,0044	0,0044	76,79
1	0,0009	0,0037	69,33	0,0007	0,0026	70,50	0,0004	0,0017	72,36	0,0002	0,0008	76,13
5	0,0004	0,0020	65,58	0,0005	0,0024	66,68	0,0002	0,0011	68,49	0,0001	0,0006	72,19
10	0,0005	0,0023	60,71	0,0005	0,0024	61,84	0,0003	0,0014	63,56	0,0001	0,0006	67,23
15	0,0012	0,0062	55,84	0,0011	0,0055	56,98	0,0007	0,0036	58,65	0,0004	0,0018	62,27
20	0,0019	0,0094	51,17	0,0018	0,0089	52,28	0,0016	0,0078	53,85	0,0006	0,0030	57,37
25	0,0016	0,0079	46,64	0,0023	0,0112	47,73	0,0020	0,0101	49,25	0,0007	0,0036	52,54
30	0,0017	0,0085	41,99	0,0024	0,0120	43,24	0,0026	0,0131	44,73	0,0011	0,0054	47,72
35	0,0023	0,0114	37,33	0,0028	0,0141	38,73	0,0032	0,0158	40,28	0,0016	0,0080	42,97
40	0,0036	0,0177	32,73	0,0033	0,0164	34,25	0,0040	0,0197	35,89	0,0027	0,0134	38,29
45	0,0058	0,0287	28,27	0,0045	0,0221	29,78	0,0050	0,0248	31,56	0,0043	0,0212	33,77
50	0,0091	0,0447	24,03	0,0074	0,0363	25,39	0,0065	0,0322	27,29	0,0066	0,0326	29,45
55	0,0136	0,0661	20,03	0,0122	0,0593	21,25	0,0092	0,0449	23,12	0,0087	0,0426	25,35
60	0,0222	0,1055	16,26	0,0190	0,0910	17,42	0,0149	0,0719	19,08	0,0119	0,0578	21,36
65	0,0348	0,1608	12,87	0,0301	0,1404	13,90	0,0237	0,1123	15,36	0,0169	0,0812	17,51
70	0,0554	0,2444	9,83	0,0495	0,2213	10,74	0,0407	0,1858	11,97	0,0285	0,1337	13,83
75	0,0988	0,3963	7,18	0,0804	0,3357	8,05	0,0654	0,2818	9,09	0,0467	0,2102	10,55
80	0,1543	0,5505	5,24	0,1320	0,4933	5,84	0,1074	0,4229	6,66	0,0823	0,3423	7,66
85	0,2251	0,6933	3,72	0,2404	0,7257	4,15	0,1771	0,6004	4,71	0,1407	0,5145	5,32
90	0,3514	0,8657	2,73	0,3482	0,8472	2,74	0,2541	0,7358	3,26	0,2160	0,6775	3,61
95	0,4983	0,9584	1,99	0,4926	0,9560	2,01	0,3613	0,8449	2,24	0,4149	0,9042	2,34
100	0,6240	0,9935	1,60	0,6337	0,9944	1,58	0,5313	0,9430	1,65	0,5956	0,9845	1,67
105	0,7237	0,9997	1,38	0,7403	0,9998	1,35	0,7327	0,9990	1,36	0,7336	0,9994	1,36
110	0,7463	1,0000	1,34	0,7692	1,0000	1,30	0,7692	1,0000	1,30	0,7752	1,0000	1,29
Alentejo												
0	0,0257	0,0251	68,59	0,0107	0,0106	70,96	0,0060	0,0059	73,64	0,0019	0,0019	76,61
1	0,0016	0,0063	69,36	0,0008	0,0031	70,72	0,0004	0,0014	73,08	0,0003	0,0012	75,75
5	0,0006	0,0032	65,78	0,0006	0,0028	66,94	0,0002	0,0010	69,18	0,0001	0,0007	71,84
10	0,0005	0,0024	60,99	0,0005	0,0027	62,12	0,0003	0,0013	64,25	0,0002	0,0008	66,89
15	0,0019	0,0095	56,13	0,0014	0,0071	57,28	0,0009	0,0046	59,33	0,0002	0,0008	61,94
20	0,0025	0,0125	51,64	0,0023	0,0114	52,67	0,0018	0,0087	54,59	0,0008	0,0039	56,99
25	0,0020	0,0098	47,26	0,0018	0,0088	48,25	0,0021	0,0102	50,05	0,0011	0,0054	52,21
30	0,0024	0,0117	42,70	0,0027	0,0134	43,66	0,0021	0,0107	45,54	0,0012	0,0062	47,47
35	0,0035	0,0172	38,18	0,0031	0,0154	39,22	0,0025	0,0122	41,01	0,0019	0,0096	42,75
40	0,0039	0,0192	33,80	0,0035	0,0173	34,79	0,0034	0,0168	36,48	0,0026	0,0129	38,14
45	0,0057	0,0281	29,40	0,0050	0,0247	30,36	0,0040	0,0197	32,06	0,0033	0,0165	33,60
50	0,0088	0,0433	25,18	0,0075	0,0366	26,06	0,0064	0,0314	27,65	0,0062	0,0303	29,12
55	0,0118	0,0572	21,20	0,0113	0,0551	21,95	0,0094	0,0458	23,46	0,0088	0,0429	24,95
60	0,0185	0,0888	17,33	0,0172	0,0828	18,07	0,0147	0,0709	19,46	0,0122	0,0592	20,95

	1981 (H)			1991 (H)			2001 (H)			2011 (H)		
Idades	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex
65	0,0293	0,1369	13,76	0,0272	0,1279	14,46	0,0223	0,1058	15,75	0,0183	0,0877	17,10
70	0,0491	0,2194	10,53	0,0436	0,1975	11,20	0,0371	0,1709	12,30	0,0309	0,1439	13,50
75	0,0865	0,3559	7,76	0,0759	0,3199	8,31	0,0643	0,2781	9,29	0,0472	0,2123	10,32
80	0,1401	0,5136	5,66	0,1261	0,4767	6,03	0,1036	0,4112	6,88	0,0855	0,3533	7,39
85	0,2661	0,7659	4,10	0,2469	0,7374	4,30	0,1758	0,5974	4,95	0,1439	0,5230	5,04
90	0,3431	0,8554	2,78	0,3414	0,8390	2,78	0,2766	0,7722	3,42	0,2453	0,7325	3,41
95	0,4976	0,9579	1,99	0,4892	0,9535	2,02	0,3744	0,8589	2,35	0,4429	0,9297	2,21
100	0,6258	0,9944	1,60	0,6333	0,9942	1,58	1,1429	1,1641	1,70	0,6100	0,9922	1,64
105	0,7241	0,9998	1,38	0,7403	0,9998	1,35	0,7287	0,9976	1,37	0,7349	0,9999	1,36
110	0,7463	1,0000	1,34	0,7692	1,0000	1,30	0,7692	1,0000	1,30	0,7752	1,0000	1,29
Algarve												
0	0,0263	0,0257	68,14	0,0125	0,0123	70,02	0,0074	0,0074	73,19	0,0023	0,0023	76,96
1	0,0010	0,0040	68,93	0,0012	0,0046	69,89	0,0007	0,0026	72,74	0,0002	0,0007	76,14
5	0,0007	0,0033	65,20	0,0008	0,0039	66,21	0,0003	0,0013	68,92	0,0001	0,0004	72,19
10	0,0004	0,0022	60,40	0,0007	0,0033	61,45	0,0003	0,0017	64,01	0,0002	0,0009	67,22
15	0,0026	0,0127	55,53	0,0022	0,0111	56,65	0,0012	0,0061	59,11	0,0003	0,0013	62,27
20	0,0026	0,0131	51,21	0,0024	0,0120	52,26	0,0019	0,0095	54,46	0,0009	0,0047	57,35
25	0,0031	0,0153	46,86	0,0026	0,0128	47,86	0,0024	0,0120	49,95	0,0011	0,0056	52,61
30	0,0018	0,0089	42,54	0,0036	0,0176	43,45	0,0025	0,0123	45,53	0,0010	0,0049	47,89
35	0,0034	0,0167	37,90	0,0030	0,0148	39,18	0,0029	0,0142	41,06	0,0016	0,0078	43,12
40	0,0039	0,0192	33,50	0,0040	0,0197	34,73	0,0042	0,0206	36,62	0,0027	0,0136	38,43
45	0,0055	0,0270	29,10	0,0048	0,0235	30,38	0,0051	0,0250	32,33	0,0044	0,0216	33,93
50	0,0076	0,0375	24,84	0,0080	0,0390	26,05	0,0059	0,0292	28,10	0,0059	0,0290	29,62
55	0,0121	0,0588	20,70	0,0129	0,0628	22,00	0,0088	0,0429	23,86	0,0086	0,0420	25,42
60	0,0219	0,1041	16,83	0,0182	0,0873	18,29	0,0131	0,0635	19,81	0,0116	0,0567	21,42
65	0,0272	0,1278	13,49	0,0249	0,1175	14,79	0,0217	0,1034	15,98	0,0168	0,0808	17,55
70	0,0471	0,2112	10,08	0,0427	0,1936	11,41	0,0339	0,1570	12,52	0,0254	0,1199	13,87
75	0,0878	0,3602	7,09	0,0714	0,3035	8,52	0,0607	0,2644	9,36	0,0444	0,2011	10,40
80	0,1693	0,5878	4,66	0,1219	0,4645	6,12	0,1025	0,4077	6,80	0,0832	0,3453	7,35
85	0,2489	0,7366	2,89	0,2493	0,7417	4,32	0,1767	0,5995	4,77	0,1269	0,4766	4,89
90	0,4489	0,9695	2,21	0,3460	0,8445	2,75	0,2790	0,7758	3,25	0,2380	0,7192	3,34
95	0,5571	0,9990	1,79	0,4976	0,9598	1,99	0,3693	0,8536	2,21	0,4568	0,9418	2,16
100	0,6369	1,0000	1,57	0,6371	0,9961	1,57	0,3125	0,7553	1,64	0,6160	0,9953	1,62
105	0,7246	1,0000	1,38	0,7406	0,9999	1,35	0,7339	0,9995	1,36	0,7352	1,0000	1,36
110	0,7463	1,0000	1,34	0,7692	1,0000	1,30	0,7692	1,0000	1,30	0,7752	1,0000	1,29
R. A. dos Açores												
0	0,0296	0,0288	65,51	0,0162	0,0160	68,52	0,0061	0,0061	70,28	0,0039	0,0039	72,98
1	0,0013	0,0054	66,45	0,0012	0,0048	68,63	0,0010	0,0039	69,71	0,0002	0,0007	72,26
5	0,0007	0,0033	62,80	0,0005	0,0026	64,95	0,0003	0,0014	65,98	0,0001	0,0007	68,31
10	0,0005	0,0025	58,00	0,0005	0,0023	60,12	0,0005	0,0023	61,07	0,0002	0,0012	63,36

	1981 (H)			1991 (H)			2001 (H)			2011 (H)		
Idades	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex
15	0,0013	0,0067	53,14	0,0008	0,0042	55,25	0,0008	0,0038	56,21	0,0004	0,0020	58,43
20	0,0019	0,0092	48,48	0,0014	0,0068	50,47	0,0011	0,0056	51,42	0,0006	0,0028	53,54
25	0,0020	0,0099	43,91	0,0021	0,0106	45,80	0,0014	0,0070	46,69	0,0009	0,0046	48,68
30	0,0024	0,0118	39,33	0,0017	0,0086	41,27	0,0018	0,0092	42,00	0,0016	0,0080	43,90
35	0,0048	0,0237	34,76	0,0023	0,0114	36,60	0,0026	0,0128	37,37	0,0019	0,0096	39,23
40	0,0063	0,0310	30,54	0,0043	0,0212	32,00	0,0046	0,0226	32,81	0,0027	0,0134	34,58
45	0,0085	0,0416	26,44	0,0066	0,0324	27,63	0,0074	0,0362	28,51	0,0053	0,0261	30,02
50	0,0104	0,0509	22,47	0,0116	0,0563	23,47	0,0088	0,0431	24,48	0,0085	0,0416	25,75
55	0,0191	0,0912	18,53	0,0170	0,0819	19,71	0,0141	0,0680	20,47	0,0130	0,0629	21,75
60	0,0211	0,1004	15,13	0,0235	0,1115	16,23	0,0243	0,1148	16,77	0,0185	0,0884	18,04
65	0,0448	0,2022	11,52	0,0369	0,1698	12,93	0,0330	0,1528	13,61	0,0295	0,1377	14,53
70	0,0716	0,3050	8,78	0,0605	0,2644	10,04	0,0530	0,2359	10,59	0,0412	0,1878	11,44
75	0,1077	0,4246	6,50	0,0958	0,3876	7,71	0,0829	0,3447	8,04	0,0729	0,3110	8,47
80	0,1858	0,6264	4,45	0,1369	0,5069	5,98	0,1312	0,4934	5,92	0,1211	0,4667	6,10
85	0,2458	0,7311	2,89	0,2417	0,7281	4,62	0,2158	0,6836	4,26	0,1744	0,5993	4,22
90	0,4348	0,9561	2,28	0,2888	0,7702	3,22	0,2744	0,7687	3,00	0,2966	0,8168	3,06
95	0,5527	0,9962	1,81	0,4029	0,8800	2,40	0,4412	0,9231	2,13	0,4680	0,9512	2,11
100	0,6368	1,0000	1,57	0,5566	0,9530	1,78	0,6124	0,9895	1,63	0,6132	0,9939	1,63
105	0,7246	1,0000	1,38	0,7084	0,9878	1,41	0,7335	0,9993	1,36	0,7348	0,9998	1,36
110	0,7463	1,0000	1,34	0,7692	1,0000	1,30	0,7692	1,0000	1,30	0,7752	1,0000	1,29
R. A. da Madeira												
0	0,0308	0,0299	65,50	0,0137	0,0135	67,34	0,0109	0,0108	69,00	0,0031	0,0031	74,02
1	0,0024	0,0095	66,51	0,0009	0,0035	67,26	0,0008	0,0031	68,75	0,0001	0,0004	73,25
5	0,0007	0,0034	63,14	0,0004	0,0019	63,49	0,0004	0,0022	64,96	0,0005	0,0023	69,27
10	0,0009	0,0043	58,34	0,0005	0,0023	58,61	0,0003	0,0014	60,10	0,0002	0,0009	64,42
15	0,0012	0,0061	53,58	0,0015	0,0073	53,73	0,0010	0,0050	55,18	0,0004	0,0021	59,48
20	0,0024	0,0118	48,89	0,0017	0,0084	49,11	0,0007	0,0033	50,44	0,0009	0,0045	54,60
25	0,0017	0,0085	44,45	0,0023	0,0114	44,50	0,0014	0,0071	45,60	0,0007	0,0036	49,83
30	0,0025	0,0124	39,81	0,0037	0,0184	39,99	0,0028	0,0141	40,91	0,0009	0,0043	45,01
35	0,0028	0,0139	35,28	0,0044	0,0220	35,69	0,0035	0,0172	36,46	0,0014	0,0068	40,19
40	0,0056	0,0277	30,73	0,0051	0,0253	31,43	0,0053	0,0260	32,05	0,0030	0,0147	35,45
45	0,0103	0,0503	26,53	0,0100	0,0491	27,18	0,0090	0,0441	27,83	0,0052	0,0257	30,94
50	0,0121	0,0588	22,80	0,0126	0,0610	23,44	0,0108	0,0528	24,00	0,0099	0,0485	26,68
55	0,0189	0,0905	19,06	0,0182	0,0871	19,80	0,0166	0,0800	20,19	0,0120	0,0583	22,91
60	0,0276	0,1294	15,69	0,0257	0,1211	16,43	0,0238	0,1126	16,72	0,0178	0,0854	19,17
65	0,0378	0,1735	12,64	0,0340	0,1571	13,33	0,0346	0,1599	13,51	0,0250	0,1177	15,71
70	0,0603	0,2629	9,74	0,0532	0,2361	10,32	0,0523	0,2329	10,58	0,0360	0,1660	12,46
75	0,0957	0,3866	7,29	0,0772	0,3244	7,71	0,0872	0,3595	7,99	0,0639	0,2778	9,41
80	0,1527	0,5465	5,31	0,1474	0,5351	5,19	0,1310	0,4929	6,03	0,1015	0,4061	7,02
85	0,2555	0,7481	3,81	0,2607	0,7616	3,35	0,2102	0,6723	4,47	0,1586	0,5608	5,08

	1981 (H)			1991 (H)			2001 (H)			2011 (H)		
Idades	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex
90	0,3582	0,8739	2,69	0,4435	0,9461	2,23	0,3665	0,8947	3,20	0,2574	0,7536	3,62
95	0,5072	0,9649	1,96	0,5505	0,9967	1,82	0,3036	0,7759	2,29	0,3926	0,8823	2,45
100	0,6281	0,9956	1,59	0,6451	1,0000	1,55	1,5000	1,2235	1,70	0,5656	0,9675	1,76
105	0,7242	0,9998	1,38	0,7407	1,0000	1,35	0,7253	0,9963	1,38	0,7242	0,9959	1,38
110	0,7463	1,0000	1,34	0,7692	1,0000	1,30	0,7692	1,0000	1,30	0,7752	1,0000	1,29

Nota: As taxas específicas e os quocientes de mortalidade dos 90 aos 110 anos foram obtidos a partir da série dos sobreviventes (resultados do ajustamento da função de Gompertz-Makeham).

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11).

10. Taxas específicas e quocientes de mortalidade (entre a idade x e x+n) e esperança de vida (à idade x), Portugal e NUTS II, sexo feminino, 1981-2011

	1981 (M)			1991 (M)			2001 (M)			2011 (M)		
Idades	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex
Portugal												
0	0,0206	0,0202	75,13	0,0100	0,0099	77,45	0,0048	0,0048	80,35	0,0026	0,0026	83,00
1	0,0009	0,0036	75,68	0,0006	0,0026	77,23	0,0003	0,0014	79,74	0,0002	0,0007	82,22
5	0,0004	0,0022	71,95	0,0003	0,0016	73,42	0,0002	0,0010	75,84	0,0001	0,0006	78,27
10	0,0004	0,0019	67,10	0,0003	0,0016	68,54	0,0002	0,0009	70,91	0,0001	0,0003	73,31
15	0,0006	0,0028	62,22	0,0004	0,0021	63,64	0,0003	0,0015	65,98	0,0002	0,0010	68,34
20	0,0006	0,0028	57,39	0,0005	0,0027	58,77	0,0004	0,0019	61,07	0,0003	0,0015	63,40
25	0,0007	0,0035	52,54	0,0006	0,0032	53,92	0,0004	0,0022	56,18	0,0003	0,0015	58,50
30	0,0009	0,0044	47,72	0,0008	0,0039	49,09	0,0007	0,0034	51,30	0,0004	0,0022	53,58
35	0,0013	0,0063	42,92	0,0011	0,0055	44,27	0,0009	0,0047	46,46	0,0007	0,0033	48,69
40	0,0019	0,0092	38,17	0,0016	0,0081	39,50	0,0015	0,0073	41,67	0,0011	0,0054	43,84
45	0,0029	0,0146	33,50	0,0024	0,0121	34,80	0,0021	0,0107	36,96	0,0016	0,0080	39,07
50	0,0041	0,0205	28,96	0,0037	0,0182	30,19	0,0029	0,0146	32,33	0,0024	0,0118	34,36
55	0,0065	0,0319	24,51	0,0054	0,0269	25,71	0,0040	0,0200	27,77	0,0033	0,0163	29,74
60	0,0099	0,0482	20,23	0,0084	0,0411	21,34	0,0065	0,0320	23,28	0,0048	0,0235	25,19
65	0,0173	0,0830	16,12	0,0144	0,0695	17,14	0,0105	0,0515	18,96	0,0075	0,0367	20,74
70	0,0315	0,1468	12,33	0,0261	0,1232	13,22	0,0205	0,0979	14,84	0,0141	0,0685	16,42
75	0,0600	0,2628	8,99	0,0519	0,2313	9,70	0,0388	0,1780	11,16	0,0270	0,1272	12,43
80	0,1126	0,4394	6,25	0,0982	0,3964	6,82	0,0734	0,3123	8,00	0,0559	0,2473	8,85
85	0,2205	0,6940	4,19	0,2098	0,6769	4,61	0,1395	0,5145	5,45	0,1063	0,4193	5,88
90	0,3523	0,8759	2,73	0,3276	0,8442	2,89	0,2256	0,6980	3,56	0,2111	0,6724	3,76
95	0,5084	0,9810	1,96	0,4890	0,9718	2,03	0,3328	0,8300	2,33	0,4207	0,9247	2,32
100	0,6239	0,9995	1,60	0,6191	0,9989	1,62	0,4919	0,9341	1,71	0,6014	0,9955	1,66

	1981 (M)			1991 (M)			2001 (M)			2011 (M)		
Idades	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**
105	0,7246	1,0000	1,38	0,7299	1,0000	1,37	0,7040	0,9999	1,42	0,7353	1,0000	1,36
110	0,7576	1,0000	1,32	0,7692	1,0000	1,30	0,7463	1,0000	1,34	0,7874	1,0000	1,27
Norte												
0	0,0251	0,0245	74,42	0,0120	0,0119	76,90	0,0053	0,0053	80,46	0,0025	0,0025	83,44
1	0,0010	0,0038	75,29	0,0007	0,0029	76,82	0,0003	0,0013	79,89	0,0002	0,0006	82,65
5	0,0005	0,0026	71,57	0,0003	0,0016	73,04	0,0002	0,0009	75,99	0,0001	0,0006	78,70
10	0,0003	0,0015	66,75	0,0004	0,0018	68,15	0,0002	0,0008	71,06	0,0000	0,0002	73,74
15	0,0006	0,0030	61,84	0,0004	0,0022	63,27	0,0002	0,0011	66,12	0,0002	0,0008	68,76
20	0,0005	0,0026	57,02	0,0005	0,0025	58,40	0,0003	0,0016	61,18	0,0003	0,0014	63,81
25	0,0007	0,0035	52,16	0,0006	0,0030	53,54	0,0004	0,0019	56,28	0,0003	0,0013	58,90
30	0,0009	0,0047	47,34	0,0008	0,0039	48,69	0,0006	0,0031	51,38	0,0003	0,0017	53,97
35	0,0013	0,0067	42,55	0,0011	0,0056	43,87	0,0009	0,0043	46,53	0,0006	0,0029	49,05
40	0,0019	0,0094	37,81	0,0018	0,0087	39,11	0,0014	0,0070	41,72	0,0010	0,0050	44,19
45	0,0032	0,0157	33,15	0,0025	0,0125	34,43	0,0021	0,0104	37,00	0,0014	0,0070	39,40
50	0,0046	0,0226	28,64	0,0039	0,0191	29,83	0,0028	0,0140	32,36	0,0020	0,0102	34,66
55	0,0069	0,0342	24,24	0,0058	0,0287	25,36	0,0040	0,0200	27,78	0,0030	0,0151	29,99
60	0,0102	0,0501	20,00	0,0087	0,0426	21,03	0,0064	0,0314	23,29	0,0044	0,0218	25,40
65	0,0174	0,0838	15,91	0,0148	0,0717	16,85	0,0105	0,0513	18,96	0,0071	0,0350	20,91
70	0,0326	0,1516	12,12	0,0270	0,1270	12,94	0,0208	0,0993	14,84	0,0139	0,0674	16,57
75	0,0621	0,2710	8,80	0,0550	0,2434	9,43	0,0380	0,1746	11,18	0,0271	0,1277	12,57
80	0,1168	0,4519	6,09	0,1030	0,4118	6,62	0,0729	0,3106	7,97	0,0549	0,2433	9,01
85	0,2158	0,6846	4,04	0,2058	0,6685	4,45	0,1374	0,5086	5,39	0,1038	0,4115	6,06
90	0,3610	0,8865	2,68	0,3348	0,8537	2,85	0,2252	0,6973	3,51	0,2162	0,6826	3,90
95	0,5126	0,9841	1,95	0,4921	0,9742	2,02	0,3197	0,8133	2,30	0,4023	0,9065	2,41
100	0,6243	0,9996	1,60	0,6193	0,9991	1,61	0,4355	0,8903	1,71	0,5952	0,9921	1,68
105	0,7246	1,0000	1,38	0,7299	1,0000	1,37	0,7041	1,0000	1,42	0,7352	0,9999	1,36
110	0,7576	1,0000	1,32	0,7692	1,0000	1,30	0,7463	1,0000	1,34	0,7874	1,0000	1,27
Centro												
0	0,0160	0,0158	75,51	0,0086	0,0085	77,98	0,0035	0,0035	80,87	0,0022	0,0022	83,22
1	0,0009	0,0036	75,72	0,0006	0,0024	77,65	0,0004	0,0014	80,15	0,0002	0,0007	82,41
5	0,0005	0,0025	71,98	0,0003	0,0015	73,84	0,0002	0,0011	76,26	0,0001	0,0006	78,47
10	0,0004	0,0020	67,16	0,0003	0,0017	68,95	0,0002	0,0010	71,34	0,0001	0,0003	73,51
15	0,0006	0,0032	62,29	0,0005	0,0024	64,06	0,0004	0,0018	66,41	0,0002	0,0011	68,54
20	0,0006	0,0029	57,48	0,0006	0,0028	59,21	0,0004	0,0021	61,53	0,0004	0,0018	63,61
25	0,0009	0,0046	52,64	0,0006	0,0031	54,37	0,0004	0,0018	56,65	0,0003	0,0017	58,72
30	0,0011	0,0056	47,87	0,0008	0,0039	49,53	0,0006	0,0029	51,75	0,0005	0,0024	53,81
35	0,0014	0,0068	43,13	0,0011	0,0054	44,71	0,0008	0,0042	46,89	0,0007	0,0034	48,94
40	0,0021	0,0102	38,41	0,0016	0,0077	39,94	0,0015	0,0072	42,08	0,0011	0,0055	44,09
45	0,0028	0,0141	33,78	0,0025	0,0125	35,23	0,0019	0,0093	37,37	0,0015	0,0075	39,32
50	0,0039	0,0192	29,22	0,0036	0,0177	30,64	0,0028	0,0139	32,69	0,0024	0,0117	34,60

	1981 (M)			1991 (M)			2001 (M)			2011 (M)		
Idades	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**
55	0,0061	0,0303	24,74	0,0050	0,0245	26,15	0,0037	0,0184	28,11	0,0031	0,0156	29,98
60	0,0093	0,0453	20,43	0,0078	0,0384	21,74	0,0064	0,0313	23,59	0,0045	0,0224	25,41
65	0,0165	0,0796	16,27	0,0133	0,0646	17,50	0,0099	0,0485	19,27	0,0069	0,0340	20,94
70	0,0301	0,1409	12,45	0,0237	0,1125	13,52	0,0190	0,0909	15,11	0,0130	0,0633	16,58
75	0,0584	0,2566	9,04	0,0494	0,2213	9,89	0,0373	0,1719	11,35	0,0253	0,1195	12,51
80	0,1121	0,4380	6,25	0,0946	0,3847	6,95	0,0710	0,3034	8,15	0,0543	0,2409	8,84
85	0,2315	0,7154	4,17	0,2101	0,6776	4,70	0,1388	0,5125	5,56	0,1056	0,4171	5,80
90	0,3609	0,8864	2,68	0,3242	0,8397	2,92	0,2325	0,7111	3,62	0,2100	0,6701	3,66
95	0,5144	0,9854	1,94	0,4885	0,9714	2,03	0,3672	0,8705	2,35	0,4357	0,9389	2,26
100	0,6245	0,9997	1,60	0,6192	0,9990	1,61	0,5396	0,9665	1,72	0,6054	0,9976	1,65
105	0,7246	1,0000	1,38	0,7299	1,0000	1,37	0,7040	0,9999	1,42	0,7353	1,0000	1,36
110	0,7576	1,0000	1,32	0,7692	1,0000	1,30	0,7463	1,0000	1,34	0,7874	1,0000	1,27
Lisboa												
0	0,0163	0,0161	75,86	0,0083	0,0083	77,65	0,0050	0,0050	80,27	0,0030	0,0030	83,00
1	0,0007	0,0028	76,10	0,0005	0,0019	77,30	0,0003	0,0011	79,67	0,0001	0,0005	82,25
5	0,0003	0,0014	72,31	0,0003	0,0015	73,44	0,0002	0,0010	75,76	0,0001	0,0005	78,29
10	0,0005	0,0024	67,41	0,0002	0,0012	68,55	0,0001	0,0007	70,83	0,0001	0,0004	73,32
15	0,0004	0,0022	62,56	0,0004	0,0020	63,62	0,0003	0,0017	65,88	0,0002	0,0011	68,35
20	0,0005	0,0023	57,69	0,0006	0,0031	58,75	0,0004	0,0018	60,98	0,0003	0,0014	63,43
25	0,0006	0,0028	52,82	0,0007	0,0036	53,92	0,0006	0,0028	56,09	0,0003	0,0013	58,51
30	0,0006	0,0030	47,96	0,0008	0,0041	49,11	0,0009	0,0044	51,24	0,0005	0,0024	53,58
35	0,0011	0,0054	43,10	0,0011	0,0056	44,30	0,0010	0,0049	46,45	0,0007	0,0035	48,71
40	0,0018	0,0089	38,32	0,0015	0,0077	39,53	0,0016	0,0081	41,67	0,0012	0,0062	43,87
45	0,0028	0,0139	33,64	0,0023	0,0116	34,82	0,0023	0,0116	36,99	0,0018	0,0089	39,12
50	0,0040	0,0198	29,07	0,0036	0,0178	30,20	0,0031	0,0153	32,39	0,0028	0,0139	34,45
55	0,0064	0,0313	24,61	0,0055	0,0269	25,70	0,0041	0,0201	27,85	0,0036	0,0177	29,90
60	0,0099	0,0486	20,31	0,0086	0,0422	21,33	0,0064	0,0315	23,37	0,0050	0,0249	25,39
65	0,0182	0,0873	16,22	0,0147	0,0710	17,16	0,0105	0,0515	19,04	0,0076	0,0371	20,97
70	0,0328	0,1523	12,51	0,0269	0,1267	13,26	0,0208	0,0992	14,93	0,0140	0,0679	16,68
75	0,0593	0,2603	9,27	0,0515	0,2295	9,79	0,0389	0,1786	11,27	0,0269	0,1265	12,69
80	0,1059	0,4186	6,60	0,0965	0,3908	6,92	0,0723	0,3084	8,14	0,0539	0,2395	9,14
85	0,2039	0,6601	4,55	0,2097	0,6766	4,71	0,1394	0,5143	5,61	0,1031	0,4092	6,18
90	0,3149	0,8271	2,98	0,3194	0,8332	2,95	0,2150	0,6775	3,68	0,1989	0,6470	3,98
95	0,4779	0,9574	2,07	0,4827	0,9668	2,06	0,3165	0,8091	2,40	0,3926	0,8965	2,46
100	0,6184	0,9966	1,62	0,6182	0,9985	1,62	0,2591	0,6964	1,73	0,5913	0,9898	1,69
105	0,7245	1,0000	1,38	0,7299	1,0000	1,37	0,7037	0,9998	1,42	0,7350	0,9999	1,36
110	0,7576	1,0000	1,32	0,7692	1,0000	1,30	0,7463	1,0000	1,34	0,7874	1,0000	1,27
Alentejo												
0	0,0192	0,0189	75,72	0,0079	0,0078	78,03	0,0031	0,0031	80,21	0,0024	0,0024	82,14
1	0,0010	0,0039	76,17	0,0007	0,0028	77,65	0,0005	0,0018	79,46	0,0002	0,0008	81,34

	1981 (M)			1991 (M)			2001 (M)			2011 (M)		
Idades	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**
5	0,0002	0,0011	72,46	0,0005	0,0025	73,86	0,0001	0,0006	75,60	0,0001	0,0007	77,40
10	0,0005	0,0025	67,54	0,0003	0,0017	69,04	0,0002	0,0012	70,64	0,0001	0,0006	72,46
15	0,0005	0,0024	62,70	0,0003	0,0015	64,15	0,0004	0,0020	65,73	0,0002	0,0010	67,50
20	0,0007	0,0033	57,84	0,0005	0,0026	59,24	0,0005	0,0024	60,85	0,0006	0,0031	62,56
25	0,0005	0,0027	53,03	0,0007	0,0035	54,39	0,0004	0,0022	55,99	0,0004	0,0019	57,75
30	0,0010	0,0048	48,16	0,0008	0,0040	49,57	0,0006	0,0031	51,11	0,0004	0,0022	52,86
35	0,0012	0,0061	43,38	0,0010	0,0049	44,76	0,0011	0,0055	46,26	0,0007	0,0034	47,97
40	0,0015	0,0076	38,63	0,0015	0,0074	39,97	0,0013	0,0063	41,49	0,0011	0,0052	43,12
45	0,0024	0,0118	33,91	0,0020	0,0097	35,24	0,0020	0,0101	36,74	0,0018	0,0092	38,34
50	0,0037	0,0182	29,28	0,0037	0,0181	30,57	0,0030	0,0149	32,09	0,0022	0,0110	33,67
55	0,0057	0,0281	24,77	0,0048	0,0240	26,08	0,0041	0,0202	27,53	0,0035	0,0175	29,01
60	0,0096	0,0469	20,41	0,0071	0,0349	21,66	0,0064	0,0318	23,05	0,0049	0,0244	24,48
65	0,0161	0,0777	16,29	0,0136	0,0659	17,34	0,0107	0,0522	18,72	0,0082	0,0401	20,03
70	0,0283	0,1327	12,43	0,0256	0,1209	13,38	0,0201	0,0962	14,60	0,0157	0,0760	15,75
75	0,0599	0,2626	8,92	0,0490	0,2196	9,84	0,0410	0,1873	10,86	0,0287	0,1346	11,82
80	0,1152	0,4471	6,15	0,0956	0,3880	6,87	0,0775	0,3269	7,75	0,0622	0,2715	8,24
85	0,2360	0,7239	4,10	0,2136	0,6847	4,59	0,1411	0,5188	5,24	0,1198	0,4601	5,32
90	0,3670	0,8937	2,64	0,3352	0,8542	2,84	0,2261	0,6991	3,45	0,2307	0,7107	3,36
95	0,5169	0,9872	1,93	0,4968	0,9779	2,00	0,3307	0,8273	2,28	0,4639	0,9642	2,14
100	0,6246	0,9998	1,60	0,6201	0,9995	1,61	0,5200	0,9536	1,70	0,6085	0,9993	1,64
105	0,7246	1,0000	1,38	0,7299	1,0000	1,37	0,7041	1,0000	1,42	0,7353	1,0000	1,36
110	0,7576	1,0000	1,32	0,7692	1,0000	1,30	0,7463	1,0000	1,34	0,7874	1,0000	1,27
Algarve												
0	0,0223	0,0218	75,62	0,0103	0,0102	77,85	0,0031	0,0031	80,99	0,0025	0,0025	82,98
1	0,0010	0,0041	76,30	0,0006	0,0024	77,65	0,0008	0,0030	80,25	0,0003	0,0012	82,18
5	0,0006	0,0030	72,61	0,0004	0,0020	73,83	0,0001	0,0003	76,49	0,0001	0,0005	78,28
10	0,0006	0,0032	67,82	0,0001	0,0006	68,98	0,0002	0,0010	71,51	0,0001	0,0004	73,31
15	0,0006	0,0032	63,02	0,0004	0,0018	64,02	0,0005	0,0025	66,58	0,0002	0,0009	68,34
20	0,0013	0,0065	58,22	0,0008	0,0042	59,13	0,0004	0,0022	61,74	0,0003	0,0013	63,40
25	0,0008	0,0038	53,58	0,0009	0,0044	54,37	0,0006	0,0031	56,87	0,0004	0,0021	58,48
30	0,0009	0,0046	48,78	0,0007	0,0034	49,60	0,0005	0,0027	52,04	0,0004	0,0022	53,60
35	0,0013	0,0065	43,99	0,0008	0,0039	44,76	0,0016	0,0082	47,17	0,0008	0,0038	48,71
40	0,0019	0,0097	39,26	0,0017	0,0086	39,93	0,0013	0,0066	42,54	0,0011	0,0054	43,89
45	0,0028	0,0141	34,62	0,0024	0,0120	35,25	0,0020	0,0101	37,80	0,0019	0,0094	39,11
50	0,0035	0,0173	30,08	0,0032	0,0159	30,65	0,0029	0,0142	33,16	0,0022	0,0108	34,46
55	0,0055	0,0270	25,56	0,0053	0,0263	26,10	0,0039	0,0195	28,60	0,0031	0,0156	29,80
60	0,0067	0,0328	21,19	0,0083	0,0407	21,74	0,0054	0,0265	24,12	0,0056	0,0277	25,24
65	0,0133	0,0644	16,82	0,0131	0,0637	17,54	0,0094	0,0458	19,70	0,0073	0,0358	20,88
70	0,0254	0,1200	12,79	0,0236	0,1120	13,55	0,0177	0,0852	15,51	0,0139	0,0672	16,56
75	0,0509	0,2273	9,17	0,0454	0,2052	9,92	0,0352	0,1629	11,71	0,0235	0,1115	12,55

	1981 (M)			1991 (M)			2001 (M)			2011 (M)		
Idades	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**	**mx**	**qx**	**ex**
80	0,1100	0,4313	6,09	0,0943	0,3836	6,80	0,0669	0,2886	8,47	0,0526	0,2343	8,78
85	0,2264	0,7055	3,81	0,2198	0,6974	4,44	0,1427	0,5230	5,84	0,0986	0,3948	5,66
90	0,4019	0,9332	2,45	0,3583	0,8833	2,69	0,2310	0,7083	3,75	0,2082	0,6665	3,55
95	0,5309	0,9973	1,88	0,5116	0,9892	1,95	0,3227	0,8172	2,42	0,4520	0,9538	2,19
100	0,6250	1,0000	1,60	0,6210	0,9999	1,61	0,4211	0,8780	1,73	0,6080	0,9990	1,64
105	0,7246	1,0000	1,38	0,7299	1,0000	1,37	0,7038	0,9998	1,42	0,7353	1,0000	1,36
110	0,7576	1,0000	1,32	0,7692	1,0000	1,30	0,7463	1,0000	1,34	0,7874	1,0000	1,27
R. A. dos Açores												
0	0,0249	0,0243	72,85	0,0114	0,0113	75,61	0,0074	0,0074	77,46	0,0046	0,0045	79,84
1	0,0014	0,0056	73,66	0,0009	0,0034	75,48	0,0003	0,0013	77,04	0,0002	0,0008	79,21
5	0,0003	0,0017	70,07	0,0003	0,0015	71,73	0,0002	0,0012	73,14	0,0001	0,0004	75,27
10	0,0006	0,0031	65,18	0,0002	0,0009	66,83	0,0002	0,0008	68,22	0,0001	0,0003	70,29
15	0,0005	0,0026	60,38	0,0003	0,0016	61,89	0,0003	0,0013	63,28	0,0003	0,0015	65,31
20	0,0005	0,0026	55,53	0,0004	0,0019	56,99	0,0004	0,0022	58,35	0,0003	0,0014	60,41
25	0,0007	0,0033	50,67	0,0006	0,0028	52,09	0,0004	0,0021	53,48	0,0004	0,0022	55,49
30	0,0011	0,0053	45,83	0,0004	0,0018	47,23	0,0006	0,0029	48,58	0,0003	0,0017	50,61
35	0,0013	0,0066	41,06	0,0011	0,0057	42,31	0,0007	0,0036	43,72	0,0007	0,0033	45,69
40	0,0012	0,0060	36,31	0,0015	0,0072	37,54	0,0014	0,0070	38,87	0,0005	0,0025	40,84
45	0,0044	0,0216	31,52	0,0034	0,0166	32,80	0,0027	0,0135	34,12	0,0018	0,0090	35,93
50	0,0050	0,0245	27,15	0,0033	0,0166	28,31	0,0039	0,0191	29,55	0,0036	0,0180	31,23
55	0,0090	0,0443	22,77	0,0073	0,0358	23,74	0,0057	0,0282	25,07	0,0036	0,0180	26,76
60	0,0148	0,0716	18,70	0,0117	0,0570	19,53	0,0095	0,0464	20,72	0,0057	0,0283	22,20
65	0,0221	0,1051	14,94	0,0198	0,0945	15,54	0,0155	0,0749	16,60	0,0137	0,0666	17,77
70	0,0433	0,1967	11,37	0,0364	0,1680	11,88	0,0304	0,1418	12,73	0,0218	0,1038	13,85
75	0,0713	0,3055	8,49	0,0673	0,2905	8,73	0,0584	0,2574	9,39	0,0401	0,1838	10,14
80	0,1237	0,4723	6,06	0,1182	0,4591	6,23	0,1026	0,4121	6,71	0,0868	0,3609	6,81
85	0,2403	0,7320	4,25	0,2349	0,7271	4,33	0,1634	0,5766	4,58	0,1320	0,4953	4,15
90	0,3396	0,8598	2,82	0,3403	0,8608	2,81	0,2766	0,7879	3,18	0,2455	0,7382	2,83
95	0,4915	0,9681	2,02	0,4876	0,9707	2,04	0,2921	0,7759	2,21	0,4971	0,9917	2,01
100	0,6204	0,9976	1,61	0,6177	0,9982	1,62	0,4375	0,8919	1,70	0,6097	1,0000	1,64
105	0,7246	1,0000	1,38	0,7299	1,0000	1,37	0,7041	0,9999	1,42	0,7353	1,0000	1,36
110	0,7576	1,0000	1,32	0,7692	1,0000	1,30	0,7463	1,0000	1,34	0,7874	1,0000	1,27
R. A. da Madeira												
0	0,0234	0,0229	73,66	0,0099	0,0098	76,74	0,0068	0,0068	77,31	0,0020	0,0020	80,96
1	0,0011	0,0042	74,38	0,0008	0,0031	76,50	0,0004	0,0018	76,83	0,0003	0,0012	80,12
5	0,0005	0,0023	70,69	0,0004	0,0022	72,73	0,0003	0,0013	72,97	0,0001	0,0003	76,22
10	0,0002	0,0011	65,85	0,0002	0,0009	67,89	0,0004	0,0018	68,06	0,0001	0,0003	71,24
15	0,0005	0,0024	60,91	0,0005	0,0024	62,95	0,0005	0,0026	63,18	0,0002	0,0012	66,26
20	0,0010	0,0052	56,05	0,0003	0,0013	58,09	0,0003	0,0016	58,34	0,0002	0,0009	61,34
25	0,0007	0,0035	51,33	0,0005	0,0025	53,17	0,0003	0,0015	53,43	0,0004	0,0022	56,40

	1981 (M)			1991 (M)			2001 (M)			2011 (M)		
Idades	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex	mx	qx	ex
30	0,0011	0,0055	46,51	0,0007	0,0035	48,29	0,0006	0,0031	48,51	0,0010	0,0052	51,52
35	0,0014	0,0072	41,75	0,0010	0,0048	43,45	0,0012	0,0062	43,65	0,0008	0,0038	46,77
40	0,0022	0,0112	37,03	0,0016	0,0082	38,65	0,0019	0,0094	38,90	0,0013	0,0065	41,94
45	0,0040	0,0199	32,42	0,0032	0,0158	33,95	0,0032	0,0158	34,25	0,0024	0,0119	37,20
50	0,0050	0,0245	28,03	0,0043	0,0211	29,45	0,0037	0,0184	29,76	0,0028	0,0138	32,61
55	0,0078	0,0383	23,66	0,0064	0,0313	25,03	0,0065	0,0319	25,26	0,0042	0,0208	28,03
60	0,0128	0,0620	19,50	0,0103	0,0502	20,76	0,0104	0,0509	21,01	0,0062	0,0306	23,57
65	0,0216	0,1030	15,61	0,0171	0,0821	16,71	0,0153	0,0737	16,99	0,0106	0,0516	19,23
70	0,0345	0,1600	12,09	0,0318	0,1480	12,96	0,0293	0,1370	13,13	0,0198	0,0949	15,14
75	0,0629	0,2739	8,88	0,0574	0,2527	9,74	0,0466	0,2102	9,78	0,0363	0,1678	11,44
80	0,1145	0,4452	6,23	0,0971	0,3928	7,14	0,0941	0,3841	6,67	0,0694	0,2985	8,20
85	0,2158	0,6846	4,23	0,2002	0,6566	5,10	0,1438	0,5262	4,20	0,1269	0,4806	5,55
90	0,3429	0,8641	2,79	0,2751	0,7686	3,32	0,2013	0,6494	2,89	0,2209	0,6918	3,64
95	0,5000	0,9746	1,99	0,4267	0,9185	2,29	0,3153	0,8076	2,05	0,4179	0,9220	2,34
100	0,6227	0,9988	1,61	0,5956	0,9864	1,67	0,3846	0,8446	1,68	0,5965	0,9927	1,67
105	0,7246	1,0000	1,38	0,7282	0,9994	1,37	0,7042	1,0000	1,42	0,7351	0,9999	1,36
110	0,7576	1,0000	1,32	0,7692	1,0000	1,30	0,7463	1,0000	1,34	0,7874	1,0000	1,27

Nota: As taxas específicas e os quocientes de mortalidade dos 90 aos 110 anos foram obtidos com base na série dos sobreviventes (resultados do ajustamento da função de Gompertz-Makeham).

Fonte: Cálculos próprios sobre os dados dos Recenseamentos Gerais da População (1981-2011) e das Estatísticas Demográficas (1981; 1990-91; 2000-01; 2010-11).

Capítulo V

Síntese retrospectiva e questões actuais acerca do processo de envelhecimento da população de Portugal*

* Mário Leston Bandeira

1. Envelhecimento e alterações das estruturas etárias a partir de 1950: perdas e ganhos

O envelhecimento da população portuguesa começou há cerca de sessenta anos. Não é um processo recente e não se sabe se e quando é que vai terminar. Olhando o passado, procuramos explicá-lo em pormenor e ensaiar perspectivas para o futuro.

O transcorrer desse processo pode ser sintetizado do seguinte modo: entre 1950 e 2011, enquanto a proporção de jovens com menos de 15 anos desceu 49,7 %, a de seniores com idade mínima de 65 anos aumentou 172,9 %. A evolução da população em idade activa, durante esse período, foi moderadamente positiva (+ 4,1 %).

Quadro 5.1 Proporção de juniores e de seniores, Portugal, 1900/2011

ANOS	0 – 14 (%)	65 + (%)	ANOS	0 – 14 (%)	65 + (%)
1900	33.7	5.9	**1960**	29.2	8.0
1911	34.3	6.1	**1970**	28.5	9.7
1920	32.6	6.4	**1981**	25.5	11.4
1930	31.9	6.4	**1991**	20.2	13.6
1940	32.0	6.8	**2001**	16.0	16.4
1950	29.6	7.0	**2011**	14.9	19.1

Fonte: cálculos a partir de dados dos recenseamentos da população de Portugal

Até 1950, a proporção de seniores oscilava entre 6 % e 7 %. Praticamente nada tinha mudado em vários séculos. Mas, a partir desse ano, a população de Portugal começou a envelhecer, numa primeira fase de modo bastante moderado, mas à medida que o tempo foi avançando, foi perdendo cada vez mais jovens e ganhando mais seniores (Quadro 5.1).

Até ao início do período em estudo, a proporção de juniores era superior a 30 %. Em 2011, atingiu metade desse valor (14,9 %).

Quanto aos seniores, durante a primeira metade do século XX, o seu peso na população total oscilava à volta de 6 %. Em 1960, passou para 8 % e nas décadas seguintes o aumento foi prosseguindo até atingir 19,1 % em 2011.

Este processo de mudança estrutural foi particularmente intenso na década de 1980, que é também a década das grandes mudanças dos padrões de fecundidade.

Na análise das estruturas etárias, convencionou-se definir três grandes grupos, cujos limites significam a entrada ou a saída numa das três grandes etapas do ciclo de vida: a infância e adolescência, a idade activa e a velhice.

Os limites actualmente adoptados são os seguintes.

0-14 anos completos: juniores

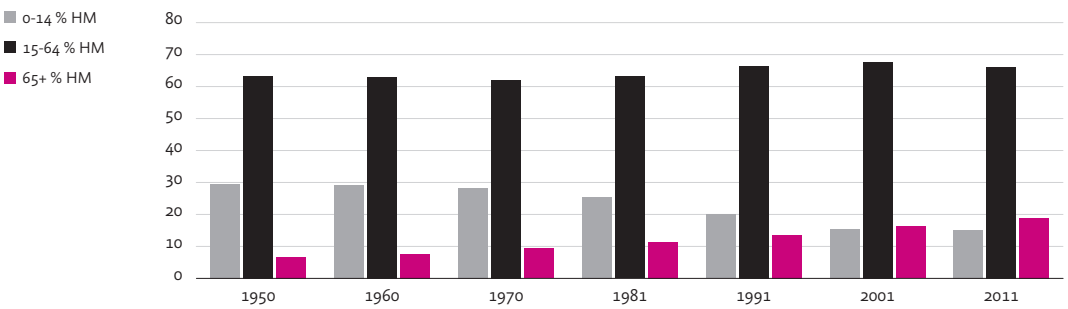
15-64 anos completos: população em idade activa

Maiores de 65 anos: seniores.

Tais limites podem-se revelar mais ou menos inadequados consoante mudem as representações sociais das diferentes etapas do ciclo de vida.

Estes grupos sociodemográficos são em geral designados pelos demógrafos como *grupos funcionais*. A análise das suas variações ao longo do tempo ajuda-nos a caracterizar o processo de envelhecimento (Fig. 5.1):

Figura 5.1 Grupos funcionais, Portugal, 1950/2011



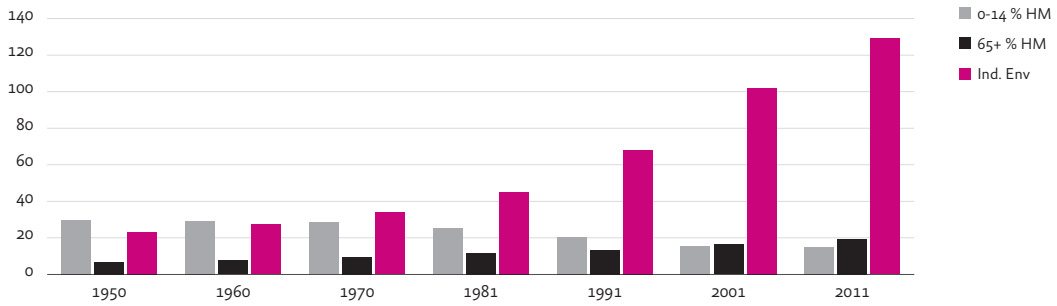
Fonte: Cálculos sobre dados de recenseamento publicados pelo INE

a) Quanto aos activos: verificou-se uma ligeira descida entre 1950 e 1970, provavelmente devida ao aumento da emigração, principalmente na década de 1960 e, posteriormente, uma subida entre 1970 a 2001; durante a última década, diminuiu o peso da população activa.

b) Enquanto os juniores têm descido de forma contínua, os seniores prosseguem a sua imparável ascensão.

A relação entre as variações dos grupos jovem e sénior e o envelhecimento da população pode ser comprovada através da evolução do índice de envelhecimento, que nos dá a proporção de seniores (65 e mais anos) por cada 100 jovens (0-14 anos completos) – Fig. 5.2.

Figura 5.2 Evolução das proporções de juniores e de seniores e índice de envelhecimento, Portugal, 1950/2011



Fonte: cálculos sobre dados de recenseamento publicados pelo INE

Desde 1950, o índice de envelhecimento cresceu continuamente, ao mesmo tempo que o peso relativo das proporções de jovens e de activos se alteravam a favor da população mais velha.

Passámos, deste modo, de um índice de pouco mais de 20 seniores para 100 jovens em 1950 para uma relação com uma ordem de grandeza completamente diferente: quase 130 seniores para 100 juniores em 2011.

Leitura cronológica das mudanças

Analisar, descrever, compreender estas tendências profundas implica o recurso a diferentes instrumentos. Mas temos de manter presente a necessidade de uma perspectiva longitudinal, de uma leitura cronológica das variações nacionais e regionais das três grandes estruturas etárias da população de Portugal ao longo dos últimos sessenta anos.

Para este efeito, recorremos à análise das variações das proporções de jovens, de adultos e de seniores entre dois recenseamentos sucessivos (Quadro 5.2). De recenseamento em recenseamento, de década em década, procurámos articular a evolução do peso dos seniores na população com a evolução dos outros dois grupos. O que faz sentido na medida em que, em cada momento, a soma do peso dos três grupos é sempre igual a 100 %.

Quadro 5.2 Variação (em %) das proporções de jovens, de população em idade activa e de seniores, por década, entre 1950 e 2011, Portugal e Nuts II

		Portugal	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
1950/60	Jovens	-1,1	3,8	-4,0	-0,2	-10,8	-8,9	7,5	0,9
	Adultos	-1,1	-3,1	-0,0	-1,7	2,5	0,7	-3,6	-1,9
	Seniores	14,1	9,8	15,3	19,2	21,6	21,2	-1,1	14,3
1960/70	Jovens	-2,3	-1,1	-6,5	9,2	-11,0	-10,1	-0,6	4,9
	Adultos	-1,6	-1,5	-0,7	-3,9	-1,0	-1,6	-3,2	-5,7
	Seniores	21,3	18,3	25,3	10,4	41,7	32,7	31,5	25,6
1970/81	Jovens	-10,4	-14,7	-11,4	1,0	-6,3	-0,3	-9,8	-15,3
	Adultos	1,9	5,9	1,3	-1,8	-3,5	-2,8	1,2	5,9
	Seniores	18,4	19,2	19,6	11,8	31,7	13,4	28,6	27,7
1981/91	Jovens	-27,6	-30,8	-26,0	-30,3	-20,6	-17,9	-12,3	-25,9
	Adultos	5,1	7,8	3,5	4,1	0,5	2,6	3,4	8,1
	Seniores	15,9	14,4	16,1	20,9	17,6	8,6	9,6	9,8
1991/01	Jovens	-20,0	-20,8	-20,8	-17,4	-21,4	-18,2	-19,0	-21,8
	Adultos	1,9	3,1	1,5	0,0	0,0	3,0	7,4	5,0
	Seniores	20,2	22,1	18,0	25,4	20,0	7,6	3,8	18,1
2001/11	Jovens	-6,9	-13,7	-8,6	4,2	-1,2	1,7	-16,4	-14,1
	Adultos	-2,3	-1,1	-2,6	-4,9	-2,6	-1,6	5,1	2,3
	Seniores	16,4	22,6	15,3	15,3	8,2	4,5	1,3	8,7

Fonte: cálculos a partir dos recenseamentos publicados pelo INE

Na longa duração, a leitura cronológica poderá mostrar resultados à primeira vista divergentes, o que se deve à independência cumulativa de cada variável. Cada uma varia para onde ou por onde calha e, desse modo, vai-se dando um efeito cumulativo que nos vai interpelando.

No caso da população sénior, a variação, desde 1950, tem tido sempre um sentido único: em cada década e em todas as regiões[59], a proporção de seniores observada no recenseamento seguinte foi sempre superior à proporção observada dez anos antes.

Segunda observação: o aumento do peso da população sénior em todas as regiões tem-se exprimido de década em década, embora com variações. Na última década observada, entre 2001 e 2011, quer a nível nacional quer nas regiões verificou-se uma diminuição do aumento da proporção de seniores[60].

Mas, durante estes anos mais recentes, prosseguiu a descida da população jovem, com as únicas excepções de Lisboa e Algarve, onde essa população aumentou 4,2 % e 1,7 %, respectivamente. Estas excepções devem ser postas em paralelo com o facto de os indicadores conjunturais de fecundidade em Lisboa e no Algarve serem, desde há pelo menos uma década, os mais elevados do país.

59. Com a excepção pouco significativa dos Açores que, na década de 1950, teve uma pequena descida de -1,1 %.

60. Exceptuando a região Norte, onde praticamente não houve alteração, tendo a variação passado de 22,1 % na década anterior para 22,6 %, entre 2001 e 2011.

Em contraponto, perfeitamente simétrico ao contínuo aumento da proporção de seniores, a proporção de jovens diminuiu durante todas as décadas em todas as regiões, com as únicas excepções das regiões Norte, Açores e Madeira nos anos 1950 e de Lisboa nas décadas de 1960 (aumento de +9,2 %) e de 1970 (+1 %).

Na década de 1970, acentuaram-se as perdas de jovens em quase todas as regiões, principalmente no Norte, no Centro, nos Açores e, de forma mais expressiva, na Madeira, onde se passou de um aumento de +4,9 % de jovens nos anos 1960 para uma diminuição de -15,3 % na década seguinte.

O período nevrálgico da perda de jovens localiza-se na década de 1980, quando a diminuição do número de menores de 15 anos atingiu valores muito elevados, quer a nível nacional (-27,6 %), quer em todas as regiões, sendo a região Norte e a região de Lisboa as que sofreram perdas mais altas (-30,8 %, e -30,3 %, respectivamente).

Esta aproximação de tendências entre regiões durante a década de 1981/91 reflecte os efeitos da revolução contraceptiva que começou a estender-se a todo o país a seguir à revolução de 1974/75 e que está na origem do esbatimento das diferenças regionais que existiam entre os padrões de uma fecundidade relativamente elevada do Norte, Centro e ilhas adjacentes e os modelos malthusianos do Sul. A uniformização de comportamentos contraceptivos é o motor da queda da fecundidade a partir do início dos anos 1980.

As décadas de 1980 e de 1990 exigiram uma atenção especial à nossa análise porque nelas se concentraram dinâmicas de sentido contrário, muito significativas da dialéctica do envelhecimento demográfico.

Nos anos 1980, a influência do aumento significativo da proporção de adultos activos quer a nível nacional (+5,1 %), quer em todas as regiões, especialmente no Norte (+7,8 %) e na Madeira (+8,1 %), contribuiu para moderar os efeitos da forte diminuição de jovens e abrandar o aumento das proporções de seniores durante esse período. Na década seguinte, apenas nos Açores e na Madeira continuou a aumentar a proporção de adultos em idade activa. Entre 2001 e 2011, assistimos à emergência de uma nova tendência. No território nacional, a proporção de activos diminuiu -2,3 % e, a nível regional, apenas nos Açores (+5,1 %) e na Madeira (+2,3 %) se verificou um aumento.

A evolução da população em idade activa, o seu sentido e significado são por vezes relativamente misteriosos.

Na década de 1960, os anos das grandes migrações para a Europa, a proporção de adultos diminuiu apenas -1,6 %, a nível nacional, mas a região do continente mais afectada por tal diminuição foi Lisboa (-3,9 %), o que é extraordinário se tivermos presente que, teoricamente, Lisboa era o principal centro de atracção no território nacional para todos quantos abandonavam as

regiões do Interior. Neste período, todas as regiões foram afectadas por uma diminuição da população adulta, que foi mais elevada na Madeira (-5,7 %).

Mas na década seguinte, apenas Lisboa, Alentejo e Algarve perderam gente em idade activa e o Norte registou os maiores ganhos: +5,9 %. Portugal ganhou quase 2 % de activos.

Do ponto de vista da análise, tem de se considerar como pressuposto obrigatório que a década de 1970, marcada por fortes movimentos migratórios de sentido contrário, é um período problemático. Não se tratou de uma década uniforme e «pacífica»: por um lado, continua a emigração para a Europa, mas, a seguir a 1974, muita gente regressa ou ingressa em Portugal (600 000 «retornados», em particular).

Mas é na década de 1981 que os ganhos de população activa são mais importantes. Portugal teve um aumento de +5,1 % e, em todas as regiões, verificou-se um forte afluxo de activos, em particular no Norte (+7,8 %) e na Madeira (+8,1 %). Na maior parte das regiões, este «recrutamento» de activos contribuiu para moderar os efeitos das enormes perdas de jovens e, consequentemente, reduzir a dimensão do aumento de seniores. Apenas Lisboa teve um forte aumento da população mais velha (+20,9 % nesta década para 11,8 % na década anterior).

Nos anos 1990, os ganhos de adultos abrandam mas continuaram a verificar-se em todas as regiões, com especial destaque nas ilhas do Atlântico (+7,4 % nos Açores e +5 % na Madeira).

Sintetizemos algumas conclusões gerais:

- O aumento substancial do peso dos seniores resultou, tal como se previa, dos efeitos conjugados das variações do peso dos jovens e do dos adultos;
- mas, dado que o aumento dos seniores e a diminuição dos jovens são sistemáticos, paralelos e convergentes, pode-se afirmar que foi a diminuição do peso dos jovens que determinou e acelerou o processo de envelhecimento;
- porém, os efeitos da baixa dos juvenis foram por vezes contrariados pelo aumento dos adultos – o que pode remeter, consoante os casos, para o papel da chamada imigração de substituição.

Os efeitos dessa imigração são relativamente ténues nos anos 1990 e terão enfraquecido claramente durante a década mais recente. Entre 2001 e 2011, verificou-se uma quase generalizada descida das proporções de activos. Durante este período, apenas os Açores e a Madeira conheceram um aumento dos seus activos (+ 5,1 % e + 2,3 %, respectivamente). Trata-se da afirmação de uma nova tendência, que exprime um possível agravamento futuro de dinâmicas demográficas negativas e cuja origem pode situar-se na convergência de três factores: redução da imigração e aumento da emigração nos últimos anos da década de 2001 e começo da chegada à idade adulta das gerações nascidas depois de 1980.

Da interacção entre as tendências das populações jovens e adultas e a evolução da população sénior, podemos referir ainda outros exemplos:

- nos anos 1950, no Alentejo, a forte perda de jovens foi, em parte, compensada pelo aumento de adultos;
- o mesmo fenómeno aconteceu no Norte durante os anos 1981: os efeitos da forte descida de -30,8 % de jovens em relação ao envelhecimento (+14,4 % de seniores) foram minimizados por um aumento de +5,9 % da população em idade activa;
- idêntico tipo de interacção aconteceu nos Açores e na Madeira nas décadas de 1981, 1991 e 2001;
- o oposto deste tipo de dinâmica aconteceu em Lisboa, nos anos 1960, quando a perda de adultos (-3,9 %) foi compensada por fortes ganhos de juvenis (+9,2 %), do que resultou um aumento moderado dos seniores (+10,4 %).

O maior aumento de população sénior, entre 1950 e 2011, verificou-se no Alentejo (+41,7 %) durante a década de 1960. O aumento da perda de jovens no Alentejo (-11 %) foi também o mais elevado do país, durante essa década.

2. Causas do envelhecimento

A nossa investigação pôs em evidência as sucessivas etapas e causas do nosso processo de envelhecimento demográfico:

1. o motor inicial foi a emigração europeia entre 1950 e 1974;

2. o factor principal e decisivo foi a queda da fecundidade e a continuidade dessa baixa, que se acentuou desde o início da década de 1980;

3. o recuo da mortalidade teve efeitos contraditórios em relação ao envelhecimento; enquanto a baixa da mortalidade infantil funcionou como um travão ao envelhecimento da base da pirâmide etária, a submortalidade das mulheres, quando comparada com a dos homens, contribuiu para que o envelhecimento da população feminina fosse mais precoce. Posteriormente, a intensificação do recuo da mortalidade nas idades seniores e pré-seniores, num contexto de persistente baixa fecundidade, veio agravar o envelhecimento.

Papel da emigração nas transformações que conduziram ao início do processo de envelhecimento

Para muitos jovens adultos e para muitas famílias, perante a pobreza e a falta de emprego em que viviam em Portugal, a emigração sempre constituiu a única saída para a sua sobrevivência e para alguma esperança de um futuro melhor.

Era gente moderada, paciente, trabalhadora e pouco ambiciosa. Não tinham grandes expectativas de mudança de vida. Durante muito tempo, aqueles que tinham coragem para atravessar o Atlântico sujeitavam-se principalmente aos rigores desconhecidos da emigração para as roças de café do Brasil. Historicamente, está comprovado que muito poucos conseguiam endireitar a vida e que só regressavam aqueles que, por artes quase mágicas, tinham conseguido enriquecer ou adquirir alguns meios para subsistir o resto das suas vidas (Miriam Halpern Pereira, 1971).

Passou muito tempo. Durante a década de 1950, os portugueses começaram a descobrir que estavam ao seu alcance novas oportunidades de emigração muito mais atractivas. Não apenas porque os destinos eram mais próximos de casa, mas principalmente porque as oportunidades de trabalho oferecidas eram completamente novas. Em 1962, pela primeira vez, o número de emigrantes que embarcaram para o Brasil foi inferior ao número daqueles que rumaram a países europeus. Tinha-se aberto um novo ciclo.

Esta nova emigração com destino à Europa, iniciada na década de 1950, veio alterar tudo, mas principalmente permitiu que muitos rurais tenham começado a aceder a um novo estatuto social, um estatuto de trabalhadores assalariados, estatuto a que apenas algumas categorias socioprofissionais tinham acesso em Portugal.

Este movimento em direcção à Europa industrializada intensifica-se durante a década de 1960, com os emigrantes de Portugal a integrarem finalmente um exército industrial, o exército da mão-de-obra dos países europeus em plena expansão económica das *trente glorieuses*. Deixaram a condição de camponeses à jorna dependentes de trabalhos incertos e muito mal pagos e passaram à nova condição de trabalhadores com salário certo e regalias sociais.

Tendo abandonado as terras onde trabalhavam, esse abandono contribuiu para que se começasse a criar um vazio territorial que se foi amplificando até à situação actual de desertificação humana e de envelhecimento demográfico de quase dois terços do território nacional.

Ao mesmo tempo, a autonomia económica conquistada em terras estrangeiras e o confronto com sociedades modernas e avançadas permitiu-lhes descobrir novos códigos sociais, com novos direitos associados. Ganharam liberdades novas e, em particular, a liberdade de se casarem sem autorização dos pais. Ao mesmo tempo descobriram que, no interesse da família que constituíam e do futuro dos seus descendentes, deviam ser previdentes, planear o número de filhos e recorrer à contracepção.

Deste modo, os emigrantes portugueses europeus foram também agentes de uma grande mudança social e demográfica, cujo início coincidiu com a grande vaga migratória da década de 1960 e se intensificou na década seguinte: a revolução contraceptiva.

Efeitos da revolução contraceptiva

Um dos primeiros resultados da nossa investigação foi comprovar que o aumento dos seniores e a diminuição dos jovens foram sistemáticos, paralelos e convergentes.

Pelo que se pode afirmar que foi a diminuição do peso dos jovens, derivada da diminuição da natalidade, que determinou e tem condicionado *grosso modo* desde a década de 1970 a destruição do nosso antigo modelo de população jovem, caracterizado por uma proporção de seniores de apenas cerca de 6 %. Este modelo foi sendo substituído por um novo modelo de população fortemente envelhecida, modelo que faz de Portugal em 2012 a sexta população mais envelhecida do mundo (Quadro 5.3)

Quadro 5.3 Populações mais envelhecidas em 2012

	Grupos etários (%)		Índice de envelhecimento
Países	65 e +	<15	
Japão	24	13	184,6
Alemanha	21	13	161,5
Itália	21	14	150,0
Bulgária	19	13	146,2
Grécia	19	14	135,7
Portugal	19	15	126,7
Áustria	18	15	120,0
Lituânia	17	15	113,3

Fonte: Population Reference Bureau, 2013

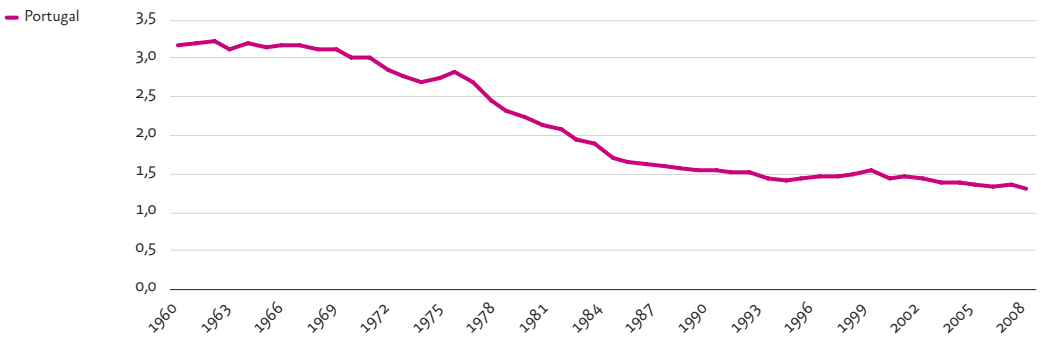
Em trinta anos de baixa fecundidade, contados desde 1982, a população portuguesa deixou de estar em crescimento natural moderado e entrou num processo de acelerado declínio. Deixou de ser uma população jovem com uma configuração triangular e passou a ser uma população envelhecida representada por uma pirâmide com a forma de ânfora sem asa.

Em 1960, o indicador conjuntural de fecundidade era ainda de 3 filhos por mulher. Mas, em 1982, passámos pela primeira vez abaixo de 2,1 filhos por mulher e em 1986 o indicador fixou-se à volta de 1,6 filhos por mulher.

Assim, no espaço de pouco mais de vinte anos, a procriação das mulheres portuguesas diminuiu para metade, tendo-se mantido praticamente constante até 2003, ano em que desceu para 1,4. Em 2007, afundou para 1,3 (Fig. 5.3) e pela primeira vez – se excluirmos o parêntesis de 1918, devido à pneumónica – o crescimento natural foi negativo. Em 2009, também pela primeira vez, nasceram menos de 100 000 nados-vivos.

Em 2012, o número anual de nascimentos desceu para 89 841 e o indicador conjuntural caiu abaixo de 1,3 (1,28 filhos por mulher).

Figura 5.3 Indicador conjuntural de fecundidade Portugal, 1960-2009



Fonte: INE

Até ao início dos anos 1990, a fecundidade em Portugal não tinha um modelo único. Tendencialmente, a fecundidade era mais baixa no Sul, particularmente em Lisboa, o que significa que houve uma difusão e aceitação mais precoces de métodos contraceptivos nas regiões meridionais.

Em 1980/81, a fecundidade começou a entrar em queda em todas as regiões e, a nível nacional, o limiar mínimo dos 2,1 filhos por mulher, limiar que assegura a substituição plena das gerações, foi ultrapassado em 1982.

Em 1989, com excepção dos Açores, o ICF estava abaixo desse valor em todas as regiões. Curiosamente, além de Setúbal (1,31), os valores mais baixos verificavam-se no Norte e no Centro: 1,31 em Viana, 1,32 em Bragança e 1,38 em Coimbra.

Na década seguinte, a inversão dos padrões regionais de fecundidade estava consumada (Quadro 5.4).

Quadro 5.4 Indicador conjuntural de fecundidade, 2004-2010, Portugal e Nuts II

NUTS II	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Portugal	1,4	1,41	1,36	1,33	1,37	1,32	1,37
Norte	1,3	1,3	1,26	1,21	1,24	1,19	1,21
Centro	1,3	1,3	1,24	1,2	1,22	1,15	1,18
Lisboa	1,5	1,58	1,55	1,57	1,64	1,61	1,69
Alentejo	1,4	1,38	1,3	1,27	1,34	1,29	1,34
Algarve	1,7	1,75	1,7	1,74	1,75	1,71	1,75
Açores	1,6	1,59	1,48	1,49	1,49	1,46	1,42
Madeira	1,5	1,47	1,46	1,36	1,36	1,21	1,25

Fonte: INE

Enquanto a baixa fecundidade se acentuou no Norte (1,19 em 2010) e no Centro (1,15), no Sul, com a excepção do Alentejo, a fecundidade subiu (1,5 em Lisboa e 1,7 no Algarve, em 2004, com tendência para subir).

O declínio da fecundidade em Portugal iniciou-se tardiamente, mas foi muito rápido. Importa distinguir duas fases bem distintas neste processo.

No seu início, pode-se dizer que o recuo resultou da adopção de práticas contraceptivas por casais maioritariamente pertencentes às classes médias que podem ser designadas genericamente de urbanas, assalariadas ou não. Esses casais começavam na década de 1960 a exprimir novas aspirações, que podem ser identificadas como modernas e que se centravam prioritariamente na ideia de valorizarem os seus filhos e o seu futuro por meio da educação.

> «A autonomização das famílias, legitimada pelo reconhecimento da privacidade do círculo íntimo da família nuclear, deu às crianças o lugar adequado ao seu estatuto de seres cujo futuro era necessário valorizar» (Bandeira, 1996: 419).

A adesão a esses novos valores e práticas foi incentivada pela descoberta e divulgação comercial da pílula contraceptiva, a qual veio alargar consideravelmente o horizonte de recursos femininos em matéria de métodos técnicos eficazes, os quais até então estavam limitados aos dispositivos intra-uterinos e diafragmas, que exigiam intervenção médica e que eram pouco acessíveis às mulheres em geral.

A descoberta da pílula contraceptiva tem sido apontada por muitos autores como a principal causa do rápido declínio da natalidade depois dos anos 60, sendo inclusivamente responsável pelo fim do *baby boom*. Mas em Portugal não houve *baby boom*. No entanto, muitos estudos, nomeadamente os inquéritos realizados no quadro do *Inquérito Mundial de Fecundidade*, comprovaram diferentes tipos de resistência à aceitação das práticas contraceptivas modernas, principalmente resistências de índole moral entre pessoas próximas do catolicismo. Por outro lado, sendo a utilização da pílula por natureza uma prática feminina, a sua adopção pelos casais não era inteiramente pacífica, porque vinha conferir às mulheres um novo poder, que punha em causa a tradicional hegemonia masculina.

Pode-se acrescentar que, à medida que a adesão a estas novas práticas contraceptivas foi progredindo, sobretudo entre as gerações mais novas, as mulheres se tornaram mais autónomas e mais disponíveis para uma actividade profissional.

Na sua primeira fase, a revolução contraceptiva exprimia sobretudo uma nova atitude dos casais, preocupados com a educação e o futuro dos seus

filhos (Bandeira, 1996). Durante esse tempo, progressivamente a prática da contracepção e o planeamento familiar tornaram-se um direito ao alcance de todos os casais e, particularmente, das mulheres.

A obtenção deste novo direito veio acelerar a entrada das mulheres no mundo do trabalho, tradicionalmente território quase exclusivamente masculino.

Ao mesmo tempo, ao contribuir para que o principal centro de interesse das mulheres se deslocasse do mundo doméstico para o mercado do trabalho, essa transferência mudou de forma substancial as condições do exercício da maternidade e da paternidade.

Tendo-se concretizado em poucas décadas, a plena feminização do mercado de trabalho transformou radicalmente as condições sociais e familiares da procriação e da maternidade, tornando-as inteiramente dependentes do acesso a um emprego e das condições de trabalho.

De todas estas alterações decorre que o problema da baixa natalidade reside hoje principalmente nos limites que são colocados, em primeiro lugar às mulheres trabalhadoras com vista à conciliação da sua actividade profissional com eventuais responsabilidades maternais e familiares.

O problema tem-se vindo a agravar e agravar-se-á muito provavelmente ainda mais no futuro com o aumento do desemprego e da precariedade juvenis, que dificultam e porventura tornam impossível o «estabelecimento» familiar em condições que permitam a formação de novas famílias com descendentes.

No contexto da revolução contraceptiva, as lógicas familiares mudaram, os filhos deixaram de ser um investimento para o presente e uma apólice para o futuro. Eles passaram a ser um investimento essencialmente afectivo, mas um investimento com muitos riscos e muitos custos: custos materiais, preocupações, responsabilidades, incompatibilidades, principalmente incompatibilidades com os projectos pessoais de cada mãe e de cada pai.

Keynes explicou bem os dilemas dos candidatos a pais e mães: «O amor dos filhos é muito poderoso e muitas pessoas comuns continuarão a desejar ter filhos, desde que tenham capacidade para se ocupar deles e sustentá-los» (Texto escrito em 1914, *Population*, King's College Library).

O que está implícito nestas palavras de Keynes é que toda a gente, pobre, rico ou remediado, tem direito a ter filhos. Mas trata-se de um direito cujo usufruto pode ser precário, porque este direito de procriar depende do acesso a um trabalho que seja compatível com as responsabilidades maternas e paternas.

Relação entre recuo da mortalidade e envelhecimento

Acerca da relação entre recuo da mortalidade e envelhecimento, recusamos a tese segundo a qual o recuo da mortalidade interfere no envelhecimento demográfico apenas numa fase muito avançada deste processo.

Num contexto histórico-demográfico marcado pelo aumento extraordinário da proporção de seniores (de 7,0 % em 1950 para 19,1 % em 2011), sobressai o aumento da particular desproporção entre o peso das populações sénior feminina e masculina.

Em 1950, a proporção dos homens maiores de 65 anos na população portuguesa era inferior ao das mulheres em 2,5 %. Essa discrepância continuou a aumentar, atingindo 4,2 % em 2001.

A maior duração média de vida das mulheres tem sido um factor responsável por um envelhecimento mais acentuado da população feminina. E essa interferência não é uma tendência recente.

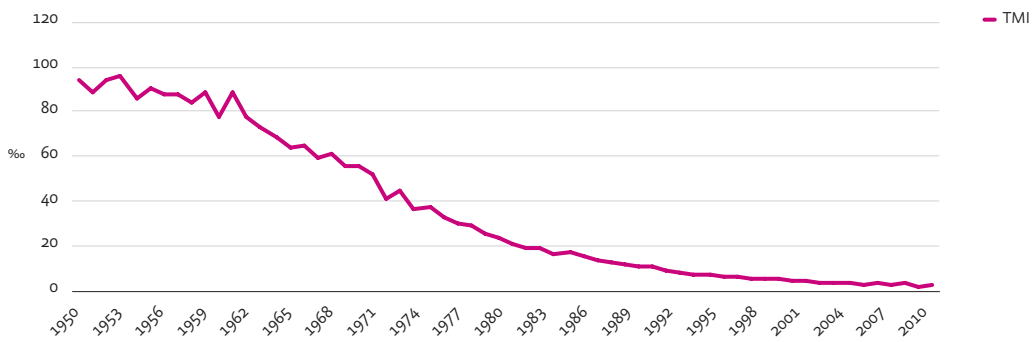
Não podemos, por outro lado, esquecer que a sobremortalidade infantil funcionou, até a uma época recente, como um factor que agravou o envelhecimento demográfico ao contribuir para o estreitamento da base da pirâmide.

Apesar da substancial descida da mortalidade infantil durante os anos 1980, no final dessa década, a esperança de vida à nascença era ainda inferior à esperança de vida no 1.º aniversário, o que sublinha o peso que a mortalidade infantil teve até há pouco tempo na duração média de vida.

Actualmente, com uma taxa de mortalidade infantil pouco superior a 3 por mil (Fig. 5.4), os progressos sanitários tendem a beneficiar sobretudo a população dos adultos e dos seniores, o que contribui para intensificar o envelhecimento da população no topo da pirâmide.

Mas, durante muito tempo, enquanto a mortalidade infantil se manteve elevada, essa sobremortalidade, ao contribuir para o estreitamento da base da pirâmide, incentivou o envelhecimento da população portuguesa.

Figura 5.4 Taxa de mortalidade infantil Portugal, 1950-2011

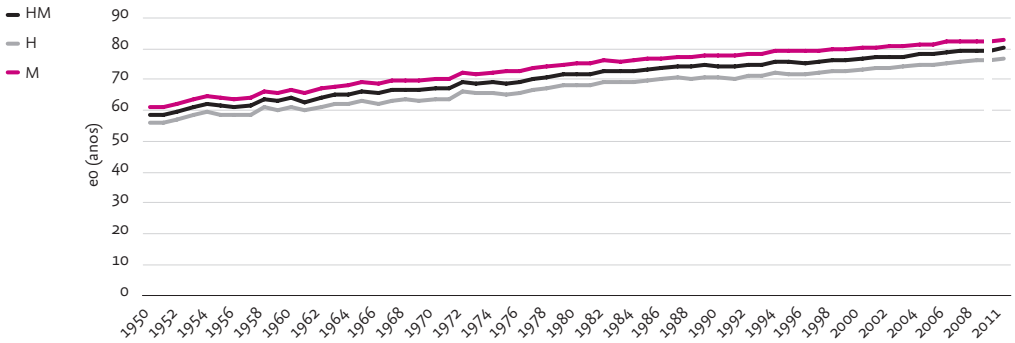


Fonte: Valério, N. (coord), (2001) para o período 1950-1969 e INE, Indicadores demográficos para o período 1970-2011.

Os desequilíbrios estruturais entre gerações juniores e gerações seniores têm vindo a intensificar-se com a tendência de rectangularização da curva de sobrevivência, processo que se iniciou com o forte decréscimo da mortalidade infantil e com a diminuição da mortalidade antes dos 65 anos.

Passada a fase da sobremortalidade infantil, esta rectangularização tornou-se a principal causa do aumento da esperança de vida não apenas à nascença (Fig. 5.5) mas também em idades avançadas (Fig. 5.6).

Figura 5.5 Esperança de vida no nascimento, por sexo, Portugal, 1950-2009 e 2011



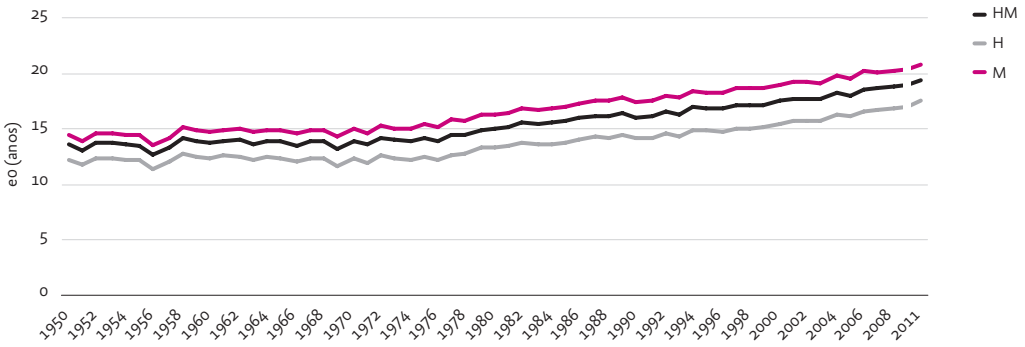
Fonte: Tábuas completas de mortalidade (transversais), Human Mortality Database (Portugal, 1950-2009) e cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População 2011 e das Estatísticas Demográficas 2010-2011 (Falta 2010 porque a HMD só tem dados até 2009).

A esperança de vida à nascença, em 1920/21, era em Portugal de 39,98 anos e aumentou para 79,6 anos em 2009. Ou seja, a duração média de vida em Portugal duplicou em noventa anos. Mas ao longo deste tempo, os ganhos de vida foram sempre superiores entre as mulheres: +42,5 anos em comparação com +40,6 para os homens.

Aos 65 anos, entre 1930 e 2004, os homens ganharam 5,5 anos e as mulheres 6,2, passando as respectivas esperanças de vida nessa idade de 11,5 para 16 anos e de 13,1 para 19,3 anos.

A maior duração média de vida das mulheres tem sido um factor responsável por um envelhecimento mais acentuado da população feminina. E essa interferência não é uma tendência recente.

Figura 5.6 Esperança de vida aos 65 anos, segundo o sexo, Portugal,1950-2009 e 2011



Fonte: Tábuas completas de mortalidade (transversais), Human Mortality Database (Portugal, 1950-2009) e cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População 2011 e das Estatísticas Demográficas 2010-2011.

Esta evolução conduziu a um aumento das probabilidades de sobrevivência em idades mais avançadas, o que é ilustrado pela evolução da percentagem de sobreviventes aos 70 anos desde 1960 (Quadro 5.5).

Quadro 5.5 Sobreviventes aos 70 anos (em %), Portugal, 1950/2011 (tábua de mortalidade)

Anos	Sexos reunidos (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
1950	49,86	43,23	55,91
1960	58,57	50,79	65,21
1970	62,21	53,34	69,91
1981	68,24	59,13	77,01
1991	72,02	62,98	80,79
2001	77,62	69,79	85,29
2011	82,59	75,98	88,99

Fonte: Tábuas completas de mortalidade (transversais), Human Mortality Database (Portugal, 1950-2009) e cálculos próprios sobre os dados do Recenseamento Geral da População 2011 e das Estatísticas Demográficas 2010-2011.

Em cerca de quarenta anos, a percentagem de sobreviventes aos 70 anos cresceu 20 % (20,9 % entre as mulheres). Logicamente, tal aumento contribuiu para acentuar o envelhecimento do topo da pirâmide portuguesa: em 2011, no grupo das pessoas maiores de 65 anos, 26,5 % tinham 80 ou mais anos (Quadro 5.6).

Quadro 5.6 Evolução da proporção de pessoas com 80 e mais anos no grupo 65 e + anos, por sexos, Portugal, 1960/2011

Ano	HM	H	M
1960	15,2	12,6	16,9
1970	15,2	12,5	16,9
1981	14,9	11,7	17,1
1991	19,1	15,5	21,7
2001	20,9	17,5	23,3
2011	26,5	22,4	29,4

Fonte: cálculos a partir de dados dos recenseamentos do INE

O facto de a baixa da mortalidade beneficiar cada vez mais principalmente as idades mais avançadas pode-nos autorizar a formular uma questão relativamente nova: estaremos perante a iminência de um aumento da duração limite da vida humana, um prolongamento da longevidade?

3. Envelhecimento, velhice e longevidade

A esperança de vida à nascença é o valor médio da duração da vida humana, o qual é medido num determinado momento.

No início da 2.ª metade do século XVIII, em França, os homens viviam em média 27 anos e as mulheres 28. Esses valores foram triplicados no espaço de 250 anos: em média, em França, os homens vivem agora quase 78 anos e as mulheres 85.

Mas Voltaire viveu até aos 80 anos e não foi caso único. Antes dele, também Platão sobreviveu até essa idade e Miguel Ângelo viveu mais dez anos. Estes exemplos significam que os limites inerentes à longevidade, que deve ser definida como o limite máximo atingível pela vida humana, não se alterou muito até aos dias de hoje.

Num contexto de espectacular aumento da duração média de vida, o exemplo de Portugal é sintomático dos limites que ainda continuam a existir em matéria de aumento da longevidade (Quadro 5.7).

Quadro 5.7 Centenários e nonagenários em Portugal, 1900-2011

Anos	População 100 e + anos	População 90-99 anos	100+/ Pop. 90-99*100
1900	316	4144	7,6
1911	395	6037	6,5
1920	418	5630	7,4
1930	501	6579	7,6
1940	440	11 080	4,0
1950	316	8172	3,9
1960	510	9875	5,2
1970	605	11 155	5,4
1981	650	14 360	4,5
1991	754	21 814	3,5
2001	589	42 586	1,4
2011	1526	68 449	2,2

Fonte: Dados de recenseamentos oficiais

O número de centenários, durante o século XX, manteve-se em Portugal praticamente estável. Mas, no início do século XXI, assistimos a uma espécie de descolagem. Entre 2001 e 2011, o número de centenários disparou + 159 %.

Este aumento está em consonância e pode-se dizer que foi preparado pela progressão do número de nonagenários que chegou em 2011 perto dos 70 000. Mas, entre os dois grupos mais avançados no *ranking* da longevidade, a relação continua ainda muito desfavorável para os centenários. Em 1900, por cada 100 centenários, tínhamos 7,6 nonagenários. Mas, em 2001, esse valor desceu para 1,4 % (e em 2011, subiu para 2,2 %).

Sendo verdade que o aumento da proporção de nonagenários deverá teoricamente conduzir a um aumento da população de centenários, a verdade é que isso não se verificou em muitos países, *grosso modo* até à década de 1970. Nessa época, por exemplo, franceses e japoneses tinham, como Portugal, poucos ou muito poucos centenários.

Mas, actualmente, no Japão, eles são 30 000 e em França 15 000.

Em 2060, segundo algumas projecções, o número de sobreviventes centenários poderá variar entre 200 000 e 300 000.

Sobre a hipótese de um aumento substancial no futuro do número de centenários, diferentes respostas têm sido expressas a esta pergunta.

Alguns autores, partindo da constatação de que os recordes de esperança de vida progrediram, de forma linear, 3 meses por ano desde 1841, concluíram não haver razão para que essa tendência não continue.

Outros observam que os ritmos de crescimento da esperança de vida variaram com o tempo, sendo condicionados pelos progressos sanitários.

No estádio actual de desenvolvimento da sobrevivência humana, há um facto incontestável: na ausência de retrocessos sociais ou civilizacionais, o aumento da esperança de vida dependerá sempre da continuação do recuo da mortalidade nas idades mais avançadas.

Quanto mais recuar a mortalidade dos nonagenários e dos centenários, mais aumentará a probabilidade de um aumento dos limites da vida humana, da longevidade.

Por outro lado, uma esperança de vida de 100 anos ao alcance de futuras gerações não é uma hipótese inviável. Só resta saber quando é que isso poderá acontecer.

Representações sociais da velhice

Desde há três séculos, o alongamento considerável da vida humana e as modificações do ciclo de vida alteraram a distribuição do tempo de vida e o significado das idades.

A principal destas alterações é a que se refere ao conceito de velhice.

A «velhice» é hoje acessível à imensa maioria da população, mas, consoante a idade e a pertença social, ela pode ser muito contrastada.

No século XIII, 30 anos era uma idade avançada para os camponeses. Até ao século XIX, entre os 40 e os 50 anos, muitas pessoas, fatigadas, receavam a vida, que exigia um grande dispêndio de energia, retiravam-se e vestiam o fato de velho.

As representações sociais da velhice mudaram ao longo dos séculos. Philippe Ariès (1983) identificou quatro imagens diferentes:

1. O velho digno (na Antiguidade)

2. O velho gagá (entre a Idade Média e o século XVIII)

3. A reabilitação da velhice (séculos XIX-XX)

4. A terceira idade, idade do lazer e da reforma, que foi a representação dominante durante a 2.ª metade do século XX.

Mas nem todas as imagens se apagam com o tempo. Hoje, continuamos a ter o velho gagá, o velho vestido de velho, o velho que se retira, o velho da terceira idade dependente dos profissionais da velhice, mas também o velho que continua a ser o sustento da família, o velho que continua activo, o velho que assume os seus direitos e obrigações de cidadão.

Na realidade, o termo «velhice» tornou-se de certo modo ambíguo e caduco e a sua utilização revela alguma preguiça social.

Muitos seniores, mesmo que cheguem aos 100 anos, nunca poderão ser designados de «velhos». Exemplos conhecidos não faltam.

Dantes a velhice começava depois dos 40.

Na época da terceira idade, as convenções sociais passaram a identificar como velhos quem fosse reformado. Ora, a idade da reforma passou recentemente dos 60 para os 65 anos, e não faltará muito para se chegar pelo menos aos 70.

Resumindo, no espaço de cerca de um século, a idade social de entrada na velhice está perto de duplicar.

Porque o aumento da duração da vida humana implica uma alteração dos limiares da velhice, temos a obrigação de analisar a questão dos limiares presentes e futuros da velhice. Ou seja:

Primeira pergunta: é a velhice uma «doença»?

Há uma velhice normal, fisiológica, assim como há manifestações patológicas de envelhecimento. Uma delas decorre do efeito instituição e, em particular, do efeito «hospitalização», que fabrica mortos e grabatários, provoca dependência, regressão, infantilismo e perturbações mentais. Os velhos ejectados para fora da família são, muitas vezes, lançados no círculo infernal da velhice-invalidez, entre lar, asilo e hospital. Entram num «sistema totalitário» (Erving Goffman, citado por Nicole Benoît-Lapierre, 1983).

A velhice começa com as incapacidades físicas (ponto de vista biológico) ou com a passagem à reforma (ponto de vista social)?

Segunda pergunta: quando começa a velhice?
(indicadores demográficos e limiares médios)

Norman Ryder propôs em 1975 que se adoptasse como indicador médio do limiar da velhice os dez anos que restam para viver, uma proposta aparentemente sádica e de mau gosto.

A ideia dele era medir a idade não enquanto anos decorridos desde o nascimento, mas, retrospectivamente, a partir da morte. É uma perspectiva quantitativa, a que outros autores (como, por exemplo, Desjardins, 1984) contrapuseram a ideia de medir o limiar da velhice através de um novo indicador: a esperança de vida com saúde.

A União Europeia, na sequência da aprovação da Estratégia de Lisboa para 2000-2010, escolheu a Esperança de Vida Sem Incapacidade (EVSI) como indicador da qualidade de vida e do estado funcional dos europeus, o que corresponde à esperança de vida com saúde proposta por Bertrand Desjardins.

Indicadores publicados recentemente permitem situar Portugal entre os diferentes perfis europeus de sobrevivência com saúde (Quadro 5.8).

Quadro 5.8 Esperança de vida sem incapacidade em países da União Europeia, 2010

	Esperança de Vida (EV)		EVSI		EVSI/EV (%)	
País	**SM**	**SF**	**SM**	**SF**	**SM**	**SF**
Suécia	79,6	83,6	71,7	71	90	84,9
França	77,8	85,3	63	63,5	89,7	74,4
Espanha	79	85,3	64,3	63,7	81,3	74,7
Malta	79,1	83,6	67,2	71,6	88,6	85,7
Portugal	76,7	82,8	59,2	56,6	77,1	68,4
Bulgária	70,2	77,4	63	67,2	89,7	87
Eslováquia	71,7	79,3	52,3	52,1	73	66
Lituânia	68	78,9	57,7	62,3	85	79
EU 27 (2009)	76,7	82,6	61,3	62	79,9	75

Fonte: Eurostat, Abril 2012

Valores de 2010 para os homens:

Suécia, EV mais longa (79,6 anos), e Lituânia (68 anos), EV mais curta.

EVSI mais longa na Suécia (71,7 anos) e mais curta na Eslováquia (52,3 anos).

Na Suécia, a proporção de anos vividos sem incapacidade é mais elevada (90 %) e é mais curta na Eslováquia (66 %).

Valores de 2010 para as mulheres:

França e Espanha, EV mais longa (85,3) e Bulgária EV mais curta (77,4).

Malta tem a EVSI mais longa (71,6) e a Eslováquia a mais curta (52,1).

Mas é na Bulgária que a proporção de anos vividos sem incapacidade é a mais elevada (87 %).

Diferenças entre homens e mulheres na União Europeia, em 2009:

Se bem que a diferença de EV entre SM e SF atinja perto de 6 anos (5,9 anos) na Europa, a diferença entre as EVSI atingem apenas meio ano (0,7). A proporção de anos vividos sem incapacidade é inferior em 5 pontos (4,9 %) nas mulheres em comparação com os homens (75 % para 80 %, respectivamente).

Em 2010, é na Lituânia que a diferença entre a EV dos homens e das mulheres é a mais importante (10,9 anos) e na Suécia que é a mais fraca (4 anos). É também na Lituânia que a diferença entre EVSI masculina e feminina é mais importante (4,6 anos).

É em Portugal que a diferença entre as proporções masculina e feminina dos anos vividos sem incapacidade é maior (perto de 9 %) e na Bulgária que é a mais fraca (cerca de 3 %).

Em todos os países, as mulheres vivem mais tempo do que os homens, mas passam uma proporção maior das suas vidas com incapacidade.

As diferenças de EVSI são muito reduzidas e em sete casos (em 2009) os homens têm uma EVSI ligeiramente superior à das mulheres. É o caso (em 2009) da Bélgica, Dinamarca, Itália, Holanda, Portugal, Espanha e Suécia.

Explicação possível para os aparentes *handicaps* femininos poderá ser a pergunta que é feita no inquérito coordenado pelo Eurostat: «Em que medida foi limitado(a) desde pelo menos há 6 meses, por causa de um problema de saúde, nas actividades que as pessoas fazem habitualmente?» Enviesamento de ordem cultural: as mulheres consultam o seu médico com maior frequência do que os homens e preocupam-se mais com os cuidados devidos à sua saúde. Também se queixam mais.

4. Trabalhar até mais tarde?

A progressiva generalização do direito à reforma provocou o aparecimento da ideologia da terceira idade, a qual veio consagrar a idade da reforma como uma categoria social não autónoma de pessoas inactivas e dependentes que precisavam de cuidados que só podem ser providenciados por especialistas.

Até há poucos anos, a gestão política da velhice subordinava-se à pressão imposta pela necessidade de se criarem empregos para os jovens, o que contribuiu para aumentar a competição entre gerações no mercado do trabalho. Daqui resultaram várias consequências:

1. O direito ao trabalho passou a ser condicionado pela idade, incluindo a imposição de limites etários para lá dos quais não é permitido continuar a exercer uma profissão (é a reforma-guilhotina).

2. Governos e empresas aliaram-se tacitamente com o objectivo de acelerar a antecipação da cessação da actividade profissional depois dos 50 anos (pré-reformas).

3. A lógica de evicção dos trabalhadores seniores sobrepôs-se à lógica da sua integração social, aumentando a perda de autonomia e a marginalização social desses trabalhadores condenados à inactividade.

4. O direito à pensão de reforma foi, assim, transformado em interdição de trabalho e o direito ao repouso em lazer forçado.

Mas o centro de gravidade das políticas sociais da «velhice» tem vindo a deslocar-se rapidamente para o que podemos designar de álibi demográfico

que invoca as consequências da queda da natalidade, do envelhecimento demográfico e do aumento da esperança de vida. Estes argumentos têm justificado novas orientações políticas cujo principal objectivo será assegurar a sustentabilidade da segurança social e da própria sustentabilidade da economia.

Estes argumentos demográficos foram utilizados pelo primeiro-ministro José Sócrates para justificar, no dia 27 de Abril de 2006, perante a Assembleia da República, a decisão de «ligar as pensões de reforma à evolução da esperança de vida», com a finalidade de se assegurar a sustentabilidade da segurança social.

É verdade que há cada vez menos pessoas a trabalhar para garantir o pagamento das reformas, mas isso não tem que ver com a baixa natalidade. Tem que ver com o desemprego e a precariedade que rege o mercado do trabalho.

Teoricamente, porque há menos jovens e, por conseguinte, menos concorrência entre eles, deveria haver mais e melhores oportunidades de emprego. Ora não é isso que tem vindo a acontecer desde há mais de uma década. Não são apenas os jovens que têm cada vez mais dificuldade em arranjar emprego, um emprego que corresponda às suas qualificações, com estabilidade e com direitos plenos. Também os mais velhos são cada vez mais obrigados a sair compulsivamente do mercado do trabalho, caindo em situações de extrema precariedade.

De facto, o envelhecimento dos activos começa na base, com a entrada tardia dos jovens na vida activa e acentua-se com a saída forçada de trabalhadores na força da idade. Para muitos deles, o envelhecimento profissional começa a perfilar-se logo a seguir aos 45 anos, ou seja, quando começa a segunda parte de qualquer carreira profissional. Em 2007, a taxa de emprego entre 55 e 64 anos, na União Europeia, era apenas de 44,7 % (Falilou Fall, 2008).

Dantes, quando se baixava a idade da reforma e se promovia a inactividade dos mais velhos, isso era justificado pela ideologia da terceira idade.

As novas políticas de aumento da idade da reforma encontram o seu alento numa nova ideologia: o envelhecimento activo.

A ideia de envelhecimento activo já é relativamente antiga. Uma das suas primeiras formulações apareceu nos EUA com os Panteras Cinzentas (Chantal Latour, 1977), que lutavam contra as discriminações de que eram vítimas as pessoas mais velhas.

Desde os anos 80, a socióloga francesa Anne-Marie Guillemard tem defendido a reforma-activa, em oposição à reforma-retirada característica da «terceira idade» (1986).

Ao longo do ciclo de vida, os comportamentos individuais pesam de maneira positiva ou negativa sobre a saúde e, por conseguinte, sobre a marcha do envelhecimento: os cuidados com o corpo, a higiene individual, os comportamentos alimentares, o uso de estupefacientes, de álcool, os lazeres

e a actividade física, a violência familiar, os comportamentos sexuais, a vida familiar, a actividade profissional e os contextos de trabalho, o *habitat* e os transportes, as sociabilidades e redes de amigos, etc.

As atitudes perante a saúde são condicionadas socialmente e culturalmente e as estratégias de sobrevivência dependem dos recursos que cada indivíduo obtém no seu meio social, familiar e profissional, mas também da sua capacidade para saber agir e da acessibilidade aos serviços de saúde.

Em sociedades que já são envelhecidas como a portuguesa e que o serão cada vez mais no futuro, a qualidade do estado de saúde à beira e acima dos 50 anos é uma variável social, política e economicamente estratégica.

Apesar do aumento da duração média de vida, as nossas sociedades são elas próprias cada vez mais produtoras de patologias. No espaço de trinta anos, verificou-se um agravamento dos constrangimentos e da penosidade do trabalho, o que contribui para reduzir a produtividade dos seniores, aumentar o seu absentismo e os riscos de perda de emprego e a incitá-los a deixar o mercado de trabalho o mais depressa possível.

As actuais políticas de aumento da idade da reforma justificadas pelo aumento da esperança de vida têm esquecido um dado importante: a segurança social e o sistema de reformas só são viáveis se for preservada a saúde dos seniores nos seus lugares de trabalho (Thierry Debrand e Pascal Lengagne, 2007).

O agravar do desemprego e da precariedade contrariam as novas políticas das reformas por velhice baseadas na ideia de envelhecimento activo.

Porque o envelhecimento activo deve ser preparado ao longo da vida, devemos repensar o actual modelo de ciclo de vida, que discrimina os não activos.

Existem alternativas que viabilizem reformas dignas para os não activos do futuro, alternativas que implicam a redução e a partilha dos tempos de trabalho, em conjunto com a partilha dos tempos de formação e de lazer ao longo da vida. Estas são alternativas que podem promover a concretização socialmente generosa do envelhecimento activo para todos.

O envelhecimento activo não pode assentar numa ficção que é a de esperar que todos estejam disponíveis para trabalhar obrigatoriamente até aos 70 anos ou mesmo mais tarde. Não pode assentar nessa uniformização social.

A penosidade do trabalho e o estado de saúde são os principais factores sociais que diferenciam a capacidade de cada um para prosseguir uma actividade profissional. Por isso, devem ser considerados factores de ponderação em relação às modalidades de atribuição de uma pensão de reforma e à idade para cada um cessar a sua actividade.

Do mesmo modo, não podem ser fixados limites obrigatórios para cessação de actividade. A idade não deve ser um factor de discriminação no mercado do trabalho.

A ideia de envelhecimento activo, ao contrário das leis vigentes, é totalmente compatível com o exercício do direito ao trabalho qualquer que seja a idade.

O envelhecimento activo pressupõe uma cultura da idade que defende o direito ao trabalho qualquer que ela seja.

É o que acontece nos países nórdicos, onde se promove o emprego depois dos 45 anos. Mas na maioria dos países, a idade tornou-se um critério legal de dispensa do trabalho, portanto de discriminação, que deprecia os trabalhadores mais velhos. A idade é o principal factor de discriminação no trabalho em França, diz Anne-Marie Guillemard (2010).

As discriminações baseadas na idade têm a sua origem no mercado do trabalho. Quem de lá saiu já deu o que tinha a dar. Além de já não ter utilidade, custa dinheiro aos contribuintes activos. É um peso para a sociedade.

5. Projecções: objectivos

A ideia de perspectiva é inerente à demografia, na medida em que, sendo a demografia uma ciência que mede o risco de um determinado acontecimento se voltar a produzir, essa capacidade lhe permite perspectivar consequências para o futuro e antever as consequências inerentes a certas tendências.

O aprofundamento do declínio e do envelhecimento demográficos reflectem no nosso tempo a persistência da instabilidade nos planos económico e social e também dos comportamentos demográficos e familiares, o que estimula os factores de incerteza para o futuro.

Nestas condições, as projecções demográficas, porque ajudam a pensar o país e a sociedade hoje, constituem um instrumento de conhecimento crucial. Mas, ao mesmo tempo, perante a variabilidade das tendências demográficas, a construção de projecções tornou-se mais complexa, sendo cada vez mais necessário recorrer a novas metodologias.

Não sendo Portugal um país demograficamente homogéneo, impunha-se naturalmente um diagnóstico comparativo entre as perspectivas da população nacional e das dinâmicas demográficas e envelhecimento regionais[61].

Por razões de ordem operativa, optámos por equacionar a comparação entre as perspectivas relativas à evolução da população nacional e a evolução de duas outras populações nacionais hipotéticas: uma, cuja estrutura seja idêntica à da população mais jovem e outra que reproduza a estrutura da população mais envelhecida. De acordo com os resultados do Recenseamento de 2011, foi escolhida como população mais jovem do continente a população do Tâmega, sendo a população do Pinhal Interior Sul a população-tipo mais envelhecida.

61. Variações demográficas que poderiam oscilar entre aquilo que João Ferrão designou de «Portugal sob alta pressão» – que, em 2001 representava 11 % das freguesias e 46 % da população residente – e «Portugal Sonolento» (45 % das freguesias e 11 % da população). João Ferrão, 2003. «Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento: Portugal 1991-2001», INE, *Seminário sobre Censos 2001*. Mas que, em termos operativos se revelaria impraticável no âmbito desta investigação.

Poderíamos ter adoptado outros critérios, porventura mais recomendáveis, como, por exemplo, comparar as populações do interior demograficamente desertificado e envelhecido e as populações do litoral, genericamente menos envelhecidas e demograficamente mais densas.

Mas tal dicotomia confrontava-se com uma dificuldade insuperável. Como mostram os resultados do recenseamento de 2011, o interior demograficamente desertificado e envelhecido continua a avançar em direcção ao litoral demograficamente sobrevivente, o que torna dificilmente identificáveis as fronteiras que os separam.

As nossas projecções incidem, no essencial, sobre:

a) Crescimento previsível da população total e dos nascimentos;

b) Evolução futura dos três grandes grupos etários e respectivas relações de dependência e índices de envelhecimento;

c) Evolução previsível dos seniores por sexos e por estado civil;

d) Antevisão da população de reformados, de seniores vivendo sozinhos, de seniores institucionalizados e dos seniores segundo o grau de instrução, por sexos.

Bibliografia

Ariès, Philippe, 1983. «Une Histoire de la vieillesse?», *Communications*, 37.

Attias-Donfut, Cl., 1983. «La vieillesse inégale», *Communications*, 37.

Bandeira, Mário Leston, 1996. *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Col. Análise Social.

Benoit-Lapierre, Nicole, 1983. «Guérir de vieillesse», *Communications*, 37.

Chassard, Yves, 2004. «Comment maintenir les seniors au travail», *Sociétal*, n.º 44, p. 18.

Costa, Afonso, 1911. Estudos de Economia Nacional. I – O problema da Emigração, Lisboa, Imprensa Nacional.

Debrand, Thierry et Pascal Lengagne, 2007. "Pénibilité au travail et santé des séniors en Europe", Paris, INSEE, *Économie et Statistique*.

Desjardins, Bertrand et Jacques Légaré, 1984. «Le seuil de la vieillesse», *Sociologie et Sociétés*, XVI (2): 37-48.

Fall, Falilou, 2008. «Unemployment and Absence from the Workforce as Retirement Approaches», Paris, INSEE, *Économie et Statistique*.

Guillemard, Anne-Marie, 1986. *Le déclin du social. Formation et crise des politiques de la vieillesse*, Paris, PUF (Col. Sociologies).

Guillemard, Anne-Marie, 1995, «Emploi, protection sociale et cycle de vie: résultats d'une comparaison internationale des dispositifs de sortie anticipée d'activité», A.-M. Guillemard e al.,(cord.), *Entre travail, retraite et vieillesse: le grand écart*, Paris, Éditions L'Harmattan, p. 43.

Guillemard, Anne-Marie, 2010. *Les défis du vieillissement. Âge, emploi, retraite : perspectives internationales*, Paris, Armand Colin.

Keynes, J.M., 1914. *Population*, King's College Library.

Latour, Chantal, 1977. «La révolte des vieux aux États Unis», *Les Temps Modernes*, n.º 373-374.

Marcil-Gratton, N. et Jacques Légaré, 1987. «Vieillesse d'aujourd'hui et de demain», *Futuribles*.

Mendras, Henri, 1984. «Le troisième âge animera la société française?», *Futuribles*.

Pereira, Miriam Halpern, 1971. «Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século xix», *Análise Social*, vol. VII (25-26), pp. (85-117).

Perret, Bernard, 1998. «La réorganisation du cycle d'activité, enjeu d'un nouveau contrat social», *Premières Rencontres Sauvy*, Paris, INED, 15 et 16 octobre, p. 303.

Capítulo VI

Projecções: Teoria e Métodos*

* Maria Filomena Mendes, Lídia Patrícia Tomé

1. Contextualização

As Nações Unidas estimaram, em 2009, que ainda nesta década e pela primeira vez na História existirão mais indivíduos com idade superior a 65 anos do que com idade inferior a 5 (Suzman, 2010). De acordo com Schoen & Ofstedal (2010), o envelhecimento populacional é, inquestionavelmente, a força demográfica mais importante da primeira metade do século XXI em todo o mundo.

Na verdade, como resultado do declínio da fecundidade e da melhoria das condições gerais de saúde generalizada de grande parte dos indivíduos, a população mundial está a envelhecer. Todavia, apesar de ser um fenómeno global, os ritmos, tal como a dinâmica do envelhecimento em si, diferem grandemente entre países e regiões do mundo. Os países mais desenvolvidos, que iniciaram o processo de envelhecimento mais cedo, irão continuar a envelhecer, mas a uma taxa mais lenta do que os países em desenvolvimento, onde se verificarão as taxas mais rápidas de envelhecimento.

Se adoptarmos como indicador do envelhecimento demográfico a proporção de indivíduos na população com idade igual ou superior a 65 anos, podemos esperar, de acordo com as projecções das Nações Unidas (*World Population Prospects: the 2012 Revision*), que a população nesta faixa etária duplique até meados do corrente século. Em simultâneo, o número de pessoas idosas aumentará até atingir os 1,3 mil milhões, numa população mundial que se espera venha a crescer 2 mil milhões nesse mesmo período.

Avaliando o envelhecimento através da proporção da população com 65 e mais, Portugal, segundo o *Population Reference Bureau*, seria, em 2011, o sexto país mais envelhecido do mundo, sendo o Japão (23,2 %), a Alemanha (20,7 %) e a Itália (20,2 %) os mais envelhecidos, com proporções acima dos 20 %.

Em Portugal, distinguimos na evolução da população com 65 e mais anos, constante do Quadro 6.1, três momentos distintos que merecem a nossa reflexão: o ano de 1950 com cerca de meio milhão de idosos, o de 1981 em

que atingimos o 1.º milhão, e 2011, em que ultrapassámos os 2 milhões[62]. Não apenas o número de idosos aumentou notoriamente, como a sua proporção na população residente aumentou de cerca de 7 % para 19 % entre 1950 e 2011. No processo de envelhecimento é pertinente distinguir entre o sexo masculino e o feminino porque, na verdade, as populações de homens e mulheres exibem percursos diferentes no mesmo caminho em direcção a um envelhecimento que afecta a ambos. Na verdade, aquele resultado global, repartia-se, em 1950, entre 5,7 % de homens com 65 e mais anos no total da população masculina e 8,2 % de mulheres, com as mesmas idades, no total da população feminina. Em 2011, as proporções elevaram-se para 16,7 % e 21,2 %, respectivamente. As mulheres possuem um valor de partida ligeiramente mais elevado que os homens (mais 2,5 pontos percentuais) e o afastamento entre os sexos alarga-se, sendo em 2011 igual a 4,5 pontos percentuais. No entanto, se as mulheres seniores mantêm uma crescente e maior importância relativa na população, o ritmo de envelhecimento da população masculina foi superior, tendo, no mesmo período, 1950-2011, apresentado uma variação de + 192 % em oposição à registada pela população feminina, que se cifrou em 159 %.

Outra medida comum do envelhecimento é o número de anos que a população idosa levará a duplicar, em função da velocidade do crescimento experimentada pela variação da sua proporção. No caso português, assinalamos as décadas de 1960 e de 1990 como aquelas em que se verificaram as mais elevadas taxas de envelhecimento. Na verdade, mantendo a taxa de crescimento registada na primeira das décadas, a proporção da população idosa duplicaria ao fim de 36 anos e, no segunda, de modo idêntico, ao fim de 37. A década de 1960 caracterizou-se por uma forte emigração e a de 1990 por uma elevada quebra do número de nascimentos, em linha com a registada nas décadas anteriores (entre 1990 e 1999, registaram-se menos 238 479 nascimentos do que na de 1980, e nesta última já tinham ocorrido menos 386 369 do que na de 1970[63]), o que implicou uma grande redução da base da pirâmide com o correspondente incremento do seu topo.

No entanto, se se mantiver um ritmo de crescimento do envelhecimento semelhante ao verificado na última década (2001-2011), que mesmo assim foi inferior ao verificado na década anterior, em 2056, a proporção de seniores representará 40 % do total da população, ultrapassando, em dimensão, os 4 milhões de indivíduos.

62. Toda a informação e resultados relativos a 2011, têm por base os resultados provisórios do XV Recenseamento Geral da População.

63. Apesar de a década de 1970 se caracterizar por uma fecundidade elevada, ocorreram menos 328 777 do que na década anterior.

Quadro 6.1 Evolução do número de indivíduos com 65+ anos, sua proporção no total da população, taxa de crescimento anual médio e tempo de duplicação em anos.

Anos civis	População com 65+ anos	% da população com 65+ anos	Décadas	Taxa de crescimento anual médio da proporção de idosos	Tempo de duplicação em anos da % de idosos
1950	589 515	7	**1950-60**	1,3	52
1960	708 569	8	**1960-70**	1,9	36
1970	832 760	9,7	**1970-81**	1,6	41
1981	1 125 458	11,5	**1981-91**	1,7	41
1991	1 342 744	13,6	**1991-01**	1,9	37
2001	1 693 493	16,4	**2001-11**	1,5	45
2011	2 022 504	19,1			

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Além do aumento do número de residentes com 65 e mais anos, da sua proporção no todo nacional e de uma velocidade de crescimento sem precedentes, outro aspecto de particular relevância é o envelhecimento da própria população idosa. A proporção da população com idade igual ou superior a 85 anos cresce, em todo o mundo, a um ritmo superior ao da própria população idosa. Em Portugal, a taxa de crescimento deste grupo populacional foi, na última década, igual a 2,2 %.

Outra característica a considerar é a variação da esperança de vida tanto aos 65 como aos 80 anos. Segundo os dados para Portugal, disponíveis na *Human Mortality Database,* em 1950, a esperança de vida aos 65 anos era 13,57 anos; trinta anos mais tarde, no início da década de 1980, elevou-se em, aproximadamente, dois anos; em 2001, voltou a conquistar mais 2,5 anos, tendo, de acordo com o INE, ganho no início da corrente década mais um ano adicional em comparação com 2001. Este valor significa que os indivíduos com 65 anos em 2011 poderão, em média, esperar viver ainda até aos 85 anos, se forem mulheres, e aos 82, se forem homens. Em qualquer dos casos, a idade esperada será, em média, superior a 80 anos. Mantendo-se as mesmas condições de mortalidade, no caso de sobreviverem até aos 80 anos, a sua esperança de vida aumentará nessa mesma idade, passando a ser igual, a 8,5 e 7,1 anos, respectivamente.

Estabelecemos assim as principais características da situação de partida, com base na qual vamos construir o exercício de projecções demográficas: em traços gerais, a população de seniores entre 1950 e 2011 passou de cerca de meio milhão para dois milhões, numa variação de 7 % para 19 % da população total, caracterizando-se, entre outros aspectos, por uma esperança de vida aos 65 anos, que se alterou de 13,6 para 19,8 anos.

Os seniores de hoje não têm as mesmas características dos seniores de há sessenta anos. Se avaliarmos o perfil dos seniores portugueses, numa perspectiva distinta, em termos de esperança de vida remanescente, podemos confirmar, em parte, aquela afirmação e apreciar também uma extraordinária evolução. Seguindo Sanderson & Scherbov (2010), tomando como base a esperança de vida observada aos 65 anos, em 2011, em função do sexo, podemos concluir que uma mulher de 65 anos hoje tem uma esperança de vida remanescente similar à de uma mulher com 56 anos em 1955; por seu lado, um homem tem, actualmente, uma esperança de vida remanescente idêntica à de um indivíduo com 58 anos em 1971.

Esta mudança face ao número de anos que ainda se pode esperar vir a viver modificou grandemente a atitude dos indivíduos perante a vida. Na expectativa de um tempo de vida mais longo, existe margem para modificar muitos comportamentos, permitir o adiamento de algumas fases da vida, alcançar objectivos que uma morte prematura poderia inviabilizar.

Associados a este aumento da esperança de vida e da longevidade, assistimos, por exemplo, a um adiamento na transição para a vida adulta, na idade média ao casamento e ao nascimento dos filhos.

Simultaneamente, alteram-se os comportamentos perante o casamento e o divórcio, as famílias diminuem de dimensão e, cada vez mais, um número maior de idosos reside em famílias compostas por um ou, no máximo, dois idosos.

Após a revolução de Abril de 1974, a melhoria das condições de vida em geral e a democratização no acesso à saúde em particular se, por um lado, possibilitaram uma extraordinária alteração na estrutura de sobrevivência da população portuguesa, por outro lado, originaram uma profunda transformação dos perfis de consumo e de investimento das famílias. As famílias investiram mais no nível de instrução dos mais jovens, na compra de casa própria, na melhoria do seu padrão de vida e na manutenção da saúde dos mais velhos. Num país onde os níveis de rendimento estão fortemente correlacionados com a educação, esperava-se que maior instrução significasse maior qualidade de vida e prestígio social. Também o apoio das famílias aos mais idosos ficou mais condicionado. Famílias com menos filhos (um ou no máximo dois, na sua generalidade), que vivem muitas vezes geograficamente distantes, em habitações de dimensões diminutas, com um maior número de viúvos e de divorciados em idades mais avançadas, terão maior dificuldade em manter os idosos na sua residência, em particular os mais dependentes. Daí que o número de institucionalizados tenha tendência para vir a aumentar, salvaguardando sempre a importância da família, própria dos países do Sul da Europa, como um factor que exerce um efeito de abrandamento naquela propensão.

Toda esta diversidade de situações justifica que admitamos que os seniores do futuro também serão, em alguns aspectos, inteiramente diferentes dos de hoje. Assim, considerámos crucial, além das projecções de base, incluir projecções de agregados familiares e projecções derivadas segundo variáveis específicas de modo que melhor antecipemos o perfil dos seniores de amanhã. As referidas abordagens não esgotam em si a análise do futuro da população, tornam-se sim uma excelente base de lançamento e sustentação de trabalhos futuros.

Um exercício de projecção demográfica é por natureza dinâmico e sujeito aos cenários elaborados em função das variáveis sobre as quais pretendemos focar a nossa atenção com vista a identificar o seu processo de evolução tendencial e avaliar o impacto na população e, consequentemente, na sociedade. Com esta abordagem inicial às projecções derivadas inicia-se um percurso de investigação que deve ser retomado, aprofundado e alargado em sucessivas análises de carácter prospectivo que melhor nos conduzam no conhecimento do nosso futuro colectivo.

2. Definição de cenários

Após uma análise cuidada da evolução da estrutura populacional portuguesa, encontramo-nos perante a contextualização indispensável para que se possam definir diferentes cenários coerentes com a avaliação do passado e a perspectiva de futuro para a população portuguesa (e que pretendemos ver discutidos sobre o futuro da população residente em Portugal).

A elaboração de projecções de população por coortes e componentes necessita de informação aprofundada sobre os comportamentos das diferentes componentes de uma dada população: fecundidade, mortalidade e migrações. Somente após uma análise reflectida destas três componentes poderemos elaborar, tal como começou por ser referido, os diferentes cenários «*what if*» que pretendemos pôr em equação.

No entanto, se para as duas primeiros componentes demográficas a inércia que caracteriza a sua evolução nos permite prever de uma forma mais precisa o seu comportamento futuro, a volatilidade característica das migrações não o possibilita. Assim, com base num passado relativamente próximo, podemos, numa primeira abordagem, utilizar o exemplo desse passado e analisar o seu impacto na estrutura de uma determinada população. Neste caso, estaremos somente a reproduzir uma situação que realmente sucedeu e que por causa de diversas alterações socioeconómicas pode voltar, eventualmente, a ocorrer num determinado país ou região.

Por esta razão, e apesar das diferentes opções que se podem tomar para elaborar os mais diversos cenários de projecção, o conjunto de hipóteses que pareceram mais consistentes, e que passaremos a explicar de seguida, resultaram em nove (9) cenários de base, sem ter em conta quaisquer impactos provocados pelos movimentos migratórios na estrutura populacional, e dezoito (18) outros em que se analisam tais impactos, de possíveis fluxos migratórios, para o conjunto dos cenários inicialmente elaborados, denominados cenários de base, que apenas incluem o movimento natural. O que perfaz vinte e sete (27) cenários ao todo.

Começando pelas hipóteses de evolução delineadas para a fecundidade, optou-se, tendo por base a utilização do índice sintético de fecundidade (também designado por indicador conjuntural de fecundidade), que em 2011 era de 1,35 filhos por mulher, por fazê-lo evoluir de 1,3 a 1,8 filhos por mulher, em função dos diferentes cenários previamente definidos. Podemos observar no Quadro 6.2 os distintos cenários que foram denominados de cenário «baixo», «central» e «alto», e que, tal como os próprios nomes indicam, se referem a diferentes perspectivas possíveis para a evolução futura da fecundidade em Portugal. Assim, num cenário denominado «baixo», assumimos que o índice sintético de fecundidade registado em Portugal poderá continuar a declinar, à semelhança do que aconteceu na maioria dos países desenvolvidos um pouco por todo o mundo (em 2012, de acordo com o *World Population Data Sheet* do Population Reference Bureau, Singapura, Coreia do Sul, Hungria e Bósnia-Herzegovina apresentam um valor para o indicador conjuntural de fecundidade de 1,2 filhos por mulher e em Taiwan e na Letónia o valor foi mesmo de 1,1), até atingir, em 2031 o valor de apenas 1 filho por mulher. Em 2061, e seguindo mais uma vez a tendência de recuperação observada nos países (de acordo com Goldstein *et al*., 2009, o número de países europeus com um valor abaixo de 1,3 diminuiu de 16 em 2002 para somente 1 em 2008[64]) que primeiro viram diminuir a sua fecundidade, tal como acima referido (Capítulo V), supomos que seja possível uma reversão da tendência de declínio de modo que se atinja o valor de 1,3 filhos por mulher. No outro extremo deste cenário, encontram-se as hipóteses admitidas num «cenário alto» de fecundidade, em que se prevê que, em 2061, Portugal venha a registar um valor de 1,8 filhos, em média, por mulher, tendo já aumentado, em 2031, de 1,3 para 1,6. O último cenário em equação, considerado um cenário intermédio entre extremos, foi denominado «cenário central». Para este cenário, foi assumido que o índice sintético de fecundidade registado em Portugal não iria sofrer alterações até ao ano de 2031, mantendo-se assim constante, e que somente após aquela data iria evoluir linearmente até atingir o valor de 1,6 filhos, em média, por mulher, em 2061.

64. «After the pronounced decline of fertility (the so called lowest-low fertility) during the 1990s, between 2000 and 2009, fertility rose in the large majority of European countries. This trend represents an unexpected reversal from fertility rates below 1.3 in most countries during the 1990s or in some cases in early 2000s. The number of countries with a TFR below 1.3 declined from 16 in 2002 to just one in 2008» (Goldstein et al. 2009), *in* Mendes, M. F. & Tomé, L. (2013). «Portuguese Fertility: Southern or Eastern European Behaviour?», paper presented to the ADEH VIII Congress, Albacete.

Quadro 6.2 Cenários de fecundidade

	Cenário Baixo	Cenário Central	Cenário Alto
2031	1,0	1,3	1,6
2061	1,3	1,6	1,8

Fonte: Elaboração própria.

No respeitante à mortalidade, a construção dos cenários foi diferente. A metodologia seguida acrescenta maior fiabilidade aos cenários construídos tendo em conta a sua evolução passada, até ao ano inicial da projecção utilizando modelos auto-regressivos ARIMA. Deste modo, o procedimento adoptado assentou na aplicação do modelo desenvolvido por Lee e Carter em 1992 para a previsão da evolução da mortalidade e que é hoje em dia utilizado nos mais variados estudos de projecção da mortalidade (Lee, 2000; Lee & Miller, 2001; Coelho, 2005). A aplicação deste modelo permitiu-nos ainda obter um intervalo de confiança de 95 % para as estimativas efectuadas, e que em conjunto com as estimativas obtidas resultam nos três cenários elaborados. No Quadro 6.3, podemos observar de forma mais precisa o que acabamos de explicar. Apesar dos valores estimados para a esperança de vida à nascença se encontrarem todos a evoluir de forma positiva, o cenário «baixo» corresponde a uma evolução mais «lenta» e o cenário «alto», a uma evolução mais «rápida» no que concerne ao aumento dos anos vividos, em média, pelos indivíduos residentes em Portugal. Importa ainda acrescentar que a elaboração destas estimativas foi feita tendo em conta o período decorrido entre 1981 e 2011, para, com um histórico mais alargado, poder ser dada uma maior consistência aos resultados obtidos.

Assim, se a evolução do aumento da esperança de vida à nascença mantiver o mesmo ritmo de crescimento estimado pelo modelo intermédio (cenário «central»), podemos esperar que aqueles valores passem de 76,70 anos, em 2011, para 80,28 anos, em 2031, no respeitante ao sexo masculino, e de 82,63 anos para 85,89 anos, no caso do sexo feminino. É esperado ainda que estes valores atinjam os 84,53 e os 89,45 anos em 2061, para homens e mulheres, respectivamente.

Relativamente ao cenário «baixo», tal como foi afirmado atrás, esta evolução, apesar de seguir a mesma tendência positiva, de crescimento, será um pouco mais «lenta», pelo que, em 2031, homens e mulheres, atingirão valores um pouco mais baixos em relação ao cenário «central», alcançando os 76,86 anos e os 82,01 anos, respectivamente. Já em 2061, espera-se que os homens apresentem uma esperança de vida à nascença de 79,11 anos, enquanto, para o caso das mulheres, esse valor suba para os 83,33 anos.

Finalmente, o cenário denominado «cenário alto» no caso específico da mortalidade, será aquele em que se poderão observar os valores mais elevados para a esperança de vida à nascença, para ambos os sexos. Neste cenário, esperamos que, em 2061, a esperança de vida à nascença para o sexo masculino seja de 88,39 anos, enquanto para o sexo feminino seja de 93,18 anos, tendo atingindo já em 2031 valores de 83,07 e 88,78 anos, respectivamente.

Quadro 6.3 Cenários de mortalidade

	Cenário Baixo		Cenário Central		Cenário Alto	
	2031	**2061**	**2031**	**2061**	**2031**	**2061**
Homens	76,86	79,11	80,28	84,53	83,07	88,39
Mulheres	82,01	83,33	85,89	89,45	88,78	93,18

Fonte: Elaboração própria.

Em geral, as projecções com migrações são encaradas como um complemento das projecções do movimento natural, calculadas em primeiro lugar, mesmo que a componente migratória se revele fortemente influenciadora da estrutura populacional futura. A componente correspondente às migrações, ao mesmo tempo a mais volátil, a mais exposta às flutuações da conjuntura económica e política, aquela em que os poderes públicos poderão ter uma maior capacidade de intervenção, não pode ser introduzida na projecção seguindo uma metodologia extrapolativa de tendências passadas. No caso português, tendo em conta a recente crise económica que o país atravessa, foram, ao contrário do que foi elaborado para as duas outras componentes, construídos somente dois cenários. Na verdade, em 2011 e 2012, o país voltou, após 17 anos, a ter saldos migratórios negativos, tendo observado, segundo o INE, um número de saídas superior ao de entradas em cerca de 50 000 indivíduos nestes dois anos; acresce ainda que, no mesmo período, se registou um fluxo emigratório, de carácter temporário, superior a 126 000 residentes. Se a severa crise económica e financeira poderá implicar uma retracção no número de imigrantes e um recrudescimento dos fluxos emigratórios, também se espera que, ultrapassado o período de crise, a situação migratória volte a reverter-se. A construção de cenários para esta componente tem de ter sempre em linha de conta a propensão migratória de homens e mulheres, apontando os mais diversos estudos sobre esta temática que aquela propensão será mais elevada para o caso do sexo masculino do que para o caso do feminino.

Neste caso, e tal como se pode observar no Quadro 6.4, o cenário 1 corresponde a um cenário menos pessimista, pois apesar de resultar num saldo migratório líquido negativo de 10 000 pessoas por ano até 2031, este valor quadruplica

no cenário 2, passando para 40 000 o número de indivíduos que abandonam Portugal em busca de novas oportunidades e melhores condições de vida.

É precisamente após 2031 que estes dois cenários começam a convergir. Até este ano, encontramo-nos perante um cenário de forte emigração, aliás já conhecido em Portugal na década de 1960. Contudo, acreditando que após um longo período de crise económica e financeira severa se seguirá um período de gradual recuperação económica, esperamos que, após aquela data, possa ocorrer um novo ponto de viragem na migração portuguesa, e que se retorne ao comportamento migratório experimentado no passado recente, transformando-nos novamente num país com uma imigração superior à emigração (valores de entradas superiores, em cada ano, aos das saídas). Deste modo, para ambos os cenários, assumimos um saldo migratório líquido positivo de cerca de 20 000 indivíduos, com uma distribuição que favorece o sexo masculino, 8000 entradas anuais em número superior às saídas, no caso das mulheres e 12 000 no dos homens. A decisão desta distribuição entre ambos os sexos teve por base a análise em termos internacionais e a especificidade da situação migratória portuguesa.

Quadro 6.4 Cenários de migrações

	Cenário 1		Cenário 2	
	2031	**2061**	**2031**	**2061**
Homens	-6 000	+12 000	-24 000	+12 000
Mulheres	-4 000	+8 000	-16 000	+8 000
Total	-10 000	+20 000	-40 000	+20 000

Fonte: Elaboração própria.

No entanto, e para que seja possível integrar numa projecção de população as migrações líquidas previstas para o país, torna-se necessária a definição de uma estrutura migratória por sexo e idades. De acordo com a teoria sobre esta temática e tendo sempre em linha de conta a singularidade do próprio país, seguimos e adaptámos o modelo definido por Rogers e Castro em 1981 (Figura 6.1) e aplicado posteriormente em inúmeros estudos (Rogers *et al.,* 2005; Rogers *et al.,* 2007; Mendes, 2008; Mendes *et al.,* 2013). A estrutura migratória, com a respectiva definição de probabilidades de migração líquida, segue um comportamento bastante regular, caracterizado por um pico inicial correspondente às idades mais jovens, em que os mais jovens espelham o comportamento dos seus pais, jovens adultos, que a si próprios têm associada uma maior probabilidade migratória, fazendo com que os movimentos migratórios vinculados às crianças sejam mais elevados do que na adolescência. Neste

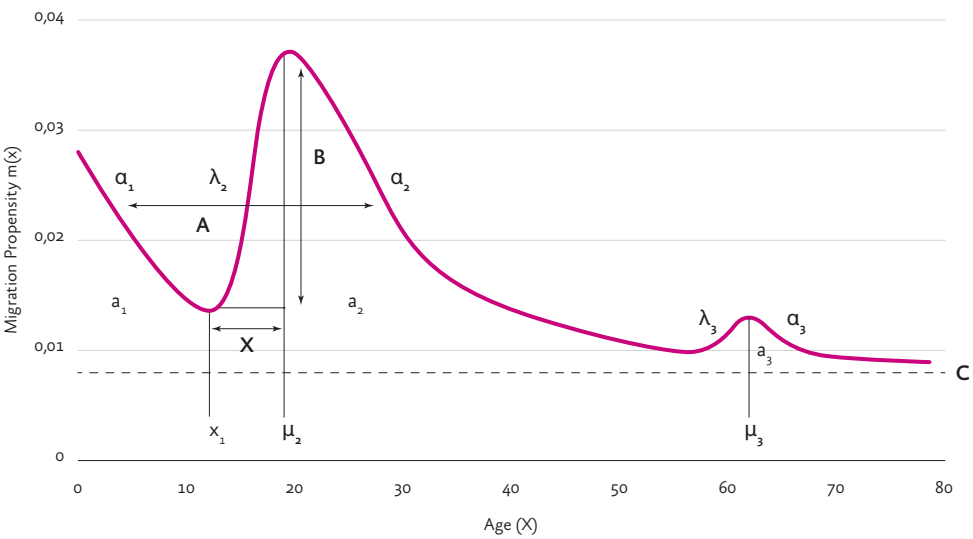
modelo empírico, as mais elevadas probabilidades migratórias encontram-se sempre associadas aos jovens adultos (o denominado «pico laboral»), e por consequência aos seus filhos, enquanto as probabilidades mais baixas estão relacionadas com a adolescência, bem como com o final do «pico laboral». Mais tarde, um outro pico migratório é susceptível de se verificar, com a chegada à reforma, em que muitos migrantes decidem retornar à sua região/país de origem, tal como pode ser observado na Figura 6.1.

Figura 6.1 Padrão etário das propensões migratórias por idade proposto por Rogers e Castro, em 1981

Profile Parameters
- α_1 rate of descent of pre-labor force curve
- λ_2 rate of ascent of labor force curve
- μ_2 position of labor peak
- α_2 rate of descent of labor force curve
- λ_3 rate of ascent of post-labor force curve
- μ_3 position of post-labor forcepeak
- α_3 rate of descent of post-labor force curve

Level Parameters
- a_1 area under pre-labor force curve
- a_2 area under labor force curve
- a_3 area under post-labor force curve
- c constant

Other/Derived Measures
- x_1 area under pre-labor force curve
- A area under labor force curve
- B area under post-labor force curve
- X constant

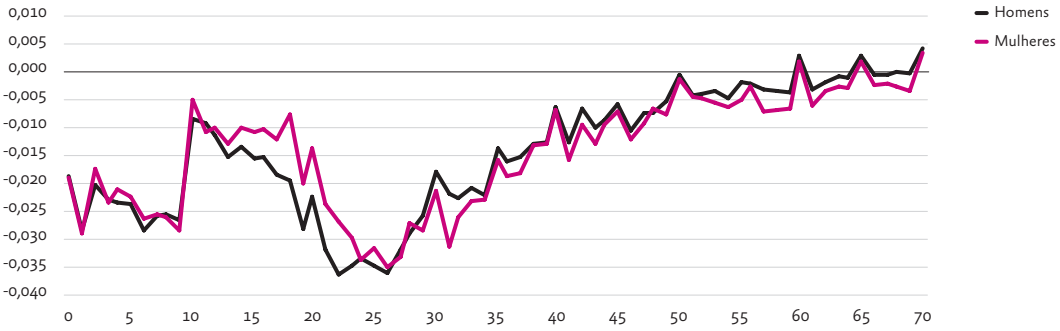


Fonte: Rogers *et al.* (2007)

Em Portugal, o período que melhor se enquadra num modelo de forte emigração, e que depois nos permite uma adequada aplicação aos possíveis cenários de projecção, é o período compreendido entre os recenseamentos gerais da população ocorridos em 1961 e 1971, em que Portugal registou um período histórico de inequívoca emigração, com tendência a ser apenas igualado na presente década, dada a singularidade da actual recessão que fustiga o país, em que os apelos à emigração dos mais jovens e mais qualificados portugueses têm vindo a encontrar eco num novo comportamento de emigração jovem.

Ainda que o saldo migratório líquido apresentado tenha sido negativo no período de referência, tal como se pode verificar no Gráfico 6.1, esta situação permite-nos testar ainda o seu oposto, o que confere ainda uma maior consistência aos cenários construídos.

Gráfico 6.1 Padrão migratório registado em Portugal no período 1961-71

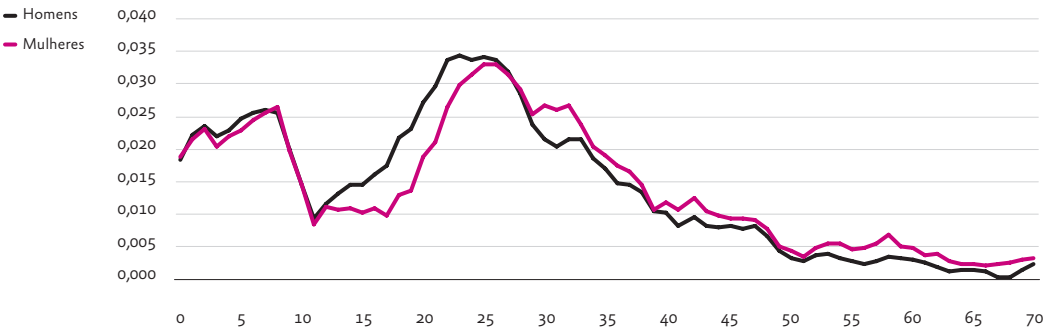


Fonte: INE. Elaboração própria.

Deste modo, e para que fosse possível uma integração dos movimentos migratórios na estrutura populacional projectada, o cálculo da estrutura migratória teve somente em conta os valores absolutos observados, o que após um alisamento dos dados com intuito de eliminar algumas inconsistências características da época constituiu a base de cálculo da estrutura migratória a integrar na metodologia aplicada. Tal como se pode verificar no Gráfico 6.2, este é uma padrão consistente com o modelo definido por Rogers e Castro nos seus trabalhos de referência sobre esta questão.

Após a estabilização da estrutura por sexos e idades, estabelecemos os diferentes cenários mantendo a mortalidade e a fecundidade constantes (cenários centrais) e as migrações variáveis (cenários de migrações 1 e 2). Não foram consideradas distinções entre a mortalidade e a fecundidade dos migrantes relativamente à população não migrante, porque apesar de os imigrantes não terem efectivamente as mesmas características demográficas dos nacionais, os indicadores de mortalidade e fecundidade do passado recente foram calculados para a população no seu conjunto (utilizados no cálculo das projecções base, do movimento natural) e incluíram os imigrantes. Todavia, importa ainda referir que a estimativa dos padrões de mortalidade associados às diferentes idades de forma individual foi limitada à população com idade até 70 anos, por forma que os movimentos migratórios após essa idade não sejam, em função do modelo utilizado, sobrestimados.

Gráfico 6.2 Padrão migratório utilizado para a construção de cenários de projecção



Fonte: Elaboração própria.

Resumidamente, e após uma explanação pormenorizada sobre os diversos cenários, apresentamos, em seguida, as diferentes «combinações» possíveis elaboradas para o presente estudo:

1. Cenário *baixo de mortalidade* associado ao de *fecundidade baixa*;
2. Cenário *baixo de mortalidade* associado ao de *fecundidade central*;
3. Cenário *baixo de mortalidade* associado ao de *fecundidade alta*;
4. Cenário *central de mortalidade* associado ao de *fecundidade baixa*;
5. Cenário *central de mortalidade* associado ao de *fecundidade central*;
6. Cenário *central de mortalidade* associado ao de *fecundidade alta*;
7. Cenário *alto de mortalidade* associado ao de *fecundidade baixa*;
8. Cenário *alto de mortalidade* associado ao de *fecundidade central*;
9. Cenário *alto de mortalidade* associado ao de *fecundidade alta*.

Cenários estes que, combinados com os dois possíveis cenários de migração líquida (1 & 2), resultaram nos vinte e sete (27) cenários acima enumerados.

3. Projecções de população

O futuro da humanidade é uma das temáticas mais intrigantes e transversal a todas as sociedades, e ao mesmo tempo, uma das componentes mais aliciantes da própria demografia. As projecções de população são por isso utilizadas em todo o mundo. Actualmente, os governos das diversas nações têm dado particular atenção às tendências demográficas do futuro, na tentativa de colmatar a necessidade em deter informações sobre os futuros indicadores demográficos, dimensão e distribuição por sexos e idades da população, na tentativa de anteciparem as necessidades das sociedades do futuro. Embora, as práticas efectivamente adoptadas tenham ficado muito aquém das intenções

mencionadas. No entanto, o domínio das projecções torna-se cada vez mais alargado, estendendo-se da política à economia, do urbanismo ao mundo empresarial. Daí que as projecções tenham vindo a assumir um papel de cada vez maior relevo na investigação em demografia.

Parece-nos relevante definir o conceito de projecção, que muitas vezes é confundido com o de previsão. Esta separação nem sempre é clara; vejamos alguns exemplos.

Louis Henry (1973, p. 9) estabelece que «... certaines perspectives ont le caractère de prévision. Sur quoi se fonde cette prévision? Certainement pas sur des lois immuables comme en astronomie; la démographie est beaucoup plus une histoire qu'une physique et rien ne nous assure que l'histoire soit prévisible. On se risque à prévoir en démographie à cause de l'inertie des phénomènes... Ce qui revient à dire qu'on peut prévoir à court terme par simple extrapolation de la situation présente ou des tendances du passé proche.»

Roland Pressat (1973, p. 255) argumenta que «Les buts des calculs sur l'évolution future de la population peuvent être très divers.... avec la généralisation de la pratique de la planification économique, ces calculs entendent souvent constituer des *prévisions*. Mais ils peuvent aussi, et ce fut leur premier rôle, illustrer, dans un sens dynamique, les conséquences de telle ou telle évolution des phénomènes démographiques qui commandent l'avenir des populations...C'est plutôt à cette seconde sorte de calculs que l'on réserve le nom de *perspectives*.»

Hervé le Bras (1987, p. 13) escreveu: «Les démographes distinguent habituellement les prévisions, des projections ou perspectives. En regardant de plus prés, on y trouve plutôt une précaution de langage qu'une différence de nature. Quels sont, en effet, les critères de séparation entre ces deux manières de parler du futur? Les prévisions peindraient le futur probable tandis que les projections esquisseraient seulement les futurs possibles. Au lien d'une opposition irréductible, on est en présence d'une différence de degré. Une seule projection est une pure prévision puisque le possible et le probable s'y confondent. Parmi plusieurs projections, la tendance centrale, en semblant indiquer un cheminement plus probable prend l'allure d'une prévision; inversement, plusieurs prévisions alternatives s'apparentent à des projections, d'autant plus que leurs probabilités sont présentées comme plus voisines.»

Carl Haub (1987, pp. 7 & 17) de modo muito conciso define: «A population projection is a computational exercise which seeks to portray a future population's size and age-sex distribution.» E acrescenta: «Projections, [...] are not predictions or forecasts; rather they are models of what will happen if this or that occurs. [...] The issue of forecasts versus projections has been the object of some debate. Philip Hauser has warned against the classification of

projections as true forecasts: The social scientist as social scientist would be foolish to assume the burden of predicting the actual course of complex social events contingent upon conditions which he knows he cannot control either in a scientific nor in an administrative sense. To do so is to invite inevitable adverse reaction and loss of confidence.»

Preston *et al.*, (2001, pp. 118) referem ainda que: «... the quality of projections is determined by their internal validity, i. e., whether they accurately and consistently model relations among demographic variables. The gauge of a forecast, on the other hand, is its external validity, i. e., how well predictions correspond to subsequent events. Demographers take it as an article of faith that projections having a higher degree of internal validity are also likely to have a higher degree of external validity. [...] Projections parameters need not bear any resemblance to those of any real population. Population projections can be used to address purely hypothetical situations and to answer questions of the "what if?" type.»

Com base nos argumentos acima transcritos, no respeitante à distinção entre previsões e projecções, podemos concluir que enquanto as primeiras expressam tendências prováveis e plausíveis, considerando o passado e expectativas razoáveis para o futuro, as segundas, pelo contrário, expressam tendências que se verificariam com base em hipóteses às quais não se atribui necessariamente um elevado grau de probabilidade ou plausibilidade. Estas têm como principal objectivo tão-somente compreender as consequências no caso de determinadas hipóteses se virem a verificar no futuro. Neste estudo, seguimos a segunda abordagem. Trata-se indiscutivelmente de um exercício de projecção de população, para o qual foram elaborados determinados pressupostos, resultando em diversos cenários (de evolução futura da mortalidade, fecundidade e migrações) possíveis de ocorrer nos próximos anos, com a intenção de perceber qual poderá ser o desenvolvimento futuro de uma população, em número e em estrutura, particularmente os efeitos em termos de envelhecimento.

3.1. Projecção por coortes e componentes

Raras são as vezes em que se consegue encontrar um consenso, em ciências sociais, acerca da aplicação de uma determinada metodologia. No entanto, a aplicação de um modelo de projecção por coortes e componentes é, nos nossos dias, utilizada mundialmente sem qualquer contestação (apesar de outras abordagens alternativas terem vindo a ser utilizadas em paralelo, entre elas, projecção da população utilizando séries temporais, *microsimulation*, *multistate cohort component projections*, como referido, por exemplo, por O'Neill *et al.*, 2001). Esta metodologia tem em conta a distribuição etária da população e

consiste essencialmente em expor, de forma segmentada, a população a diferentes «riscos», tais como o risco de morte, de ter filhos ou de migrar.

Esta metodologia desenvolve-se basicamente em três passos distintos, mas que se complementam entre si. Em primeiro lugar, faz-se sobreviver a população por sexo e segundo o grupo etário, de acordo com as probabilidades de sobrevivência estimadas pelo modelo de mortalidade, para obtermos o número de sobreviventes em cada ano; de seguida, calcula-se o número de nascimentos anuais para o período pretendido, em função do modelo de fecundidade determinado a partir das hipóteses estabelecidas para este componente; por último, corrige-se pelos fluxos migratórios, no nosso caso, pelo volume da migração líquida, por sexo e idade, assumido no cenário que inclui migrações; recalculam-se ainda os nascimentos contabilizando a saída das mulheres em idade fértil e/ou os originados pelos «novos residentes».

A metodologia utilizada na elaboração das projecções baseou-se em dados desagregados idade a idade, agrupando somente a população com 100 ou mais anos de idade, projectando individualmente cada idade para cada ano de calendário no período em estudo (2011 a 2061).

Em primeiro lugar, estimamos o número de sobreviventes por sexo e segundo a sua idade e, deste modo, com excepção da primeira e da última idade em análise, a população residente, neste caso, em Portugal, no tempo *t+1* com idade *x*, é dada por:

$$ {}_1N_x(t+1) = {}_1N_{x-1}(t) \times \frac{{}_1L_x}{{}_1L_{x-1}} \qquad (1) $$

em que, ${}_1N_x(t)$ é a população de partida de qualquer um dos sexos, separadamente, e ${}_1L_x$ corresponde ao número de anos vividos pela população entre as idades *x* e *x+1*, podendo ser calculado através da elaboração de uma tábua de mortalidade.

Para o último, grupo de idades, onde se concentra a população com 100 ou mais anos de idade, é necessário combinar a informação correspondente às duas últimas idades:

$$ {}_\infty N_x(t+1) = \left({}_1N_{x-1}(t) \times \frac{{}_1L_x}{{}_1L_{x-1}} \right) + \left({}_\infty N_x(t) \times \frac{T_{x+1}}{T_x} \right) \qquad (2) $$

onde T_x corresponde ao numero de anos vividos pela população a partir da idade *x*, podendo ser, mais uma vez, calculado através da elaboração de uma tábua de mortalidade.

No entanto, e no caso de não nos encontrarmos na posse de informação completa, uma outra alternativa pode ser utilizada:

$$ {}_{\infty}N_x(t+1) = \left({}_1N_{x-1}(t) + {}_1N_x(t)\right) \times \frac{T_x}{T_{x-1}} \tag{3} $$

Em seguida, torna-se então necessário estimar o número de sobreviventes no primeiro ano de vida e, com esse propósito, torna-se necessário o cálculo da projecção do número total de nascimentos, ano a ano, durante o período em análise, utilizando para tal as taxas de fecundidade específicas por idade.

Deste modo, o número total de nascimentos obtém-se através da seguinte fórmula:

$$ B[t, t+1] = \sum_{x=\alpha}^{\beta-1} \times {}_1F_x \times \left({}_1N_x^F(t) + {}_1N_{x-1}^F(t) \times \frac{{}_1L_x}{{}_1L_{x-1}}\right) \tag{4} $$

em que α e β correspondem aos limites inferior e superior da idade das mulheres em idade fértil. O número de nascimentos correspondentes a ambos os sexos é então obtido através da aplicação da relação de masculinidade dos nascimentos (SRB):

$$ B[t, t+1] = \frac{1}{1 + SRB} \times B[t, t+1] \tag{5} $$

Finalmente, o número de indivíduos, separadamente por sexo, e para a idade inicial é obtido através da aplicação ao respectivo número de nascimentos estimado das taxas de sobrevivência correspondentes, dado por:

$$ {}_1N_0(t+1) = B[t, t+1] \times \frac{{}_1L_0}{l_0} \tag{6} $$

Até agora, a metodologia apresentada não tem tido em conta os possíveis cenários criados para os movimentos migratórios, sendo neste último caso necessário efectuar uma ligeira alteração à equação apresentada em (1):

$$ {}_1N_x(t+1) = \left[\left({}_1N_x(t) + \frac{l_{x-1}[t, t+1]}{2}\right) \times \frac{{}_1L_x}{{}_1L_{x-1}}\right] + \frac{l_{x-1}[t, t+1]}{2} \tag{7} $$

O que resulta também numa nova formulação para o último grupo de idades:

$$ {}_{\infty}N_x(t+1) = \left({}_1N_{x-1}(t) + {}_{\infty}N_x(t) + \frac{l_{x-1}[t, t+1] + l_x[t, t+1]}{2}\right) \times \frac{T_x}{T_{x-1}} + \frac{l_x[t, t+1]}{2} \tag{8} $$

Sendo agora o número de nascimentos dado por:

$$ B[t, t+1] = {}_1F_x \times \frac{{}_1N_x^F(t) + \frac{l_x[t, t+1]}{2} + {}_1N_x^F(t+1)}{2} \tag{9} $$

Finalmente, para o número de indivíduos estimados para a primeira idade, temos:

$$ {}_1N_0(t+1) = B[t,\, t+1] \times \frac{{}_1L_0}{l_0} + \frac{l_0[t,\, t+1]}{2} \tag{10} $$

3.2. Projecção de agregados familiares e famílias

Apesar de as projecções de população serem as mais utilizadas em todo o mundo com o intuito de estimar a população no seu todo, a sua desagregação em diversos níveis também é de extrema relevância. Um exemplo é a indispensabilidade de serem também efectuadas projecções para os agregados familiares, bem como para estimação da evolução das próprias famílias. No entanto, importa distinguir entre habitações e agregados familiares, sendo uma habitação uma unidade residencial, tal como um apartamento, uma casa, ou até uma simples caravana; uma unidade doméstica consiste em pelo menos um indivíduo a viver numa habitação, que pode ser ou não partilhada com outros indivíduos, independentemente da existência ou não de laços familiares.

Outra distinção que deve ser assinalada é o facto de existirem habitações privadas e não privadas, sendo que as primeiras são aquelas que são propriedade do próprio agregado familiar ou que se encontram arrendadas pelo mesmo. No respeitante à segunda categoria, consideram-se habitações como lares de idosos, hotéis ou até hospitais, onde se enquadra a população institucionalizada.

Tal como no caso das projecções para a população base, a projecção de agregados familiares também se refere à população residente num determinado país ou região. A projecção de agregados familiares parte, no entanto, da existência prévia de projecções populacionais. A metodologia mais utilizada nesta abordagem denomina-se «método do representante da família». Esta metodologia calcula o número de agregados familiares baseando-se numa projecção de população (geralmente, o cenário central desenvolvido), bem como nas estatísticas existentes sobre a proporção de representantes da família pertencentes a cada grupo de idades. Desta forma, as taxas de «representação familiar» são obtidas aplicando:

$$ h(i,x,t) = \frac{H(i,x,t)}{P(i,x,t)} \tag{11} $$

em que, $h(i,x,t)$ são as taxas de «representação familiar» para o sexo i, na idade x e tempo t; $H(i,x,t)$, o número de representantes da família; e $P(i,x,t)$, a própria população. Deste modo, o número total de agregados familiares futuros para o tempo $t+y$, é dado por:

$$ H(i,x,t+y) = \sum_i \sum_x P(i,x,t+y) \times h(i,x,t+y) \tag{12} $$

Apesar de a metodologia aqui apresentada se referir somente a agregados familiares e famílias em si, a obtenção de projecções mais minuciosas pode ainda ser efectuada utilizando os mesmos princípios e procedimentos. Podemos considerar como exemplo a fácil adaptação desta metodologia ao cálculo de taxas de «representação familiar», desagregadas por estado civil, que nos proporcionam uma perspectiva do futuro da população em análise diferente e mais completa.

3.3. Projecções «derivadas»

O estudo de diferentes variáveis presentes numa estrutura populacional leva-nos à elaboração de uma vertente das projecções que, tal como o próprio nome indica, deriva das projecções em si. Segundo Louis Henry (1973), denominamos projecções derivadas aquelas que são calculadas a partir das perspectivas por sexo e por idade, consideradas como perspectivas principais. Habitualmente estas projecções abrangem sectores que vão desde a frequência escolar, população activa aos agregados familiares, apenas para referir alguns exemplos. O método usado nestes cálculos centra-se, num primeiro momento, no estudo mais ou menos aprofundado do passado recente a partir do qual se determina qual a proporção que se irá observar, num determinado ano no futuro, de indivíduos, de um determinado sexo e idade, que pertencem à categoria em estudo (estudantes, activos, representantes da família). Num segundo momento, multiplica-se, por esta proporção, o efectivo total de indivíduos pertencente a esse sexo e idade, efectivo já acima projectado. O mesmo autor considera inclusivamente que a projecção da população com migrações poderá ser considerada uma projecção derivada, na medida em que tem por base um raciocínio similar, usando uma metodologia semelhante de correcção, pelos movimentos migratórios distribuídos por sexo e idade, da projecção inicial principal.

No caso particular da tendência futura de envelhecimento da população portuguesa, com o evoluir da estrutura populacional, importa também avaliar a forma como evolui, entre outros segmentos populacionais, a proporção de reformados ao longo dos anos, a composição de acordo com o estado civil e nível de instrução, ou inclusive a própria população idosa institucionalizada. Foi precisamente neste sentido, e para as variáveis acima referidas, que foram igualmente formuladas hipóteses de evolução, traduzidas numericamente, construindo-se novos cenários que permitam complementar as estimativas feitas para a evolução populacional em si.

Com esse propósito, partindo dos cenários centrais (cenários 4, 5 e 6) definidos atrás, sem consideração da influência das migrações, foram calculados

os valores médios das proporções observadas entre os dois últimos momentos censitários, recenseamentos gerais da população realizados em 2001 e 2011, para depois procedermos à sua aplicação à estrutura acima estimada, em função de cada um dos cenários acima referidos. No entanto, se para a variável referente aos *reformados* e para a *população institucionalizada* foi considerada apenas uma categoria, importa referir que no caso do *estado civil* a análise contemplou a evolução da população consoante os estados: solteira, casada, divorciada e viúva.

A utilização de um modelo de evolução a taxas constantes, calculadas a partir de diferentes indicadores de comportamento, pode revelar-se muito útil enquanto instrumento de análise (Henry, 1973). Revela-se particularmente eficaz quando se pretende alertar para as consequências de uma determinada situação projectada tão longe quanto possível.

Por último, no que diz respeito à variável *nível de instrução*, foram utilizadas as categorias referentes à população sem qualquer nível de instrução, com o ensino básico, o secundário e o superior, resultando assim num agrupamento em quatro diferentes categorias. No caso desta variável, o procedimento foi um pouco diferente, pois apesar de se ter usado também como ponto de partida a população projectada, foi introduzida uma componente evolutiva associada ao desenvolvimento previsto para o nível de educação entre o ano de 2011 e o ano de 2061. Para isso, ao invés de serem definidos valores de crescimento até ao final do período de projecção, a atingir em 2061, a nossa estratégia passou pela escolha de um país europeu onde os valores aí registados pudessem constituir uma referência. Num exercício de projecção da população, a par de metodologias assentes em processos de extrapolação podem ser considerados procedimentos mais simplificados que se revelem mais bem adaptados aos dados disponíveis e mais ajustados aos objectivos pretendidos. Em ambos os tipos de procedimentos metodológicos, além de uma base de análise tão exaustiva quanto possível da própria situação demográfica, passada e presente, deve ter-se em consideração, sempre que possível, a análise de outras populações que apesar de pertencerem ao mesmo tipo de civilização e de desenvolvimento podem encontrar-se em estádios de evolução demográfica distintos (Henry, 1973). Nesta perspectiva, o estudo da experiência actual de outros países mais avançados do que Portugal, onde determinadas medidas de política foram tomadas há bastante mais tempo, poderá funcionar como quadro orientador na escolha e na operacionalização das hipóteses. Deste modo, a nossa escolha recaiu sobre a Suécia, enquanto país com elevados níveis de instrução para o conjunto da população, onde o número de anos de escolaridade é mais elevado do que em Portugal, que por essas razões pode ser identificado como meta a atingir pelo nosso país ao longo do período de projecção. Assim, depois de

calculadas as proporções referentes à representatividade de cada nível de instrução na população de cada um dos países em 2011, estimou-se uma evolução linear para os valores referentes a Portugal até 2061, ano em que se atingiria finalmente os valores registados em 2011 na população sueca.

O facto de se conduzir a proporção de indivíduos a evoluir ao longo dos anos em estudo tem que ver com esta ser uma variável que depende de factores mais voláteis, sendo directamente influenciada por medidas de política e legislativas muito concretas, em comparação com as duas outras variáveis anteriores. Como exemplo, a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 176/2012, que eleva para o nível de ensino secundário completo a escolaridade mínima obrigatória, reflectindo-se esse comportamento na própria evolução das dinâmicas educativas e sociais do nosso futuro próximo.

Bibliografia

Casimiro, F. S. (2003). «Os conceitos de família e núcleo familiar nos recenseamentos da população em Portugal». *Revista de Estudos Demográficos,* n.º 33, INE.

Coelho, E. (2005). «The Lee-Carter method for forecasting mortality, the Portuguese experience». Joint Eurostat-UNECE Work Session on Demographic Projections, Vienna, Áustria.

Ediev, D. M. (2007). «On Projection the Private Households by Size». *Vienna Institute of Demography Working Papers* (4), Vienna, Áustria.

Goldstein, J. R., Sobotka T., Jasilioniene A. (2009). «The end of lowest-low fertility?», *Population and Development Review* 35(4): 663-700.

Haub, C. (1987). *Understanding population projections*. Population Reference Bureau. Washington.

Henry, L. (1973). *Perspectives démographiques*. 2e Édition, Éditions de L'Institut National d'Études Démographiques, Paris.

Le Bras, H. (1987). «Nature et limites des prévisions de population». In «Actes du Colloque *Les Projections Démographiques*», Tome 1. Presses Universitaires de France. Paris.

Lee, R. D. & Carter, L.R. (1992). «Modelling and Forecasting U.S. Mortality». *Journal of the American Statistical Association* 87 (419), 659-671.

Lee, R. D. (2000). «The Lee-Carter method for forecasting mortality with various extensions and applications». *North American Actuarial Journal* 4, 80-93.

Lee, R. D. & Miller, T. (2001). «Evaluating the performance of the Lee-Carter method for forecasting mortality». *Demography* 38 (4), 537-549.

Mendes, M. F. (2008). «Estrutura do saldo migratório na Região do Alentejo de 1991 a 2001 e sua influência na dinâmica populacional». *Revista de Estudos Demográficos,* n.º 42, INE, Lisboa.

Mendes, M. F., Caleiro, A., Lagarto, S., Ribeiro, F. (2013). «An application of statistical methods of indirect estimation and projection of internal migration flows within the Portuguese mainland». *In* J. Lita da Silva, F. Caeiro, I. Natário, and C.A. Braumann (eds), *In* Advances in regression, survival analysis, extreme values, Markov processes and other statistical applications, Springer. (selected papers from the seventieth Congress of the Portuguese Statistical Society, 2009).

Mendes, M. F. & Tomé, L. (2013). «Portuguese Fertility: Southern or Eastern European Behaviour?», paper presented to the ADEH VIII Congress, Albacete.

O'Neill, B., Balk, D., Brickman, M. & Ezra, M. (2001). «A Guide to Global Population Projections». *Demographic Research*, vol. 4, art. 8., pp. 203-288.

Pressat, R. (1973). *L'analyse démographique*. 3e édition. Presses Universitaires de France. Paris.

Preston, S. H., Heuveline, P., & Guillot, M. (2001). *Demography. Measuring and Modeling Population Processes.* Oxford, England: Blackwell Publishing.

Rogers, A. & Castro, L.J. (1981). «Age patterns of migration: Cause-specific profiles». In *Advances in multiregional demography*, RR-81-6, Rogers A., ed. Laxenburg, International Institute for Applied Systems Analysis, Áustria.

Rogers, A., Castro, L. J., Lea, M. (2005). «Model migration schedules: three alternative linear parameter estimation methods». *Mathematical Population Studies* 12 (1), 17-38.

Rogers, A., Jones, B., Partida, V., Muhidin, S. (2007). «Inferring migrations flows from the migration propensities of infants: Mexico and Indonesia». *The Annals of Regional Science* 41, 443-465.

Rowland, D. T., (2003). *Demographic Methods and Concepts*. Oxford University Press, Nova Iorque.

United Nations (1973). *Methods of projecting households and families*. United Nations publication, Sales No. E.73.XIII.2.

Capítulo VII

Projecções: Resultados e Interpretação*

* Maria Filomena Mendes, Lídia Patrícia Tomé.

1. Que futuro podemos esperar para a população portuguesa?

No capítulo anterior, procedemos à contextualização do caso português, do passado ao presente, permitindo efectuar uma caracterização da sua evolução demográfica, o que nos possibilitou partir para a elaboração de diversos cenários evolutivos que nos permitem explorar diferentes hipóteses futuras. Explanou-se ainda, no mesmo capítulo, a respectiva metodologia associada à elaboração dos referidos cenários.

No presente capítulo, passaremos à análise dos resultados e à sistematização das conclusões mais relevantes. A nossa análise será dividida em três partes essenciais: inicia-se [1] pela realização de uma análise de carácter mais global, em que será dada maior atenção aos cenários centrais (4, 5 e 6); passando por uma análise mais cuidada dos dois cenários mais extremos (1 e 9); bem como daqueles que têm maior impacto na estrutura populacional (3 e 7); e terminando com a análise de um cenário hipotético em que se assume a distribuição da população portuguesa segundo as regiões mais extremas em termos de envelhecimento verificadas em Portugal em 2011, as regiões NUTS III do Pinhal Interior Sul (estrutura populacional envelhecida) e do Tâmega (estrutura populacional jovem). A segunda parte [2] corresponde à análise dos resultados obtidos para a evolução dos agregados familiares, enquanto a terceira [3] e última, se refere às projecções «derivadas», ou seja, ao estudo de outras variáveis caracterizadoras da estrutura populacional, além do sexo e da idade, mais precisamente no respeitante à evolução da composição da população de acordo com o estado civil e o nível de instrução, bem como ao conhecimento futuro de outros tipos de populações, tais como a proporção de reformados e da população institucionalizada.

1.1. Análise global dos cenários de projecções

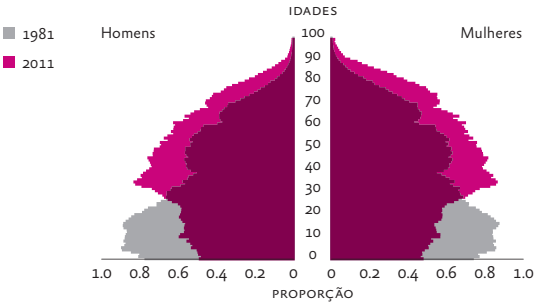
As mais recentes análises sobre a evolução da estrutura populacional referente a diversos países desenvolvidos demonstram uma acentuada tendência para o envelhecimento populacional, impulsionado, essencialmente, por um aumento generalizado da longevidade associado a uma baixa fecundidade.

Portugal não foi excepção, e observando a pirâmide de idades (Figura 7.1) correspondente à estrutura da população portuguesa em 1981 e em 2011, verificamos isso mesmo, pois de uma população muito menos envelhecida em 1981 encontramos, em 2011, uma população em que o topo tem uma grande representatividade em relação a uma base incomparavelmente mais reduzida. A queda da fecundidade tornou-se irreversível desde o início dos anos 80 (em 1982, cada mulher deixava na população 2,1 filhos, se se mantivessem as taxas de fecundidade observadas no momento; em 2012, esse valor passou para 1,28 de acordo com os últimos dados do INE[65]).

65. INE, Junho de 2013.

Este envelhecimento da população portuguesa encontra-se generalizado a ambos os sexos, pois tanto os comportamentos dos homens como das mulheres evoluíram de forma semelhante, se bem que a queda da mortalidade e o envelhecimento da população feminina sejam anteriores aos dos homens.

Figura 7.1 Estrutura da população portuguesa em 1981 e 2011



Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População (1981 e 2011). Elaboração própria

Apesar de se verificar um envelhecimento da população portuguesa transversal a homens e mulheres, e de este estar intimamente relacionado com a evolução crescente da esperança de vida, que até aos dias de hoje não mostra sinais de ter atingido um limite, a evolução da longevidade correspondente aos dois sexos não ocorre da mesma forma. Tal como pode ser observado no Gráfico 7.1, verifica-se que, apesar de tanto uns como outros terem registado aumentos significativos na sua esperança de vida à nascença, é inequívoco que são as mulheres que registaram valores mais elevados.

Os cenários apresentados correspondem aos três cenários de mortalidade tidos em conta na nossa abordagem, e os quais resultam da aplicação da metodologia desenvolvida por Lee e Carter em 1992 para a previsão da evolução da mortalidade. Qualquer um dos cenários prevê que a esperança de vida à nascença continue a crescer até 2061. Mas, enquanto o cenário «central» demonstra uma previsão que segue linearmente a tendência passada, o cenário «baixo» corresponde a um abrandamento na velocidade de crescimento na esperança de vida à nascença. Por último, estabelecemos um cenário optimista no relativo à longevidade humana, que denominamos cenário «alto», na medida em que é aquele em que se verifica um maior e mais rápido aumento na esperança de vida à nascença e uma maior duração nas idades mais avançadas.

Assim, podemos verificar que, para o caso do sexo masculino, a esperança de vida à nascença aumentou de 68,31 anos para 76,60 anos, entre 1981 e 2011, enquanto em 2061 se espera que atinja 84,53 anos no cenário central, 79,11, no cenário baixo, e 88,39 anos no caso do cenário alto.

De acordo com a análise que efectuámos relativamente à evolução da esperança de vida em Portugal[66], nos últimos trinta anos, concluímos que os homens portugueses ganharam, naquele período, cerca de 3,5 meses (106 dias), em média, por ano, em esperança de vida à nascença. Além disso, aqueles que sobreviveram até ao 65.º aniversário conquistaram, desde essa data, 1,6 meses (47 dias), em média, por ano, adiando assim a idade da morte.

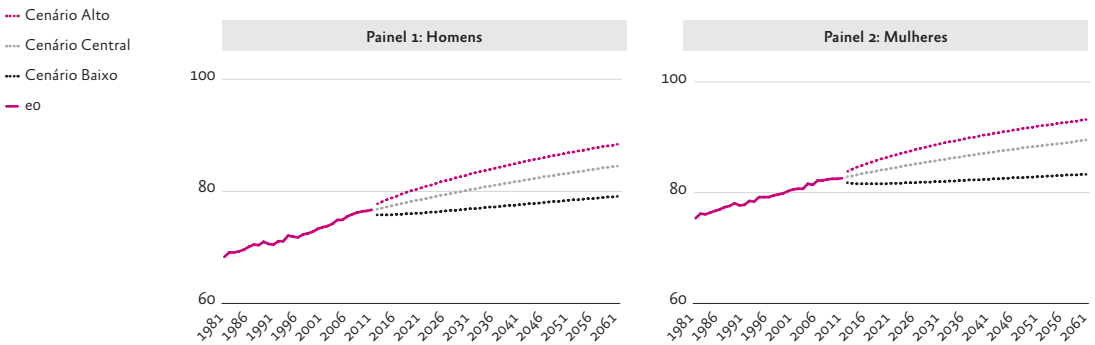
Concomitantemente, as mulheres no mesmo período ganharam, em média, 3 meses por ano (92 dias) em esperança de vida à nascença. No entanto, a partir dos 65 anos de idade, a sua esperança de vida aumentou cerca de 1,7 meses (52 dias) em média, por ano.

Com base nestes resultados, assumimos um quadro de aumento contínuo da esperança de vida com uma aproximação gradual da esperança de vida à nascença dos homens em relação à das mulheres, e um crescente incremento da longevidade, em particular para o sexo feminino.

Em conformidade com o acima exposto, no respeitante ao sexo feminino, apesar de se partir de uma esperança de vida à nascença de 75,42 anos em 1981, e de já se ter atingido, em 2011, os 82,63 anos, espera-se, em 2061, que os valores registados variem, com um grau de certeza de 95 %, entre os 83,33 e os 93,18 anos. Por seu lado, mantendo a tendência passada considerada no cenário central, aquele valor será de 89,45 anos.

66. Análise apresentada no *workshop* do projecto realizado em Maio de 2012, Mendes, M. F. & Tomé, L. P., «Hipóteses provisórias quanto ao futuro envelhecimento da população portuguesa».

Gráfico 7.1 Evolução da esperança de vida à nascença 1981-2011, e os possíveis cenários entre 2012 e 2031, para homens e mulheres em Portugal



Fonte: HMD. Cálculo próprio.

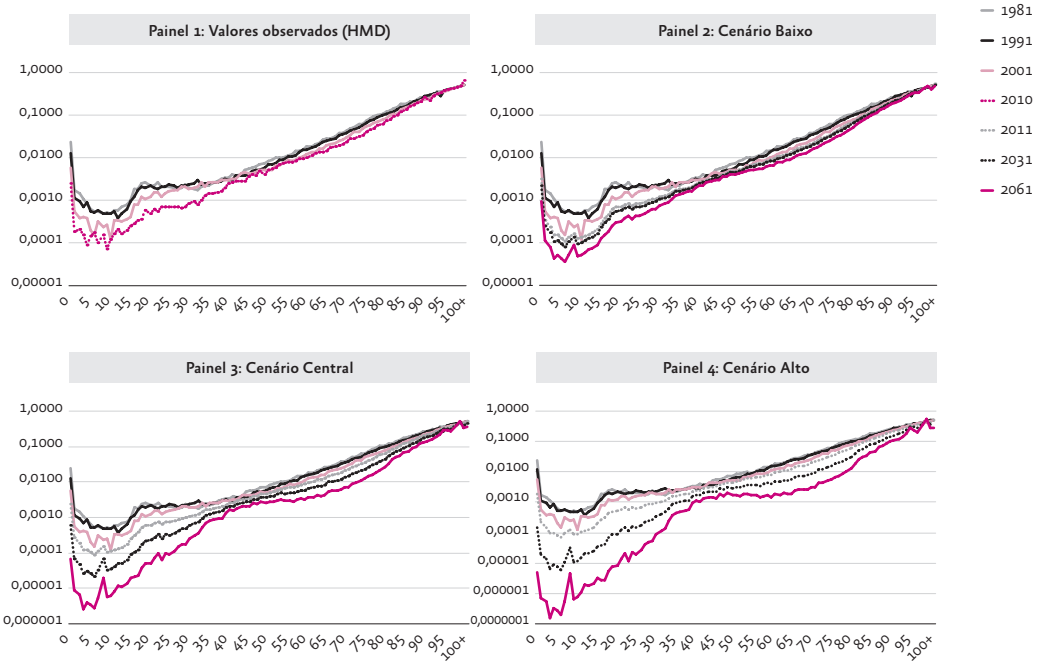
Apesar da evolução apresentada para o desenvolvimento dos diferentes cenários, no que respeita à esperança de vida à nascença actual, bem como à sua evolução passada, importa referir que os padrões observados só são possíveis graças a constantes reduções nas taxas de mortalidade resultantes das melhorias registadas nas condições de vida da população no seu conjunto. Além disso, se numa primeira fase o aumento da esperança de vida à nascença se ficou a dever essencialmente às reduções na mortalidade verificadas em idades jovens, a verdade é que os avanços mais recentes se devem a outro tipo de ganhos em saúde, reflectidos nas cada vez mais baixas taxas de mortalidade observadas em idades mais avançadas.

A associação acima enunciada pode ser comprovada através da análise do Gráfico 7.2, que a demonstra de modo muito claro no que diz respeito, por exemplo, ao comportamento associado ao sexo masculino. Para os homens, e após um declínio nas taxas de mortalidade registadas, essencialmente, no primeiro ano de vida, estas começam a aumentar, resultando num pico de mortalidade entre os 15 e os 29 anos, estabilizando nas idades seguintes, para voltarem a aumentar depois dessas idades (painel 1). Nos outros painéis (2, 3 e 4), podemos ainda avaliar os cenários associados a diferentes ritmos de aumento da esperança de vida à nascença, e, apesar de os níveis de mortalidade observados respeitarem totalmente os diferentes ritmos evolutivos acima descritos, em todos eles se denota uma evolução similar segundo a idade.

É ainda sabido que o pico de mortalidade associado aos jovens adultos e que se manifesta nos valores observados no painel 1 se encontra estritamente associado a causas de morte externas, estimando-se que possa vir a ser atenuado no futuro, ou mesmo que as mais elevadas taxas de mortalidade masculina possam vir a sofrer uma deslocação para idades acima dos

quarenta anos, em consequência, nomeadamente, da incidência de doenças ainda não controladas.

Gráfico 7.2 Evolução das taxas de mortalidade para homens nos anos 1981-2011 e respectivas estimativas até 2061

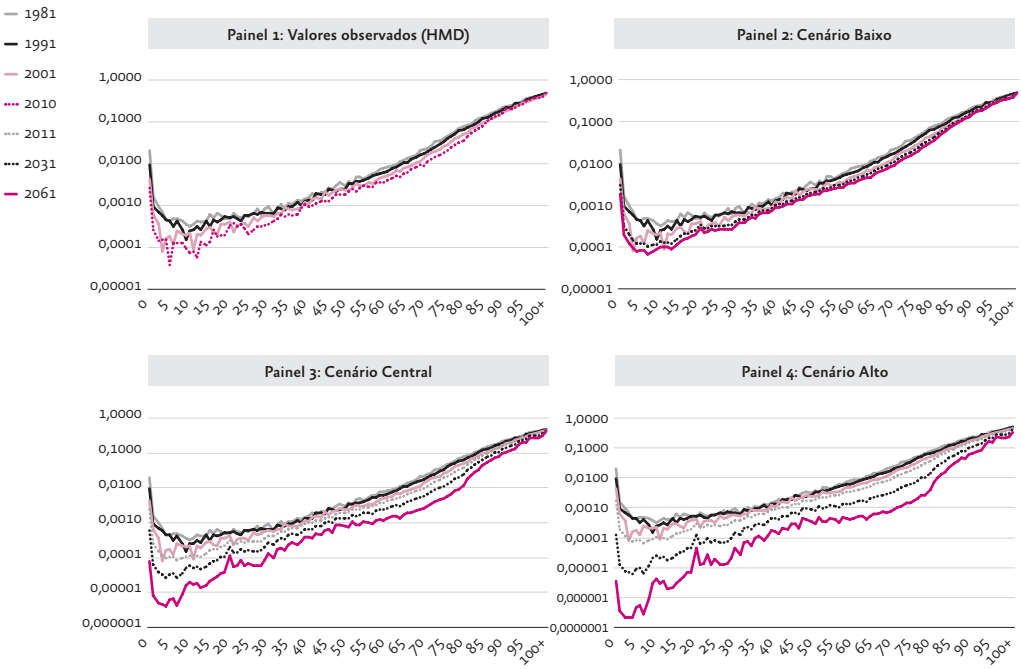


Fonte: HMD. Cálculo próprio.

No caso do sexo feminino, analisando o Gráfico 7.3, podemos verificar que de forma muito geral se repete o mesmo comportamento, com excepção de as reduções nas taxas de mortalidade não se preverem vir a ser tão exageradas. No entanto, esta situação pode ser facilmente explicada pelo facto de que no ano de partida deste exercício de projecções, o ano de 2011, as mulheres já registarem valores muito mais baixos do que os homens.

Outra grande diferença é o não registo de um pico de mortalidade para as jovens adultas tão elevado como no caso dos homens.

Gráfico 7.3 Evolução das taxas de mortalidade para as mulheres nos anos 1981-2011 e respectivas estimativas até 2061

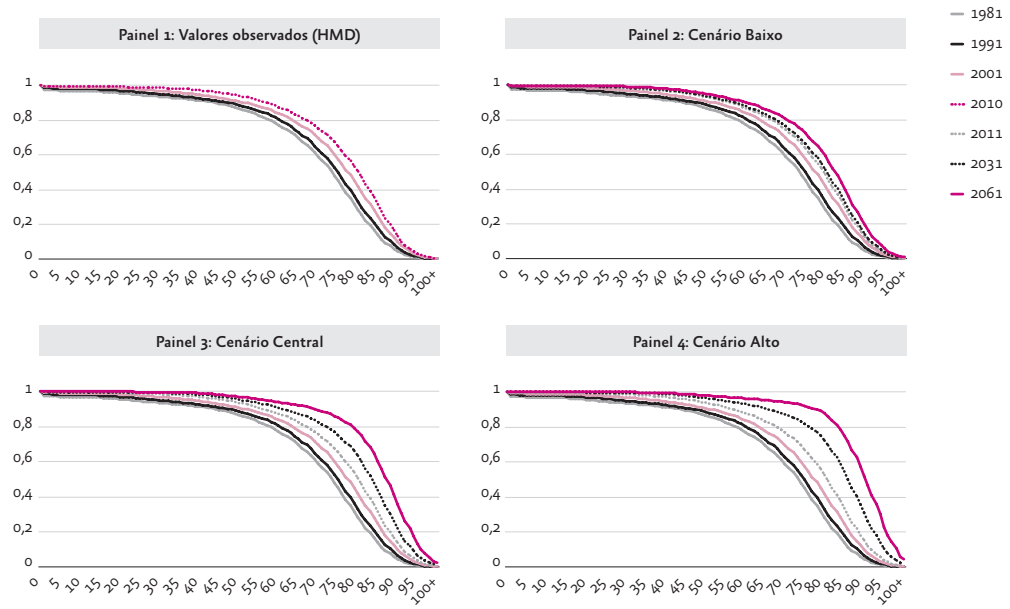


Fonte: HMD. Cálculo próprio.

Tal como as figuras evidenciam ser o aumento da esperança de vida, quer à nascença ou em qualquer outra idade, resultado do declínio registado nas taxas de mortalidade ao longo das diferentes idades, também a evolução das diferentes curvas de sobrevivência associadas a anos subsequentes e a ambos os sexos vai revelando um caminho claro em direcção a uma «rectangularização» cada vez mais acentuada.

O Gráfico 7.4 demonstra-o no caso do sexo masculino, pois desde 1981 que essa situação se tem acentuado (painel 1) e não parece alterar-se em qualquer um dos cenários previstos (painel 2, 3 e 4).

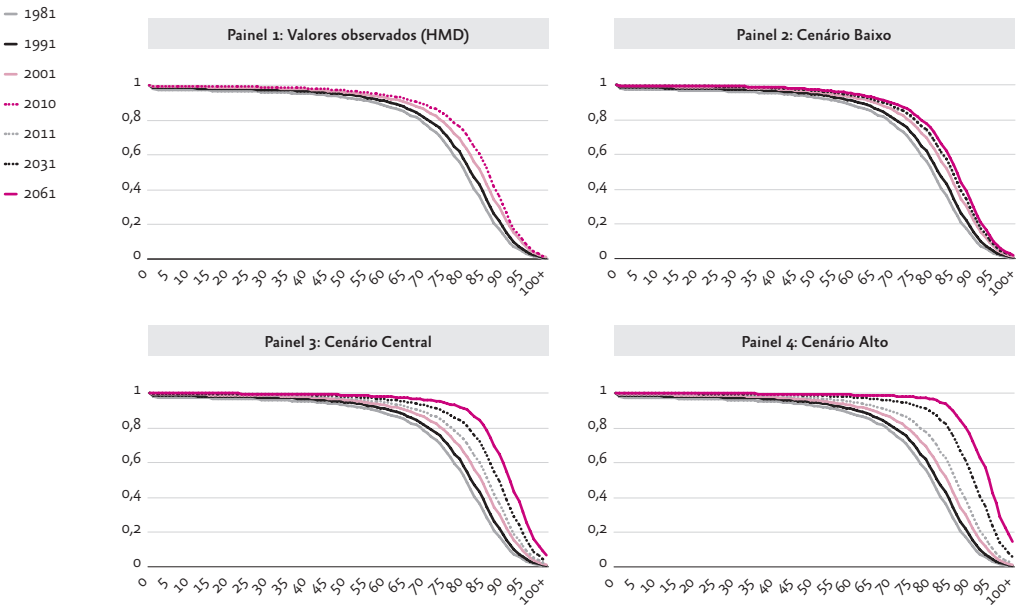
Gráfico 7.4 Evolução das curvas de sobrevivência para homens em Portugal nos anos 1981-2011 e respectivas estimativas até 2061



Fonte: HMD. Cálculo Próprio

Analisando agora o caso do sexo feminino (Gráfico 7.5), podemos verificar, uma vez mais, que a tendência é similar à que foi registada antes para o caso dos homens. No entanto, a «rectangularização» das curvas de sobrevivência é muito mais acentuada, com um desvio gradual para a direita, à medida que passamos do cenário «baixo», para o «central» e o «alto».

Gráfico 7.5 Evolução das curvas de sobrevivência para as mulheres em Portugal nos anos 1981-2011 e respectivas estimativas até 2061



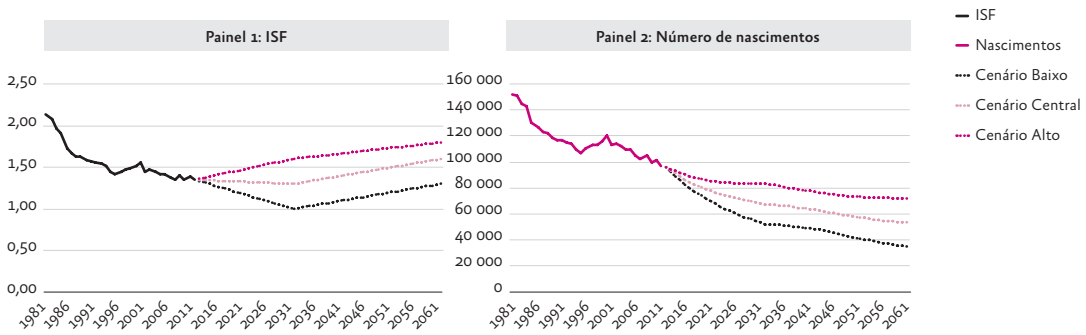
Fonte: HMD. Cálculo próprio.

Após uma análise mais aprofundada no que à mortalidade e consequente impacto na esperança de vida e na longevidade diz respeito, importa analisar em seguida o comportamento evolutivo associado à fecundidade ao longo dos anos em observação, bem como as suas perspectivas (cenários) evolutivas.

O Gráfico 7.6 demonstra a observação de um decréscimo quase ininterrupto no que concerne aos níveis de fecundidade, aqui avaliados através do índice sintético de fecundidade (ISF), desde 1981 até 2011, e apesar de após essa data terem sido assumidos diferentes cenários, o número de nascimentos associado a cada um desses cenários continuará ainda e sempre a diminuir. Neste sentido, a única diferença encontra-se associada, tal como acontece com a esperança de vida à nascença, ao ritmo a que essa evolução se dará no futuro.

No entanto, e assumindo que Portugal irá acompanhar, com maior ou menor desfasamento, a evolução dos seus pares, partimos do princípio, mais uma vez como se pode verificar no referido gráfico, de que o ano de 2031 poderá ser um ano de viragem no que diz respeito ao ISF. Assim, e apesar de este ponto de viragem não se revelar «eficiente», consideramos que é expectável que a uma determinada altura o ISF começará a aumentar, embora com diferentes ritmos de crescimento, em função do cenário adoptado.

Gráfico 7.6 Evolução do índice sintético de fecundidade (ISF) e do número de nascimentos entre 1981 e 2011, e possíveis cenários entre 2012 e 2061, em Portugal



Fonte: INE. Calculo próprio.

A evolução combinada das duas componentes demográficas (mortalidade e fecundidade) precedentemente analisadas resulta assim em 9 diferentes cenários, tal como enumerámos no capítulo anterior. Todavia, e apesar de a evolução dos níveis de mortalidade nos indicar que iremos aumentar a nossa longevidade, não é seguro que a dimensão da população portuguesa continue a aumentar. O Gráfico 7.7 demonstra-o claramente, pois nem o facto de os cenários 6 e 9 associarem a um cenário de mortalidade «central» ou «alto» (lembramos que não se trata de um cenário «alto» de mortalidade, mas sim de um cenário alto de duração de vida desde o nascimento, o que significa uma esperança de vida mais alta, ou seja, uma mortalidade mais baixa) um cenário «alto» de fecundidade, leva a que a população aumente.

Aprofundando um pouco mais esta componente da análise, podemos ainda referir que, embora o recenseamento geral da população portuguesa efectuado em 2011 tenha contabilizado cerca de 10 milhões e meio de habitantes (10 561 614), o cenário 9 (que conjuga o cenário de mais rápido crescimento da esperança de vida à nascença com a fecundidade mais elevada) estima que o número de residentes vá declinando até 2061, até atingir um valor inferior a 9 milhões de habitantes (8 933 004). O que significa que, durante os próximos 50 anos, na melhor das hipóteses e sem interferência das migrações, Portugal «apenas» virá a perder cerca de 1,5 milhões de habitantes.

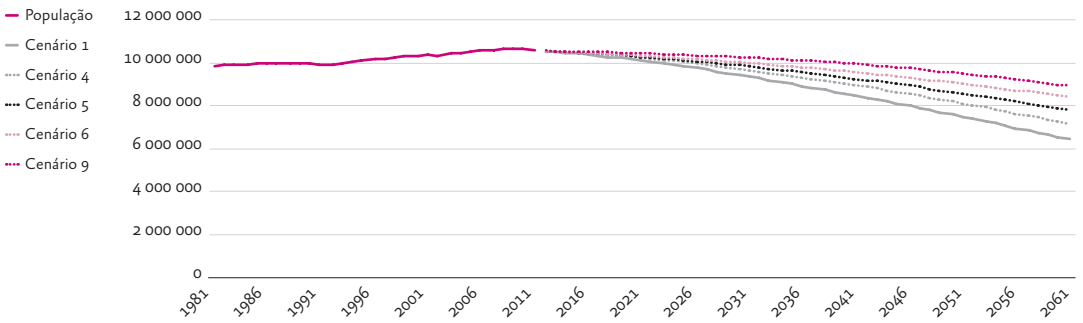
Mas, se avaliámos genericamente os resultados para o cenário mais optimista de todos, torna-se também pertinente referir a situação inversa, ou seja, o outro cenário extremo. O pior cenário considerado em termos de declínio populacional é o cenário 1, pois que combina um aumento muito lento na esperança de vida à nascença com uma fecundidade bastante baixa. De acordo com este cenário, estima-se que, em 2061, a população portuguesa não ultrapasse

os 6,5 milhões de pessoas (6 440 819), o que significa uma redução de cerca de 4 milhões de habitantes quando comparada com 2011.

No entanto, e apesar de termos explorado um cenário optimista e outro bastante mais pessimista, acreditamos que o cenário 5 se aproximará mais de um valor intermédio entre as duas situações extremas. Neste caso, mesmo continuando a verificar-se uma redução no número de efectivos da população total, o valor estimado fica um pouco mais afastado do previsto para o cenário 1, tendo a redução estimada ficado abaixo dos 3 milhões de residentes. Mais precisamente este cenário antecipa uma diminuição de 2 778 319 indivíduos.

Por último, e como seria de esperar, os restantes dois cenários representados graficamente (4 e 6) apresentam valores e comportamentos intermédios.

Gráfico 7.7 Evolução da população entre 1981 e 2011, e possíveis cenários entre 2012 e 2061, em Portugal



Fonte: INE. Cálculo próprio.

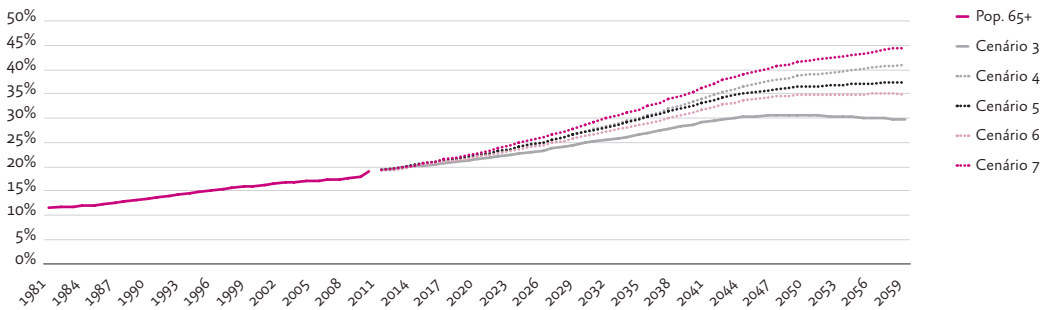
Se no Gráfico 7.7 foi apresentada a possível evolução da população residente em Portugal, o Gráfico 7.8, de acordo com o objecto do presente projecto, apresenta os resultados referentes à evolução da população sénior, ou seja, do conjunto de indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos, assim como da sua proporção na população total.

Neste caso particular, e tendo sempre em consideração os principais objectivos do estudo, mais especificamente estimar a evolução do envelhecimento demográfico, em Portugal, até 2061, além dos resultados obtidos através da elaboração dos três cenários centrais já apresentados (cenários 4, 5 e 6), mostramos ainda os efeitos na estrutura populacional da aplicação dos dois cenários extremos no que se refere ao envelhecimento populacional, ou seja, dos cenários 3 e 7. O primeiro conjuga uma lenta evolução da esperança de vida à nascença com níveis relativamente elevados de fecundidade, resultando numa população teoricamente mais jovem, enquanto o segundo associa

uma rápida evolução da esperança de vida à nascença com baixos níveis de fecundidade, originando uma população estruturalmente mais envelhecida.

Observando então o Gráfico 7.8, podemos concluir que se confirma o que acima foi descrito relativamente aos cenários que implicarão um maior e um menor envelhecimento da estrutura da população portuguesa. Na verdade, apesar de em todos os cenários apresentados se registar um crescimento constante da proporção de população com 65 ou mais anos, é no cenário 3 que se verifica a menor daquelas proporções em 2061, tendo sido o único até que evidencia algum declínio entre 2052 e 2061. Assim, estima-se que, no final do horizonte de projecção, a percentagem de indivíduos com 65 ou mais anos na população portuguesa varie entre 29,6 % e 44,5 %, sendo que o cenário central (5) aponta para um valor de cerca de 37,3 %.

Gráfico 7.8 Evolução da proporção de população com 65 ou mais anos de idade entre 1981 e 2011, e possíveis cenários entre 2012 e 2061, em Portugal



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Após uma análise mais genérica acerca dos valores obtidos através da combinação dos diferentes cenários, importa também analisar o impacto que as diferentes «perspectivas» terão na estrutura populacional.

Desta forma, analisando a Figura 7.2, onde estão representadas diferentes pirâmides de idades, tendo sempre como base o ano de 2011, em contraste com as estimativas elaboradas para 2031 e 2061, separadamente. De modo geral, e tal como tem vindo a ser referido ao longo desta análise, podemos comprovar que em qualquer dos cenários apresentados se caminha para um envelhecimento populacional que se torna mais acentuado quando os níveis de fecundidade são mais baixos (painel 1 e 2).

Figura 7.2 Estrutura da população portuguesa em 2011 e 2031/61 para os diferentes cenários



Fonte: INE. Cálculo próprio.

O Quadro 7.1 apresenta os valores registados em 2011 para o total de população recenseada em Portugal, bem como para o caso específico do total de indivíduos com 65 ou mais anos de idade. Exibe ainda uma linha adicional com o valor dos nascimentos ocorridos nesse mesmo ano, ao mesmo tempo que mostra as estimativas efectuadas para os anos de 2031 e 2061 correspondentes aos cenários centrais.

Da análise do referido quadro, podemos aferir que, apesar de a população total estimada ser diferente de cenário para cenário e entre os sucessivos

momentos temporais em análise, no que diz respeito à população com mais de 65 anos verificamos que o mesmo valor se repete para cada um dos cenários em cada ano observado. Esta situação explica-se pelo facto de estes cenários conjugarem sempre uma hipótese de mortalidade central com diferentes hipóteses de fecundidade, o que aliado a estarmos perante uma análise por período e de coortes completas resulta na repetição dos referidos valores. Todavia, e tal como verificámos atrás, o peso da população com mais de 65 anos vai-se alterando ao longo dos anos, conforme os diferentes cenários estimados, determinado pela correlativa alteração no número de jovens.

Além disso, os valores relativos à evolução do número de nascimentos ajudam igualmente a explicar o envelhecimento populacional que se perspectiva, pois se aquele número se reduz significativamente até 2031, agrava-se especialmente em 2061, sendo o cenário 4 aquele que estima o valor mais baixo de todos. Como resultado, o cenário 4 afirma-se como o pior dos cenários apresentados no que diz respeito ao número de nascimentos, passando de 96 856 em 2011 para apenas 35 032 em 2061. Em sentido oposto encontra-se o cenário 6, registando o menor decréscimo entre 2011 e 2061, com uma previsão de 71 978 nascimentos.

Quadro 7.1 População total, com 65 ou mais anos, e nascimentos em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal

		2031			2061		
	2011	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6
População	10 561 614	9 660 745	9 820 730	9 980 737	7 146 507	7 783 295	8 406 140
População 65+	2 022 504	2 661 138	2 661 138	2 661 138	2 905 292	2 905 292	2 905 292
Nascimentos	96 856	53 372	68 353	83 347	35 032	53 579	71 978

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Como seria de esperar, após uma análise minuciosa dos resultados apresentados até agora, conclui-se que o envelhecimento populacional, aliado a um decréscimo efectivo da população residente em Portugal, tem repercussões em toda a estrutura. Examinando a proporção de indivíduos de acordo com os grupos funcionais, apresentada no Quadro 7.2, podemos verificar que, como esperado, em qualquer um dos cenários centrais formulados se perspectiva um declínio em relação aos valores observados em 2011, tanto da proporção de indivíduos com menos de 15 anos (com valores entre os 13 % e os 8 %, respectivamente nos cenário 6 e 4, em 2061), como da população em idade activa (considerada entre os 15 e os 64 anos), que varia entre 52,5 % e 51,1 %, no final do período.

Esta tendência de declínio origina, por sua vez, um agravamento proporcional do peso que a população inactiva terá no total da população portuguesa, confirmando o acima revelado pelas sucessivas alterações de forma das distintas pirâmides de idades.

Quadro 7.2 Proporção de população por grupos funcionais em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal

		2031			2061		
	2011	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6
0-14	14,9	10,1	11,4	12,8	8,3	10,8	13,0
15-64	66,0	62,4	61,5	60,6	51,1	51,8	52,5
65+	19,1	27,5	27,1	26,7	40,7	37,3	34,6

Fonte: INE. Cálculo próprio.

O Quadro 7.3 é exemplo claro do nível de envelhecimento que se perspectiva, para o futuro, na sociedade portuguesa. Podemos observar que, por cada 100 indivíduos em idade activa, existiam, em 2011, cerca de 52 (51,6) com menos de 15 anos ou com 65 ou mais anos de idade (considerados não activos). No entanto, estima-se que estes valores continuem a aumentar e que em 2061 o valor do índice de dependência total (relação entre a proporção de não activos em relação à proporção de activos) se situe acima dos 90 (90,6), sendo o grupo dos idosos responsável por cerca de 73 % deste valor em contraste com os actuais 56 % (em 2011).

No que concerne ao valor do índice de dependência dos jovens (rácio entre a proporção de jovens e a de activos), podemos verificar que os diferentes cenários estimam que vá diminuindo até 2031. Todavia, em 2061 o seu valor poderá vir a ser um pouco mais elevado do que o observado em 2011, obviamente, apenas no caso de um cenário onde a fecundidade aumente continuamente até atingir, em 2061, o valor de 1,8 filhos por mulher.

Quanto ao índice de dependência dos idosos (rácio entre a proporção de idosos e a de activos) e ao próprio índice de envelhecimento da população portuguesa, verificamos que, embora se possa assumir um aumento da fecundidade após 2031, estes indicadores continuarão a aumentar ao longo de todo o horizonte de projecção. Se, em 2011, se contabilizam, em Portugal, cerca de 129 indivíduos com 65 ou mais anos de idade por cada 100 jovens (ou seja, aqueles que na população têm pelo menos de 15 anos), prevê-se que esse valor venha, no mínimo, a duplicar em 2061. Todavia, se conjugarmos uma evolução de esperança de vida à nascença «central» com uma baixa fecundidade (cenário 4), o valor actualmente registado pelo índice de envelhecimento quase quadruplicará em 2061.

Quadro 7.3 Índices resumo em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal

		2031			2061		
	2011	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6
Índice de dependência total	51,6	60,3	62,7	65,1	95,8	92,9	90,6
Índice de dependência jovens	22,6	16,1	18,6	21,1	16,2	20,9	24,8
Índice de dependência idosos	29,0	44,2	44,1	44,0	79,6	72,0	65,9
Índice de envelhecimento	128,6	273,5	237,0	209,0	491,9	344,5	266,2

Fonte: INE. Cálculo próprio.

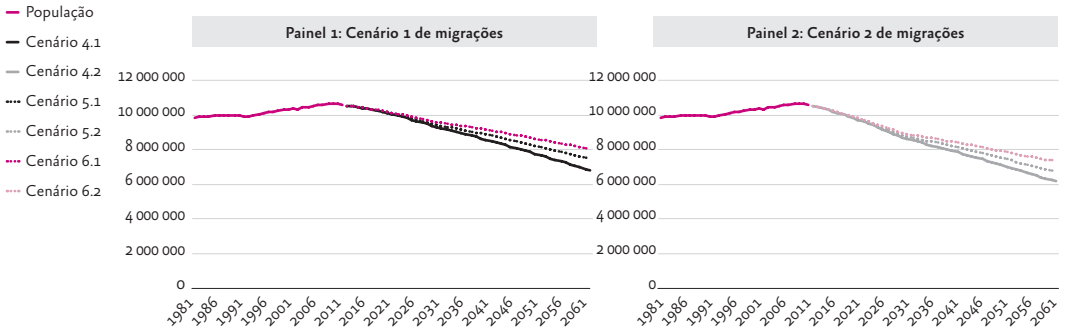
No entanto, até agora, apenas temos estado a analisar os resultados obtidos através do cálculo da incidência dos movimentos naturais na estrutura actual da população portuguesa, ao longo dos próximos cinquenta anos, não incluindo ainda a componente mais volátil da demografia, ou seja, as migrações. É sabido que um clima de instabilidade económica, com elevados níveis de desemprego e forte precariedade nas relações laborais, leva a que um país se torne menos atractivo, ou até mesmo a que os seus residentes procurem melhores condições de vida noutro país. Esta é a situação em que se encontra precisamente o nosso país, fortemente fustigado por uma crise económica e em situação de resgate financeiro, o que nos compele a não deixar de parte outro nível de abordagem em que incluímos também, no exercício de projecção para 2031 e 2061, um possível impacto da componente migratória.

Dada a grande inconstância que caracteriza o próprio movimento migratório em si, torna-se bastante difícil prever qual o volume de pessoas que se movimentará, apesar de existirem bastantes teorias migratórias que permitem definir com alguma consistência a sua estrutura migratória. Deste modo, decidimos, para não acrescentar mais incerteza ao modelo, analisar apenas o impacto das migrações para os cenários centrais atrás estimados (cenários 4, 5 e 6).

Para melhor contextualizar a análise dos próximos resultados, permitimo-nos relembrar as hipóteses de partida, para sexos reunidos, que estiveram na base da construção dos novos cenários com inclusão de migrações. Assume-se, no caso do cenário de migrações líquidas 1, um número de saídas superior ao de entradas em 10 000 indivíduos por ano até ao ano de 2030, invertendo-se este quadro migratório negativo depois daquela data até 2061, no pressuposto de um saldo migratório positivo anual da ordem dos 20 000 habitantes. No cenário de migrações 2, agrava-se o saldo migratório líquido anual para o dobro (-40 000 por ano) até 2031 e mantêm-se, para os trinta anos seguintes, os valores anuais admitidos no primeiro cenário de migrações líquidas.

Segundo estes novos modelos, tal como podemos observar através do Gráfico 7.9, o declínio populacional, previsto acima, não só continuará a verificar-se ao longo de todo o período de projecção, como também se tornará mais acentuado em qualquer um dos cenários estabelecidos: cenário 1 e 2 de migrações. No entanto, esta situação de declínio afigura-se especialmente agravada no caso da aplicação do cenário 2 das migrações, aquele em que se assume um maior volume de saídas até 2031 (saídas anuais de 40 000 residentes a mais do que as entradas registadas no país nesse mesmo ano).

Gráfico 7.9 Evolução do da população, entre 1981 e 2011, e o impacto dos cenários de migrações, entre 2011 e 2061, em Portugal

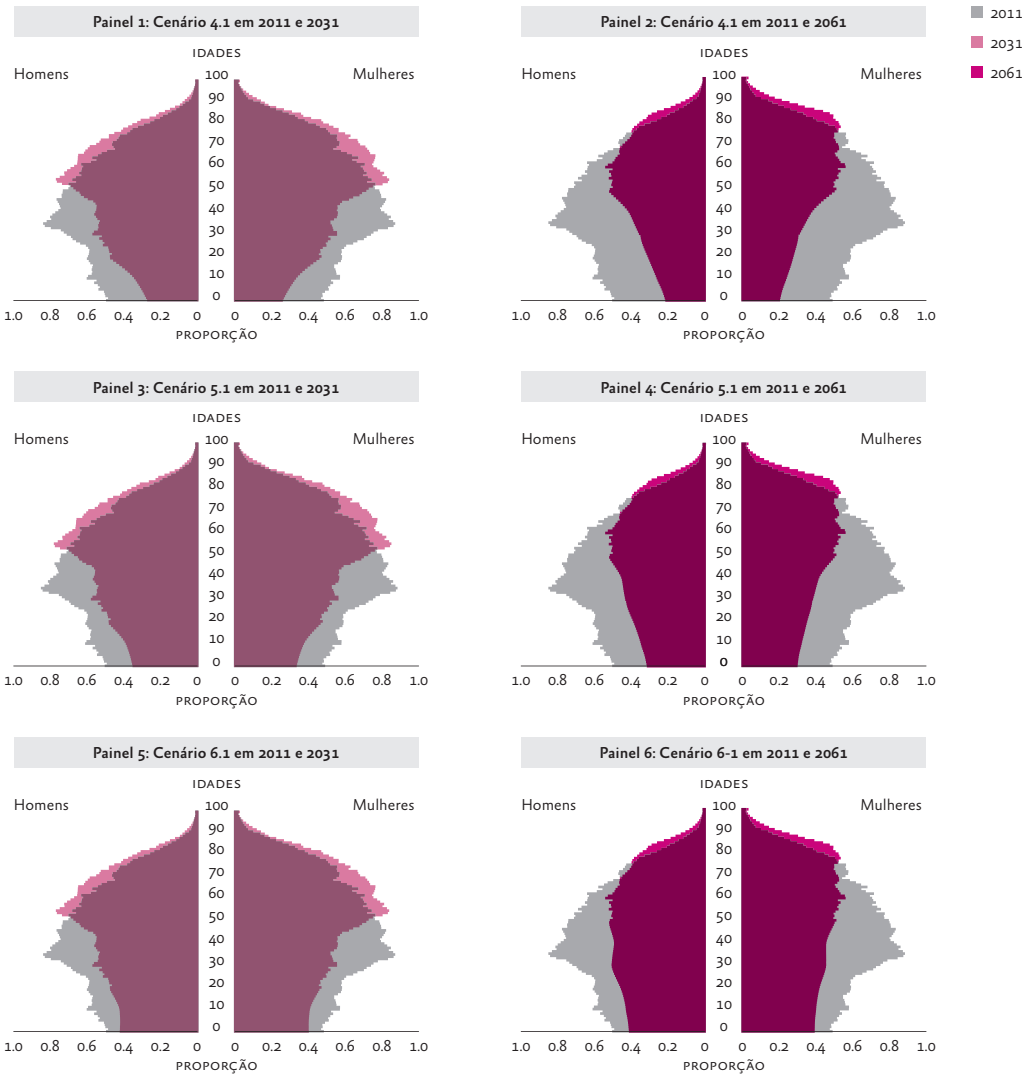


Fonte: INE. Cálculo próprio.

Apesar de, na sua totalidade, o impacto das migrações líquidas negativas se traduzir numa maior acentuação do declínio da população portuguesa, não é imediatamente visível qual será o seu impacto na própria estrutura populacional. Observemos a Figura 7.3, na qual se encontram representadas as pirâmides de idade elaboradas com base nos dados resultantes da aplicação dos cenários centrais de projecção conjugados com o primeiro cenário de migrações (4.1, 5.1 e 6.1).

Verificamos desde logo que, em 2031, e independentemente do cenário em causa, o impacto na estrutura não é muito perceptível, pois «apenas» prevemos uma migração líquida, de sinal negativo (saídas superiores às entradas), de cerca de 100 mil pessoas a cada 10 anos, até àquela data. No entanto, um olhar mais atento para as pirâmides correspondentes ao ano de 2061 revela outro efeito, uma vez que um saldo migratório líquido positivo de 20 mil indivíduos por ano, ao longo das três últimas décadas, implicará que se venha a verificar um, ainda que ténue, rejuvenescimento da população portuguesa.

Figura 7.3 Evolução da população entre 2011 e 2061, em Portugal, no cenário 1 de migrações e para os diferentes cenários centrais



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Tendo em conta que no cenário 1 correspondente às migrações se parte do pressuposto de que sairão 10 mil pessoas por ano a mais do que as que entram, até 2031, e que, após essa data, a tendência se inverterá e o saldo migratório passará a ser positivo, entrando mais 20 mil pessoas do que saem, por ano, em Portugal, temos uma diferença populacional directa ligeiramente superior a 500 mil habitantes quando comparamos com o projectado somente com base no movimento natural da população (Quadro 7.4). Todavia, o declínio populacional torna-se um pouco mais acentuado independentemente do

cenário observado, em virtude da incidência da mortalidade nos imigrantes e das fortes implicações dos fluxos migratórios de saída no número anual de nascimentos previstos para os próximos cinquenta anos.

Todavia, as diferenças atenuam-se na proximidade do ano de 2061, mantendo-se a população para o cenário central (5.1) muito perto dos 7,5 milhões de habitantes (7 444 999).

Quanto à população com 65 ou mais anos de idade, podemos comprovar que esta é, mais uma vez, constante para os cenários em análise, diferindo somente de um momento de análise para o outro. Todavia, em 2061 prevê-se que ronde os 2,1 milhões de pessoas (2 157 087), enquanto sem o impacto migratório este valor seria mais próximo dos 3 milhões (2 905 292), revelando, assim, um ligeiro rejuvenescimento da estrutura populacional portuguesa, tal como foi visto antes através da sua representação gráfica nas pirâmides de idade.

Por último, avaliámos o impacto esperado no número de nascimentos estimado em função dos diferentes cenários assumidos no exercício de projecção. Comparativamente aos modelos construídos na ausência de migrações, regista-se uma ainda maior diminuição no número de nascimentos previstos entre 2011 e 2031. Quando comparamos com os valores obtidos para 2061, o declínio no número de nascimentos estimados abranda consideravelmente. Tomando como exemplo o cenário extremo que estima o menor número de nascimentos para 2061, o cenário 4.1, observamos que com a influência das migrações se estima que o número de nascimentos seja de 39 759, enquanto com a população «fechada» aos movimentos migratórios o valor seria bastante mais baixo: 35 032.

No entanto, não podemos deixar de referir que, em 2061, mesmo num cenário com migrações, à primeira vista mais favorável em termos de dinâmica populacional, o número de nascimentos corresponderá a cerca de 41 % dos registados no ano de 2011, no caso de um cenário de baixa fecundidade (declínio contínuo da fecundidade desde o momento actual até atingir o valor de 1 filho por mulher em 2031, com uma inversão após essa data, mas sem ultrapassar 1,3 filhos por mulher até 2061).

Quadro 7.4 População total, com 65 ou mais anos, e nascimentos em 2011, 2031 e 2061 para cenários 4, 5 e 6, em Portugal, no cenário 1 de migrações

		2031			2061		
	2011	Cenário 4.1	Cenário 5.1	Cenário 6.1	Cenário 4.1	Cenário 5.1	Cenário 6.1
População	10 561 614	9 221 268	9 377 516	9 533 786	6 807 292	7 444 999	8 064 963
População 65+	2 022 504	2 441 114	2 441 114	2 441 114	2 157 087	2 157 087	2 157 087
Nascimentos	96 856	51 813	66 357	80 914	39 759	59 169	78 014

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Tal como temos vindo a referir, até 2031, o impacto do primeiro cenário correspondente às migrações não influencia de forma significativa os resultados inicialmente obtidos. Pois se para o cenário 5, em 2031, tínhamos 11,4 % de indivíduos com menos de 15 anos em Portugal, para o cenário 5.1 (Quadro 7.5), esse valor apenas sofreu uma alteração de 0,1 %, passando a ser de 11,5 %. De facto, as maiores diferenças encontram-se nos valores obtidos para o ano de 2061, em que se estima um valor de 10,8 % num cenário central sem migrações e 12,7 %, num cenário com migrações. Como exemplo das variações no grupo dos seniores, para aquela data, de acordo com um modelo com migrações, prevê-se que de 19,1 % em 2011 passemos para 29 %, no que ao cenário 5.1 diz respeito, enquanto no mesmo cenário, mas com ausência de migrações, o valor estimado foi de 37,3 %. Revelando, desta forma, a possibilidade de, num cenário com migrações líquidas positivas, se obter uma estrutura consideravelmente menos envelhecida, quer na base quer no topo, em 2061.

Todavia, mesmo no cenário mais favorável (central com migrações), comparativamente a 2011, o duplo envelhecimento é notório: redução de 15 % na proporção de jovens e aumento de 52 % na de seniores; para o mesmo cenário, mas sem migrações, o envelhecimento da estrutura populacional traduzir-se-ia numa diminuição de 28 % e num aumento de 95 %, respectivamente.

Quadro 7.5 Proporção de população por grupos funcionais em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal, no cenário 1 de migrações

		2031			2061		
	2011	Cenário 4.1	Cenário 5.1	Cenário 6.1	Cenário 4.1	Cenário 5.1	Cenário 6.1
0-14	14,9	10,1	11,5	12,9	10,1	12,7	14,8
15-64	66,0	63,4	62,4	61,5	58,3	58,3	58,4
65+	19,1	26,5	26,0	25,6	31,7	29,0	26,7

Fonte: INE. Cálculo próprio.

A mesma situação se repete quando voltamos a analisar os índices resumo apresentados no Quadro 7.6, em que se vê, novamente, para 2061, uma quebra nos índices de dependência dos jovens, dos idosos e, por consequência, dos índices de dependência total. No entanto, a maior diferença registada corresponde aos valores obtidos para o índice de envelhecimento em 2061, pois se antes alguns valores quase quadruplicavam em relação a 2011, agora, no máximo, perspectiva-se a sua duplicação.

Quadro 7.6 Índices resumo em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal, no cenário 1 de migrações

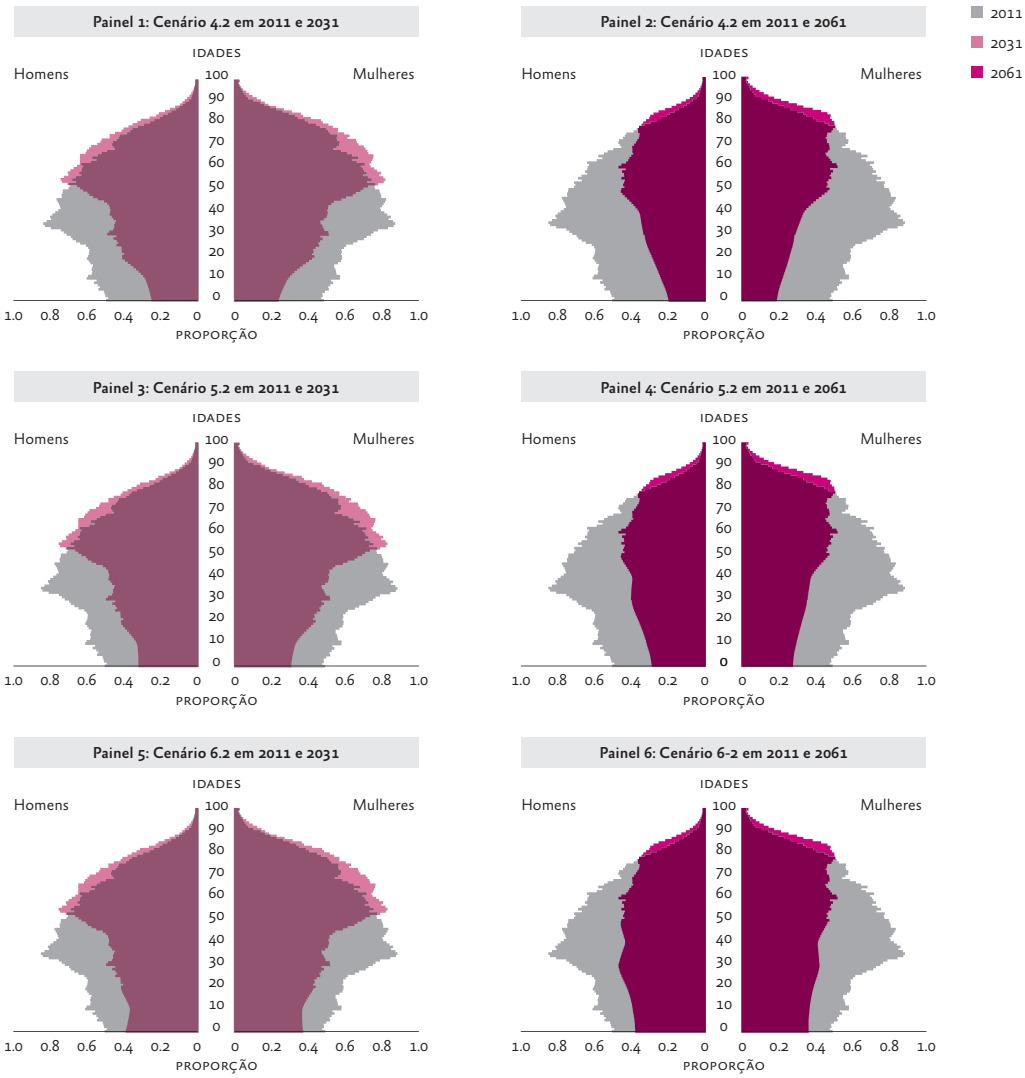
		2031			2061		
	2011	Cenário 4.1	Cenário 5.1	Cenário 6.1	Cenário 4.1	Cenário 5.1	Cenário 6.1
Índice de dependência total	51,6	57,8	60,2	62,6	71,7	71,4	71,2
Índice de dependência jovens	22,6	16,0	18,5	20,9	17,3	21,8	25,4
Índice de dependência idosos	29,0	41,8	41,7	41,6	54,4	49,7	45,8
Índice de envelhecimento	128,6	261,0	225,7	198,8	261,0	228,3	180,2

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Com a aplicação do cenário 2 referente às migrações, o que se altera em relação ao acima descrito reside somente no facto de se assumir um maior volume de migrações líquidas negativas, pressupondo que, até 2031, sairão de Portugal 40 mil pessoas anualmente a mais do que as que irão entrar em cada ano, mas que após essa data se irão reproduzir os valores utilizados no cenário 1.

Depreende-se facilmente que a influência na estrutura da população portuguesa em 2031 passe a apresentar um impacto mais «visível» causado pelas migrações previstas para os próximos trinta anos. As pirâmides de idades apresentadas na Figura 7.4 retratam esse impacto. Assim, e sempre tendo em consideração os cenários centrais (4.2, 5.2 e 6.2), podemos observar que em todos eles ocorre, em 2031, um ligeiro envelhecimento populacional, enquanto a situação se inverte em 2061 relativamente àquele primeiro momento de análise. Embora se pressuponha a existência de um maior volume de «saídas», continua a verificar-se que será possível rejuvenescer, ainda que ligeiramente, a população portuguesa até 2061, por influência de um quadro migratório de atracção de residentes, sobretudo em idade activa jovem, em especial se for associado a um cenário de maior fecundidade.

Figura 7.4 Evolução da população entre 2011 e 2061, em Portugal, no cenário 2 de migrações e para os diferentes cenários centrais



Fonte: INE. Cálculo próprio.

A análise do Quadro 7.7 corrobora, uma vez mais, o que tem vindo a ser descrito ao longo desta análise. Na verdade, conquanto se continue a prever um declínio quer no volume da população total quer na população com 65 ou mais anos de idade, associados igualmente a um declínio no número de nascimentos previstos, o impacto das migrações sustenta, genericamente, a ilação de que o futuro nos trará uma população de menor dimensão e mais envelhecida.

Como principal conclusão da análise realizada até ao momento, parece ser possível afirmar que se, após um período de profunda e grave crise para a economia portuguesa, o país conseguir voltar a ser atractivo para jovens

adultos residentes noutros lugares do globo, o futuro poderá vir a ser um pouco diferente em termos de envelhecimento, atenuando o seu agravamento quer no topo da pirâmide de idades quer na sua base.

Quadro 7.7 População total, com 65 ou mais anos, e nascimentos em 2011, 2031 e 2061 para cenários 4, 5 e 6, em Portugal, no cenário 2 de migrações

		2031			2061		
	2011	Cenário 4.2	Cenário 5.2	Cenário 6.2	Cenário 4.2	Cenário 5.2	Cenário 6.2
População	10 561 614	8 602 023	8 748 277	8 894 554	6 175 978	6 761 827	7 332 762
População 65+	2 022 504	2 419 463	2 419 463	2 419 463	1 990 646	1 990 646	1 990 646
Nascimentos	96 856	47 069	60 283	73 511	36 283	54 049	71 319

Fonte: INE. Cálculo próprio.

O Quadro 7.8 e o Quadro 7.9 voltam a comprovar, reiteradamente, o que tem vindo a ser afirmado, pois os valores correspondentes à proporção de população, de acordo com os diversos grupos funcionais, em conjunto com os índices resumo calculados para os cenários centrais em análise (4.2, 5.2 e 6.2) demonstram o mesmo comportamento já identificado atrás. Todavia, se os valores aqui apresentados para 2061 se situam num ponto intermédio entre os resultados obtidos somente para o movimento natural da população e a sua conjugação com o cenário 1 de migrações, já para 2031, o cenário 2 de migrações implica que a população se torne bastante mais envelhecida.

Quadro 7.8 Proporção de população por grupos funcionais em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal, no cenário 2 de migrações

		2031			2061		
	2011	Cenário 4.2	Cenário 5.2	Cenário 6.2	Cenário 4.2	Cenário 5.2	Cenário 6.2
0-14	14,9	9,4	10,8	12,2	10,1	12,7	14,9
15-64	66,0	62,4	61,5	60,6	57,7	57,8	58,0
65+	19,1	28,1	27,7	27,2	32,2	29,4	27,1

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro 7.9 Índices resumo em 2011, 2031 e 2061 para cenários 4, 5 e 6, em Portugal, para o cenário 2 de migrações

		2031			2061		
	2011	Cenário 4.1	Cenário 5.1	Cenário 6.1	Cenário 4.1	Cenário 5.1	Cenário 6.1
Índice de dependência total	51,6	60,2	62,6	65,0	73,3	72,9	72,5
Índice de dependência jovens	22,6	15,1	17,6	20,1	17,5	22,0	25,7
Índice de dependência idosos	29,0	45,1	45,0	44,9	55,9	50,9	46,8
Índice de envelhecimento	128,6	297,9	255,0	222,9	319,8	231,4	182,4

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Em resumo, podemos afirmar que Portugal está, tendencialmente, a caminhar, quer pela previsão futura do movimento natural, quer do migratório, para um declínio populacional acentuado. Esse declínio, que se antevê para os próximos cinquenta anos, é originado pela incidência da mortalidade, fecundidade e migrações sobre a composição actual da população, por sexos e idades. A evolução esperada para cada uma das componentes demográficas, concretizada pela formulação de hipóteses e operacionalizada nos diferentes cenários calculados, fica a dever-se, por seu turno, à conjugação de diversos factores demo-socioeconómicos e à concomitante tomada de decisões individuais por parte dos residentes que influenciam decisivamente a evolução não só do número de indivíduos que compõem a população, como também da sua estrutura, determinando significativos impactos na sociedade como um todo. Por fim, apesar de a possibilidade de uma forte emigração poder acelerar o processo de envelhecimento da população portuguesa, se o país voltar a exercer a atractividade de outrora, poder-se-á esperar um abrandamento em termos de envelhecimento futuro.

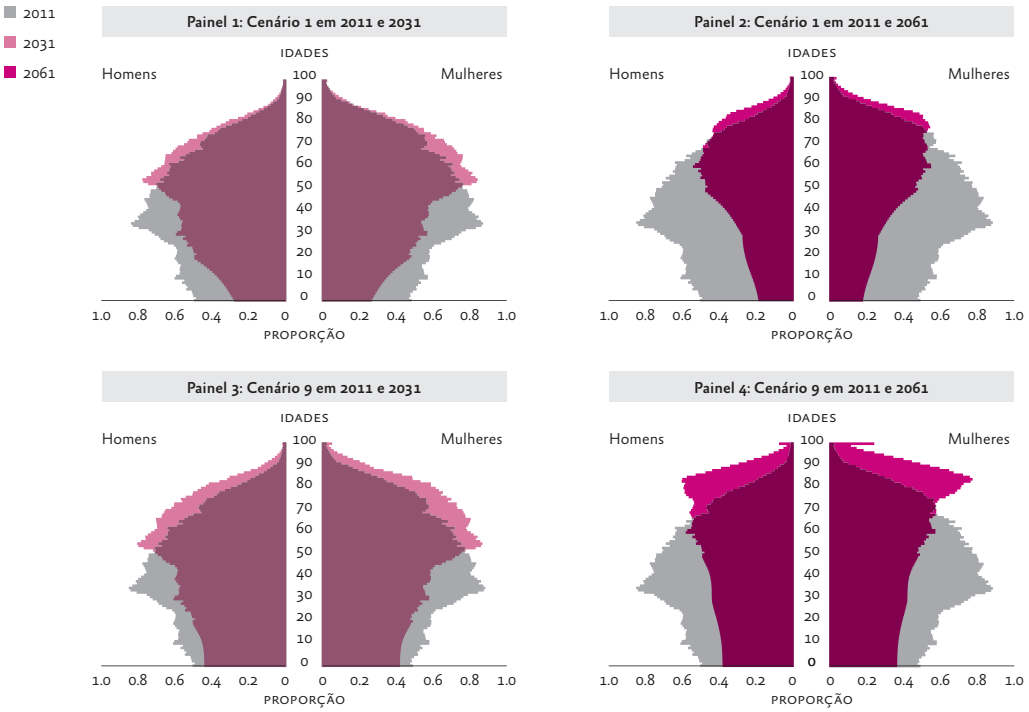
1.2. Cenários extremos de população

Embora se tenha dado, no ponto anterior, uma maior ênfase aos cenários centrais (4, 5 e 6), os cenários extremos, no que respeita à dimensão final da população, são também bastante importantes para a análise aqui pretendida. Neste caso, por cenários extremos de população entendemos aqueles que, sem o impacto das migrações, levam a que o declínio da população até 2061 seja o mais elevado (cenário 1) ou o mais reduzido (cenário 9) possível.

Os pressupostos associados a estes dois cenários, para recapitularmos os pressupostos dos modelos que foram construídos, associam uma evolução lenta da esperança de vida à nascença com um nível de fecundidade baixo (cenário 1), contrapondo, noutro cenário, com o seu oposto, ou seja, um rápido aumento na esperança de vida à nascença associado a uma «alta» fecundidade (cenário 9).

Começando por analisar a estrutura populacional originada por cada um dos cenários acima referidos (Figura 7.5), podemos verificar que se algum destes cenários se vier a concretizar, com o cenário 1 teremos comparativamente uma população mais envelhecida ao longo dos anos, notando ainda que, apesar de em 2031 já se distinguirem diferenças significativas entre eles, será em 2061 que se tornarão bastante mais evidentes.

Figura 7.5 Evolução da população para os cenários 1 e 9 em 2011, 2031 e 2061, em Portugal



Fonte: INE. Cálculo próprio.

No entanto, as pirâmides de idade correspondentes a ambos os cenários apenas nos dão uma visão geral sobre os níveis de envelhecimento populacional registados no futuro, por isso, passaremos de seguida a uma análise mais minuciosa através da análise de indicadores mais específicos.

No Quadro 7.10, podemos observar novamente a população total, a população com 65 ou mais anos de idade e os nascimentos associados aos dois cenários extremos. Comprova-se que, se o cenário 9 se verificar, o efectivo da população portuguesa, em 2031, diminuirá em cerca de 300 mil indivíduos. Todavia, se for o cenário 1 a concretizar-se, essa diminuição será na ordem dos 1,2 milhões. Esta situação regista valores ainda mais díspares se nos concentrarmos apenas no ano de 2061, onde o cenário 9 «apenas» viu o número

de habitantes em Portugal diminuir para 8 933 004, enquanto no cenário 1, a dimensão populacional final será de 6 440 189.

Quanto às populações com 65 ou mais anos de idade, podemos afirmar que ambos os cenários seguem a mesma tendência de crescimento, e que, naturalmente, será no cenário 9 que se encontrarão mais indivíduos nesse grupo etário.

Por último, no que concerne aos nascimentos, verificamos, mais uma vez, que, tal como seria de esperar, será no cenário 9 que se registarão mais nascimentos, sendo a diferença entre os resultados de ambos os cenários, em 2031, de cerca de 30 mil nascimentos, aumentando, em 2061, para quase 40 mil (ocorrendo no cenário 9 mais do dobro dos nascimentos previstos de acordo com o cenário 1).

Quadro 7.10 População por grupos de idade e número de nascimentos, em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 1 e 9, em Portugal

		2031		2061	
	2011	Cenário 1	Cenário 9	Cenário 1	Cenário 9
População	10 561 614	9 349 057	10 236 957	6 440 819	8 933 004
População 65+	2 022 504	2 399 519	2 881 543	2 275 949	3 389 418
Nascimentos	96 856	53 254	83 458	34 718	72 199

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Em relação à proporção da população de acordo com os grupos funcionais que constituímos, no quadro relativo aos cenários 1 e 9, podemos aferir, pela análise do Quadro 7.11, que as maiores diferenças registadas se referem, essencialmente, à percentagem de população presente no grupo de idades respeitante às idades activas, independentemente do ano em análise. Verifica-se também que, não obstante se observar uma ligeira diminuição na percentagem de população com menos de 15 anos entre 2011 e a estimativa efectuada para o ano de 2061, pelo cenário 9, esta não é muito acentuada, e que desde 2031 apenas será reduzida em 0,2 pontos percentuais. Pelo contrário, as diferenças observadas na proporção de seniores são muito expressivas, quer entre os dois momentos de análise (2031 e 2061) registando diferenças que rondam os 10 pontos percentuais, quer igualmente entre os cenários extremos em ambas as datas.

Quadro 7.11 Proporção da população, por grupos de idade, em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 1 e 9, em Portugal

		2031		2061	
	2011	Cenário 1	Cenário 9	Cenário 1	Cenário 9
0-14	14,9	10,4	12,5	9,1	12,3
15-64	66,0	64,0	59,4	55,6	49,8
65+	19,1	25,7	28,1	35,3	37,9

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Analisando agora os índices resumo para os referidos cenários extremos (Quadro 7.12), verificamos que se o cenário 9 vier efectivamente a ocorrer, em 2061, teremos 101 indivíduos com menos de 15 anos ou com 65 ou mais por cada 100 residentes em idade activa, o que significa que teremos um inactivo por cada activo na população. Este resultado encontra-se bastante influenciado pelo efectivo da população com 65 ou mais anos de idade, pois prevê-se que o rácio entre seniores e activos venha a ser de 76 por cada 100 pessoas com idades entre os 15 e os 64 anos, ou seja, existirá uma relação de 4 idosos por cada 5 pessoas em idade activa.

Da análise dos cenários extremos, tendo em conta o índice de envelhecimento, podemos afirmar que será o cenário 1 simultaneamente o que resultará numa população mais envelhecida em 2061, mais do que triplicando o valor daquele indicador, entre 2011 e 2061. Em qualquer dos casos, o índice de envelhecimento de um valor de 129 seniores por cada 100 jovens passará a um valor de 310, no melhor cenário (9) ou 389 no pior (1), i.e., por cada jovem encontraremos na população portuguesa, em 2061, no limite, 3 ou 4 seniores.

Quadro 7.12 Índices resumo em 2011, 2031 e 2061, para os cenários 1 e 9, em Portugal

		2031		2061	
	2011	Cenário 1	Cenário 9	Cenário 1	Cenário 9
Índice de dependência total	51,6	56,3	68,4	79,9	100,8
Índice de dependência jovens	22,6	16,2	21,0	16,3	24,6
Índice de dependência idosos	29	40,1	47,4	63,6	76,2
Índice de envelhecimento	128,6	247,6	225,9	389,1	309,5

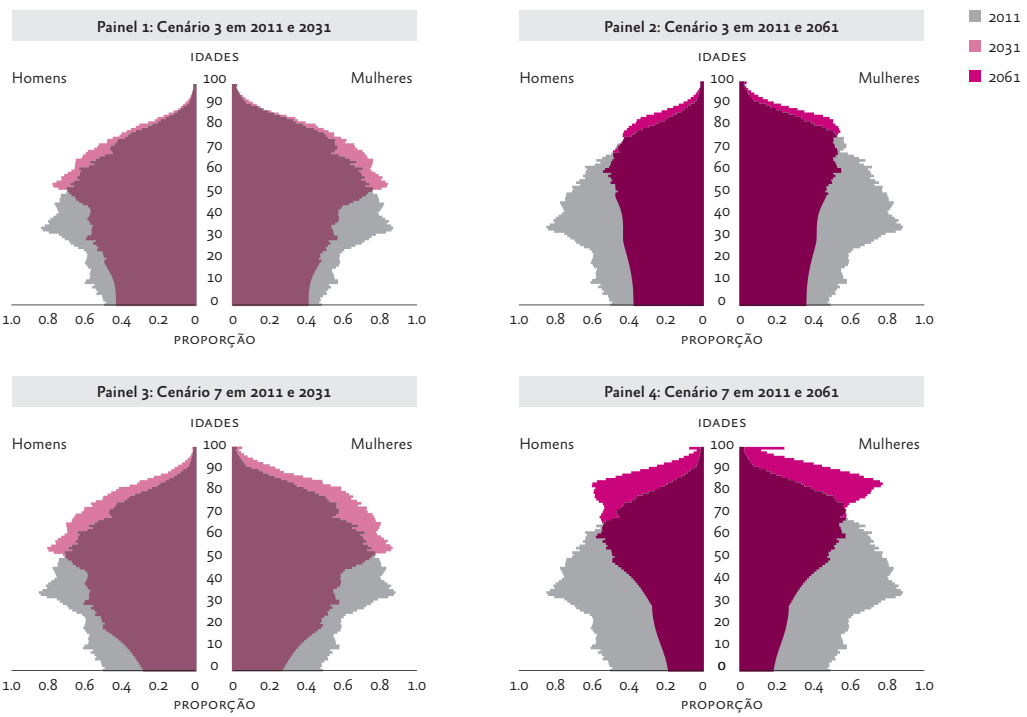
Fonte: INE. Cálculo próprio.

1.3. Envelhecimento *vs* rejuvenescimento – a relação entre fecundidade e esperança de vida

Se no ponto anterior foi analisada a diferença entre os resultados obtidos para os dois cenários extremos de população (sem impacto de migrações), não deixa também de ser assaz relevante analisar os resultados obtidos para os dois cenários extremos em termos de envelhecimento. Deste modo, com base nos pressupostos tidos em consideração ao elaborarmos os diferentes cenários a aplicar, concluímos que seria a associação entre uma lenta evolução da esperança de vida à nascença e uma fecundidade «elevada» (e sem migrações) que resultará na população mais jovem possível (cenário 3), e que um ritmo mais elevado de aumento na esperança de vida à nascença conjugado com uma baixa fecundidade (cenário 7) redundará na população mais envelhecida possível.

A Figura 7.6 demonstra, assim, aquilo que acabámos de afirmar. Para qualquer um dos anos em observação, podemos reconhecer que a estrutura populacional estimada para o cenário 7 se encontra bastante mais envelhecida quando comparada com os resultados obtidos para o cenário 3.

Figura 7.6 Evolução da população para os cenários 3 e 7, em 2011, 2031 e 2061, em Portugal



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Os valores apresentados no Quadro 7.13 espelham exactamente aquelas diferentes situações de envelhecimento. Muito embora os modelos extremos apresentem valores muito próximos no respeitante à estimativa para a população total para os anos em apreço, o número de indivíduos com 65 ou mais anos de idade é significativamente diferente. No entanto, se em 2031 a diferença entre os valores estimados para os dois cenários é de cerca de 500 mil indivíduos (482 024), em 2061 essa diferença eleva-se para cerca de 1,1 milhões (1 113 469), sendo o cenário 7 aquele onde se assinalam os valores mais elevados.

Por último, tal como seria de esperar, verificamos que apesar de se prever um decréscimo no número de nascimentos estimados por ambos os cenários desde 2011 para 2031 e 2061, é no cenário 7 que se antevê o valor mais baixo.

Quadro 7.13 População por grupos de idade e número de nascimentos, em 2011, 2031 e 2061, para os cenários 3 e 7, em Portugal

		2031		2061	
	2011	Cenário 3	Cenário 7	Cenário 3	Cenário 7
População	10 561 614	9 667 795	9 916 406	7 688 292	7 669 126
População 65+	2 022 504	2 399 519	2 881 543	2 275 949	3 389 418
Nascimentos	96 856	83 162	50 966	71 337	35 141

Fonte: INE. Cálculo próprio.

A proporção de população segundo os diferentes grupos funcionais estimados de acordo com os cenários 3 e 7, pode ser observada no Quadro 7.14. Como os dados evidenciam, o cenário 7 estima que o grupo de idades correspondente à população activa (15-64 anos) represente, em 2061, 48,1 % do total. Isto significa que, se este cenário se vier a concretizar, no final do horizonte de projecção, mais de metade da população residente em Portugal pertencerá aos grupos de idades tidos como inactivos.

Consideramos ainda de realçar o facto de, em 2061, se estimar que o cenário 3 tenha quase o dobro da percentagem estimada pelo cenário 7, no que diz respeito à proporção de população com idades entre os 0 e os 14 anos de idade.

Quanto à proporção de seniores, no final dos próximos cinquenta anos, a diferença entre Portugal «seguir» o cenário de maior envelhecimento e não o de menor resulta num aumento de 49 % daquela proporção.

Quadro 7.14 Proporção por grupos de idade em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 3 e 7, em Portugal

		2031		2061	
	2011	Cenário 3	Cenário 7	Cenário 3	Cenário 7
0-14	14,9	13,1	9,8	14,1	7,7
15-64	66,0	62,1	61,1	56,3	48,1
65+	19,1	24,8	29,1	29,6	44,2

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Mais uma vez, os índices resumo apresentados para ambos os cenários em observação revelam que caminhamos para um profundo agravamento do envelhecimento, sendo bastante mais pronunciado quando consideramos as estimativas efectuadas no âmbito do cenário 7 (crescimento mais rápido da esperança de vida à nascença aliado a uma fecundidade baixa).

Os valores apresentados no Quadro 7.15 reflectem o que tem vindo a ser explicitado, mas não deixa de ser importante referir também que se prevê que o índice de envelhecimento estimado para 2061, através do cenário 7, aumente quase 4 vezes e meia quando comparado com o valor observado em 2011.

Considerando os cenários extremos de envelhecimento, as possibilidades que o país enfrenta distribuem-se segundo um intervalo de variação caracterizado por um limite inferior de 2 e um superior de 6 seniores por cada jovem em 2061.

Quadro 7.15 Índices resumo em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 3 e 7, em Portugal

		2031		2061	
	2011	Cenário 3	Cenário 7	Cenário 3	Cenário 7
Índice de dependência total	51,6	61,1	63,6	77,5	108,0
Índice de dependência jovens	22,6	21,1	16,1	25,0	16,1
Índice de dependência idosos	29,0	40,0	47,5	52,5	91,9
Índice de envelhecimento	128,6	247,6	295,7	210,5	572,1

Fonte: INE. Cálculo próprio.

1.4. A população jovem do Tâmega e a população envelhecida do Pinhal Interior Sul.

Apesar de, até agora, a nossa análise ter considerado a população actual do país como a base de elaboração dos modelos de projecção, julgámos assaz revelador avaliar qual seria o comportamento hipotético da população portuguesa se a

sua estrutura, em 2011, se identificasse com duas populações distintas: uma jovem e uma outra envelhecida.

Deste modo, além de avaliarmos o impacto de distintas evoluções das componentes demográficas sobre a estrutura, medimos também a influência directa da estrutura populacional, independentemente da variação das componentes.

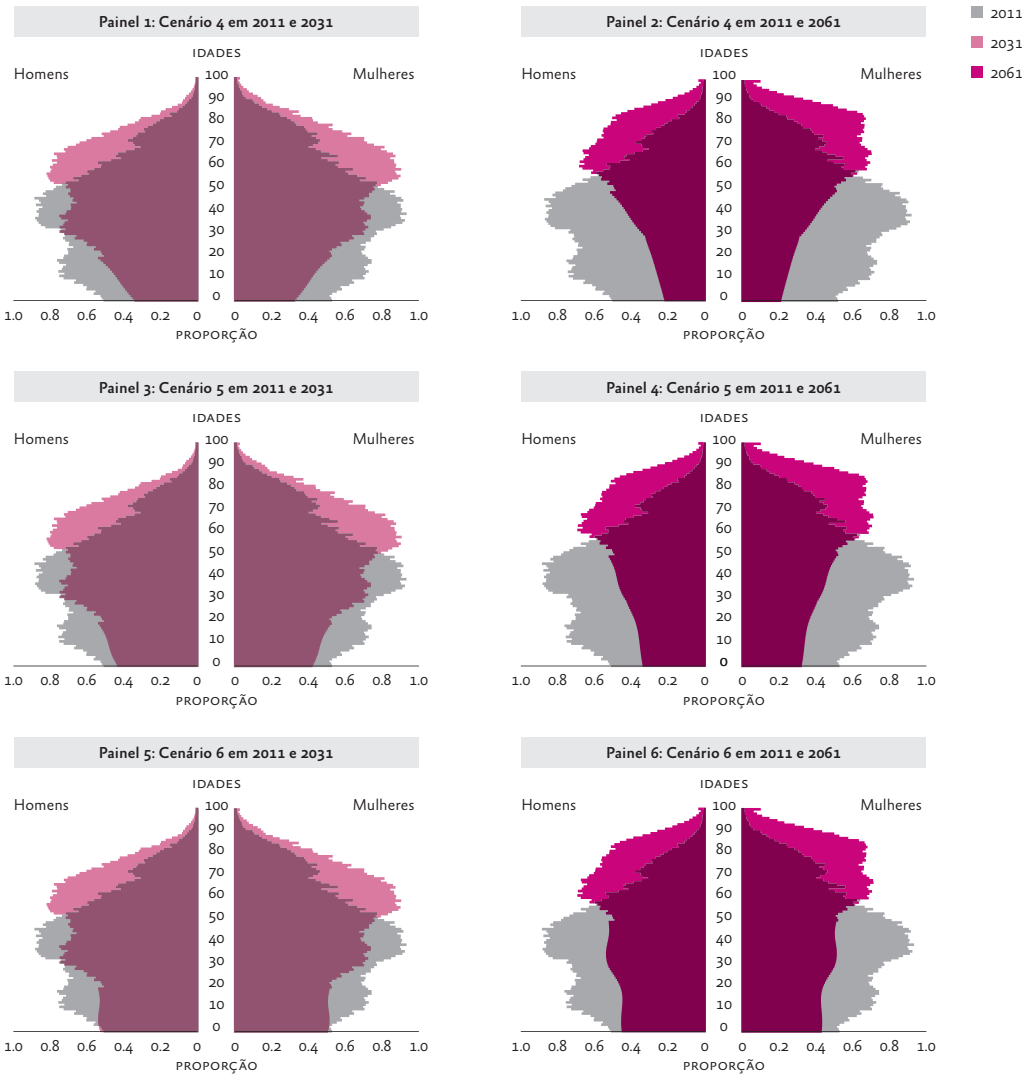
Dado que estamos a construir cenários *what if,* que, tal como o próprio nome indica, se baseiam num vasto leque de hipóteses que pretendemos testar, avançámos para uma nova fase do projecto em que estudámos qual seria o impacto dos cenários centrais estimados (4, 5 e 6) se Portugal tivesse uma estrutura populacional ainda jovem em 2011, ou contrariamente, o seu inverso. Ou seja, qual seria a influência que teriam os cenários centrais, precedentemente definidos, se Portugal tivesse uma estrutura populacional análoga à da região mais jovem do continente português. E, identicamente, como seria se a estrutura populacional de partida fosse similar à da região identificada como a mais envelhecida em 2011.

Para respondermos a estas duas questões, foi necessário, primeiramente, identificar quais as regiões-alvo. A equipa de projecto, na sequência do estudo realizado em capítulos anteriores, corroborou a validação da região do Tâmega (NUTS III) como a mais jovem, e a região do Pinhal Interior Sul (NUTS III) como a mais envelhecida no território do continente. Assim, com base nas novas estruturas populacionais, bastante jovem e bastante envelhecida, procedemos à distribuição do efectivo total da população portuguesa segundo o último recenseamento, de acordo com ambas as estruturas, para podermos por fim alcançar o terceiro e último objectivo do nosso exercício prospectivo, que corresponde à elaboração dos cálculos com base nos cenários escolhidos. Os resultados obtidos serão apresentados e analisados em pormenor de seguida.

1.4.1. O impacto da estrutura jovem do Tâmega

Começando pela análise da evolução das pirâmides de idades apresentadas na Figura 7.7, podemos comprovar que, mesmo partindo de uma estrutura relativamente mais jovem em 2011, qualquer um dos cenários calculados aponta para um crescente envelhecimento até 2061. No entanto, e tal como seria de prever, um nível mais elevado de fecundidade poderá atenuar este envelhecimento (painel 6).

Figura 7.7 Evolução da população entre 2011 e 2061, em Portugal, com a estrutura populacional do Tâmega e para os diferente cenários centrais



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Tal como podemos observar no Quadro 7.16, embora a população com 65 ou mais anos de idade aumente consideravelmente até 2061 e o número de nascimentos diminua entre 2011 e 2061, podemos concluir que a diminuição da população total não é tão acentuada, como já se verificou nos exercícios anteriores, em que partimos da estrutura real da população portuguesa.

Centrando a nossa análise nos cenários centrais, 5 e 6, verifica-se que, em 2031, a população total estimada experimentava até um aumento em comparação com 2011. Outro resultado bastante interessante seria ainda o aumento

registado, pela primeira vez na nossa análise, no número de nascimentos em comparação aos registados em 2011, de acordo com o cenário de fecundidade alta (cenário 6). O facto de se tratar de uma estrutura populacional jovem, logo com bastantes residentes em idade de constituir família e ter filhos, pode induzir aquele aumento.

Quadro 7.16 População por grupos de idade e número de nascimentos, em 2011, 2031 e 2061, para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal, com a estrutura populacional do Tâmega

		2031			2061		
	2011	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6
População	10 561 614	10 443 676	10 636 019	10 828 387	8 183 215	8 932 646	9 666 817
População 65+	2 022 504	2 507 611	2 507 611	2 507 611	3 245 521	3 245 521	3 245 522
Nascimentos	96 856	64 550	82 664	100 793	41 818	63 921	85 848

Fonte: INE. Cálculo próprio.

O Quadro 7.17 indica-nos também que, para 2031, e independentemente do cenário aplicado, se estima que a percentagem de população com idades entre os 15 e os 64 anos se situe acima dos 60 %, enquanto em 2061 se situará acima dos 50 %. Quanto aos dois restantes grupos de idades, podemos ainda acrescentar que, tal como seria expectável, ao passo que o grupo correspondente aos jovens se encontra em declínio nos próximos cinquenta anos, a proporção de pessoas com 65 ou mais anos de idade continua a aumentar. Embora, no caso dos seniores, este se caracterize por um ritmo de crescimento muito mais lento, particularmente nas primeiras décadas até 2031, comparativamente aos resultados obtidos tendo por base a estrutura real actual.

Quadro 7.17 Proporção por grupos de idade em 2011, 2031 e 2061, para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal, com a estrutura populacional do Tâmega

		2031			2061		
	2011	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6
0-14	14,9	11,2	12,7	14,1	8,5	11,1	13,3
15-64	66,0	64,8	63,8	62,7	51,9	52,5	53,1
65+	19,1	24,0	23,6	23,2	39,7	36,3	33,6

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Os índices resumo apresentados no Quadro 7.18 demonstram, por sua vez, uma total concordância com o atrás referido. Pela análise do Quadro 7.18, os valores apresentados para o índice de dependência dos jovens indicam que

os mesmos viriam a aumentar ao longo dos anos em observação. No entanto, comparativamente, o índice de dependência dos idosos continuaria a ser a componente com maior expressão para o cômputo do índice de dependência total, agravando o grau de envelhecimento, com particular incidência no caso do cenário de mais baixa fecundidade (cenário 4), por oposição a alguma excepcionalidade para o cenário de maior fecundidade (cenário 6) em especial em 2031.

Quadro 7.18 Índices resumo em 2011, 2031 e 2061, para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal, com a estrutura populacional do Tâmega

		2031			2061		
	2011	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6
Índice de dependência total	51,6	54,2	56,8	59,4	92,8	90,3	88,3
Índice de dependência jovens	22,6	17,2	19,9	22,5	16,4	21,2	25,1
Índice de dependência idosos	29,0	37,0	37,0	36,9	76,5	69,1	63,2
Índice de envelhecimento	128,6	215,2	186,2	164,1	467,5	326,7	252,0

Fonte: INE. Cálculo próprio.

1.4.2. O impacto da estrutura envelhecida do Pinhal Interior Sul

Tal como foi exposto no início do ponto anterior, em que se começou por analisar o impacto de uma estrutura populacional idêntica à da NUTS III, Tâmega, em 2011, na evolução da população portuguesa ao longo dos próximos cinquenta anos, descreveremos em seguida o efeito que teria uma estrutura populacional mais envelhecida, similar à da NUTS III, Pinhal Interior Sul, no mesmo ano-base.

Analisando então as pirâmides de idades apresentadas na Figura 7.8, concluímos que, embora o cenário 4 (painel 1 e 2) seja aquele que apresenta os piores resultados no que concerne ao envelhecimento populacional em si, que será extremamente acentuado, os outros dois cenários parecem apresentar um ligeiro rejuvenescimento populacional, tal como se pode concluir através do exame das pirâmides de idades apresentadas nos painéis 3 a 6.

Figura 7.8 Evolução da população entre 2011 e 2061, em Portugal, com a estrutura populacional do Pinhal Interior Sul e para os diferente cenários centrais



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Na observação do Quadro 7.19, podemos comprovar que, partindo desta estrutura populacional em 2011, acabamos por obter as piores estimativas no que concerne à diminuição da população portuguesa no seu conjunto, na medida em que a população total estimada apresenta valores dos mais baixos entre todos os cenários apresentados até agora.

No caso dos nascimentos, a situação é idêntica, pois estima-se que se o cenário 4 se efectivar, seja atingido, em 2061, o número mais baixo de todos os estimados até agora (25 766, aproximadamente ¼ dos ocorridos em 2011).

No entanto, não deixa de ser curioso que é neste caso que é estimado o número mais baixo de indivíduos com idade igual ou acima dos 65 anos, o que pode ser explicado pela enorme redução verificada na população total estimada.

Quadro 7.19 População por grupos de idade e número de nascimentos, em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal, com a estrutura populacional do Pinhal Interior Sul

		2031			2061		
	2011	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6
População	10 561 614	7 974 119	8 095 459	8 216 815	5 224 165	5 688 464	6 143 663
População 65+	2 022 504	2 821 668	2 821 668	2 821 668	2 184 853	2 184 853	2 184 853
Nascimentos	96 856	39 279	50 303	61 336	25 766	39 339	52 800

Fonte: INE. Cálculo próprio.

O Quadro 7.20 revela concordância com a leitura retirada das pirâmides de idades, pois, apesar de a proporção de indivíduos estimada pelos cenários 5 e 6 diminuir entre 2011 e 2031, em 2061, assinala-se um ligeiro aumento em relação a 2031. Por seu lado, a proporção de população com 65 ou mais anos de idade mais do que duplica a sua proporção em 2061 relativamente a 2011, em especial, segundo o estimado pelos cenários 4 e 5 (caracterizados por hipóteses de fecundidade baixa e moderada, respectivamente).

No entanto, estima-se que a proporção de população em idade activa (15--64), em qualquer um dos cenários e anos em observação, se mantenha muito próxima dos 50 %, ou até, ligeiramente acima.

Quadro 7.20 Proporção por grupos de idade em 2011, 2031 e 2061, para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal, com a estrutura populacional do Pinhal Interior Sul

		2031			2061		
	2011	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6
0-14	14,9	9,3	10,6	11,8	8,3	10,9	13,1
15-64	66,0	55,3	54,6	53,9	49,8	50,6	51,3
65+	19,1	35,4	34,9	34,3	41,8	38,4	35,6

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Mais uma vez, os índices resumo apresentados no Quadro 7.21 corroboram o que tem vindo a ser descrito em relação aos diferentes cenários aplicados. Os valores calculados para o índice de dependência dos jovens indicam

que estes só poderão aumentar em comparação a 2011 se o cenário que se concretizar corresponder ao número 6.

Conquanto as pirâmides de idades nos apontem para um ligeiro rejuvenescimento na base da estrutura populacional, a análise do índice de envelhecimento indica que este sofrerá um aumento bastante considerável entre 2011 e 2061. Consoante, de cenário para cenário, a fecundidade vai aumentando, o aumento do índice de envelhecimento vai abrandando.

No cenário central de mais baixa fecundidade (cenário 4), em 2061, por cada jovem estima-se que existam 5 seniores, numa população com a estrutura tão envelhecida como a do Pinhal Interior Sul.

Quadro 7.21 Índices resumo em 2011, 2031 e 2061, para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal, com a estrutura populacional do Pinhal Interior Sul

		2031			2061		
	2011	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6	Cenário 4	Cenário 5	Cenário 6
Índice de dependência total	51,6	80,7	83,2	85,6	100,6	97,4	94,9
Índice de dependência jovens	22,6	16,8	19,3	21,9	16,7	21,6	25,6
Índice de dependência idosos	29,0	64,0	63,9	63,8	83,9	75,8	69,3
Índice de envelhecimento	128,6	381,1	330,1	291,2	501,9	350,9	270,8

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Numa análise comparativa final, podemos concluir, com base na ordenação dos resultados obtidos por aplicação dos cenários centrais nos diferentes ensaios atrás realizados, exibida no Quadro 7.23, que se até ao ano de 2031 a estrutura da população de partida é decisiva para a determinação da grandeza esperada do envelhecimento, já em relação a 2061 as variáveis com maior influência naquela dimensão são a fecundidade, em primeiro lugar, e as migrações, em segundo.

Quadro 7.22 Ordenação dos valores dos índices de envelhecimento obtidos para 2031 e 2061, para os cenários 4 e 6, em Portugal, em função das diferentes estruturas populacionais analisadas

	2031		2061
Cenário 4 – PIS	381,1	**Cenário 4 – PIS**	501,9
Cenário 4 – Mov Mig 2	297,9	**Cenário 4 – Mov Nat**	491,9
Cenário 6 – PIS	291,2	**Cenário 4 – TAM**	467,5
Cenário 4 – Mov Nat	273,5	**Cenário 4 – Mov Mig 2**	319,8
Cenário 4 – Mov Mig 1	261,0	**Cenário 6 – PIS**	270,8
Cenário 6 – Mov Mig 2	222,9	**Cenário 6 – Mov Nat**	266,2
Cenário 4 – TAM	215,2	**Cenário 4 – Mov Mig 1**	261,0
Cenário 6 – Mov Nat	209,0	**Cenário 6 – TAM**	252,0
Cenário 6 – Mov Mig 1	198,8	**Cenário 6 – Mov Mig 2**	182,4
Cenário 6 – TAM	164,1	**Cenário 6 – Mov Mig 1**	180,2

Fonte: Cálculo próprio.

2. Agregados familiares e projecções derivadas

O ritmo de envelhecimento e/ou de rejuvenescimento de uma população reflecte-se não apenas na dinâmica demográfica futura como também influencia a evolução de outros tipos de população habitualmente menos estudados. A existência de diferentes cenários de evolução futura da população, considerados no presente exercício de projecção, permite-nos perspectivar comportamentos futuros, avaliar alterações de tendência, mais ou menos acentuadas, identificar ritmos de variação, mais ou menos suaves, sempre relacionados com a população original. De acordo com o objectivo da nossa investigação, iremos centrar a nossa atenção no que à população com 65 e mais anos puder vir a evidenciar um maior interesse. Nesta perspectiva de abordagem, inflectimos o nosso trabalho, elaborando projecções dos agregados familiares e calculando as denominadas projecções derivadas, entre as quais se enquadram: a distribuição da população de acordo com a dimensão das famílias, com o nível de instrução, o estado civil, e ainda a projecção da proporção de reformados e, por fim, da proporção da população sénior institucionalizada.

Estes novos modelos de projecção foram elaborados tendo por base as estruturas populacionais obtidas através da operacionalização das hipóteses que estiveram na base dos diferentes cenários utilizados. Todavia, comentaremos apenas as obtidas por estimação dos cenários centrais (cenários 4, 5 e 6).

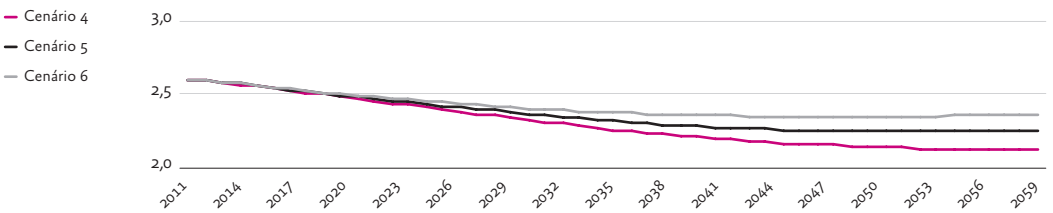
2.1. Agregados familiares

O envelhecimento populacional, resultado do aumento da esperança de vida e da diminuição dos níveis de fecundidade, a par de profundas alterações socioeconómicas, transformou as dinâmicas familiares, sendo a alteração na dimensão das famílias um reflexo dessa mesma mudança da sociedade. A dimensão média das famílias, que era, em 1960, de 3,3 indivíduos, diminuiu para 2,6, em 2011 (Quadro 7.23). Numa perspectiva futura, entre 2011 e 2061, é possível observar no Gráfico 7.10 que a tendência será para uma diminuição ainda mais acentuada da dimensão média das famílias. O cenário 6 é aquele que apresenta valores mais elevados, mas recorde-se que neste cenário os níveis de fecundidade são os mais elevados. Esse é o factor influenciador que demarca os diferentes cenários. Todavia, as diferenças entre os três cenários em análise é «mínima», sendo que em 2031 a dimensão média das famílias seria de 2,34 para o cenário 4; 2,37 no cenário 5 e 2,41 no cenário 6. Já em 2061 os valores diminuiriam para 2,11; 2,56 e 2,36 respectivamente.

Quadro 7.23 Dimensão média das famílias em Portugal, segundos os Censos

	Dimensão média das famílias		Dimensão média das famílias		Dimensão média das famílias
1960	3,7	**1981**	3,3	**2001**	2,8
1970	3,7	**1991**	3,1	**2011**	2,6

Gráfico 7.10 Evolução da dimensão média das famílias, em Portugal entre 2011 e 2061 de acordo com os cenários 4,5 e 6

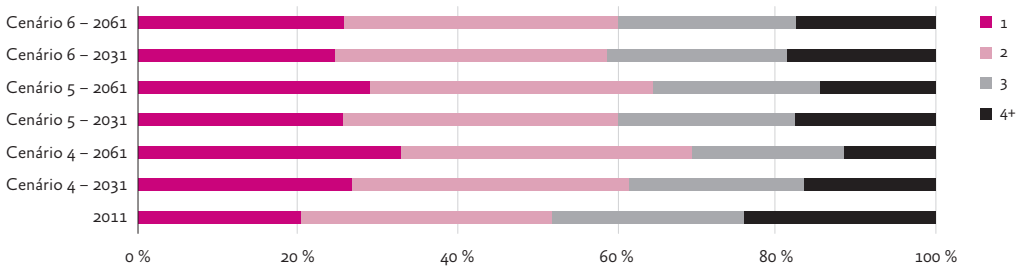


Fonte: INE. Cálculo próprio.

Relativamente à distribuição dos indivíduos em função da dimensão das famílias (Gráfico 7.11), verificamos que em 2011 são as famílias com 2 elementos aquelas que predominam, com uma representatividade de 31,5 % no total. Esta proporção mantém os seus valores nos diferentes cenários em análise para os anos de 2031 e 2061. No entanto, são as famílias constituídas por 3 e 4+ elementos que vêem as suas proporções diminuírem mais, quer

em 2031 quer em 2061. De referir ainda que se estima que, em qualquer dos cenários, o número de pessoas a residir sozinhas aumentará comparativamente ao contabilizado em 2011.

Gráfico 7.11 Distribuição da proporção das famílias, segundo a dimensão, em Portugal, em 2011, 2031 e 2061, de acordo com os cenários 4, 5 e 6



Fonte: INE. Cálculo próprio.

No que diz respeito à proporção dos representantes das famílias de acordo com os grupos de idades 15-64 e 65+ (Quadro 7.24), é possível observar que, em 2011, 69 % dos representantes da família tinham entre 15 e 64 anos, enquanto a população com 65 ou mais anos representava somente 31 %. No entanto, e de acordo com os diferentes cenários em análise, estima-se, nos casos dos cenários 4 e 5, uma tendência para uma possível inversão daquela tendência. Segundo as estimativas, em 2061, no cenário 4, os representantes da família com 65 anos ou mais representariam 52 %, e no cenário 5 encontrar-se-ia uma distribuição equilibrada de 50 % em cada um dos grupos de idades. Esta situação é o reflexo do número crescente de pessoas a viver sozinhas com mais de 65 anos, além do efeito da redução de população em idade activa, implicada pelos diferentes modelos. Somente no cenário 6 é possível observar, para o mesmo ano, valores inferiores para a população com mais de 65 anos, ainda que apresentando valores muito próximos dos obtidos nos restantes cenários.

Quadro 7.24 Proporção dos representantes da família, por grupos de idade, em Portugal, em 2011, 2031 e 2061, segundo os cenários 4, 5 e 6

		Cenário 4		Cenário 5		Cenário 6	
	2011	2031	2061	2031	2061	2031	2061
15-64	69	61	48	61	50	61	51
65+	31	39	52	39	50	39	49

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quanto à proporção de agregados familiares cujos representantes da família tenham 65 ou mais anos de idade, segundo o estado civil desses mesmos representantes, podemos verificar, pela análise do Quadro 7.24, que se regista um aumento em todos os valores estimados, independentemente do ano ou do cenário em observação. Estes resultados demonstram inequivocamente a crescente importância do número de agregados que tenham um sénior como representante da família, situação que se verificará ao longo dos próximos cinquenta anos, qualquer que seja o cenário adoptado. No entanto, estima-se que seja a proporção de casados aquela que maior possibilidade terá de aumentar.

Quadro 7.25 Proporção dos representantes da família com 65+ anos de acordo com o estado civil no total da população em 2011, 2031 e 2061

		Cenário 4		Cenário 5		Cenário 6	
	2011	2031	2061	2031	2061	2031	2061
Solteiros	29	37	52	37	51	37	49
Casados	26	35	48	34	46	34	44
Divorciados	26	34	46	34	44	33	42
Viúvos	22	29	41	29	39	29	37

Fonte: INE. Cálculo próprio.

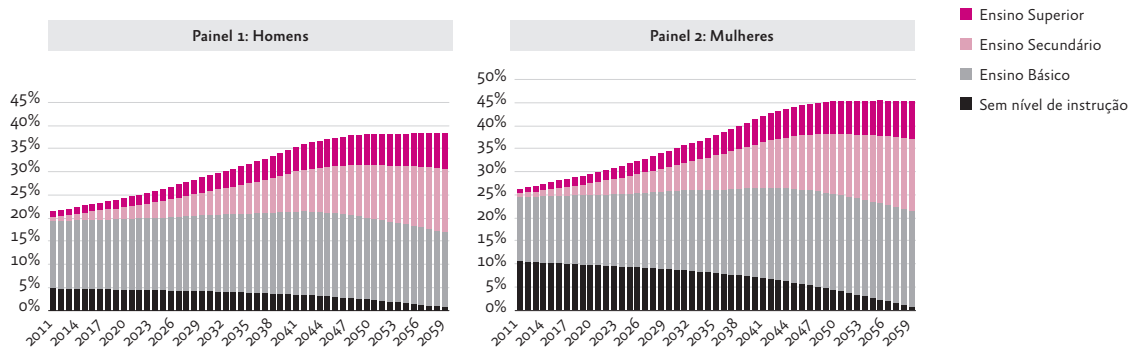
2.2. Projecções derivadas

Portugal tem sido caracterizado, mesmo no passado recente, por baixos níveis de escolaridade da população residente. Contudo, esta situação tem vindo a alterar-se gradualmente. A decisão governamental de alargar a escolaridade obrigatória até ao final do 12.º ano, abrangendo todos os jovens entre os 6 e os 18 anos (Decreto-Lei n.º 176/2012), garante que, num futuro próximo, os cenários de evolução da população portuguesa segundo o mais elevado grau de ensino completado não poderão basear-se apenas numa extrapolação das tendências passadas.

Para projectar a população sénior em função do nível de instrução até 2061, temos de estabelecer hipóteses de evolução segundo os diferentes graus de ensino ao longo do período em causa. Estabelecemos, em primeiro lugar, que a população portuguesa, em geral, tenderá a nivelar a sua escolaridade comparativamente a países onde hoje em dia se reconhecem níveis de escolaridade bem mais elevados. Em segundo lugar, admitimos que, no caso particular dos mais idosos, a extrapolação de uma tendência passada caracterizada por uma elevada proporção de indivíduos com a escolaridade básica, ou mesmo sem qualquer grau de instrução, ainda fazia sentido em Portugal.

Assim, admitimos como hipótese que, nas próximas décadas, os níveis de escolaridade da população portuguesa se aproximariam dos actualmente observados num país como, por exemplo, a Suécia. Assim, se até 2061 os níveis de escolaridade da população portuguesa atingirem os valores correntemente registados na Suécia, a sua evolução, nos próximos cinquenta anos, seguirá, por aplicação do cenário central 5, um progresso quer no respeitante à população masculina, quer no caso da feminina, conforme representado no Gráfico 7.12. A proporção de residentes que terão o ensino básico manter-se-á com a maior representatividade no conjunto da população sénior, em ambos os sexos, sendo o maior crescimento experimentado pela proporção de indivíduos com ensino secundário. Em princípio, um maior grau de instrução pode estar associado a melhores condições de saúde e de vida da população mais idosa.

Gráfico 7.12 Evolução da proporção da população com 65+ anos no total da população, de acordo com o nível de escolaridade, no cenário 5, entre 2011 e 2061, em Portugal



Fonte: INE & Statistics Sweden. Cálculo próprio.

Quadro 7.26 Proporção de população com 65+ anos no total da população, de acordo com o nível de instrução e sexo, no cenário 5 para os anos de 2011, 2031 e 2061

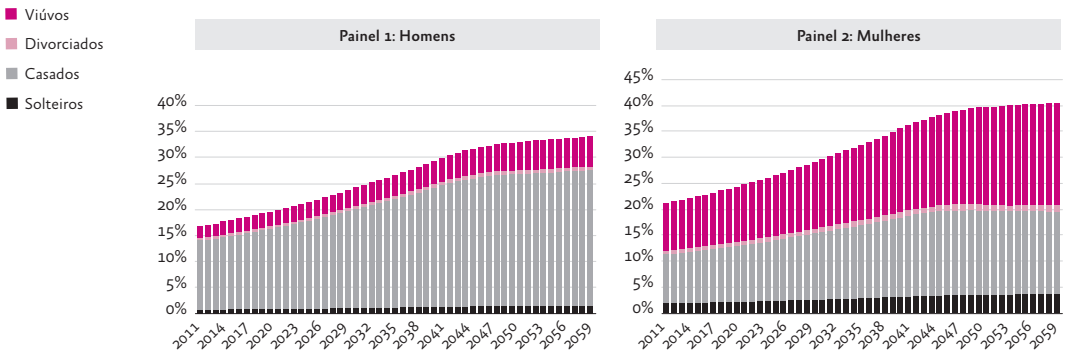
	Homens – Cenário 5			Mulheres – Cenário 5		
	2011	**2031**	**2061**	**2011**	**2031**	**2061**
Sem nível de instrução	4,8	4,1	0,8	10,4	8,6	0,7
Ensino básico	14,5	16,5	17,0	14,1	17,2	21,6
Ensino secundário	1,0	5,1	14,5	0,7	5,7	16,4
Ensino superior	1,2	3,4	8,1	1,1	3,6	8,4

Fonte: INE. Cálculo próprio.

No caso dos seniores, torna-se de particular relevância a estimativa do número de indivíduos em função do estado civil. Alguns estudos apontam

no sentido de que a manutenção do casamento funciona como uma poderosa garantia de manutenção de uma vida mais saudável e de um consequente aumento da longevidade. No Gráfico 7.13, é possível observar a evolução previsível, entre 2011 e 2061, da proporção de seniores em função do estado civil, igualmente no caso do cenário central 5. Podemos comprovar a existência de diferenças substanciais entre os dois sexos. É notória a elevada proporção de homens com mais de 65 anos casados, enquanto para as mulheres os valores mais elevados se registam nos casos da população viúva, reflexo de uma esperança de vida mais elevada para o sexo feminino e de uma maior longevidade.

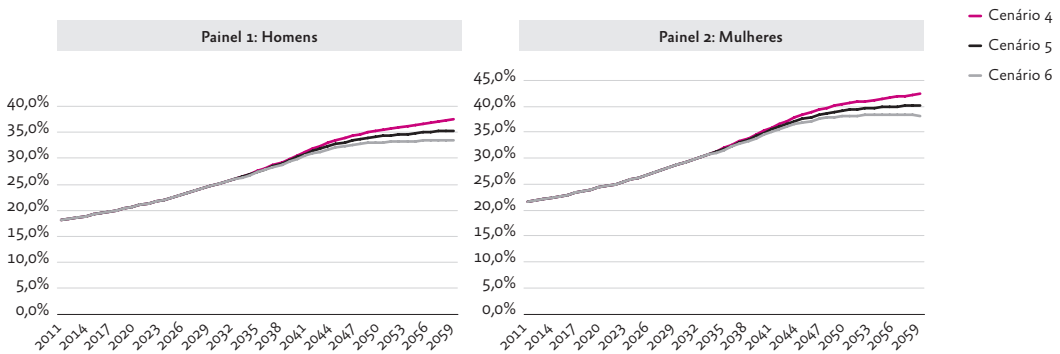
Gráfico 7.13 Evolução da proporção da população com 65+ anos no total da população de acordo com o seu estado civil no cenário 5, entre 2011 e 2061, em Portugal



Fonte: INE. Cálculo próprio.

O contínuo envelhecimento da população levará ao inevitável aumento do número de reformados assim como da sua proporção comparativamente ao total de activos. Aquele número poderá ser minorado se o Governo decretar o aumento da idade da reforma ou, em termos proporcionais, compensado por um significativo aumento, primeiro do número de nascimentos, seguido mais tarde por um acréscimo na entrada de jovens no mercado de trabalho. No Gráfico 7.14 é possível observar, para homens e mulheres, um contínuo aumento da representatividade da população de reformados no total da população portuguesa. As mulheres (painel 2) poderão, em 2061, atingir valores de aproximadamente 42 % (cenário central 4) e os homens (painel 1) valores de, aproximadamente, 38 % (cenário central 4). Ainda que, para os cenários 5 e 6, as proporções de homens e mulheres reformados apresentem valores mais baixos, estes continuam a representar valores muito próximos de 40 % da população total.

Gráfico 7.14 Evolução da proporção da população reformada com 65+ anos no total da população entre 2011 e 2061, em Portugal nos cenários 4, 5 e 6



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Numa análise mais minuciosa, é ainda possível observar, no Quadro 7.27, os valores das proporções de homens e mulheres reformados no total da população portuguesa, tanto em 2011, como em 2031 e 2061, segundo os diferentes cenários em análise. Se se assumir o cenário central 4 como o mais provável para o futuro da população portuguesa, espera-se que a proporção de reformados no total da população aumente até 2061 aproximadamente 20 % em ambos os sexos.

Quadro 7.27 Proporção de população reformada com 65+ anos no total da população em 2011, 2031 e 2061, nos cenários 4, 5 e 6

		Cenário 4		Cenário 5		Cenário 6	
	2011	2031	2061	2031	2061	2031	2061
Homens	18,2	25,1	37,6	25,1	35,4	25,1	33,4
Mulheres	21,7	29,3	42,3	29,2	40,2	29,2	38,2

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Se a melhoria significativa das condições de vida levou ao aumento da esperança de vida à nascença, esta, por sua vez, originou o aumento do número de anos em que a população sénior necessita de cuidados especiais (nomeadamente cuidados de saúde). Será assim de esperar que a população institucionalizada venha a aumentar nas próximas décadas, sobretudo no caso das mulheres, dada a sua esperança de vida mais elevada, bem como a sua maior representatividade no conjunto da população reformada. Em 2011, e no total da população portuguesa, a proporção de homens com mais de 65 anos, institucionalizados, era de 0,4 %, enquanto para as mulheres o valor era de

aproximadamente 1,1 % (Quadro 7.28). Mantendo as mesmas taxas de variação observadas no passado, prevê-se que, para as mulheres, entre 2011 e 2031, se venha a registar o maior crescimento, o mesmo acontecendo relativamente a 2061, com valores de aproximadamente 0,7 % e 2,4 %, respectivamente, consoante os diferentes cenários. No caso dos homens, as variações estimadas serão de apenas 0,3 % entre 2011 e 2031 e de 1,1 % entre 2011 e 2061.

Quadro 7.28 Proporção de população institucionalizada em 2011, 2031 e 2061, com 65+ anos no total da população, nos cenários 4, 5 e 6

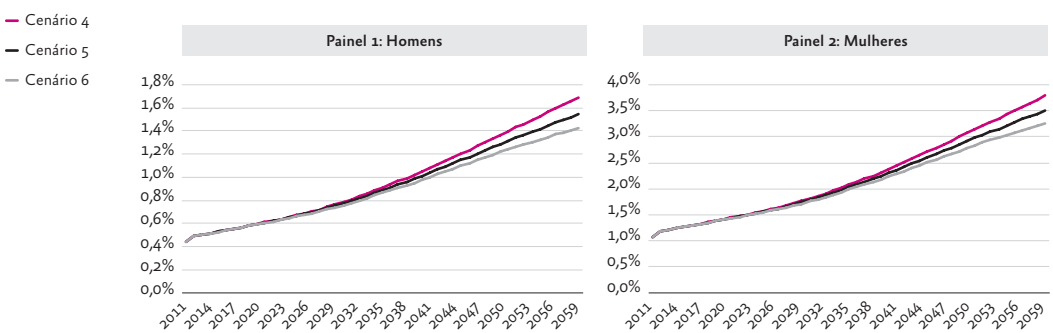
		Cenário 4		Cenário 5		Cenário 6	
	2011	2031	2061	2031	2061	2031	2061
Homens	0,4	0,8	1,7	0,8	1,5	0,8	1,4
Mulheres	1,1	1,8	3,8	1,8	3,5	1,8	3,3

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Numa observação mais pormenorizada da evolução da proporção referente à população institucionalizada, é possível, no Gráfico 7.15, identificar uma tendência crescente revelada em ambos os sexos. Todavia, e apesar de apresentarem uma evolução muito similar, importa referir que os valores mais elevados previstos para o sexo masculino se encontram muito próximos, ou até ligeiramente acima, do dobro dos registados para o sexo feminino.

Estima-se ainda que, para ambos os sexos, a proporção de população institucionalizada com 65 e mais anos de idade venha, em 2061, a atingir mais do triplo da registada em 2011, qualquer que seja o cenário em causa.

Gráfico 7.15 Evolução da proporção da população institucionalizada com 65+ anos no total da população entre 2011 e 2061, em Portugal, nos cenários 4, 5 e 6



Fonte: INE. Cálculo próprio.

De modo geral, podemos afirmar que apesar de o número de nascimentos poder aumentar em alguns dos cenários apresentados, na generalidade, a proporção de jovens tal como a de activos tenderá a reduzir-se ao longo dos próximos cinquenta anos. Também a dimensão da população portuguesa diminuirá, decerto, num futuro próximo. Não se perspectivando uma significativa desaceleração na evolução da esperança de vida à nascença, parece-nos que apenas um saldo migratório líquido positivo trará alguma capacidade de rejuvenescimento a uma população que se move inevitavelmente em direcção a um envelhecimento cada vez mais acentuado.

Anexo A

Cenários Base

Cenário 1

Quadro A.1 População total, por sexos, e grupos de idades para anos selecionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 561 614	5 047 387	5 514 227	1 572 546	6 966 564	2 022 504
2021	10 090 619	4 827 290	5 263 328	1 296 690	6 603 541	2 190 388
2031	9 349 057	4 473 446	4 875 611	969 162	5 980 377	2 399 519
2041	8 466 148	4 053 113	4 413 036	784 610	5 080 120	2 601 418
2051	7 484 516	3 593 296	3 891 219	695 663	4 221 357	2 567 496
2061	6 440 819	3 110 543	3 330 276	584 952	3 579 918	2 275 949

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.1 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

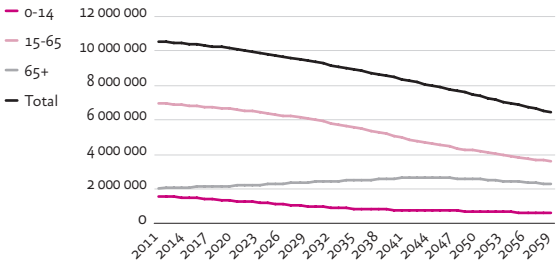


Gráfico A.2 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.3 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

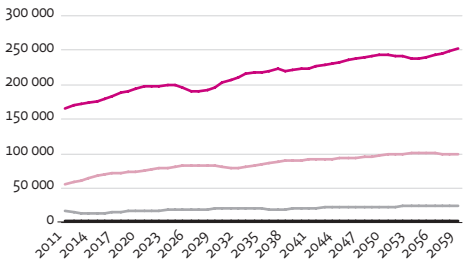
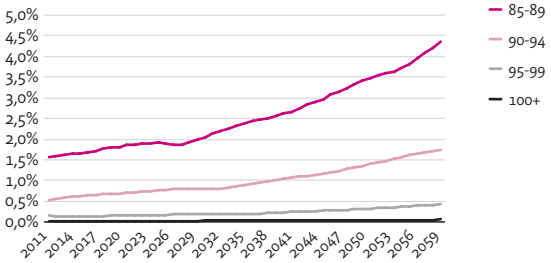
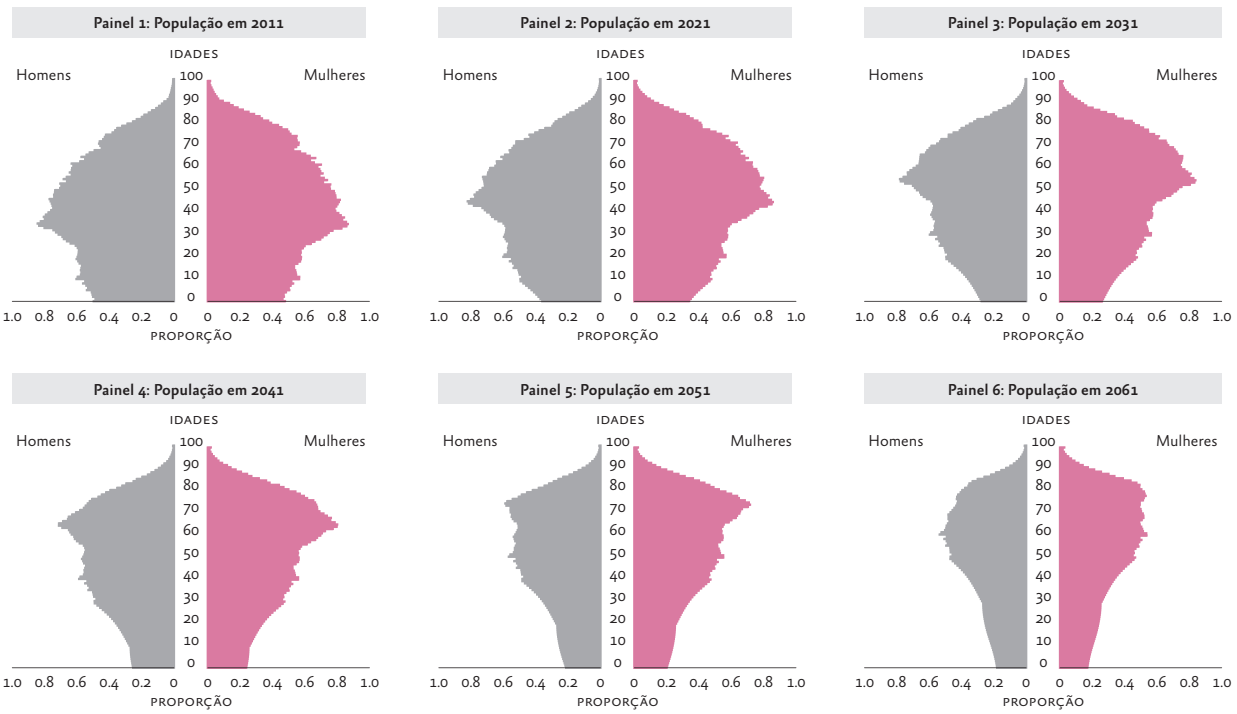


Gráfico A.4 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Figura A.1 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.2 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF
2011	96856	1,35
2021	69667	1,18
2031	53254	1,00
2041	48824	1,10
2051	41119	1,20
2061	34718	1,30

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.3 Índices de dependência e Índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	51,6	22,6	29,0	128,6
2021	52,8	19,6	33,2	168,9
2031	56,3	16,2	40,1	247,6
2041	66,7	15,4	51,2	331,6
2051	77,3	16,5	60,8	369,1
2061	79,9	16,3	63,6	389,1

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Cenário 2

Quadro A.4 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 561 614	5 047 387	5 514 227	1 572 546	6 966 564	2 022 504
2021	10 132 038	4 848 509	5 283 529	1 338 109	6 603 541	2 190 388
2031	9 508 415	4 555 095	4 953 321	1 118 657	5 990 240	2 399 519
2041	8 775 257	4 211 486	4 563 771	1 002 328	5 171 511	2 601 418
2051	7 943 907	3 828 605	4 115 302	920 286	4 456 126	2 567 496
2061	7 071 467	3 433 354	3 638 113	835 308	3 960 211	2 275 949

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.5 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

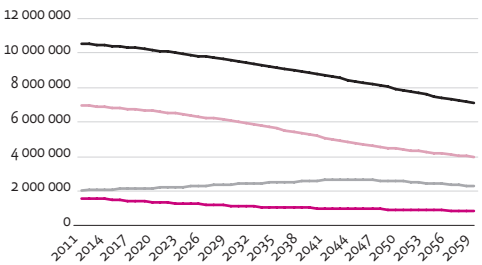
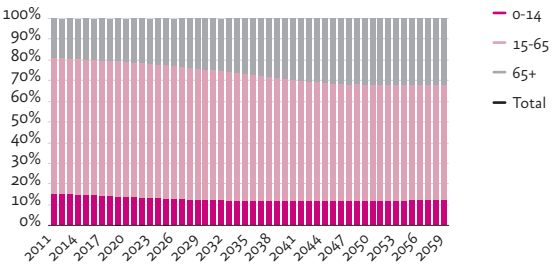


Gráfico A.6 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.7 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

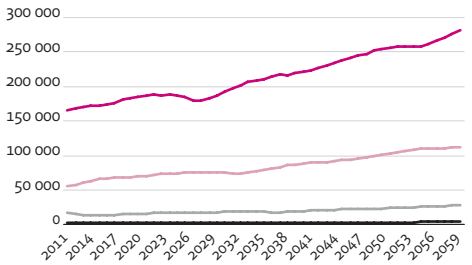
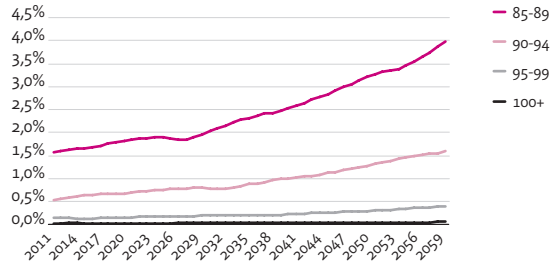
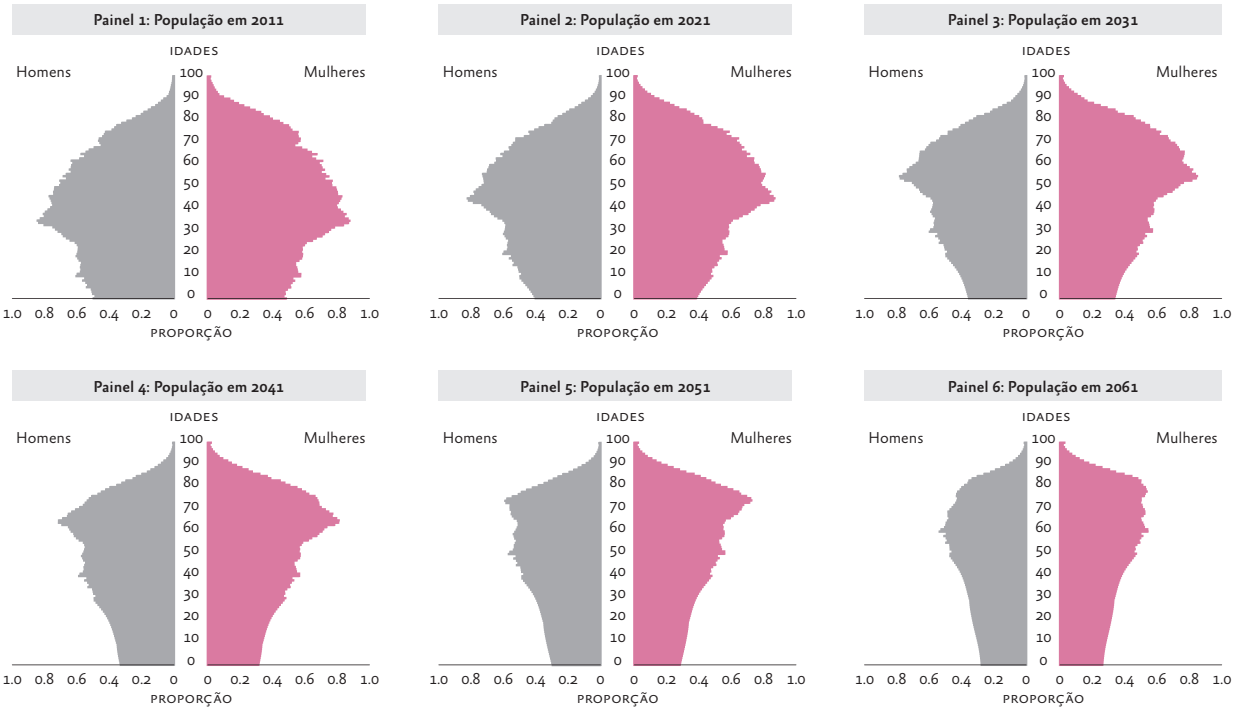


Gráfico A.8 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Figura A.2 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.5 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	**2041**	63 474	1,40
2021	77 554	1,33	**2051**	57 071	1,50
2031	68 201	1,30	**2061**	53 101	1,60

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.6 Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência Total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	51,6	22,6	29,0	128,6
2021	53,4	20,3	33,2	163,7
2031	58,7	18,7	40,1	214,5
2041	69,7	19,4	50,3	259,5
2051	78,3	20,7	57,6	279,0
2061	78,6	21,1	57,5	272,5

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Cenário 3

Quadro A.7 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 561 614	5 047 387	5 514 227	1 572 546	6 966 564	2 022 504
2021	10 173 457	4 869 728	5 303 729	1 379 528	6 603 541	2 190 388
2031	9 667 795	4 636 755	5 031 040	1 268 174	6 000 103	2 399 519
2041	9 079 317	4 367 272	4 712 045	1 214 998	5 262 901	2 601 418
2051	8 391 048	4 057 636	4 333 412	1 133 909	4 689 643	2 567 496
2061	7 688 292	3 749 080	3 939 212	1 081 175	4 331 168	2 275 949

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.9 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

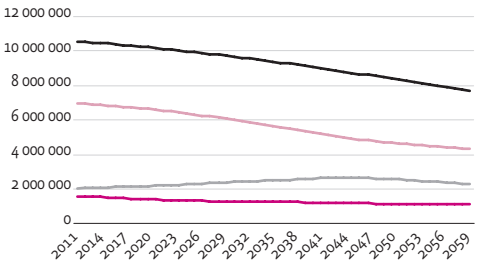
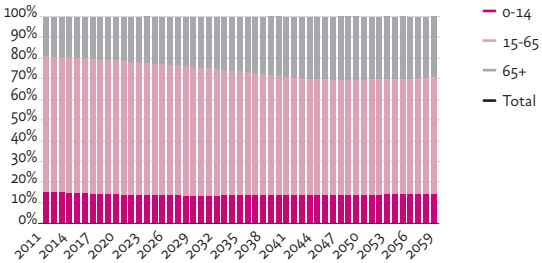


Gráfico A.10 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.11 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

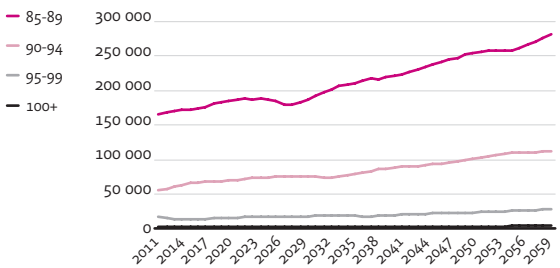
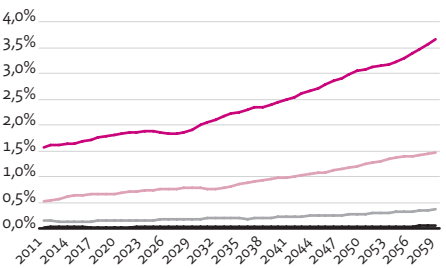
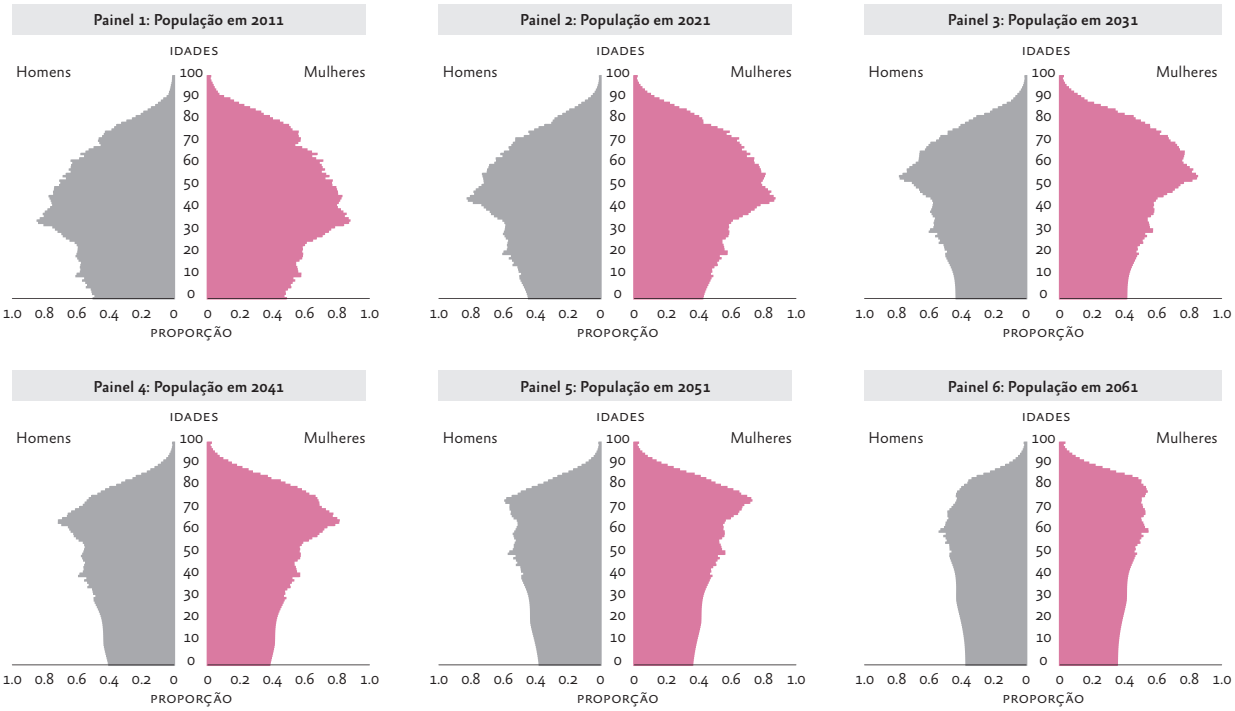


Gráfico A.12 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio

Figura A.3 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.8 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	**2041**	77 251	1,66
2021	85 441	1,46	**2051**	72 605	1,73
2031	83 162	1,60	**2061**	71 337	1,80

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.9 Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	51,6	22,6	29,0	128,6
2021	54,1	20,9	33,2	158,8
2031	61,1	21,1	40,0	189,2
2041	72,5	23,1	49,4	214,1
2051	78,9	24,2	54,7	226,4
2061	77,5	25,0	52,5	210,5

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Cenário 4

Quadro A.10 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 561 614	5 047 387	5 514 227	1 572 546	6 966 564	2 022 504
2021	10 230 885	4 889 535	5 341 350	1 298 892	6 626 206	2 305 788
2031	9 660 745	4 613 829	5 046 916	972 912	6 026 696	2 661 138
2041	8 947 092	4 270 287	4 676 806	788 847	5 141 652	3 016 594
2051	8 107 445	3 873 457	4 233 988	700 822	4 287 943	3 118 680
2061	7 146 507	3 426 443	3 720 064	590 576	3 650 639	2 905 292

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.13 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

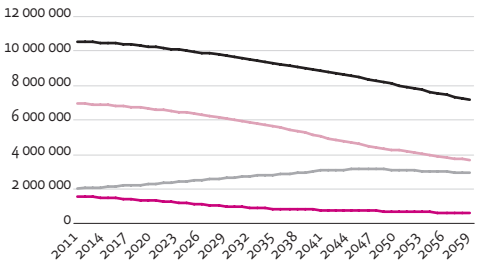
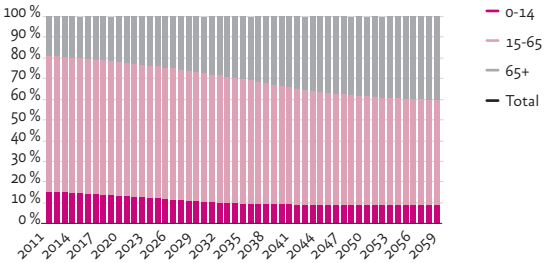


Gráfico A.14 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.15 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

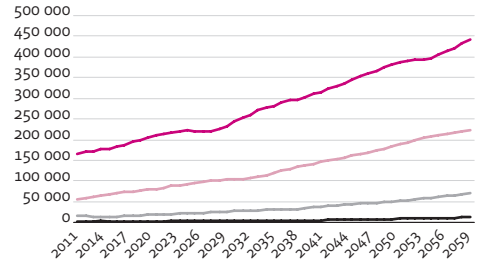
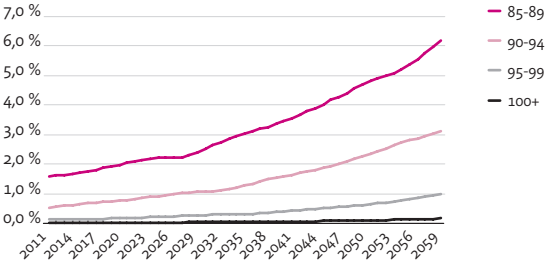
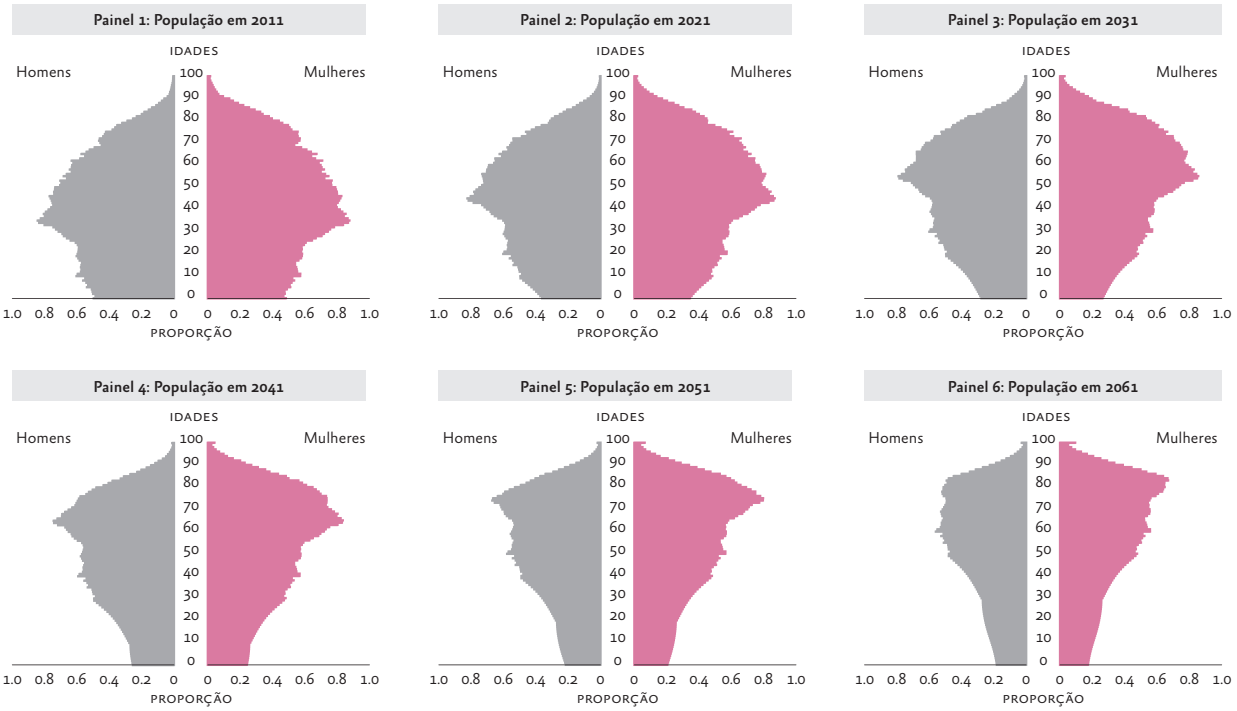


Gráfico A.16 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Figura A.4 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.11 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	**2041**	49 031	1,10
2021	69 732	1,18	**2051**	41 408	1,20
2031	53 372	1,00	**2061**	35 032	1,30

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.12 Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	51,6	22,6	29,0	128,6
2021	54,4	19,6	34,8	177,5
2031	60,3	16,1	44,2	273,5
2041	74,0	15,3	58,7	382,4
2051	89,1	16,3	72,7	445,0
2061	95,8	16,2	79,6	491,9

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Cenário 5

Quadro A.13 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 561 614	5 047 387	5 514 227	1 572 546	6 966 564	2 022 504
2021	10 272 412	4 910 804	5 361 608	1 340 419	6 626 206	2 305 788
2031	9 820 730	4 695 772	5 124 958	1 123 003	6 036 590	2 661 138
2041	9 257 859	4 429 456	4 828 402	1 007 751	5 233 514	3 016 594
2051	8 570 204	4 110 451	4 459 753	927 133	4 524 391	3 118 680
2061	7 783 295	3 752 425	4 030 870	843 342	4 034 662	2 905 292

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.17 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

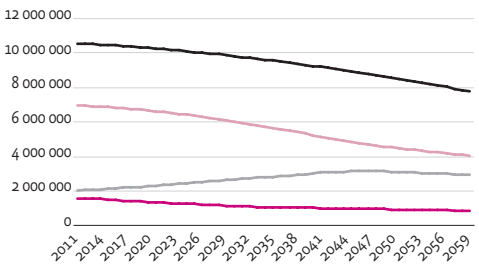
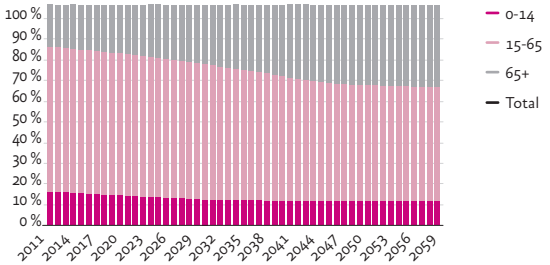


Gráfico A.18 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.19 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

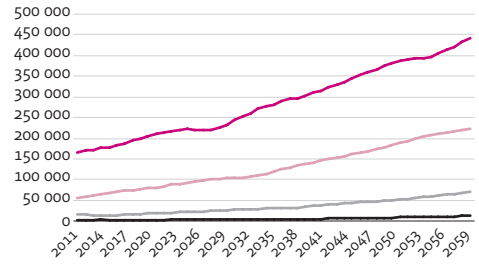
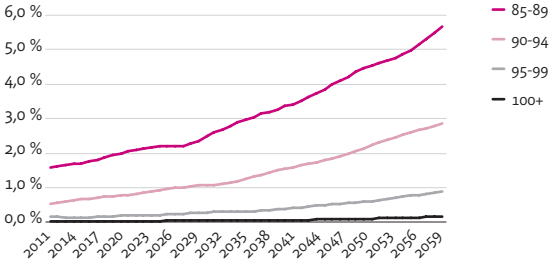
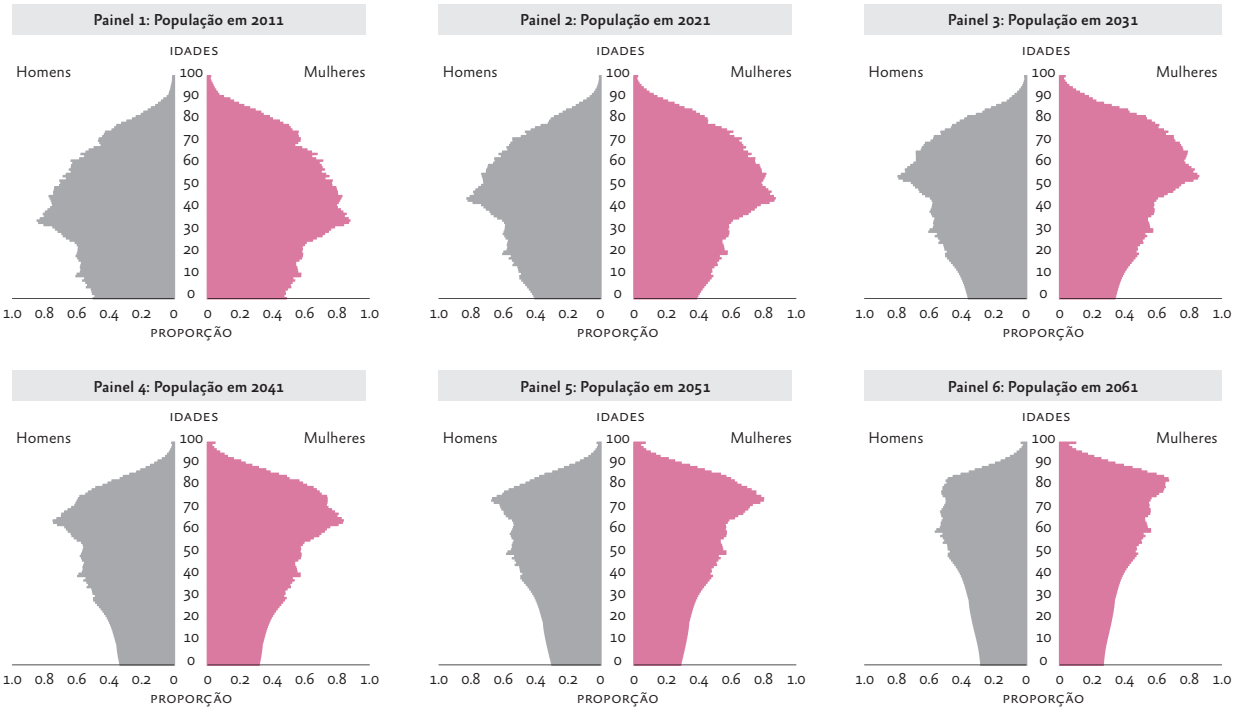


Gráfico A.20 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio

Figura A.5 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.14 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	**2041**	63 743	1,40
2021	77 626	1,33	**2051**	57 472	1,50
2031	68 353	1,30	**2061**	53 579	1,60

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.15 Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência Total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	51,6	22,6	29,0	128,6
2021	55,0	20,2	34,8	172,0
2031	62,7	18,6	44,1	237,0
2041	76,9	19,3	57,6	299,3
2051	89,4	20,5	68,9	336,4
2061	92,9	20,9	72,0	344,5

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Cenário 6

Quadro A.16 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 561 614	5 047 387	5 514 227	1 572 546	6 966 564	2 022 504
2021	10 313 939	4 932 074	5 381 865	1 381 946	6 626 206	2 305 788
2031	9 980 737	4 777 727	5 203 011	1 273 115	6 046 484	2 661 138
2041	9 563 549	4 586 026	4 977 523	1 221 579	5 325 376	3 016 594
2051	9 020 626	4 341 126	4 679 499	1 142 367	4 759 579	3 118 680
2061	8 406 140	4 071 266	4 334 874	1 091 573	4 409 275	2 905 292

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.21 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

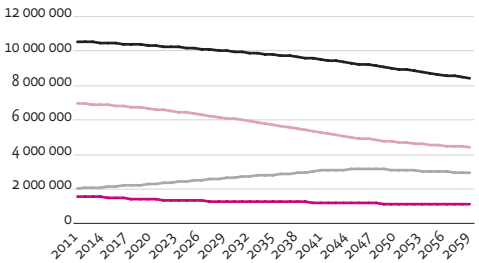
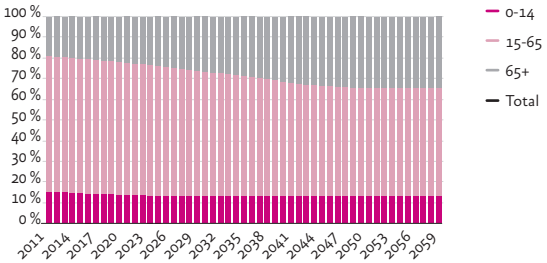


Gráfico A.22 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.23 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

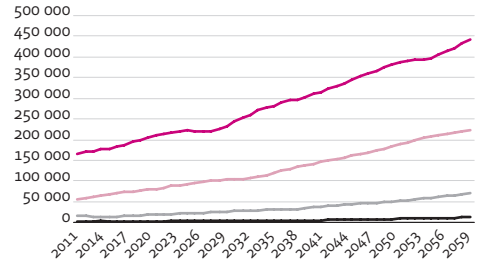
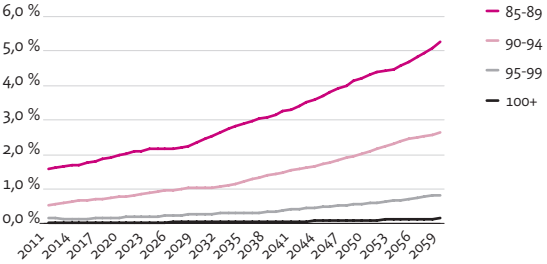
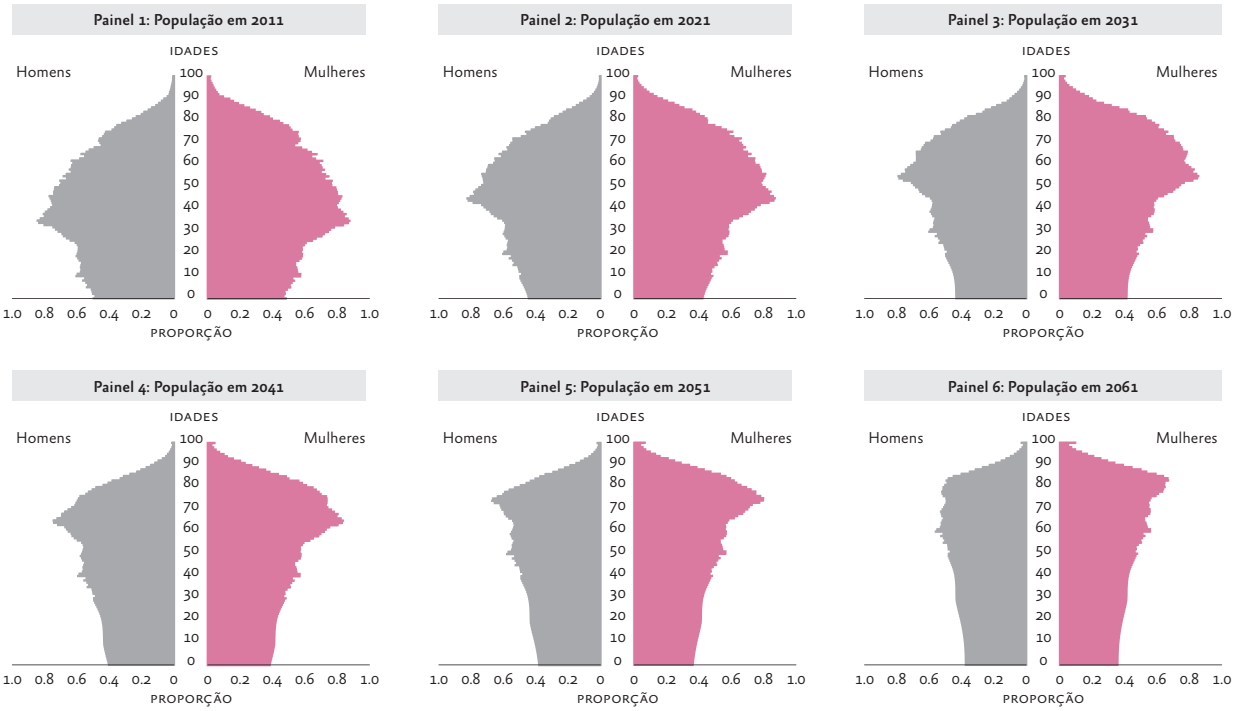


Gráfico A.24 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Figura A.6 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.17 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	2041	77 579	1,67
2021	85 521	1,48	2051	73 114	1,73
2031	83 347	1,60	2061	71 978	1,80

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.18 Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	51,6	22,6	29,0	128,6
2021	55,7	20,9	34,8	166,9
2031	65,1	21,1	44,0	209,0
2041	79,6	22,9	56,6	246,9
2051	89,5	24,0	65,5	273,0
2061	90,6	24,8	65,9	266,2

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Cenário 7

Quadro A.19 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 561 614	5 047 387	5 514 227	1 572 546	6 966 564	2 022 504
2021	10 351 172	4 944 275	5 406 898	1 300 118	6 644 523	2 406 531
2031	9 916 406	4 733 377	5 183 029	974 604	6 060 259	2 881 543
2041	9 325 153	4 449 814	4 875 339	790 498	5 181 448	3 353 207
2051	8 579 021	4 098 634	4 480 387	702 689	4 326 512	3 549 820
2061	7 669 126	3 675 644	3 993 481	592 429	3 687 279	3 389 418

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.25 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

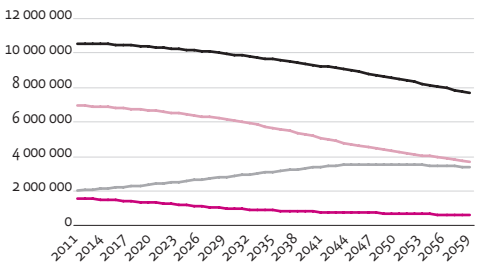
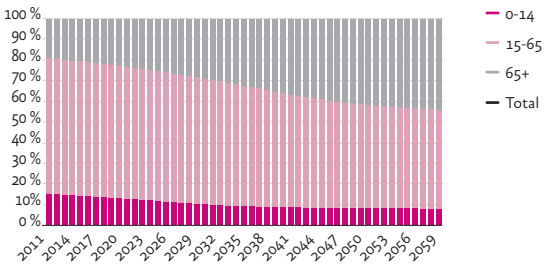


Gráfico A.26 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.27 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

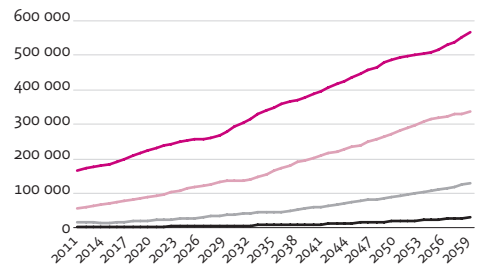
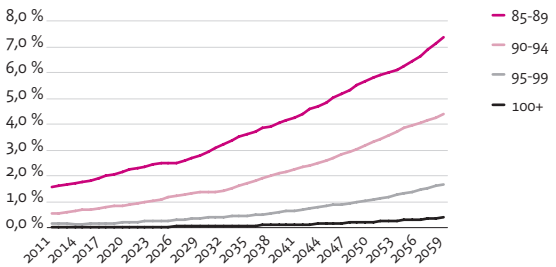
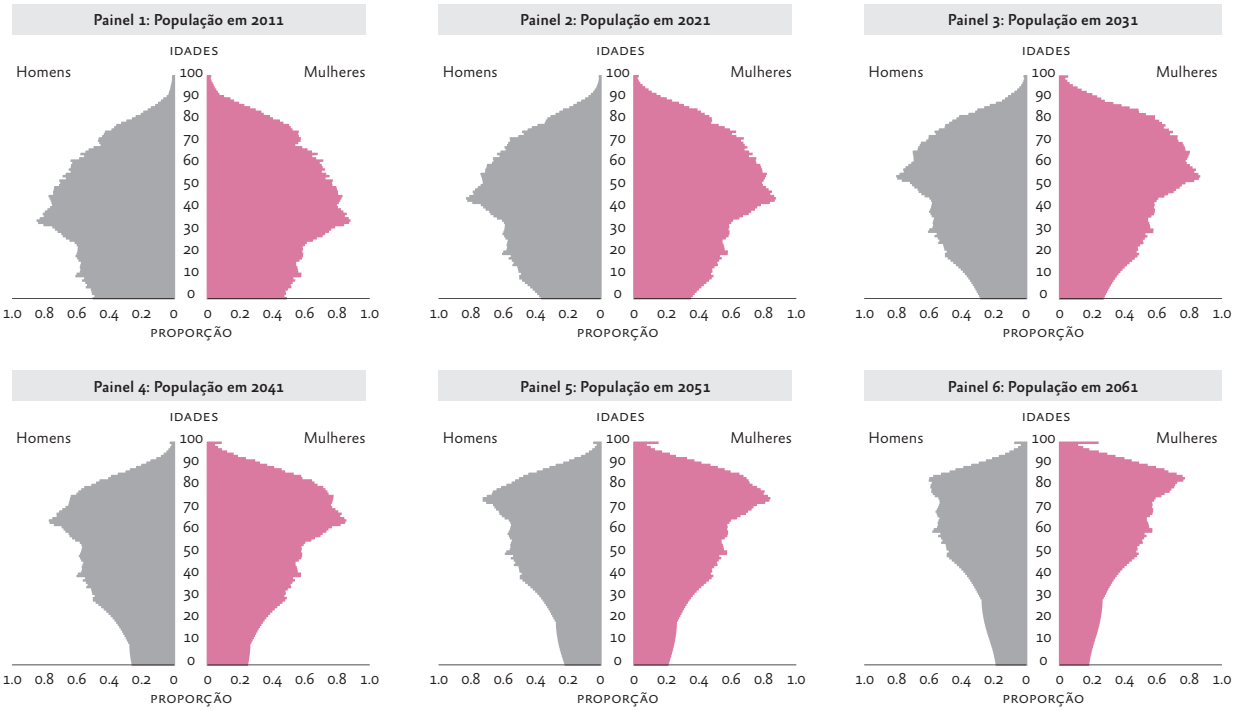


Gráfico A.28 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Figura A.7 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.20 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	**2041**	49 134	1,10
2021	69 780	1,18	**2051**	41 529	1,20
2031	53 443	1,00	**2061**	35 141	1,30

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.21 Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência Total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	51,6	22,6	29,0	128,6
2021	55,8	19,6	36,2	185,1
2031	63,6	16,1	47,5	295,7
2041	80,0	15,3	64,7	424,2
2051	98,3	16,2	82,0	505,2
2061	108,0	16,1	91,9	572,1

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Cenário 8

Quadro A.22 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 561 614	5 047 387	5 514 227	1 572 546	6 966 564	2 022 504
2021	10 392 756	4 965 572	5 427 183	1 341 701	6 644 523	2 406 531
2031	10 076 670	4 815 460	5 261 210	1 124 958	6 070 170	2 881 543
2041	9 636 582	4 609 322	5 027 260	1 009 863	5 273 512	3 353 207
2051	9 043 019	4 336 277	4 706 742	929 602	4 563 597	3 549 820
2061	8 308 060	4 002 793	4 305 267	845 968	4 072 674	3 389 418

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.29 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

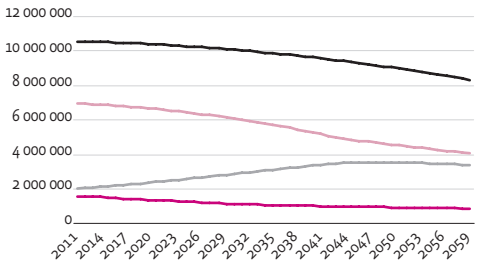
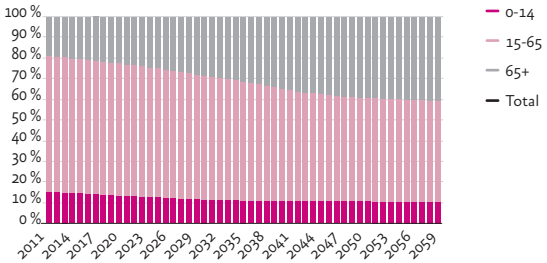


Gráfico A.30 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.31 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

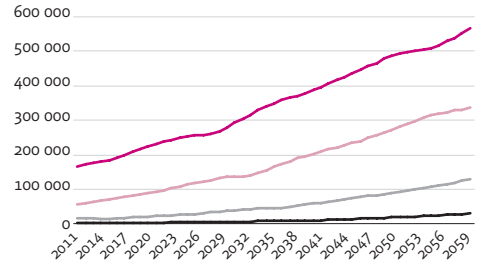
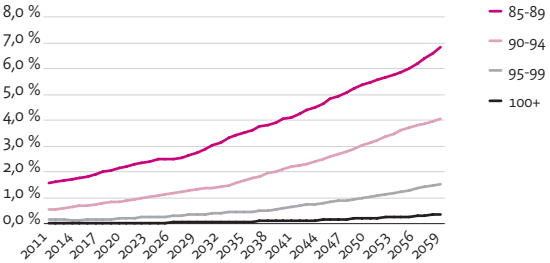
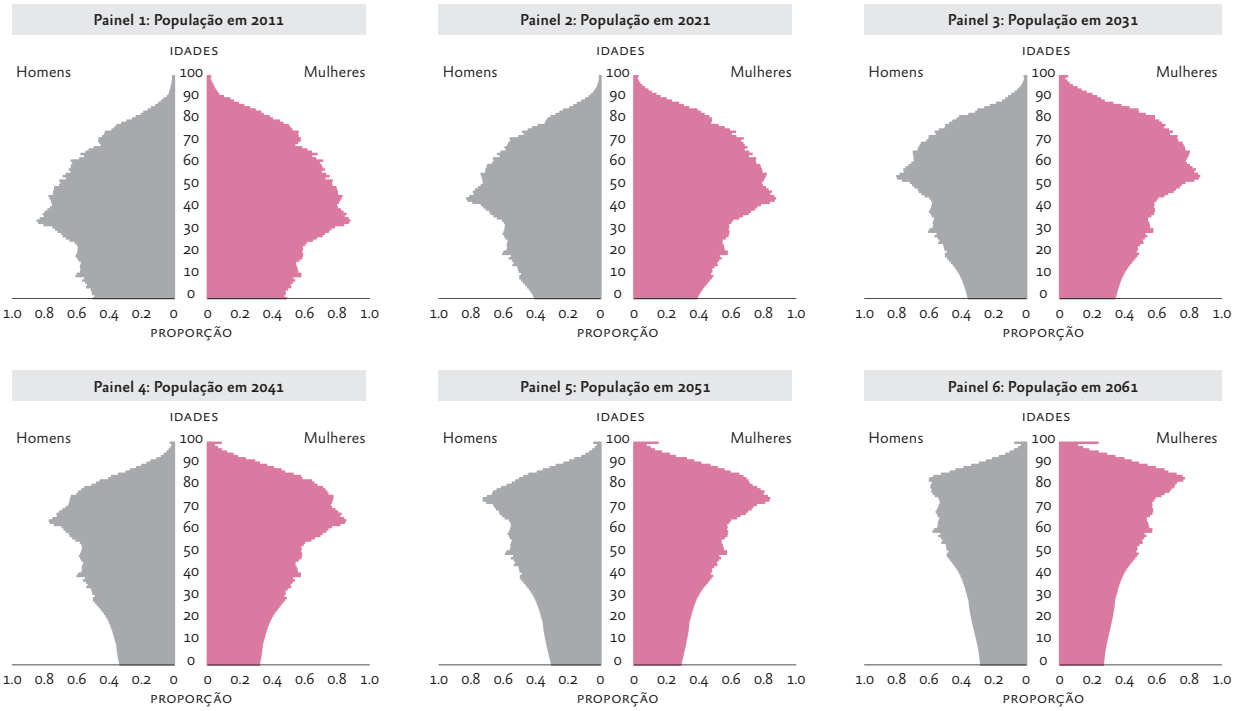


Gráfico A.32 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio

Figura A.8 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.23 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	**2041**	63 877	1,40
2021	77 679	1,33	**2051**	57 638	1,50
2031	68 444	1,30	**2061**	53 745	1,60

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.24 Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos selecionados

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	51,6	22,6	29,0	128,6
2021	56,4	20,2	36,2	179,4
2031	66,0	18,5	47,5	256,1
2041	82,7	19,1	63,6	332,0
2051	98,2	20,4	77,8	381,9
2061	104,0	20,8	83,2	400,7

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Cenário 9

Quadro A.25 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 561 614	5 047 387	5 514 227	1 572 546	6 966 564	2 022 504
2021	10 434 339	4 986 870	5 447 469	1 383 284	6 644 523	2 406 531
2031	10 236 957	4 897 555	5 339 402	1 275 334	6 080 080	2 881 543
2041	9 942 924	4 766 224	5 176 700	1 224 141	5 365 576	3 353 207
2051	9 494 647	4 567 583	4 927 063	1 145 407	4 799 420	3 549 820
2061	8 933 004	4 322 776	4 610 228	1 094 952	4 448 634	3 389 418

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.33 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

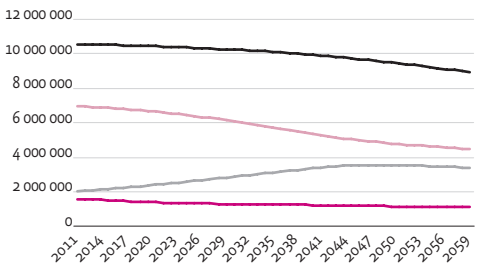
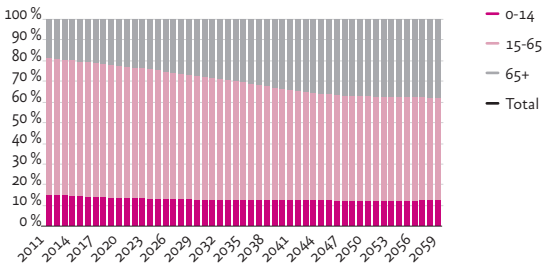


Gráfico A.34 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.35 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

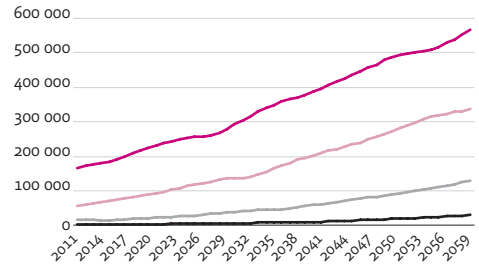
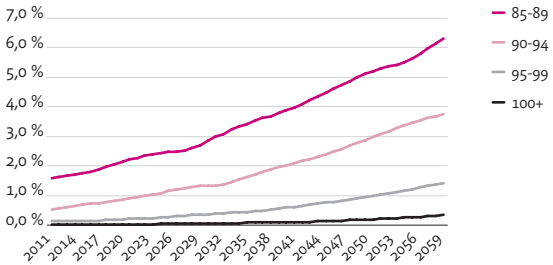
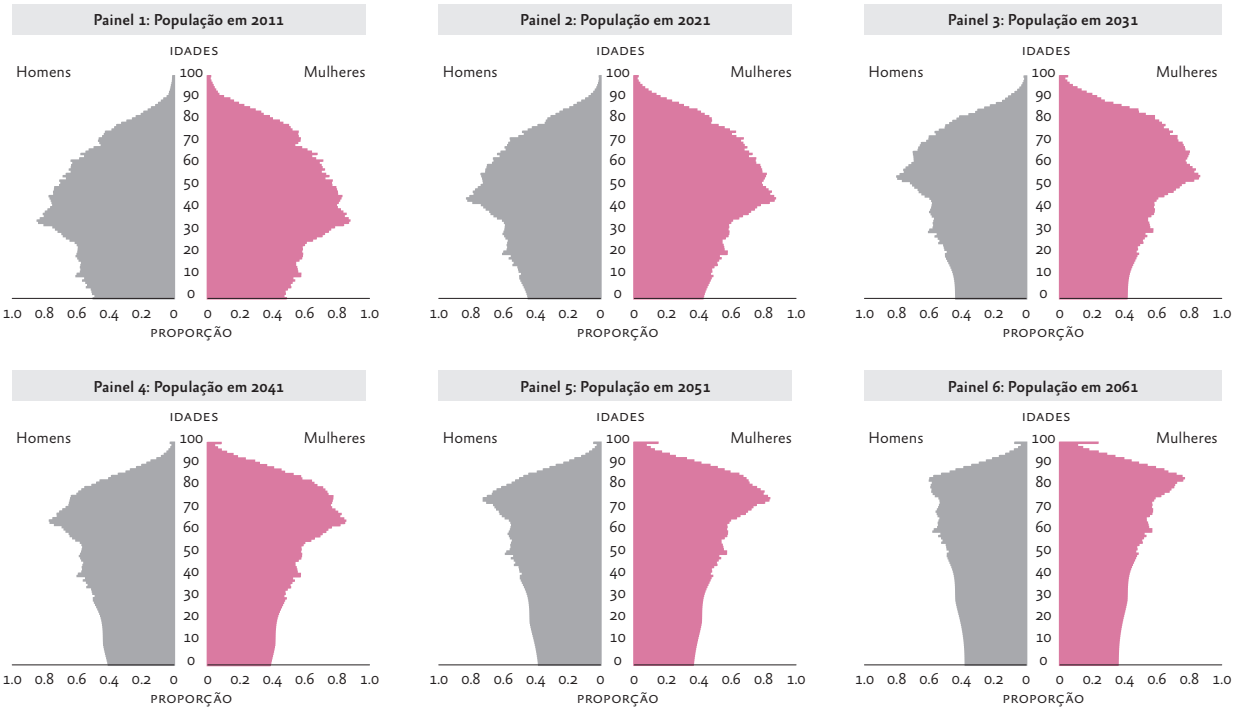


Gráfico A.36 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Figura A.9 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.26 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	**2041**	77 742	1,67
2021	85 579	1,48	**2051**	73 324	1,73
2031	83 458	1,60	**2061**	72 199	1,80

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.27 Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	51,6	22,6	29,0	128,6
2021	57,0	20,8	36,2	174,0
2031	68,4	21,0	47,4	225,9
2041	85,3	22,8	62,5	273,9
2051	97,8	23,9	74,0	309,9
2061	100,8	24,6	76,2	309,5

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Anexo B

Cenários com componente de migrações

Cenário 4.1

Quadro A.28 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 561 614	5 047 387	5 514 227	1 572 546	6 966 564	2 022 504
2021	10 044 669	4 786 167	5 258 503	1 269 613	6 537 961	2 237 095
2031	9 221 268	4 374 764	4 846 504	935 260	5 844 894	2 441 114
2041	8 497 422	4 043 753	4 453 669	819 790	5 074 431	2 603 201
2051	7 673 266	3 673 905	3 999 361	764 896	4 400 847	2 507 523
2061	6 807 292	3 295 313	3 511 979	684 653	3 965 552	2 157 087

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.37 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

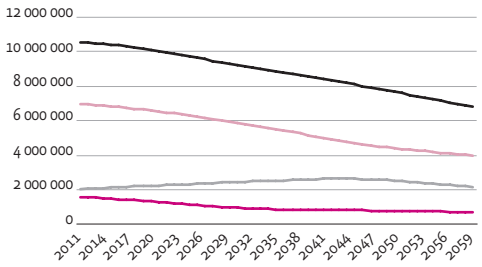
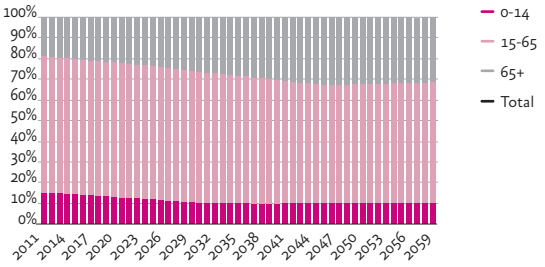


Gráfico A.38 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.39 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

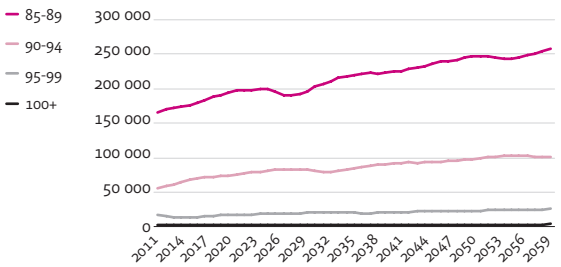
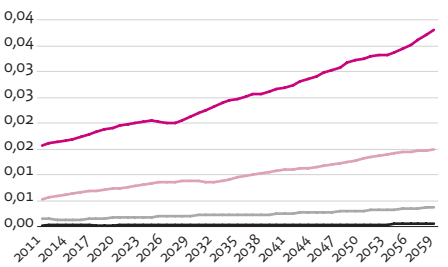


Gráfico A.40 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Figura A.10 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.29 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35
2021	68 633	1,18
2031	51 813	1,00
2041	49 547	1,10
2051	43 674	1,20
2061	39 759	1,30

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.30 Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	51,6	22,6	29,0	128,6
2021	53,6	19,4	34,2	176,2
2031	57,8	16,0	41,8	261,0
2041	67,5	16,2	51,3	317,5
2051	74,4	17,4	57,0	327,8
2061	71,7	17,3	54,4	315,1

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Cenário 4.2

Quadro A.31 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 561 614	5 047 387	5 514 227	1 572 546	6 966 564	2 022 504
2021	9 728 689	4 598 374	5 130 315	1 184 855	6 313 267	2 230 568
2031	8 602 023	4 009 585	4 592 438	812 250	5 370 311	2 419 463
2041	7 854 360	3 669 512	4 184 848	746 187	4 550 034	2 558 140
2051	7 022 105	3 300 450	3 721 656	698 027	3 908 652	2 415 427
2061	6 175 978	2 939 672	3 236 306	622 485	3 562 847	1 990 646

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.41 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

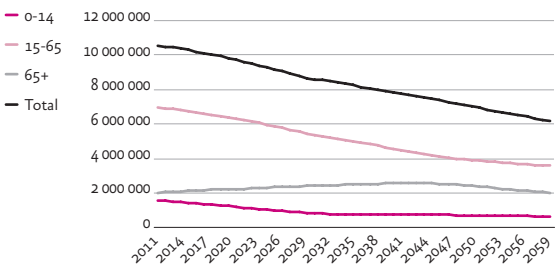
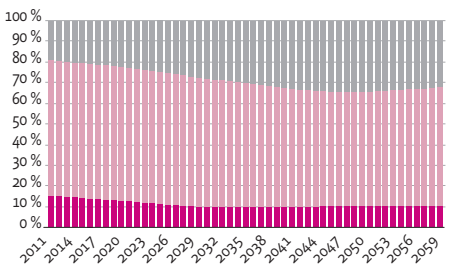


Gráfico A.42 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.43 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

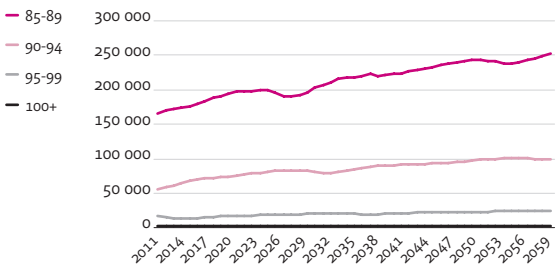
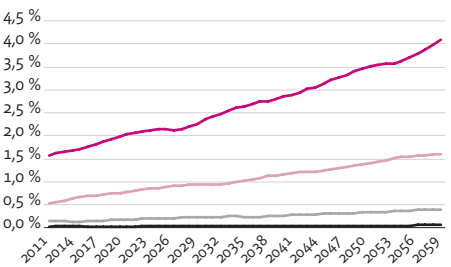
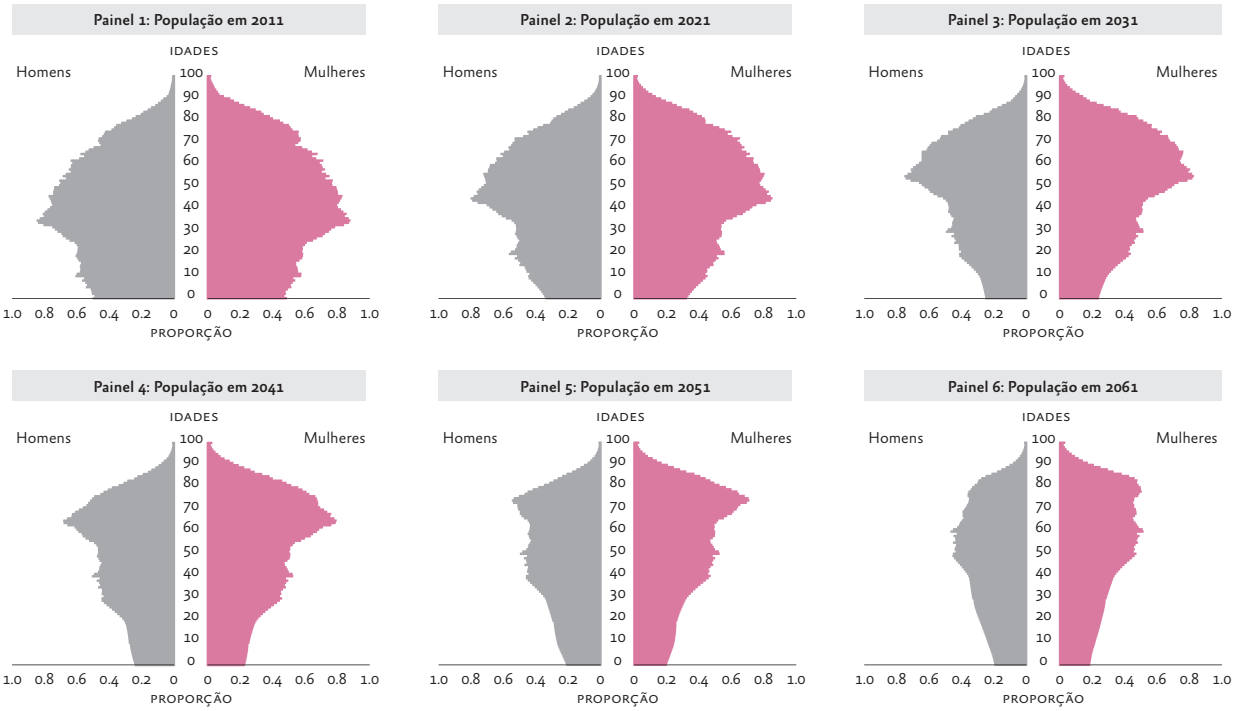


Gráfico A.44 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Figura A.11 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.32 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	**2041**	45 124	1,10
2021	65 426	1,18	**2051**	39 204	1,20
2031	47 069	1,00	**2061**	36 283	1,30

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.33 Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	51,6	22,6	29,0	128,6
2021	54,1	18,8	35,3	188,3
2031	60,2	15,1	45,1	297,9
2041	72,6	16,4	56,2	342,8
2051	79,7	17,9	61,8	346,0
2061	73,3	17,5	55,9	319,8

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Cenário 5.1

Quadro A.34 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 561 614	5 047 387	5 514 227	1 572 546	6 966 564	2 022 504
2021	10 085 700	4 807 181	5 278 519	1 310 644	6 537 961	2 237 095
2031	9 377 516	4 454 785	4 922 731	1 081 681	5 854 720	2 441 114
2041	8 802 680	4 200 055	4 602 625	1 035 014	5 164 465	2 603 201
2051	8 132 509	3 908 911	4 223 598	993 756	4 631 230	2 507 523
2061	7 444 999	3 621 266	3 823 733	945 016	4 342 896	2 157 087

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.45 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

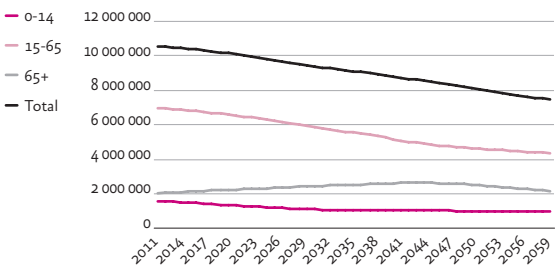
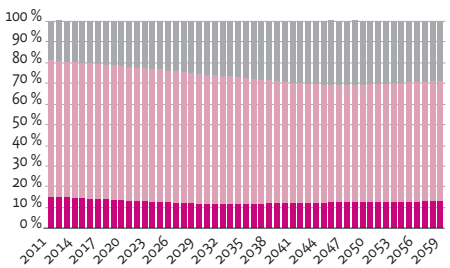


Gráfico A.46 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.47 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

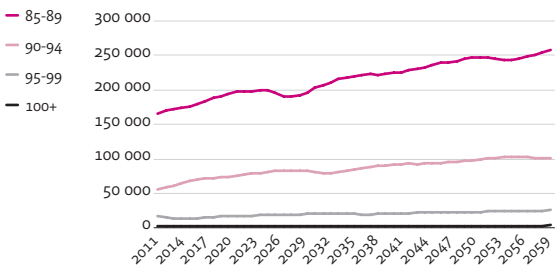
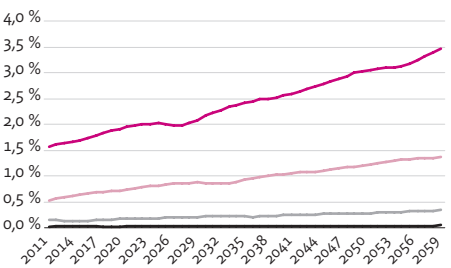
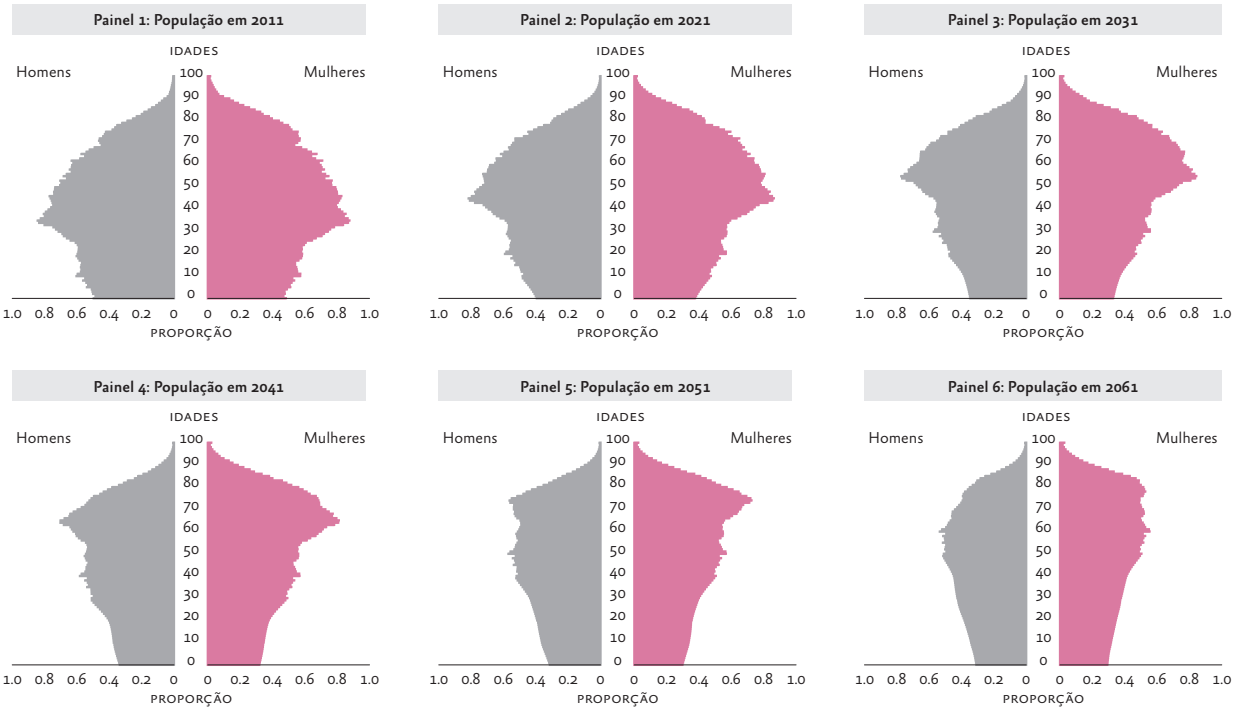


Gráfico A.48 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Figura A.12 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.35 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	**2041**	64 384	1,40
2021	76 403	1,33	**2051**	60 174	1,50
2031	66 357	1,30	**2061**	59 169	1,60

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.36 Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	51,6	22,6	29,0	128,6
2021	54,3	20,0	34,2	170,7
2031	60,2	18,5	41,7	225,7
2041	70,4	20,0	50,4	251,5
2051	75,6	21,5	54,1	252,3
2061	71,4	21,8	49,7	228,3

Fonte: INE. Cálculo próprio.

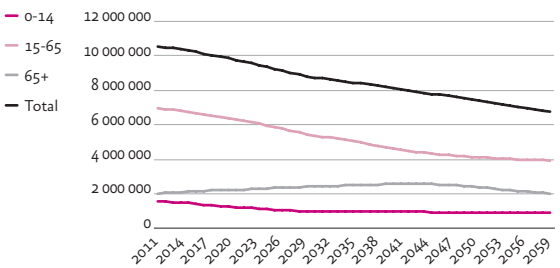
Cenário 5.2

Quadro A.37 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 561 614	5 047 387	5 514 227	1 572 546	6 966 564	2 022 504
2021	9 768 398	4 618 711	5 149 687	1 224 563	6 313 267	2 230 568
2031	8 748 277	4 084 488	4 663 789	948 830	5 379 985	2 419 463
2041	8 136 733	3 814 095	4 322 638	942 908	4 635 685	2 558 140
2051	7 445 032	3 516 867	3 928 165	907 113	4 122 492	2 415 427
2061	6 761 827	3 239 106	3 522 721	860 144	3 911 037	1 990 646

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.49 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.50 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061

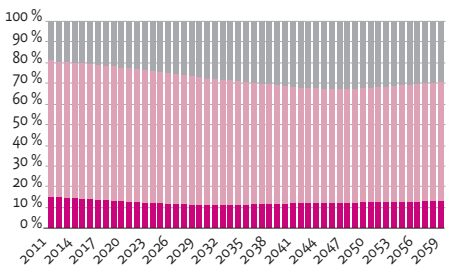
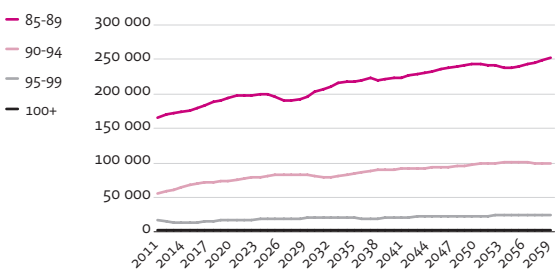


Gráfico A.51 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.52 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

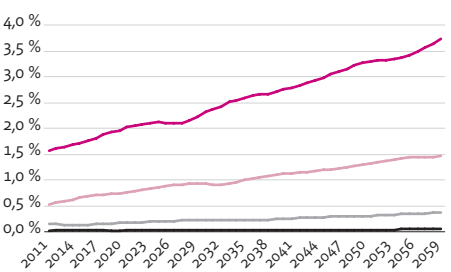
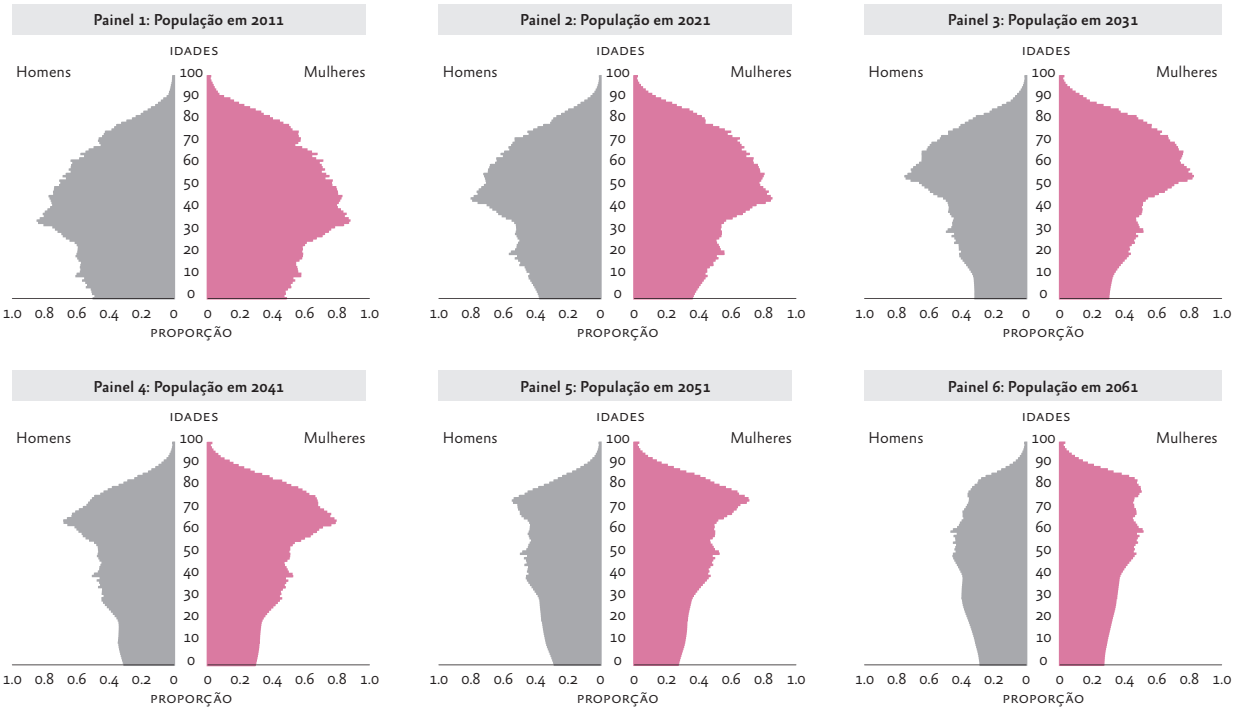


Figura A.13 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.38 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	**2041**	58 700	1,40
2021	72 833	1,33	**2051**	54 244	1,50
2031	60 283	1,30	**2061**	54 049	1,60

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.39 Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	51,6	22,6	29,0	128,6
2021	54,7	19,4	35,3	182,2
2031	62,6	17,6	45,0	255,0
2041	75,5	20,3	55,2	271,3
2051	80,6	22,0	58,6	266,3
2061	72,9	22,0	50,9	231,4

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Cenário 6.1

Quadro A.40 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 561 614	5 047 387	5 514 227	1 572 546	6 966 564	2 022 504
2021	10 126 730	4 828 195	5 298 535	1 351 674	6 537 961	2 237 095
2031	9 533 786	4 534 817	4 998 969	1 228 125	5 864 547	2 441 114
2041	9 102 851	4 353 752	4 749 099	1 245 151	5 254 499	2 603 201
2051	8 578 542	4 137 152	4 441 390	1 210 642	4 860 378	2 507 523
2061	8 064 963	3 938 137	4 126 826	1 197 277	4 710 599	2 157 087

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.53 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

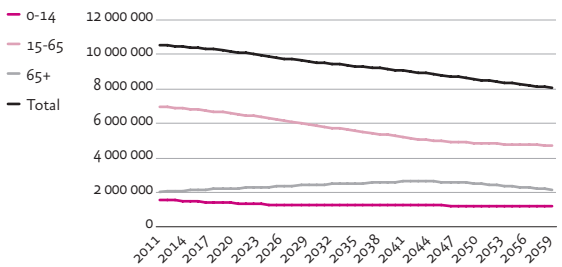
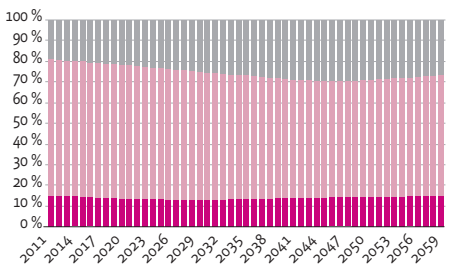


Gráfico A.54 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.55 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

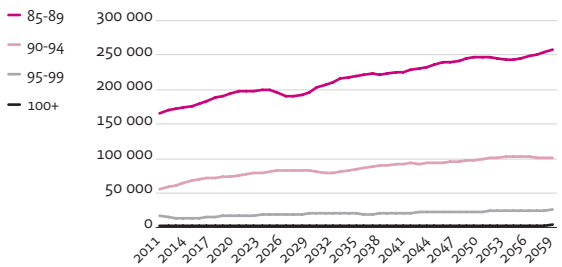
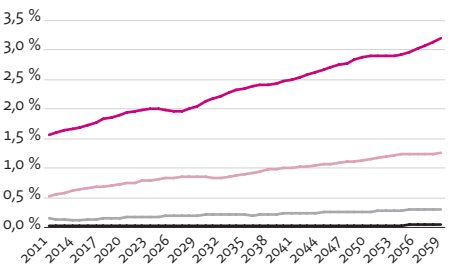
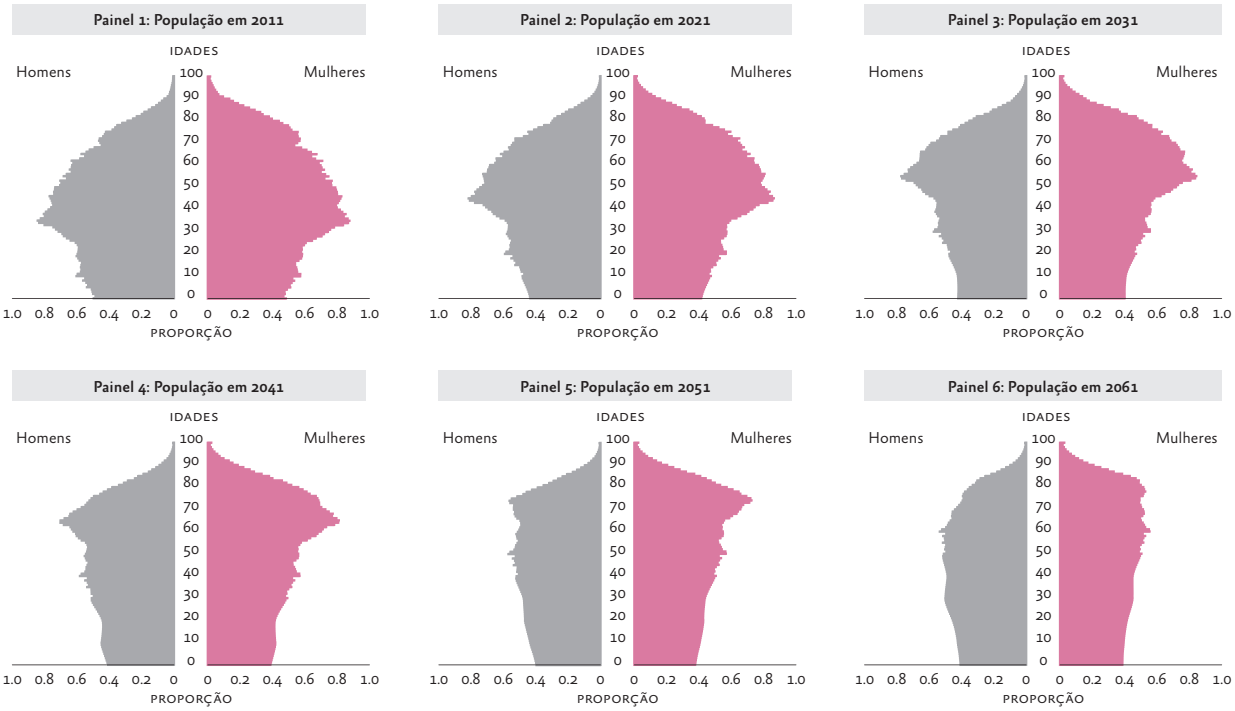


Gráfico A.56 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Figura A.14 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.41 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	**2041**	78 323	1,67
2021	84 172	1,48	**2051**	76 090	1,73
2031	80 914	1,60	**2061**	78 014	1,80

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.42 Índices de dependência e Índice de envelhecimento, em anos selecionados

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	51,6	22,6	29,0	128,6
2021	54,9	20,7	34,2	165,5
2031	62,6	20,9	41,6	198,8
2041	73,2	23,7	49,5	209,1
2051	76,5	24,9	51,6	207,1
2061	71,2	25,4	45,8	180,2

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Cenário 6.2

Quadro A.43 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 561 614	5 047 387	5 514 227	1 572 546	6 966 564	2 022 504
2021	9 808 107	4 639 048	5 169 058	1 264 272	6 313 267	2 230 568
2031	8 894 554	4 159 402	4 735 152	1 085 432	5 389 659	2 419 463
2041	8 414 583	3 956 362	4 458 222	1 135 108	4 721 336	2 558 140
2051	7 856 621	3 727 477	4 129 144	1 105 962	4 335 232	2 415 427
2061	7 332 762	3 530 905	3 801 857	1 091 341	4 250 774	1 990 646

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.57 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

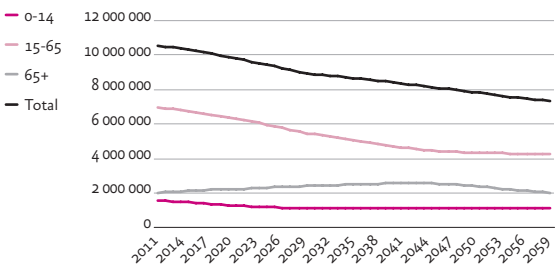
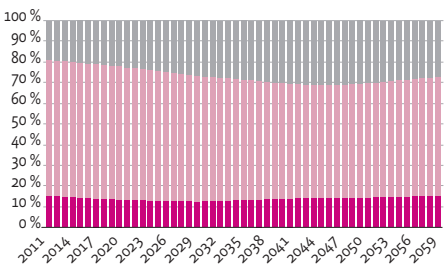


Gráfico A.58 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.59 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

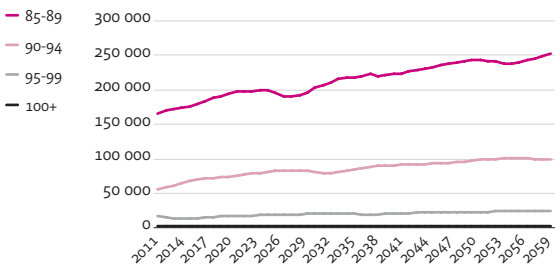
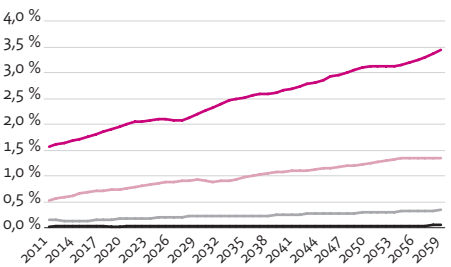
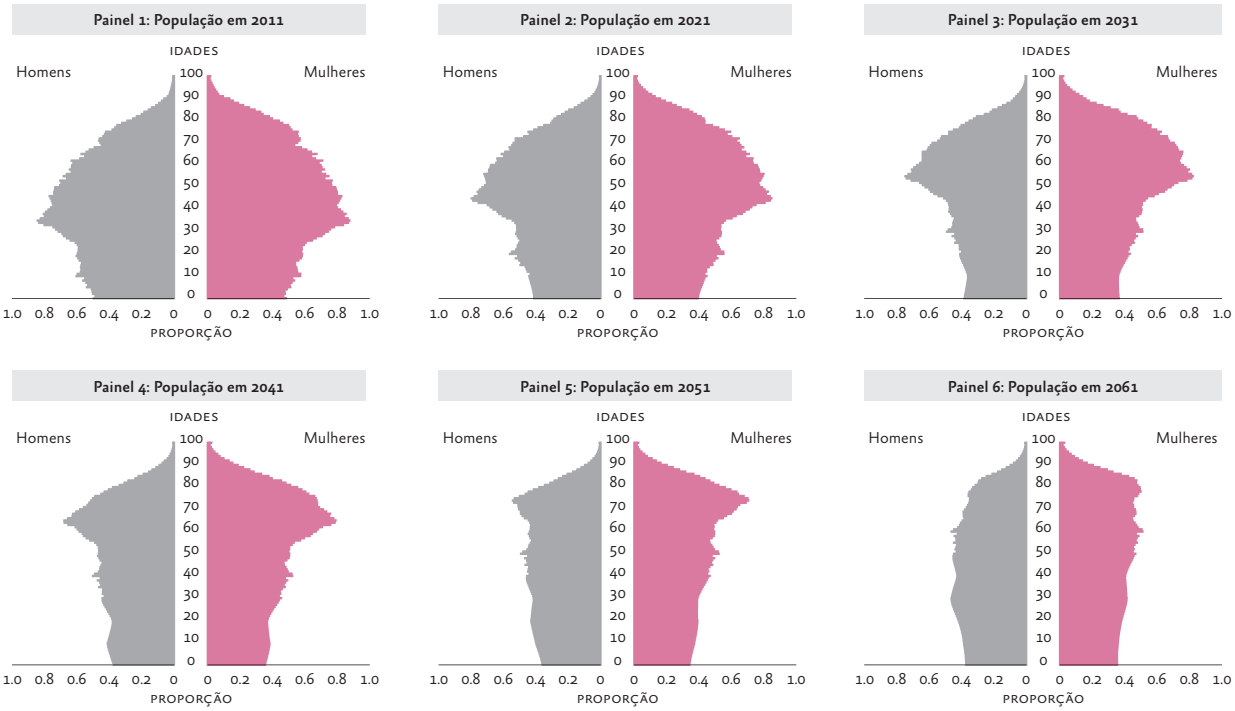


Gráfico A.60 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Figura A.15 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.44 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	**2041**	71 485	1,67
2021	80 240	1,48	**2051**	68 831	1,73
2031	73 511	1,60	**2061**	71 319	1,80

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.45 Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	51,6	22,6	29,0	128,6
2021	55,4	20,0	35,3	176,4
2031	65,0	20,1	44,9	222,9
2041	78,2	24,0	54,2	225,4
2051	81,2	25,5	55,7	218,4
2061	72,5	25,7	46,8	182,4

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Anexo C

Cenários com a estrutura populacional de duas regiões portuguesas

Cenário 4 – Pinhal Interior Sul

Quadro A.46 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 637 713	5 148 203	5 489 510	1 834 332	7 307 434	1 495 947
2021	10 674 514	5 159 489	5 515 024	1 438 247	7 381 438	1 854 829
2031	10 443 676	5 038 654	5 405 023	1 164 999	6 771 067	2 507 611
2041	9 945 757	4 779 431	5 166 326	931 902	5 876 074	3 137 782
2051	9 171 457	4 391 276	4 780 180	797 106	5 066 092	3 308 259
2061	8 183 215	3 923 247	4 259 968	694 251	4 243 443	3 245 521

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.61 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

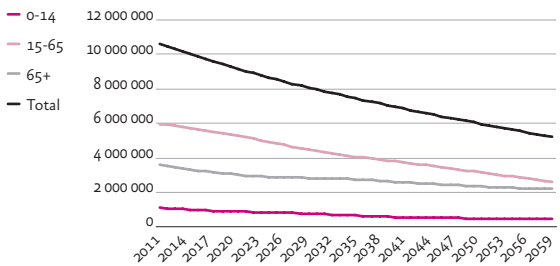
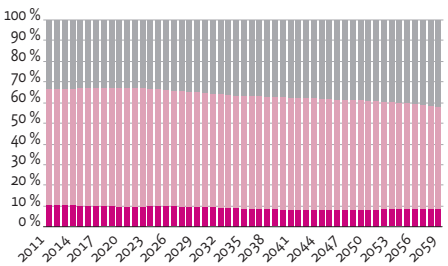


Gráfico A.62 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.63 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

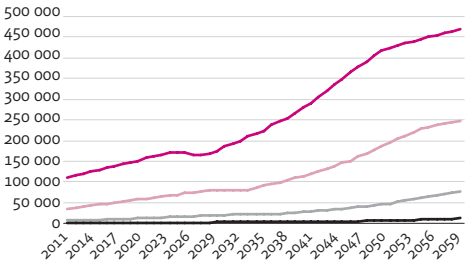
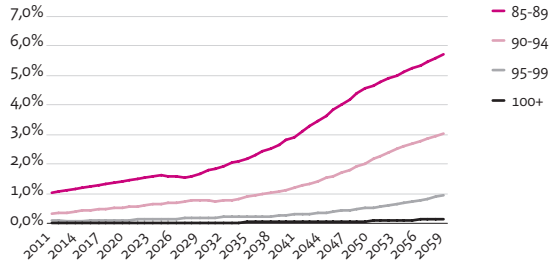
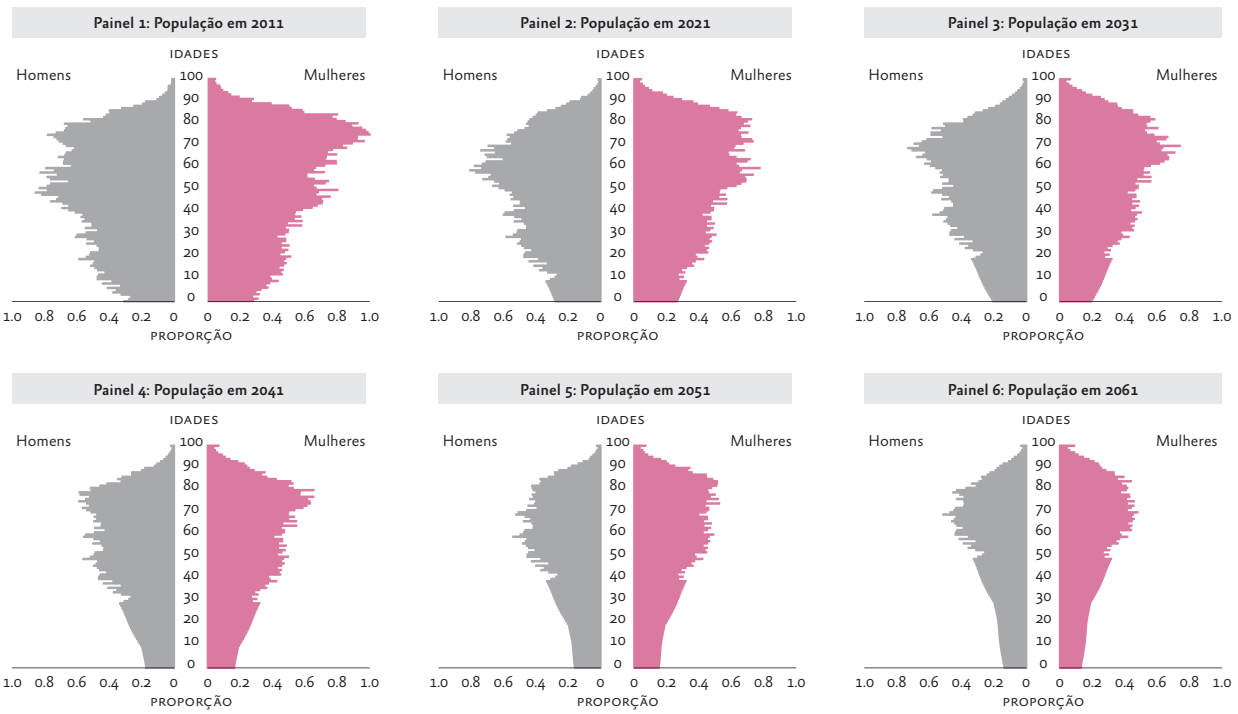


Gráfico A.64 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Figura A.16 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.47 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	**2041**	55 200	1,10
2021	83 014	1,18	**2051**	48 251	1,20
2031	64 550	1,00	**2061**	41 818	1,30

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.48 Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	45,6	25,1	20,5	81,6
2021	44,6	19,5	25,1	129,0
2031	54,2	17,2	37,0	215,2
2041	69,3	15,9	53,4	336,7
2051	81,0	15,7	65,3	415,0
2061	92,8	16,4	76,5	467,5

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Cenário 5 – Pinhal Interior Sul

Quadro A.49 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 637 713	5 148 203	5 489 510	1 834 332	7 307 434	1 495 947
2021	10 722 393	5 184 012	5 538 381	1 486 126	7 381 438	1 854 829
2031	10 636 019	5 137 170	5 498 849	1 346 377	6 782 032	2 507 611
2041	10 312 922	4 967 488	5 345 435	1 189 863	5 985 278	3 137 782
2051	9 713 129	4 668 686	5 044 444	1 056 195	5 348 675	3 308 259
2061	8 932 646	4 306 894	4 625 752	993 544	4 693 581	3 245 521

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.65 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

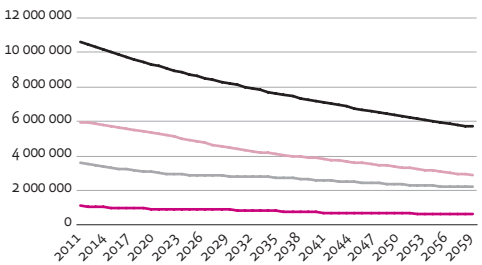
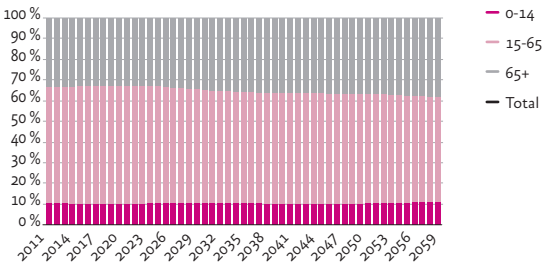


Gráfico A.66 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.67 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

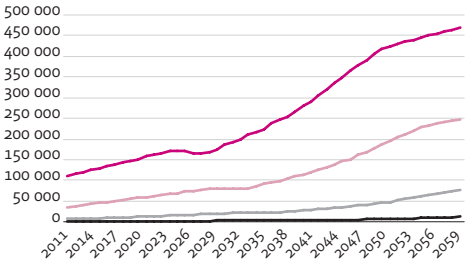
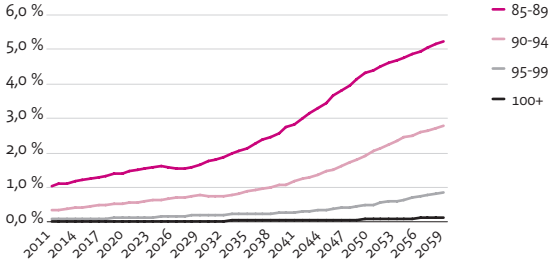
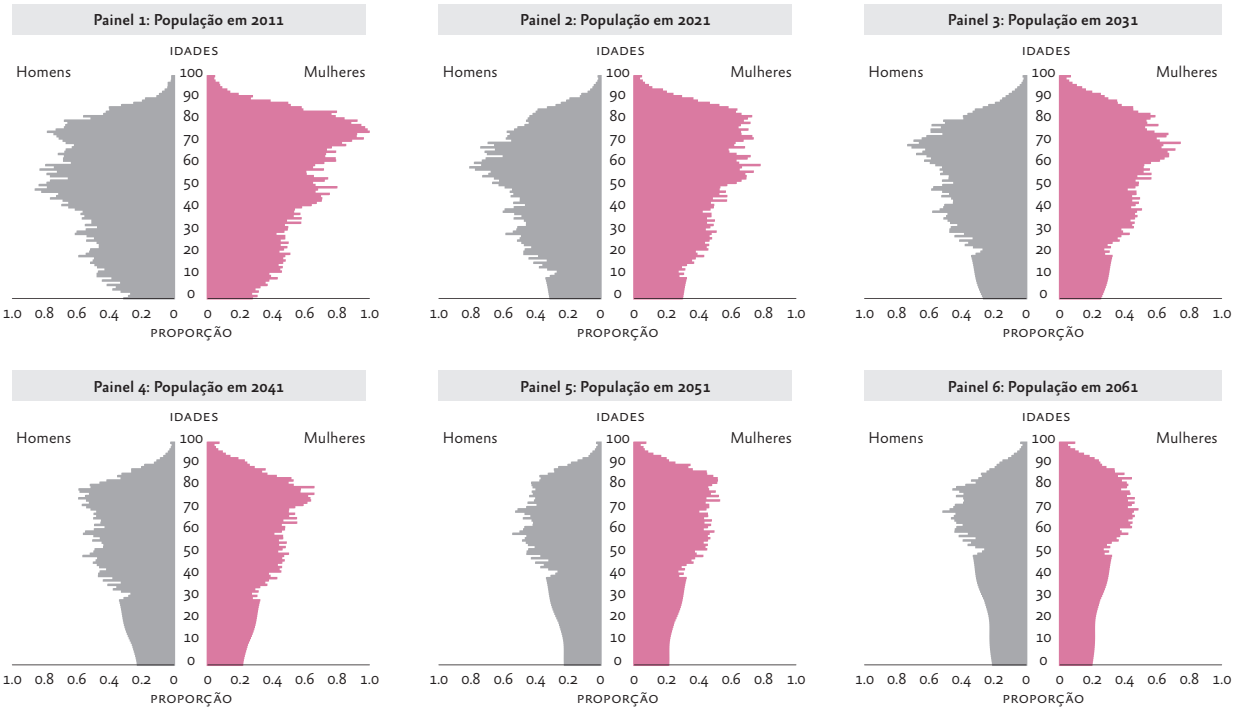


Gráfico A.68 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Figura A.17 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.50 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	**2041**	71 806	1,40
2021	92 412	1,33	**2051**	67 148	1,50
2031	82 664	1,30	**2061**	63 921	1,60

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.51 Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	45,6	25,1	20,5	81,6
2021	45,3	20,1	25,1	124,8
2031	56,8	19,9	37,0	186,2
2041	72,3	19,9	52,4	263,7
2051	81,6	19,7	61,9	313,2
2061	90,3	21,2	69,1	326,7

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Cenário 6 – Pinhal Interior Sul

Quadro A.52 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 637 713	5 148 203	5 489 510	1 834 332	7 307 434	1 495 947
2021	10 770 272	5 208 535	5 561 737	1 534 006	7 381 438	1 854 829
2031	10 828 387	5 235 699	5 592 687	1 527 780	6 792 996	2 507 611
2041	10 674 284	5 152 571	5 521 712	1 442 021	6 094 481	3 137 782
2051	10 241 254	4 939 155	5 302 099	1 303 231	5 629 764	3 308 259
2061	9 666 817	4 682 726	4 984 092	1 288 064	5 133 232	3 245 522

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.69 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

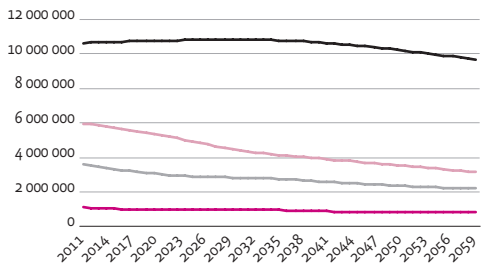
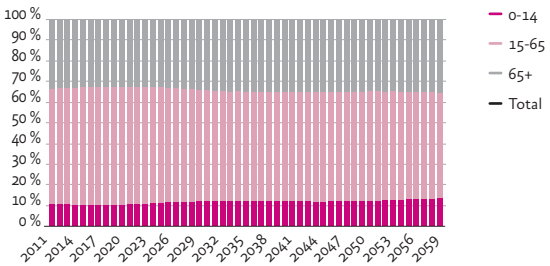


Gráfico A.70 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.71 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

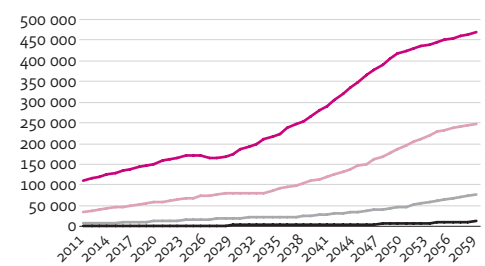
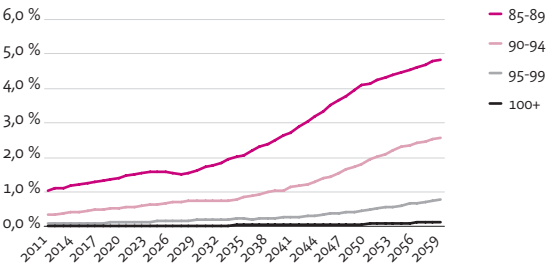
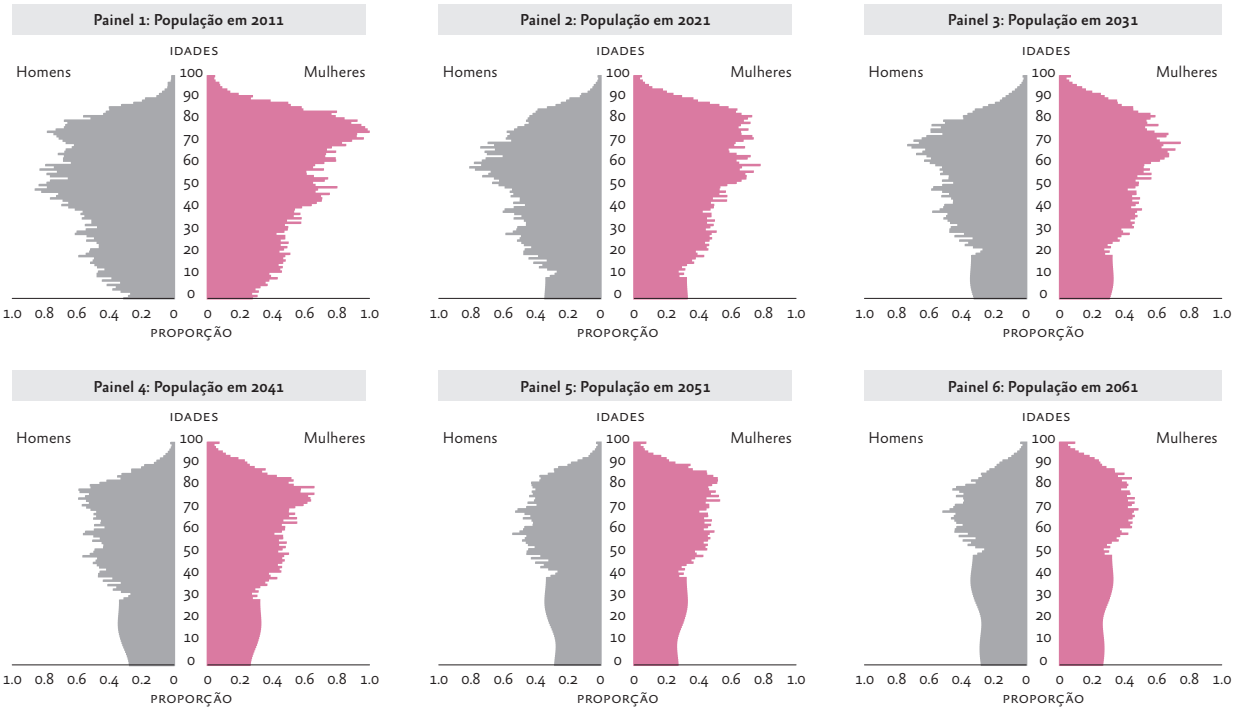


Gráfico A.72 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Figura A.18 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.53 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	**2041**	87 441	1,67
2021	101 810	1,48	**2051**	85 610	1,73
2031	100 793	1,60	**2061**	85 848	1,80

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.54 Índices de dependência e Índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	45,6	25,1	20,5	81,6
2021	45,9	20,8	25,1	120,9
2031	59,4	22,5	36,9	164,1
2041	75,1	23,7	51,5	217,6
2051	81,9	23,1	58,8	253,9
2061	88,3	25,1	63,2	252,0

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Cenário 4 – Tâmega

Quadro A.55 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 637 713	5 148 203	5 489 510	1 100 790	5 970 757	3 566 167
2021	9 170 242	4 465 164	4 705 078	883 333	5 270 678	3 016 232
2031	7 974 119	3 920 956	4 053 163	740 413	4 412 038	2 821 668
2041	6 962 743	3 429 584	3 533 160	564 028	3 788 195	2 610 520
2051	6 049 518	2 965 250	3 084 269	486 282	3 205 863	2 357 373
2061	5 224 165	2 560 406	2 663 759	435 342	2 603 970	2 184 853

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.73 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

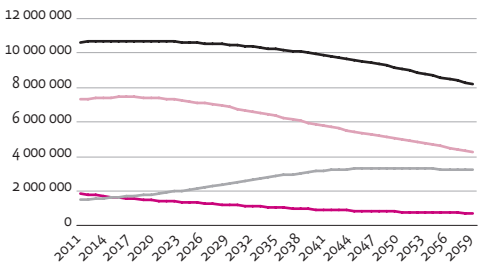
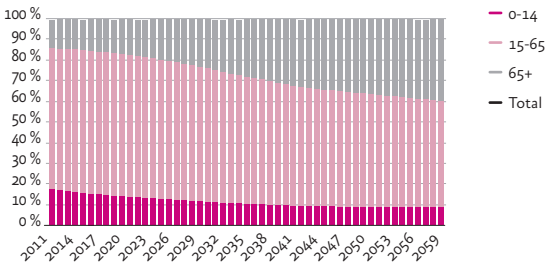


Gráfico A.74 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.75 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

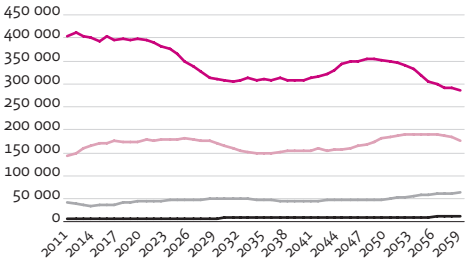
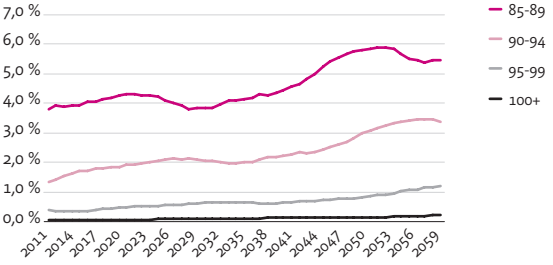


Gráfico A.76 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Figura A.19 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.56 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	**2041**	33 024	1,10
2021	53 690	1,18	**2051**	30 502	1,20
2031	39 279	1,00	**2061**	25 766	1,30

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.57 Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	78,2	18,4	59,7	324,0
2021	74,0	16,8	57,2	341,5
2031	80,7	16,8	64,0	381,1
2041	83,8	14,9	68,9	462,8
2051	88,7	15,2	73,5	484,8
2061	100,6	16,7	83,9	501,9

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Cenário 5 – Tâmega

Quadro A.58 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 637 713	5 148 203	5 489 510	1 100 790	5 970 757	3 566 167
2021	9 201 086	4 480 962	4 720 124	914 177	5 270 678	3 016 232
2031	8 095 459	3 983 106	4 112 354	854 765	4 419 027	2 821 668
2041	7 188 854	3 545 394	3 643 460	720 120	3 858 214	2 610 520
2051	6 384 204	3 136 653	3 247 551	645 459	3 381 372	2 357 373
2061	5 688 464	2 798 085	2 890 379	622 600	2 881 011	2 184 853

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.77 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

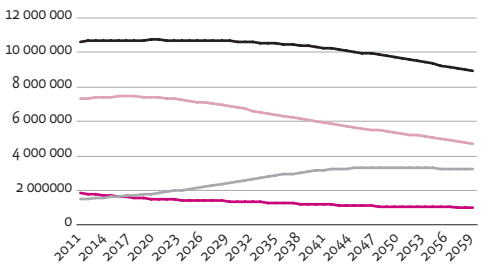
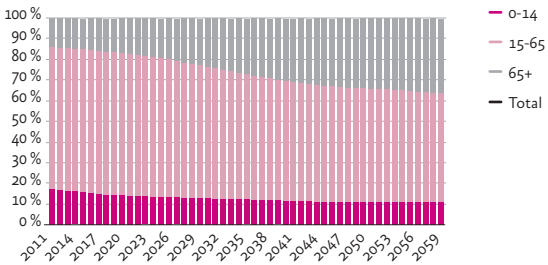


Gráfico A.78 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.79 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

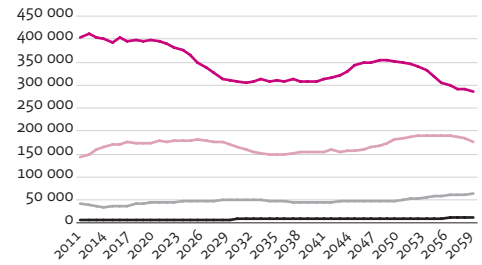
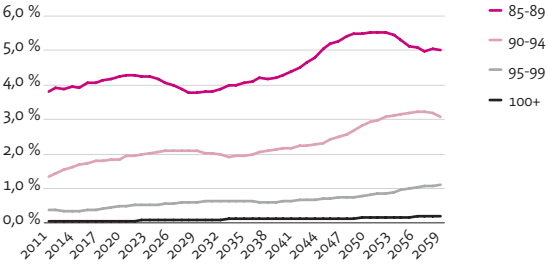
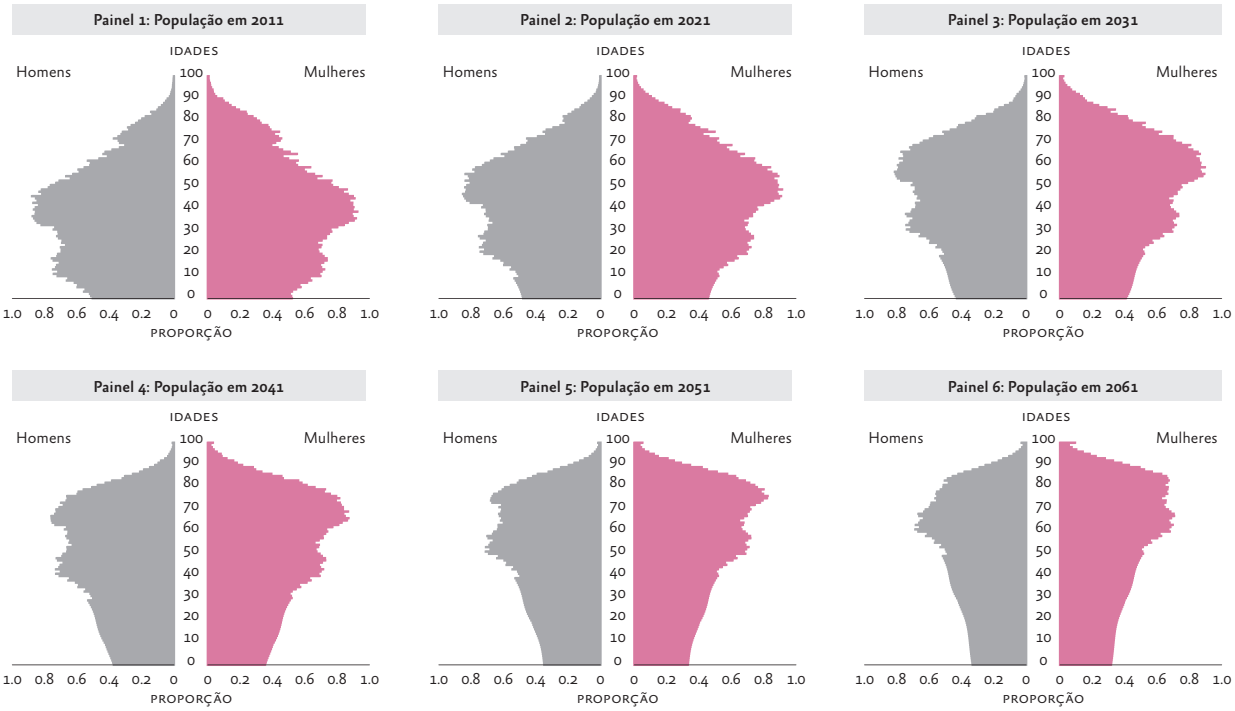


Gráfico A.80 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Figura A.20 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.59 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	**2041**	43 021	1,40
2021	59 768	1,33	**2051**	42 448	1,50
2031	50 303	1,30	**2061**	39 339	1,60

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.60 Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	78,2	18,4	59,7	324,0
2021	74,6	17,3	57,2	329,9
2031	83,2	19,3	63,9	330,1
2041	86,3	18,7	67,7	362,5
2051	88,8	19,1	69,7	365,2
2061	97,4	21,6	75,8	350,9

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Cenário 6 – Tâmega

Quadro A.61 População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados

	Total	Homens	Mulheres	0-14	15-64	65+
2011	10 637 713	5 148 203	5 489 510	1 100 790	5 970 757	3 566 167
2021	9 231 930	4 496 760	4 735 170	945 021	5 270 678	3 016 232
2031	8 216 815	4 045 263	4 171 552	969 132	4 426 015	2 821 668
2041	7 411 611	3 659 486	3 752 124	872 856	3 928 234	2 610 520
2051	6 710 969	3 303 999	3 406 970	797 589	3 556 007	2 357 373
2061	6 143 663	3 031 103	3 112 560	806 822	3 151 988	2 184 854

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.81 Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

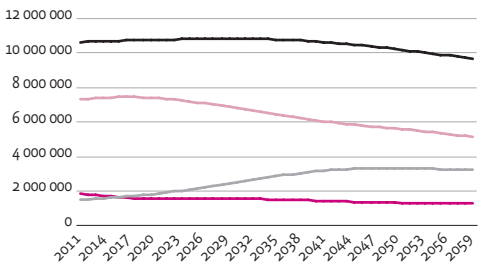
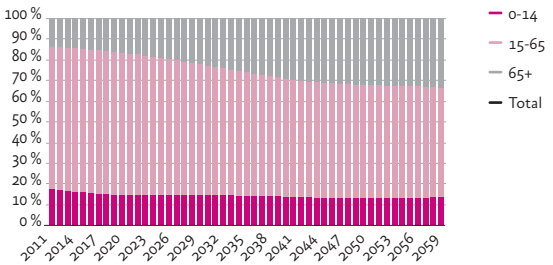


Gráfico A.82 Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.83 Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

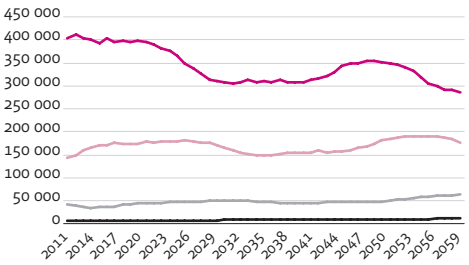
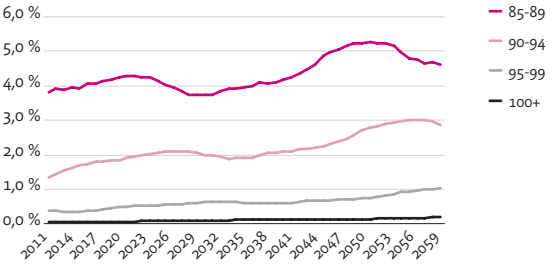
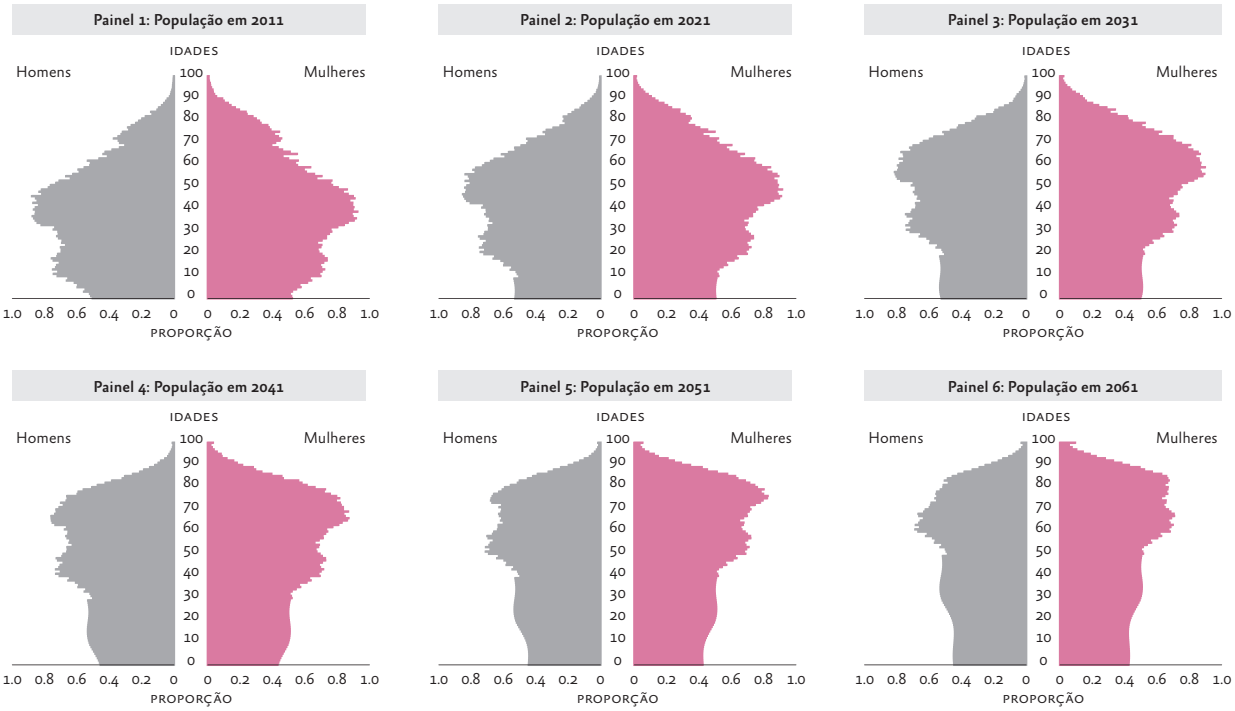


Gráfico A.84 Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Figura A.21 Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.62 Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

	Nascimentos	ISF		Nascimentos	ISF
2011	96 856	1,35	**2041**	52 462	1,67
2021	65 846	1,48	**2051**	54 121	1,73
2031	61 336	1,60	**2061**	52 800	1,80

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.63 Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados

	Índice de dependência total	Índice de dependência de jovens	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
2011	78,2	18,4	59,7	324,0
2021	75,2	17,9	57,2	319,2
2031	85,6	21,9	63,8	291,2
2041	88,7	22,2	66,5	299,1
2051	88,7	22,4	66,3	295,6
2061	94,9	25,6	69,3	270,8

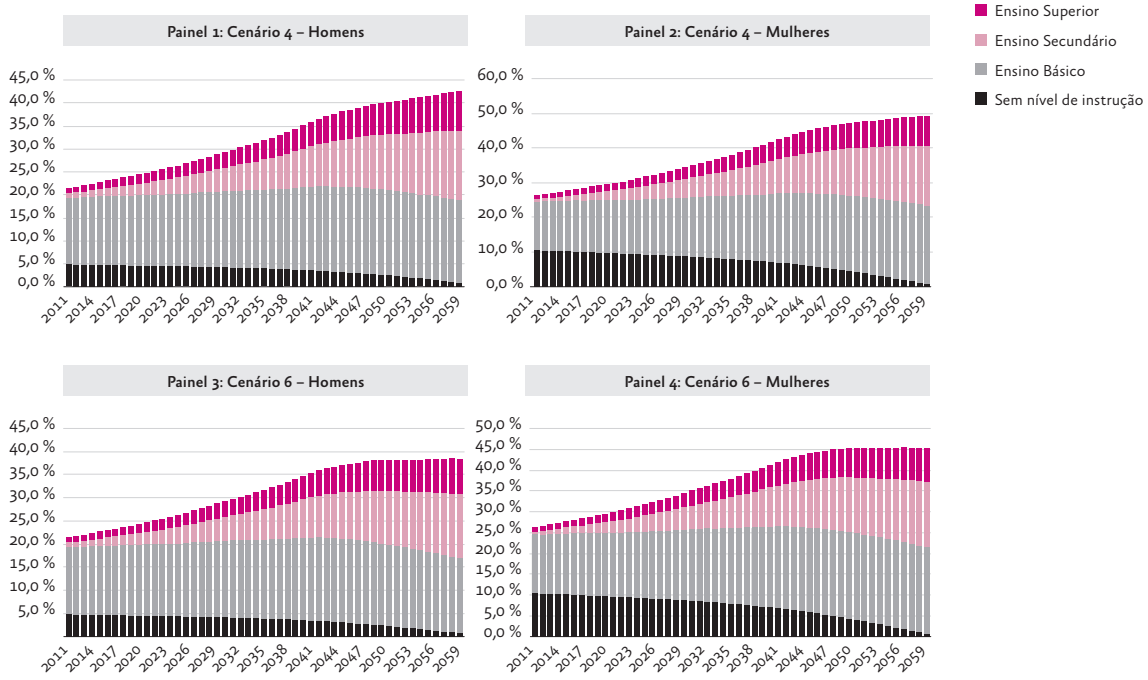
Fonte: INE. Cálculo próprio.

Anexo D

Projecções derivadas

Nível de instrução

Gráfico A.85 Evolução da proporção da população com 65+ anos no total da população, de acordo com o nível de escolaridade, nos cenários 4 e 6, entre 2011 e 2061, em Portugal



Quadro A.64 Proporção de população solteira em cada grupo de idades e por sexos, para anos seleccionados

	2011	2021	2031	2041	2051	2061	2011	2021	2031	2041	2051	2061
Cenário 4			**Homens**						**Mulheres**			
-15	15,93	13,59	10,80	9,46	9,27	8,83	13,93	11,88	9,40	8,23	8,07	7,74
15-19	5,67	5,45	4,90	3,81	3,39	3,49	4,88	4,66	4,18	3,25	2,89	3,00
20-24	5,25	5,34	4,83	4,04	3,36	3,38	4,23	4,17	3,78	3,13	2,62	2,65
25-29	4,17	3,81	3,77	3,45	2,74	2,50	3,03	2,62	2,57	2,35	1,87	1,71
30-34	2,78	2,21	2,31	2,13	1,82	1,56	1,94	1,46	1,48	1,37	1,16	1,00
35-39	1,83	1,50	1,41	1,43	1,34	1,09	1,31	1,06	0,93	0,93	0,88	0,72
40-44	1,18	1,20	0,98	1,05	0,99	0,87	0,88	0,90	0,70	0,72	0,68	0,60
45-49	0,84	0,92	0,78	0,75	0,77	0,74	0,70	0,76	0,63	0,57	0,58	0,56
50-54	0,57	0,61	0,64	0,54	0,59	0,57	0,56	0,60	0,62	0,49	0,52	0,51
55-59	0,39	0,44	0,50	0,43	0,43	0,45	0,47	0,53	0,59	0,50	0,47	0,49
60-64	0,28	0,31	0,35	0,38	0,33	0,37	0,42	0,48	0,53	0,56	0,46	0,50
65+	0,72	0,86	1,06	1,30	1,50	1,60	1,79	2,09	2,55	3,12	3,60	3,81
Cenário 5			**Homens**						**Mulheres**			
-15	15,93	13,96	12,25	11,65	11,55	11,51	13,93	12,21	10,69	10,18	10,14	10,20
15-19	5,67	5,43	4,92	4,25	4,14	4,19	4,88	4,65	4,21	3,64	3,56	3,65
20-24	5,25	5,31	4,74	4,22	3,94	4,01	4,23	4,15	3,72	3,29	3,08	3,17
25-29	4,17	3,79	3,70	3,40	2,99	2,96	3,03	2,61	2,53	2,32	2,05	2,05
30-34	2,78	2,20	2,27	2,06	1,86	1,77	1,94	1,46	1,46	1,32	1,20	1,15
35-39	1,83	1,50	1,39	1,38	1,29	1,15	1,31	1,05	0,92	0,90	0,85	0,77
40-44	1,18	1,20	0,96	1,01	0,93	0,86	0,88	0,90	0,68	0,70	0,65	0,60
45-49	0,84	0,91	0,76	0,72	0,73	0,69	0,70	0,75	0,62	0,55	0,55	0,53
50-54	0,57	0,61	0,63	0,52	0,55	0,52	0,56	0,60	0,61	0,48	0,50	0,47
55-59	0,39	0,44	0,49	0,42	0,40	0,41	0,47	0,53	0,59	0,49	0,44	0,46
60-64	0,28	0,31	0,35	0,37	0,31	0,34	0,42	0,47	0,52	0,55	0,43	0,46
65+	0,72	0,85	1,04	1,26	1,41	1,46	1,79	2,08	2,51	3,02	3,41	3,52
Cenário 6			**Homens**						**Mulheres**			
-15	15,93	14,33	13,65	13,64	13,48	13,73	13,9	12,5	11,9	12,0	11,9	12,3
15-19	5,67	5,41	4,94	4,67	4,80	4,74	4,9	4,6	4,2	4,0	4,2	4,2
20-24	5,25	5,29	4,66	4,40	4,46	4,49	4,2	4,1	3,7	3,4	3,5	3,6
25-29	4,17	3,78	3,64	3,36	3,22	3,35	3,0	2,6	2,5	2,3	2,2	2,3
30-34	2,78	2,19	2,23	1,99	1,90	1,95	1,9	1,5	1,4	1,3	1,2	1,3
35-39	1,83	1,49	1,37	1,33	1,25	1,21	1,3	1,0	0,9	0,9	0,8	0,8
40-44	1,18	1,19	0,95	0,98	0,88	0,85	0,9	0,9	0,7	0,7	0,6	0,6
45-49	0,84	0,91	0,75	0,70	0,69	0,65	0,7	0,8	0,6	0,5	0,5	0,5
50-54	0,57	0,60	0,62	0,50	0,52	0,48	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,4
55-59	0,39	0,44	0,48	0,40	0,38	0,38	0,5	0,5	0,6	0,5	0,4	0,4
60-64	0,28	0,31	0,34	0,35	0,29	0,31	0,4	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4
65+	0,72	0,85	1,02	1,21	1,33	1,34	1,8	2,1	2,5	2,9	3,3	3,3

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.65 Proporção de população casada em cada grupo de idades e por sexos, para anos seleccionados

	2011	2021	2031	2041	2051	2061	2011	2021	2031	2041	2051	2061
Cenário 4			**Homens**						**Mulheres**			
-15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15-19	0,04	0,04	0,03	0,03	0,02	0,02	0,13	0,12	0,11	0,09	0,08	0,08
20-24	0,53	0,53	0,48	0,40	0,34	0,34	0,96	0,95	0,86	0,71	0,59	0,60
25-29	2,16	1,97	1,95	1,79	1,42	1,30	2,77	2,39	2,35	2,14	1,71	1,57
30-34	4,42	3,51	3,67	3,39	2,89	2,47	4,75	3,58	3,62	3,35	2,84	2,45
35-39	5,66	4,66	4,38	4,43	4,14	3,38	5,61	4,51	4,00	4,00	3,74	3,07
40-44	5,70	5,83	4,76	5,08	4,80	4,21	5,46	5,55	4,29	4,44	4,20	3,68
45-49	5,91	6,43	5,45	5,23	5,41	5,20	5,53	5,98	4,94	4,47	4,58	4,42
50-54	5,71	6,13	6,46	5,40	5,90	5,73	5,19	5,59	5,83	4,61	4,88	4,77
55-59	5,45	6,14	6,91	6,01	5,92	6,30	4,83	5,48	6,09	5,15	4,78	5,05
60-64	5,12	5,71	6,37	6,91	5,94	6,71	4,35	4,88	5,41	5,78	4,70	5,15
65+	13,26	15,74	19,32	23,71	26,85	28,44	9,49	11,08	13,31	15,88	17,20	17,38
Cenário 5			**Homens**						**Mulheres**			
-15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15-19	0,04	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03	0,13	0,12	0,11	0,10	0,09	0,10
20-24	0,53	0,53	0,48	0,42	0,39	0,40	0,96	0,94	0,84	0,75	0,70	0,72
25-29	2,16	1,97	1,92	1,76	1,55	1,54	2,77	2,39	2,31	2,12	1,88	1,88
30-34	4,42	3,49	3,60	3,26	2,96	2,81	4,75	3,57	3,57	3,24	2,93	2,80
35-39	5,66	4,64	4,30	4,27	3,99	3,57	5,61	4,50	3,94	3,87	3,63	3,28
40-44	5,70	5,80	4,67	4,90	4,52	4,17	5,46	5,53	4,23	4,30	3,99	3,68
45-49	5,91	6,40	5,35	5,05	5,10	4,86	5,53	5,95	4,86	4,33	4,34	4,17
50-54	5,71	6,11	6,35	5,20	5,56	5,23	5,19	5,57	5,74	4,47	4,64	4,40
55-59	5,45	6,12	6,79	5,79	5,58	5,75	4,83	5,46	6,00	4,98	4,54	4,66
60-64	5,12	5,69	6,26	6,66	5,60	6,13	4,35	4,86	5,33	5,60	4,46	4,75
65+	13,26	15,67	18,98	22,86	25,30	25,97	9,49	11,04	13,11	15,38	16,33	16,04
Cenário 6			**Homens**						**Mulheres**			
-15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15-19	0,04	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03	0,13	0,12	0,11	0,11	0,11	0,11
20-24	0,53	0,53	0,47	0,44	0,45	0,45	0,96	0,94	0,83	0,78	0,80	0,81
25-29	2,16	1,96	1,89	1,74	1,67	1,74	2,77	2,38	2,27	2,11	2,03	2,14
30-34	4,42	3,48	3,54	3,15	3,02	3,09	4,75	3,55	3,51	3,15	3,01	3,12
35-39	5,66	4,62	4,23	4,12	3,86	3,74	5,61	4,48	3,88	3,75	3,54	3,46
40-44	5,70	5,78	4,59	4,73	4,28	4,14	5,46	5,51	4,16	4,17	3,80	3,69
45-49	5,91	6,37	5,26	4,87	4,82	4,57	5,53	5,93	4,79	4,20	4,14	3,96
50-54	5,71	6,08	6,24	5,03	5,27	4,82	5,19	5,55	5,65	4,33	4,42	4,09
55-59	5,45	6,09	6,67	5,59	5,28	5,30	4,83	5,44	5,91	4,84	4,32	4,34
60-64	5,12	5,66	6,16	6,44	5,30	5,65	4,35	4,84	5,25	5,43	4,25	4,42
65+	13,26	15,60	18,66	22,08	23,96	23,94	9,49	11,00	12,91	14,92	15,56	14,92

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.66 Proporção de população divorciada em cada grupo de idades e por sexos, para anos seleccionados

	2011	2021	2031	2041	2051	2061	2011	2021	2031	2041	2051	2061
Cenário 4			**Homens**						**Mulheres**			
-15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15-19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20-24	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,04	0,04	0,03	0,03	0,02	0,02
25-29	0,09	0,08	0,08	0,07	0,06	0,05	0,16	0,14	0,14	0,13	0,10	0,09
30-34	0,27	0,22	0,23	0,21	0,18	0,15	0,41	0,31	0,32	0,29	0,25	0,21
35-39	0,45	0,37	0,35	0,36	0,33	0,27	0,64	0,52	0,46	0,46	0,43	0,35
40-44	0,51	0,52	0,43	0,46	0,43	0,38	0,71	0,72	0,56	0,58	0,55	0,48
45-49	0,54	0,59	0,50	0,48	0,49	0,47	0,73	0,79	0,65	0,59	0,61	0,59
50-54	0,49	0,52	0,55	0,46	0,50	0,49	0,65	0,69	0,72	0,57	0,61	0,59
55-59	0,40	0,45	0,50	0,44	0,43	0,46	0,50	0,57	0,64	0,54	0,50	0,53
60-64	0,29	0,33	0,36	0,39	0,34	0,38	0,37	0,42	0,46	0,50	0,40	0,44
65+	0,42	0,50	0,61	0,74	0,80	0,83	0,67	0,79	0,95	1,13	1,23	1,26
Cenário 5			**Homens**						**Mulheres**			
-15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15-19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20-24	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,04	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03
25-29	0,09	0,08	0,08	0,07	0,06	0,06	0,16	0,14	0,14	0,13	0,11	0,11
30-34	0,27	0,21	0,22	0,20	0,18	0,17	0,41	0,31	0,31	0,28	0,26	0,24
35-39	0,45	0,37	0,35	0,34	0,32	0,29	0,64	0,52	0,45	0,44	0,42	0,38
40-44	0,51	0,52	0,42	0,44	0,41	0,37	0,71	0,72	0,55	0,56	0,52	0,48
45-49	0,54	0,58	0,49	0,46	0,46	0,44	0,73	0,79	0,64	0,57	0,58	0,55
50-54	0,49	0,52	0,54	0,44	0,48	0,45	0,65	0,69	0,71	0,55	0,58	0,55
55-59	0,40	0,45	0,49	0,42	0,41	0,42	0,50	0,57	0,63	0,52	0,47	0,49
60-64	0,29	0,32	0,36	0,38	0,32	0,35	0,37	0,42	0,46	0,48	0,38	0,41
65+	0,42	0,50	0,60	0,71	0,75	0,76	0,67	0,78	0,93	1,10	1,17	1,16
Cenário 6			**Homens**						**Mulheres**			
-15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15-19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20-24	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,04	0,04	0,03	0,03	0,03	0,03
25-29	0,09	0,08	0,08	0,07	0,07	0,07	0,16	0,14	0,13	0,12	0,12	0,13
30-34	0,27	0,21	0,22	0,19	0,19	0,19	0,41	0,31	0,31	0,27	0,26	0,27
35-39	0,45	0,37	0,34	0,33	0,31	0,30	0,64	0,51	0,45	0,43	0,41	0,40
40-44	0,51	0,52	0,41	0,42	0,38	0,37	0,71	0,72	0,54	0,54	0,49	0,48
45-49	0,54	0,58	0,48	0,44	0,44	0,42	0,73	0,79	0,63	0,56	0,55	0,52
50-54	0,49	0,52	0,53	0,43	0,45	0,41	0,65	0,69	0,70	0,54	0,55	0,51
55-59	0,40	0,44	0,49	0,41	0,38	0,39	0,50	0,57	0,62	0,51	0,45	0,45
60-64	0,29	0,32	0,35	0,37	0,30	0,32	0,37	0,42	0,45	0,47	0,36	0,38
65+	0,42	0,50	0,59	0,68	0,71	0,70	0,67	0,78	0,92	1,07	1,12	1,08

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.67 Proporção de população viúva em cada grupo de idades e por sexos, para anos seleccionados

	2011	2021	2031	2041	2051	2061	2011	2021	2031	2041	2051	2061
Cenário 4			**Homens**						**Mulheres**			
-15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15-19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20-24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00
25-29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
30-34	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,04	0,03	0,03	0,03	0,02	0,02
35-39	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,08	0,07	0,06	0,06	0,05	0,04
40-44	0,03	0,03	0,02	0,03	0,02	0,02	0,15	0,15	0,12	0,12	0,11	0,10
45-49	0,05	0,06	0,05	0,05	0,05	0,05	0,26	0,29	0,24	0,21	0,22	0,21
50-54	0,09	0,10	0,10	0,08	0,09	0,09	0,42	0,45	0,47	0,37	0,39	0,38
55-59	0,13	0,15	0,17	0,15	0,15	0,16	0,64	0,72	0,80	0,68	0,63	0,67
60-64	0,20	0,23	0,26	0,28	0,24	0,27	0,94	1,05	1,17	1,25	1,02	1,11
65+	2,42	2,88	3,65	4,64	5,70	6,33	9,33	10,92	13,40	16,62	19,75	21,37
Cenário 5			**Homens**						**Mulheres**			
-15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15-19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20-24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00
25-29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
30-34	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,04	0,03	0,03	0,03	0,02	0,02
35-39	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,08	0,07	0,06	0,06	0,05	0,05
40-44	0,03	0,03	0,02	0,03	0,02	0,02	0,15	0,15	0,12	0,12	0,11	0,10
45-49	0,05	0,06	0,05	0,04	0,05	0,04	0,26	0,28	0,23	0,21	0,21	0,20
50-54	0,09	0,10	0,10	0,08	0,09	0,08	0,42	0,45	0,46	0,36	0,37	0,35
55-59	0,13	0,15	0,17	0,14	0,14	0,14	0,64	0,72	0,79	0,66	0,60	0,61
60-64	0,20	0,23	0,25	0,27	0,22	0,25	0,94	1,05	1,15	1,21	0,96	1,03
65+	2,42	2,87	3,58	4,47	5,37	5,78	9,33	10,87	13,20	16,10	18,75	19,73
Cenário 6			**Homens**						**Mulheres**			
-15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15-19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
20-24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25-29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
30-34	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
35-39	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
40-44	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
45-49	0,05	0,06	0,05	0,04	0,04	0,04	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
50-54	0,09	0,09	0,10	0,08	0,08	0,08	0,4	0,4	0,5	0,3	0,4	0,3
55-59	0,13	0,15	0,16	0,14	0,13	0,13	0,6	0,7	0,8	0,6	0,6	0,6
60-64	0,20	0,23	0,25	0,26	0,21	0,23	0,9	1,0	1,1	1,2	0,9	1,0
65+	2,42	2,86	3,52	4,32	5,08	5,33	9,3	10,8	13,0	15,6	17,9	18,3

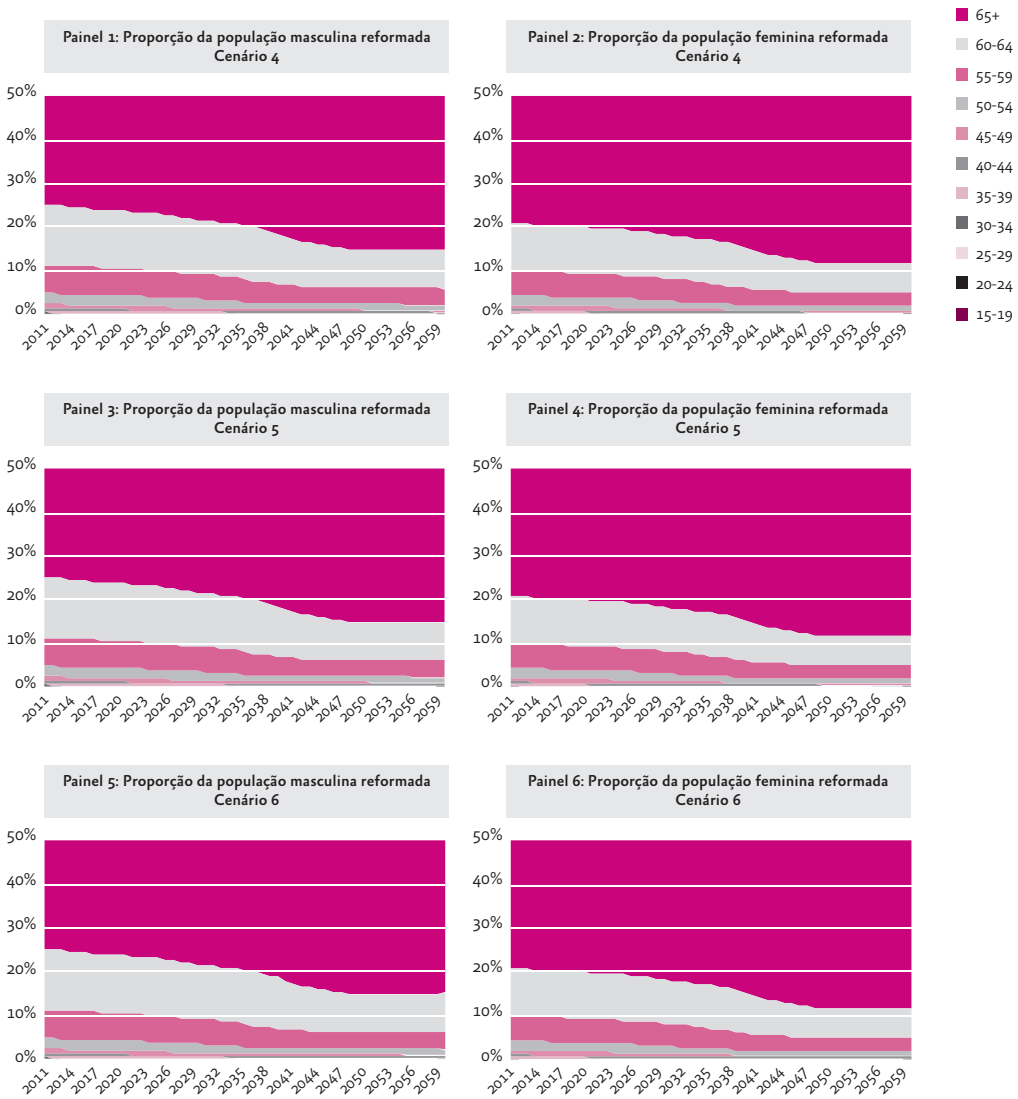
Fonte: INE. Cálculo próprio.

Quadro A.68 Proporção de população reformada em cada grupo de idades e por sexos, para anos seleccionados

	2011	2021	2031	2041	2051	2061	2011	2021	2031	2041	2051	2061
Cenário 4			**Homens**						**Mulheres**			
45-49	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
50-54	0,6	0,6	0,6	0,5	0,6	0,5	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5
55-59	1,6	1,7	1,9	1,6	1,6	1,7	1,5	1,7	1,8	1,5	1,4	1,5
60-64	3,3	3,6	3,9	4,2	3,6	4,0	3,0	3,2	3,5	3,7	3,0	3,3
65+	18,2	21,0	25,1	30,6	35,3	37,6	21,7	24,7	29,3	35,3	40,4	42,3
Cenário 5			**Homens**						**Mulheres**			
45-49	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
50-54	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5
55-59	1,6	1,7	1,9	1,6	1,5	1,6	1,5	1,7	1,8	1,5	1,4	1,4
60-64	3,3	3,6	3,9	4,1	3,5	3,8	3,0	3,2	3,5	3,7	2,9	3,1
65+	18,2	21,0	25,1	30,2	34,1	35,4	21,7	24,7	29,2	34,9	39,2	40,2
Cenário 6			**Homens**						**Mulheres**			
45-49	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
50-54	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5
55-59	1,6	1,7	1,9	1,6	1,5	1,5	1,5	1,7	1,8	1,5	1,4	1,4
60-64	3,3	3,6	3,9	4,1	3,4	3,6	3,0	3,2	3,5	3,6	2,8	3,0
65+	18,2	21,0	25,1	29,9	33,0	33,4	21,7	24,7	29,2	34,5	38,1	38,2

Fonte: INE. Cálculo próprio.

Gráfico A.86 Evolução da proporção de população reformada em cada grupo de idades e por sexos, entre 2011 e 2061



Fonte: INE. Cálculo próprio.

Reflexões finais

Que futuro para a população de Portugal?*

* Mário Leston Bandeira.

Demografia e previsões

Para Louis Henry, o grande demógrafo fundador da demografia histórica e eminente teórico da análise demográfica, a demografia tem mais que ver com a História do que com a física. Em defesa da sua opinião acerca dos limites das previsões demográficas, acrescentou que não é seguro que «a História seja previsível»[67].

Estaremos perante aquela velha querela, afinal que espécie de ciência é a demografia?

Será a demografia apenas uma estatística, uma contabilidade de seres humanos, será uma ciência humana, uma ciência social, ou um simples «ramo da sociologia» (Landry, 1944)[68]? Ou será uma ciência exacta?

Não se conhecem respostas claras e definitivas quanto a todas estas perguntas.

Quando, em 25 de Janeiro de 1662, John Graunt publicou as suas *Observações Naturais e Políticas*, onde apresentou as primeiras tábuas de mortalidade, que mediam o risco de mortalidade segundo a idade dos humanos e analisava as causas de mortalidade e o crescimento natural, ele sabia, tinha plena consciência do que estava a fazer. Sabia que estava a criar uma nova ciência, uma ciência que não tinha nada que ver nem com astronomia nem com física, mas que, apesar disso, era uma ciência exacta. Uma ciência, cujo principal instrumento, por ele iniciado, era a análise demográfica construída a partir da observação de dados estatísticos, os famosos *Bills of Mortality*.

Desta descoberta, Graunt retirou pelo menos três consequências científicas notáveis e imperecíveis: (1) os factos da vida humana são mensuráveis; (2) em resultado da medida desses factos, pode-se definir e prever os riscos de, no futuro, se produzirem determinados acontecimentos e de se desenvolverem determinadas tendências; (3) o conhecimento desses riscos prepara a sociedade e os poderes públicos para agir[69].

67. Henry, Louis, s.d. *Perspectives Démographiques*, INED, p. 5.

68. Citado por Bandeira, Mário Leston, 2004. *Demografia. Objecto, teorias e métodos*, Lisboa, Escolar Editora, p. 23.

69. Bandeira, Mário Leston, 1996. «Teorias da população e modernidade», *Análise Social*, n.º 135, vol. XXXI, 1996-1.º, p. 8.

E aqui chegamos ao centro da questão que relaciona a ciência demográfica com as perspectivas de população.

Reequacionemos as dúvidas de Louis Henry e de outros demógrafos porventura por ele influenciados acerca das previsões demográficas. Ao contrário do que Henry afirmou, as previsões de população não pretendem fazer da demografia uma ciência aparentada nem com a física nem com a astronomia. Tratar-se-á, então, apenas de um ramo da sociologia, como admitia Adolphe Landry?

Louis Henry era um matemático fascinado pela demografia, mas estava atento a outras realidades. Entendia que a qualidade das perspectivas não dependia «de um aparelho matemático sofisticado, antes de uma completa análise retrospectiva da situação e tendências passadas mais ou menos próximas». O seu pensamento de matemático e teórico da análise demográfica discerniu de forma clara e inapelável que, na questão das perspectivas, à análise demográfica se devia acrescentar a análise de factos sociais, económicos e culturais relevantes[70]. E, desse modo, encontrou justificação para as suas reticências quanto à presumidamente incontestável exactidão das perspectivas demográficas.

70. Louis Henry, *Perspectives démographiques*, Paris, INED, s. d.

Estamos perante uma contradição que só na aparência é insanável. A demografia mede, a demografia quantifica, a demografia pode prever. Esta foi a intuição genial de John Graunt. Quais são os limites da demografia enquanto ciência exacta? Esses limites foram muito bem explicados por Alain Girard em 1984: «os factos de população estão em primeiro lugar sob a dependência dos factos de população, mas o demógrafo não pode ignorar que o seu carácter aritmético é em cada momento posto em causa pela intervenção do social»[71].

71. Alain Girard, 1984. *L'homme et le nombre des hommes. Essais sur les conséquences de la révolution démographique*, Paris, PUF, p. 50 (citado por Bandeira, Mário Leston, 2004, p. 62).

Voltemos, pois, ao princípio. Demografia, ciência exacta, porque mede, porque quantifica e nos coloca perante realidades tão irrefutáveis como são os movimentos dos astros. Demografia, ciência social, porque a cada momento os números que medem a vida dos humanos são alterados pela aleatoriedade social.

Partamos, então, agora que damos por terminada uma longa e muito trabalhosa e fascinante investigação, para a inevitável reflexão acerca dos resultados, aqui minuciosamente expostos, acerca das perspectivas e do futuro da população portuguesa.

Não será uma reflexão nem exaustiva nem muito menos definitiva. Apenas um exercício que motive outras reflexões.

Hipóteses, cenários e racionalidade económica e social

Na construção de perspectivas de população, a relação entre a análise demográfica e a análise de factos sociais, económicos e culturais relevantes, defendida por Henry, é operada através da formulação de hipóteses quanto ao que poderá

ser o rumo das dinâmicas demográficas. Da combinação dessas hipóteses sobre a evolução «previsível» da natalidade, da mortalidade e das migrações líquidas resultam cenários alternativos.

É um trabalho parecido com a elaboração de um filme e, por isso, o termo "cenário" é inteiramente adequado para designar o resultado da interligação entre a análise demográfica e a análise dos factos relevantes que condicionam os comportamentos demográficos. Trabalho indispensável nas perspectivas de população.

Referindo-se aos comportamentos em matéria de procriação, o demógrafo australiano J. C. Caldwell propôs uma fórmula causal feliz. Interrogando-se sobre as causas do declínio da fecundidade no contexto do que designou como a passagem do modo de produção doméstica familiar para o modo de produção capitalista, Caldwell explicou esse processo como o resultado de uma inversão dos «fluxos de riqueza» familiares, sendo determinante para o controlo de nascimentos que esses fluxos passem a circular dos pais para os filhos. E contestou que a racionalidade, em particular a racionalidade económica, seja apanágio exclusivo das sociedades industrializadas e urbanas. Concluiu que o seu estudo sobre os iorubas da Nigéria demonstra que «todas as sociedades são economicamente racionais». O facto de a alta ou a baixa fecundidade serem ou não racionais é determinado por «condições sociais: principalmente pela direcção da circulação de riqueza entre gerações»[72].

Tomando esta teoria como boa, quando procuramos formular hipóteses e cenários demográficos, a procura dos factos relevantes que condicionam as dinâmicas demográficas torna-se uma procura da racionalidade social e económica dominante, presente ou emergente.

Deste modo, para a elaboração das nossas projecções do futuro da população portuguesa, optámos por uma hipótese geral que é determinada pelo facto de a racionalidade económica e social actualmente dominante em Portugal ser a de uma sociedade em recessão económica e social, com taxas de desemprego muito elevadas, principalmente entre os jovens com menos de 25 anos e com uma crescente diminuição dos direitos sociais inerentes a quem trabalha e dos apoios às famílias.

Os efeitos de tal tipo de racionalidade já atingiram no nosso universo demográfico um estádio de avançada deterioração em 2012 e podem ser sintetizados por informações, todas concordantes, divulgadas pelo I. N. E. em 17 de Junho de 2013 (Quadro 8.1): crescimento efectivo, crescimento natural e crescimento migratório negativos e consequentemente forte diminuição da população total; forte diminuição dos nascimentos e indicador conjuntural de fecundidade (1,28), pela primeira vez inferior a 1,3 filhos por mulher.

72. Ver: Bandeira, Mário Leston, 1996. *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, col. «Análise Social», pp. 59-60.

Quadro 8.1 Indicadores do INE sobre a população de Portugal em 2012

Indicadores	Números Absolutos	Taxas
População em 31/12/2012	10 487 289	
Crescimento em 2012	-55 109	
Taxa de crescimento efectivo		-0,52 %
Emigrantes permanentes	51 958	
Emigrantes temporários	56 980	
Total emigrantes	108 938	
Crescimento migratório		-0,36 %
Nascimentos/fecundidade	89 841	1,28 filhos/mulher
Crescimento dos nascimentos (2011/2012)	-7015	
Óbitos	107 598	
Taxa de crescimento natural		-0,17 %

Fonte: INE

A principal questão metodológica que se põe quanto à natureza e efeitos desta racionalidade dominante de crise é situá-la entre que limites de tempo ela poderá transcorrer.

A demografia é uma ciência do tempo, tempo-idade, tempo-ciclo de vida, tempo-ciclos económico-sociais. Quanto tempo poderá durar o ciclo económico depressivo iniciado em Portugal em 2008-2010?

Adoptámos como hipótese que ele possa durar cerca de vinte anos. O que nos conduziu inevitavelmente a outra hipótese seguinte: a partir de 2031, os factos mais relevantes da economia portuguesa, em particular, relativos à economia e ao mercado do trabalho, poderão evoluir *grosso modo* em sentido positivo a partir desse ano, o que, segundo a opinião que formámos, justifica que possam ser antecipadas neste momento algumas reversões de tendências demográficas que possam acontecer em contraciclo, num horizonte que se perfila para já até 2061.

Estabelecemos, assim, uma hipótese de fronteiras de tempo para a nossa projecção: primeira fase, marcada por dinâmicas demográficas recessivas, até 2031; segunda fase, de recuperação lenta, até 2060.

Todos os cenários que formulámos foram induzidos a partir desta hipotética partição temporal. Eles estão explicados nos capítulos VI e VII, naturalmente não os vou enumerar, apenas pretendo comentar alguns aspectos que me parecem teoricamente mais interrogantes, quanto às alternativas de futuro que se oferecem à população portuguesa.

Crescimento e envelhecimento

Durante a década de 1960, a população portuguesa teve um crescimento efectivo negativo de, pelo menos -2,5 %[73], passando de 8 889 400 habitantes recenseados em 1960 para 8 663 300 em 1970. Simultaneamente, a proporção de seniores aumentou de 8 % para 9,7 % e, desde então, tem vindo a crescer continuamente até atingir 19,1 % em 2011.

A forte emigração dessa época está, assim, associada a um facto único na história conhecida da população portuguesa. O facto é a coincidência no tempo de dois efeitos demográficos distintos, que são o crescimento negativo da população e o seu envelhecimento.

Desde 1970, a população tem continuado a envelhecer, mas não voltámos a ter crescimento negativo entre recenseamentos.

A coincidência entre crescimento negativo e envelhecimento durante os anos 1960 não voltou a acontecer até hoje, mas os cenários das nossas projecções deixam antever que tal situação se tornará corrente e permanente até 2061.

Segundo o cenário 9, que combina um mais rápido crescimento da esperança de vida à nascença (cenário alto) com uma fecundidade mais elevada (cenário alto), o número de residentes em Portugal diminuirá até 2061, ano em que atingirá um valor inferior a 9 milhões de habitantes, mais precisamente 8 933 004. É um cenário optimista, que associa as dinâmicas naturais mais elevadas dentro do quadro das hipóteses consideradas. Mas, apesar de optimista, os resultados obtidos quanto ao crescimento da população são, no mínimo, decepcionantes.

Demografia, ciência do tempo, o tempo não perdoa. Tudo o que aconteceu nos últimos trinta anos e vai continuar a acontecer nos próximos cinquenta vai ter resultados que a nossa visão à distância já pode antever. Na melhor das hipóteses, e se não houver ajuda de uma forte vaga de novos imigrantes, Portugal perderá em 2060, em relação a 2011, cerca de 1,5 milhões de habitantes.

Mas, se considerarmos o cenário 1, diametralmente oposto ao cenário 9, e que é o pior cenário de todos porque combina um aumento muito lento da esperança de vida à nascença (cenário baixo) com uma fecundidade bastante baixa (cenário também baixo), em 2061 a população portuguesa não ultrapassará os 6,5 milhões de pessoas (6 440 819), o que significa uma redução de cerca de 4 milhões de habitantes em relação a 2011.

Os cenários 1 e 9 são cenários extremos no que diz respeito à natalidade e à mortalidade. Mas não contemplam hipóteses quanto à interferência de migrações.

Em termos de consequências quanto ao crescimento demográfico, o primeiro cenário determina o mais elevado declínio da população até 2061,

73· Os dados definitivos do recenseamento de 1970 nunca foram publicados. Tal facto, surpreendente e único na história dos recenseamentos em Portugal, questiona seriamente que espécie de credibilidade pode ser atribuída à amostra provisória de 20 % divulgada pelo INE.

enquanto, segundo o cenário 9, esse declínio será mais brando. Mas, em ambos os casos, haverá perdas de população.

As conclusões do cenário 9 são, porém, mais significativas, porque nos mostram que, na perspectiva de se verificar uma fecundidade mais alta em conjugação com uma esperança de vida elevada, essas dinâmicas não serão suficientes para assegurar um crescimento positivo.

Quanto à evolução das estruturas etárias, ambos os cenários coincidem num prognóstico geral: até 2061, o peso dos seniores continuará a aumentar.

Mas as causas desse envelhecimento são diferentes consoante o cenário. No cenário 1, o aumento da proporção de seniores depende das hipóteses relativas à fecundidade: quanto mais alta for a fecundidade, menor será o envelhecimento.

Mas o cenário 9 introduz uma novidade. Mesmo se conjugada com fecundidade alta, uma esperança de vida muito elevada acentuará o peso dos seniores, por outras palavras, o envelhecimento no topo da pirâmide.

Na hipótese de a esperança de vida dos homens e das mulheres subirem em 2061, respectivamente para 88,39 e 93,18 anos (hipótese alta do cenário 9), as proporções de seniores previstas pelo cenário 9 serão sempre superiores às proporções do cenário 1 (baixa esperança de vida e baixa fecundidade): em 2031, 28,1 % de seniores é nitidamente superior a 25,7 %; em 2061, 37,9 % de 65 e + anos, que é uma proporção muito elevada, ultrapassa os 35,3 % do cenário 1.

Vemos, neste caso, plenamente confirmada uma das hipóteses que colocámos no início da nossa investigação, a qual valorizava a necessidade de se aprofundar o nosso conhecimento acerca dos efeitos do recuo da mortalidade nos processos de envelhecimento demográfico. Pudemos comprovar que os efeitos de uma duração de vida excepcionalmente elevada podem contrariar os efeitos da alta fecundidade no rejuvenescimento das populações.

As conclusões que retiramos da comparação de dois cenários extremos quanto à futura simultaneidade do crescimento negativo da população e do seu envelhecimento são confirmadas pelos resultados que nos transmitem os três cenários centrais que definimos, cenários em que a mortalidade se mantém constante e apenas varia a fecundidade (cenários 4, 5 e 6).

No cenário 6, que é aquele em que a hipótese de fecundidade é a mais alta, comparativamente com os outros dois cenários, o crescimento é menos negativo: em 2031, a população total passa de 10 561 614 em 2011 para 9 980 737; mas, em 2061, atinge apenas 8 406 140.

Simultaneamente, a proporção de seniores continuará a aumentar, mas menos no cenário 6 do que nos outros dois: 19,1 % em 2011, 27,7 % em 2031, 34,6 % em 2060. Mesmo que o indicador conjuntural de fecundidade suba, entre

2031 e 2060, de 1,3 filhos por mulher para 1,8, essa subida não será suficiente para fazer inverter a tendência do envelhecimento.

Em que medida é que as migrações poderão interferir nos processos de crescimento e de envelhecimento da população?

A formulação de hipóteses sobre as migrações é sempre um exercício arriscado. No actual contexto, incerto e depressivo, da economia portuguesa, as margens de erro são ainda maiores.

Optou-se por definir apenas dois cenários com migrações líquidas, acoplados aos cenários centrais (4, 5 e 6). Do que resultaram novos cenários.

Concentremo-nos apenas nos cenários 6.1 e 6.2.

No cenário 6, temos mortalidade constante e fecundidade alta. No cenário 6.1, acrescentamos uma hipótese de migração líquida anual total de -10 000 migrantes em 2031 e de + 20 000 em 2061. No cenário 6.2, vêm «juntar-se» ao cenário 6, em 2031, -40 000 migrantes anuais e +20 000 em 2061.

A comparação dos valores do cenário 6, relativos à população total, ao número anual de nascimentos e à proporção de seniores, com os mesmos indicadores influenciados pelas migrações líquidas dos cenários 6.1 e 6.2 permite aferir a hipotética influência dos movimentos migratórios sobre o crescimento da população e também sobre o seu envelhecimento (Quadro 8.2).

Quadro 8.2 Influência das migrações líquidas no crescimento e no envelhecimento. Comparação do cenário 6 com os cenários 6.1 e 6.2

	Cenário 6		Cenário 6.1		Cenário 6.2	
Indicadores	2031	2061	2031	2061	2031	2061
População total	9 981 745	8 406 140	9 533 780	8 064 963	8 894 554	7 332 762
Nascimentos	83 347	71 978	80 914	78 014	73 511	71 319
65+ (%)	26,70 %	34,60 %	25,60 %	26,70 %	27,20 %	27,10 %

A leitura desta informação permite concluir sinteticamente quanto à presumível influência de migrações sobre a evolução da população portuguesa, sendo certo que estamos a lidar com hipóteses migratórias muito prudentes.

A conclusão demográfica mais positiva refere-se à previsível evolução do envelhecimento. Comparativamente com os valores do cenário 6, os cenários com migrações apresentam proporções de seniores inferiores, principalmente em 2061, ano em que é admitida a hipótese de, ao longo da década de 2051-2061, ocorrer uma migração líquida total de +100 000 residentes.

Mas, apesar deste *apport* migratório, o declínio da população continuará, com uma diminuição mais pronunciada da população total no cenário 6.2, em 2061 (-14,64 % de crescimento intercensitário).

Outra tendência que é muito útil assinalar neste momento é a evolução do número anual de nascimentos. Em todos os cenários, a tendência geral é para uma diminuição desses nascimentos. A interferência das migrações não modifica esse rumo. Tal tendência é uma das causas estruturais do continuado declínio da população portuguesa e do seu envelhecimento. Constitui um problema maior que temos de considerar quando nos interrogamos sobre o futuro da população portuguesa.

Crescimento, fecundidade e gerações

Em Portugal, em 1962, nasceram 220 000 crianças. Cinquenta anos depois, em 2012, este capital demográfico essencial desceu para 89 841 nados-vivos. Façamos as contas: em cinquenta anos, as novas gerações – às quais, para que seja cumprida a racionalidade própria da sobrevivência das populações, é confiado o precioso encargo de reproduzir a população portuguesa – essas novas gerações esvaziaram-se em 59,2 %.

É a velha questão dos grandes números, pequenos números.

Na época em que nasciam 220 000 crianças e o indicador conjuntural de fecundidade era de 3 filhos por mulher, tínhamos gerações plenas e uma população jovem.

Hoje, nascem menos de 90 000 nados-vivos e o indicador sintético da fecundidade é de apenas 1,28 filhos por mulher. O que é que nos resta?

Temos um naipe de gerações vazias ou que caminham para o esvaziamento, o que significa que haverá cada vez menos homens e mulheres capazes de procriar. Mesmo que, por absurda hipótese, essas mulheres começassem a dar à luz, em média, 3 filhos, a população continuaria a diminuir e a envelhecer. Envelhecerá certamente cada vez mais porque as nossas gerações procriadoras são cada vez menos numerosas e provavelmente também graças à preciosa «ajuda» do imparável aumento de octogenários, nonagenários e centenários, sobreviventes graças ao aumento da esperança de vida.

Retrato futuro e provável do português enquanto sénior

As projecções «derivadas» que apresentamos neste relatório têm como finalidade antever quais serão, em sentido puramente sociológico, as qualidades dos futuros seniores do país.

Pretendemos responder apenas a algumas das perguntas que têm vindo a ser feitas há cerca de trinta anos, questões que estão ao nosso reduzido alcance: serão os seniores do futuro mais instruídos, viverão principalmente

em família, viverão sozinhos ou em instituições? Haverá mais reformados e pensionistas, mais seniores institucionalizados?

As respostas a estas perguntas foram construídas com base nos cenários centrais (4, 5 e 6).

Quanto à vida familiar dos seniores, as perspectivas parecem ser positivas. Consoante os cenários, a proporção de representantes de família com 65 e + anos terá tendência para aumentar até 2061. Em 2011, ela era de apenas 31 % e em 2061 subirá para valores à volta de 50 %, o que significa que, neste aspecto, seniores e activos mais jovens estarão em igualdade.

Quanto ao estado civil, a tendência vai no mesmo sentido. Em relação à população total, a proporção de seniores com um estado civil definido vai subir, o que reflecte o aumento dessa população. O que parece um pouco intrigante e, ao mesmo tempo, completamente novo é que em 2061 a maior proporção será de seniores solteiros (29 % em 2011 e 50 % em 2061). Hipótese explicativa: tal evolução pode reflectir a perda de influência do casamento formal, a qual se traduz no facto de actualmente apenas cerca de 40 % de homens e de mulheres celebrarem um primeiro casamento.

Mas também o número de casados e de divorciados vai subir. Ao contrário do que poderíamos supor, o estado civil menos representado é o estado de viúvo, mais importante entre as mulheres, enquanto os homens superam as mulheres no que diz respeito ao estado de casados.

Vai aumentar o número de reformados?

Pergunta de difícil resposta.

Pela lei do envelhecimento e pela lei da sobrevivência demográfica, o número de reformados deverá aumentar. Mas, se aumentar a mortalidade sénior, hipótese que não é de excluir, demograficamente falando, haverá menos reformados.

Haverá também menos reformados, se considerarmos as políticas sociais que têm vindo e vão continuar a decidir-se a favor do aumento da idade de reforma. A resposta demográfica a esta hipótese é incerta. Tudo depende de quem decide. O que é certo é que quanto mais aumentar esse limite, menos reformados haverá. Mas os efeitos demográficos sobre a sociedade não se resolvem por decreto.

A tendência genérica detectada pela nossa projecção é que em 2061 haverá cerca de 40 % de reformados na população total, o que equivalerá, em relação a 2011, a um aumento de 20 % para ambos os sexos.

Quanto aos seniores institucionalizados, é difícil chegar a uma conclusão categórica. Como vimos, a integração familiar dos seniores revela tendência para melhorar no futuro, o que poderá constituir um travão ao recurso a albergues institucionais. Mas as famílias não podem fazer tudo, as instituições

especializadas têm ou deverão ter uma função essencial. Sobre isto, o que é que nos dizem as nossas previsões «derivadas»?

Dizem-nos duas coisas. A primeira é que, em proporção dependente de cada cenário, haverá sempre, até 2061, um aumento dos seniores institucionalizados.

Segunda coisa, provavelmente a mais importante: em 2061, a proporção de mulheres institucionalizadas será sempre superior à dos homens: 3,8 % de mulheres para 1,7 % de homens, no cenário 4; 3,5 % de mulheres para 1,5 % no cenário 5 e 3,3 % de mulheres para 1,4 % de homens no cenário 6.

Pode não ser inevitável, mas neste domínio as probabilidades demográficas são claramente desfavoráveis à população sénior feminina.

A esperança de vida das mulheres, mesmo que a diferença em relação aos homens possa continuar a reduzir-se, será sempre superior, tendencialmente elas continuarão a viver mais anos e também a casar-se com homens mais velhos. Vivem mais anos, os maridos são mais velhos, logicamente eles partem mais cedo e, enquanto não partem, cabe às mulheres tomarem conta, cuidarem dos seus maridos. Acresce ainda que a maior parte das mulheres, por causa da baixa fecundidade, terão uma prole muito limitada, muitas nem sequer terão filhos, são outras razões de peso que podem contribuir para que antecipemos um provável aumento das velhices femininas solitárias.

Alarguemos a reflexão. Terá a solidão como único destino e acolhimento uma instituição para «velhinhos»?

Penso que as sociedades do futuro estarão cada vez mais atentas aos efeitos perniciosos da institucionalização e que podem e devem ser equacionadas outras soluções. Tudo passará pela saúde. A prevenção das patologias do envelhecimento precisa de modos de vida saudáveis e uma oportuna e sensata gestão do corpo e da mente.

Em relação aos homens, as mulheres estão em vantagem no que diz respeito às preocupações com a saúde: cuidam-se melhor, têm o hábito de consultar os médicos com frequência. Psicologicamente e afectivamente são mais disponíveis e atentas aos outros, sabem criar redes de sociabilidade, não se refugiam, não se acantonam, não se põem de parte. São trunfos femininos de valor inestimável contra a engrenagem da institucionalização. Confiemos neles.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

31 **Gráfico 1.1** Variação percentual da população residente em Portugal e NUTS II (%)

48 **Gráfico 1.2** Proporção de jovens por NUTS III em 1950, 1981 e 2011

50 **Gráfico 1.3** Proporção de idosos por NUTS III em 1950, 1981 e 2011

55 **Gráfico 1.4** Índice de envelhecimento por NUTS III em 1950, 1981 e 2011

58 **Gráfico 1.5** Percentagem de jovens e idosos em 1950

58 **Gráfico 1.6** Percentagem de jovens e idosos em 1960

59 **Gráfico 1.7** Percentagem de jovens e idosos em 1970

60 **Gráfico 1.8** Percentagem de jovens e idosos em 1981

60 **Gráfico 1.9** Percentagem de jovens e idosos em 1991

61 **Gráfico 1.10** Evolução do índice de envelhecimento na Europa dos 27 considerando 1950 e 2011

61 **Gráfico 1.11** Percentagem de jovens e idosos em 2001

62 **Gráfico 1.12** Percentagem de jovens e idosos em 2011

81 **Gráfico 1.13** Comparação dos *clusters* mais e menos envelhecidos em 1950 e 2011

83 **Gráfico 1.14** População com e sem nível de escolaridade completo (%), sexos reunidos, por grupo etário, Portugal, 2001 e 2011

84 **Gráfico 1.15** População com e sem nível de escolaridade completo (%), por sexo e grupo etário, Portugal, 2001

85 **Gráfico 1.16** População com e sem nível de escolaridade completo (%), por sexo e grupo etário, Portugal, 2011

86 **Gráfico 1.17** População por nível de escolaridade completo (%), sexos reunidos, por grupo etário, Portugal, 2001

86 **Gráfico 1.18** População por nível de escolaridade completo (%), sexos reunidos, por grupo etário, Portugal, 2011

87 **Gráfico 1.19** População por nível de escolaridade completo (%), por sexo e por grupo etário, Portugal, 2001

88 **Gráfico 1.20** População por nível de escolaridade completo (%), por sexo e por grupo etário, Portugal, 2011

88 **Gráfico 1.21** População por nível de escolaridade completo (%), por sexo e por grupo etário dos 65 aos 75 e mais anos, Portugal, 2001 e 2011

97 **Gráfico 1.22** População dos 65 aos 100 e mais anos, sexos reunidos, por estado civil (%), Portugal, 2001 e 2011

98 **Gráfico 1.23** Proporção de viúvos dos 65 aos 100 e mais anos (%), sexos reunidos, Portugal, 2001 e 2011

98 **Gráfico 1.24** População dos 65 aos 100 e mais anos (%), homens, por estado civil, Portugal, 2001 e 2011

99 **Gráfico 1.25** População dos 65 aos 100 e mais anos (%), mulheres, por estado civil, Portugal, 2001 e 2011

100 **Gráfico 1.26** Proporção de pessoas com 65 e mais anos a viver em famílias institucionais (%), total e por sexo, por grupo etário, Portugal, 2001 e 2011

101 **Gráfico 1.27** Distribuição das pessoas com 65 e mais anos a viver em famílias institucionais (%), por tipo de alojamento colectivo, sexos reunidos, Portugal, 2001 e 2011
101 **Gráfico 1.28** Distribuição das pessoas com 65 e mais anos a viver em famílias institucionais (%), por tipo de alojamento colectivo, por sexo, Portugal, 2001 e 2011
116 **Gráfico 2.1** Evolução do saldo natural segundo as NUTS II
117 **Gráfico 2.2** Evolução do saldo migratório segundo as NUTS II
122 **Gráfico 2.3** Saldo natural por NUTS III 1950-2011 em valor absoluto
123 **Gráfico 2.4** Saldo migratório por NUTS III 1950-2011 em valor absoluto
126 **Gráfico 2.5** 1950/1960 – Taxa de crescimento natural e migratório (%)
128 **Gráfico 2.6** 1960/1970 – Taxa de crescimento natural e migratório (%)
131 **Gráfico 2.7** 1970/1981 – Taxa de crescimento natural e migratório (%)
133 **Gráfico 2.8** 1981/1991 – Taxa de crescimento natural e migratório (%)
135 **Gráfico 2.9** 1991/2001 – Taxa de crescimento natural e migratório (%)
137 **Gráfico 2.10** 2001/2011 – Taxa de crescimento natural e migratório (%)
141 **Gráfico 2.11** Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1950/1960 (Método – Média)
142 **Gráfico 2.12** Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1960/1970 (Método – Média)
143 **Gráfico 2.13** Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1970/1981 (Método – Média)
145 **Gráfico 2.14** Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1981/1991 (Método – Média)
146 **Gráfico 2.15** Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1991/2001 (Método – Média)
148 **Gráfico 2.16** Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 2001/2011 (Método – Média)
149 **Gráfico 2.17** Saldo migratório dos homens, por grupos de idades, 1950/1960-2001/2011 (Método – Média)
149 **Gráfico 2.18** Saldo migratório das mulheres, por grupos de idades, 1950/1960-2001/2011 (Método – Média)
152 **Gráfico 2.19** Taxa de crescimento natural e variação do índice de envelhecimento (%) 1950/1960
153 **Gráfico 2.20** Taxa de crescimento natural e variação do índice de envelhecimento (%) 1960/1970
153 **Gráfico 2.21** Taxa de crescimento natural e variação do índice de envelhecimento (%) 1970/1981
154 **Gráfico 2.22** Taxa de crescimento natural e variação do índice de envelhecimento (%) 1981/1991
154 **Gráfico 2.23** Taxa de crescimento natural e variação do índice de envelhecimento (%) 1991/2001

155 **Gráfico 2.24** Taxa de crescimento natural e variação do índice de envelhecimento (%) 2001/2011
157 **Gráfico 2.25** Taxa de crescimento migratório e variação da população em idade activa (%) 1950/1960
157 **Gráfico 2.26** Taxa de crescimento migratório e variação da população em idade activa (%) 1960/1970
158 **Gráfico 2.27** Taxa de crescimento migratório e variação da população em idade activa (%) 1970/1981
158 **Gráfico 2.28** Taxa de crescimento migratório e variação da população em idade activa (%) 1981/1991
159 **Gráfico 2.29** Taxa de crescimento migratório e variação da população em idade activa (%) 1991/2001
159 **Gráfico 2.30** Taxa de crescimento migratório e variação da população em idade activa (%) 2001/2011
170 **Gráfico 3.1** Índice sintético de fecundidade, em alguns países europeus, entre 1960 e 1980
173 **Gráfico 3.2** Nados-vivos e população feminina, de 1950 a 2010, em Portugal
173 **Gráfico 3.3** Distribuição da população feminina por idades (%)
174 **Gráfico 3.4** Índice sintético de fecundidade, idade média da fecundidade e idade média ao nascimento do 1.º filho, em Portugal, de 1950 e 2010
177 **Gráfico 3.5** Evolução do índice sintético de fecundidade e do índice sintético ajustado (B-F), idade média da fecundidade e do efeito tempo, em Portugal, de 1951 a 2009
178 **Gráfico 3.6** Descendências finais e descendências aos 40 anos, das coortes femininas nascidas entre 1925 e 1969, em Portugal
179 **Gráfico 3.7** Evolução das descendências finais aos 40 anos, das coortes nascidas em Portugal entre 1944 e 1969
180 **Gráfico 3.8** Taxas de fecundidade específicas por grupos de idades quinquenais, em Portugal, de 1950 a 2010
182 **Gráfico 3.9** Curvas de fecundidade, em Portugal, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2010
183 **Gráfico 3.10** Evolução da proporção de nascimentos fora do casamento em Portugal e nas NUTS II, de 1995 a 2011
184 **Gráfico 3.11** Evolução do índice sintético de fecundidade, NUTS II, de 1991 a 2011
188 **Gráfico 3.12** Evolução da idade média à fecundidade, NUTS II, de 1991 a 2011
193 **Gráfico 3.13** Evolução do índice sintético de fecundidade, entre 1960 e 2011, para diferentes países da Europa
194 **Gráfico 3.14** Evolução da idade média à fecundidade, entre 1960 e 2011, em diferentes países da Europa
194 **Gráfico 3.15** Evolução da proporção de nados-vivos fora do casamento, entre 1960 e 2011, em diferentes países da Europa

196 **Gráfico 3.16** Distribuição das taxas especificas de fecundidade por grupos de idades quinquenais, Portugal em 2012
197 **Gráfico 3.17** Distribuição dos nados-vivos dentro e fora do casamento por grupo etário das mães, em Portugal, em 2012
198 **Gráfico 3.18** Evolução dos nados-vivos fora do casamento, com e sem coabitação dos pais, por grupos de idade, em 2012
199 **Gráfico 3.19** Curvas de fecundidade, em função da filiação, em Portugal, em 2012
199 **Gráfico 3.20** Nascimentos em Portugal, em 2012, por ordem
200 **Gráfico 3.21** Curvas de fecundidade, por ordem dos nascimentos, em Portugal, em 2012
200 **Gráfico 3.22** Evolução do número de casamentos celebrados em Portugal, entre 1900 e 2011
202 **Gráfico 3.23** Evolução da taxa de nupcialidade, taxa de divorcialidade e taxa de interrupção do casamento por morte, em Portugal, entre 1950 e 2011
203 **Gráfico 3.24** Evolução dos quocientes de nupcialidade, em Portugal, sexo feminino, entre 1950 e 2011
204 **Gráfico 3.25** Evolução dos quocientes de nupcialidade, em Portugal, sexo masculino, entre 1950 e 2011
207 **Gráfico 3.26** Taxas de primeira nupcialidade, em Portugal, sexo feminino, entre 1950 e 2011
207 **Gráfico 3.27** Taxas de primeira nupcialidade, em Portugal, sexo masculino, entre 1950 e 2011
211 **Gráfico 3.28** Taxas de divorcialidade segundo a duração do casamento, em Portugal, nas promoções de 1960, 1976, 1981, 1986, 1991, 1996 e 2001
213 **Gráfico 3.29** Evolução dos índices sintéticos de divorcialidade, em Portugal, nos anos de 1974 a 2007, e no ano de 2011
215 **Gráfico 3.30** Taxas de divorcialidade segundo a duração do casamento, em Portugal, nos anos de 1974 a 2007, e no ano de 2011
216 **Gráfico 3.31** Taxas de divórcio, em função do sexo, segundo a idade dos cônjuges, em Portugal, nos anos de 2000/01 e de 2010/11
217 **Gráfico 3.32** Evolução da proporção de primeiros casamentos em Portugal e nas NUTS II, entre 1995 e 2011
218 **Gráfico 3.33** Evolução da proporção de casamentos civis em Portugal e nas NUTS II, entre 1995 e 2011
218 **Gráfico 3.34** Evolução da proporção de casamentos com residência anterior comum, em Portugal e nas NUTS II, entre 1995 e 2011
219 **Gráfico 3.35** Evolução da idade média ao primeiro casamento para os homens, em Portugal e NUTS II, entre 1990 e 2011
220 **Gráfico 3.36** Evolução da idade média ao primeiro casamento para as mulheres, em Portugal e NUTS II, entre 1990 e 2011

220 **Gráfico 3.37** Evolução da taxa bruta de divorcialidade, em Portugal e nas NUTS II, entre 2000 e 2011
221 **Gráfico 3.38** Evolução da taxa de nupcialidade, entre 1960 e 2011, para diferentes países da Europa
222 **Gráfico 3.39** Evolução da taxa de divorcialidade, entre 1960 e 2011, para diferentes países da Europa
228 **Gráfico 4.1** Taxas brutas de mortalidade (‰), Portugal, 1890-2011
232 **Gráfico 4.2** Taxas de mortalidade infantil (‰), Portugal, 1910-2011
235 **Gráfico 4.3** Esperança de vida no nascimento e no 1.ºaniversário (em anos), sexos reunidos, Portugal, 1950 -2011
236 **Gráfico 4.4** Evolução das taxas específicas de mortalidade, sexos reunidos, Portugal, 1950-2009
236 **Gráfico 4.5** Série dos sobreviventes, sexos reunidos, Portugal, 1950-2009
240 **Gráfico 4.6** Séries dos sobreviventes, por sexo, Portugal, 1950-2009
241 **Gráfico 4.7** Contribuição dos grupos etários para o aumento da esperança de vida no nascimento (em anos), homens, Portugal, 1950-1980
241 **Gráfico 4.8** Contribuição dos grupos etários para o aumento da esperança de vida (em anos), mulheres, Portugal, 1950-1980
244 **Gráfico 4.9** Contribuição dos grupos etários para o aumento da esperança de vida (em anos), homens, Portugal, 1981-2011
244 **Gráfico 4.10** Contribuição dos grupos etários para o aumento da esperança de vida (em anos), mulheres, Portugal, 1981-2011
246 **Gráfico 4.11** Contribuição dos grupos etários (em anos) para a diferença nas esperanças de vidas entre os sexos, Portugal, 1981-2011
280 **Gráfico 4.12** Contribuição das várias idades para o aumento da esperança de vida no nascimento (em anos), por sexo, NUTS II Norte, 1981-2011
284 **Gráfico 4.13** Contribuição das várias idades para o aumento da esperança de vida no nascimento (em anos), por sexo, NUTS II Centro, 1981-2011
287 **Gráfico 4.14** Contribuição das várias idades para o aumento da esperança de vida no nascimento (em anos), por sexo, Alentejo, 1981-2011
289 **Gráfico 4.15** Contribuição das várias idades para o aumento da esperança de vida no nascimento (em anos), por sexo, Algarve, 1981-2011
291 **Gráfico 4.16** Contribuição das várias idades para o aumento da esperança de vida no nascimento (em anos), por sexo, Lisboa, 1981-2011
295 **Gráfico 4.17** Contribuição das várias idades para o aumento da esperança de vida no nascimento (em anos), por sexo, R. A. dos Açores, 1981-2011
297 **Gráfico 4.18** Contribuição das várias idades para o aumento da esperança de vida no nascimento (em anos), por sexo, Madeira, 1981-2011
309 **Gráfico 4.19** Principais causas de morte em Portugal (%), médias bianuais, 1994/2010
311 **Gráfico 4.20** Principais causas de morte (%), por sexo e grupo etário (0-14 anos), Portugal, 1994-2010

312 **Gráfico 4.21** Principais causas de morte (%), por sexo e grupo etário (15-39 anos), Portugal, 1994-2010
313 **Gráfico 4.22** Principais causas de morte (%), por sexo e grupo etário (40-64 anos), Portugal, 1994-2010
314 **Gráfico 4.23** Principais causas de morte (%), por sexo e grupo etário (65 e mais anos), Portugal, 1994-2010
324 **Gráfico 4.24** Série dos sobreviventes (${}_{n}l_{x}$), tábuas de mortalidade base e com eliminação de causas de morte, por sexo, Portugal, 2005
333 **Gráfico 4.25** Anos vividos e anos de vida remanescente, Portugal, mulheres, 1950-2009
335 **Gráfico 4.26** Proporção de seniores e proporção de indivíduos com 15 anos ou menos de vida remanescente (%), sexos reunidos, Portugal, 1950-2009
336 **Gráfico 4.27** Proporção de seniores e proporção de indivíduos com 15 anos ou menos de vida remanescente (%), por sexo, Portugal, 1950-2009
337 **Gráfico 4.28** Índice de dependência de seniores e índice prospectivo de dependência de seniores (%), sexos reunidos, Portugal, 1950-2009
337 **Gráfico 4.29** Índice de dependência de seniores e índice prospectivo de dependência de seniores (%), por sexo, Portugal, 1950-2009
440 **Gráfico 6.2** Padrão migratório utilizado para a construção de cenários de projecção
454 **Gráfico 7.1** Evolução da esperança de vida à nascença 1981-2011, e os possíveis cenários entre 2012 e 2031, para homens e mulheres em Portugal
455 **Gráfico 7.2** Evolução das taxas de mortalidade para homens nos anos 1981-2011 e respectivas estimativas até 2061
456 **Gráfico 7.3** Evolução das taxas de mortalidade para as mulheres nos anos 1981-2011 e respectivas estimativas até 2061
457 **Gráfico 7.4** Evolução das curvas de sobrevivência para homens em Portugal nos anos 1981-2011 e respectivas estimativas até 2061
458 **Gráfico 7.5** Evolução das curvas de sobrevivência para as mulheres em Portugal nos anos 1981-2011 e respectivas estimativas até 2061
459 **Gráfico 7.6** Evolução do índice sintético de fecundidade (ISF) e do número de nascimentos entre 1981 e 2011, e possíveis cenários entre 2012 e 2061, em Portugal
460 **Gráfico 7.7** Evolução da população entre 1981 e 2011, e possíveis cenários entre 2012 e 2061, em Portugal
461 **Gráfico 7.8** Evolução da proporção de população com 65 ou mais anos de idade entre 1981 e 2011, e possíveis cenários entre 2012 e 2061, em Portugal
466 **Gráfico 7.9** Evolução do da população, entre 1981 e 2011, e o impacto dos cenários de migrações, entre 2011 e 2061, em Portugal
488 **Gráfico 7.10** Evolução da dimensão média das famílias, em Portugal entre 2011 e 2061 de acordo com os cenários 4,5 e 6

489 **Gráfico 7.11** Distribuição da proporção das famílias, segundo a dimensão, em Portugal, em 2011, 2031 e 2061, de acordo com os cenários 4, 5 e 6
491 **Gráfico 7.12** Evolução da proporção da população com 65+ anos no total da população, de acordo com o nível de escolaridade, no cenário 5, entre 2011 e 2061, em Portugal
492 **Gráfico 7.13** Evolução da proporção da população com 65+ anos no total da população de acordo com o seu estado civil no cenário 5, entre 2011 e 2061, em Portugal
493 **Gráfico 7.14** Evolução da proporção da população reformada com 65+ anos no total da população entre 2011 e 2061, em Portugal nos cenários 4, 5 e 6
494 **Gráfico 7.15** Evolução da proporção da população institucionalizada com 65+ anos no total da população entre 2011 e 2061, em Portugal, nos cenários 4, 5 e 6
496 **Gráfico A.1** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
496 **Gráfico A.2** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
497 **Gráfico A.3** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
497 **Gráfico A.4** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
499 **Gráfico A.5** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
499 **Gráfico A.6** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
499 **Gráfico A.7** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
499 **Gráfico A.8** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
501 **Gráfico A.9** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
501 **Gráfico A.10** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
501 **Gráfico A.11** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
501 **Gráfico A.12** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
503 **Gráfico A.13** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
503 **Gráfico A.14** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061

503 **Gráfico A.15** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
503 **Gráfico A.16** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
505 **Gráfico A.17** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
505 **Gráfico A.18** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
505 **Gráfico A.19** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
505 **Gráfico A.20** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
507 **Gráfico A.21** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
507 **Gráfico A.22** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
507 **Gráfico A.23** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
507 **Gráfico A.24** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
509 **Gráfico A.25** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
509 **Gráfico A.26** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
509 **Gráfico A.27** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
509 **Gráfico A.28** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
511 **Gráfico A.29** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
511 **Gráfico A.30** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
511 **Gráfico A.31** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
511 **Gráfico A.32** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
513 **Gráfico A.33** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
513 **Gráfico A.34** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
513 **Gráfico A.35** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

513 **Gráfico A.36** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
515 **Gráfico A.37** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
515 **Gráfico A.38** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
516 **Gráfico A.39** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
516 **Gráfico A.40** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
518 **Gráfico A.41** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
518 **Gráfico A.42** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
518 **Gráfico A.43** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
518 **Gráfico A.44** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
520 **Gráfico A.45** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
520 **Gráfico A.46** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
520 **Gráfico A.47** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
520 **Gráfico A.48** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
522 **Gráfico A.49** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
522 **Gráfico A.50** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
522 **Gráfico A.51** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
522 **Gráfico A.52** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
524 **Gráfico A.53** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
524 **Gráfico A.54** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
524 **Gráfico A.55** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
524 **Gráfico A.56** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061

526 **Gráfico A.57** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
526 **Gráfico A.58** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
526 **Gráfico A.59** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
526 **Gráfico A.60** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
528 **Gráfico A.61** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
528 **Gráfico A.62** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
529 **Gráfico A.63** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
529 **Gráfico A.64** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
531 **Gráfico A.65** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
531 **Gráfico A.66** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
531 **Gráfico A.67** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
531 **Gráfico A.68** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
533 **Gráfico A.69** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
533 **Gráfico A.70** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
533 **Gráfico A.71** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
533 **Gráfico A.72** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
535 **Gráfico A.73** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
535 **Gráfico A.74** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
535 **Gráfico A.75** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
535 **Gráfico A.76** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
537 **Gráfico A.77** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061

537 **Gráfico A.78** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
537 **Gráfico A.79** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
537 **Gráfico A.80** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
539 **Gráfico A.81** Evolução da população total, jovens, população activa e idosos, entre 2011 e 2061
539 **Gráfico A.82** Evolução da proporção da população de jovens, activos e idosos, entre 2011 e 2061
539 **Gráfico A.83** Evolução da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
539 **Gráfico A.84** Evolução proporção da população nos grupos de idades, 85-89; 90-94; 95-99 e 100+, entre 2011 e 2061
541 **Gráfico A.85** Evolução da proporção da população com 65+ anos no total da população, de acordo com o nível de escolaridade, nos cenários 4 e 6, entre 2011 e 2061, em Portugal
547 **Gráfico A.86** Evolução da proporção de população reformada em cada grupo de idades e por sexos, entre 2011 e 2061

ÍNDICE DE QUADROS

20 **Quadro 0.1** Distribuição das Nuts I,II e III
30 **Quadro 1.1** População residente em Portugal
30 **Quadro 1.2** População residente nas NUTS II
33 **Quadro 1.3** Variação percentual da população residente entre 1960 e 2011 Portugal e NUTS III (%)
34 **Quadro 1.4** Taxa de crescimento anual médio em Portugal e NUTS II (%)
34 **Quadro 1.5** Taxa de crescimento anual médio, NUTS III (%)
38 **Quadro 1.6** População portuguesa segundo os grupos de idades entre 1950 e 2011
39 **Quadro 1.7** Grupos funcionais entre 1950 e 2011 (%)
40 **Quadro 1.8** População portuguesa segundo o sexo
41 **Quadro 1.9** Índices de dependência, índice de envelhecimento e índice de longevidade em Portugal 1950-2011
42 **Quadro 1.10** Proporção de jovens no país e NUTS II de 1950 a 2011
43 **Quadro 1.11** Proporção de idosos no país e NUTS II de 1950 a 2011
44 **Quadro 1.12** Proporção de população em idade activa no país e NUTS II de 1950 a 2011
45 **Quadro 1.13** Índice de envelhecimento no país e NUTS II de 1950 a 2011
45 **Quadro 1.14** Índice de longevidade no país e NUTS II de 1950 a 2011
46 **Quadro 1.15** Índice de dependência total no país e NUTS II de 1950 a 2011
47 **Quadro 1.16** Proporção de jovens no país e por NUTS III de 1950 a 2011
49 **Quadro 1.17** Proporção de idosos no país e NUTS III de 1950 a 2011
52 **Quadro 1.18** Proporção de população em idade activa no país e NUTS III de 1950 a 2011
54 **Quadro 1.19** Índice de envelhecimento no país e NUTS III de 1950 a 2011
56 **Quadro 1.20** Percentagem da população entre os 0-14 anos de 1950 a 2011
57 **Quadro 1.21** Percentagem da população com 65 e mais anos de 1950 a 2011
63 **Quadro 1.22** Índice de envelhecimento de 1950 a 2011
66 **Quadro 1.23** – Contrastes entre os *clusters,* 1950-2011
90 **Quadro 1.1** Medidas globais de emprego (‰), total e por sexo, Portugal, 2001 e 2011
90 **Quadro 1.2** Esperança de vida activa (em anos), total e por sexo, Portugal, 2001 e 2011
91 **Quadro 1.3** Tábuas resumidas de actividade, população activa total e por sexo, Portugal, 2001
92 **Quadro 1.4** Tábuas resumidas de actividade, população activa total e por sexo, Portugal, 2011
93 **Quadro 1.5** Distribuição de 1000 activos empregados e desempregados (‰), sexos reunidos, por grupo etário, Portugal, 2001 e 2011
94 **Quadro 1.6** Distribuição de 1000 activos empregados e desempregados (‰), por sexo e grupo etário, Portugal, 2001

95 **Quadro 1.7** Distribuição de 1000 activos empregados e desempregados (‰), por sexo e grupo etário, Portugal, 2011
114 **Quadro 2.1** Taxas de crescimento natural (TCN), migratório (TCM) e efectivo (TCE), em Portugal (%)
115 **Quadro 2.2** – Saldo natural e migratório e taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo em Portugal entre os vários momentos censitários[14]
118 **Quadro 2.3** Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS II entre 1950/1960
118 **Quadro 2.4** Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS II entre 1960/1970
119 **Quadro 2.5** Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS II entre 1970/1981
120 **Quadro 2.6** Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS II entre 1981/1991
120 **Quadro 2.7** Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS II entre 1991/2001
121 **Quadro 2.8** Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS II entre 2001/2011
124 **Quadro 2.9** Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS III entre 1950/1960
127 **Quadro 2.10** Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS III entre 1960/1970
129 **Quadro 2.11** Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS III entre 1970/1981
131 **Quadro 2.12** Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS III entre 1981/1991
133 **Quadro 2.13** Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS III entre 1991/2001
136 **Quadro 2.14** Taxa de crescimento natural, taxa de crescimento migratório e taxa de crescimento efectivo (%) por NUTS III entre 2001/2011
140 **Quadro 2.15** Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1950/1960, de acordo com os métodos: Foward, Reverse e Média
141 **Quadro 2.16** Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1960/1970, de acordo com os métodos: Foward, Reverse e Média
143 **Quadro 2.17** Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1970/1981, de acordo com os métodos: Foward, Reverse e Média
144 **Quadro 2.18** Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1981/1991, de acordo com os métodos: Foward, Reverse e Média
145 **Quadro 2.19** Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 1991/2001, de acordo com os métodos: Foward, Reverse e Média

147 **Quadro 2.20** Saldo migratório por grupos de idades, por sexo, 2001/2011, de acordo com os métodos: foward, reverse e média
151 **Quadro 2.21** População que não mudou de concelho
151 **Quadro 2.22** População que não mudou de residência, imigrantes e Imigrantes para o estrangeiro
171 **Quadro 3.1** Índice sintético de fecundidade, em 1980, 1990, 2000, 2008 e 2011, em alguns países europeus
185 **Quadro 3.2** Evolução do índice sintético de fecundidade na Região Norte, de 1991 a 2011
186 **Quadro 3.3** Evolução do índice sintético de fecundidade na Região Centro, de 1991 a 2011
187 **Quadro 3.4** Evolução do índice sintético de fecundidade na Região de Lisboa, de 1991 a 2011
187 **Quadro 3.5** Evolução do índice sintético de fecundidade na Região Alentejo, de 1991 a 2011
189 **Quadro 3.6** Evolução da idade média à fecundidade na Região Norte, de 1991 a 2011
190 **Quadro 3.7** Evolução da idade média à fecundidade na Região Centro, de 1991 a 2011
191 **Quadro 3.8** Evolução da idade média à fecundidade na Região de Lisboa, de 1991 a 2011
191 **Quadro 3.9** Evolução da idade média à fecundidade na Região Alentejo, de 1991 a 2011
205 **Quadro 3.10** Evolução da proporção final de não celibatários e do celibato definitivo, em Portugal, sexo feminino e sexo masculino, entre 1950 e 2011
206 **Quadro 3.11** Evolução da proporção de celibatários no grupo de idades 20-24 anos e no grupo 45-49 anos, em Portugal, sexo feminino e sexo masculino, entre 1950 e 2011
208 **Quadro 3.12** Evolução das idades médias ao casamento e ao 1.º casamento, em Portugal, sexo feminino e sexo masculino, entre 1950 e 2011
209 **Quadro 3.13** Evolução dos índices sintéticos de nupcialidade, idades médias e variâncias das taxas de nupcialidade, em Portugal, sexo feminino e sexo masculino, entre 1950 e 2011
212 **Quadro 3.14** Evolução dos índices de divorcialidade, em Portugal, nas promoções de 1960 a 2001, por duração do casamento
214 **Quadro 3.15** Evolução dos índices sintéticos de divorcialidade, em Portugal, nos anos de 1974 a 2007 e em 2011
223 **Quadro 3.16** Indicadores de primeira nupcialidade entre 1980/81 e 2010/01, em Portugal
229 **Quadro 4.1** Taxas brutas de mortalidade (‰), Portugal, 1950-2011 e taxa de variação (%) para o período

229 **Quadro 4.2** Esperança de vida no nascimento (em anos) e anos de vida ganhos, sexos reunidos, Portugal, 1950-2011
230 **Quadro 4.3** Esperança de vida no nascimento (em anos), sexos reunidos, países europeus, 1960-2011
237 **Quadro 4.4** Esperança de vida aos 65 anos de idade (em anos), total e por sexos, Portugal, 1950-2009
239 **Quadro 4.5** Evolução da esperança de vida (em anos), por sexo, Portugal, 1950-2009
243 **Quadro 4.6** Decomposição das contribuições para o aumento da esperança de vida (em anos e %), por sexo e grupo etário, Portugal, 1981-2011
248 **Quadro 7** Taxas brutas de mortalidade (‰), NUTS II, 1950-2011
249 **Quadro 4.8** Taxas comparativas de mortalidade (‰), NUTS II, 1950-2011
250 **Quadro 4.9** Taxas de variação das taxas comparativas de mortalidade (%), NUTS II, 1950-2011
251 **Quadro 4.10** Taxas brutas e taxas comparativas de mortalidade (‰), NUTS II, 1950-2011
252 **Quadro 4.11** Esperança de vida no nascimento (em anos), sexos reunidos, Portugal e NUTS II, 1950-2011
253 **Quadro 4.12** Ganhos em esperança de vida no nascimento (em anos), sexos reunidos, Portugal e NUTS II, 1950-2011
254 **Quadro 4.13** Esperança de vida no nascimento (em anos), 1950 e anos de vida ganhos, 1950-2011, sexos reunidos, NUTS III
256 **Quadro 4.14** Ordenação segundo as esperanças de vida no nascimento mais altas (em anos), sexos reunidos, NUTS III, 1950 e 2011
258 **Quadro 4.15** Taxas de mortalidade infantil (‰), Portugal e NUTS II, 1950-2011
259 **Quadro 4.16** Taxas de mortalidade infantil (‰), NUTS III, 1950-2011
261 **Quadro 4.17** Taxas de mortalidade infantil (‰) das sub-regiões da "zona cinzenta", NUTS III, 2011
261 **Quadro 4.18** Taxas de mortalidade infantil (‰), Centro, NUTS II, III e municípios, 1950-2011
265 **Quadro 4.19** Evolução dos nados-vivos, Centro, NUTS II, III e municípios e taxas de variação (%), 1950-2011
267 **Quadro 4.20** Taxas de mortalidade infantil (‰), Alentejo, NUTS II, III e Municípios, 1950-2011
269 **Quadro 4.21** Evolução dos nados-vivos, Alentejo, NUTS II, III e municípios e taxas de variação (%), 1950-2011
271 **Quadro 4.22** Taxas de mortalidade infantil (‰), Norte, Minho Lima e Municípios, 1950-2011
272 **Quadro 4.23** Esperança de vida no nascimento e no primeiro aniversário (em anos), sexos reunidos, NUTS II, 1950-2011

273 **Quadro 4.24** Esperança de vida no nascimento (em anos), por sexo, Portugal, NUTS II e III, 1981-2011
274 **Quadro 4.25** Diferença entre a esperança de vida das mulheres e dos homens (em anos), Portugal, NUTS II e III, 1981-2011
275 **Quadro 4.26** Ganhos em esperança de vida (em anos), por sexos, Portugal, NUTS II e III, 1981-2011
277 **Quadro 4.27** Ganhos em esperança de vida (em anos), sexos reunidos, Portugal, NUTS II, 1950-2011
279 **Quadro 4.28** Decomposição das contribuições para o aumento da esperança de vida (em anos e %), por sexo e grupo etário, NUTS II Norte, 1981-2011
282 **Quadro 4.29** Decomposição das contribuições para o aumento da esperança de vida (em anos e %), por sexo e grupo etário, NUTS II Centro, 1981-2011
285 **Quadro 4.30** Decomposição das contribuições para o aumento da esperança de vida, por sexo e grupo etário (em anos e %), NUTS II Alentejo, 1981-2011
287 **Quadro 4.31** Decomposição das contribuições para o aumento da esperança de vida (em anos e %), por sexo e grupo etário, NUTS II Algarve, 1981-2011
290 **Quadro 4.32** Decomposição das contribuições para o aumento da esperança de vida (em anos e %), por sexo e grupo etário, NUTS II Lisboa, 1981-2011
293 **Quadro 4.33** Decomposição das contribuições para o aumento da esperança de vida (em anos e %), por sexo e grupo etário, NUTS II R. A. dos Açores, 1981-2011
296 **Quadro 4.34** Decomposição das contribuições para o aumento da esperança de vida (em anos e %), por idade e sexo, NUTS II R. A. da MADEIRA, 1981-2011
298 **Quadro 4.35** Diferença entre os ganhos em esperança de vida masculina e feminina (em anos), NUTS II, 1981-2011
299 **Quadro 4.36** Diferença entre os ganhos em esperança de vida do grupo das idades mais jovens (0-39 anos) e do grupo das idades mais adultas e seniores (40-80 e mais anos) (em anos), por sexos, NUTS II, 1981-2011
300 **Quadro 4.37** Ganhos em esperança de vida do grupo 80 e mais anos (em anos), por sexos, NUTS II, 1981-2011
301 **Quadro 4.38** Ganhos totais em esperança de vida do grupo 80 e mais anos (em anos), sexos reunidos, NUTS II, 1981-2011
302 **Quadro 4.39** Ganhos em esperança de vida dos grupos etários 0 e 20-39 anos (em anos), por sexos, NUTS II, 1981-2011
303 **Quadro 4.40** Ganhos totais em esperança de vida até ao 1.º aniversário (em anos), sexos reunidos, NUTS II, 1981-2011
304 **Quadro 4.41** Esperança de vida ao nascimento (2011) e ganhos totais em esperança de vida (em anos), sexos reunidos, grupos etários seleccionados, NUTS II, 1981-2011
310 **Quadro 4.42** Principais causas de morte por sexos (%), Portugal, 1994-2010

315 **Quadro 4.43** Principais causas de morte (%), por sexo e grupo etário (65-74 anos) Portugal, 1994-2010
316 **Quadro 4.44** Principais causas de morte (%), por sexos e grupo etário (75-84 anos) Portugal, 1994-2010
317 **Quadro 4.45** Principais causas de morte (%), por sexos e grupo etário (85 e mais anos) Portugal, 1994-2010
319 **Quadro 4.46** Esperança de vida no nascimento, aos 65 e aos 85 anos (em anos) com eliminação das principais causas de morte, homens, Portugal, 2005
322 **Quadro 4.47** Esperança de vida no nascimento, aos 65 e aos 85 anos (em anos) com eliminação das principais causas de morte, mulheres, Portugal, 2005
326 **Quadro 4.48** Esperança de vida aos 65 anos e anos de vida saudável aos 65 anos (em anos), por sexo, países europeus, 2011
327 **Quadro 4.49** Perspectiva de vida saudável aos 65 anos (em anos), por sexo, Portugal, 2004-2011
328 **Quadro 4.50** Estado de saúde aos 50 anos (%), Portugal, 2004-2010
329 **Quadro 4.51** Estado de saúde aos 65 anos (%), Portugal, 2004-2010
330 **Quadro 4.52** Estado de saúde aos 85 anos (%), Portugal, 2004-2010
334 **Quadro 4.53** Idade mediana prospectiva (IMP) e idade mediana (IM) (em anos), por sexos, Portugal 1950-2009
335 **Quadro 4.54** Idade na qual os indivíduos têm 15 anos de vida remanescente (em anos), por sexos, Portugal, 1950-2009
403 **Quadro 5.1** Proporção de juniores e de seniores, Portugal, 1900/2011
406 **Quadro 5.2** Variação (em %) das proporções de jovens, de população em idade activa e de seniores, por década, entre 1950 e 2011, Portugal e Nuts II
411 **Quadro 5.3** Populações mais envelhecidas em 2012
412 **Quadro 5.4** Indicador conjuntural de fecundidade, 2004-2010, Portugal e Nuts II
417 **Quadro 5.5** Sobreviventes aos 70 anos (em %), Portugal, 1950/2011 (tábua de mortalidade)
418 **Quadro 5.6** Evolução da proporção de pessoas com 80 e mais anos no grupo 65 e + anos, por sexos, Portugal, 1960/2011
419 **Quadro 5.7** Centenários e nonagenários em Portugal, 1900-2011
422 **Quadro 5.8** Esperança de vida sem incapacidade em países da União Europeia, 2010
431 **Quadro 6.1** Evolução do número de indivíduos com 65+ anos, sua proporção no total da população, taxa de crescimento anual médio e tempo de duplicação em anos.
435 **Quadro 6.2** Cenários de fecundidade
436 **Quadro 6.3** Cenários de mortalidade
437 **Quadro 6.4** Cenários de migrações
439 **Gráfico 6.1** Padrão migratório registado em Portugal no período 1961-71

463 **Quadro 7.1** População total, com 65 ou mais anos, e nascimentos em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal
464 **Quadro 7.2** Proporção de população por grupos funcionais em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal
465 **Quadro 7.3** Índices resumo em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal
468 **Quadro 7.4** População total, com 65 ou mais anos, e nascimentos em 2011, 2031 e 2061 para cenários 4, 5 e 6, em Portugal, no cenário 1 de migrações
469 **Quadro 7.5** Proporção de população por grupos funcionais em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal, no cenário 1 de migrações
470 **Quadro 7.6** Índices resumo em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal, no cenário 1 de migrações
472 **Quadro 7.7** População total, com 65 ou mais anos, e nascimentos em 2011, 2031 e 2061 para cenários 4, 5 e 6, em Portugal, no cenário 2 de migrações
472 **Quadro 7.8** Proporção de população por grupos funcionais em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal, no cenário 2 de migrações
473 **Quadro 7.9** Índices resumo em 2011, 2031 e 2061 para cenários 4, 5 e 6, em Portugal, para o cenário 2 de migrações
475 **Quadro 7.10** População por grupos de idade e número de nascimentos, em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 1 e 9, em Portugal
476 **Quadro 7.11** Proporção da população, por grupos de idade, em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 1 e 9, em Portugal
476 **Quadro 7.12** Índices resumo em 2011, 2031 e 2061, para os cenários 1 e 9, em Portugal
478 **Quadro 7.13** População por grupos de idade e número de nascimentos, em 2011, 2031 e 2061, para os cenários 3 e 7, em Portugal
479 **Quadro 7.14** Proporção por grupos de idade em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 3 e 7, em Portugal
479 **Quadro 7.15** Índices resumo em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 3 e 7, em Portugal
482 **Quadro 7.16** População por grupos de idade e número de nascimentos, em 2011, 2031 e 2061, para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal, com a estrutura populacional do Tâmega
482 **Quadro 7.17** Proporção por grupos de idade em 2011, 2031 e 2061, para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal, com a estrutura populacional do Tâmega
483 **Quadro 7.18** Índices resumo em 2011, 2031 e 2061, para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal, com a estrutura populacional do Tâmega
485 **Quadro 7.19** População por grupos de idade e número de nascimentos, em 2011, 2031 e 2061 para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal, com a estrutura populacional do Pinhal Interior Sul

485 **Quadro 7.20** Proporção por grupos de idade em 2011, 2031 e 2061, para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal, com a estrutura populacional do Pinhal Interior Sul
486 **Quadro 7.21** Índices resumo em 2011, 2031 e 2061, para os cenários 4, 5 e 6, em Portugal, com a estrutura populacional do Pinhal Interior Sul
487 **Quadro 7.22** Ordenação dos valores dos índices de envelhecimento obtidos para 2031 e 2061, para os cenários 4 e 6, em Portugal, em função das diferentes estruturas populacionais analisadas
488 **Quadro 7.23** Dimensão média das famílias em Portugal, segundos os Censos
489 **Quadro 7.24** Proporção dos representantes da família, por grupos de idade, em Portugal, em 2011, 2031 e 2061, segundo os cenários 4, 5 e 6
490 **Quadro 7.25** Proporção dos representantes da família com 65+ anos de acordo com o estado civil no total da população em 2011, 2031 e 2061
491 **Quadro 7.26** Proporção de população com 65+ anos no total da população, de acordo com o nível de instrução e sexo, no cenário 5 para os anos de 2011, 2031 e 2061
493 **Quadro 7.27** Proporção de população reformada com 65+ anos no total da população em 2011, 2031 e 2061, nos cenários 4, 5 e 6
494 **Quadro 7.28** Proporção de população institucionalizada em 2011, 2031 e 2061, com 65+ anos no total da população, nos cenários 4, 5 e 6
496 **Quadro A.1** População total, por sexos, e grupos de idades para anos selecionados
498 **Quadro A.2** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados
498 **Quadro A.3** Índices de dependência e Índice de envelhecimento, em anos seleccionados
499 **Quadro A.4** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
500 **Quadro A.5** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados
500 **Quadro A.6** Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados
501 **Quadro A.7** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
502 **Quadro A.8** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados
502 **Quadro A.9** Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados
503 **Quadro A.10** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
504 **Quadro A.11** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

504 **Quadro A.12** Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados
505 **Quadro A.13** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
506 **Quadro A.14** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados
506 **Quadro A.15** Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados
507 **Quadro A.16** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
508 **Quadro A.17** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados
508 **Quadro A.18** Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados
509 **Quadro A.19** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
510 **Quadro A.20** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados
510 **Quadro A.21** Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados
511 **Quadro A.22** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
512 **Quadro A.23** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados
512 **Quadro A.24** Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos selecionados
513 **Quadro A.25** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
514 **Quadro A.26** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados
514 **Quadro A.27** Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados
515 **Quadro A.28** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
517 **Quadro A.29** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados
517 **Quadro A.30** Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados
518 **Quadro A.31** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
519 **Quadro A.32** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

519 **Quadro A.33** Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados
520 **Quadro A.34** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
521 **Quadro A.35** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados
521 **Quadro A.36** Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados
522 **Quadro A.37** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
523 **Quadro A.38** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados
523 **Quadro A.39** Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados
524 **Quadro A.40** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
525 **Quadro A.41** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados
525 **Quadro A.42** Índices de dependência e Índice de envelhecimento, em anos selecionados
526 **Quadro A.43** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
527 **Quadro A.44** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados
527 **Quadro A.45** Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados
528 **Quadro A.46** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
530 **Quadro A.47** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados
530 **Quadro A.48** Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados
531 **Quadro A.49** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
532 **Quadro A.50** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados
532 **Quadro A.51** Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados
533 **Quadro A.52** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
534 **Quadro A.53** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados

534 **Quadro A.54** Índices de dependência e Índice de envelhecimento, em anos seleccionados
535 **Quadro A.55** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
536 **Quadro A.56** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados
536 **Quadro A.57** Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados
537 **Quadro A.58** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
538 **Quadro A.59** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados
538 **Quadro A.60** Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados
539 **Quadro A.61** População total, por sexos, e grupos de idades para anos seleccionados
540 **Quadro A.62** Nascimentos e índice sintético de fecundidade (ISF), em anos seleccionados
540 **Quadro A.63** Índices de dependência e índice de envelhecimento, em anos seleccionados
542 **Quadro A.64** Proporção de população solteira em cada grupo de idades e por sexos, para anos seleccionados
543 **Quadro A.65** Proporção de população casada em cada grupo de idades e por sexos, para anos seleccionados
544 **Quadro A.66** Proporção de população divorciada em cada grupo de idades e por sexos, para anos seleccionados
545 **Quadro A.67** Proporção de população viúva em cada grupo de idades e por sexos, para anos seleccionados
546 **Quadro A.68** Proporção de população reformada em cada grupo de idades e por sexos, para anos seleccionados
552 **Quadro 8.1** Indicadores do INE sobre a população de Portugal em 2012
555 **Quadro 8.2** Influência das migrações líquidas no crescimento e no envelhecimento. Comparação do cenário 6 com os cenários 6.1 e 6.2

ÍNDICE DE FIGURAS

36 **Pirâmide 1** População Portuguesa em 1950
36 **Pirâmide 2** População Portuguesa em 1960
37 **Pirâmide 3** População Portuguesa em 1970
37 **Pirâmide 4** População Portuguesa em 1981
37 **Pirâmide 5** População Portuguesa em 1991
37 **Pirâmide 6** População Portuguesa em 2001
37 **Pirâmide 7** População Portuguesa em 2011
68 **Cartograma 1** *Clusters* de 1950
71 **Cartograma 2** *Clusters* 1960
72 **Cartograma 3** *Clusters* 1970
74 **Cartograma 4** *Clusters* 1981
75 **Cartograma 5** *Clusters* 1991
77 **Cartograma 6** *Clusters* 2001
79 **Cartograma 7** *Clusters* 2011
103 **Figura 1.1** Dimensão média das unidades domésticas (n.º de pessoas), por município, 2011
104 **Figura 1.2** Proporção de indivíduos com 65 e mais anos vivendo sós ou com outros do mesmo grupo etário (%), sexos reunidos, Portugal, 2011
105 **Figura 1.3** Proporção de unidades domésticas constituídas por uma só pessoa com 65 e mais anos (%) por município de residência, 1991-2011
257 **Figura 4.1** Esperança de vida no nascimento (em anos), sexos reunidos, NUTS III, 2011
307 **Figura 4.2** Taxas comparativas de mortalidade (‰), sexos reunidos, Municípios, 2011
404 **Figura 5.1** Grupos funcionais, Portugal, 1950/2011
405 **Figura 5.2** Evolução das proporções de juniores e de seniores e índice de envelhecimento, Portugal, 1950/2011
412 **Figura 5.3** Indicador conjuntural de fecundidade Portugal, 1960-2009
415 **Figura 5.4** Taxa de mortalidade infantil Portugal, 1950-2011
416 **Figura 5.5** Esperança de vida no nascimento, por sexo, Portugal, 1950-2009 e 2011
417 **Figura 5.6** Esperança de vida aos 65 anos, segundo o sexo, Portugal,1950-2009 e 2011
438 **Figura 6.1** Padrão etário das propensões migratórias por idade proposto por Rogers e Castro, em 1981
452 **Figura 7.1** Estrutura da população portuguesa em 1981 e 2011
462 **Figura 7.2** Estrutura da população portuguesa em 2011 e 2031/61 para os diferentes cenários
467 **Figura 7.3** Evolução da população entre 2011 e 2061, em Portugal, no cenário 1 de migrações e para os diferentes cenários centrais
471 **Figura 7.4** Evolução da população entre 2011 e 2061, em Portugal, no cenário 2 de migrações e para os diferentes cenários centrais

474 **Figura 7.5** Evolução da população para os cenários 1 e 9 em 2011, 2031 e 2061, em Portugal
477 **Figura 7.6** Evolução da população para os cenários 3 e 7, em 2011, 2031 e 2061, em Portugal
481 **Figura 7.7** Evolução da população entre 2011 e 2061, em Portugal, com a estrutura populacional do Tâmega e para os diferente cenários centrais
484 **Figura 7.8** Evolução da população entre 2011 e 2061, em Portugal, com a estrutura populacional do Pinhal Interior Sul e para os diferente cenários centrais
497 **Figura A.1** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
500 **Figura A.2** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
502 **Figura A.3** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
504 **Figura A.4** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
506 **Figura A.5** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
508 **Figura A.6** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
510 **Figura A.7** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
512 **Figura A.8** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
514 **Figura A.9** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
516 **Figura A.10** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
519 **Figura A.11** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
521 **Figura A.12** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
523 **Figura A.13** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
525 **Figura A.14** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
527 **Figura A.15** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
529 **Figura A.16** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
532 **Figura A.17** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
534 **Figura A.18** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
536 **Figura A.19** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
538 **Figura A.20** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados
540 **Figura A.21** Estrutura da população portuguesa em anos seleccionados

Fundação Francisco Manuel dos Santos

Estudos Publicados

Políticas Sociais

Coordenador: Pedro Pita Barros

Desigualdade económica em Portugal [2012]
Coordenador: Carlos Farinha Rodrigues

Informação e saúde [2013]
Rita Espanha

Custos da saúde: passado, presente e futuro [2013]
Coordenador: Carlos Costa

Mortalidade infantil em Portugal [2014]
Coordenadores: Xavier Barreto
e José Pedro Correia

Conhecimento

Coordenador: Carlos Fiolhais

Escolas para o século XXI [2013]
Alexandre Homem Cristo

Que ciência se aprende na escola? [2013]
Coordenadora: Margarida Afonso

Literatura e ensino do Português [2013]
José Cardoso Bernardes e Rui Afonso Mateus

Ensino da leitura no 1.º ciclo do ensino básico: Crenças, conhecimentos e formação dos professores [2014]
Coordenador: João Lopes

A ciência na educação pré-escolar [2014]
Coordenadora: Maria Lúcia Santos

Os tempos na escola: Estudo comparativo da carga horária em Portugal e noutros países [2014]
Coordenadora: Maria Isabel Festas

Desenvolvimento Económico

Coordenadora: Susana Peralta

O cadastro e a propriedade rústica em Portugal [2013]
Coordenador: Rodrigo Sarmento de Beires

25 anos de Portugal europeu [2013]
Coordenador: Augusto Mateus

A Economia do Futuro: A visão de cidadãos, empresários e autarcas [2014]
Coordenador: João Ferrão
Publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

Estado e Sistema Político

Coordenador: Pedro Magalhães

Avaliações de impacto legislativo: droga e propinas [2012]
Coordenador: Ricardo Gonçalves
Publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

Justiça económica em Portugal [2013]
Coordenadores: Nuno Garoupa, Pedro Magalhães e Mariana França Gouveia
Publicado em 9 volumes

Segredo de justiça [2013]
Fernando Gascón Inchausti

Feitura das leis: Portugal e a Europa [2014]
João Caupers, Marta Tavares de Almeida e Pierre Guibentif

Portugal nas decisões europeias [2014]
Coordenadores: Alexander Treschel e Richard Rose

População

Coordenadora: Maria João Valente Rosa

Processos de envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida [2013]
Coordenador: Manuel Villaverde Cabral
Publicado em duas versões: estudo completo e versão resumida

Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas [2014]
Director: Mário Leston Bandeira

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL dos SANTOS

O envelhecimento ou o rejuvenescimento das populações dependem sempre do «desempenho» da natalidade, da mortalidade e das migrações. Neste estudo investiga-se a influência do movimento natural e migratório no processo de envelhecimento da população portuguesa, considerando as suas diferentes componentes territoriais. Iniciado na década de 60 do século XX, o envelhecimento demográfico reflecte no nosso tempo a persistência da instabilidade nos planos económico e social e, também, nos comportamentos demográficos e familiares, o que potencia os factores de incerteza. Olhando o passado, procurámos explicar estes processos em pormenor e ensaiar perspectivas para o futuro.

ISBN 978-989-8662-50-7
9 789898 662507

Um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos
www.ffms.pt